UNIVERSIDADE DE LISBOA

Faculdade de Letras

1917 – UM ANO CHARNEIRA. Relações entre memória e cultura a partir dos relatos de António Manuel Trigo.

José Alexandre Mendonça de Moraes Sarmento Honrado

Orientador: Prof. **Doutor Rodrigo Miguel Correia Furtado**

Coorientador: Prof. **Doutor José Eduardo Franco**

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de Doutor em Estudos de Cultura

Ano de 2025

UNIVERSIDADE DE LISBOA

Faculdade de Letras

1917 – UM ANO CHARNEIRA. Relações entre memória e cultura a partir dos relatos de António Manuel Trigo.

Autor: José Alexandre Mendonça de Moraes Sarmento Honrado

Orientador: Prof. Doutor Rodrigo Miguel Correia Furtado

Coorientador: Prof. Doutor José Eduardo Franco

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de Doutor em Estudos de Cultura

Júri:

Presidente: Doutor **João Miguel Quaresma Mendes Dionísio**, Professor Catedrático e Diretor da Área de Literaturas, Artes e Culturas da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Presidente do júri das provas de Doutoramento em Estudos de Cultura, desta Faculdade requeridas por **José Alexandre Mendonça de Moraes Sarmento Honrado**.

Vogais:

- Doutora **Luísa Marinho Antunes Paolinelli**, Professora Associada com Agregação da Faculdade de Artes e Humanidades da Universidade da Madeira (1ª Arguente);
- Doutor **Urbano Mestre Sidoncha**, Professor Associado da Universidade da Beira Interior (2.º Arguente);
- Doutora **Maria Isabel do Amaral Antunes Vaz Ponce de Leão,** Professora Catedrática da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Fernando Pessoa (Vogal);
- Doutor **António Adriano de Ascensão Pires Ventura**, Professor Catedrático Emérito da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (Vogal);
- Doutor **Manuel Amador Frias Martins**, Professor Auxiliar com Agregação Aposentado da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (Vogal);
- Doutor Ro**drigo Miguel Correia Furtado,** Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (Orientador).

Ano de 2025

Página propositadamente em branco

Dedicatória

Às "minhas" Antónias.

À família de António Manuel Trigo, na figura do seu neto, António Bettencourt,

A Manuel Frias Martins, em especial, pela força de uma crença sempre muito superior à minha.

A José Eduardo Franco e a Rodrigo Furtado.

A José Gil, pela longa conversa privada com iluminações de espaço e desnortes.

——————×Δ×——————

À memória de Eduardo Lourenço - e ao que guardo do que me disse.
Ao CLEPUL, Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, unidade de investigação da Universidade de Lisboa, sediada na Faculdade de Letras - onde tudo isto começou.

Agradecimentos
A gratidão é a guardiã das maiores memórias

Aos médicos Rodolfo Caria Mendes (ortopedista, Hospital da CUF), Gonçalo Barradas (traumatologia, HIF e CUF), e aos Drs. Marta Matias e Alexandre Moura (Fisioterapeutas) que me "trouxeram" de volta.

A Ana Paula Laborinho, a Maria Clotilde Almeida e a Teresa Malafaia.
A Joaquim Pintassilgo e a Sérgio Campos de Matos, que integraram o júri das provas do projeto deste doutoramento.

A professores e amigos como Ana Carina Prokopyshyn, Maria Luísa Paolinelli,
Isabel Barroso Soares, José Alberto Ribeiro, Maria João Cantinho, Miguel Real, José Gil, José Esteves Pereira, Luísa Rodrigues, Pedro Saraiva e ainda a Fátima Lopes (da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa).

Aos alfarrabistas José António Nascimento, em Portugal, e, em França, Gilles Morineaux, le bouqiniste (da e) na Pont Neuf - a Ponte Nova, a mais antiga que cruza o Sena, onde Gilles se mantém há mais de 20 anos -, parando ambos, por vezes, de vender os seus livros, para (nos) oferecer elementos de trabalho preciosos.

Às facilidades concedidas e ao exemplar acolhimento:

Arquivo Nacional Torre do Tombo; Arquivo Militar Português; Biblioteca Municipal do Funchal; Biblioteca Nacional de Portugal; Fundação Maria Barroso - Mário Soares; Palácio Nacional da Ajuda-Museu do Tesouro Real, SHIP – Sociedade Histórica para a Independência de Portugal.

Ao Instituto Piaget e à Universidade Lusófona, por empregarem os meus serviços de docência e ajudarem a pagar as custas deste processo. Neles, Paulo Mendes Pinto e Clementina Nogueira.

À Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e a Annabela Rita, pela amabilidade de me abrirem a porta nos últimos anos, de modo a partilhar com os alunos, no contexto do CICLO de Estudo das Culturas, o pouco que tenho aprendido com o muito do saber académico que me recebeu tão bem e tantas vezes.

A um ano medial e egrégio - que foi meu estudo e renascimento ao longo de anos: 1917.

RESUMO

Todos os ensaios são um ponto de vista e esta tese, enquanto ensaio, é um ponto de vista sobre Memória[1], esse repositório de entidades físicas e etéreas, área epistemológica e noção de conhecimento com entrada e difusão algo tardias nas ciências sociais,[2] mas que, ao mesmo tempo, manifesta suma relevância no nosso âmbito de estudo, em todos os momentos em que o desenvolvemos. A importância da Memória na nossa contemporaneidade académica, como aspeto cultural e das culturas, a maior parte das vezes num formato intangível da realidade individual e social, mas sempre matricial, torna-a merecedora de apreensão, descrição, interpretação e representação no âmbito do que estudamos, no nosso percurso de interesse e neste foco de abordagem.

Como *corpus* usámos precisamente um livro de memórias[3], manuscrito inédito[4] do funchalense António Manuel Trigo.

O cidadão António Manuel Trigo, filho de Adelaide Virgínia dos Santos Trigo e de Adriano Augusto Trigo, nascido[5] a 13 de Maio [6]de 1892[7], na Freguesia de Santa Luzia, concelho e distrito do Funchal, viria a ser oficial do exército[8], era ainda cadete,[9] em 1917, da Escola de

[1] Inscrição ou não-inscrição, recordação ou esquecimento, a memória é sempre produto mais ou menos alcançável do binómio gestacional onde se radica.

[2] Nas Ciências Sociais, a cultura constituiu-se exatamente como objeto.
Sobre o tema, entre outros autores que adiante se referem, Traverso (2020).

[3] Consideramo-las memórias autobiográficas e não, literalmente, meros relatos de experiências vivenciadas, pois alcançam dimensão maior, integrando-se a narrativa em ambientes sociais e culturais, capazes de moldá-las e de dar-lhes contextos próprios e alargados, generalistas por vezes pela sua presença multifacetada.

[4] Anexa-se o primeiro volume, isolado de seis, em *portable document format* (vulgo *pdf*).

[5] De acordo com o ABM, Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira, o "Registo de batismo n.º 75", que incluímos em *Anexos*, refere o seguinte:

António Manuel. Pai: Adriano Augusto Trigo; Mãe: Adelaide Virgínia dos Santos Trigo.

O registo indica como data de batismo a de 1892-08-13. De acordo com o mesmo registo, António Manuel Trigo, casou-se com Alice Celeste Mendes, em 14 de janeiro de 1920, na Conservatória [do Funchal], registo n.º 8., o que coincide, aliás, com o que escreve nas "Memórias".

António Manuel Trigo faleceu em 10 de abril de 1971, em Santa Maria Maior, Funchal, registo n.º 482. Cota atual Liv. 1498.

[6] O 13 de maio de 1917 tornar-se-á uma das datas mais marcantes da cultura portuguesa, graças à geração em torno de Fátima de narrativas utópicas de índole religiosa que alcançariam impacto mundial.

[7] Poucos dias antes, o separatista António de Ávila Gomes tinha publicado o folheto "A Independência Açoriana" e o seu "Fundamento" (*A Independência Açoriana e seu Fundamento*. Angra do Heroísmo, Typographia Minerva da Livraria Religiosa; conhece-se edição fac-similada de 1975 de edição de 1892).

António de Ávila Gomes foi pai do sogro do escritor Vitorino Nemésio.

A ideia do separatismo agitava então não só os Açores como também a Madeira e os madeirenses.

[8] Quando se reformou tinha a patente de Tenente.

[9] NOTA: Cadete é a designação comum dos militares em formação para se tornarem oficiais nas forças armadas e nas forças de segurança de vários países. A mais famosa Cadete da atualidade será a princesa das Astúrias, Leonor de Espanha, que recebeu o sabre de Dama Cadete em 19 de setembro de 2003 e se tornou oficialmente formanda do Exército da Terra, por um período de três anos.

Guerra[10]. Frisamos sempre 1917, porque o escolhemos, por ser um ano seminal, um ano de todas as transformações, nomeadamente culturais, e que nos serviu exemplarmente como motivo de estudo.

O elaborarmos raciocínios no âmbito dos estudos de cultura permitiu geminar o tronco comum dos exemplos, e foram muitos que a cultura produziu e cuja síntese trazida a este trabalho nos auxiliou durante toda a nossa formação e nesta etapa de conclusão teórica. Recorremos, por isso, a elementos de cultura que, à margem, acreditamos terem relação com António Manuel Trigo e, observados de perto, em especial na relação direta com o mesmo ano de 1917. Usámos, naturalmente, muitas fontes escritas, na tentativa de esgotar muitas das possibilidades que continham, apoiando-nos, entre outras, numa coleção particular de livros, textos e manuscritos que acumulámos ao longo dos anos, exatamente sobre os temas que considerámos estudar. Acresce, na base em que se construiu o que se segue, os testemunhos orais familiares em que os nossos próprios parentes nos contavam memórias vivas da Primeira República (e amplamente, como memórias vivas, também da Ditadura, do Estado Novo, da Revolução de Abril), sobretudo "coisas de avós" que viram e viveram o País de uma forma tão pessoal que nos legaram memórias ímpares, de cronologias efervescentes (recordações sempre exatas e quase sempre exaltadas), pois chegaram a ser, eles também, nos seus percursos, personagens e protagonistas desta longa narrativa. Conversas com a família de António Manuel Trigo preencheram lacunas geradas pela leitura do seu espólio, o espaço memorial que legou aos vindouros que por ele se interessassem.

Domínio: Estudos de Cultura
Palavras-chave: Cultura, Identidade, Memória.

[10] NOTA: Escola de Guerra: uma das designações da instituição que deu origem à atual Academia Militar, hoje estabelecimento militar de ensino superior.

RÉSUMÉ

Tous les essais sont un point de vue et cette thèse, en tant qu'essai, est un point de vue sur la mémoire, fondé sur un ensemble de mémoires individuelles inédites, évoluant sous la matrice herméneutique des études de la culture et des axes thématiques de la culture. Il s'agit d'une thèse sur l'importance de la mémoire individuelle pour une meilleure compréhension des mémoires collectives. Comme *corpus*, nous avons utilisé un vaste ensemble de textes réunis sous le titre *Memórias*, manuscrit inédit, d'António Manuel Trigo, né à Funchal, île de Madère, et cadet en 1917 de l'Escola de Guerra portugaise. Ce sont des souvenirs qui constituent en soi une vision personnelle opposée au regard imposé par les phénomènes sociaux et humains de leur époque, attentifs au matérialisme, au déterminisme fataliste, au positivisme et, pour beaucoup, remplissant une mission (correspondant à l'appel utopique-messianique de un nouveau monde hypothétique que les gens en général et la réalité portugaise en particulier semblaient rechercher). Cela ne nous a pas empêché de le cadrer dans le cadre de vie imposé par l'auteur des mémoires que nous avons étudiés et, ainsi, il y a un *avant* et un *après*: une première partie avant 1917 et une seconde partie sur 1917 et ses conséquences. Il existe également une relation directe avec un lieu spécifique, l'île de Madère, puisque, comme mentionné, Funchal est la ville natale d'António Manuel Trigo, l'auteur étudié. Ce travail isole également une perspective possible d´un mémoire collective de l'année 1917, peut-être l'une des plus cruciales de toute l'histoire du monde, la comprenant comme l'année au cours de laquelle le Portugal a été accusé de la fin brutale de la poursuite de l'idéalité encore cultivées ces dernières années, les rêves progressistes du républicanisme portugais, dans un scénario mondial où la réalité oppose la brutalité aux rêves et érige des barrières, de nouveaux schémas dystopiques, dictés par la violence à l'échelle mondiale et nationale. Le choix de cette année était aussi lié à l'idée de circonscrire le thème et l'objet à traiter et d'éviter au maximum l'absence de documents, même partiels, que nous imposerait une recherche plus large. Cette thèse poursuit des idées et des idéaux et la manière dont, dans un moment inédit et fracturant, ils auront acquis de nouvelles caractéristiques et de nouveaux concepts d'interprétation/application, se présente comme un format modèle au service de nouvelles propositions de lecture d'un moment de souvenirs si somptueux et singuliers. En même temps, il analyse l'envers de l'étude des événements, essayant ainsi de ne pas négliger les dimensions oniriques, les émanations affectives, idéologiques et idéalistes, les mythes, les utopies-

dystopies, les chimères, les illusions - dont la somme est à la base de la compréhension de la culture humaine (Elliot, 1988) et ses réalisations les plus inattendues et les plus expressives.

Domaine : Études culturelles
Mots clés : Culture, Identité, Mémoire.

ABSTRACT

All essays are a point of view and this thesis, as an essay, is a point of view on memory, based on a set of unpublished individual memories, evolving under the hermeneutic matrix of culture studies and the thematic axes of culture. It is a thesis on the importance of individual memory for a better understanding of collective memories. As corpus we used *a memoir*, unpublished manuscript, by António Manuel Trigo, cadet in 1917 of the Escola de Guerra, from Funchal. These are memories that constitute *per se* a personal vision opposed to the gaze imposed by the social and human phenomena of their time, attentive to materialism, fatalistic determinism, positivism and, for many, fulfilling a mission (corresponding to the utopian-messianic appeal of a hypothetical new world that people in general and the Portuguese reality seemed to be looking for). It did not prevent us from framing him within the framework of life imposed by the author of the memoirs we studied and, thus, there is a *before* and an *after*: a first part before 1917 and a second part about 1917 and its consequences. There is also a direct relationship with a specific place, the island of, since, as mentioned, Funchal is the hometown of António Manuel Trigo, the author studied. This work also isolates a possible perspective of the collective memory of the year 1917, possibly one of the most crucial in the entire History of the World, understanding it as the year in which, in Portugal, the abrupt end of the pursuit of ideality still cultivated in the last progressive desires of Portuguese republicanism is accused, in a global scenario where reality opposes brutality to dreams and erects barriers, new dystopian patterns, dictated by violence on a global scale and national. This year's choice was also related to the idea of circumscribing the theme and object to be treated and avoiding as much as possible the absence of documents, even partial, that broader research would impose on us. This thesis pursues ideas and ideals and the way in which, in an unprecedented and fracturing moment, they will have gained new characteristics and new concepts of interpretation/application, presents itself as a model format at the service of new proposals for reading a moment of memories so lavish and singular. At the same time, it analyzes the reverse side of the study of events, thus trying not to neglect oneiric dimensions, affective, ideological, and idealistic emanations, myths, utopias-dystopias, chimeras, illusions – the sum of which is the basis for understanding human culture (Elliot, 1988) and his most unexpected and expressive achievements.

Domain: Cultural Studies
Keywords: Culture, Identity, Memory.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO XIV

PREÂMBULO XVIII

Objeto | questão. XXXVIII

Interrogações epistemológicas XXXVIII

Método para aceder ao objeto | questão. XLIII

Problemática e pertinência académica XLIV

Relevância cultural LI

Memória – a incompleta relação cultural entre o presente e o passado
Cada época merece a revisão dos seus mitos 1

Relação de escalas e interesse público 6

PRIMEIRA PARTE
O mundo novo das utopias - os anos até 1917 9

Finessecularismo e novo século
A infância de António Manuel Trigo 10

O mundo de António Manuel Trigo
Esquecer as memórias traumáticas da infância 21

O ano de nascimento de António Manuel Trigo 25

Santa Luzia
As origens geográficas de António Manuel Trigo 33

A "caixa preta" das memórias 51

Características narrativas das Memórias 55

Uma revolução no mar alto 60

Espectador do tempo – distante do tempo 65

O País em 1910 70

Porto 1910 75

Fixadores de memórias ou a memória inscrita 78

A sombra tem mais informação do que a figura 84

A memória com a força da arte 93

A música na vida de António Manuel 95

O cinema – memória ao serviço da sobrevivência do espírito 102

Estudar na República 106

O 14 de maio de 1915 111

A Escola de Guerra e o 14 de maio
O assalto 120

Adriano Augusto Trigo 123

SEGUNDA PARTE
O triunfo das distopias 127

As memórias de António Manuel Trigo sobre a mesa de trabalho 128

Breve resenha de 1917 129

Portugal 1917 148

1917 e suas consequências
A ideia messiânica da guerra e o entusiasmo dos 'guerristas' 156

Ano de charneira entre missão e messianismo 163

A entrada na Escola de Guerra 172

O colega funchalense Freitas Branco
(Visconde de Porto da Cruz) 179

Alfredo Freitas Branco jornalista e romancista 190

Gansos - ou "animais humanos"?
Na guerra a coragem é solitária 194

Determinantes biográficas 198

Rússia e União Soviética - uma ponte de passagem em 1917 204

A religião católica e outras estruturas de crença 211

Vetores epicêntricos messiânicos nacionais
Fátima – 1917; ineditismo messiânico em Portugal: fabulação rural-espiritual e imaginário infantil.

A devoção tardia de António Manuel 217

A memória como tema de criação.
O caminho árduo das memórias como legado pessoal..... 242

A missão do território
Recetor comprometido das transformações culturais..... 264

A identificação do individual..... 267

As mulheres em todas as frentes da Guerra 271

Tropas portuguesas no Front 280

Os submarinos 284

Os aviões 291

Universos culturais e formas identitárias
A memória: lugar cultural incorpóreo e substancial..... 295

Memórias de paz em tempo de guerra 302

A guerra privada de António Manuel Trigo 309

A literatura como objeto fabricante de memórias
Presença de pormenor nos estudos de cultura..... 315

Distopia ou tempo de desespero e suicídio..... 322

Morte 328

A morte de João Manuel Trigo 334

As mãos – elementos simbólicos da memória numa época maniatada..... 336

As mãos que foram simbolizam o ser..... 339

A mão de Afonso Costa 342

Mãos que não souberam entrelaçar-se.
De uma "Velha" a uma "Nova" República?
(Depois de Afonso Costa um ano de Sidónio) 348

A mão estendida de Sidónio Pais 356

A sopa "do" Sidónio..... 359

O golpe de Estado de Sidónio visto por António Manuel Trigo 367

O Movimento Revolucionário do 5 de Dezembro de 1917 372

Nem Rei nem Presidente 377

O assassinato do Presidente da República 382

CONCLUSÃO 394

Referências Bibliográficas..... 398

ANEXOS 439

INTRODUÇÃO

Aceitamos e defendemos a ideia de que o ciclo temporal cumprido em 1917 traduz um ano charneira, paradigmático para o entendimento da evolução e da transformação do Mundo, bem como dos tão marcantes acontecimentos ocorridos exclusivamente em Portugal no mesmo período. Procurámos entendê-lo nas relações entre memória e cultura, alertados pelos exemplos do que nele se registou de violência, trauma e repetição, consciente e inconsciente, intencional e espontânea, em manifestações individuais e coletivas-, recorrendo como base de ilustração e de comparação a um vasto conjunto de páginas inéditas que o funchalense António Manuel Trigo (n.1892; m.1971) reuniu sob a designação genérica de *Memórias*. Esse acervo documental de rememorações, que se tornou *corpus* desta análise, foi a nossa base de trabalho e escopo de comparações. Dizia Ricœur (2003, p. 6), que "as recordações são, por assim dizer, narrativas e as narrativas são necessariamente seletivas".

O que António Manuel não conta, omite, ou evita, tornou-se um estímulo da investigação aqui desenvolvida, pelo que procurámos respostas que incluíssem, também, os seus silêncios narrativos.

As *Memórias* foram-nos confiadas pela família de António Manuel Trigo, para uso exclusivo neste trabalho, depositadas nas nossas mãos pelo seu neto, Dr. António Bettencourt, filho da sua filha mais nova, Maria Graça Mendes Trigo que, infelizmente, já não assistiu à conclusão do que investigámos e (d)escrevemos. Essas evocações memoriais partem episodicamente do ano de 1906, isto é, da altura em que António Manuel iniciou os seus primeiros estudos[11]. Para nós, esses primeiros anos significaram um *antes* do que queríamos analisar; o relato intenso do ano eleito de 1917 e suas consequências, formaram o *depois* desta análise.

Cidadão do mundo, Trigo nasce na ilha da Madeira; vive no Continente, no Portugal europeu e no oriental, em Macau, território sob administração portuguesa entre 1775 e 1999. Cumpre um percurso de vida assente na mobilidade, aliás como tantos portugueses, que enfrentaram os desafios da diáspora ao longo dos séculos. "Estar em diáspora é um modo de ser português" (Rosa, 2016, p.239).

[11] Estudos de Instrução Primária; seguiu-se o Curso de Liceu, a matrícula na Escola de Belas Artes, que não completou, o curso da Escola de Guerra, instituição que daria origem à atual Academia Militar, e a carreira militar que descreve até 1948. Viria a graduar-se, em expoente de carreira, como tenente da arma de infantaria.

Quando Trigo parte da sua terra natal, para fixar-se no continente, a ilha da Madeira [12]era um território com pretensões autonómicas, referido por exemplo no Diário de Notícias da Madeira (de acordo com o destaque de Veríssimo, 1985, p. 229), [13]como "a Irlanda portuguesa", [território com] "uma personalidade capaz de conduzir ao separatismo, à autoafirmação, à independência".

O jovem funchalense vai estudar em Lisboa e tornar-se militar. Durante o período da sua formação, o país vive momentos conturbados, uma revolução, uma Guerra Mundial, pequenas e grandes transformações num modelo do mundo que nunca mais seria o mesmo. António Manuel é uma testemunha incólume (quase sempre intocada) do que se passa à sua volta, bem perto de si. Ao longo de uma vida marcada pela diversidade, António Manuel Trigo recolheu e partilhou recordações, para explicar à sua família o jovem que foi, o adulto em que se tornou. Afinal, quis também a sua autonomia ao sair da ilha onde nasceu, mas sem deixar de ser a "ilha" que era o seu próprio círculo de ação, a sua personalidade, o seu percurso de vida, a razão de ser do seu autónomo universo cultural.

Os exemplos comparativos que reunimos em torno do manuscrito *Memórias*, são diretamente recolhidos dos estudos de cultura por nós efetuados, e levaram-nos da consulta e citação do romance pródigo em revelações, à caserna mais escondida na trincheira do passado. Das *Memórias*, no entanto, transcrevemos apenas algumas passagens do que Trigo legou, em especial quando referem grandes acontecimentos de 1917; remetemos para *Anexos* o *fac-símile* das páginas, para melhor complemento de leitura.

Tornou-se-nos necessário estabelecer distinções entre memória e construção da memória. Esta tese defende, também por isso, que a memória é o formato da construção imaginária dos indivíduos e das nações (sendo este último termo relativamente recente e que só ganha dimensão depois de 1776 e da publicação do livro de Adam Smith "A Riqueza das Nações"), tornando mitos passados e presentes, mesmo quando se chocam e anulam, na origem daquilo que aceitamos ser, individual e coletivamente. Menos do que aceitar a representação dos indivíduos ou de uma nação, o estudo da memória, enquanto elemento cultural, leva a questionar o que é o ser humano individualmente, ou quando ativo, no coletivo, no grupo vulgarmente designado por nação, e como esta está presente nos indivíduos que a sustêm. Em

[12] Depois de passar algum tempo, intermitentemente, no Continente, é em 16 de Agosto de 1917, que o jovem ingressa oficialmente na Escola de Guerra, fixando-se no território de Portugal Continental.

[13] VERÍSSIMO, Nelson. (1985). "Em 1917, a Madeira reclama autonomia", in Atlântico, n.º 3, pp. 229-232.

última análise, constatar que, afinal, imaginar é enfraquecer a realidade e rememorar um constructo operacional. Tivemos presente também, como salvaguarda, que "o tempo próprio da lembrança é o presente" (SARLO, 2007, p. 18) e a afirmação de que "a essência de uma nação é que todos os indivíduos tenham muitas coisas em comum. E também que todos tenham esquecido muitas coisas" (Renan, 1992, p. 42).

A Memória fundadora tende a substituir o esquecimento fundador.

Essa memória coletiva construída, que vem de radicais políticos definidores, maturados, a maior parte das vezes, em cadinhos religiosos e culturais, responde, segundo alguns, pelo nome de *Identidade*. Entendemos, em contrapartida, que essa designação é afinal um pseudónimo do que lhe subjaz: a entidade (de cada um e de cada um com os outros). O que marca a vida em comum, mais do que as culturas e as políticas escolhidas, e as suas divisões que vêm de longa data, é a *legitimidade* de uma interioridade – e não a *identidade.* Legitimidade do coletivo (cuja responsabilidade gestora recai sobre os Estados) e do singular (a legitimidade dos cidadãos). A *Identidade* é uma ferramenta com intenção política, que ajuda a gestão feita dos cidadãos pelos Estados e é anulada pela diversidade cultural. "As obsessões identitárias são mortíferas, alimentadas pelas fobias do contacto e do contágio" (Mondzain, 2022, p.17).

Boa parte do que é considerado memória é o produto do alimento coletivo de um imaginário impregnado de intenções dogmáticas e modelos de interesses políticos, por vezes muito contraditórios entre si. Um produto fabricado e agrupado, de uma forma plural, em patamares construídos para funcionarem como imaginário coletivo. As reivindicações identitárias, desvios impostos às entidades que todos somos, são entraves às vias emancipadoras. Ao mesmo tempo, o imenso universo cultural que é o global, o cosmopolita, a democracia supranacional, consagram uniões e interações de Estados Livres. A perda da memória do que já aconteceu noutras ocasiões tidas como fundamentais, ou seminais, pode precipitar o caminho do mundo para um quebra-cabeças: nações independentes, com a ilusão da autossuficiência e da sua autónoma agressividade, esquecidas da importância maior da responsabilidade cívica e da perpetuação do património comum: o planeta, a raça humana que o disfruta, condenados ao esquecimento.

Somos (acima de muitas outras coisas) Imaginário, Realidade e Simbologia. Isso equivale a defender que somos, quase como na geometria, formas não planas, figuras espaciais a que chamamos, como recurso linguístico e analítico nesta tese, *universos culturais,* muito mais complexos do que as origens e os mitos que nos geraram – universos esses sempre diferenciados entre si; *Outro(s)* e *Eu* em coabitação, confronto, interdependência, independência. Dependemos das articulações que promovemos nesses e desses universos. Das

conexões que aprendemos a estabelecer entre todos (materiais, digitais e culturais), que implicam a aceitação de informações, bens de troca e de mercado, a começar pelos conhecimentos, os valores culturais e morais, que nos tornam o todo humano no todo planetário.

É esta exigência teórica que defendemos[14], em torno do estudo de um conjunto de acontecimentos memoráveis, apoiado pela *memorabilia* de objetos e de ocorrências, escrito na primeira pessoa: as *Memórias* de António Manuel Trigo. Transparece nelas a objetividade, eivada de uma simplicidade e contenção extremas, as mesmas de quem as escreveu - nessa clareza que é quase modéstia, de um assentimento sem sentimento ou superior carga emocional que se sobreponha ao que narra. O mesmo se passa, ou melhor, se mantém quando na base das memórias contadas se encontra uma qualquer motivação traumatizante – doença, guerra, morte – que não motiva comentários pessoais de índole afetiva, ou mesmo outros que se sobreponham ao acontecimento pela interpretação pessoal sentida na vivência, em momentos de comoção. Isso passa-se tanto ao nível de traumas físicos (a evolução de um tumor no ouvido do narrador, ainda criança), a presença da morte (de um líder, de camaradas, de parentes, em especial de um primo muito próximo em idade e convívio), numa narrativa sempre descrita com frieza, exatidão, depurada com uma distância asséptica da realidade, permita-se a metáfora.

Sófocles, ao levar à cena no ano de 429 a. C. o seu *Oedipus Tyrannos* (*Édipo Rei*) deixou-nos como herança a certeza cultural da individualidade, definindo-a como um composto de papéis diversos e múltiplas *identidades*, universos ou unidades autónomas e bem diferenciadas, constituintes de cada pessoa individual, no que as remete a planos do familiar, do territorial, da classe[15], da religiosidade da etnia, do género. O exemplo apoia-nos quando defendemos que é a fragmentação que nos define – e não qualquer coesão imposta para nos diferenciar como universos coletivos homogéneos. Somos diferenças e não subordinações, a começar pelas memórias que retemos, legamos e produzimos para recordação futura.

Édipo tinha medo de ser "escravo por origem", isto é, que lhe atribuíssem uma identidade, ou por outras palavras, um modo incapaz de transformar-se e assumir qualquer outra faceta da libertação humana. O mundo em que vivemos impõe-nos assumir toda a coragem.

[14] "Somos agentes, é certo, mas não totalmente a fonte das nossas ações. (...) A teoria sugere a contemplação em detrimento da ação" (Eagleton, 2023, p. 24).

[15] Refira-se que ***classe*** é, para Marx, a "identidade coletiva suprema" se não mesmo a única relevante, e o motor exclusivo da História. Cf. SMITH, D. Anthony. (1997). A Identidade Nacional. Lisboa: Gradiva. P. 17.

PREÂMBULO

A cultura não existe, o que existe é o que cada um de nós faz da cultura, obviamente.[16]
(Breton, 2018, p. 236)

1. Esta tese é um ponto de vista sobre a memória num patamar cultural, relacionando-a estritamente com os estudos de cultura. A Memória – que num sentido cultural é um transporte de ambiguidades; procura preservar raízes nem sempre muito nítidas, também procura criá-las -, sugere ao tempo presente pontos do passado por vezes oblíquos e imprecisos. Benjamin (2000, p.136) ilustra as categorias insertas na memória, ao sugerir que "a recordação é a embalagem e o esquecimento é o conteúdo". Os estudos de cultura não temem tabus relacionais, pelo que, sem limitações nem inibições, consideramos analisar em especial o (frágil) conceito (improvável) de *identidade cultural,* procurando aqui abordá-lo sob prismas diversos e dinâmicos. Regista-se, por isso, como matéria de ensaio, de igual modo e muito mais afoitamente, que a ideia de *identidade cultural* está longe de servir o propósito teórico das investigações quando efetuamos esses mesmos estudos. Isso aplica-se diretamente ao que respeita a enunciados comuns da *identidade cultural*, embora se estenda, em nosso entender, à chamada *identidade social* e aos indivíduos e aos grupos onde e como se organizam, manifestam agem e reagem transformando o mundo, numa soma nunca concluída de todos os fatores que os formam e determinam e que é expressão vazia sem a contemplação da sua relação com a alteridade. Essa ideia partiu da própria observação da memória enquanto produtora do social e do cultural, incapaz da concreção dos seus próprios padrões em momentos específicos (como na perda total ou parcial de valores e evocações, por exemplo por parte daqueles que vivenciaram eventos traumáticos e que operaram a transposição do que era mnésico para uma sobrevivência, amnésica, capaz de os sarar, aligeirar ou aliviar, ou daqueles que por interesses próprios operam construções de realidades que apresentam ao mundo como memórias de factos inexistentes, duvidosos ou manipulados).

[16] Costa e Gomes (2018).
NOTA: Destacamos o funcionamento do Centro de Conservação da Memória, da mesma Universidade Federal de Juiz de Fora.

2. Esta Tese, repete-se, usa como objeto central de estudo e exemplo de reflexão as memórias singulares e inéditas de um cidadão português, António Manuel Trigo (n.1892-f.1971), reunidas em quase mil páginas manuscritas que nos foram confiadas pelos seus herdeiros.[17] Foram essas páginas que nos lançaram em pesquisas extensas, à margem desse corpo original e determinadas pelo mesmo, e cuja síntese agora se regista para partilha, produzindo conclusões que finalmente expomos e submetemos a análise. Essas memórias constituem um acervo vasto, somatório e repositório documental, colheita estruturada de apontamentos, fotografias, transcrições e recortes de artigos de jornal com notícias sobre acontecimentos culturais, sociais e políticos, incluindo o próprio autor, a sua família, a terra onde nasceu e aquelas onde viveu, recolhendo ainda cópias de legislação civil, decretos e ordens de serviço militar, e ainda variados anexos como correspondência e minutas de cartas, rascunhos e pedidos oficiais. Pequenos e grandes elementos, distribuídos por inúmeros detalhes, memórias de uma memória, a reminiscência que se desejou perpetuar como herança, preparada e preservada para aqueles que herdassem o nome do seu autor – ou em último caso quisessem (re)conhecê-lo. Em simultâneo, mesmo que indiretamente, é a memória de uma época e de um ano riquíssimos de acontecimentos na vida nacional e do mundo que aqui se regista e inventaria, pronta para a nossa interpretação.

A Memória faz sempre parte de uma essência, o seu registo pode ser uma escolha, ora individual como coletiva, de valores transcendentes e contingentes.

Memórias – objeto primeiro deste nosso estudo, afinal evocações coligidas ao longo de quase meio século - , assim lhes chamou genericamente António Manuel Trigo numa primeira compilação (finalizada em 1925) e numa segunda, mais completa e muito mais ordenada (a segunda edição, datada de 1948), traduzindo um percurso de vida, constituindo primeiro um quase diário, profusamente acompanhado de exemplos capazes de autenticar datas e acontecimentos, e depois alvo de uma redação final a dois tempos (a dos anos 20 e a dos anos 40, idênticas, mas progressiva e visivelmente mais cuidadas e detalhadas).

Lê-se no manuscrito, logo no início, na página 2:

> **Breves preliminares**
> Este livro, (a 2ª Edição) com o título de Memórias, sobre o que se passou sobre a minha vida, foi organizado com todos os documentos e vários apontamentos, copiados do meu primeiro livro com o título de Notas, que já tinha escrito em Macau, no ano de 1925, quando estive nesta Província em serviço.

[17] O resumo de uma entrevista com os mesmos é parte integrante dos Anexos deste trabalho.

> Como o primeiro livro não estivesse completo, faltando-lhe algumas notas e outros documentos, resolvi escrever novamente este, modificando algumas notas e aumentando com outros documentos que tinha dispersados, como notícias de artigos de jornais e fotografias (Trigo, 1948, p. 2).

No seu todo, formam assim, em produto exaustivo, um inventário pessoal que resulta numa compilação final, num registo manuscrito em seis volumosos cadernos[18] que permite, em súmula, o conhecimento de uma autobiografia muito singular. São sobretudo testemunhos e uma vontade de dissipar as névoas que sempre cobrem o que ficou, mais ou menos presente, na vida de António Manuel Trigo – e de todos nós, quando a narrativa é vasta e abrangente.

Essas muitas centenas de páginas constituem *per se* uma visão pessoal contraposta ao olhar imposto pelos fenómenos sociais e humanos da sua época, um período atento ao materialismo, ao determinismo fatalista, ao positivismo e, para muitos, cumprindo uma missão, correspondendo ao apelo utópico-messiânico de um hipotético *mundo novo* que os povos[19] em geral e a realidade portuguesa em especial pareciam procurar. Um mundo novo que recorreu, em contrapartida, fatalmente, ao extremismo das opções e das guerras, aos golpes de Estado e à destruição de cenários culturais e físicos que o antecediam (e nunca o precederiam), distribuindo a morte por milhões de pessoas, destoando da vida e da força intelectual que, em contrapartida, podia ter gerado.

Diz-nos João Maurício Brás, a propósito desta procura de afirmação que tantas vezes encontramos no percurso do mundo e dos seres humanos, que "todo o processo de construção das identidades e nacionalidades tem os seus mitos fundacionais, as suas cenas primitivas e as suas narrativas" (Brás, 2014, p. 436).

[18] Seis cadernos com capa de pano e cosidos a linha, com 152 páginas cada, produzidos num total de 912 páginas numeradas à mão, com o nome do autor gravado em alto relevo nas duas primeiras páginas, comprados os cadernos na Papelaria Académica da Rua dos Ferreiros, nºs 53-53-A, no Funchal, muito perto do Colégio dos Jesuítas, hoje classificado como Património Imóvel de Valor Regional, à tutela da Universidade da Madeira, onde estão sediados os seus serviços, como a Reitoria. A Rua dos Ferreiros, uma das maiores ruas do Funchal, foi conhecida por outros nomes, nos diferentes troços, que hoje fazem todos parte da mesma toponímia. Rua da Ribeira das Casas, Rua das Privadas, Rua dos Esteireiros, Rua do Perú, Rua do Estudo, Rua do Pinheiro, e, ainda antes disso, por Rua de Pedro Bettencourt e, numa outra época, por Rua do Comércio. Quando António Manuel Trigo comprou os seus cadernos de apontamentos, chamava-se Rua dos Ferreiros. Esta Papelaria Académica é a antecessora da *Gaudeamus*, a nova papelaria que nasce num *Campus*, por iniciativa dos estudantes e da sua Associação e que tem este nome extraído de uma canção académica, "*De Brevitate Vitæ"* (a brevidade da vida), um hino que nasceu em contexto boémio dos estudantes, mas se tornou uma canção de uso formal em várias universidades europeias. Faz-se ainda notar que na Rua dos Ferreiros funcionou a partir de 1886 a Livraria e Tipografia Esperança, o primeiro estabelecimento comercial no Funchal e na Madeira a vender exclusivamente livros, pois nos outros locais faziam-no junto com os restantes artigos. Hoje, no nº 53 da Rua dos Ferreiros funciona uma sociedade de mediação imobiliária.

[19] Conceito generalista, é certo, mas que aqui procura configurar os indivíduos que num determinado momento histórico, marcado de forma indelével pela primeira guerra mundial global, procuravam constituir-se ou permanecer juntos em formas de comunidades desejavelmente estáveis.

Esses mitos fundacionais, essas cenas primitivas, essas narrativas são a plataforma onde se gera e se edifica a memória, sugerindo origens, pertenças e hierarquias, o que é o mesmo que dizer, diferenças, por mais que as memórias pareçam comuns (ou radical de *identidades*). Essa procura de uma fundação – movida pelo medo de uma progenitura incógnita, por complexos e fragilidades, de quem precisa de origens para justificar poder e da indigitação dos indivíduos, individualizando-os, para exercer esse poder - é a obediência a uma lógica de compartimentação, de categorização: os seres humanos arrumados em subdivisões, numa disposição que garante a insegurança dos indivíduos e a facilidade com que podem ser dirigidos, põem em confronto adaptabilidade e independência, conformismo e rebeldia. Ao mesmo tempo, paradoxalmente, a procura de semelhanças entre os indivíduos singulares e reunidos em grupos, a aceitação de memórias comuns, confere a sensação de força, de conforto, de comunidade ou família ao indivíduo e ao grupo. O indivíduo fortalece-se quando é aceite pelo coletivo de indivíduos. Para isso, há que criar a memória de cada um, singular no seu valor partilhável, e partir dela para a remuneração final coletiva, que é o edificar da sociedade mais ou menos justa onde participa e que o acolhe, aceita e integra, construindo um universo lato onde uma memória coletiva se estabeleça. Essa construção da memória pode ter interesses muito definidos na sua origem e resultar do tempo histórico que a gerou.[20] Nem mesmo a memória é irreversível, pode regenerar-se em presença de outras memórias e apaziguar-se no entendimento dos universos alheios, estabelecendo pontes para o Outro, reforçando entidades. É a compartimentação identitária que lança o conflito da diferença, em que os universos culturais se digladiam, absorvem e se diluem: "As sociedades históricas constituíram-se eliminando progressivamente as pequenas sociedades arcaicas que as tinham precedido. Mas é com o desenvolvimento mundial da civilização ocidental que se opera a destruição genocidária da humanidade arcaica e dos povos sem Estado" (Morin, 2007, p. 27).

[20] Tomemos este exemplo: o historiador e professor João Paulo Oliveira e Costa, em entrevista à jornalista Carla Teixeira (publicada pela revista Visão, com a data de 15 de outubro de 2023), a propósito do seu livro *Portugal na História – Uma Identidade,* (2023, Lisboa: Temas e Debates; Prémio da Fundação Calouste Gulbenkian, História da Europa distinguido pela Academia Portuguesa da História em 2023), fala da construção oficial da memória e da sua parcialidade evidente, remetendo para espaços identitários (para universos culturais próprios, dizemos nós) os limites de um raciocínio que merecia novas abordagens e que se torna de imediato evidente numa frase que é chamada a título da entrevista (agora referida e de leitura em linha no sítio: https://visao.pt/ideias/2023-10-15-a-historia-que-se-aprende-no-liceu-e-uma-historia-de-brancos-transmite-se-uma-ideia-de-superioridade-europeia-que-e-falsa-quando-digo-aos-meus-alunos-que-eram-os-africanos-que-controlavam-o-preco/):
A história que se aprende no liceu é uma história de brancos. Transmite-se uma ideia de superioridade europeia que é falsa. Quando digo aos meus alunos que eram os africanos que controlavam o preço no comércio de escravos, eles ficam de boca aberta.

3. Esta tese é sobre a importância epistemológica da memória e de como deve estar sempre presente nos Estudos de Cultura. E também como afeta a geometria do tempo e é afetada por ela. Naturalmente, é também sobre as memórias atuais, individuais e coletivas, sobretudo porque enfermam hoje do esquecimento, individual e coletivo, que nos condena a todos a retrocessos humilhantes na marcha da civilização e do que podia distanciá-la da barbárie dos comportamentos e das opções. Não conhecer o que ficou para trás equivale a obliterar o passado substituindo-o pela criação de uma nova realidade, ora global, ora local, mas sempre nova e só aparentemente hereditária: por mais que uma etnia forte e bem estruturada reproduza os símbolos que os seus antepassados definiram como seus, nunca será mais do que uma herança e uma reprodução simbólica e sempre ténue, mesmo revivificada, do que ficou para trás, nas origens que foram o ponto de partida de um grupo, de outros indivíduos: os ancestrais fundadores (os geradores das primeiras memórias matriciais).

Interessa-nos como a memória cultural se constitui e se torna enraizamento, ambicionando estabelecer um patamar onde se alicerce o que, a nosso ver não definitivamente, se chama identidade (palavra que analisaremos repetidas vezes e que surge em vários patamares de entendimento). Essa ambição é fictícia, conduz os indivíduos a uma imagem de si e não à sua construção com o Outro, como se nota nos abalos *identitários* dos últimos cem anos, como produziram um tipo de ser humano sem ancoragens, arrastado pela marca do virtual, que tomou como nova realidade, regressando a um patamar nómada, fustigado pelas ameaças de um planeta exausto e a manifestar-se violentamente, com muitos conflitos e com o regresso da guerra de grande escala. Um ser humano descrente dos velhos paradigmas, surpreendido com a falência de memórias locais e nacionais antes tidas como robustas, e fascinado com descobertas das etnografias alheias até agora reprimidas pelos efeitos e defeitos do poder instituído; um ser humano que se conduziu a uma bipolaridade inquietante: por um lado, é aquele que, finalmente, persegue uma última utopia cosmopolita, que contrarie de uma forma desejavelmente definitiva o isolamento individual, mas que, em contrapartida, é o ser humano com medo do Outro, pelo que quer ilhar-se nos seus redutos íntimos, desconfiando da diferença (apesar de todos os seres humanos serem diferentes entre si) e dos que o procuram para partilhar espaço e cultura(s).

A frase "torna-te aquele que és" (Arendt, 2012, p. 297) subverte-se nos nossos dias - com o respaldo da "identidade" que parece conter, mercê da ideia da representação - e aparece substituída por outra: torna-te aqueles que queres ser ou naquele que queres aparentar ser.

O ser humano do Antropoceno, da Era da Humanidade, o *homo sine memoria* que somos na atualidade, debate-se sob os dilemas globais da crise ecológica e da desigualdade,

esquecido do que o trouxe realmente até aqui. Se em certas tradições narrativas, o ser humano foi expulso do Paraíso, podemos crer que também terá sido excluído dos palácios da memória (na senda dos vastos Palácios da Memória, de Santo Agostinho[21], que vai mais longe ao escrever: a "caverna da memória é enorme, com os seus misteriosos recantos secretos e indescritíveis fissuras", "um grande salão", " depósito maravilhoso") ou, dos menos poéticos celeiros da memória (os de John Locke, que tanto se preocupou com *a identidade pessoal e a memória*, séculos passados sobre Aurélio Agostinho de Hipona, definia a memória como "o celeiro das nossas ideias". Agostinho associava a memória a "esconderijos secretos") [22].

Esta tese adverte que todo o nosso ensaio resulta de múltiplas aquisições culturais sob o sinete da cultura ocidental e de um eurocentrismo que presidiu à nossa formação.

Quem escreve, ou guarda memórias, procura de alguma forma guardar-se, reter aquele que é ou pretende ser, acreditar em evocações que possam constituir-se como a sua "verdade" individual, que aparenta ser pouco mais do que o ligar e desligar de um mundo interior com as suas interações com o que lhe é exterior. Podemos considerar tratar-se de uma tentativa de preservar a origem de si, mas também dos outros, de alguma coisa. E tudo isso, por vezes, em simultâneo. É uma necessidade de identificação e de preservação, que acaba por ser a adaptação necessária ao meio e aos outros. Um combate ao medo[23] do esquecimento e do desaparecimento. Tende à alteridade, à interação e à interdependência, por favorecer conexões entre indivíduos. A memória esquadrinha origens, muitas vezes por necessidade, para estabelecer pontos de partida, origens tão necessárias aos agrupamentos coletivos e à forma de os direcionar e condicionar. Mas também pode ser usada como construção de um imaginário, a evocar por necessidade e intencionalidade, como constructo da valorização de um instante que justifique passado e presente e permita aceitar o futuro como herança merecida. (A ideia de mito fundador, a necessidade de uma paternidade, de um momento gerador, é um bom exemplo: garante-se a memória original de um costume imaginário que passou a existir pela legitimidade da memória que o criou e fixou. É um conceito divisionário, que impede a homogeneização, a consagração de uma unidade global, transcendente da divisão geopolítica,

[21] Cf. ROSSATO, Noeli Dutra. (2006). "O palácio da memória em Agostinho". *In* SOUZA, José Antônio (Org.) *Idade Média: tempo do mundo, tempo dos homens, tempo de Deus*. Porto Alegre RS: EST, vol 1, p. 164-171.

[22] Sobre estas ideias leia-se, em outros, pela síntese que comporta: Peres, S.P. e Massimi, M. (2012). *A espacialidade da memória nas Confissões de Agostinho - The spatiality of the memory in Augustine's Confessions.* In Memorandum nº22. São Paulo: Universidade de São Paulo. Pp.68-91.

[23] Lemos as palavras de Gruen (1995, p. 15): "a nossa civilização tornou-nos medrosos e faz-nos sentir vergonha quando nos sentimos vulneráveis".

NOTA: Esta passagem do texto de Gruen foi escrita originalmente em Ticino no verão de 1987, facto que o autor considera relevante.

englobando artificialmente os seres humanos numa escala global que lhe parece devida. É oposto às atitudes positivas em torno da diferença pela vontade não natural de impor identidades).

Dos conceitos mais depurados sobre memória cultural, retemos de imediato aquele que nos sugeriu Robert J. Sternberg quando propôs que "a memória pode ser definida como o meio pelo qual codificamos, armazenamos e recuperamos as informações passadas para usá-las no presente" (Sternberg, 2008, p. 156).

Na definição, subentende-se a sua importância como transposição, como é princípio e fim de um percurso, e, a um mesmo tempo, o meio de recurso para o entendimento do que somos, no tratamento essencial do que fomos: interação sujeito-objeto, marcada por heranças, acasos e necessidade, e que é afinal mais um formato em que se persegue, como meta final, uma ideia questionável de identidade (elemento áspero, tão débil quanto incerto, cindido por inúmeras objeções, a merecer refutação ou difícil aceitação, que é o que, aliás, defendemos ao longo das páginas seguintes).

Fala-se muito de memória na atualidade, da imprensa aos paradigmas de investigação mais variados. A expressão *memory-boom* que surge em muitos trabalhos académicos, todavia dilui-se, também se perde entre brumas de uma cultura emergente que dá prioridade ao *presentismo*[24], desprezando o que a trouxe até aqui. O paradoxo é que nunca a memória parece ter estado tão arredada do quotidiano, em que aquilo que é imediato ou estabelecido para um curto prazo de realização é mais expressivo do que os exemplos guardados no passado.

São muitas as doenças onde hoje se regista, a vários escalões, a perda da memória[25] (Carvalho, 2020). A nossa cultura contemporânea é abalada pelo esquecimento, pela amnésia transcultural, pelas memórias deslocalizadas, pela construção migratória de novas rememorações, que abrem brechas, uma vez mais, na ideia de identidade (entenda-se: traços que identificam a entidade, mas que são mutáveis e constantemente influenciados).

[24] Tese que assenta na ideia de que nem o passado nem o futuro existem, ou pelo menos importa. É oposta à tese do *eternismo* e dilui a ideia de memória em si mesma, já que não se recorda ou deve recordar o que não existe e o que há é um "lugar" que se sustém e basta em si mesmo. O primeiro livro que contém a defesa desta ideia parecer ser o de Bourne (2006).

[25] Doenças cerebrais degenerativas, como a demência Alzheimer, demência de corpos de Lewy, demência de Parkinson e demência frontotemporal; demência vascular; demência relacionada com álcool (síndrome de Korsakoff); tumores intracranianos; hidrocefalia de pressão normal; coreia de Huntington; intoxicação crónica por alguns fármacos; doenças mistas, por exemplo falência hepática, anemia perniciosa, hipotiroidismo, neurosífilis, doença de Cushing, doença de Creutzfeldt Jakob, esclerose múltipla, epilepsia, entre outras; traumatismo crânio-encefálico; complexo demencial da SIDA (síndrome de imunodeficiência adquirida); pseudodemência (quadros depressivos com défice cognitivo); quadros ansiosos; défice de vitaminas.

A memória condiciona a construção da entidade se não permanece, se é uma mera construção ocasional, se se substitui por novas memórias, se perde por alguma razão os seus pontos de referência (os que mais nos interessam são, naturalmente, os culturais).

As circunstâncias em que os indivíduos interagem faz dissipar, similarmente, a mesma ideia de identidade pois, pelos efeitos do transcultural, constroem novas afinidades, afirmam novas formas de pensar, sentir, agir e reagir que, mesmo de forma inconsciente, alteram os seus universos culturais individuais e os relacionam, condicionadamente, com os universos culturais que inesperadamente vão conhecendo (não há culturas diferentes que resistam sem pontes entre si, pois caso contrário são ilhas isoladas de equívocos, fortalezas isoladas feitas de desconfiança e temores, do declínio passam à dissipação).

Eric Hobsbawm, que nasceu em 1917 e foi testemunha ativíssima do século XX, o século da barbárie segundo muitos autores[26], deixou-nos, entre outros recados que a destruição do passado, ou melhor, dos mecanismos sociais que vinculam a nossa experiência pessoal à das gerações passadas, é um dos fenómenos mais característicos e lúgubres do final do século XX.

É com a presença dessa pesada herança memorial que elaborámos este trabalho. São de Hobsbawn as palavras exemplificando essa ideia estranha de um *extremum praeteritum* (de um fim do passado): "Quase todos os jovens de hoje crescem numa espécie de presente contínuo, sem qualquer relação orgânica com o passado público da época em que vivem" (Hobsbawm, 1996, p. 15).

4. Ao escrevermos este trabalho, fazemo-lo pela perpetuação, pela continuidade de uma cultura, a cultura humana, tão capaz e tão hábil de criar e aceitar as diferenças extraordinárias que a definem, promovem e dignificam.

Defende-se aqui, por isso mesmo, a importância de uma memória-filão obrigatória no entendimento dos conteúdos dos Estudos de Cultura, extensão cada vez mais autónoma como área científica das ciências humanas e sociais, na compreensão da complexidade das práticas e dos discursos culturais.

A memória – dizia Paul Ricœur – possui um estatuto matricial (Ricœur, 2000, p. 106)[27], afirmação que determinou e sublinhou a nossa escolha.

[26] São centenas de exemplos, mas registamos o otimismo de Isaiah Berlin (sintomático do que dissemos), ao proferir um discurso de aceitação do grau honorário de Doctor in Law atribuído pela Universidade de Toronto, em 1994: "Fico feliz que vós, a quem me dirijo, verão o século XXI que, estou certo, só poderá ser um melhor tempo para a humanidade do que foi o terrível século que vivi."

[27] Outro tanto foi defendido por Hutton (1993).

Usámos sempre como referenciais de estudo os elementos culturais, alusões a produções criativas que, à margem de epifenómenos marcantes foram contributo para mudanças, desenvolvimentos, progresso e novas posturas face às tradições humanas, bem como os fenómenos culturais que caracterizam a sociedade, neste caso e sobretudo a que produziu no início do século XX ruturas radicais no nosso País, em particular, e no Mundo em geral, condicionando-os até aos nossos dias. Os exemplos nossos contemporâneos reforçam essa mesma opção, e os que selecionámos são, em nosso entender, resultado das origens que aqui apresentamos.

Esse mesmo início do século XX, não esquecemos, trata-se de um tempo longo de catástrofe, de doença e de terror, tempo de *shell shocks* [28]que interrompeu, para milhares de jovens militares e das vítimas civis dos conflitos então travados, o fluxo normal das suas vidas, logo da transmissão das suas memórias. Também não esquecemos que a nossa experiência releva e verte o que enfrentámos já nas primeiras décadas do século XXI e os acontecimentos que, nelas, consideramos cruciais[29], porque nenhum narrador é testemunha isenta e não condicionada pelo que narra no tempo em que o faz. Esta ideia reforça a nossa tese: falamos sobretudo da criação-absorção de imaginários memoriais (e de vontade e necessidades políticas que não deixam de ser elementos culturais dignos de estudo) quando falamos de identidades e de nacionalidades, na procura de constituição de um coletivo, desejoso de gerar uma estabilidade de preferência assente na territorialidade e na continuidade. A autoestima individual carece da força do grupo maior a que nos associamos: é isso que se confunde vulgarmente com identidade.

Assim sendo, identidade é, a nosso ver - e mesmo quando é pretendido destacar neste conceito elementos inatos que possam caracterizá-lo -, uma convenção, uma designação que parte do abstrato, de uma idealização como forma plural de afinidades, designa várias interpretações, vários objetos distintos, embora em unidades (ou uniões ou redes ou universos

[28] Nome dado pelos ingleses ao choque pós-traumático, perturbação psicológica, profunda que fez regressar da frente da Primeira Guerra Mundial milhares de soldados mudos, amnésicos, com reações dissociativas de natureza variada. A perturbação é comum a outros cenários de guerra, sendo em Portugal mais estudada a partir dos efeitos provocados pela Guerra Colonial 1961-1975. A primeira descrição de síndrome de stresse desta natureza foi feita por Hans Selye em 1936 (Albuquerque et al., 2003).

[29] Dos ataques terroristas do 11 de setembro de 2001, passando pela invasão americana do Iraque, à crise do *subprime* de 2007, à primavera árabe de 2010, ao surto de ébola em 2014, aos ataques terroristas de Paris, em 2015, ao caso Harvey Weinstein e ao início do movimento #MeToo, em 2017, ao discurso de Greta Thundberg, em 2019, à pandemia do novo coronavírus e à Covid-19, que alastrou em 2020 a todo o mundo, e mais recentemente a invasão da Ucrânia pela Rússia, que teve início na quinta-feira, 24 de fevereiro, de 2022, ou, muito mais recente, o eclodir de uma nova etapa do conflito israelo-palestiniano, com início a 7 de outubro de 2023, uma escalada de violência, mais uma memória traumática nos desequilíbrios do mundo.

ou esferas[30]) do mesmo tipo, enfim, qualquer coisa que seja pertença do unívoco, mas que não perca características autónomas. Não nos agrada particularmente enquanto conceito operacional, quando aplicado à análise cultural de indivíduos singulares ou coletivos, pois as suas afinidades, as suas peculiaridades têm sempre limites e impedem o conceito de expandir-se e conduzir a generalizações. Identidade é uma constatação intencional de isolamento, mas não representa o indivíduo nem as suas opções individuais, remetendo-se a um rótulo confortável que esquece diferenças e igualdades, valores universais e diversidade de opções e posições dos sujeitos que, para além de historicamente construídos são culturalmente adaptáveis e dotados da capacidade contínua de mudanças.

Falamos, pois, de contrapartidas: de uma formação crítica e reflexiva, cidadã, para a compreensão e resgate do mundo, opondo-a à ideia de *identidade* que impõe verdades inquestionáveis, a cristalização de estereótipos, a formatação de indivíduos de acordo com características pré-definidas com a intenção de serem (desejavelmente) imutáveis. Essa imutabilidade proporciona efeitos de manipulação, integração no mundo vasto das mercadorias úteis que a indústria da cultura sabe tão bem aproveitar. Os seres humanos são o oposto disso mesmo: são seres infinitamente adaptáveis às mudanças e promotores criativos de mudança, para si e para os outros, capazes de criar força na alteridade e não no isolamento ou na classificação desta ou daquela característica física ou psíquica, reagentes ao que os circunscreve, ocupantes de lugares de troca (e não objetos de troca); universos culturais em presença, com as suas diferenças, proximidades, restrições e aptidões de aquisição, elementos do grupo que escolhem e os acolhe e não uma etiqueta que pretende definir o próprio grupo. Não são modelos nem modelares, mas capacitados de pensamento crítico, isto é, capazes de alternativa e de novas possibilidades. A identidade é, em suma, uma restrição de possibilidades. Pela sua relação inquieta com a memória, a "identidade" continuará presente nesta tese, enquanto defendemos ideias dentro da ideia que defendemos.

5. Há nesta tese, intencionalmente, um *antes* e um *depois*: uma primeira parte antes de 1917, ano charneira deste contar, e uma segunda sobre 1917 e as consequências do que produziu e como produziu. A escolha do ano de 1917 – onde se testemunha um clímax temporal da vida de António Manuel Trigo - prendeu-se também com a ideia de circunscrever o tema e o objeto a tratar, evitando uma dispersão interpretativa de documentos, mesmo parcelar, que uma

[30] Aceite-se que o nosso campo de trabalho é a Noosfera - ou esfera das ideias-, formado por produtos culturais, pelo espírito, linguagens, teorias e conhecimentos.

pesquisa mais lata nos imporia. Ao contrário do que possa objetar-se, não podia ser qualquer outro ano, admitindo que todos produziram acontecimentos notáveis, mas, pelo contrário, este período de 12 meses, em que o mundo mudou de uma forma tão evidente (talvez só o ano de 1789, em boa medida, se possa comparar-lhe simbolicamente).

Este trabalho isola, portanto, uma perspetiva possível de uma memória coletiva[31] do ano de 1917, um dos mais cruciais em toda a História do Mundo, entendendo-o de imediato como o ano em que, em Portugal, se acusa o fim abrupto da perseguição de uma idealidade ainda cultivada nos últimos desejos progressistas do republicanismo português,[32] num cenário global onde a realidade opõe a brutalidade aos sonhos e ergue barreiras, novos padrões distópicos, ditados pela violência de uma guerra à escala mundial e nacional. Um tempo de fome moral, espiritual e física, de ameaças permanentes, de instabilidade social, política e afetiva, de conflitos e desencanto e do desfilar de projetos esperançosos, aparentemente não concretizáveis, onde se cria uma multidão de descrentes nos modelos que, aparentemente, não serviam o sonho antes alvitrado. O ano que parece ser o do princípio do fim de muitas utopias e a antecâmara para o autoritarismo que, em Portugal e no mundo, esmagará em breve, com a sua força indiscritível, sonhos recém-nascidos e obviamente ainda por crescer.

Há também aqui a direta, inevitável, relação com a ilha da Madeira, por ser, como referido, o Funchal, a cidade natal de António Manuel Trigo; e com a produção cultural periférica que entendemos recolher, com exemplos que pudessem reforçar o que investigámos.

A modesta condição literária do espólio de António Manuel Trigo, não impediu que o enquadrássemos na moldura de vida imposta pelo autor, apreendendo o mundo em seu redor. A disciplina e o comedimento com que os textos foram recolhidos e redigidos, colocam Trigo numa plataforma de rigor e depuração que justificamos com a natureza castrense da sua formação e com a vontade de deixar aos vindouros uma coletânea isenta, não autoelogiativa ou laudatória, mas capaz de constituir um esclarecimento rico em detalhes e perpetuador de si próprio, testemunho de entidade: um património. Essa opção, acabou por nos transmitir mais a factualidade do que viveu do que as sensações emocionais que eventualmente terá posto nessa

[31] Aqui usado no sentido de *repositório abstrato de informações referentes a uma comunidade*. Isto é, contemplando o fator social da designação. O conceito, aceitamos, gera uma noção muitas vezes ambígua.

[32] Para reforço do ponto de vista cultural em que laboramos, adotamos a ideia de Catroga (1991, p. 105): "o republicanismo constituiu um movimento em que a explicação da luta pela conquista do aparelho de Estado será incompleta se não se levar em conta o horizonte cultural que o impulsionou".

vivência. (Sabemos como a emoção pode ser um fator determinante no mapeamento do sentido de um texto e como a sua ausência, neste caso, nos inquietou).

É este, pois, um ponto de vista baseado, também, num conjunto de rememorações individuais inéditas, evoluindo connosco sob a matriz hermenêutica dos estudos de cultura e dos eixos temáticos da cultura (Universidade de Lisboa, 2022)[33]. É assim uma tese, antes de mais, sobre a importância da memória individual para o melhor entendimento das memórias coletivas.[34]

Interrogamos, e disso fazemos extensão destas páginas: o que é que um grupo - um universo cultural constituído por pontos em contacto de muitos universos culturais e que formam na aparência o coletivo-, constrói e transporta coletivamente se não o que a sua memória individual e a construção de memórias geracionais - que dificilmente podem aceitar-se como um resultado homogéneo-, criaram como proximidade de um conjunto de indícios agrupados de uma forma final provisória e questionável. E onde radica a origem dessas memórias? Nos acontecimentos ou na criação dos acontecimentos para a edificação intencional de uma recordação.

Esta tese persegue, portanto, ideias e ideais e a forma como, num momento inédito e fraturante, os mesmos terão ganho novas características e novos conceitos de interpretação/aplicação. Apresenta-se, pois, como um formato modelar ao serviço de novas propostas de leitura de um momento de memórias tão pródigo e singular. Ao mesmo tempo, analisa o lado reverso do estudo dos acontecimentos, tentando assim não descurar dimensões oníricas, emanações afetivas, ideológicas e idealistas, mitos, utopias-distopias, quimeras, ilusões – cujo somatório é a base de entendimento da cultura humana (Elliot, 1988) [35] e das suas realizações mais inesperadas e expressivas. Recorremos, assumida e livremente às citações, nomeadamente de obras de ficção, de livros a filmes, por estarmos no âmbito dos Estudos de Cultura, cuja forma de operar sugere sempre a espontaneidade e erradica as

[33] O programa deste Doutoramento enuncia: "*integrado no Programa de Cultura e Comunicação, o Doutoramento em Estudos de Cultura oferece formação avançada no cruzamento das tradições das ciências da cultura e estudos culturais e organiza-se em três eixos temáticos: Matrizes da Cultura: Identidades e Poder; Comunicação, Discurso e Sociedade; Gestão de Tendências e da Cultura. Apresenta uma pluralidade de perspetivas metodológicas e teóricas e contribui para a adequação da investigação a uma realidade sociocultural mutável, estabelecendo um diálogo transdisciplinar entre as áreas das ciências sociais e das humanidades e estimulando, ao mesmo tempo, o conhecimento e estudo de novas áreas. Propicia cruzamentos particularmente relevantes entre comunicação, filosofia, sociologia cultural, ciências da linguagem, história, gestão cultural, estudos dos média, indústrias criativas, políticas culturais"* (Universidade de Lisboa, 2022).

[34] Seguindo, por exemplo, o sociólogo Halbwachs, que sugere a memória individual como um ponto de vista sobre a memória coletiva (Halbwachs, 2013).

[35] Retemos aqui como importante a ideia de Eliot (1988, p. 55), "A cultura não é apenas a soma de diversas atividades, mas um modo de vida".

inibições dos analistas. Construímos por isso, à deriva de uma curiosidade polimorfa, um mosaico que pretendemos compor numa imagem coerente - essa é a única imagem resistente do que entendemos por multicultural. Todos os estudos de cultura são fenómenos multiculturais, compostos de muitas identificações sensíveis que só fazem sentido na reunião num todo inteligível. Apresentamos assim um mosaico, repita-se, assumidamente, com a intenção de defender algumas ideias, a começar pela importância que a memória, em sentido lato, e as memórias, em sentido estrito (da individual à coletiva), são essenciais no processo de investigação dos estudos de cultura. Trata-se, portanto, de um mosaico de muitas peças[36], seguindo a esteira de entendimento de Kristeva (1974, p. 62): "Todo o texto se constrói como mosaico de citações, todo o texto é absorção e transformação de um outro texto".

Reavivamos as palavras de Merleau-Ponty (1945) quando diz[37] que "a memória não é a consciência constituinte do passado, mas um esforço para reabrir o tempo das implicações do presente" (p. 211). Acreditamos ainda que a mesma memória se manifesta sempre como uma insuficiência. Esclareça-se: uma necessidade, é certo, mas sempre uma exiguidade, pois afirma-se entre a necessidade de reter, de recordar, de perpetuar, de ser uma escolha para uso futuro e a inevitabilidade do esquecimento (Cardoso, 2019)[38].

6. Aceitamos ainda, com Halbwachs (nome que virá várias vezes a estas páginas, como se nota), a recíproca influência entre as manifestações da memória individual e da coletiva, pois mesmo o indivíduo isolado faz parte de um todo, de um grupo social, de um universo de características únicas, o que torna plural, multímoda, qualquer ideia formulada em torno de uma *identidade* – uma impossibilidade, por ser "soma nunca concluída de um aglomerado de signos, referências e influências" (Motta, 2013, p. 16)[39] -, tema que é uma das preocupações da nossa tese.

[36] Analogia apenas possível em Estudos de Cultura, onde descobrimos magias como as de Julio Cortázar quando disse o mesmo de outro modo: "Sem me colocar numa postura estilística rigorosa, proponho observar o romance pelo lado de sua relojoaria, de sua maquinaria; algo como virar uma tartaruga na areia para investigar o seu aparelho locomotor" (Cortázar, 1998, p. 181).

[37] Merleau-Ponty (1945) sobre a prosa, a linguagem e a forma como se estabelecem na cultura, lemos o mesmo autor– por exemplo quando afirma que "Toute grande prose est aussi une recréation de l'instrument signifiant, désormais manié selon une syntaxe neuve. Le prosaïque se borne à toucher par des signes convenus des significations déjà installées dans la culture." Interessa-nos sobremaneira esta consideração final da frase: "O prosaico limita-se a tocar, por signos convencionais, significados já instalados na cultura" (tradução nossa) (Merleau-Ponty, 1969).

[38] Sobre este binómio necessidade/insuficiência, memória/esquecimento.

[39] No contexto da antropologia, a identidade consiste na soma nunca concluída de um aglomerado de signos, referências e influências que definem o entendimento relacional de determinada entidade, humana ou não humana, percebida por contraste, ou seja, pela diferença ante as outras, por si ou por outrem.

"A nossa descrição de nós mesmos é pontuada pela perceção e relato de uma série de incidentes que pontuaram o fluxo regular de nossa existência no passado, e redirecionaram nossas vidas: nossos pontos de

Diz-nos Maurice Halbwachs, o percursor do estudo sociológico da memória: "Diríamos voluntariamente que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda conforme o lugar que ali ocupa, e que este mesmo lugar muda segundo as relações que mantém com outros meios. Não é de admirar que, do instrumento comum, nem todos aproveitam do mesmo modo. Todavia quando tentamos explicar essa diversidade, voltamos sempre a uma combinação de influências que são, todas, de natureza social" (Halbwachs, 2013, p. 51).

Propomos, após ler Pierre Nora, que estabelece como "a memória é um fenómeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente" (Nora, 1993, p. 9), juntar-lhe as críticas de Assemann (2011) que, enumerando várias formas de manifestação da memória privada e cultural, sugere, em contraditório ao historiador Nora, elaborar uma argumentação que consiste, fundamentalmente, em demonstrar que não há uma essência da memória: "hoje quem é um virtuoso da memória cai no ramo do entretenimento ou até do patológico" (Assemann , 2011, p. 15) – e deles partir para o objetivo deste trabalho, que é o da procura de aplicação a um estudo de caso da importância endógena da memória como expressão comunicativa e erudita, aceitando-a como tradução do individual, do social e do cultural, partindo ainda da aplicação do conceito definido pelo mesmo Jan Assman, quando interpreta a memória enquanto espaço múltiplo de recordações. Discordamos da frase deste teórico da cultura quando afirma que "a memória é a faculdade que nos capacita a formar uma consciência da identidade, tanto ao nível pessoal como coletivo" (Assman, 2008, p. 115) – sujeitando a mesma definição ao contraditório académico de outras perceções que questionam, tal como nós o fazemos, a própria identidade como conceito definitivo.

Sem nunca atingir um (impossível) grau de igualdade absoluta entre indivíduos, a ideia de identidade parece resultar de várias necessidades, a saber:

a) a necessidade de legitimar politicamente um grupo, dentro das mesmas fronteiras, físicas ou não, subordinando-o às mesmas regras, tão evidente nos mecanismos que dão "corpo" às noções de nacionalidade, e ao nacionalismo como efeito máximo dessas noções;

b) a necessidade de pertencer a um grupo – o indivíduo precisa dos outros indivíduos. Só se completa verdadeiramente no Outro -, sentindo-se mais forte e protegido, pelo que isso é o resultado de opções, sentimentos pessoais e culturais, estruturas de crença partilhadas,

viragem. Viragem de mesa, viragem de direção, viragem de vida. Essas ruturas revelam dramas individuais, ruturas como descontinuidades trágicas ou desvios do canónico. Elas demarcam períodos e circunscrevem pontos de viragem, mas reinseridas na narrativa de nossa existência, compõem uma unidade-síntese. Essa sucessão de eventos configura a nossa estória de vida, uma narrativa que nos identifica e nos confere uma identidade única. Somos as nossas narrações" (Motta, 2013, p. 16).

territorializações de fé e imobilidade das gerações, circunscritas a pequenos centros geográficos e limitadas às suas línguas e costumes nacionais ou locais;

c) a necessidade e sobretudo a relação mais ou menos aberta e cultural com a evolução e as sugestões trazidas pela evolução das conceções do tempo, hoje tão marcadas pelas opções do modelo de capitalismo nosso contemporâneo[40] e pela veiculação das mesmas pela imprensa que, ao seu serviço, tem um alcance glocal, heterogéneo e indutor de formas e produtor de fórmulas.

Aceitar passivamente a ideia de uma *identidade cultural*, é aceitar a ideia de um constante conflito agitado por contradições: mais do que oposição entre indivíduos, que é uma constante em tantas épocas e em especial no tempo presente, veja-se como exemplo, à superfície de outros mais profundos, o estranho espetáculo dos pequenos, médios e grandes ódios que escorrem pelas redes sociais. Mais do que essa oposição, é a própria batalha entre supostas *identidades* que caracteriza a análise do que vemos. Sob o ponto de vista de um respeito integrador de diferenças, o rótulo de uma *identidade* (filosófica, visual, corporativa, nacional, de género, social, linguística[41], cultural em suma) resulta na escavação de diferenças e no tratamento segregacionista entre pessoas e os grupos onde se reveem. Cria guetos, bolsas minoritárias, débeis universos culturais que perdem força de afirmação pelo desgaste de se repetirem e isolarem em grupos de afinidades. Quando o indivíduo mergulha na sociedade, isto é, quando se relaciona ativamente com os outros indivíduos, emerge (n)aquilo a que Durkheim (Duvignaud, 1982; Ferreira, 2018; Vares, 2019) chamou uma "consciência coletiva" (fala também de "representações coletivas", somatórios culturais de conceitos morais e normativos que se confundem com as opções individuais e as determinam), um sistema aparentemente com vida própria, exterior ao indivíduo e com a capacidade de "coagir" e determinar os seus pensamentos, sentimentos e ações, sem que o mesmo dê por isso. O que assistimos na atualidade, se aceitarmos a amnésia cultural coletiva em que parecemos afundar-nos, que na ausência dos que viveram as catástrofes construiu o edifício da indiferença, é, na substituição do enunciado Durkheimiano, uma inconsciência desse mesmo coletivo, uma, não representação do coletivo, que nos oferece pouco mais do que uma vida própria ameaçada.

[40] Ideologia que procura liderar o formato do cosmopolitismo como um lugar de consumo sem fronteiras.

[41] Destacamos a leitura de Yeats (2023) pelo modo como persegue a identidade linguística, tema que o mobilizou em especial no início da sua produção literária e é claro James Joyce ou Franz Kafka, de interesse ímpar também para os estudos de cultura e pela forma como interpretaram os recursos linguísticos – em *The Dubliners* (Gente de Dublin), coletânea de 15 contos, onde Eliot (1948) afirma ter encontrado "um dos melhores contos na língua inglesa" - ou, por exemplo, na Metamorfose, *Die Verwandlung*, em alemão, de Kafka – como pesquisa ou desejo de alcance de um tipo de *identidade*, especialmente na correlação do Um e o Outro e no que produz como Entidade em presença de contrários, dispensando por isso qualquer ideia de Identidade.

Vida numa sociedade autocentrada, onde o indivíduo é o seu próprio universo singular e se mantém fora do que é identitário, para brandir o poder do que é (do que julga ser) a razão única da sua existência (a sua vida individual, sem grande interesse ou respeito pelo outro, em resumo, a via egoísta para uma sobrevivência possível).

Tomamos como base, portanto e principalmente, distinções como as de memória individual, memória coletiva, memória social e memória cultural, motivados pela ideia de como o seu entendimento é obrigatório, fundamental, nos estudos de cultura; falamos de memória e analisamos memórias (memórias, sim, como escrita de impressões de um mundo e reminiscência ou recordação como resultado de leituras).

Porque o nosso método e objeto são quantificados pelos Estudos de Cultura, procurámos também trazer à pesquisa autores como (por exemplo) Aby Warburg que "refletiria o seu entendimento da cultura como espaço de memória, no qual símbolos visuais e outros funcionam como um arquivo de memórias justapostas[42]"(Rampley, 1999, p. 112). Aby Warburg, historiador de arte, colocou a ênfase da memória no âmbito da dimensão material da cultura, em reflexões iniciadas nos anos 20 do século passado. Esse trabalho irá ao encontro dos estudos de Maurice Halbwachs, o sociólogo francês que já referimos e que tanto iremos citar, também a propósito da sua conceção de memória coletiva e do que ele chamou os quadros sociais da memória, construídas como "convenções" sociais, mas também a associação entre lembrança e significação que aprendemos com Frances Yates (Yates, 2022) e em especial nas páginas (127 a 186) do seu livro *A Arte da Memória*.

Fundamentais, as reflexões de Homi Kharshedji Bahbha, em especial as suas interrogações à identidade, ou melhor, à "imagem de identidade que é questionada na dialética mente/corpo e resolvida na epistemologia da aparência e da realidade" (Bahbha, 1998, p. 73).

Ainda Edward T. Hall, quando nos desafia a aceitar que cada um de nós vive em relação direta com uma dimensão oculta (em nós e em tudo o que nos rodeia, sendo nós um espaço no espaço de todos nós): "A cultura controla o comportamento de uma forma profunda e persistente, algumas vezes de forma inconsciente e fora do controlo do indivíduo" (Hall, 1986, p. 48).

Estudos de cultura, estudos culturais, ciências da cultura, campos onde as inclusões dos estudos de memória representam desenvolvimento recente, mas muito significativo (Alves, Soares & Rodrigues, 2016), são formatos parentes, por vezes distantes, que se encontram e

[42] *Vide*, sobre este conceito desenvolvido por Warburg, as páginas 94-117 de Rampley (1999).

completam e que apesar da subordinação a metodologias operatórias mais ou menos distintas, têm contribuições comuns que os aproximam, em vez de os distanciarem.

Um novo paradigma de abordagem dos fenómenos culturais, construído nos últimos decénios, trouxe novas potencialidades e a aceitação de novos instrumentos de análise cultural. Os estudos de memória chegam a cada um desses caminhos de forma enriquecedora e não mais do que há quatro décadas, quando aceites pelas dimensões comunicativas e culturais que significam. O seu objeto é interpretado por pequenas e sensíveis variações que não se distinguem particularmente, apesar de terem "agendas próprias". Os Estudos de Cultura acompanham pluridisciplinarmente a investigação teórica, capaz de dotar os seus intérpretes de dispositivos de compreensão sistemática e de métodos de investigação no domínio amplo do que, em termos internacionais, se designa por ciências da cultura e estudos culturais. Assman (1999) permitiu-nos entender a proximidade e relativa distância dessas áreas de trabalho. Por um lado, encontra-se a presença dos Estudos Culturais (*cultural studies*), com fonte no Reino Unido e nos Estados Unidos, e as Ciências da Cultura (*Kulturwissenschaften*), com origem e prática na Alemanha e em contexto alemão. Os Estudos de Cultura permitem, por seu turno, espaços alargados, como os recolhidos junto da antropologia, da estética, da política, da sociologia, configurações vinculares que emanam da atitude transformadora humana nas suas mais variadas gradações culturais. É um estudo de fenómenos (tendo em conta que fenómeno é tudo o que está sujeito à ação dos nossos sentidos ou nos impressiona de um modo qualquer, física ou moralmente).

Na atualidade, é urgente reabilitar a memória como peça desse tipo de estudos. Só assim será permitido ao investigador dos Estudos de Cultura fazer ressurgir do passado o que a brutalidade ou a intenção, no sentido da inscrição intencional das vontades, transformou em esquecimento. Por isso, a procura de enquadramento para o que colonialismos, imperialismos, ditaduras, Guerras Mundiais, holocaustos, genocídios, populismos, o pesadelo gerado pelo lado desumano do ser humano, impõe aos estudos culturais nossos contemporâneos uma atitude frontal na abordagem dos fenómenos culturais que, mesmo tendo ficado retidos em episódios amnésicos, devem ressurgir como ensinamentos capazes de travar qualquer tentativa de repetição de fenómenos inumanos[43] e contrários à equidade, à alteridade, ao ser humano cultor da vida em comum, da promoção do mundo em dinâmica de globalização, da vida pacífica, da

[43] Atentatórios do Humano, isto é, daquele que pensa, sente, age e reage de acordo com sentimentos de compaixão, benevolência e solidariedade.

vida de entendimento ecológico, da vida planetária sem os recalcamentos que fazem dos traumas novos e encurralados lugares simbólicos.

As obras de Maurice Halbwachs, onde se encontra o que se convencionou chamar *memória coletiva* - contemplando as vertentes biológica e cultural da memória - trouxeram para a ribalta analítica os estudos da memória cultural. Tornou-se, em vários países e servindo várias disciplinas, uma área de pesquisa a granjear progressiva aceitação, aplicação e notoriedade, entrecruzando cultura e memória nas abordagens mais díspares e diversificadas até ao grau interdisciplinar que lhe reconhecemos nos nossos dias. Sem convergências inabaláveis, é uma questão complexa, esta da memória cultural, cujos conceitos requisitam as mais variadas disciplinas que estudam a cultura, como os estudos de cultura (entenda-se: estudos de cultura, mas também os estudos culturais e as ciências da cultura), as ciências sociais e políticas, a comunicação, a história, a filosofia, a psicologia, a teologia, as neurociências e a psicanálise, os estudos dos meios de comunicação. Às vezes, esses conceitos convergem; outras vezes eles parecem excluir-se; e com muita frequência, os pesquisadores de uma disciplina parecem não prestar atenção ao trabalho realizado nas disciplinas vizinhas.

Cabe-nos empreender estudos de cultura e procurar entender os fenómenos culturais nas suas dimensões mais diversas.

A memória é um dispositivo cultural, um apontamento nem sempre disponível ou imediato, dependendo da forma como se alcança – ou evoca -, isto é, de como se torna disponível. Nem sempre é neutra, por dependente de intenções ideadas, que a originam ou que a origem lhe fornece. Mas a memória é também uma adaptação contínua às experiências que se deparam ao seu presente. Silêncio e silenciamento, esquecimento e "amnésias", evocações nostálgicas, políticas organizadas para a sua construção, sugestões e imposições de mudanças na construção da realidade, tradições perdidas e idealizadas, fazem da memória e da sua mutação um campo fascinante de recolhas, de trabalho, de comparações. Não se deve *esquecer* (sim, palavra propositadamente empregue) que todas as gerações são pós-memória, o que impõe revistações e a dinâmica de uma museologia do passado tornada coisa necessária no presente.

Quando lemos (a propósito de modelos e pesquisando sobre paradigmas e seus conceitos) o sociólogo Raymond Boudon, cuja ação académica perseguiu a elaboração de um sistema de paradigmas sociais (Boudon, 1979), encontramos uma distinção aplicável: de um lado está o comportamento; do outro, a ação. Boudon reforça as suas ideias ao sugerir a utilização da palavra *isomorfismos,* designando esta expressão a utilização comum por várias

disciplinas de paradigmas idênticos. Foi nesta senda que procurámos padrões para o entendimento da memória (no âmbito cultural). Será que chamamos memória a isomorfismos? Será que a memória tida por coletiva é o ponto de contacto (produto de *isolinhas* resultantes de *isomorfismos)* de interpretações das mais díspares, porém contactáveis, de memoriais individuais? Acreditamos que sim, em especial no que relevamos destas páginas.

7. A memória parece ser sempre uma síntese, sendo ainda inventário sintetizado de comportamentos passados, incluindo mesmo o comportamento de quem a registou como momento final e preferencialmente testemunhado. Sendo intencional, o registo memorial é ação (comportamento orientado para um fim). Queremos entender nesta perspetiva um papel causal e outro finalista da memória. Só permite interação quando revisitada e sequentemente constitutiva de novas memórias (como produto dessa ação) (Boudon, 1979, 1989).

É nossa convicção que a exigência de trazer cada vez mais a Memória aos Estudos da Cultura, impõe dar um passo em frente no que investigamos, registando as suas manifestações como requisito de uma vasta metodologia operacional, justificada ainda pela premência do tempo cultural que vivemos, de grandes e por vezes intencionais apagamentos, onde a presentificação oblitera, voluntária e involuntariamente, o que se foi esbatendo no tempo. Esse "esbatimento" pode resultar de políticas organizadas de esquecimento ou da diminuição que a distância impôs àquilo que ocorreu. Faz assim operar no traumatismo das vivências, uma longinquidade que o cura, aparentemente, sarando as dores, numa forma em que o tempo passado dilui ou mascara as cicatrizes, apesar de tudo. "Os lugares traumáticos resistem às atribuições de sentido simbólico por parte dos sobreviventes, uma vez que estas atribuições são suplantadas pela Memória de longa duração" diz-nos Aleida Assmann, citado por Alves et al (2016, p. 9).

Corpo, inteligência, moralidade, vida social e política, surgem nos seres humanos vitimados como uma desigualdade de memórias que dependem da relação do indivíduo afetado com o ato primeiro ou com a vontade de gerar uma amnésia intencional, de sobrevivência.

Um bom exemplo para esta reflexão, encontrámo-lo em *A Dor do Século* (no Brasil, *A Infelicidade do Século* e no título original, de 1998, *Le malheur du siècle*), de Alain Besançon, membro do Institut de France. O livro, que é sobre o comunismo, o nazismo e a unicidade da Shoah, interroga a memória, o esquecimento e como lidamos com ambos. Partindo da crueldade praticada em contextos ideológicos diferentes, com iguais níveis de perversidade, de desumanidade, parece chegar-se a diferentes amplitudes na memória coletiva estabelecida. A

maldade humana parece ser punida de formas diferentes, apesar da memória dos seus crimes ser, todavia, equivalente (Besançon, 1999).

> Vivemos em sociedades cuja meta não é simplesmente combater as ideias radicais[44] — isto seria natural esperar — mas apagar toda a memória viva dessas ideias: criar uma condição amnésica na qual essas noções pareçam jamais ter existido, colocá-las num espaço para além de nossos poderes de conceção (Eagleton, 1993, p. 11).

Nos últimos episódios à escala mundial desta construção da memória, está a forma como os russos apostam na propaganda sobre o que se passa na Ucrânia, tentando superar os modelos de comunicação (modernos e dinâmicos) ucranianos e a imagem que se consolidou, entretanto, numa Europa mobilizada contra o conflito: "O Kremlin está a seguir uma linha muito tradicional da propaganda: incutir o medo tanto no povo ucraniano como no mundo ocidental para atingir os objetivos" (Ribeiro, 2022, para. 3).

Nesta passagem, não nos esquecemos, uma vez mais, das palavras de Terry Eagleton, um dos precursores dos Cultural Studies:

> Uma das características mais grotescas dos campos de morte nazis, era o modo como as medidas sóbrias, meticulosas e utilitaristas eram postas ao serviço de uma operação que não tinha nenhum objetivo prático. Era como se as partes individuais do projeto tivessem sentido, mas não a operação em geral.
> O mesmo acontece num jogo em que jogadas deliberadas são feitas numa situação que não tem função prática.
> Estaline e Mao massacraram por uma razão. Na sua grande parte, havia uma racionalidade brutal por detrás dos seus assassínios. Isto não torna as suas ações menos hediondas ou culpadas do que as dos nazis. As vítimas destas atrocidades, afinal de contas, não querem saber se morreram por nenhuma razão em particular ou segundo algum plano meticuloso. De facto, os crimes cometidos, tendo em conta um fim, podem ser mais repreensíveis do que os perpetrados sem motivo aparente. Os crimes de Estaline e de Mao não são necessariamente menos abomináveis do que os de Hitler. São apenas de uma categoria diferente. (Eagleton, 2022, p. 100)[45].

É fundamental, portanto, tomar por diante o estudo da memória como prioridade, de modo a estabelecer distinções entre memória e construção da memória, porque é esse o mais seguro posicionamento científico dentro das narrativas do passado que, culturalmente, tendem a confundir-se com a sua irrealidade, o seu esquecimento, a sua deriva, e a sucumbirem às

[44] Se assim é, pagamos um preço muito alto por isso mesmo.
[45] NOTA: O exemplo podia incluir os recentes acontecimentos no médio oriente com os massacres aterrorizadores do HAMAS e a resposta igualmente sangrenta israelita.

construções que vão tomando o lugar do que ocorreu, como registo adulterado embora herdeiro da memória fulcral. É esta exigência crítica atuante que defendemos, a partir do estudo de um conjunto de acontecimentos memoráveis, *memorabilia* reunida como testemunho familiar, escrito na primeira pessoa.

8. Uma tese não perfeita, mas plausível; palimpsesto apenas da reutilização dos nossos muitos esboços construídos para aqui chegar. A nossa autónoma "pegada cultural", preenchimento do nosso universo cultural que se distinguirá dos restantes - é o que acreditamos ter feito.

Objeto | questão

O objeto desta tese é posicionar a memória como elemento fundamental nos estudos de cultura.

Aceitamos, pois, a ideia da dimensão decisiva da memória na cultura.
Ferramenta, acessório fundamental, anexo ou prioridade epistemológica, a memória, numa dimensão comunicativa e cultural, é o ponto de partida e forma de abordagem para o entendimento cabal das formas que produz, traduz e redefine nos mais variados contextos e dimensões analíticas (que entendemos como cultura e culturas). Como auxiliar de análise, fornece elementos de incomparável riqueza, seja produto de manifestações individuais, exclusivistas, "egoístas", excluindo os Outros, quer seja resultado de quadros mais ou menos amplos de um coletivismo cultural.

A questão que levantamos: a memória é um elemento incontornável, fundamental para os estudos de cultura?

Interrogações epistemológicas

Que relevo dar a um conjunto de memórias individuais, aproveitando-as para o contributo de um estudo da memória coletiva, sabendo esta última sempre condicionada pelas interpretações do coletivo, poderoso reduto do heterogéneo que o compõe, relevando um ano singular e decisivo?

Como interpretá-las na ótica dos estudos de cultura e numa abordagem autónoma dos fenómenos culturais?

Qual a tendência longa da reverberação de acontecimentos singulares nacionais num mundo marcado por profundas mudanças?

A convergência, em Portugal, de acontecimentos inéditos no ano de 1917 ditou ultrapassar uma natural distância epicentral, marcando os cem anos seguintes? Que memórias guardamos desse ano singular?

O que há de único, de original, em Portugal no ano de 1917?

Que efetivas memórias legou?

Que distingue essa carga mnésica da vontade ávida de transformar idealizações em identidades?

Que ensinamentos recolhemos de um conjunto de memórias deixadas, um legado aos descendentes feito intencionalmente por uma testemunha de posicionamento privilegiado, pois viveu algumas das páginas mais intensas desse ano que escolhemos como esteiro principal de uma viagem analítica?

Como entender as omissões de alguns factos que hoje consideramos tão relevantes?

Que tipo de novel missão cívica se cumpria no país e que novo messianismo irradiava e se sobrepunha ao messianismo inscrito na utopia antevista e celebrada nas vésperas do 5 de outubro de 1910, caracterizando sete anos ensaísticos-experimentais na vida nacional?

O que entender da relação e na inversão utópica-distópica e anti utópica em 1917, nas ideias, nas ações, nos sentimentos?

Que mudanças culturais e comunicacionais ficaram assim inscritas na memória?

Que leituras podemos fazer de umas *Memórias* individuais para a iluminação do coletivo?

Eis as nossas motivações e dúvidas.

Entendemos a presença da memória cultural como de interesse científico e auxiliadora do paradigma de interpretação e abordagem dos tão diversificados fenómenos da cultura; o papel

da memória deve ser sempre resgatado, tornado uma prioridade, para entendermos os universos culturais em que se constroem os seres humanos enquanto produtos e produtores essenciais, tanto individuais como coletivos, sempre que partimos para o estudo dos fenómenos culturais.

Esta tese defende que:

é premente a necessidade de isolar a memória como elemento epistemológico fundamental;

a ideia de identidade cultural não resulta nem é suficiente como definição inquestionável, para que a aceitemos sem muitas reservas;

no âmbito de Estudos de Cultura, cada um de nós deve interpretar-se e ser interpretado como um universo cultural autónomo[46], constituindo por isso um lugar de memória, eventualmente resultante dos meios de memória que nos estruturaram, compondo-nos como um espaço antropológico fulcral, onde se luta contra o esquecimento das mais diversas formas.

É ao defender que a memória é uma construção, tantas vezes produzida como ponto de partida, pelo que pode variar de dimensão, de forma, de solidez, de continuidade, de credibilidade, que a consideramos matéria obrigatória, a contemplar sempre nas formas matriciais dos Estudos de Cultura.

A expressão *lugar de "memória"* aceita ou redimensiona aqui uma herança de Pierre Nora, o qual identificou que "a história era escrita sob a pressão das memórias coletivas", na

[46] 1.Em primeiro lugar, defendemos que essa mesma noção – a que chamamos "universos culturais autónomos" - nos afasta do conceito, que tantos autores perseguiram e perseguem, de identidade, tomando-a como referente individual, coletivo e até cultural, tornando-se, a nosso ver, mais robusta enquanto modelo aplicável de análise. O indivíduo é uma unidade sempre em transformação, um universo, restrito, com autonomia, mas em sucessivas mudanças. É entidade, um ser, e não identidade: com as características sempre mutáveis atribuídas ao Ser. Essa forma de ser está na relação direta com a sociedade, que é a soma de universos autónomos, constituindo um universo alargado, o global, resultado de infinitas trocas recíprocas (as culturas e a sua versatilidade, adaptabilidade e capacidade de mudança).

2.Em segundo lugar, levou-nos à aproximação com alguns autores, como o pensador Edgar Morin, que também será citado vezes necessárias ao longo deste trabalho, e à sua noção de esfera e noosfera e de quem sublinhamos:

As representações, os símbolos, mitos, ideias, são englobados simultaneamente pelas noções de cultura e de Noosfera. Sob o ponto de vista da cultura, constituem a sua memória, os seus saberes, os seus programas, as suas crenças, os seus valores, as suas normas. Sob o ponto de vista da Noosfera, são entidades feitas de substância espiritual e dotadas de uma certa existência. Saída das próprias interrogações que tecem a cultura de uma sociedade, a Noosfera emerge como uma realidade objetiva, dispondo de uma relativa autonomia e povoada de entidades a que vamos chamar de "seres do espírito" (Morin, 2005, p. 139).

Para Morin (2005) a esfera do pensamento humano é definida a par com a ideia de cultura. A esfera noológica (ou noosfera) corresponde à ideia de imaginário, com base nas ideias registadas pelo filósofo Pierre Teilhard de Chardin (1881-1955), a partir dos componentes gregos noüs (espíritos) e sphaira (esfera), apresentando a proposta teórica de uma "esfera do pensamento humano". Essa "esfera" equivale, na nossa defesa de argumentos, a um universo cultural autónomo, polissémico e plural, que faz de nós matizes diversificados e raramente imutáveis, distraidamente definidos como *identidade* de cada qual.

procura de "compensar o desenraizamento histórico do social e a ansiedade do futuro pela promoção de um passado que até agora não tinha sido vivido como tal" (Nora, 1978, p. 398–401).

Desvinculamo-nos de Nora, como se verá mais adiante, quando defende que algumas das nossas rememorações, enquanto ações culturais, definem conceitos particulares de identidades (Nora, 1978), pois não é essa a nossa tese. Assim como nos afastamos da visão clássica de identidade que nos aparece, citada de Durkheim (2002)[47], em tantos textos de apoio.

Também não cabe nesta tese dedicação ao es espaço e reflexão a uma forma de separatismo, de isolacionismo que certos grupos têm desenvolvido nos últimos anos, a que chamam identitarismo, afinal uma forma pretendida de visibilidade social. Achamos necessário referi-la, mesmo assim. Esses grupos anulam a forma da entidade, substituindo-a pela potenciação de reivindicações de alegados sinais identitários que julgam traduzir a força dos grupos, formulados a partir do que classificam como classe social, etnia, género, idade, língua, nacionalidade, orientação sexual, religião, subdivisões em raças, sugerindo aquilo a que chamam "políticas identitárias", que visam moldar ações individuais e coletivas, agentes públicos e privados, normalmente obedecendo a agendas próprias de origem indefinida.

No ano 2010 e seguintes, sobretudo a partir de 2014, surge um termo que da gíria ganha forma de adjetivo: woke, forma abreviada da expressão stay woke, nascida nos idos de 1860 e durante a presença de Abraão Lincoln na política norte-americana e entre os combates contra a disseminação da escravidão. Traduzido, woke significa "mantém-te acordado", em português. A woke culture e as woke politics, associadas a políticas ditas identitárias, são hoje parte integrante e centro de interesse dos estudos culturais, de forma tão próxima que acreditamos virem a ser elementos fulcrais em análises da memória futura.

Procuramos a importância da memória individual como contraponto essencial ao entendimento, estabelecimento, existência, essência e dissipação da memória coletiva. Procuramos entender "o modo como a memória, enquanto suporte de todos os fenómenos culturais, se articula em contextos distintos" (Alves et al., 2016, p. 8). Percebemos que a mesma memória se materializa em objetos – os textos que procuram fixá-la, os monumentos que intencionam solidificá-la, como as inúmeras evocações às figuras da primeira República – bustos e estátuas, de Afonso Costa a António José de Almeida ou Sidónio Pais, passando por Teófilo Braga, Egas Moniz, tantos outros, para além de micro registos materiais, como caixas

[47] Para exemplo e em torno do conceito de representação e de identidade.

de rapé, caixas de música, cinzeiros, e muitos mais, quase todos com intuitos didáticos para reconhecimento futuro (memória), de figuras e de símbolos, dos políticos à letra do hino nacional-, à toponímia, ao traçado urbano, às recordações monumentais dos mortos da Grande Guerra que encontrámos um pouco por todo o território de Portugal[48] e em alguns países europeus[49], ao longo dos anos em que investigámos e perseguimos o que podia constituir uma aura simbólica para este trabalho. Aliás, é nossa certeza que o próprio ritual da morte muda ou ganha novo significado cultural neste mesmo período, com o peso da morte coletiva[50], com a impossibilidade de enterrar todos os que tombam, com a evocação dos mortos e, sem dúvida, com a tradição de culto ao Soldado Desconhecido (uma nova forma monumental de construção memorial, que as nações encontraram para honrar os soldados caídos em batalha quando os seus corpos fossem identificados, uma memória de evocação e consagração em redor do mito da cultura e da experiência de guerra).

A partir de um documento original, revisitamos (sobretudo) as memórias do ano de 1917, de modo a interrogá-lo como um ano epicentro[51] de acontecimentos cuja singularidade determina novos modelos culturais em Portugal, sob a perspetiva da importância da memória na sua relação com os Estudos de Cultura. Documento que segue o País de uma forma inesperada, das fraturas violentas, da vida e da morte, sempre narrado na primeira pessoa – um Eu improvável, quase dócil perante a violência do seu tempo.

A propósito, citamos (uma vez mais) Halbwachs que junto ao seu conceito de *memória coletiva*, estabelece como recordação e localização das lembranças não podem ser efetivamente entendidas sem a análise dos contextos sociais em que atuam, pois é aí que se encontra a base do trabalho de reconstrução da memória. A *memória coletiva*, de acordo com Halbwachs (2013), é a memória que deixa de ter apenas a dimensão individual. As memórias de alguém nunca são apenas suas, assim como nenhuma lembrança pode coexistir isolada de um grupo social. Maurice Halbwachs fala-nos de" um Eu rememorante, produtor de pontos de vista atualizados, reconstrutor contínuo dos dados do passado, o que significa, aquele que torna "a

[48] O monumento tido como mais expressivo, pela grandiosidade, Monumento aos Mortos da Grande Guerra, está situado na Avenida da Liberdade, em Lisboa. Trata-se de uma homenagem aos combatentes portugueses na I Guerra Mundial. No aniversário da Batalha de La Lys, 9 de abril de 1920, surgiu a ideia do monumento e criou-se uma Comissão Nacional para o efeito, presidida por Magalhães Lima, figura carismática da I República, e, depois, sucessivamente pelos generais Abel Hipólito e Roberto Baptista. A primeira pedra foi colocada pelo Presidente da I República, Dr. António José de Almeida, em 9 de abril de 1923.

[49] Especial destaque para França e Inglaterra.

[50] Com a Guerra Mundial e a pneumónica, a Humanidade, ao perder tantos em tão pouco tempo e de formas tão brutais, tem de gerir uma perplexidade coletiva do tamanho do mundo que a vivia.

[51] Do grego antigo epikentros (ἐπίκεντρος), "situado no centro." É assim que defendemos o termo neste trabalho.

memória como algo não sólido, imutável, concreto, enfim, uma reconstrução" sucessivamente alterada ao longo do tempo e com laivos do que o presente lhe levou: "A lembrança é em larga medida uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente, e além disso, preparada por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e onde a imagem de outrora se manifestou já alterada" (Halbwachs, 2013, p. 48).

De certa forma, isso traz-nos (à memória) as palavras do sociólogo Émile Durkheim, tido por um dos "pais" da ciência social moderna

> Quando, pois, procuramos explicar um fenómeno social, é preciso buscar separadamente a causa eficiente que o produz e a função que desempenha. Servimo-nos do termo função de preferência ao de fim ou de objetivo. Justamente porque os fenómenos sociais não existem, em geral, tendo em vista os resultados úteis que possam produzir (Durkheim, 1982, p. 83).

É, em suma, o interesse que encontrámos ao efetuar este trabalho: reabilitar um conjunto de memórias individuais, pondo-as a par e ao dispor de uma memória coletiva, esta última sempre enferma das suas limitações e pela diversidade daqueles que a partilham. Não esquecemos o grito de desespero de Godinho (1991) quando consagrou o naufrágio da memória nacional – "(...) o homem prefere a tranquilidade dos mitos ou das ilusões estereotipadas, a segurança do ritual e das condutas quotidianamente repetitivas" (Godinho, 1991, p. 15), e não o esquecemos para podermos inquietar-nos com as nossas próprias convictas conclusões.

Evocamos as entrevistas concedidas por Edgar Morin aquando do lançamento do seu livro *As memórias vêm ao meu encontro*, tradução livre do título original (Morin, 2019), que nos apressámos a analisar durante o período em que efetuámos as nossas pesquisas para o presente trabalho. Desataca-se a ideia de entidade assente na memória (e ressalve-se que Morin relaciona diretamente memória e identidade): "A memória coletiva é a identidade coletiva. Nós somos a nossa memória. Partilhamos memórias significativas que criam a identidade coletiva" (Morin, 2019, p.59).

Método para aceder ao objeto | questão

1. A análise da informação recolhida e inventariada, em sistema aberto.
2. Procura de caminhos para as respostas, formulando novas interrogações para sujeitá-las a sufrágio e debate.
3. Aceitação do que pré-definimos: a tese é um ponto de vista e a sua conclusão pode consolidá-lo.

4. Análise dos documentos, com espírito crítico, relacionando-os com a enunciação dos problemas que levantam.

5. Obediência à metodologia predefinida.

6. O uso, como documentação, de um conjunto de textos inéditos reunidos sob a epígrafe *Memórias*, a par com bibliografia vasta sobre a época em que situámos o nosso trabalho, sobretudo o ano de 1917 e dos registos bibliográficos diretamente relacionados com estudos de cultura e de memória, linhas paralelas que suportaram o nosso raciocínio; interpretação de fontes arquivísticas que se apresentaram sobre suportes variados (manuscritos, textos editados da imprensa aos romances, registos de áudio, filmes, fotografias, sítios na rede). Privilegiou-se na bibliografia citada as obras em francês, com alguns títulos em espanhol, inglês e italiano, tanto quanto possível sob a nossa tradução.

Entrevista com familiares do protagonista das memórias analisadas.

7. Sujeição a um inquérito sistemático que, perante as interrogações de que partimos, traduziu as respostas a que chegámos.

Problemática e pertinência académica

1. Atribui-se a Heraclito de Éfeso a frase, na aparência determinante, na qual define que "a cultura é um outro Sol para os cultivados" (Moura, 1999, p.145). A definição não será, no entanto, assim tão fácil ou tão poética e talvez por isso se aceite que a multiplicidade de objetos de investigação caracteriza os Estudos de Cultura. Não é por acaso que Yury Lotman discorre sobre a imprevisibilidade dos processos culturais e define a cultura como "a memória não-genética e não hereditária de um grupo" (Lotman,1989, p. 40) e nesta aceitação incluímos ao nosso texto o conjunto de recursos do que herdámos de um ano contingente, 1917, a debater-se com o abalo das suas tradições, um período que questiona crenças, ideias, atos, símbolos, valores, existências individuais e coletivas, cultura e culturas, identidade questionada e individualidade procurada, memória e memórias.

Ressaltam as palavras de Bauman:

> o caso mais evidente é o da própria noção de cultura: na década de 1960, na Grã-Bretanha, ela estava quase ausente do discurso público, em particular do discurso sociocientífico – e isso apesar dos esforços pioneiros de Matthew Arnold para inseri-la no vocabulário das classes letradas britânicas e da brava luta posterior pela sua legitimidade, empreendida por Raymond Williams e Stuart Hall (Bauman, 2022, p. 4).

O mesmo autor propõe:

> a ideia compósita de "cultura", que significa tanto inventar quanto preservar; descontinuidade e prosseguimento; novidade e tradição; rotina e quebra de padrões; seguir as normas e transcendê-las; o ímpar e o regular; a mudança e a monotonia da reprodução; o inesperado e o previsível (Bauman, 2022, p. 18).

Não esquecemos que todos os termos obedecem a filiações de memória, o que consideramos muito relevante na composição destas páginas.

2. Reunimos aqui alguns objetos diferenciados, porém convergentes, partindo das memórias inéditas do então aluno, cadete, da Escola de Guerra[52], António Manuel Trigo, que se torna testemunha decisiva (*in loco*) do momento político da I República portuguesa de um ano de singular ineditismo, um ano seminal, epicentro da cultura portuguesa, marcado por todas as mudanças. É este o ano também da última fase da (pouco acertadamente) chamada *República Velha*, o primeiro tempo de uma ditadura, forma breve e ensaística do que terá como sua sucessora, poucos anos volvidos. É uma interpretação muito menos ampliada de um regime que mais tarde se consolidará por quase meio século (nasce em 18 de dezembro de 1917 o esboço da brutal realidade iniciada a 28 de maio de 1926, que se prolongará até 25 de abril de 1974). É ainda um ano de mística e de mitos, como o exemplo de Fátima e das suas manifestações de imaginário coletivo, de raízes sociais e religiosas de piedade popular e reinterpretação do culto mariano; é o ano em que a Rússia se afasta da Grande Guerra e protagoniza duas revoluções (em fevereiro e em outubro) e do início da guerra civil (7 de novembro de 1917 a 25 de outubro de 1922) que determinaria o futuro daquele país e o andamento da história do mundo até aos nossos dias; é o ano em que os Estados Unidos se juntam aos aliados de forma determinante para o desfecho da guerra. Iniciarão em 1917 uma longa marcha que se traduzirá na capacidade de se tornarem uma potência internacional (apesar da entrada na Guerra ser em 1917, a primeira intervenção de uma unidade americana na frente ocidental ocorre em plena força apenas no dia 6 de Junho de 1918).

De acordo com a família de António Manuel Trigo – e num depoimento que só consideramos de menor rigor científico, apenas por constituir parte integrante de uma quase memória oral, de "ouvir dizer"-, o autor que trazemos a esta investigação tornou-se, anos mais

[52] Hoje Academia Militar, a Escola de Guerra funcionou com esta designação entre os anos de 1911 e 1919, cabendo-lhe a formação dos oficiais do Exército português e herdando, em resultado da proclamação da República Portuguesa, uma estrutura que havia sido fundada em 1837 por iniciativa de Bernardo de Sá Nogueira de Figueiredo, o primeiro marquês de Sá da Bandeira (Costa, Telo, Borges, Pires & Rocha, 2015).

tarde (e não em 1917, ou próximo desse ano, como seria expectável), um convicto devoto cristão de Fátima, fazendo sua a crença nessa mistura narrativa (ímpar) de "realismo mágico" - onde real e fantástico se encontram, sem no entanto estabelecerem entre si uma hierarquia dominante -, embora denotasse sempre, ao longo da vida, "uma relação distante com a religião" e, aparentemente sem qualquer conotação com outro prisma do fantástico, mesmo tendo em conta que

> a instância subjetiva, a presença de um Eu, de uma figura assumida na primeira pessoa, como testemunho ativo ou passivo, como narrador ou, no limite extremo, apenas sugerida como destinatário ou narratário explícito, é a condição necessária à emergência do fenómeno fantástico (Cordeiro, 2007, pp. 43-51).

Acreditamos que a comunicação e a informação ganham com a primeira República e com a Grande Guerra dimensões protagonistas que nunca haviam experimentado. De comentadoras mais ou menos panfletárias, as colunas dos jornais e das revistas passam a fazer parte integrante dos acontecimentos e dos seus desfechos. Os órgãos de comunicação da altura ensaiam o primeiro capítulo de um poder que continuará em crescendo até aos nossos dias e de espectadores mais ou menos ativos passam a intervenientes efetivos dos acontecimentos[53]. As informações ganham dinâmicas inesperadas com o esforço de guerra e são canalizadas para efeitos operacionais em três níveis: estratégicos; operacionais e táticos. Os reconhecimentos militares eram feitos em condições muito adversas, mas os seus relatórios eram fundamentais para atualizar as estratégias dos Estados-maiores, mesmo quando a guerra não significava grande mobilidade no terreno. A aviação começa os seus dias por viagens de reconhecimento e o seu potencial acaba por ser reconhecido de modo que, pouco tempo depois de surgir ao serviço dos beligerantes, o investimento em aviões, pilotos e técnicos aeronáuticos em geral, crescia sem parar. Ao mesmo nível da informação, a censura é um aliado e um inimigo da guerra e dos povos que a combatem e sofrem. Notamos que todas as estruturas relacionais com as informações estavam orientadas para a guerra. É também nos anos de 1914-1918 que se dá, de uma forma ainda primária, o primeiro grande ensaio global da contrainformação, da *inteligência* e das, hoje tão usadas, Dark PR [54](as RP negativas, são qualquer prática que vise intencionalmente prejudicar, desacreditar ou destruir um concorrente ou empresa concorrente

[53] Nos nossos dias são designados como Quarto Poder, a par com os Três Poderes do Estado Democrático que regem a sociedade: Legislativo, Executivo, Judiciário.

[54] Levadas ao extremo em período da chamada Guerra Fria, o qual abrange a Doutrina Truman de 1947 até a dissolução da União Soviética em 1991 (Dolabella, 2009; Ennis, 2023; Lewkowicz, 2018; Silva, 1982).

NOTA - menos credível e muito mais superficial, embora ajude na reflexão Teeuwisse, 2023.

por meio de esforços estratégicos e ações sistemáticas de Relações Públicas. Na maioria dos casos, são utilizadas campanhas politicamente carregadas que destacam especificamente os aspetos negativos dos concorrentes, em vez de enfatizar os aspetos positivos da própria marca – que pode ser uma marca comercial, um partido político, uma figura de exposição pública, um líder no poder ou candidato a substitui-lo. São campanhas de difamação organizadas que podem ter consequências a longo prazo para as entidades afetadas, destruir toda a reputação corporativa, ou atentar contra o caráter individual da pessoa exposta. Nesses novos modelos de ação comunicacional, se constituirá, na época que estudámos, o uso e o abuso da memória e do esquecimento, com intenções muito marcadas.[55]

As bases das Políticas de Memória e a seleção de factos e a sua preparação para trazer ventos do passado até ao tempo presente, mas também projetando o futuro, são "armas" que resultam do nascimento do modernismo cultural[56]. Sobreveio o seu legado em formatos de uma temporalidade que permite entender as transformações, tão variadas, produzidas na cultura nossa contemporânea. Nelas encontramos memórias subterrâneas e de transição e sobretudo memórias de superação. A construção social da realidade começa a ser pertença de quem comunica o que decidiu selecionar como realidade para consumo de todos. Essa pré-seleção dos registos é fundamental para servir as mais díspares causas e os mais diversos objetivos, enfim, políticas de memória, ações conscientes de que não existe memória sem a sua estreita relação com o esquecimento mesmo quando este último é imposto a pessoas, locais, vestígios[57].

Uma prova da capacidade de construção memorial estará nos "fenómenos de Fátima", cujo registo não é, publicamente, coincidente com os acontecimentos. A primeira referência notável em toda a imprensa portuguesa sobre os eventos de Fátima parece ser a do jornal *O Mensageiro*, [58]de 25 de julho de 1917. Ao lado de uma oração-canção pela paz (onde não faltam

[55] O exemplo flagrante está na censura (nalguns casos, como em Portugal, apesar de abolida foi reposta para contexto de guerra) e na contrainformação militar, que parece ser muito mais hábil e eficaz entre os aliados. Com a entrada dos Estados Unidos na guerra foram experimentados e experienciados novos formatos deste tipo de ações comunicacionais, quer ao nível da crescente comunicação social, como da cada vez mais ativa comunicação empresarial e, em boa escala, da comunicação interpessoal. Muitas notícias morriam na origem ou só eram partilhadas quando inevitáveis. Veja-se o caso da gripe "espanhola" ou "americana", que só veio a ser conhecida muito depois da sua origem e propagação inicial.

[56] Modernismo é uma designação genérica para um "conjunto de movimentos culturais, escolas e estilos que permearam as artes e o design da primeira metade do século XX, em especial nos anos que se seguiram à Primeira Guerra Mundial", como se lê na definição da British Enciclopedia (Kuiper, 2024).

[57] Um bom exemplo é a enorme quantidade de monumentos danificados, mesmo parcialmente, para a destruição de vestígios memoriais ou a enorme quantidade, também, de fotografias cortadas, danificadas ou falsificadas em que figuras de uma época simplesmente "desaparecem" para não figurarem nas evocações memoriais.

[58] Existiram vários jornais com este nome, nomeadamente *O Mensageiro de Bragança* que veio a ter grande dinâmica. Fundado em 1 de Janeiro de 1940, pelo então Bispo de Bragança – D. Abílio Vaz das Neves -, deu até origem a uma Fundação com o mesmo nome.

nem pauta nem letra), surge a transcrição, na íntegra, de um texto do correspondente de *O Século, João Pereira da Rosa,* intitulado, em tom de dúvida, *Uma aparição miraculosa?*[59] .

Na Torre do Tombo encontra-se uma referência curiosa ao mesmo correspondente, que terá vindo a tornar-se um dos proprietários do referido jornal *O Século.*

> Na posse da Companhia Portugal e Colónias até finais de 1924, e sob a orientação de vários diretores, entre os quais Cunha Leal, [60]a viragem na propriedade do jornal processou-se ao ritmo das movimentações políticas que foram ocorrendo na sociedade portuguesa por essa altura. Das várias lutas desencadeadas contra o regime republicano, destacou-se a liderada pela confederação patronal União dos Interesses Económicos, também considerada um espaço privilegiado de oposição ao regime e, meses depois, de conspiração a favor de uma intervenção militar, congregando elementos de outras sensibilidades políticas. Assim, foi num contexto de preparação da opinião pública para a eclosão de um golpe de estado destinado a impor uma ditadura militar que, em Novembro de 1924, João Pereira da Rosa, ex-funcionário d' "O Século", desde 1920, Carlos Oliveira, [61]um dos fundadores da organização patronal, e Mosés Amzalak, economista, além de presidente da Associação Comercial de Lisboa e da Comunidade Judaica, adquiriram para a referida organização o jornal "O Século" e a sua empresa editora, atribuindo a sua direção ao jornalista e diplomata Henrique Trindade Coelho, e a administração a João Pereira da Rosa, na qualidade de administrador-delegado (Direcção-Geral de Arquivos, 2019, 6).

A segunda referência ao tema, surge (com o mesmo título), em 22 de Agosto de 1917. Nessa edição publica-se, sob o título "*Outra carta – Aos crentes e não* crentes", um artigo assinado pelo pároco de Fátima, padre Manuel Marques Ferreira, o primeiro a interrogar Lúcia

---

O Mensageiro acima referido, no entanto, é outro. Trata-se de *O Mensageiro - Semanário Católico - Órgão dos católicos nos concelhos de Leiria, Alcobaça, Porto de Mós, Batalha, Ourém e Pombal*, que, de acordo com o Arquivo Distrital de Leiria começou a publicar-se em 1914 (7 de outubro) e em 1915 (janeiro) se apresentava como *Semanário católico - Órgão dos católicos do distrito de Leiria*. Diretor, proprietário e editor: Padre José Ferreira de Lacerda. "O Arquivo Distrital de Leiria disponibiliza ao utilizador a possibilidade de aceder à documentação através da consulta do repositório DigitArq".

[59] V. ANEXOS.

[60] Cunha Leal (nome completo de Francisco Pinto da Cunha Leal): militar, publicista e político português (Membro do Partido Republicano Nacionalista, fundou a União Liberal Republicana em 1923). Foi deputado, presidente do Ministério de um dos governos da Primeira República Portuguesa (1921-1922), ministro das Finanças (no governo nacionalista de Ginestal Machado, de 15 de novembro a 17 de dezembro de 1923), reitor da Universidade de Coimbra (em 1924 e 1925) e presidente do Banco de Angola (1930). Serviu em França durante a 1.ª Guerra Mundial no Corpo Expedicionário Português e tornou-se opositor assumido ao Estado Novo.

[61] NOTA: Por coincidência, nesta mesma área das Empresas, Carlos Oliveira é também o nome profissional do ex-secretário de Estado do Empreendedorismo, Competitividade e Inovação (desempenhou o cargo entre 2011 e 2013) - nomeado mais tarde (2017) para o "Grupo de Alto Nível" da Comissão Europeia, que viria a transformar-se no atual EIC, grupo Competitividade e Crescimento da União Europeia e ainda posteriormente (*Junho de 2019*) conselheiro para a Inovação em Bruxelas. Carlos Oliveira foi uma figura no centro da atenção jornalística durante a redação deste trabalho e por isso, e pela coincidência de nome e da área de atividade, aqui o incluímos.

de Jesus Rosa dos Santos [62], a menina que se tornou protagonista dos acontecimentos de Fátima, em 1917. Falamos disso, ainda nesta tese, um pouco mais adiante.

Refira-se que em 1917 eram já desenvolvidos em alguns países estudos sobre o jornalismo e a comunicação, com especial destaque para a obra do professor de jornalismo (na Universidade de Nova York) e jornalista Lee (1917)[63], que inventaria a realidade vivida nos Estados Unidos. O mesmo jornalismo e a mesma comunicação que lançaria a base da memória desse período, já condicionados pelo poder político e pelos interesses que geriam os órgãos de comunicação que queriam afirmar-se, crescer, impor-se no panorama das ideias e dos negócios. É graças a essa imprensa que descobrimos 1917, as suas excecionais verdades e mentiras, as suas etapas mais humanas e as suas profundas tragédias - não é necessário que um acontecimento envolva dignidade ou nobreza para que possa ser qualificado como trágico, advoga o filósofo esloveno Žižek (2008).

Steiner (2006) sugere, por seu turno, que o verdadeiro espírito trágico morre com o nascimento da modernidade. Para nós a tragédia é a campa anónima de um jovem que foi abatido por um jovem como ele, enquanto combatia por uma coisa que alguém, por ele, desejava que fosse o poder absoluto de um mandante e a abstração insana da identidade impossível do comandado.

Graças à imprensa sabemos hoje que ao longo de 30 anos, "Aristides de Sousa Mendes teve conflitos e incidentes com os mais diversos regimes políticos. O primeiro incidente deu-se em 1917 quando Aristides foi admoestado por ter abandonado o seu posto em Zanzibar sem para tal ter solicitado a devida autorização" (Fralon, 2000, p. 17)[64]. A memória da sua figura e do que representou para o mundo da sua época não pode ser esquecida. E sabendo que à memória corresponde também o esquecimento, acreditamos na importância de revisitar o que se passou para entender o que se passa.

Para lá da memória que fica cristalizada nos órgãos de comunicação, esta Tese assume-se como registo memorial; assistiu por exemplo ao início de uma nova guerra na Europa, com a invasão russa da Ucrânia, foi testemunha do reacender do conflito, no Médio Oriente, entre o Hamas e o Estado de Israel, e, pouco antes, tinha sido retardada pela pandemia do COVID-

[62] Seria popularizada com a designação de "irmã" Lúcia ("irmã" por ter integrado, como freira, a Ordem religiosa da Carmelitas Descalças; conhecida no Carmelo como Irmã Maria Lúcia de Jesus e do Coração Imaculado, nasceu em Aljustrel, Fátima, Ourém, 28 de Março de 1907 e morreu na Sé Nova, Coimbra, 13 de Fevereiro de 2005).

[63] A obra encontra-se disponível, desde outubro de 2017, graças à iniciativa da Forgotten Books, uma editora de Londres, especializada na restauração de livros antigos de ficção e não ficção.

[64] A admoestação acusava-o de "ter abandonado o seu posto em Zanzibar sem a devida autorização", acreditando-se que o tenha feito por motivos de saúde. O clima paludial daquela zona africana tê-lo-á afetado notavelmente.

19 que paralisou, de medo e morte, o mundo nosso contemporâneo, sofrendo a sua presença de um modo determinante, que se inscreveu de modo ímpar na nossa própria memória. Enquanto líamos sobre *la grande tueuse,* a grande assassina como os franceses lhe chamaram, ou a *spanish flu,* a gripe espanhola, como os ingleses a batizaram e a designação portuguesa consagrou – embora não tendo origem em Espanha e que, não duvidamos agora, finda esta investigação, terá surgido em 1917, exatamente o ano que aqui circunscrevemos – fomos alicerçando a convicção de que essa coincidência só veio acrescentar valor académico ao que procurávamos. Aliás, entre outros apoios, tivemos Morin (2020), quando escreve, sem equívocos, acreditar ser ele mesmo uma vítima indireta da gripe: "*Ma mère, Luna Bessi, fut en quelque sorte une victime indirecte de la grippe espagnole de 1917"* [A minha mãe, Luna Bessi, foi de certa forma uma vítima indireta da gripe espanhola de 1917]. O contexto é esclarecedor: Je suis une victime de la grippe espagnole, et du reste j´en suis mort, en fait némort, et reanimé par les giflements ininterrompus du gynécologue qui me tint trente minutes suspendu par les pieds. À vrais dire, j´en suis une victime indirecte. C´est jeune fille que Luna Bressi, qui allait devenir ma mère, avait contracté une lésion au cœur, em 1917. [Sou vítima da gripe espanhola e, além disso, morri dela, na verdade nasci morto, e ressuscitei pelas bofetadas ininterruptas do ginecologista que me manteve pendurado durante trinta minutos pelos pés. Para dizer a verdade, sou uma vítima indireta. Foi ainda menina que Luna Bressi, que se tornaria minha mãe, contraiu uma lesão cardíaca em 1917] (2020, p. 7-8). Muitos autores reforçam esta ideia, acabando por ser Mata (2017) o mais vigoroso a defendê-la e, ao mesmo tempo, talvez o mais criticado. Veio também, a nova epidemia, responder afirmativamente à pergunta: a memória precisa de novas memórias para perpetuar-se?

Não usámos só as fontes escritas, imprensa e livros, é claro, embora a fonte primeira deste trabalho seja – repita-se - um extenso manuscrito que merece um estudo de caso nestas páginas – as memórias, até agora inéditas, de uma testemunha de 1917.

Depois de conhecer os trabalhos do francês Marc Ferro[65]temos consciência de que toda a investigação aprendeu a importância que têm, para os estudos de cultura nomeadamente, fotos, filmes, toda a iconografia disponível (desenhos, caricaturas, folhetos, pagelas, almanaques, cartas e postais oficiais e particulares, cabogramas, telegramas, telexes, selos, moedas, medalhas), necessários para o entendimento de tempos, lugares e ideias, enfim, para

[65] O historiador francês Marc Ferro, especialista em História contemporânea, designadamente da Primeira Grande Guerra e da Revolução Soviética.

um repositório do passado, ou seja, para a possibilidade e inteligibilidade do mesmo no presente.

O que lemos, em especial vindo daquela que consideramos a mais credível e recente produção teórica dedicada à análise fenomenológica desses anos, mostra também as lacunas do sistema português e da forma incompleta como foi reformador; e ainda, a presença feroz da crise internacional motivada, pela causa maior da Grande Guerra; a escassez de recursos; a abundância de projetos de poder individuais ou de pouca aderência, mas, em contrapartida, a excelência de algumas liberdades formais, que proporcionaram a secularização e a modernização (do sistema e das mentalidades), que, em especial pelos acontecimentos plurais de 1917, criaram novos elementos que deixam compreender os cem anos seguintes, nas tendências autoritárias, por um lado, e na vontade mantida dos ideais democráticas, por outro.

Alguns dos mais terríveis acontecimentos de há cem anos caíram, surpreendentemente, no esquecimento (da barbárie da guerra aos efeitos de uma pandemia devastadora, a muitos excessos cometidos em cenários nacionais e internacionais). As exigências dos tempos nossos contemporâneos assim o determinaram, mas precisamos recordar o que o mundo foi, para entender o mundo que somos e que ainda podemos ser coletivamente. Para isso é fundamental trazer à matriz da análise o que a memória lhe permite, equacionada, impulsiona e dá a aprender.

> A alegria, a boa consciência, a ação alegre, a confiança no futuro, todas dependem da existência de uma linha escura que separa o luminoso e discernível daquilo que não é passível de ser iluminado e do sombrio. Do facto de sermos tão capazes de esquecer no momento certo, como de lembrar no momento certo. Imprimisse algo por meio de fogo para que fique na memória somente o que sempre dói (Nietzsche, 2013, p. 60).

Por tudo isto, não duvidamos da importância académica e cultural desta tese.

Relevância cultural

A República Portuguesa imposta em 1910 a um País exausto, com mais de oito séculos de monarquia, era movida pela ânsia de gerar uma nova atitude assente em novos valores culturais, decididamente de orientação oposta àqueles que a antecediam. Uma conduta, ensaística em muitos campos, que traduzia a dinâmica de um movimento utópico, escudada na vontade messiânica da chegada e do triunfo de um "homem novo", sem o peso da memória e vocacionado para o futuro. As divisões internas e a multiplicidade dos projetos pessoais que esse procedimento vai permitir, acabarão por enfraquecê-la até às últimas e mais nefastas

consequências. A República apresentava-se como a alternativa democrático-republicana ao passado, período muito extenso onde todas as memórias aparentemente se acumulavam e se tinham tornado meras rotinas sem desafio ou préstimo. Memórias centenárias, logo sedimentadas em recordações difusas e reescritas ao longo de sistemática e nem sempre intencional revisitação feita pelo poder e pelas pessoas a ele subordinadas ao longo desses centénios.

A República, regime novo e de objetivos revolucionários não queria, nem podia, identificar-se com o teocentrismo do passado, nem com a influência cultural que a Igreja Católica consolidara nessas centenas de anos.

Registe-se o texto de Madureira (2003)[66], aludindo ao 5 de outubro de 1910:

> (...) A rua mandava. Considerada responsável pelo atraso do País, a Igreja Católica não escapava ao zelo dos revolucionários. As perseguições começaram logo no dia 5, com assaltos a casas e colégios religiosos, umas vezes feitos de forma mais ou menos pacífica, outras vezes seguidos de saques e/ou de fogo posto que tudo destruía. Por exemplo, o Seminário dos Padres do Espírito Santo, situado em Carnide, então arrabalde de Lisboa, foi atacado pelas 17 horas daquele dia. Sem poderes passados por qualquer autoridade, os assaltantes procuraram armas, detiveram padres e seminaristas e trouxeram-nos para Lisboa (Madureira, 2003, p. 27).

Para ser realmente uma revolução, a de 5 de outubro em Portugal, tinha de se munir de novos princípios radicais e de interpretar, de facto e de direito, a rutura com tudo o que a antecedia. Só um estado laico seria assim um estado cultural – ou, como disse Marc Fumaroli, mais do que um estado cultural, a consagração d´ "a religião moderna" (Fumaroli, 1991, p. 14). Mas ocorria o erro: de uma dinâmica revolucionária agressiva, grupos consideráveis tinham interpretado a nova era como a subordinação aos métodos da agressão. A frase (erradamente) atribuída a Maquiavel, de que os fins justificam os meios, parecia aplicar-se em muitos momentos dos dias que se seguiram à revolução de outubro (portuguesa).

Assente em memórias aparentemente inquestionáveis, o País precisava, na ótica republicana, de novas memórias que substituíssem, em nome da renovação, o que durante séculos subsistira como realidade quotidiana, evitando ao mesmo tempo a existência/resistência do passado, tida por nefasta.

Para quem teme o confronto com a memória (tome-se como exemplo a propaganda do Estado Novo contra a Primeira República nos primeiros anos da Ditadura), é essencial a sua

[66] Segundo Madureira (2003, p. 27): "Em 1900, os recenseamentos mostram Portugal como um país em que apenas 6000 habitantes, de um total de 5 milhões aproximadamente, professavam uma fé diferente da católica apostólica romana, ou se assumiam agnósticos ou ateus".

destruição. Aplica-se esta visão a grandes escalas, mas também a médias e a microescalas, pois o poderoso quer omitir as suas fraquezas, seja quando um país invade outro, o ditador quer calar aqueles que se lhe opõem, os pequenos grupos querem impor-se a outros (por vezes igualmente pequenos) grupos, ou mesmo nas relações interpessoais, alguém que quer "enterrar", por uma de mil razões possíveis, o seu passado individual, substituindo-o por uma construção alternativa que tomará, para si e para os outros, como novas memórias.

A mera reposição de uma recordação por outra, no entanto, pode ser insuficiente e a mais radical anulação simbólica parece constituir uma solução mais eficaz e talvez mais duradora, a menos que acabe por constituir nova memória e faça emergir, por isso mesmo, novo símbolo mnemónico. A construção da memória pode obedecer a um projeto político bem delineado (como nas Comemorações Pombalinas que elevaram o Marquês de Pombal [67]a herói da República, ou as Comemorações Camonianas (Catroga, 2020; Castelo-Branco & Branco, 2003)[68] que mobilizaram os republicanos ainda em tempos de Monarquia); a um objetivo religioso (uma religião que fortalece a sua estrutura de crença, a ponto de anular o que se passou nos séculos, milénios mesmo, anteriores à sua fundação), a uma necessidade individual (António Manuel Trigo selecionando detalhes confortáveis para uma narrativa que legasse aos seus filhos, construindo a imagem de um homem – ele/-Outro - e as suas legitimações, num quadro coerente de uma disposição coletiva: a sua vida no seu tempo e espaços ocupados).

Assim, cedo foram produzidos e comutados, aparentemente, contrariando os anteriores, novos simbolismos da República, dotando o quotidiano de novos heróis da mesma (embora alguns fossem, como já dito, resgatados ou reinterpretados do passado) e ocupando o espaço com um novo hino, uma nova bandeira, uma nova moeda, um desejado novo modelo de cidadão nacional, o ente cívico por excelência.

[67] Apesar de Agustina Bessa Luís ter escrito, no fim do seu romance, *Sebastião José* (LUÍS, Agustina Bessa. (2003). *Sebastião José*. Lisboa: Guimarães Editores. Pp.269-279) "agora que essa portentosa figura jaz autopsiada, [...] há só o homem e o enigma; e o nome escrito em papéis", Pombal foi revisitado ao longo dos anos, consolidando-se na memória coletiva, pelo menos de uma parte significativa da população portuguesa. Estará, ainda hoje, bem vivo na memória de muitos, de forma mais ou menos nítida. Terras como Lisboa, com uma rotunda onde a estátua do Marquês "contempla" a cidade; Oeiras, onde há inúmeras referências ao marquês; na cidade da Beira Litoral, Pombal, onde ao lado da igreja de Nossa Senhora do Cardal, estiveram depositados os seus restos mortais entre 1782 e 1856, e hoje há o jardim do Marquês de Pombal; Vila Real de Santo António, aparentemente exibindo com orgulho a estátua de José Cutileiro, na Avenida da República, junto ao Passeio Marítimo.

[68] Catroga (2020) indica como causas próximas para a génese do partido republicano, a luta contra o tratado de Lourenço Marques (celebrado em 30 de maio de 1879 entre o Reino de Portugal e o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda) e as Comemorações Pombalinas, em plena Monarquia.

A República, mais do que o novo Portugal republicano, exigia uma nova cultura, para um novo destino. Cultura deixou de ser assim um termo descritivo para passar a ser (mais) uma utopia: a de uma religião sem Deus (Castelo-Branco & Branco; 2003, p. 9).[69]

É cultura que estudamos – e queremo-la em interação direta com a memória, que "é a reserva que se dispõe da totalidade das nossas experiências" (Bosi, 1979, p. 13). Por outras palavras, a reserva disponível do que entendemos pela nossa cultura, um outro sedimento, hábitos e perceções que são inevitavelmente atos de uma cultura.

Quando defendemos como tese que a memória é "peça" fundamental nos Estudos de Cultura, condicionante e condição para matrizes precisas aplicáveis às nossas análises, investigações, interpretações e relançamento de questões, é porque na sua composição essencial existe sempre um contexto cultural e uma formatação de cultura. Ou pelas palavras de Annabela Rita onde se entende como as duas vertentes são inseparáveis: "a Cultura tende a fixar-se na memória, na tradição e na inscrição, favorecendo a divulgação na contemporaneidade e deixando vestígios para memória futura" (Rita, 2019, para. 1).

Mesmo movida por estas exigências, a Primeira República irá declinar e desaparecer e ficar como registo cultural nem sempre nítido legando memórias por vezes perdidas nas brumas da evocação.

De certa forma, a Primeira República portuguesa, parece sucumbir ao combate intenso entre o que nela havia de ideologia e o que nela se procurava em utopia.

Adverte José a Bragança de Miranda que

> ideologia é uma forma de estabilizar, distorcer e legitimar o existente. E aqui, a noção de poder é essencial. Já utopia serve para fazer tudo ao contrário. Trata-se, a partir dela, de garantir uma tensão no existente, de contrapoder, de abertura do" campo do possível para além do atual. (Miranda, 1998, p. 114)

Ecoam as palavras de Walter Benjamin: "enquanto ainda houver um mendigo, haverá mito" (Benjamin, 1950/1998, p. 228), o que consagra que a memória dos vencidos é uma ideologia, uma evocação de um momento fundador, a forma de legitimar o existente, o derradeiro rincão onde se encolhe a ideia frágil de uma identidade necessária para construir o muro que reserva e resguarda as distopias, a salvo do medo do contrapoder cultural.

MEMÓRIA–a incompleta relação cultural entre o presente e o passado
Cada época merece a revisão dos seus mitos.

Defendemos que cada época merece a revisitação dos seus mitos – e até a revisão dos mesmos– sabendo que, apesar disso, é ideia que não ocorre com facilidade e que a carga mítica das épocas tende a inscrever-se de forma robusta e dificilmente alterável, mesmo não constituindo realidade independente, sedimentando-se numa possibilidade de memória. Há espaços de tempo que apresentam uma solidez narrativa de caráter simbólico-imagético que carregam no tempo a inscrição que lhes esteve na origem, amplificando-a, desdobrando-a, implantando-a no imaginário como uma realidade insofismável. É o que verificamos com o ano de 1917, carregado de uma carga mítica plural – o mito de uma nova etapa da Guerra Mundial; o mito da força americana como impulsionadora da resolução dos conflitos; o mito soviético; o mito de Fátima; o mito sidonista; o mito da falência do projeto republicano em Portugal – entre outros exemplos.

A referência nesta Tese ao ano de 1917 nunca é inócua – não é demais repeti-lo. Em Portugal e no Mundo, trata-se de um ano crucial, radical em transformações e acontecimentos, do qual somos herdeiros em larga medida. Por opção, focámo-nos no ano e nos acontecimentos relacionados com ele, sempre com a figura central de António Manuel Trigo, por ter sido espectador mais ou menos ativo dos acontecimentos que então ocorreram. Para ele, o ano de 1917 é determinante, por exemplo, na sua carreira militar.

Transcrevemo-lo:

> **Lisboa, 1917.**
>
> No dia 24 de Julho fui à junta de inspeção da escola de guerra, pelas 12 e 30, que só às 15:00 terminou. Neste dia somente foram chamados 30 candidatos. Levando cada um pouco mais ou menos uns 10 minutos a ser examinado pelos médicos com todos os rigores regulamentares da Escola. Só pelas 16 horas é que foi dado conhecimento dos resultados da inspeção, tendo eu ficado rejeitado por causa do ouvido esquerdo. Informaram que ouvia pouco e por isso não podia ser admitido (Trigo, 1948, p. 30).

Trigo não se conforma com a impossibilidade de frequentar a Escola de Guerra, recusa que lhe impedia uma vida como militar[70], pelo que redige sucessivos requerimentos – em especial ao General Comandante da Escola de Guerra, José Estêvão de Moraes Sarmento.[71]

Esse tom insurgente regista-se no manuscrito que usámos. O que nos levou de imediato à constatação de que "um documento manuscrito é sempre uma peça única e irrepetível; os mais notáveis são considerados, seja qual for a data da sua elaboração, peças de grande importância testemunhal, embora se aceitem na mesma categoria os dactilografados" (Mariana, 1995, p. 12).

É, pois, um longo documento manuscrito que constitui a espinha dorsal desta tese. Isso ditou o primeiro parêntesis dos nossos apontamentos, que nos parecem resumidos em Lose, Magalhães, Querino, Luz & Nascimento (2020, p. 5):

> Os acervos documentais, sejam eles de carácter pessoal ou público, são mais do que apenas *fonte de informação*. São lugares de memória que requerem um olhar atento para desvelar dados preciosos que se conservam em cada material, identificando a singularidade que os torna únicos, valiosos e insubstituíveis. Cabe aos pesquisadores treinarem o olhar, capacitarem-se para ver além, munindo-se de práticas e teorias embasadas em inúmeras áreas de estudo, o que requer conhecer, em absoluto, os acervos pesquisados. Melhor ainda seria conhecer os mais diversos acervos, como se constituíram, quais as suas preciosidades e que pesquisas são ou foram desenvolvidas neles ou a partir deles.

Estudámos assim o vasto conjunto de páginas inéditas que o funchalense António Manuel Trigo reuniu sob a designação genérica de *Memórias*; enquanto o fazíamos íamos brandindo diante dos olhos a frase de Ricœur (2003, p. 6), "as recordações são, por assim dizer, narrativas e as narrativas são necessariamente seletivas".

Procurámos ao longo dos anos dedicados a este trabalho muitos outros registos de memórias, alguns dos quais aqui referidos para comparação e análise, e, nomeadamente, os que são designados, por vezes, como *livros dos destinos*, designação extensiva a diários, relatórios

[70] Esta vocação nunca fica assumida nos relatos das *Memórias* de AMT. Entende-se que fosse um desejo muito forte do candidato. Na família, Trigo contava com vários militares, oficiais (a começar pelo pai), e o tempo era de guerra e de transformações radicais, mas em parte nenhuma fica expressa a razão desta enorme vontade e tão perseverante insistência do jovem.

[71] Sobre a mesma Escola consultámos *Cursos da Escola de Guerra de 1916-1917: Recordando 1957.* Lisboa: Tipografia da L.C.G. e ainda o depósito documental existente no Arquivo Histórico Militar.

NOTA: José Estêvão de Moraes Sarmento, na carreira militar, seguiu a arma de Infantaria e, em 1901 foi nomeado general de brigada, reformando-se em 1919 já como general de divisão. Foi nomeado pelo Governo Provisório do regime republicano, comandante da Escola do Exército (com longa história monárquica, tendo sido fundada em 1837 pelo primeiro Marquês de Sá da Bandeira) que deu origem à Escola de Guerra, mais tarde Academia Militar. Entre 1898 e 1904 foi diretor do Colégio Militar.

de testemunhos e, estritamente, memórias. Demos prioridade aos que recordavam o ano de 1917, por interesse nosso.

Anotamos o exemplo referido nesta passagem de um romance memorialístico: "Assim que adoeceu, a sua tia-avó Nathalie Belgodorodsky confiou-me o diário escrito pelo marido em 1916 e 1917 (na Rússia, chamamos a este tipo de diário *O Livro dos Destinos*)" (Wiasesky, 2003, p. 9).

A expressão levantou-nos, porém, algumas dúvidas legítimas e procurámos provar a sua credibilidade. O que apurámos foi que, de facto, em russo, a expressão "livro dos destinos", que se escreve "книга судеб", está atualmente associada ao horóscopo, ao Tarot, à previsão do futuro, às adivinhações, previsões de sorte e fortuna - e não a diários ou livros de memórias.[72]

Estudando a cultura da época, que nos cativou para escrever este trabalho, debruçámo-nos, nesta passagem, pela robusta obra de Vladimir Nabokov e para o seu *Na Outra Margem da Memória*. Tocado pela presença secularista da sua data de nascimento – 1899, pouco anos depois do nascimento de António Manuel Trigo – Nabokov [73]o autor russo escreve[74], com alguma ironia que

> entre anomalias de uma Memória que nunca deveria levar o seu possuidor e a sua vítima a tentar fazer-se autobiógrafo, a pior será a inclinação que tem para igualar em retrospeto a sua idade e a do século. (...) Nasci em Abril de 1899 e, como é natural, tinha cerca de 3 anos, digamos, no primeiro trimestre de 1903. Mas em Agosto desse mesmo ano, o nítido "3" que se me revelou devia referir-se à idade do século e não à minha, que era um "4" tão quadrado e elástico como uma almofada de borracha. (...) Mnemosyne revelou-se, forçoso é admiti-lo, bem estouvada rapariga (Nabokov, 1986, p. 12).

Nabokov é um dos raros escritores russos que abandonou a sua terra natal e manteve e cultivou no exílio as suas memórias originais. Ainda a viver na Rússia, estreia-se na escrita em 1916, com um livro de poesia intitulado...*Poesia* (usando o alfabeto cirílico: стихи, com o valor fonético *Stikhi*), o que parece uma forma económica, depurada e sem grandes rasgos imaginativos, para designar afinal o que procura dar aos seus leitores: formas poéticas.

Em 1917, na breve Revolução Russa de Fevereiro que levou à abdicação imediata do czar Nicolau II, e que se motivou na insatisfação popular (descontentamento com a autocracia

[72] Consultámos ainda nesta matéria – a quem agradecemos –, a Professora de Língua e Cultura Russa I, Ana Carina Prokopyshyn, da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

[73] O que podia ser um abalo identitário (cultural, geográfico, político, pessoal e coletivo) prende-se com o facto de Vladimir ter nascido em São Petersburgo, a segunda maior cidade da Rússia e capital durante quase dois séculos, até 1918, que perdeu este nome durante dois períodos históricos, sendo Petrogrado de 1914 a 1924 e Leningrado de 1924 a 1991.

[74] O livro tem como título original *Fala Memória* e o autor reaviva recordações de uma infância privilegiada às quais atribui como fonte de inspiração quase permanente para a sua obra literária futura.

czarista e com o desgaste do País devido à Primeira Guerra Mundial), o seu pai tornou-se um dos secretários do Governo Provisório. A Revolução Bolchevique (em outubro/novembro do mesmo ano), força a família Nabokov a fugir da cidade para a Crimeia onde o pai Nobokov será Ministro da Justiça no Governo Regional da Crimeia. O livro mais famoso e polémico de Nabokov data de 1965, *Lolita*, que conta uma paixão extrema de um homem por uma criança.

De alguma forma, encontramos uma leve associação cultural com a biografia de Clarice Lispector, nascida na Ucrânia e refugiada no Brasil, ainda menina, com cerca de quinze meses de idade. O seu nome original era Haia Pinkhasovna Lispector; vinha acompanhada dos pais, Pinkhas e Mania, um casal de judeus russos, e de duas irmãs mais velhas, fugitivos da Ucrânia, onde à época se sofria o antissemitismo e os efeitos sangrentos da Guerra Civil Russa (Beevor, 2022) que começou ainda em 1917 e terminou em 1921. A família desembarcou no porto de Maceió, em Alagoas, em 1922. Haia passou a chamar-se Clarice e, quase 20 anos depois, foi naturalizada brasileira. Como se tivesse presente a sua origem atribulada, num contexto opressivo e aterrorizador, pontuou a sua obra com traços muito fortes da procura da liberdade e da autoafirmação

> no registo de labirintos da intimidade de suas personagens, atenta a detalhes patentes na vida quotidiana, como nos laços de família e em experiências mais complexas, como o amor, a paixão, o ódio, a amizade, a inveja (...) Uma mulher escritora cujo comportamento exemplar se define por *um estar ali e não estar ali simultaneamente, num encontro desencontrado ou num desencontro com marcas de efetivo encontro em relação às pessoas que dela se aproximam* (Gotlib, 2013, p. 382).

Terão estes exemplos a ver com António Manuel Trigo?

Trigo procura, numa escolha cuidadosa, anotar passagens do seu próprio destino; Nabokov revisita uma memória cada vez mais distante de um desígnio iniciativo, mas determinante, quantificador do seu imaginário; Lispector substitui experiências traumáticas com o vigor de uma escrita libertadora: "Escrevo como se fosse para salvar a vida de alguém. Provavelmente a minha própria vida. Viver é uma espécie de loucura que a morte faz. Vivam os mortos porque neles vivemos" (Lispector, 1999, p. 13).

Cruzamos, todavia, o nosso destino com o de António Manuel Trigo e a sua longa narrativa. As páginas que escreveu resultam de um intenso labor individual que desenvolveu sistematicamente ao longo de mais de trinta anos. Isolámos muito especialmente, tendo-os tomado para nosso estudo prioritário, os registos referentes a 1917-18, pela importância que detetámos nos acontecimentos mais intensos que o seu autor viveu. Trigo seleciona, como acontecimentos dignos de memória, detalhes narrativos singulares que ganham, para lá da

narrativa e ao mesmo tempo, importância amplificada, isto ao tomarmos em conta o que se passava no mundo, em geral, e em Portugal, em particular.

Aceitamos este manuscrito como um relato literário no seu todo, integrando-se num género narrativo de histórias verídicas – que convencionamos aceitar como *relato de memórias* –, subordinando-se no caso presente ao inventário memorialista e à narrativa de lembranças, quase sempre bem documentadas e circunscritas aos factos (registando tempo e lugar e procurando isenção, rigor, credibilidade, num tom a que não seria alheia a sua formação militar).

Tal como Clarice Lispector, tal como Nabokov, também António Manuel Trigo ergueu o seu lugar de memória, no seu caso particular fazendo o registo dos labirintos da intimidade que é o da sua própria vida, onde figura como personagem e narrador. Também ele se retrata "estando ali – e não estando ali simultaneamente", como diria Gotlib (2013) quando estudou a obra de Clarice Lispector e referindo-se à presença real da escritora na sua ficção. Espectador de si, António Manuel é elemento ativo de um jogo de imagens com a sua consciência (Bergson, 1999)[75] memorial resguardada num "reservatório" de experiências, cheio do que selecionou para a partilha e que é, afinal, a forma como pensou a sua vida interior ao longo dos anos e que definiu como um direito ao não esquecido.

Gerando sucessivos elementos para o seu universo cultural autónomo, Trigo nega a redução de si, enquanto ser humano, a uma experiência específica: recorda-se como pluralidade e constrói diante dos olhos leitores a sua diversificada interioridade, o sentido da sua entidade registada.

[75] Bergson (1999) dizia que "apreendida profundamente, a consciência é memória" (p. 40).

Relação de escalas e interesse público

> O infinito surge apenas sob uma aparência negativa enquanto contraste com o caráter finito e unilateral das vidas individuais (Eagleton, 2023, p. 189).

A prioridade nos estudos de cultura prende-se sempre com a complexidade (Morin, 1987) da sua natureza, do seu objeto, da sua diversidade.

No ano de 1917, o filósofo (depois sociólogo) polaco Florian Znaniecki trocava a Universidade de Columbia pela Universidade de Chicago, para lecionar sociologia. Dedica-se nesse mesmo ano, profundamente, à reflexão e à escrita - e prepara o livro *Cultural Reality*, que irá ser publicado em 1919[76]. Defende nessa obra "a importância fundamental da cultura como o impulso principal à organização dos assuntos humanos" (Znaniecki, 2009, p. 25) e, partindo de um conceito anterior que designara como *humanismo*, propõe a utilização de um outro termo, a seu ver mais abrangente, o *culturalismo,* conceito cujo desenvolvimento irá influenciar autores comprometidos com as mesmas matérias de estudo, tais como o psicólogo Geert Hofstede (Hofstede, 2001; Hofstede & Hofstede, 2005) e o sociólogo Stuart Hall (Hall, 2003). Geert aceitava a definição de trabalho proposta pelo antropólogo e teórico social norte-americano Clyde Kluckhohn:

> a cultura é o modo de pensar, de sentir e de reagir de um grupo humano, sobretudo recebida e transmitida pelos símbolos, e que representa a sua identidade específica: ela inclui os objetos concretos produzidos pelo grupo. O coração da cultura é constituído de ideias tradicionais e de valores que estão ligados (Kroeber & Kluckhohn, 1952, pp. 559-563).

Esta definição tem, pelo menos, uma originalidade que nos apraz ressaltar: à mais habitual constatação de que a cultura é o modo de pensar, sentir e de agir de um grupo humano, não só Clyde Kluckhohn introduz o verbo ativo *reagir* como sublinha o seu carácter simbólico. A definição é de 1954, um ano em que se debatia a cultura ao mais alto nível, com a iniciativa da Convenção de Haia para a Proteção dos Bens Culturais em Caso de Conflito Armado.[77] Note-se a emergência e urgência do pensar no tempo nosso contemporâneo, o sentido do agir e

[76] Chicago: University Press.

[77] Convenção de Haia para a Proteção dos Bens Culturais em Caso De Conflito Armado, Unesco, Haia (então Países Baixos), 14 de maio de 1954.

"Visa esta Convenção salvaguardar e assegurar o respeito pelos bens móveis ou imóveis que representem uma grande importância para o património cultural dos povos, qualquer que seja a sua origem ou o seu proprietário. A salvaguarda destes bens implica que os Estados, em cujo território eles se encontrem situados, tomem em tempo de paz todas as medidas necessárias à sua proteção". Faça-se notar que a Segunda Guerra Mundial acabara há menos de 9 anos.

as gradações do reagir humano, Geert sublinhava a existência de grupos culturais nacionais e regionais que afetam o comportamento de sociedades e organizações (vincadamente perseverantes no decorrer do tempo e que preferimos designar, nesta tese, como universos culturais distintos e estáveis, manifestações do Global e do Local). Mais tarde, Geert Hofstede acabaria por descrever a cultura como sendo a "programação mental" (software of the mind), o que reveste o tema de uma atualização muito interessante.

Stuart Hall[78], pioneiro do multiculturalismo (isto é, do estudo das inter-relações de várias culturas num mesmo ambiente), cuja obra versa temas como questões de *raça*[79], *género* e *identidade*[80], estabelecerá dois paradigmas para os estudos culturais: o culturalismo (que define como a ênfase do cultural em oposição ao social, económico ou histórico) e o estruturalismo (que define a estrutura como uma construção do pensamento). Na primeira vertente, o processo de comunicação é o processo de comunhão das ideias, da partilha de significados comuns, propósitos e atividades.

No que respeita ao estruturalismo, Hall destaca a figura do antropólogo francês Claude Lévi-Strauss como figura máxima na formação deste paradigma.

Nos anos 50 do século XXI, Lévi-Strauss dizia:

> Se tratarmos os diferentes estados em que se encontram as sociedades humanas, tanto antigas como longínquas, como estádios ou etapas de um desenvolvimento único que, partindo do mesmo ponto, deve convergir para o mesmo fim, vemos bem que a diversidade é apenas aparente. A humanidade torna-se una e idêntica a si mesma, só que esta unidade e esta identidade não se podem realizar senão progressivamente e a variedade das culturas ilustra os momentos de um processo que dissimula uma realidade mais profunda ou retarda a sua manifestação (Lévi-Strauss, 1852/1989, pp. 24-25).

Para Lévi-Strauss, o conceito de cultura prende-se com as categorias e os quadros de referência linguísticos e do pensamento com os quais os seres humanos classificam a vida e as relações entre o mundo humano (cultural) e o mundo natural.

A linguagem, entendida assim, é o principal meio da cultura.

---

[78] Stuart Hall pertenceu ao quadro do Centre for Contemporary Cultural Studies fundado por (Herbert) Richard Hoggart na Universidade de Birmingham (1964) e participou na formação da prestigiada *New Left Review*, conjuntamente com Raymond Williams (autor do importantíssimo *Culture and Society*, de 1958) e E. P. Thompson —, ambos foram figuras centrais na história intelectual e política do século XX.

[79] A questão da raça voltou ao grande debate com a administração de Lula da Silva, no Brasil, nomeadamente quando - em 24 de abril de 2023 -, o governo federal brasileiro publicou no Diário Oficial da União (DOU) alterações ao Estatuto da Igualdade Racial, prevendo a inclusão de informações sobre raça e etnia de trabalhadores nos registos administrativos de empregadores dos setores público e privado.

[80] Três conceitos que confundem, por se compartimentarem, as hipóteses de alteridade dos universos culturais enquanto em presença com os seus semelhantes, que é ainda o âmago da nossa tese.

Stuart Hall juntará ao seu raciocínio os trabalhos de Althusser (e a reflexão sobre ideologia do filósofo francês nascido na Argélia), mas também os de Raymond Williams, Herbert Richard Hoggart e Edward Palmer Thompson. Williams, autor entre outros do livro *Culture and Society* (Williams, 1958), procura, dentro de uma linha de pensamento marxista, como o fizera Althusser, definir uma conceção heurística[81] da cultura, isto é, diretamente identificada com os factos que a produzem e que a geram, tanto em termos operacionais quanto científicos.

Cremos ter encontrado a nossa diretriz, levando a conhecimento algumas facetas inéditas e aplicando, pela via dos estudos de cultura a um objeto bem diferenciado, metodologias operatórias que definem o seu interesse e proposta como estudo de caso e apto ao contraditório científico.

> "Existem memórias oficiais, alimentadas pelas instituições, ou seja, os Estados, e memórias subterrâneas, escondidas ou interditas. A "visibilidade" e reconhecimento de uma memória dependem também da força de quem a possui. Dito de outra forma, existem "memórias fortes" e "memórias fracas"136 (TRAVERSO; 2020: 86).

[81] O termo original *Heurística* relaciona-se diretamente com a descoberta e serve de ideia diretriz numa pesquisa.

PRIMEIRA PARTE

O mundo novo das utopias - os anos até 1917

Finessecularismo e novo século
A infância de António Manuel Trigo

> A encenação dos momentos de espera contou-se, em tempos, entre as singularidades dos primeiros tempos de vida. O antegozo do dia do próprio aniversário, a espera pelo dia de Natal, a excitação sentida quando se vê nas luzes na sala onde os presentes aguardam a altura de ser trocados. Todos estes são exemplos clássicos de momentos de espera percecionados como festivos. A Memória gosta de transformar tais momentos em idílios de infância (Kohler, 2021, pp. 34-35).

Que infância é esta, a de António Manuel Trigo, em que não há a espera excitada pela abertura das prendas de Natal, mas uma cortina pesada descida sobre a criança que tarda em cumprir-se? A nostalgia, a tristeza dos primeiros anos de vida, serão apenas uma vontade nossa de colocar uma matriz que não nos pertence – psicológica ou outra – onde apenas os estudos culturais nos devem mobilizar?

Se nos fica a imagem de um narrador mais preocupado com a composição formal dos detalhes biográficos, de modo a não perder de vista o rigor dos factos relacionados com a sua vida, destinada a perpetuá-la simbolicamente nos parentes vindouros, emerge da mesma escrita, do mesmo inventário, a personalidade multifacetada de um homem que não foi indiferente às propostas do seu tempo.

António Manuel não se interessa particularmente pela sua infância, nem pelo seu passado pessoal infantil, muito provavelmente pelas marcas traumáticas que lhe assistem, mas, contrariando silêncios sobre o tempo em seu redor, capta depois com riqueza pormenores que nos permitem apreciá-lo hoje, como uma personagem multifacetada e interessante a vários títulos. Esse cindir entre silêncio e acontecimento ativo, digno de memória, é uma escolha própria, tanto quanto podemos interpretar, defendendo a ideia de que as circunstâncias terão tido alguma influência na decisão (a época, a política da época, a cultura militar que era a sua). Não o impedem, contudo, de fazer emergir figuras, lugares e acontecimentos que escolheu para recordar.

Diz-nos António Manuel Trigo que, na sequência de uma meninice ensombrada pela doença, em criança "tinha pouca memória e grande dificuldade para aprender e assim transtornaram-se os meus estudos, tendo ido muito tarde para a Escola" (Trigo, 1948, p. 7) – o que pode constituir uma explicação para a redação dos seus cadernos de recordações pessoais, uma necessidade de guardar de si para partilhar com os seus. (As memórias de um protagonista de pouca memória).

Entendemos que apreciava ainda a cultura livresca própria do seu tempo, tendo lido os clássicos – que guardou e legou à família em biblioteca própria, onde figuravam especialmente autores da primeira metade do século XX e onde não faltava a presença de alguns números d´*A Águia*, revista lançada em dezembro de 1910, no Porto, isto é, dois meses depois da proclamação da República e onde escreviam Teixeira de Pascoaes[82], António Sérgio e Leonardo Coimbra. Conversas com a família de Trigo [83] informaram-nos que era grande leitor, possuidor de vasta biblioteca pessoal, nomeadamente sobre a Primeira Guerra Mundial e livros de autores militares[84].

Segundo os seus descendentes, a família Trigo era, muito provavelmente, de origem judaica – faltou-nos essa confirmação, apesar de o tentarmos -, culturalmente jacobina e anticlerical, ao contrário de António Manuel.

Guerra Junqueiro era familiar dos Trigo, pelo parentesco direto com uma avó, Carolina Junqueiro Trigo, outra hipótese avançada pelos descendentes, mas que também não nos foi possível confirmar. Todavia, ainda hoje é convicção da família Trigo que terá sido Guerra Junqueiro, o grande poeta da República, a acolher no Porto o pai e o tio de António Manuel, Adriano e Aníbal Trigo[85], quando foram estudar para aquela cidade.

António Manuel Trigo, com oito anos de uma infância à margem da memória e marcada pelas doenças, não vibra, aparentemente, com a chegada do um novo século que será, a um tempo, o mais inovador e destruidor da longa e bárbara história do mundo. Será por definição o seu século, também, pois nele viverá toda a vida adulta e realizará alguns dos seus principais sonhos durante as décadas seguintes. Será, em última análise, o nosso século XX, onde nos revemos categoricamente e onde adquirimos experiências diversas, algum conhecimento e

[82] Por vontade do próprio, Pascoaes, com "e", e não Pascoais como alguns escrevem e escreveram.

[83] Cf. ANEXOS deste trabalho *Entrevistas com a família*.

[84] No rescaldo da Primeira Guerra muitos foram os que escreveram livros de memórias sobre as suas experiências no conflito, de bem conteúdos variados, da sátira e do humor ao mais profundo recolhimento e angústia, todos desejando partilhar um período tão violento e terrível. São inúmeros os títulos sobre o relato da realidade do Corpo Expedicionário Português e do CAPI, vindos de generais, oficiais, soldados, jornalistas, madrinhas de guerra, escritores de nomeada e autores anónimos, que nos foram fundamentais e que usámos como leitura à margem deste trabalho. Alguns desses títulos constam mesmo da nossa referência bibliográfica, na impossibilidade de os listarmos todos.

[85] O irmão de Adriano Trigo, tio de António Manuel, Aníbal Augusto Trigo nasceu em Torre de Moncorvo, em 1865 e morreu no Funchal, em 1944. Formou-se na escola do Exército, em Lisboa, mudando-se depois para o Funchal, onde assumiria o cargo de chefe de secção de Obras Públicas. Foi Diretor de Repartição Técnica da Câmara Municipal do Funchal durante 34 anos, tendo chegado a acumular este cargo com o de Diretor das Obras Públicas, aquando da ida de seu irmão, Adriano Augusto Trigo, para Macau. Aníbal foi Diretor dos Serviços Hidráulicos, sendo promovido a Inspetor Superior das Obras Públicas em 1932. Em 1912, foi nomeado para integrar a Comissão Técnica de Inspeções, Provas e Exames de Automóveis e Condutores da Circunscrição da Madeira.
O irmão do Engenheiro Adriano Augusto Trigo foi condecorado com o grau de Comendador da Ordem de S. Tiago da Espada.

acumulámos sem dúvida sedimentos vários que hoje parecem ser a nossa memória e a razão do que pensamos, sentimos, agimos e reagimos, isto é, a justificação da nossa cultura coletiva e dos nossos universos culturais individuais. Devemos ao século XX a ideia imprecisa de uma identidade, sempre frágil consoante a interpretamos à luz do ambiente familiar, local, cultural, nacional, europeu, mundial, em facetas do mesmo vidro fragmentado com as suas ilusões prismáticas que permitem tão diferentes efeitos de interpretação.

Não há sombra de festividade nas palavras de António Manuel Trigo, uma vez mais, omitindo o novo século que o acolhe, mesmo quando refere a entrada na Escola de Guerra, as promoções que vai tendo na vida profissional, os êxitos como as atuações musicais ou os prémios nos concursos fotográficos e a evolução das suas capacidades como pintor amador. Nota-se aqui e acolá, somente, uma leve nota de orgulho por ter obtido algumas classificações escolares mais relevantes. “Não foi de estranhar. Nem os professores se admiraram. Porque durante o ano fui sempre o aluno mais classificado e muitas vezes dispensado de ser chamado” (Trigo, 1948, p.27).

Apesar deste “orgulho” procura dar sempre um ar natural aos resultados obtidos, sem jactância ou quebra de comedimento. As suas palavras são de certa forma a relação tranquila de traços de carácter moderados, aparentemente modestos. Certo é que não refere acontecimentos epocais de grande monta, mesmo quando podem relacionar-se diretamente consigo ou com a sua família. Por exemplo, em 1899, um surto epidemiológico de peste bubónica, detetado na cidade do Porto, vai mobilizar recursos e atenções do País. Sabemos que António Manuel tinha parentes naquela cidade e que a sua história de vida tem ali alguns episódios marcantes. A verdade é que não alude à peste, mesmo quando é enfrentada por parentes seus (um primo, médico, estará na primeira fila do combate à doença, por exemplo).

Quatro séculos antes da Era Cristã, o médico grego Hipócrates apresentou uma receita infalível para combater a doença, genericamente conhecida por peste: a fuga!

Parece ser a Tucídides (460-395 a C.), autor da *História da Guerra do Peloponeso*, que se deve o relato duma epidemia em Atenas no ano de 431 a.C. dando-lhe a dimensão da tragédia que terá ocasionado. Sabe-se, de igual modo que no século XIV, a peste voltou na sua máxima força e a solução infalível foi a de aplicar, mais uma vez, a receita de Hipócrates: fujam!

A equidade da doença não lhe trazia louvores: todos morriam por igual, nobres ou plebeus, mulheres e homens, mesmo os homens da Igreja, como a seu lado morriam ou ateus (na época, pouco assumidos, mas, sem equívoco, existentes). A imparcialidade da doença e da morte fazia, como quase sempre o fez, a sua escolha sem princípios morais ou afinidades políticas.

Outras epidemias, é sabido, deixaram rasto, e diluíram-se na memória:

> a epidemia que dizimou a Europa e a Ásia, desde 160 a 180, a de 255-265 que S. Cipriano fielmente descreve, a devastadora peste de justiniano, em 542, e mesmo a terrível morte negra ou peste negra do século XIV que vitimou a quarta parte da população europeia, e em que todos os autores contemporâneos assinalam a frequência das hemoptises e perturbações do aparelho respiratório – Cantacuzeno, Guido de Chauliac, e diversos cronistas de Itália, Alemanha, Noruega, Polónia e Rússia – devem ser consideradas, com relativa segurança de acerto, como verdadeiras epidemias de pneumonia pestosa (Rego, 1900, pp. 39-40).[86]

Num texto incluído no anuário do Serviço Municipal de Saúde e Higiene da Cidade do Porto para 1899, Ricardo Jorge, introdutor em Portugal dos conceitos modernos de saúde pública, então médico municipal do Porto e responsável pelo Laboratório Municipal de Bacteriologia, escreve que

> a 4 de julho de 1899 recebia eu um bilhete dum negociante da Rua de S. João, chamando a minha atenção para uns óbitos que se tinham dado na Rua da Fonte Taurina. [Fui] fazer uma visita pessoal à Fonte Taurina, onde, com as informações colhidas e os doentes ainda presentes, me convenci logo estar em frente dum foco epidémico de moléstia singular e nova.

O fotógrafo amador Aurélio da Paz dos Reis[87] irá registar um momento desse acontecimento, e da atividade no Laboratório Municipal de Bacteriologia, numa foto que nos interessou muito em particular. Tirada no Porto, em 1899, nela aparecem seis homens, "peritos indicados pela Vereação do Porto". Ao lado de Sousa Júnior[88], estão Ricardo de Almeida Jorge e António Balbino Rego. Balbino Rego, primo de António Manuel Trigo, irá ser o responsável pela segunda operação ao tumor que permitirá a sua recuperação, daí o interesse que encontrámos na fotografia, hoje conservada no Arquivo Municipal do Porto (Jorge, Rego & Júnior, 1999)[89].

[86]Também Ricardo Jorge tinha, pouco antes, publicado um livro sobre a peste (Jorge, 1899).

[87] Considerado o "pai" do cinema português, Aurélio da Paz dos Reis era na realidade comerciante de flores. Apaixonado pela fotografia e pelo cinema, deixou um imenso e valioso espólio fotográfico e os primeiros filmes portugueses - que ele mesmo realizou e produziu. Maçon, revolucionário republicano, foi um pioneiro, que se iniciara nestas áreas após ter assistido a sessões de filmes de atualidades e documentários, projetados, em 1896, no Porto pelo inglês Edwin Rousby. Aurélio fará, pouco depois, uma viagem a França, onde adquire a sua primeira máquina de filmar.

[88] António Joaquim de Sousa Júnior (Praia da Vitória, 15 de Dezembro de 1871 — Porto, 7 de Junho de 1938), mais conhecido por Sousa Júnior, foi um médico e político republicano de origem açoriana que, entre outras funções, foi deputado ao Congresso Constituinte de 1911 e, por duas vezes, Ministro da Instrução Pública de governos da Primeira República Portuguesa. Fonte: Wikipédia.

[89] NOTA: referência à estampilha, local que certas fotos reservavam para estampar franquias de remessas postais.

Parco nos pormenores da sua própria infância, a ênfase vai para a constatação de que, desde cedo, foi uma criança muito doente. Assim, o manuscrito enriquece com algumas passagens, de descrição fugaz, mas episodicamente mais intensa. A infância e a adolescência foram marcadas por doenças que atrasaram uma normal progressão de estudos e que acabariam por ditar a sua entrada tardia na Escola de Guerra e consequente progressão na carreira militar. Teve difteria, a doença cujo nome foi escolhido pelo médico alemão Friedrich Loeffler em 1855: a palavra vem do grego diphthera, literalmente "par de fitas em couro (cabedal)", em alusão à pseudomembrana aderente, vista no fundo da boca dos doentes, uma doença infectocontagiosa causada pela toxina do bacilo *Corynebacterium diphtheriae*.

A difteria provoca inflamação e lesão em partes das vias respiratórias (amígdalas, faringe, laringe, traqueia, brônquios, nariz) e, às vezes, da pele. A mortalidade total registada no século XXI, é de 5-10%, subindo para 20% em crianças (em especial as mais pequenas) e adultos (com mais de 40 anos) (Atkinson, Hambordky, Mcintyre & Wolfe, 2007).

Ainda criança, António Manuel Trigo é operado a um tumor no ouvido esquerdo, considerado "maligno", que, parcialmente removido, voltará a requerer nova operação quando é já aluno do Liceu – de acordo com as *Memórias*, só em 1906 concluiria a Instrução Primária, onde entrou

> muito tarde. Meus pais, nessa época, viviam numa quinta[90], no Caminho da Torrinha, da freguesia de Santa Luzia, concelho do Funchal, e os meus avós paternos viviam junto com meus pais. Recordo-me apenas que meu avô paterno é que me ensinou as primeiras letras do alfabeto, como escrever e contar (Trigo, 1946, p. 8).

Na sua luta contra as doenças, foi então fundamental nessa segunda operação a presença do seu primo António Balbino Rego, que acabaria de vez com a presença do tumor no ouvido esquerdo.

Citamos na íntegra a nota biográfica sobre António Balbino Rego (1874-c. 1940), pela importância que teve na vida nacional e na vida madeirense, em particular – importância que António Manuel Trigo também omite nas *Memórias*:

> natural de Bragança, onde nasceu a 23 maio 1874, formou-se pela Escola Médico Cirúrgica do Porto em 1900, tendo proferido a dissertação inaugural nesse ano à Escola Médico Cirúrgica do Porto, como interno do Hospital Geral de Santo

[90] Maria Lamas dá-nos com detalhe a descrição destes espaços nostálgicos e de encantamento, as quintas da Madeira, que não têm grandes dimensões, mas um apurado gosto de pormenor e de sentido estético, muitas vezes importado de Inglaterra, a maior parte sem zonas de cultivo consideráveis, substituídas, isso sim, por jardins, árvores decorativas e vivendas românticas.

> António e aluno assistente do Laboratório Municipal de Saúde e Higiene (Rego 1900). Estava na Madeira em 1903, onde exercia medicina privada, casando com Maria das Mercês Figueira[91], de que houve geração. No seguinte ano de 1904 foi nomeado diretor do Posto de Bacteriologia e Higiene do Funchal, recentemente criado. Com o espoletar de um provável surto de peste bucólica de 1905, um contágio de "febres infeciosas", designação oficial atribuída pelas autoridades civis à epidemia que alastrava pelo Funchal, evitando o termo de "Peste", que poderia [ditar o] encerramento do porto [do Funchal], como anos antes se fizera na cidade do Porto. O governador civil (substituto), Dr. Pedro José Lomelino (1864-1930), determinou o isolamento dos contagiados no Lazareto e nomeou o Dr. António Balbino Rego como diretor daquele hospital, mantendo prudência na divulgação das circunstâncias sanitárias, para conter algum alvoroço geral. A oposição política, que alguns periódicos indiciam como liderada pelo Dr. Leite Monteiro (1841-1920), do partido Fusionista e o partido Regenerador, encontraram a oportunidade de iniciar uma controvérsia à volta dos internamentos e da escassez de informações gerais, acusando, inclusivamente, o governador civil e o Dr. Balbino de pretenderem angariar, indevidamente, fundos monetários do governo central, para tratarem uma doença que não existia, tendo sido abundante os folhetos e a chamada "literatura de cordel" [92]sobre esse assunto. As medidas sanitárias implementadas no hospital geraram muito medo e muita revolta na população, que se deixava persuadir por todo o tipo de rumores e não demorou muito para que o povo começasse a ver o Hospital como um necrotério e decidisse, com soldados de Infantaria 27, assaltá-lo para libertar os "presos", a 7 jan. 1906. Refere o Elucidário Madeirense (Silva & Meneses, 1940) que o responsável pelos doentes do Lazareto teve a casa apedrejada, tendo de se refugiar em São Lourenço e embarcar depois para Lisboa. Mais tarde, tendo o governo de Lisboa determinado o seu regresso ao Funchal, para tomar posse do lugar, novas manifestações levaram a que nem conseguisse chegar a terra, regressando ao continente no mesmo navio. Veio a ser, por concurso, nomeado médico e cirurgião dos hospitais civis de Lisboa, e diretor do Posto Antropométrico de Lisboa do Serviço de Identificação e Registo Policial, sendo como titular daquele cargo e Vogal do Conselho Nacional de Turismo, sendo proposto, em 1931, para ser condecorado com a Ordem Militar de Cristo, mas a 10 janeiro de 1937, teve o grau de oficial da Ordem Militar de Santiago da Espada (Marino, 2022, para. 1).

António Manuel nada nos conta das suas irmãs e afinal acabamos por saber por conversas com a sua família que pelo menos duas cruzaram as suas vidas com a tragédia, uma delas morre num incêndio[93], ainda muito jovem, outra, será amputada, na sequência do *Diabetes Mellitus*, uma doença metabólica crónica que ainda é um dos problemas de saúde

[91] Cf. ABM/ARM, *RP*, Liv. 6551 A, f. 42-43. Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira.

[92] A literatura de cordel ou de folhetos, normalmente resultava de relatos orais passados a escrito e impressos, com as "notícias" ou os boatos que mais importância ganhavam pelas ruas. Aparentemente, com um cunho popular, parece descender de aedos, rapsodos que tocavam e cantavam as suas narrativas, ou dos trovadores, que na lírica medieval compunham e cantavam narrativas, geralmente acompanhado de instrumentos musicais, como o alaúde ou a cistre, que no passado levavam a memória dos acontecimentos de terra em terra. A literatura de cordel, regra geral, era, muitas vezes, rimada.

[93] Um acidente com fogo de artifício, de acordo com a memória (oral) da família.

mais importantes da atualidade, por ser uma doença com elevada morbidade e mortalidade (Hirota, Haddad & Guariente, 2008).

Manuel Trigo também omite nas *Memórias* a pandemia de gripe que atacaria o mundo, juntando milhões de mortos à insuportável lista de perdas de vidas humanas da Primeira Guerra. A pandemia, conhecida em Portugal como "a pneumónica" ou "a espanhola", é referida em muitos países como "a gripe espanhola ou a senhora espanhola" (*spanish influenza ou spanish lady)*. Para o historiador Alfred Crosby, isto ficou a dever-se ao facto de ter sido a imprensa espanhola (recordemos que a Espanha era neutral na Primeira Guerra, pelo que não obedecia estritamente aos limites da censura) a primeira a revelar a existência da doença, pois os países beligerantes tinham a imprensa censurada e, só tardiamente, deram conhecimento público da situação (é nossa convicção que os primeiros sintomas apareceram em 1917, como diremos mais adiante, e que por esse motivo não chegaram a público nem tiveram a divulgação que seria urgente e necessária, propagando-se a doença até dimensões indomáveis). Crosby (2003) sublinha bem a questão da censura, para o retardamento das notícias sobre a gripe, o que reforça o nosso argumento.

A omissão de António Manuel Trigo ainda é mais surpreendente quando sabemos que uma das vítimas foi um dos seus colegas da Escola de Guerra (aluno que estaria um ano mais avançado[94]):

> Rebocho de Albuquerque, um dos melhores e mais queridos camaradas. Aparece violentamente atacado pelo terrível mal e poucos dias depois sucumbe a despeito de todos os cuidados. Outros caem de cama tocados pela epidemia. Chegam ordens determinantes para se adiarem os exercícios finais e se encerrar temporariamente a Escola de Guerra (Cruz, 1928, p. 6).

Refira-se que no Arquivo Histórico Militar encontra-se um documento do C.E.P., *A gripe – que se deve fazer para não a ter?* da autoria de Verdial e Borges (s.d.). A redação enumera cinco pontos fundamentais e que, durante a COVID19, cem anos depois, parecem ter sido reabilitados:

1- **abrir as janelas e as portas das casas, casernas e refeitórios;**
2- **evitar aglomerações de pessoas em cafés, cinemas e teatros;**
3- **ir ao médico quando surgirem os primeiros sintomas, a saber, dores de cabeça fortes, febres e constipação;**
4- **fazer exercícios ao ar livre;**

[94] De acordo com a lista dos alunos da Escola de Guerra que consultámos no Arquivo Histórico Militar.

5- e, por último, a habitual lavagem do nariz e da boca duas vezes ao dia com água salgada.

O ano de 1900 é pródigo num registo necrológico que incluí símbolos ímpares de cultura internacional, a saber, como exemplos singulares: Eça de Queirós, António Nobre, Óscar Wilde e Friedrich Nietzsche. É claro que morrem por causas variadas, sem qualquer traço comum a não ser a idade pouco avançada, e a grande perda para as realizações do mundo.

Para a esperança de vida dos nossos dias, todos partiram, de facto, muito cedo. Eça, aos 55 anos (aparentemente na sequência de problemas intestinais, nunca confirmados pelos seus biógrafos); António Nobre, de tuberculose, aos 32 anos; Óscar Wilde, aos 46 anos (talvez e não comprovadamente) de meningite; Nietzsche de apoplexia, também aos 55 anos. São símbolos maiores. Ao mesmo tempo, morrem evidentemente muitos milhares de pessoas "anónimas" por todo o mundo. Acredita-se que só no Texas foram mais de 10 mil, arrastados pelo furacão Galveston. Nada nestas mortes seria prenúncio do século sangrento que nascia no mesmo ano.

Em Portugal, o fim de século traz outros motivos de preocupação e de tragédia, pois sentem-se ainda as fortes marcas da falência económica (e moral), que procurava ainda sobreviver na sequência da primeira crise financeira que afetou o setor bancário em Portugal, em 1876. Sem dúvida que ainda imperavam os resquícios do enorme fantasma trazido pelo ultimato britânico, e do que ficou da revolta republicana no Porto, a 31 de Janeiro de 1891. Sentia-se a decrepitude, traduzida num País pobre, rural e analfabeto.

Poucas eram as manifestações culturais dignas desse nome. O auge esteve, aparentemente, na realização da primeira Exposição de Amadores Fotográficos, apesar de modesta e pouco variada. Levou, mesmo assim, uma elite, sobretudo de lisboetas, à Sala Portugal, da Sociedade de Geografia de Lisboa. A mostra reuniu os trabalhos de cinquenta participantes. O destaque foi, no entanto, para a presença da Família Real (D. Carlos, o rei, e a rainha D. Maria Pia, participaram como expositores, sem, contudo, serem concorrentes a qualquer prémio, por vontade própria. O concurso incluiu nomes como os de José Relvas [95]e Jorge de Almeida Lima (Arquivo Nacional de Fotografia, 1997)[96]).

[95] José de Azevedo Mascarenhas Relvas (Golegã, 5 de março de 1858 – Alpiarça, 31 de outubro de 1929), conhecido por José Relvas foi um ativo e influente republicano.

[96] "Apesar de se desconhecer exatamente quando e por influência de quem se iniciou na fotografia, Jorge de Almeida Lima tem produção datada desde 1886 e tornou-se sócio da Academia Portuguesa de Amadores Fotográficos em 1887. Foi na qualidade de amador que se dedicou à fotografia" (Arquivo Nacional de Fotografia, 1997, para. 4).

O interesse cultural internacional estava de olhos postos em Paris, na Exposição Universal. Ali, a representação portuguesa é de grande modéstia e contenção. O Decreto de 12 de novembro de 1898, estipulou os termos em que deviam ser organizados os serviços desta secção portuguesa na Exposição de Paris. Estava-se então sob o governo (o 49º da Monarquia Constitucional) presidido por José Luciano de Castro. Portugal esteve presente em dois pavilhões (o Pavilhão das Matas, Caças e Pescas[97] e o Pavilhão das Colónias[98]) com projeto do arquiteto Ventura Terra que, como bolseiro e depois da formação em arquitetura na Academia Portuense de Belas Artes, frequentou a *École nationale et spéciale des Beaux-Arts* e foi discípulo do arquiteto Victor Laloux, autor da Gare de Orsay, hoje Museu de Orsay.

Logo após a Exposição, deu-se o naufrágio do vapor Saint-Andŕé que transportava de regresso a Portugal peças de reconhecidos artistas portugueses e que, desta forma, se perderam para sempre. Um certo mistério parece envolver durante anos este naufrágio e este desaparecimento – até cair no esquecimento, dissipando-se em últimas e ténues memórias pouco interessadas em episódio tão singular e, a vários títulos, surpreendente.

António Maria de Fontes Pereira de Melo acreditava, nesta mesma época, nos desenvolvimentos técnico-científicos, isto é, económicos de Portugal, sobretudo ecos e reflexos da Regeneração de 1851 e da ação de que tentara levar o País a recuperar do atraso que tinha, em comparação a outros países da Europa. Desse esforço de progresso, ficariam a rede ferroviária, alguma modernização dos transportes (para além do caminho de ferro) e sobretudo a presença do telégrafo em todos os concelhos do continente - uma extensa rede telegráfica funcionando em código Morse, coadjuvada por alguns telégrafos Steljes e Hughes (Anciães, 71) e em muitos povoados. Essa rede telegráfica fará com que Raúl Brandão[99], dez anos depois, mas seis meses antes da revolução de outubro de 1910, escreva, lúcida e profeticamente, que "A República implanta-se em Lisboa e ao resto do país comunica-se por telégrafo".

Lisboa e Porto teriam as suas redes interconectadas em 1904 e foi realmente o telégrafo que serviu como a voz mais eficaz da proclamação da República.

[97] Referido como "pavilhão construído com madeira e gesso. Tem uma arquitetura muito simples e como decoração exterior um friso pintado com um belo efeito" (Tribunal de Contas, s.d.).

[98] Destinado a expor produtos agrícolas e industriais das colónias portuguesas da África Oriental e Ocidental, de Goa, Macau, Timor e das ilhas de São Tomé e Cabo Verde (Tribunal de Contas, s.d.).

[99] Raul Germano Brandão, militar, jornalista e escritor português, famoso pelo realismo das suas descrições e pelo lirismo da linguagem. Fonte: Wikipédia.

O mundo de António Manuel Trigo
Esquecer as memórias traumáticas da infância

> O esquecimento era, neste caso, tratado sobretudo como uma ameaça para a operação central da memória, a reminiscência, a *anamnesis* dos gregos, e, logo, como um limite da exigência do conhecimento histórico de providenciar uma narrativa que ligue os acontecimentos passados (Ricœur, 2003, p. 1)[100].

Recordamos que durante o longo percurso deste trabalho enfrentámos exceções à regra que procurámos. O melhor desse encontro terá sido com André Malraux, que medita sobre a vida, não, porém, à maneira dos memorialistas, oferecendo-nos a presença de uma reflexão singularíssima, nas suas *Antimemórias* (Malraux, 1967), reflexão situada nos antípodas das *Memórias* que tanto nos ocuparam. Enquanto António Manuel Trigo interroga o seu circunscrito, por vezes restrito universo cultural, Malraux ousou questionar o Universo, e pôr em causa o próprio destino, procurando o ser humano entre os seres humanos ("as memórias proliferam quando a confissão se afasta", diz ele no *Le Miroir des limbes*, o espelho do limbo ou do olvido, espelho do esquecimento, portanto, que é referido logo na página 10 de *Antimémoires).*

Trigo amealha o que fez no seu percurso pelo mundo; Malraux (1967, p.7) define, por seu turno, que as memórias do século XX são de duas naturezas: por um lado, o testemunho dos acontecimentos e por vezes o relato da execução de um grande objetivo; e, por outro, a introspeção concebida como estudo do que é humano. [101]

Trigo afasta-se da ribalta narrativa para que as *Memórias* contenham do seu autor o brilho suficiente, sem, todavia, o iluminarem demasiado; Malraux exalta os "traços que exprimem menos um carácter individual do que uma relação particular com o mundo" (Malraux, 1967, p. 14).

Essa antítese de quaisquer memórias, mereceu este parêntesis, pois constituiu uma das formulações mais interessantes para a nossa reflexão. A memória parece ser sempre uma procura da infância – do País onde se vive; do acontecimento que se regista; da entidade

[100] O autor apresenta-nos a memória em relação direta com a melancolia, reduto onde muitas vezes parece acolher-se e traduzir-se individual e coletivamente. Encontrámos afinidades em Kristeva (1989). A autora usa a ideia de a melancolia como "espaço de representação dos sujeitos e da sua memória".

[101] Na realidade, o que Andrè Malraux escreve é mais completo e é o seguinte: "Les Mémoires du XXe siècle sont de deux natures. D'une part, le témoignage sur des événements: c'est parfois, dans les Mémoires de guerre du général de Gaulle, dans Les Sept Piliers de la sagesse, le récit de l'exécution d'un grand dessein. D'autre part, l'introspection dont Gide est le dernier représentant illustre, conçue comme étude de l'homme" (Malraux, 1967, p. 14).

passada que radica num ponto inicial; de um encontro connosco ou com os outros que nos fazem.

Malraux afirma: "quase todos os escritores que conheço amam a sua infância. Eu detesto a minha (Malraux, 1967, p. 10). Quase ouvimos o mesmo a António Manuel Trigo, em caminho inverso: não se lembra da infância que viveu. Especulativamente, seria de aceitar que esta não memória radica num sentimento de rejeição (detestaria Trigo a sua infância de má memória e péssimos sintomas?).

Malraux ainda acrescenta: "Aprendi pouco e mal a criar-me, se criar-me é aguentar esta estalagem sem estradas que se chama vida. Às vezes soube agir, mas o interesse da ação, exceto quando chega à história, está naquilo que fazemos e não naquilo que dizemos (Malraux, 1967, p. 10).

Nas *Memórias*, que nos surpreenderam em tantos aspetos, há um certo desprendimento do que se passou no tempo que é descrito, nomeadamente no cenário de guerra que as tropas portuguesas ocuparam nas frentes africanas, primeiro, e europeias, depois, o que parece um profundo paradoxo vindo de um militar de formação e carreira. Tanto mais, perante o que se passava na época, isto é, "a existência de uma cultura de guerra europeia, homogénea e hegemónica [...) e perante "a natureza do *mito da experiência de guerra* em Portugal" (Correia, 2010, p. 11).

Dos primeiros anos da sua vida diz-nos António Manuel Trigo, com modéstia e sinceridade, no tom em que aliás redige todo o manuscrito, de que "nada se lembra" (Trigo, 1948, p. 7).

Submergido pelas intempéries das doenças, emerge lentamente em pequenas vitórias, como a conclusão tardia da primeira escolaridade "fiquei aprovado com 12 valores. Em 13 de agosto de 1906, fiz o meu segundo exame de Instrução Primária, do 2º grau, no edifício do Liceu Central [102]à Rua das Ferreiros" (Trigo, 1948, p. 9).

Não parece surpreendente esta amnésia sobrevivente em que a memória de António Manuel o conservou e auxiliou, permitindo-lhe a sobrevivência. O pioneiro da psicologia cultural, Frédéric Charles Bartlett, que assinou no final da década de 1920 um rigoroso texto sobre a psicologia em ambiente de guerra (Bartlett, 1927), identificava, em 1932, diversas

[102] A Escola Secundária Jaime Moniz, conhecida também por Liceu de Jaime Moniz, escola do ensino secundário, da rede pública da cidade do Funchal, é a herdeira institucional do antigo Liceu Nacional do Funchal, depois Liceu Nacional Central do Funchal. O seu nome homenageia o patrono da escola, o pedagogo e político madeirense Jaime Moniz (Escola Secundária Jaime Moniz, 2024).

"[O Liceu] Apenas no fim da Monarquia, em 1909-1910, ultrapassaria os 200 alunos (entre os quais figuraram, pela primeira vez, duas alunas)" (Sousa, 2003, p. 7).

características auxiliares da memória, tais como "a influência de imagens mentais, da linguagem (verbalização), aspetos afetivos/atitude e influências do contexto social e cultural" (Bartlett, 1932, p.38).[103] Influenciado pelo seu quadro clínico, pelo contexto em seu redor, e pela experiência traumática que o levaria a duas operações – a primeira feita por médicos do Funchal, e mais tarde, em Lisboa, Trigo parece sofrer (também) de uma amnésia dissociativa, um tipo de esquecimento provocado por trauma. Durante o episódio de fuga dissociativa, o sujeito pode mesmo deixar de saber quem é (Cristóvão, 2018).

"As crianças conjugam, nas suas experiências diárias, nas brincadeiras e conversas infantis, informações que constroem as suas memórias" (Buckingham, 2010, pp. 37-58). Os momentos traumáticos, regra geral, substituem-nos como podem pelos momentos que mais lhes agradam, apaziguam, ou tantas vezes cicatrizam. Esta opção pelo não lembrar, esta amnésia intencional, parece-nos uma transposição da experiência emocional desagradável dos primeiros anos de vida, para um refúgio do olvido, numa nova cartografia da existência, a de um vazio sem traumatismos, nem a necessidade de legar as más experiências aos vindouros. É perante si mesmo, espelhando-se, que Trigo opera a transformação. O que foi dor, talvez humilhação, será o nada do que conta.

David Spiegel [104]fala-nos do conceito de amnésia dissociativa, explicando que consiste num tipo de perda de memória provocada por trauma ou stress e que conduz à incapacidade de recordar informações pessoais importantes de modo voluntário, ou não. É esse o caminho escolhido nas narrativas da sua infância por António Manuel Trigo.

Construindo o nosso mosaico cultural, sempre tendo por objeto a análise das diferentes formas pelas quais somos moldados pelo passado, procuramos mais memórias, para juntar às suas entre a sua família e a terra onde nasceu e viveu os primeiros anos de vida. Como na contemplação da famosa representação da Imperatriz Teodora de Bizâncio[105], ou como qualquer interpretação do multicultural, os fragmentos das partes fazem sentido na construção final do todo, e o mosaico torna-se a expressão final. Tentamos enquadrá-lo, por isso mesmo, numa cronologia nacional e internacional que é coincidente com a do próprio nascimento do mundo moderno - portador das causas maiores de ação do mundo nosso contemporâneo - que

[103] Explicava então que "imagens visuais, por exemplo, podem ser bastante úteis na rememoração, quando a tarefa é descrever ou lembrar objetos ou eventos. Já palavras e frases podem apresentar um alcance menor de descrição, mas podem ser instrumentos superiores se a questão tem a ver com a rememoração de uma ordem ou sequência de objetos".

[104] David Spiegel: psiquiatra americano e Professor Associado da cadeira de Psiquiatria na Stanford University School of Medicine, onde dirige o Stanford Center on Stress and Health (Stanford University, s.d.).

[105] Os mosaicos de Justiniano e Teodora na basílica de San Vitale, em Ravenna, no norte da Itália, estão entre os exemplos de mosaicos mais famosos do mundo.

dilui o que é caracteristicamente mediévico sob golpes, por vezes poderosos, de "uma reação ambígua da cultura à agressão do mundo industrial" (Moorhead, 2006, p. 425). É o estudo cultural de um produtor de recordações, o nosso objeto de análise. É aquilo que o define como universo e a atração do que o rodeia, que lhe trazem a firmeza. É a memória como elemento dos estudos de cultura, construída ela também na sua essência por memórias, mesmo quando nos surgem com camadas sucessivas geradas pelo palimpsesto do tempo, é ela que nos motiva.

O ano de nascimento de António Manuel Trigo

Partimos agora das palavras de Valda Blundell:

> Os estudos culturais não dizem respeito apenas ao estudo da cultura. Nunca pretenderam dizer que a cultura poderia ser identificada e analisada de forma independente das realidades sociais concretas dentro das quais existem e a partir das quais se manifestam (Blundell, Shepherd & Taylor, 1993, p. 2).

Lemos em Saraiva (1995):

> Portugal estava enredado numa grave crise financeira, com um défice que se agrava dia a dia na balança de pagamentos e nas trocas comerciais, crise que se traduzia uma crise humana e institucional. Apesar disso, continuava a sonhar-se com uma nação imperial, como no tempo de D. João V, contando com o ouro colonial para equilibrar as suas contas. Desde o século XVI os Portugueses procuravam o ouro no interior africano no famoso império do Monomotapa. O "mapa cor-de-rosa" é a continuação imaginária, no século XIX, do ouro dos "quintos» do império brasileiro. O *ultimatum* de 1890 foi a pancada que nos chamou à realidade da nossa insignificância como potência. (Saraiva, 1995, p. 139)

É em 1892, que começa a ser destruído o gueto de Praga, um dos mais antigos da Europa Central. Os judeus da cidade de Praga desconheciam o seu terrível futuro e que o século seguinte, quase a chegar, lhe reservaria.

É em 1892 que Marcel Proust é retratado por Jacques Emile Blanch (Le Thorel-Daviot, 1999), retendo para a memória aquela que irá tornar-se a mais famosa das suas representações iconográficas. Proust, com um conjunto de amigos, cria no mesmo ano a revista Le Banquet, onde aparecem seus primeiros contos. Faz também traduções de ensaios de John Ruskin. Proust foi talvez o escritor que lidou com o lado mais intenso e literário das memórias e dos seus limites, encontrando nas memórias involuntárias (as evocações de lembranças sem esforço consciente que têm a tendência de desencadear outras memórias com elas relacionadas), a essência do passado, sem abandonar a interpretação literária das mesmas e não tendo formação académica em qualquer área que fornecesse um outro tipo de interpretação. (Não esquecemos que durante os anos de estudo, Marcel foi influenciado pelos filósofos Henri Bergson, seu tio, por Abel Desjardins, seu companheiro no liceu Condorcet de Paris, e sobretudo pelo irmão deste, Paul Desjardins, jornalista e professor, bem como pelo historiador Albert Sorel).

O livro mais intenso de Marcel Proust nesta relação com as memórias tem o título *Em Busca do Tempo Perdido*, onde se leem passagem porventura surpreendentes como esta:

> que as memórias ou nós sejamos culpados por tornar atraentes uma sociedade que nos desagradou é coisa de pouca importância, já que, mesmo que seja o escritor dessas memórias que se engane, isto não provaria coisa alguma contra o valor da vida que produz tais génios (Proust, 2005, p. 2315).

O ano de nascimento de António Manuel Trigo é profundamente marcado por esta realidade, traduzida por um nacionalismo crescente, um messianismo sebastianista que volta como tema cultural e ocupa espaço especial na escrita literária. É um ano de transições, com uma monarquia ameaçada e em mudança. Ressoam fortes as palavras de Teófilo Braga proferidas poucos anos antes:

> O rei é, pela sua parte, um funcionário da nação diferenciando-se dos outros em não lhe prestar nenhum serviço útil, em ser o que recebe maior salário, em ter palácios, quintas e navios para o seu recreio, em receber pela mulher com que casa, e pelos filhos que nascem (Braga, 1881, p. 65).

D. Augusto (herdeiro presuntivo do reino até ao nascimento de seu sobrinho) morrera a 26 de setembro de 1889, com apenas 41 anos e o seu irmão, o rei D. Luís I, morrera logo a seguir, a poucos dias de completar 51 anos (em outubro do mesmo ano). D. Carlos I, filho de Luís I e seu sucessor, acabara de ocupar o trono. Faz-se notar que é no reinado de D. Luís I que são fundados alguns dos partidos políticos portugueses: o Partido Reformista (1865), que ascendeu ao poder em 1868, o Partido Socialista Português (1875), com o nome de Partido Operário Socialista, e o Partido Progressista (1876), que chega ao poder em 1879. Em 1883, dá-se a realização do Congresso de Comissão Organizadora do partido Republicano. No final do reinado, o Partido Republicano apresenta-se já como uma força política perfeitamente estruturada.

A Câmara dos Dignos Pares do Reino inicia a sessão preparatória[106] dos seus trabalhos em janeiro de 1890 com o seguinte registo

> Sessão ordinária - É lida e aprovada a ata da ultima sessão ordinária.- É lida a carta régia que nomeia o presidente da câmara dos dignos pares para a sessão legislativa de 1890.- O sr. presidente, referindo-se ao falecimento de Sua Majestade El-Rei o Senhor D. Luiz I e de Sua Alteza o Senhor Infante D. Augusto, propõe que na ata se insira um voto de sentimento; que uma grande

[106] *In* DIARIO DA CÂMARA DOS DIGNOS PARES DO REINO N.º 1, SESSÃO DE 3 DE JANEIRO DE 1890, sob Presidência do exmo. sr. José de Sande Magalhães Mexia Salema, Secretários - os dignos pares Manuel Paes Villas Boas e D. Miguel Pereira Coutinho.

> deputação vá levar pêsames a El-Rei, à Rainha e à Rainha senhora D. Maria Pia, e que em seguida se encerre a sessão. Considera-se aprovada unanimemente esta proposta. - É nomeada a grande deputação. - O sr. presidente declara que a mesma deputação poderá ser encarregue de participar a El-Rei a constituição da câmara. - O sr. presidente, manifestando a câmara o seu assentimento, nomeia uma deputação para representar a câmara nas exéquias da Imperatriz do Brasil. (Barman, 1999, pp. 255–256)[107]

O republicanismo cresce em berço colonial, pois não esquecemos que a nível europeu estava bem presente a marca do que se passara recentemente na Conferência de Berlim (1886), onde Portugal apresentara um documento - um mapa em papel cor-de-rosa - pelo qual o governo português fazia aceitar (pela França e pela Alemanha) o direito de ocupar a região interior, limitada pelo Atlântico e pelo Pacífico, que ligava geograficamente Angola a Moçambique. Essa pretensão criou instabilidade política e diplomática, pôs em causa a Aliança histórica do País com a Inglaterra, revelando antagonismos e interesses vários das potências envolvidas. Era ainda o "direito histórico português da descoberta" que estaria em causa. O projeto português do Mapa Cor-de-Rosa chocava diretamente com um outro, inglês, de ligar as cidades do Cabo e do Cairo, ideias incompatíveis, choque de interesses que põe em causa relações antigas e interessadamente cordiais.

Lê-se a propósito na carta dirigida ao governo português por Lord Salisbury, então primeiro-ministro inglês:

> Está agora admitido por todas as partes, nos termos do Ato de Berlim, que o direito de soberania na África só pode ser mantido pela real ocupação do território reclamado". O governo inglês não podia reconhecer "a soberania portuguesa" se os territórios não dispusessem de "força suficiente para manter a ordem, proteger os estrangeiros e fiscalizar os indígenas (Guedes, 1943, p. 454).

A crise leva à intransigência e ao extremar de posições, e ao conflito diplomático mais radical: a entrega em Lisboa, no dia 11 de Janeiro de 1890, pelo governo inglês do seguinte ultimato:

[107] Colocando um ponto final a 58 anos de poder real, uma fação do exército brasileiro depôs Pedro II, em 15 de novembro de 1889, exigindo que toda a família imperial deixasse o Brasil. Teresa Cristina de Bourbon-Duas Sicílias, a quem antes chamavam "Mãe dos Brasileiros", a esposa do imperador Pedro II e imperatriz consorte do Império do Brasil de 1843 até a Proclamação da República, em 1889, morreu na cidade do Porto, em 28 de dezembro de 1889, poucos dias depois de ter chegado a Portugal. D. Pedro II morreria em Paris no ano seguinte. Teresa Cristina esteve doente durante toda sua viagem até Lisboa, chegando no dia 7 de dezembro. A chegada da família imperial a Lisboa coincidiu com as cerimônias de ascensão do rei D. Carlos I. O governo português terá então informado Pedro que a presença de um soberano deposto não era bem-vinda à capital naquele momento. Humilhados pela receção, o imperador e a imperatriz foram para a cidade do Porto. Teresa Cristina era tia por afinidade de D. Luís I. Maria II, mãe de Luís I, era irmã de Pedro II, cunhada de Teresa Cristina.

> O Governo de S. M. britânica não pode aceitar como satisfatórias ou suficientes, as seguranças dadas pelo Governo português, tais como as interpreta. O cônsul interino de S. M. [britânica] em Moçambique telegrafou, citando o próprio major Serpa Pinto, que a expedição estava ainda ocupando o Xire, e que, Catunga e outros lugares mais, no território dos Macololos, iam ser fortificados e estavam a receber guarnições. O que o Governo de S. M. [britânica] deseja e em que insiste é no seguinte: que se enviem ao governador de Moçambique instruções telegráficas imediatas para que todas e quaisquer forças militares portuguesas atualmente no Xire e nos países dos Macololos e Machonas se retirem. O Governo de S. M [britânica] entende que sem isto as seguranças dadas pelo Governo português são ilusórias**.** Mr. Petre ver-se-á obrigado, à vista das suas instruções, a deixar imediatamente Lisboa com todos os membros da sua delegação, se uma resposta satisfatória à precedente intimação não for por ele recebida esta tarde; e o navio de S. M. *Enchantress* (britânica) estará em Vigo, esperando as suas ordens.

Escreverá Eduardo Lourenço, quase um século depois, que: "O *Ultimatum* não foi apenas uma peripécia particularmente escandalosa das contradições do imperialismo europeu, foi o traumatismo-resumo de um século de existência nacional traumatizada" (Lourenço, 2004b, p. 30).

Também de Lourenço (2004a) as palavras:

> Sempre fomos um povo de sonhos maiores do que nós. E só por tê-lo sido, mesmo na aberração ou na vertigem, nos consolamos e nos orgulhamos, até ao absurdo, de ser quem somos. Nisto estão conformes Camões, Vieira e Pessoa, que nos ofereceram em verso os impérios da realidade, do sonho e da virtualidade. A lusofonia é hoje o nosso mapa cor-de-rosa, onde todos esses impérios podem ser inscritos, invisíveis e até ridículos para que nos vê de fora, mas brilhando para nós como uma chama no átrio da nossa alma (Lourenço, 2004a, p. 177).

O que mais nos interessou registar foi assim sendo, o impacto cultural que a crise política teve sobre os portugueses, promovendo a sua mobilização em torno de uma causa nacional, chegando a distribuir-se folhas volantes [108]pelas ruas em protesto contra o *Ultimatum* e o Tratado Luso-britânico, que veio a ser assinado em 11 de junho 1891. Revela-se por exemplo uma relação direta entre a modernização dos padrões literários portugueses e a ascensão do nacionalismo, traduzido numa anglofobia que se prolongará por mais de uma década.

Escrevia Eça de Queirós:

> Todo este movimento publico, pois, que para fazer mal à Inglaterra, se impõe como missão odiar a Inglaterra, ofender a Inglaterra, boycottar a Inglaterra – a si mesmo se esteriliza, errando a sua direção: porque, evidentemente, como

[108] Consulte-se para exemplo a cota CT. 3430 P. da Biblioteca Nacional de Portugal.

> movimento nacional, nascido da alma da nação para proveito da nação, nunca lhe cumpriria tomar por fim único o fazer mal a Inglaterra, mas, antes de tudo e sobretudo, fazer bem a Portugal (Queirós, 1948, pp. 240-241).

E noutro momento, em carta de 28 de Janeiro de 1890, a Oliveira Martins (Martins, 1926; Matos, 2008):

> O Carlos Valbom, que me escreveu há dias afirma que isso aí está medonho e perigoso. Eu não sei porquê, afigura-se-me que, além disso, deve estar cómico. Esse inteligente patriotismo que leva os jornais a não querer receber mais periódicos ingleses (!!), os professores a não quererem ensinar mais o inglês, os empresários a não querer que nos seus teatros entrem ingleses, os proprietários de hotéis a não querer que nos seus quartos se alojem ingleses – parece-me uma invenção do inglês Dickens. E dum cómico frio e fúnebre (Queirós, 1928, pp. 197-199).

Artur Ribeiro Lopes – que começará por ser um crítico assumido do sistema monárquico, republicano anti-integralista e antipositivista, e que acabará partidário convicto do Estado Novo – chamaria a este movimento em torno do Ultimato a "patologia do patriotismo" (Lopes, s.d.).

Nem Fernando Pessoa, graças ao seu desdobramento heteronímico, ignorou tão importante momento da vida nacional, dando a voz [109]a Álvaro de Campos e ao seu *Ultimatum*:

> A Europa tem sede de que se crie, tem fome de Futuro!
> A Europa quer grandes Poetas, quer grandes Estadistas, quer grandes Generais!
> Quer o Político que construa conscientemente os destinos inconscientes do seu povo!
> Quer o Poeta que busque a Imortalidade ardentemente, e não se importe com a fama, que é para as atrizes e para os produtos farmacêuticos!
> Quer o General que combata pelo Triunfo Construtivo, não pela vitória em que apenas se derrotam os outros!
> A Europa quer muito destes Políticos, muitos destes Poetas, muitos destes Generais!
> A Europa quer a Grande Ideia que esteja por dentro destes Homens Fortes — a ideia que seja o Nome da sua riqueza anónima!
> A Europa quer a Inteligência Nova que seja a Forma da sua Mateira caótica!
> Quer a Vontade Nova que faça um Edifício com as pedras-ao-acaso do que é hoje a Vida!
> Quer a sensibilidade Nova que reúna de dentro os egoísmos dos lacaios da Hora!
> A Europa quer Donos! O Mundo quer a Europa!
> A Europa está farta de não existir ainda! Está farta de ser apenas o arrabalde de si-própria! A Era das Máquinas procura, tateando, a vinda da Grande Humanidade!

[109] Cf. *Portugal Futurista,* nº 1. (1917). (Ed. facsimil. Lisboa: Contexto, 1981) p.30.

> A Europa anseia, ao menos, por Teóricos de O-que-será, por Cantores-Videntes do seu Futuro!
> Dai Homeros à Era das Máquinas, ó Destinos científicos!

Mais tarde Queirós acrescentará: "O grande grito a gritar não é - Delenda Britannia! O grande grito a gritar é - Servanda Lusitania! Porque não se trata de infelizmente de destruir a Inglaterra – mas de conservar Portugal" (Queirós, 1983, pp. 35-36).

A cultura portuguesa regista neste mesmo período um lado diferente, onde a tónica, ao gosto do naturalismo, de que Émile Zola era o principal exemplo literário a seguir, incide sobre a vida dos trabalhadores, de grande dureza e profundamente limitada nos seus horizontes. Será esse o caso de *Os Famintos*, de João Grave, sobre a vida dos operários do Porto, ou *Os Operários* de Brandão (1984) [110](a obra seria publicada apenas em 1984, 54 anos depois da sua morte). As *Memórias* de Raul Brandão são uma das grandes referências nacionais neste género literário. O seu livro *Húmus*, considerado a sua obra-prima, é publicado em 1917. A correspondência que trocou com Teixeira de Pascoaes constitui um vastíssimo testemunho da memória das letras nacionais. Nessa correspondência:

> paralelamente à vida privada de ambos os escritores sente-se palpitar a vida coletiva, a qual, embora não seja analisada com caráter sistemático (nem o poderia ser dada a natureza pluritemática dos textos), motiva referências que contribuem para definir a posição dos dois observadores face à intrincada crise nacional da época (Brandão & Pascoaes, 1994, contracapa).

Juntemos os naturalistas Malheiro Dias, Teixeira de Queiroz ou Abel Botelho - e a riqueza literária deste período ganha contornos do maior interesse.

> Entre 1899 e 1904, a literatura portuguesa é, aliás, prolífera na ficcionalização do miserabilismo operário nos meios urbanos, no quadro de uma industrialização e do desenvolvimento das relações capitalistas no último quartel do século XIX, ou na hiperbolização de um catastrofismo social, cultural e simbólico (Viçoso, 2015, p. 16).

Adverte, entretanto, Carvalho Homem que "tentar fazer a análise dos efeitos imediatos do Ultimato sobre a opinião pública é penetrar numa garrida antecâmara de florilégios

[110] Raul Brandão, militar de 1888 a 1911, reformou- se com o posto de capitão; dedicou a sua vida ao jornalismo e à literatura: memórias, romance, teatro, e até literatura de viagens, equivalem na sua vasta obra a um espólio riquíssimo, destacando-o entre os escritores portugueses. As suas obras continuam a ser reeditadas e muito apreciadas.

verbalistas e de grandiloquências patrióticas sem alcance prático" (Homem, 1992, pp. 281-296).

A imprensa, cujo papel era cada vez maior na vida nacional, constituindo-se como parte interessada e sobretudo protagonista de um todo cultural, em mutação, intérprete do reclamar das reformas e das transformações de vária índole, vai fendendo com a opinião publicada uma rígida e tradicional opinião pública, levando-a a permitir a entrada de novas ideias e novas ambições capazes de reestruturar o quotidiano, em especial o quotidiano urbano e das classes sociais emergentes. Tratava-se de novas ideias e de novas ambições que notavam como o republicanismo e os republicanos iam ganhando dimensão, em especial entre os habitantes das cidades. A par com o papel da imprensa irá sobressair o papel da propaganda com impacto crescente nos anos da guerra logo desde o seu eclodir, em 1914. A propaganda alemã era considerada mais "cinzenta e monocórdica", a britânica mais "imaginativa, mais criativa". A rádio desempenhava papel crucial, à época, por isso

> a marinha britânica conseguiu, a 15 de agosto de 1914, cortar os cabos submarinos que uniam a Alemanha aos Estados Unidos. Quando foi possível estabelecer um serviço de rádio transatlântico, a propagando britânica já tinha penetrado profundamente na opinião pública americana. Se bem que a Alemanha fosse talvez o único país que em começos da guerra dispunha de uma certa organização pública de propaganda, faltou coordenação entre as diferentes instâncias dedicadas à mesma, pelo que lhe faltou eficiência (Quintero, 1993, pp. 212-213).

Entendemos ver o republicanismo como uma emergência cultural, num quotidiano duplamente faminto: de alimentos e de esperança, de utopias e de uma modernidade reagente a um passado que repetia e afundava. O republicanismo era um novo patamar, a nível intelectual e de cultura, sobretudo de cultura política, um formato messiânico capaz de fazer frente ao incómodo fim de século. Surgia um novo tipo de linguagem, brandido sobre uma ideia de povo nunca formulada, um cidadão novo, preparado para novos desafios e cujos representantes eram os republicanos. Nada parecia muito nítido, mas entre as brumas surgia para os mais atentos uma claridade que encantava uns e projetava sobre outros a luz de uma mudança aparentemente capaz de otimismo e esperança renovadora.

A vida quotidiana piora, entretanto, dia após dia.

Atente-se nas palavras do Conde de Sabugosa:

> A quem conhece de perto o sofrimento dos que não têm trabalho, dos que o têm mal remunerado, ou daqueles a quem a doença quebra os braços para as lutas da vida, acode-lhe bastas vezes ao espírito as palavras de Bossuet.

> E tirando da estante uma edição em marroquim das obras do eloquente bispo de Meaux, leu-me o trecho célebre: Les murmures des pauvres sont justes. Pourquoi cette inégalité de condition? Tous formés d'une même boue, nul moyen de justifier ceci, sinon en disant que Dieu a recommandé les pauvres aux riches et leur assigné leur vie sur leur superflu.
> É assim que eu compreendo - acrescentou ela - a missão dos ricos. Eles são no mundo os depositários dos bens que pertencem aos deserdados. Só a justa distribuição pode trazer a igualdade pregada por São Paulo (Sabugosa, 1907, pp. 129-133).

Foi um ano de convulsões, este de 1892, com dois governos (o de João Crisóstomo que vinha de 14 de outubro de 1890 e que acabou a 17 de janeiro de 1892 e o de Dias Ferreira, que toma posse a 17 de janeiro, mas que dura pouco mais de um ano, acabando e 23 de fevereiro de 1893) e como em 23 de outubro, onde os candidatos republicanos obtêm 25 por cento dos votos em Lisboa onde elegem Jacinto Nunes, com 5 336 votos (25 por cento). Rodrigues de Freitas é eleito pelo Porto e o republicano Teixeira de Queirós foi eleito por Santiago do Cacém. Finalmente, João Chagas foi eleito por acumulação de votos, conseguindo 18 mil votos.

O documento que consultámos e considerámos mais interessante relacionado com estas eleições é o *Manifesto*[111] *dos grupos anarquistas* (Ventura, 2000) *do Porto e Vila Nova de Gaia aos trabalhadores e eleitores portugueses em gera*l. Um folheto que mobiliza os eleitores num tom peculiar:

> Os bons dos mestres e aspirantes convidam-nos a ir à urna depositar a lista na qual lhe continuemos a delegar a *espinhosa* missão de nos governarem, legislando, fazendo, refundindo e baralhando leis com as quais nos espoliem mais docemente o produto do nosso trabalho: a lista na qual lhe concedamos a liberdade absoluta de se governarem...E em troca todos nos promete reformas, economia e moralidade!!! Que belo! Como no dia seguinte ao da batota eleitoral nós todos seremos felizes!!!Apesar que não se poder viver com promessas, mas sim com pão. Paciente e benévolo eleitor não somos os primeiros a incomodar-te com conselhos e recomendações; única diferença, recomendamos-te o contrário de todos os outros: **- Não votem! Votar é abdicar!"**

[111] Uma folha avulsa com origem no Porto [s.n.]. Cota do exemplar digitalizado: hg-11080-v. Biblioteca Nacional de Portugal.

Santa Luzia
Origens geográficas e culturais de António Manuel

No mesmo ano e na mesma localidade em que António Manuel Trigo nasceu regista-se o nascimento de três madeirenses tidos pelas figuras mais ilustres de Santa Luzia:
Quirino Avelino de Jesus, destacou-se na defesa pública das posições da Igreja católica Romana durante os anos finais da Monarquia Constitucional e na Primeira República. Advogado e jornalista fará carreira em Lisboa e é considerado um dos ideólogos do Ato Colonial[112] – considerado mesmo o seu suposto autor;
Juvenal Henriques de Araújo, outro advogado, que foi senador pelos católicos durante a Primeira República Portuguesa e presidente da Associação Comercial do Funchal;
e Lomelino Silva, que atingiria fama internacional como tenor lírico, conhecido como o Caruso[113] português. No Teatro Municipal Baltazar Dias, no Funchal, existe uma lápida, no Salão Nobre, com o seu nome e a data da sua consagração no Funchal.

Um ano antes, exatamente a 13 de maio de 1891, um dos principais acontecimentos relacionados com a memória do mundo e da cultura fora levado a cabo, no Brasil: a queima dos arquivos da escravidão no Brasil, por ordem de Ruy Barbosa, então Ministro da Fazenda. Cinco meses (mais um dia) antes, no dia 14 de dezembro de 1890, um documento assinado pelo ministro anunciava a queima de todos os registos de cartório sobre compra e venda de escravos no Brasil, incluindo livros de matrícula, controles aduaneiros e registos de tributos. O documento também determinava que os registos fossem enviados para o Rio de Janeiro, então a capital da República brasileira, onde seriam queimados (Bernardo, 2020)". Dizia Ruy Barbosa no seu documento que a escravidão era uma "*instituição funestíssima que por tantos anos paralisou o desenvolvimento da sociedade e infecionou-lhe a atmosfera moral* ". Acrescentava que a República (brasileira) era "*obrigada a destruir esses vestígios por honra da pátria e em homenagem aos deveres de fraternidade e solidariedade para com a grande massa de cidadãos que a abolição do elemento servil entraram na comunhão brasileira.*" O deputado Francisco Coelho Duarte Badaró foi uma das vozes que se ergueu a favor da memória e da sua preservação e contra a queima dos registos: "A nossa vida é nova, mas precisamos ter a nossa história escrita com provas verdadeiras. Pelo fato de mandar queimar grande número

[112] Lei constitucional; definiu as formas de relacionamento entre a metrópole e as colónias portuguesas. Aprovado em 1930, durante o período da Ditadura Nacional que antecedeu o Estado Novo, este Ato foi republicado, sem o preâmbulo, quando da entrada em vigor da Constituição de 1933.

[113] Enrico Caruso, napolitano, tenor lírico, foi considerado (até por Luciano Pavarotti, o tenor italiano, nascido em Módena, que popularizou mundialmente a ópera) como "o maior intérprete de música erudita de todos os tempos".

de documentos para a história do Brasil, a vergonha nunca desaparecerá, nunca se poderão apagar da nossa história os vestígios da escravidão" (lê-se no Estado de S. Paulo – de 23 de dezembro de 1890).

> A escravatura tem a idade do Homem. Pois sempre onde houve homens, houve disputas de recursos e de ideias, muitas delas resultaram em guerras e destas, muitos dos derrotados tiveram como destino servirem os vencedores como escravos. Sendo hoje reprovada pelas boas consciências é coisa antiga apoiada por grandes pensadores (Paulino, 2017).[114]

Essa "desumana crueldade" – como se lê na produção cronística de Gomes Eanes de Zurara, o cronista régio de Afonso V, rei que tinha do papa a autorização de escravizar (Indigenous Values Initiative, 2018)[115]- fez com que, até ao século XIX, os reinos católicos de Portugal e Espanha, tivessem comercializado cerca de cinco milhões de homens, mulheres e crianças oriundas de vários pontos da costa ocidental de África. Essa é uma memória que deve revisitar-se para novas interpretações.

O trabalho da cana-de-açúcar na Madeira não dispensou igualmente a mão de obra escrava, elemento essencial para as produções em grande escala.

> Até 1440, aprisionados previamente nas Canárias, os escravos chegavam à ilha para trabalhar na pastorícia e na agricultura. Depois vieram do Marrocos durante as razias feitas na conquista ou na defesa dos Fortes lá instalados. Finalmente, fizeram-se escravos na Costa ocidental de África, no decurso das viagens de reconhecimento e trato comercial com as populações. E é da Costa da Guiné, que vem o maior contingente no tempo da expansão económica da ilha. Além de aproveitados para a safra do açúcar, que aumentara a exigência de mão-de-obra, os escravos da Madeira foram ocupados com o serviço doméstico de uma sociedade que se tornara rica e ostentativa. Fazem parte do cotidiano do senhor, mantêm-se ligados a ele na família, na sua atividade ou negócio (Paulino, 2017, p. 8).

Os escravos chegaram a ser 30 por cento dos habitantes da ilha da Madeira, no apogeu do negócio do açúcar, números que foram diminuindo com o tempo.

São Tomé, Cabo Verde e Brasil vão canalizar depois a mão de obra escrava.

---

[114] Do documentário, em linha, https://ensina.rtp.pt/artigo/a-madeira-e-a-viagem-do-acucar-iv-dos-povos-as-rocas/

NOTA: Licenciado em História, Francisco Faria Paulino nasceu no Campanário, ilha da Madeira. Aluno do colégio Militar e fez depois os cursos de Aeronáutica e de Administração Militar na Academia Militar. Foi Secretário executivo da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.

[115] O Papa Nicolau V, pela bula *Dum Diversas*, de 1452, concedeu ao rei Afonso V de Portugal "Plena e livre, permissão de invadir, conquistar, atacar, vencer e subjugar os sarracenos e pagãos e quaisquer outros infiéis inimigos de Cristo". E ainda o poder de "reduzir à escravidão perpétua as suas pessoas e apropriar-se dos seus bens" (Indigenous Values Initiative, 2018).

A Madeira das *Memórias* de António Manuel Trigo parece ter esquecido séculos de memórias locais. Não há alusões notáveis, sabendo-se, todavia, que a presença inglesa marcou muito a ilha e que uma burguesia autóctone madeirense procura imitar (recriar e ultrapassar) "códigos mundanos e de porte altivo" vindos do centro da Europa e de uma cultura que reflete a transição dos séculos XIX para o XX. A Madeira concentra-se na capital da ilha, onde moravam os mais abastados. Os menos abastados procuravam trabalho e restos dos privilégios alheios. Sabemos que a família de António Manuel tinha recursos que a muitos faltavam. Trigo usufruiu de apoios familiares para outros considerados impossíveis.

> O processo de crescimento do distrito do Funchal, unidade administrativa que servirá de base à futura Região Autónoma, foi condicionado pelas tendências de evolução demográfica da ilha da Madeira[116], onde residiam 99 por cento dos madeirenses. De facto, o Porto Santo possuía menos de metade do total de indivíduos recenseados no concelho mais pequeno da Madeira, que era Porto Moniz (Rodrigues & Pinto, 1989). De acordo com as informações censitárias disponíveis, em 1841 mais de 116 mil indivíduos habitavam as duas ilhas, mas esse total terá descido nove milhares em apenas uma década, para atingir 110.5 mil efetivos à data da realização do primeiro recenseamento moderno português. Porém, haveria que tecer alguns considerandos sobre a qualidade das informações relativas aos anos 1840, já que é possível que os totais tenham sido empolados. Na segunda metade da centúria, a população do arquipélago aumentou gradualmente, embora com flutuações cíclicas. O ritmo foi reduzido na década de 1850 e primeira metade da seguinte, bem como na de 1880, sendo moderado nos anos 1870 e 1890. A costa norte permaneceu pouco povoada, e o seu crescimento foi entravado pelas saídas para fora da ilha e em direção à costa sul. Os concelhos da Calheta, Ponta do Sol e Ribeira Brava ocupavam uma posição intermédia em termos da dinâmica local. Com efeito, o aumento da população madeirense durante a centúria beneficiou claramente a costa sul e dentro dela a cidade do Funchal, cidade enorme para o tamanho da ilha, onde viviam 28.4 por cento dos madeirenses em 1864 e cerca de um terço do total na viragem do século. Os outros concelhos responsáveis pelo crescimento da população insular foram o Machico, Santa Cruz e Câmara de Lobos. Neles residiam mais 24 por cento dos efetivos em 1864 e 30 por cento à data do último censo oitocentista. Apesar da desigual distribuição interna das populações no espaço insular, a Madeira apresentava em meados da centúria a segunda maior densidade nacional (135.9 habitantes por km²), [117]só suplantada no continente pelo distrito do Porto. Em 1900 esse valor ascendia a 184.8 hab/ km²[118], embora continuassem a existir áreas interiores praticamente desertas e apesar do

[116] A Ilha da Madeira foi descoberta em 1419, um ano depois da ilha de Porto Santo, a ilha Dourada ("encontrada por acaso", já que uma tempestade desviou a rota de uma embarcação que se perdeu no Atlântico quando se dirigia à costa africana). Quase de imediato foram desbravadas terras e ocupados solos com cultura de cana-de-açúcar, trigo e, progressivamente, vinha.

[117] Dos quais 147.7 hab./km^2 na Madeira e apenas 33.4 hab/km^2 no Porto Santo (Rodrigues & Pinto, 1989, p. 333).

[118] Dos quais 147.7 hab./km^2 na Madeira e apenas 33.4 hab/km^2 no Porto Santo (Rodrigues & Pinto, 1989, p. 333).

> elemento perturbador causado pelo fenómeno emigratório, muito evidente no que respeita à repartição etária e por sexos da população, já que 52.5 por cento era do sexo feminino (Veiga, 2004, pp. 31-32).

Funchal, a mesma cidade onde, no pós-Primeira Guerra, simbolicamente, a História fechará uma das suas portas narrativas: é onde morre Carlos de Habsburgo, I de Áustria e IV da Hungria (1887-1922)[119], o último responsável pelo Império Austro-Húngaro (esta união constitucional do Império Austríaco e do Reino da Hungria equivalia ao segundo espaço geográfico-político da Europa, pela dimensão, se contarmos com a Rússia). Estado multinacional era uma das grandes potências do mundo na época, até ao colapso, na Primeira Guerra Mundial[120].

Santa Luzia, a terra Natal de António Manuel Trigo, em contrapartida, é uma pequena povoação com 1,34 km² de área. De acordo com os dados disponíveis no Instituto Nacional de Estatística (2014),[121] a localidade teria, no ano de 1890, 3746 habitantes, para 5866 em 2011. Em *A População Madeirense: Dimensão e Ritmos de Crescimento*, Isabel Tiago de Oliveira afirma que, "em 1890, a Madeira tem cerca de 134 mil residentes. Desde essa época, o arquipélago vê a sua população aumentar de forma gradual" (Oliveira, 2013, p. 105). [122]

É a mesma investigadora quem assegura que

> à exceção dos períodos intercensitários de 1878-90 e da década de 1911-20, marcada pela Grande Guerra e pelos efeitos da gripe pneumónica, nos quais o crescimento populacional foi relativamente reduzido, todo o restante período entre meados do século XIX e meados do século XX é marcado por significativos ganhos populacionais (Oliveira, 2013, pp. 105-106).

Segundo "reza" o Elucidário Madeirense,

> a localidade de Santa Luzia foi formada por terrenos anteriormente pertencentes às freguesias da Sé e do Monte. Reconhecida a necessidade de descongestionar a Sé duma parte considerável dos seus fogos para uma melhor regularização dos serviços paroquiais, foi a capela de Santa Luzia, situada numa eminência [*sic*]

[119] Herdeiro de Francisco Ferdinando – assassinado em Sarajevo – Carlos I subiu ao trono em 1916, durante a fase mais dura da Primeira Guerra Mundial. O ex-imperador adoeceu no Funchal com uma pneumonia dupla, à qual não resistiu: morreu no dia 1 de abril de 1922. Foi sepultado na igreja Paroquial do Monte, a pouca distância de Santa Luzia. Cumprindo a tradição familiar, o seu coração foi levado para Viena.

[120] Fizemos, naturalmente, inúmeras leituras sobre a Primeira Guerra Mundial, mas destacamos, pelo acompanhamento das datas que seguem a parte adulta da vida de António Manuel Trigo, o II tomo da obra *Turbulente Europe et Nouveaux Mondes – 1914-1941*, de GIRAULT, René e FRANK, Robert, Paris: Petite Bibio Payot Histoire, com as edições de 2004 e, mais móvel, a de bolso de 2021; usámos esta última por opção prática.

[121] De acordo com este censo, de 1890, "Em 5 049 729 habitantes de facto, que o país contava no 1.º de dezembro de 1890, somente 1 048 802 sabiam ler." As famílias apresentavam um número médio de 4 indivíduos.

[122] Este texto resulta da atualização de um trabalho anteriormente publicado na revista População e Sociedade n.º 5, intitulado "A ilha da Madeira – transição demográfica e emigração".

> da margem esquerda da ribeira do mesmo nome escolhida para servir de sede à nova Paróquia, criada por Alvará régio em 28 de Dezembro de 1876.
> A freguesia teve ao longo do tempo infraestruturas importantes. Destacam-se a estação central e principais instalações do Caminho de Ferro do Monte, para além da fábrica do Torreão, cuja edificação ainda é uma realidade nos nossos dias (Silva & Meneses, 1940).

Destaque-se para já, pois voltaremos inevitavelmente à sua figura nestas páginas, que o pai de António, Adriano Augusto Trigo, desempenhou papel de relevo nesta questão das águas, na qualidade de engenheiro, não só no Funchal como em Macau e deixou escrita, entre outras, as obras: *Levadas da Madeira. Relatório justificativo da proposta de lei (1896);* e *Breves considerações sobre os melhoramentos de que carece o porto do Funchal (1912)*. Muito recentemente, em 2019, Adriano era dado como exemplo em página desenvolvida do jornal Diário de Notícias, edição madeirense, que já aqui citámos aliás, mas agora exatamente a propósito da importância dos heréus e de um dos seus livros:

> no início do século XX, o ilustre Eng. Adriano Augusto Trigo, membro desta comissão [123]e coautor da famosa obra, "Saneamento[124] da Cidade do Funchal – Águas", defendeu igualmente, que deveria ser dado a conhecer ao público, todo o acervo histórico desta associação de heréus (Canha, 2019).

Uma das riquezas de Santa Luzia – e da ilha da Madeira, de modo geral – prende-se com as levadas, os canais de irrigação ou aquedutos, normalmente ladeados por um percurso pedestre que são característica maior da ilha. Apurámos que

> a construção da primeira levada de que há registo foi ao longo da Rua da Levada de Santa Luzia[125], a estrada que passa ao longo do topo da propriedade. A sua data é de 1492. A levada de Santa Luzia foi também a primeira associação a gerir a distribuição dos direitos de água estabelecida em 1515. A água para regar a Quinta ainda hoje vem da levada de Santa Luzia e embora tenhamos modernizado o nosso sistema de rega, as levadas permanecem intactas e ainda são usadas de vez em quando (Quinta de Santa Luzia, 2024, para. 4)

A construção das levadas torna-se mais intensa no final do século XIX e procura enfrentar a ausência de regadio em toda a ilha. As levadas, uma rede delas, permitiria uma transformação efetiva ao nível da ruralidade insular. A construção da levada de Santa Luzia,

[123] Referência à Comissão Administrativa da Levada de Santa Luzia.

[124] Nos nossos registos apenas encontrámos, na Direção Regional do Arquivo Biblioteca da Madeira a referência ao Projeto das obras de Saneamento, de 1899 e a referência única (feita por Ana Londral, em 29 de dezembro de 2020 com atualização a 5 de janeiro de 2017), à obra *Saneamento da cidade do Funchal. Projecto de esgotos* (1900), disponível em Aprender a Madeira (s.d.).

[125] Levada de Santa Luzia ou do Baltazar. Originalmente: Madre, Fundoa de Cima, Ribeira da Santa Luzia (350 mts) – Fim, Sítio da Pena, Funchal (175) mts) – 5 km.

capaz de levar fertilidade e prosperidade a toda a zona, tem uma descrição muito rica nos relatos do governador da ilha, Luís Beltrão de Gouveia. [126]

Jorge Freitas Branco transcreve, referindo-se a Santa Luzia (e mantemos a grafia da citação, tal como o autor a usou):

> A levada de Santa Luzia, que abunda com suas agoas esta cidade, seos moinhos, e terra de lavoura adjacentes, recebe sua origem em huma alta serrania, que tem os nomes de Terreiro das Galinhas e Terreiros d´Agoa: destes enormes rochedos, distantes desta Cidade duas legoas, se despanhao diversas fontes, que vem reunir-se a outras agoas que correm do Ribeiro dos Frades(...) (Branco, 1987, p. 143).

Gaspar Frutuoso menciona uma levada que fazia mover cinco moinhos na proximidade da Ribeira de Santa Luzia (Frutuoso, 1968).

Maria Lamas, dedicou vastas páginas da sua obra à Madeira (e às quintas do Funchal, nomeadamente à Quinta de Santo André, pertencente, à época do seu relato, à família Mullins (Photographia-Museu Vicentes, 2014)[127] e localizada na zona de Santa Luzia, tão importante na infância de António Manuel Trigo. Também ali é referida a quinta de Tomaz Burnett[128]) (Lamas, 1956).

Maria Lamas refere exatamente a propósito das levadas:

> Para este povo, o problema das levadas é a própria Vida. Sem água, as terras permanecerão maninhas. (...) Pela água o madeirense tornou-se gigante a medir forças com outro gigante: a montanha. (...) As levadas (...) não se limitam também a ser um prodígio de esforço, persistência e técnica que tem custado vidas e vidas (Lamas, 1956, pp. 110-112).

[126] NOTA: AHU: Arquivo Histórico Ultramarino (1813: AHU, 3284) no, serviço dependente da Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas.

[127] Registamos que na década de 1930, Thomas Mullins, gerente na Madeira Wine (freguesia da Sé, no Funchal), foi anfitrião do príncipe George, Duque de Kent, aquando da sua visita à Madeira, em janeiro e em abril de 1934. Existe, no Arquivo e Biblioteca da Madeira, fotos que documentam estas visitas– e textos onde se refere que [o príncipe] "esteve na Madeira por duas vezes, a primeira aconteceu a 23 de janeiro de 1934, onde permaneceu das 7 horas às 13 horas, vindo a bordo do "Carnarvon Castle". Nesse dia visitou o Terreiro da Luta, a Madeira Wine Association e almoçou no Reid's Palace Hotel. A segunda passagem pelo Funchal ocorreu a 19 de abril de 1934".
NOTA: O Terreiro da Luta, onde hoje há "um miradouro com vista ampla para a baía do Funchal", está localizado a norte da freguesia do Monte, onde as famílias mais ricas tinham as suas quintas. A área já foi a última paragem da única cremalheira da Madeira, isto é, do caminho de Ferro do Monte também conhecido como Comboio ou elevador do Monte, construído entre 1893 e 1912. É também onde está localizado o santuário de Nossa Senhora da Paz. A cremalheira, mais exatamente, é o trilho suplementar dentado no qual encaixam as rodas também dentadas das locomotivas, para subir ou descer percursos com inclinação.

[128] "O príncipe Alexandre dos Países Baixos chegou à Madeira na fragata holandesa *Príncipe de Orange*, a 20 de Novembro de 1847, e aqui faleceu na quinta de Tomaz Burnett, em Santa Luzia, a 20 de Fevereiro de 1848, tendo o seu cadáver sido levado para bordo do vapor holandês Phoenix a 3 de Abril do mesmo ano, que o conduziu á Holanda" (Silva & Meneses, 1940, p. 71).

Na ilha da Madeira (Gouveia, 2020), desde cedo se aproveitou a abundância de recursos hídricos e a força motriz da água, para fazer mover engenhos de moagem de cereais, popularmente designados por "moinhos de água". Eram, usualmente, contruídos nas margens das levadas ou ribeiras, cujo caudal era permanente, o que permitia mantê-los em funcionamento, ao longo de todo o ano..

Ribeiro (1985) menciona que “Antes do levadeiro abrir a pequena comporta, já toda a família se encontra a postos [para a rega]” (p. 69).

Explica-nos Freitas Branco que

> Procede à distribuição da água o *levadeiro*, homem que, munido duma ampulheta, dum relógio ou dum búzio, dá rumo ao caudal do dia, hora e sítio determinados para cada heréu, encarregando-se depois este de a conduzir até aos seus terrenos e acautelá-la de todos os prejuízos naturais ou fraudulentos no seu percurso (Branco, 1987, p. 144).

A profissão do *levadeiro* nasce na relação direta com a necessidade de ter, na Madeira, um funcionário responsável pelo sistema de canalização (da costa norte para a costa sul) e pela distribuição da água de rega. Este nome – levadeiro – aplica-se depois, por extensão, aos que distribuem bebidas, vinho seco, aos trabalhadores agrícolas.

Também esclarece Ribeiro (1985) que

> uma quarta parte da ilha tem de alimentar uma população abundante, fornecer os produtos de qualidade que serão exportados, e permitir a criação intensiva de gado graúdo. A agricultura capaz de responder a tais exigências apoia-se em três fatores: a construção de socalcos, a rega e a abundância de estrume (Ribeiro, 1985, p. 55).

Neste caso refira-se que a Madeira foi perdendo as suas culturas de açúcar e privilegiando as ligadas ao vinho (cujas exportações garantiam as importações do que na ilha não se produzia, e muito era) e, a partir da segunda metade do século XIX, perdendo também a do milho. Cereais e vinha ocuparam, com grande rivalidade, o espaço agrícola e todas estas culturas na proporção direta com a ausência ou o crescimento das áreas de regadio. Releve-se que até ao fim do Antigo Regime é o Estado a assumir o papel de motor intenso e quase exclusivo no progresso agrícola local.

Às levadas associa-se uma outra construção, de grande importância e utilidade: o relógio de água, destinado a controlar o tempo usado no uso da água de regra.

> No sítio do Carvalhal, junto à Estrada Regional 209 que liga a freguesia dos Canhas ao Paul da Serra, é bem visível uma torre de cor rosa. Trata-se do Relógio

> de Água da Levada do Poiso [129]em 1998 classificado de Valor Local pelo Governo Regional. Constitui um exemplar único do seu género e representa uma importante edificação do nosso património cultural. A sua construção remonta a finais do século XIX, quando, em 1890, os heréus [130]da Levada do Poiso compraram um relógio e erigiram uma torre, onde o colocaram com o intuito de regular eficazmente a repartição e distribuição das águas de regadio da levada. A torre do relógio tem também um sino no topo (Fontinha, Henriques & Reis, 2013, p. 93).

Esclarece Sérgio da Silva Reis:

> São as *madres das levadas* (as nascentes), os *mainéis* (as paredes do aqueduto), as esplanadas (veredas que acompanham os aquedutos em todo o seu percurso), as penas de água (unidade de medição do caudal, equivalendo uma pena de água a um litro por minuto), os lanços (divisões do caudal), as adufas (pequenas comportas para desviar as águas para rega), os giros (períodos de rega), os heréus (proprietários, pequenos e grandes, de qualquer porção de água de rega) (Reis, 1991, p. 119).

Já em 1493, existem fontes escritas que relatam a existência

> de uma associação de regantes (heréus) que tinha a seu cargo a irrigação dos canaviais de cana-de-açúcar, situados onde é hoje o centro do Funchal (Campo do Duque). No entanto, essa associação só foi formalizada oficialmente a 22 de fevereiro de 1515, por alvará régio do Rei D. Manuel I, o que torna esta associação uma das mais antigas de Portugal e fazendo parte dum reduzidíssimo e exclusivo número de corporações medievais que ainda perduram na Europa (Canha, 2019).

A importância da água parece bem reforçada pelo facto de "no limiar do século XX, o Funchal, o único grande centro urbano do arquipélago, dispor de três moinhos a vapor [131]em pleno funcionamento" (Khron, 1906, p. 28).

Neste cenário prova-se bem como a cultura altera os territórios, transformando-os de modo decisivo. É neste "único grande centro urbano do arquipélago", um acaso (a geografia de onde a natalidade faz partir cada um de nós para a memória futura de uma vida) que condiciona e pelo menos seleciona algumas oportunidades dos naturais da Madeira desta época, que nasce António Manuel, um dos filhos de Adriano Augusto Trigo e de Adelaide Virgínia

[129] Canhas, Ponta do Sol.

[130] Registam-se levadas do Estado e particulares. As particulares pertencem a grupos de proprietários, denominados heréus, e administradas por comissões eleitas anualmente, em assembleia geral dos heréus de cada um dos canais. O heréu pagava um tributo designado por terral que se destinava à conservação das levadas e também ao enriquecimento dos caudais.

[131] Na Madeira existiram moinhos de água (como os referidos por Gaspar Frutuoso (V. nota 216), a vapor e de vento, sendo que o último desses moinhos ainda funcionava em 2022, sob a responsabilidade do moleiro, senhor Manuel Carlos de Mato, nas encostas de São Jorge, com água que lhe chega da Levada do Rei, a 6,5 quilómetros de distância.

dos Santos Trigo, casado mais tarde, em 14 de Janeiro de 1920, com Alice Celeste Mendes Trigo, com quem viveria até ao fim da sua vida, isto é, até ao dia 10 de abril de 1971.

Apesar desta história feita de portugueses combativos, extraindo da natureza a sua sobrevivência com grande empenho e fogosidade, a Madeira tem profundas marcas inglesas; foi mesmo duas vezes ocupada por tropas a mando da coroa de Inglaterra, sendo a primeira de Julho de 1801 a Janeiro de 1802 e a segunda de Dezembro de 1807 a Outubro de 1814 (VxMag, 2023) [132]. O jornal inglês *The Empire* (sintomaticamente chamado *O Império*) chegou mesmo a sugerir, mais tarde e já no final do século XIX, em 1897, a cedência da Madeira à Inglaterra, ou, mais dispendioso, mas igualmente eficaz, a sua compra pela coroa britânica. A ilha foi também cenário para um episódio dramático, de intolerância religiosa, quando madeirenses e ingleses se enfrentaram violentamente. No ano de 1846, o ano da Maria da Fonte [133]e da Patuleia[134], duas revoltas populares que marcaram algumas memórias portuguesas, hoje muito esbatidas pelo tempo, mas que nublaram a época. Nesse mesmo ano, em Agosto e nos meses seguintes, cerca de dois mil ingleses são alvo de perseguições religiosas na Madeira. Fazem parte da religião protestante e, sendo expulsos da ilha, refugiam-se nas Antilhas, de onde partem, dois anos depois, pelo menos a maior parte deles, para os EUA, fixando-se no estado de Illinois. Foi o episódio mais marcante e o único caso de perseguições religiosas em massa de que há notícia no nosso país, depois da expulsão dos judeus por D. Manuel I, nos finais do século XV.

Memórias fortes de um arquipélago a lutar pela manutenção de uma existência singular. Memórias que merecem revisitação e constituir objeto de estudo ainda hoje.

Em 1882 é eleito deputado pela Madeira, o advogado açoriano Manuel de Arriaga. A eleição levantou um problema evidente, Manuel de Arriaga era republicano, como iria então jurar fidelidade à Coroa? A dificuldade parecia incontornável, mas o novo deputado, no entanto, entendeu que a solução era a de fazer o juramento institucional e pedir de seguida a alteração dos termos do mesmo juramento (foi o que fez sem qualquer consequência, a não ser

[132] Segundo VxMag (2023), "em 1796, M. D'Hermand, cônsul francês em Madrid, propôs aos seus superiores a conquista da Madeira, por forma a pressionar Lisboa e tentar afastar Portugal da Aliança Inglesa, tendo a política de expansão de Bonaparte colocado a ilha como um alvo preferencial. Assim, a Royal Navy avançou com a tomada da Madeira".

[133] Maria da Fonte, ou Revolta do Minho, revolta popular ocorrida na primavera de 1846 contra o governo então presidido por António Bernardo da Costa Cabral.

[134] Na sequência da Maria da Fonte, a Patuleia ou Guerra da Patuleia, foi uma guerra civil que se prolongou quase nove meses e que deixou um rasto de morte e destruição em Portugal continental, adquirindo contornos internacionais que envolveram a Inglaterra e a Espanha.

NOTA: Dividem-se as opiniões quando à origem da palavra Patuleia: de pata ao léu (o pé descalço) ou de um termo castelhano que significa "soldados indisciplinados"?

a simbologia do gesto e a propagação do mesmo pelas páginas da imprensa, o que captou uma vez mais a atenção do público para o comportamento, a vários títulos original, dos republicanos).

Também no Funchal, pouco antes do nascimento de Manuel Trigo, a passagem dos oficiais da Marinha, Hermenegildo Capelo e Roberto Ivens, demorando-se apenas dois dias, de 12 a 14 de setembro de 1885, no Funchal, foi intensamente festejada e recordada pelos anos seguintes, em especial pelas ruas com o seu nome, que lhes fora atribuídas "entre o Passeio Público e o Jardim Municipal"(Carita, 2020, p. 16).

Para a nossa investigação, apesar da importância dada ao ano de 1917, tudo começou em 1892, ano de nascimento de António Manuel Trigo, um ano sublinhado pela crise política, pela bancarrota financeira, e pela degradação do sistema constitucionalista. No reverso cultural, é o ano de *Os Simples,* de Guerra Junqueiro – e de *Só*, de António Nobre. É também por isso um ano com algumas particularidades que não queremos nem devemos ignorar, sendo a de maior relevo e consequências, em Portugal, a crise financeira que levou a recorrer aos mercados internacionais para investir internamente, provocando mais um rude golpe numa monarquia débil, cujo declínio denotava uma erosão efetiva, apesar de alguns sinais exteriores que procuravam veicular harmonia e equilíbrio – a foto oficial dos mais jovens representantes da família real, D. Luís Filipe, então com cinco anos completados em março, ao lado do Infante D. Manuel, com cerca de três anos, que os completaria em novembro, poses serenas de crianças diríamos que já comprometidas com o destino; a notícia, a 21 de abril, de que a Rainha D.Amélia funda o Real Instituto de Socorros a Náufragos[135]; e sobre todas as outras referências, a atribuição da Rosa d´Ouro à Rainha D. Amélia, a 1 de julho, pelo Papa Leão XIII, "reconhecendo o seu trabalho com os necessitados, especialmente com as crianças pobres e os órfãos" (Ribeiro, 2013, p. Contracapa) [136].

[135] Criado por Carta de Lei de 21 de Abril de 1892, o Real Instituto de Socorros a Náufragos seria o Instituto de Socorros a Náufragos (ISN) após a implantação da República. No século XIX a Costa Negra era a designação dada pelos navegadores do litoral português. Eram frequentes, por falta de farolagem, ocorrer naufrágios não só na costa como nos portos das cidades de Lisboa e do Porto. As guerras liberais portuguesas e a instabilidade que geraram, parecem ter retardado as políticas, iniciadas por D. Miguel I em 1828, para a criação de u serviço de salvamento na costa de Portugal continental.

[136] No texto de contracapa, usado também para promoção da obra, lê-se: "Amada por uns, odiada por outros, D. Amélia de Orleães, a última rainha de Portugal, viveu num mundo em grandes transformações políticas, sociais e culturais. Princesa de França, mas portuguesa de coração, assistiu ao assassinato do marido e do filho, príncipe herdeiro, a tiro de carabina em pleno Terreiro do Paço e ao fim da monarquia num país que a havia acolhido com entusiasmo. Rumou ao exílio primeiro em Inglaterra depois em França, viveu a Primeira Guerra Mundial, resistiu contra a ocupação nazi, recusando deixar o país que a acolhera e que também era seu. Contudo, apesar da tragédia que marcou o seu quotidiano, D. Amélia orientou a sua vida pela divisa que escolheu para si: Esperança".

NOTA: José Alberto Ribeiro foi de excecional amabilidade, esclarecendo algumas dúvidas que tínhamos durante a nossa investigação.

A entrega desta importante distinção, "sempre feita por um príncipe da Igreja, encarregado pelo Papa", foi feita pelo Núncio Apostólico de Lisboa, Monsenhor Domingos Maria Iacobini (ou Jacobini) arcebispo titular de Tiro, na Real Capela das Necessidades.

Muitas destas *Rosas de Ouro* – atribuídas desde a Idade Média e desde o ano de 1049[137], acabaram por ser fundidas pelos seus proprietários, para reutilização do ouro, com fins monetários. Por isso mesmo, procurando o destino deste objeto tão valioso e tão simbólico, acabamos por saber [138]que a peça oferecida a D. Amélia se encontra no Museu do Tesouro Real do Palácio da Ajuda (na ala poente do Palácio, projeto do arquiteto João Carlos Santos, para abertura pública em 2021). Em algumas referências, porém, afirma-se erradamente que a peça estaria à guarda do Museu de Fátima, cujo responsável nos negou com veemência que esse tesouro alguma vez estivesse estado na posse daquele Museu, fornecendo-nos, todavia, informações muito interessantes. Por exemplo que outras três Rosas de Ouro foram oferecidas ao Santuário de Fátima pelos Papas Paulo VI, em 1965, Bento XVI, em 2010, e Francisco, em 2017 (Duarte, 2020; Sousa, 2014). Apenas estas últimas foram expostas no Museu de Leiria na Exposição temporária "As Rosas de Pedro e as Rosas de Maria" (patente entre 15 e 17 de junho, inserida na Festa da Fé, que comemora o centenário da restauração da diocese de Leiria-Fátima), em 2018. O Museu do Santuário tem, esse sim, o manto da Rainha D. Amélia, oferecido por esta ao Bispo D. José Alves Correia da Silva aquando da visita que fez ao santuário em 1945. O restauro desse manto valeu um galardão atribuído pela Associação Portuguesa de Museologia que distinguiu a intervenção de conservação e restauro levada a cabo por uma equipa de especialistas, liderada por Cristina Oliveira e Inês Cayres, intervenção que "visou restabelecer a estabilidade física e melhorar, dentro do protocolo das ciências do património, o aspeto visual da peça que se encontrava em avançado estado de deterioração", indica uma nota do Santuário nacional.[139]

As notícias de 1892 são bem documentadas na impressa da época, fazendo a Rosa d´Ouro capas inteiras, como em *O Occidente* [140], onde se lê

NOTA2: José Alberto Ribeiro é Diretor do Palácio Nacional da Ajuda-Museu do Tesouro Real desde 2013.

Foi Presidente do ICOM Portugal de 2014 a 2020 e Diretor da Casa-Museu Dr. Anastácio Gonçalves de 2006 a 2013.

[137] A primeira referência encontra-se numa bula de 1049, pela qual Leão IX isentou o Convento de Santa Cruz de Woffenheim (Alsácia), com a condição da abadessa enviar anualmente uma rosa de ouro à Santa Sé.

[138] A informação da existência deste tesouro, preparado para exibição museológica, isto é, para presença perpetuada de memória, foi recolhida pessoalmente, junto do Doutor José Alberto Ribeiro, Diretor do Palácio Nacional da Ajuda - Museu do Tesouro Real | Biblioteca da Ajuda.

[139] Notícia difundida pelo Santuário de Fátima, em 11 de dezembro de 2020.

[140] São estas algumas das noticias da imprensa da época. Destaque-se como exemplo a capa inteira de "O Occidente» (revista illustrada de Portugal e do estrangeiro. Mercês, Francisco António das, ed. com.; Azevedo,

> A Rosa d'Ouro foi o acontecimento culminante da semana, e assim devia ser já pela augusta pessoa a quem foi oferecida, já pela ilustre pessoa que a ofereceu, já pela alta significação que tem este brinde cuja instituição remonta a 14 séculos, e que simboliza pelo ouro, o Todo-Poderoso, pelo esplendor a auréola da Divindade, pelo perfume a glória do Senhor.
> A Rosa d´Ouro que durante séculos foi só uma rosa, passou no tempo de Xisto IV a ser um ramo com várias flores, tendo no topo a célebre rosa que encerra num pequeno depósito algumas gotas de essência d´essa flor, e se apesar de ser d´ouro essa rosa é muito menor formosa do que as rosas muito mais baratas com que a natureza nos brinda em maio, é muito mais rara do que elas, porque só lá de vez em quando aparece no mundo.
> E Portugal tinha ela aparecido até agora cinco vezes - a primeira em 1506 oferecida a D. Manuel pelo papa Júlio II, a segunda em 1514 oferecida ao mesmo rei pelo papa Leão X, a terceira em 1550, oferecida ao primogénito de D. João III pelo papa Júlio III, a quarta vez em 1770 oferecida ao rei D. José, pelo papa Clemente XIV, a quinta em 1842, oferecida à rainha D. aria II pelo papa Gregório XVI.

De acordo com os registos existentes na Fundação Mário Soares, um outro acontecimento cultural de relevo ocorreu em 1892:

> [Alfredo] Bensaúde (Fundação Mário Soares, s.d.; Sequeira, 1947) [141]propôs uma profunda reforma, enunciando as deficiências verificadas no ensino técnico superior português. As suas sugestões, de forte pendor crítico, acabaram por ser rejeitadas pela própria comissão de reorganização do ensino à qual pertencia. O modelo estrutural que defendeu, fruto da sua experiência na Alemanha, onde se doutorou, serviria, no entanto, de base ao novo Instituto Superior Técnico, criado após a instauração da República. Manuel de Brito Camacho, Ministro do Fomento, reconheceu a personalidade empreendedora de Bensaúde, convidando-o no final de 1910 para Diretor do futuro IST, o qual resultaria da extinção do Instituto Industrial e Comercial de Lisboa e sua divisão no Instituto Superior Técnico e no Instituto Superior de Comércio.

Nesta mesma linha de investigação, registamos uma notícia que alcança Portugal globalmente e, de um modo concreto, a cidade do Funchal: "Criado o Instituto de Bacteriologia de Lisboa, por decreto de 29 de Dezembro de 1892, foi nomeado seu diretor o funchalense Dr. Luiz da Câmara Pestana"[142], cujo prestígio profissional ultrapassaria as fronteiras nacionais,

---

Guilherme de, 1839-1882, dir. publ.; Macedo, Manuel de, 1839-1915, dir. publ.; Alberto, Caetano, 1843-1924, dir. publ.) no seu n.º 488, de 11.7.1892 e o texto que a suporta e que se transcreve acima.

[141] Nota: Alfredo Bensaúde: mineralogista, engenheiro e professor universitário de ciências geológicas, reformador do ensino tecnológico em Portugal no início do século XX, foi o fundador e primeiro director do Instituto Superior Técnico em Lisboa.

Nota: A Revista Técnica, publicada pela AEIST desde 1915, encontra-se descontinuada há vários anos. Sendo património intelectual do IST, a AEIST em colaboração com a Biblioteca criou este espaço online para que a Revista Técnica esteja ao acesso de todos em versão digital.

[142] Natural da Sé, Funchal, nascido na rua que hoje tem o seu nome, Luís da Câmara Pestana estudou em Lisboa e Paris (chegou à capital francesa em 1891, para estudar bacteriologia com Louis Pasteur, tendo um apoio do reino que acabou por ser suspenso, alegadamente por falta de verba; a verdadeira causa parece ter estado na

sendo considerado "um dos mais distintos cultores de bacteriologia" (Silva & Meneses, 1921, p. 419). Tornou-se famoso devido ao facto de ter demonstrado que o bacilo isolado na epidemia de Lisboa de 1894 não era o vibrião (ou vibrio, tipo de bactéria dotada de mobilidade) da cólera. "Morreu cedo, vítima da epidemia da peste que combatia na cidade do Porto, ao realizar uma operação, picou-se na mão esquerda, ficando infetado com a doença. Dois meses antes tinha sido vacinado com este soro"[143].

Note-se neste ponto que o Reino assistia a um esforço reformista na área da saúde. [144]Na época, o Regulamento do Hospital de Santo António (ou RHGSA), de 1889, Art.204º, introduzia esta ressalva:

> Para enfermeiros e enfermeiras, somente serão nomeadas pessoas decentes e de educação, que tenham pelo menos vinte e cinco anos, saúde e robustez, conduta boa, religiosa, moral e civil; que não tenham família; que saibam ler, escrever e contar e que mostrem atestados pelos quais provem estarem habilitados para o cargo". E mais se acrescenta, que se for conveniente alguma vez nomear para enfermeiro um homem casado, somente poderá ser nomeado aquele que não tiver filhos. Para enfermeira nunca será nomeada mulher casada nem tão pouco viúva, que tenha filhos ao seu cuidado; e se casar depois de nomeada será despedida.

O Dec-Lei nº 3471, de 20 de Outubro de 1917, cria, no Exército, a Comissão de Assistência aos Militares Tuberculosos (CAMT).

Destaque-se a propósito a figura proeminente, nascida na ilha da Madeira, de João Nepomuceno de Freitas (Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira, 1914; Fernandes, 2018)[145], tido mais tarde por gestor exemplar dos Hospitais Civis de Lisboa.

---

instabilidade provocada pelo levantamento do 31 de janeiro de 1891 e suas consequências. Pestana, mesmo assim, iniciou investigações sobre o tétano e as suas toxinas, descobrindo a antitoxina tetânica e encerrando os fundamentos da imunização passiva). Criou em 1892 o Instituto Bacteriológico de Lisboa, que hoje tem o seu nome. O Instituto Bacteriológico de Câmara Pestana, comumente IBCP, é um "estabelecimento da Universidade de Lisboa, dependente direto da Reitoria, com autonomia administrativa e financeira, funcionando em estreita ligação com a Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa, sem prejuízo de eventual colaboração com outras instituições" (V. Artigo 2.º dos Estatutos do Instituto Bacteriológico de Câmara Pestana publicados no Diário da República, n.º 41, II Série, de 18 de Fevereiro de 1998). Por portaria de 21 de outubro de 1892, Câmara Pestana foi encarregue de proceder à análise das águas que abasteciam a cidade de Lisboa (por suspeita de serem origem de um surto crescente de febre tifoide (infeção causada pela bactéria Salmonella typhi) na capital e arredores. A ilha da Madeira cultiva a sua memória, na toponímia, em bustos, numa casa de saúde, na literatura e em exposições.

[143] O Comércio do Porto, nº 222, 19/09/1899, p. 2.

[144] Só em 1911 foram criadas as Faculdades de Medicina de Lisboa e Porto, passando as três escolas médicas a ter currículos semelhantes e atribuição dos mesmos graus académicos.

[145] João Nepomuceno de Freitas (Calheta1877-Lisboa 1953), [145]natural da Calheta, ilha da Madeira, tirou o curso do Liceu no Funchal, matriculando-se, depois, na Escola Médico-Cirúrgica daquela cidade onde se formou, em 1907. Foi elevado ao cargo de Major de Infantaria, em 1917 (e em 1929 alcançaria o posto de coronel). Prestou serviço no Regimento de Infantaria do Funchal e foi combatente da primeira Grande Guerra. Ficou prisioneiro dos alemães na Batalha de La Lys, tendo sido comandante do Batalhão de Infantaria n.º 2.

Quanto às colónias, passavam pela tentativa de reestruturação imperial (Alexandre, 1998), mantendo-se, todavia, realidade distante e que apenas se agitara na hora do *Ultimatum* (de 1890, criando uma inesperada dinâmica de populismo imperial e de exaltação nacionalista diante da disputa pela propriedade e subordinação institucional das colónias) e das suas implicações políticas, diplomáticas e de novas e definitivas definições territoriais. Das colónias chegavam ao reino notícias de tensão e de mudança: em 1892, a Guiné tornou-se um distrito militar autónomo, com um regime especial administrativo e judicial.

O concelho de Bolama era sede do distrito e os comandos militares estavam em Bissau, Cacheu e Geba. Desde 1890 que as autoridades militares de Geba tiveram de se defrontar com Moli Boiá, novo cabo de guerra, que não só proclamava a (sua) independência, mas tentava também arrastar para o seu partido os outros chefes, por força e persuasão. É declarado então estado de guerra no presídio de Geba e as hostilidades prologam-se. Em março de 1892 terminam os confrontos, dando-se perdão aos revoltosos, concedido pelo governador Vasconcelos e Sá.

Das outras colónias, os registos são díspares e por vezes incompletos.

É um ano em que, aparentemente, se ensaiam novas políticas coloniais nomeadamente em Moçambiques. O Território de Manica e Sofala, na região centro daquele território, passa para a administração da Companhia de Moçambique, assim permanecendo até à segunda grande guerra (1942). Trata-se de uma forma nova de pensar a terra e de um novo posicionamento do pensamento colonial, agora exposto à luz de novas realidades internacionais (Machado, 1895). A estas alterações, nomeadamente em Angola e Moçambique, a questão do Ultimato exigia uma mobilização forte e decisiva. Todavia,

> Portugal é desde o século XVII um país semiperiférico no sistema mundial capitalista moderno. Esta condição, sendo a que melhor caracteriza a longa duração moderna da sociedade portuguesa, evoluiu ao longo dos séculos mas manteve os seus traços fundamentais: um desenvolvimento económico intermédio e uma posição de intermediação entre o centro e a periferia da economia-mundo; um Estado que, por ser simultaneamente produto e produtor dessa posição intermédia e intermediária, nunca assumiu plenamente as características do Estado moderno dos países centrais, sobretudo as que se cristalizaram no Estado liberal a partir de meados do século XIX; processos culturais e sistemas de representação que, por se enquadrarem mal nos

Fixou residência em Lisboa, desempenhando a função de enfermeiro-mor dos Hospitais Civis de Lisboa, durante 17 anos, criando o Hospital de Santo António dos Capuchos, inaugurado em 1928 (iniciativa que não consta das alusões oficiais ao Hospital que integra, na atualidade, o Centro Hospitalar Lisboa Central).
João Nepomuceno faleceu em Lisboa, em 1953.

Nota: O cargo de enfermeiro-mor equivalia à máxima autoridade nos hospitais e foi criado em 1564 para designar o dirigente máximo dos hospitais reais de Lisboa, anteriormente designados pelo título de provedor.

> binarismos próprios da modernidade ocidental – cultura/natureza; civilizado/selvagem; moderno/tradicional – podem considerar-se originariamente híbridos, quinda que, no fundo, sejam apenas diferentes, uma diferença que, contudo, não pode ser captada nos seus próprios termos (Santos, 2002, pp. 23-24) .[146]

A comissão de cartografia apresenta em 1892 uma nova Carta de Angola, [147]hoje no depósito da Biblioteca Nacional.[148] Dizem-nos Fontoura e Velério (1994)

> A formação do sector moderno da economia é indissociável do domínio colonial. Em 1892 foram adotadas severas restrições pautais com o objetivo de tornar Angola um mercado fechado para as exportações portuguesas, sobretudo de têxteis e vinhos. Quanto aos produtos provenientes desta colónia importados por Portugal, os direitos eram reduzidos a níveis praticamente insignificantes. (Fontoura & Velério, 1994, pp. 1193-1208).

São da mesma data o plano hidrográfico da barra e curso do rio Macuse e a planta hidrográfica da barra de Quelimane[149], tal como a carta da ilha de S. Tiago[150]. O Reino, vendo ameaçadas as suas fronteiras, queria inventariar o território e apresentar uma cartografia política e sentimental, que a própria população (continental e elitista) em manifestações tão variadas como a iniciativa de cobrir de crepes negros a estátua de Camões.

O enorme afluxo de migrantes com destino ao arquipélago de S. Tomé e Príncipe, exige medidas rigorosas de resposta institucional, pois os o grande número que pessoas que ali desembarcava, acabava no desemprego e sem qualquer rumo consistente.

Assim em 1892,

> o governador Francisco de Miranda pediu para não se concederem passagens a colonos, especialmente aos sem qualificação. Desembarcavam em tal número que acabavam desempregados, sendo-lhes dado rancho e alojamento em casernas lotadas, com o que não se evitavam as baixas ao hospital. Estes `miseráveis colonos' pediam amiúde passagem para a metrópole, o que não tinha suporte legal.[151]

---

[146] No mesmo volume *Vide* CANELO, Maria José, capítulo 12, pp.442-452, sobre as semiperiferias e as culturas intersticiais para os modernismos semiperiféricos que aliás citamos adiante.

[147] São seus autores August Briesemeister e Luís Filipe de Almeida Couceiro que também fizeram o mapa da rede ferroviária da África Austral.

[148] Cota do exemplar digitalizado: cc-215-r

[149] Disponíveis para consulta no Arquivo Histórico Ultramarino, serviço dependente da Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Biblioteca, onde pudemos consultar também o Boletim Oficial de Timor, que em 1892 destaca, via Ministério da Marinha e Ultramar, a distinção conferida ao bacharel Manoel Paes de Sande e Castro, ex-secretário geral do governo da província de Timor, com a mercê de cavaleiro da ordem de S. Tiago.

[150]Portugal. Comissão de Cartografia; Couceiro, Luís Filipe de Almeida, 1851-1913, cartogr.; Vasconcelos, Ernesto de, 1852-1930, ed. lit.; Carvalho, Augusto Luís Nunes de, 1843-1909, litog. PUBLICAÇÃO: [Lisboa]: Commissão de Cartographia, de 1890.

[151] cf. AHU, 2a Secção, M.541, of. no27 de 16 de Fevereiro de 1892, do governador Francisco de Miranda.

A ideia de uma bancarrota, provocada por um empréstimo avultado, foi a notícia mais importante, ofuscando qualquer outra. A opinião corrente atribuía a responsabilidade primeira às políticas despesistas do fontismo. Fontes Pereira de Melo presidia ao Concelho de Ministros nesse mesmo ano. Em 1892, o estado português assumiu a incapacidade de pagar as suas dívidas e declarou bancarrota. O resultado direto foi a emigração, em especial para a antiga colónia do Brasil, não porque estivesse em grande período de grandeza económica e mais porque o governo do Estado do Rio de Janeiro tinha autorizado e promovido a contratação de trabalhadores imigrantes, para substituir o trabalho até então feito pelos escravos.

Entre o golpe da Regeneração (Repertório Português de Ciência Política, 2004) [152]e o Ultimato Britânico, a dívida pública portuguesa
cresceu mais de oito vezes e, ao contrário do que seria suposto, as infraestruturas não dinamizaram suficientemente a economia portuguesa.

Uma notícia que desenvolveu uma carga simbólica própria, atemorizadora, sendo brandida ao longo das décadas seguintes como equivalendo ao exemplo mais flagrante daquilo que poderia, radicalmente, pôr em causa a soberania do país.

A crise, mais acertadamente balizada entre 1890 e 1892, decorreu em tempo de paz. Parecia uma exceção, pois outras crises económicas estiveram histórica e diretamente ligadas a conflitos mais ou menos intensos. Recordamos as batalhas do século XIX, como as de Évora, Roliça, Vimeiro, Porto, Côa, Sabugal, Fontes de Onor, contra os franceses, algumas delas ao lado das tropas do Reino Unido, à guerra civil portuguesa, também conhecida como Guerra Miguelista ou Guerra dos Dois Irmãos, ou, mais comummente, registada no plural Guerras Liberais. Também e sobretudo, estiveram diretamente relacionadas com as do século XX, mais dispendiosas, mobilizando fortes recursos humanos e materiais ao longo de períodos consideráveis, a começar na batalha do Mufilo, Angola, entre 1904-7, contra a resistência à presença colonial portuguesa em território dos povos ovambos, na província do Cunene; destacando-se todavia entre todas, a maciça mobilização portuguesa nas frentes da I Guerra Mundial, em África e França e a Guerra Colonial, ou Guerra de Libertação entre 1961 e 1974 (em territórios de Angola, Moçambique e da Guiné-Bissau).

[152] O período da Regeneração durou cerca de 17 anos e começou em 1 de maio para terminar com a revolta da Janeirinha, em 1868, levando o Partido Reformista ao poder e deixando marcas profundas no País. Segundo o Repertório Português de Ciência Política (2004), a propósito da Regeneração, António Sérgio diria caracterizando as motivações desse período : "Esta fase, em que se reduziu a filosofia política à simples ideia de Transporte". Alexandre Herculano, por seu turno, considerava que "A revolução não se operou senão moralmente; foi uma revolução de assentimento". Fontes Pereira de Melo acrescentaria a propósito do tema que "Acima do cavalo da diligência está o trâmuei, acima deste a locomotiva, e acima de tudo o progresso".

Apesar da crise, em 1892, o rendimento da alfândega do Funchal é superior ao rendimento conjunto das três alfândegas açorianas. Nesse mesmo ano, Guilherme Read Cabral, sendo extinta a delegação aduaneira do Funchal e elevada á categoria de alfândega por decreto de 21 de abril de 1892, tomou posse como diretor (a 7 de Maio de 1892) (Silva & Meneses, 1921).

É também nota digna de registo o ter sido nesse ano que foi concluída a obra de grandes proporções do novo cais [153] do Funchal (a obra ficou concluída em 27 de Abril de 1892) (Silva & Meneses, 1921).

> A crise política provocada pelo Ultimato Inglês, seguida da crise financeira de 1891/1892, gerou, portanto, alterações substanciais ao nível da política portuguesa, inclusivamente no campo da organização administrativa. Desta forma, por decreto de Dias Ferreira, de 6 de Agosto de 1892, as Juntas Gerais foram extintas sob a alegacão de que teriam contribuído para o descalabro financeiro do Estado. Nos distritos do Continente, as Juntas Gerais só foram restauradas em pleno regime republicano, pela lei n.º 88, de 7 de Agosto de 1913. Mas não foi assim nos territórios insulares (Pimenta, 2010, pp. 150-156).

A crise de 1890-92, em período de paz, subordinou-se aos mais variados fatores: foi abandonado o Padrão-Ouro (em 1891), dando-se o fim da convertibilidade (do papel-moeda em ouro), a desvalorização da moeda (o real, antecessor do escudo e que foi a unidade de moeda de Portugal desde cerca de 1430 até 1911, face à libra. Esta última foi exclusivamente cunhada no Reino Unido. Mais tarde, a sua produção estendeu-se às colónias inglesas. A libra em ouro, também conhecida como Soberano, é ainda utilizada como reserva de valor); e o Banco de Portugal fica com o monopólio da emissão de moeda. Termina também o recurso ao mercado externo de capitais.

Parece hoje fácil de perceber as causas para efeitos tão extremos: havia um agravamento do défice público desde 1888. A crise política nacional era de contornos internacionais, tendo como pontas mais intensas o *Ultimatum* inglês e a revolta do 31 de janeiro.

[153] Em Silva e Meneses (1921, p. 361) lê-se: "Por portaria de 17 de Setembro de 1879 mandou o Governo estudar um novo cais no Funchal, sendo encarregue deste serviço o oficial de artilharia Henrique de Lima e Cunha, que organizou um projecto que foi aprovado com modificações pelo Conselho superior de Obras Publicas e Minas, em 17 de Junho de 1881. Segundo esse projecto, o cais deveria ser construído na Entrada da Cidade, na mesma direcção do antigo. Não teve andamento o processo do cais do Funchal, e só em 1886, estando já aprovada a construção do molhe da Pontinha, é que se tratou da execução daquela obra, recorrendo-se para isso ao projecto organizado pelo capitão Lima e Canha, no qual o engenheiro José Bernardo Lopes de Andrade introduziu algumas modificações. Sendo este projecto apresentado em data de 27 de Abril de 1887, foi aprovado por portaria de 5 de Dezembro, depois de convenientemente modificado pelo Conselho Superior das Obras Publicas e Minas, em 27 de Julho do mesmo ano. Posta em praça a execução da obra, foi esta adjudicada aos engenheiros franceses Combemale, Michelon e Maurie em 18 de Janeiro de 1889 pela quantia de 87:000$000 réis, vindo a ser reconhecido porém a estes empreiteiros, na ocasião do ajuste de contas, o direito a receberem a quantia de 92:005$485 réis, em virtude de trabalhos executados a mais.

E tal como a crise nossa contemporânea que conhecemos há menos de duas décadas, protagonizada pelo banco norte-americano de investimento Lehman Brothers Holdings Inc., No final do século XIX, em situação que nos parece semelhante, o banco londrino Baring Brothers (Mitchener, 2006) arrastou para a bancarrota países, empresas e famílias, num longo episódio que ficou conhecido como o *Pânico de 1890,* e que teve a sua origem em grandes investimentos aplicados no banco da Argentina (o banco e aquele país sul-americano entraram numa recessão que afetou, direta ou indiretamente muitos milhões de pessoas).

Certo é que à pobreza de Portugal se somava assim uma crise que a agravava de um modo inequívoco.

Anos passados sobre a crise de 1890-92, procurava ainda o ministro Etelvino de Brito aplicar a lei (de 14 de julho de 1899) dos cereais, de modo a estabelecer um regime de proteção segura à cultura do trigo, escassa e desoladoramente contrariada por um solo impreparado para recebê-la. Num país que vivia sobretudo assente numa estrutura económica agrícola, a crise de 1890-92 desferiu um rude golpe.

Ainda no ano em que António Manuel Trigo nasceu, chegava a debate e à defesa de ideias, nomeadamente em certos setores de ação política como o Integralismo Lusitano, a proposta de ordem social sugerida pelo papa Leão XIII na encíclica *Rerum Novarum* (*Das Coisas Novas*, de 1891). Esta sugesto obteve o aplauso dos meios mais conservadores, pois defendia o nacionalismo e a perenidade da nação.

Leão XIII "apoiava o direito dos trabalhadores de formarem sindicatos, mas rejeitava o socialismo e o capitalismo irrestrito, enquanto defendia os direitos à propriedade privada. Discutia as relações entre o governo, os negócios, o trabalho e a Igreja" (Libreria Editrice Vaticana, s.d.).

Na ilha da Madeira vivia-se a realidade à escala. E por vezes muito tardia. Foi entre notícias esparsas e acontecimentos inesperados, nesse reduto geográfico e cultural, que nasceu e viveu os primeiros anos da sua vida António Manuel Trigo.

A "caixa preta" das memórias
Recordações e presença ausente

Não nos esqueçamos que este ensaio radica em estudos de cultura e que todas as fontes que nele se reproduzem e analisam servem esse propósito: uma apurada gestão de tendências de culturas e da Cultura, o que lhe confere um espaço gramatical de criação quase infinita. Não surpreendam, pois, os raciocínios que o apoiam. Ao procurarmos paralelos com os volumosos manuscritos das *Memórias* de António Manuel, supusemos que ali se encontrasse o que de mais precioso o autor quis preservar, as suas recordações de vida, criando uma caixa- forte, uma caixa negra como nos registos de dados mais importantes da mobilidade nossa contemporânea. Essa construção memorial devia ser, acreditávamos, tecida em paralelo com a emoção, que é sempre um fator influenciador a considerar.

António Manuel Trigo usou a sua memória biológica, sem (evidentemente) recorrer a tecnologias, digitais ou outras, usando antes, como já referido, exemplos possíveis do registo físico memorial: recortes de imprensa, fotos, apontamentos. Mas parece ter procurado distanciar-se da carga emocional que esses testemunhos – e os seus testemunhos – significavam.

A memória humana está longe da frieza depurada de uma máquina, assim como da exatidão técnica dos registos obtidos por elas. Tomemos por exemplo o Flight Data Recorder (o FDR ou gravador de dados) que a par com o Cockpit Voice Recorder (ou CVR) formam o que, popular, mas erradamente, é conhecido por caixa-preta ou caixa negra, na realidade uma caixa cor de laranja onde se guarda o registo de voz e de dados dos aviões e, mais recentemente, dos comboios da Europa e dos Estados Unidos, pelo menos no que se refere a algumas das locomotivas mais sofisticadas[154]. Vozes, som ambiente, dados plurais como a aceleração, as variações de altitude, ajustes de potência e a velocidade dos veículos usados, no caso de aviões e comboios, ficam registados nesses equipamentos de gravação, cujo funcionamento se estabelece numa relação direta com o tempo de viagem ou da deslocação, cruzando vozes e eventos de desempenho. A capacidade de consultar esses dados equivale ao contacto com uma memória da viagem efetuada por aviões ou comboios que disponham do sistema. Esse prolongamento do que é humano pela eletrónica tem ajudado a entender falhas importantes dos sistemas de bordo. As primeiras tentativas para produzir um sistema de interpretação de dados

[154] As locomotivas são o veículo ferroviário que fornece a energia necessária para a colocação de um comboio em movimento. Algumas são hoje equipadas com a referida "caixanegra".

de voo data de 1939, foram ensaiadas em França e nos trabalhos dos engenheiros François Hussenot e Paul Beaudouin. Esta dupla de investigadores começou por criar um dispositivo fotográfico progressivamente aprimorado com a evolução da técnica. Hoje é recorrente nos principais meios de transporte e nas viagens de maior importância. Se a mente humana está sujeita à possibilidade de erro, com consequências de gravidade variável a muitos níveis, procurou-se que o engenho técnico suprimisse ou limitasse tanto quanto possível essa mesma possibilidade. A caixa-negra é disso exemplo. Para António Manuel Trigo equivale a cadernos cuidadosamente preenchidos com um depoimento plural e diversificado e muitas ilustrações do mesmo.

Comparável, em matéria de estudos de cultura, será com características diferentes é certo, outra caixa-negra, esta de Tony Smith, escultor, artista visual, designer e teórico da história de arte. Tony Smith concebeu uma caixa negra – a famosa Black Box, a sua primeira escultura criada em aço que muitos interpretavam como uma banal forma geométrica e que, para Smith, significava uma forma excecional, um ponto de partida para trabalhos mais perfeitos e a síntese, no presente, de evocações muito firmes do seu passado: uma caixa de recordações (um álbum estético de memórias). O recipiente, cofre de memórias múltiplas, era desenvolvido a partir de uma caixa de cartão, muito simples, evocando as caixas de remédios da infância de Tony Smith, também ela marcada precocemente pela doença, como a infância de António Manuel Trigo.

A caixa de Smith significava ainda uma metáfora, afinal uma acusação: a denúncia da administração de Nova York, sob a liderança de Jimmy Walker[155], entre 1926 e 1932, numa época em que os empreiteiros eram coagidos a colocar subornos numa caixa preta, objeto de aliciamento e corrupção de acordo com a definição do próprio Smith, aparentemente a única possibilidade de obterem as licenças para os seus trabalhos.

Enquanto a caixa-negra dos aviões - e, mais recentemente, dos comboios - retém a memória naquilo que regista, a caixa-negra de Smith é inacessível (o conteúdo é maciço) mas simbolicamente evidente: é o símbolo do seu significado e traduz simbolicamente o seu significante.

Como a porta de Kafka (1919/1997), quando declara que só tem uma memória de infância, que é a do momento em que o pai o deixa sozinho,

> Diretamente, só me recordo de um incidente dos [meus] primeiros anos. Talvez tu também te lembres dele. Certa noite, eu choramingava sem parar, pedindo

[155] Ou John Walker ou Beau James, membro da poderosa sociedade política Tammany Hall, que dominou a cidade de Nova Iorque de 1854 até 1934.

> água, não por sentir sede, com certeza, mas provavelmente, em parte para te aborrecer, em parte para me distrair. Depois de algumas ameaças severas não terem adiantado, tu tiraste-me da cama, levaste-me para o corredor e deixaste-me ali sozinho, por um momento, de pijama, diante da porta fechada. (Kafka, 2002, p. 86).[156]

Nesta comparação torna-se obrigatória a intervenção de Georges Didi-Huberman que explica, "A porta kafkiana não é afinal senão um puro enquadramento espacial: um suporte de geometria elementar, uma circunscrição, um espaço "específico" cujas potencialidades os escultores minimalistas não deixaram de utilizar" (Didi-Huberman, 2011, pp. 221-222).

Numa vertente próxima, leia-se ainda Amaral (2007), como reforço dos raciocínios explanados:

> Embora se saiba que Descartes ainda é apreciado nas escolas de arquitetura do Brasil para o ensino-aprendizagem do projeto arquitetónico, sabe-se também que, em algum momento do processo de criação, surge algo estranho que parece não caber na lógica cartesiana: é a *caixa preta*; um conceito usualmente utilizado pelos arquitetos para significar o momento em que a subjetividade psicológica do arquiteto define, por meio de um rabisco (*croqui*) o *partido* do projeto (o partido ou o pensamento organizador, expressão do francês do século XV, *parti pris* que significava, entre arquitetos, a decisão tomada). Apesar dos arquitetos conhecerem esse processo, ninguém até hoje explicou o que acontece dentro dessa *caixa preta*, dizem que é inexplicável (Amaral, 2007, para. 6).

Ecoa em tudo isto, portanto, a voz de António Manuel Trigo: "Sobre o meu passado de criança, pouco ou nada poderei narrar, por já não me recordar" (Trigo, 1948, p. 7).

Dentro da caixa preta (simbólica) da memória, reside a expressão maior do inexplicável, talvez (n)a dimensão oculta de que nos fala Edward T. Hall, por excelência o teórico da comunicação intercultural: [a dimensão oculta], a bolha de espaço invisível que constitui o 'território' de cada pessoa, o seu universo autónomo, é uma das principais dimensões da sociedade moderna - é o que nos sugere Hall. Essa ideia consagra um espaço de memória individual muito próprio, autónomo, inscrito, mas fluente e modificável de acordo com a evolução da vida do indivíduo - e assim anula a ideia de uma identidade cultural, já que o que se oculta não identifica, mas sublima o que somos em debate com a ficção do que queremos ser. Como alguns países colonizados fizeram com a língua que os colonizou, depois da

[156] No texto o emprego da palavra "corredor" que certas traduções privilegiam, é ambíguo. *Terraço*, ou *Varanda*, são outras sugestões, usando-se, todavia, no original o termo *Pawlatsche* que literalmente se refere a uma *Trava*, isto é, uma trave delgada que é usada atravessada sobre portas, janelas, etc. o que tende a confundir as traduções. A palavra foi retirada da língua checa para alemão austríaco. A palavra checa pavlač significa uma entrada aberta.

independência usaram essa mesma língua não para uma procura de identidade, mas para a construção da sua própria interioridade.

As analogias pareceram-nos evidentes: a infância de António Manuel Trigo, marcado pela doença, o internamento de Smith, em 1917, tal como Kafka, no mesmo ano e também por terem ambos contraído tuberculose no ano imediatamente anterior, são exemplos de dimensões ocultas, de expressões individuais que se encerram em caixas negras para a libertação da interioridade dos indivíduos que as interpretam.

Características narrativas das *Memórias*

Estudamos um memorial e a perceção de significados por ele desencadeados, o que significa a perseguição e a interpretação de diferentes mecanismos de cognição: *Memórias*, de António Manuel Trigo, é no seu conjunto um texto híbrido, se aceitarmos como nos remete para uma construção memorialista autobiográfica, pontuada pelos exemplos variados da interação social que a quantifica, onde se vislumbram, também e em muitas passagens, as características narrativas comuns ao género denominado *história de vida*.

Em psicologia, refira-se, encontrámos referências habilitadas sobre a memória autobiográfica que, de acordo com aquela área de estudos, "consiste em memórias de acontecimentos passados relacionadas com o próprio, onde considerações relativas ao próprio, objetivos de vida, significados pessoais e emoções se entrecruzam, e ao fazê-lo permitem aos indivíduos construir histórias e narrativas de vida" (Fivush & Nelson, 2004, p. 577).

Retirando ensinamentos dessa área do saber mas regressando à circunscrição dos estudos de cultura, é esse o hibridismo que encontramos – dupla composição na construção que é, a um tempo, autobiográfica e história de vida -, mais cavado pelo facto de, num sentido estrito, António Manuel Trigo não ser exatamente um contador de histórias, mas alguém que recolhe provas para se fazer rodear de uma veracidade consistente (diríamos mesmo com o desejo de ser notado ao partilhar o que considera ser na sua vida o resultado de uma veracidade consistente, apesar dos pormenores, nem sempre evidentemente retroativos, que a criaram). Assim, o autor recorre a um conjunto exemplar de documentos pessoais, mas onde também não faltam os testemunhos públicos, já que anexa, por exemplo, recortes de jornais onde o seu percurso biográfico é referido (de modo direto e indireto). O seu desejo é o de estabelecer um caminho de comunicação que lhe pareça inequívoco entre o que viveu e o seu público-alvo: os seus filhos, que afinal motivaram (potencialmente) a génese e desenvolvimento da narrativa. Isto significa ainda que se afasta, intencionalmente, do relato de acontecimentos gerais e procura redimensionar, na síntese do que preparou para partilhar, a sua memória, para que seja mais do que episódica, traduzindo o seu percurso pessoal nunca esquecendo o meio que o gerou.

Tornou-se claro para nós, ao longo do longo inventário que efetuámos, o caminho por "entre brumas", que a memória para cada um pode ser, tão somente, uma opinião pessoal já que os nossos cérebros podem ser levados ao engano pela variedade assombrosa de processos que conduzem os acontecimentos ao nosso "recanto memorial". Manipulação, falsificação de memórias, construção de narrativas com o intuito de se tornarem heranças reais, mas que

partiram de ficções intencionais, para além dos possíveis lapsos que todos temos quando queremos evocar alguns assuntos que parecem ter-se perdido no nosso percurso de vida, é esse o ponto de encontro deste registo analisado, onde acumulámos interrogações e respostas.

Sem aprofundar essa matéria, tão rica e despertadora de muitos outros caminhos de análise, recorremos também (para este raciocínio) aos passos da psicologia forense. Foi nessa etapa que encontrámos a designação do conceito que, em inglês, dá pelo nome de *fuzzy trace theory* e que em português é traduzido, com sobriedade (porque fuzzy pode traduzir-se por desgrenhado ou fofo, talvez menos apropriados) por *Traços Difusos*. Essa teoria inspira-se noutra, a da ativação associativa. De certa forma, simplificando, ambas procuram a razão pela qual podemos desenvolver memórias desadequadas (Shaw, 2016).[157]

António Manuel Trigo procura evitar falsas memórias, mas, inevitavelmente, tropeça aqui e acolá nas generalizações e assevera sem fundamentação. Para dar um exemplo: "Como a maioria do nosso Exército não concordava com a atual situação política (democrática) era necessário fazer um governo de Ditadura Militar" (Trigo, 1948, p. 48).

Não era assim tão evidente e, aliás, a República nunca foi inequívoca, bem pelo contrário, na sua agitada vida de 1910 a 1926. As opiniões dividiam-se ainda nesta fase e só se definiriam, de certa forma, quase nove anos depois, com o golpe de Estado do 28 de Maio de 1926 e com as forças militares a tomarem conta do destino do país.

> A maioria dos autores que escreve sobre o 5 de Outubro procura explicar a participação – ou falta dela – das Forças Armadas. Um dos argumentos transversais é o desinteresse dos oficiais em participar em conspirações republicanas, mas que no momento da revolução não se opuseram aos soldados e sargentos que se revoltaram. Ao mesmo tempo, ao longo dos dois dias que durou a Revolução republicana – de 3 a 5 de outubro– as chefias do Exército não se organizaram no sentido de esmagar a revolta (Major, 2017, p. 116).

Consideramos que há muito otimismo de escrita e convicção pessoal neste objetivo expresso pelo autor das *Memórias* - e na forma como o executa.

Encontrámos um nexo salutar entre dois tipos de investigação que se relacionam não só com o tema memórias, como com a abordagem que entendemos fazer neste nosso ensaio. O primeiro foi formulado em 1964, mas muito trabalhado na década seguinte; o segundo em

[157] Na página 5 desta obra há uma citação de Elizabeth F. Loftus, psicóloga cognitiva americana especializada na memória humana, que nos deixou a refletir, a ponto de citá-la também: "As nossas memórias são reconstrutivas. A Memória funciona um pouco à maneira de uma página da Wikipédia. Podemos lá entrar e modificá-la, mas as outras pessoas também" (Shaw, 2016, p. 5).
Nota: Voltaremos ao trabalho de Elizabeth Loftus já a seguir.

1974. Um é diretamente ligado à comunicação social, o grande elemento que, a partir da Primeira Guerra Mundial mais desenvolvimentos operou em matéria de registos de memórias, conduzindo, em última instância, ao abalo que sofremos na atualidade sob o jugo das falsas notícias, isto é, das falsas memórias; e vários estudos, na mesma década de 1970, desenvolvidos por Elizabeth Fishman Loftus, professora da Universidade da Califórnia. em Irvine, e pelos seus colaboradores, estudos que se tornaram uma página fundamental da história do estudo das memórias falsas (Loftus & Palmer, 1974).

Loftus e a sua equipa, com destaque para John C. Palmer, desenvolveram o paradigma da desinformação ou da informação enganosa, segundo o qual é possível distorcer a memória para informação e acontecimentos, através da introdução de informação falsa (Loftus & Palmer, 1974).

As Falsas Memórias tornaram-se o seu maior centro de interesse, definindo-as como "aquelas que são baseadas em erros da memória e ocorrem quando as pessoas se lembram de situações que não aconteceram, eventos não presenciados, ou então, as lembranças dos factos ocorridos são lembradas de maneira distorcida".

Marshall McLuhan, [158]professor canadiano que elaborou[159] a famosa, mas excessiva, tese "o meio é a mensagem" (Fiore & Mcluhan,1967), querendo sublinhar que o canal da mensagem é um (ou mesmo "o") elemento fundamental da comunicação, defendia que uma mensagem proferida, por escrito, por exemplo, desafiava diferentes estruturas, podendo assim adquirir diferentes significados. Em suma, o meio é um canal de passagem ou um veículo de transmissão.

Estes cadernos de António Manuel Trigo são meio e mensagem, parelha maior e a mais determinante de significados de qualquer alteração no conteúdo de testemunho que vá surgindo (e sugerindo) na narrativa (Pombo, 1994).

[158] Interessa-nos particularmente quando teoriza a cultura situando-a em três "galáxias" (períodos ou culturas): cultura oral ou acústica, própria das sociedades não-alfabetizadas; cultura tipográfica ou visual (Galáxia de Gutenberg) que caracteriza as sociedades alfabetizadas; e cultura eletrónica, a dos meios elétricos de comunicação e da integração sensorial para que esses meios apelam.

[159] McLhuan criou ainda a famosa expressão ***aldeia global***, onde antecipou a ideia, hoje tão sólida e aplicada, de que as novas tecnologias eletrónicas encurtam as distâncias entre todos os seres humanos. Já em 2022, o programa Starlink - constelações de (atualmente) alguns milhares de satélites lançados pela empresa americana SpaceX - começou a colocar em órbita um grande número de satélites artificiais para criar uma rede internet de banda larga, capaz de alcançar eficazmente áreas remotas ou rurais de todo o mundo, tornando a "aldeia global" ainda mais real. À aldeia global corresponde, por inerência, uma **cultura global**, cultura de escala maior, cosmopolita, capaz de unir a humanidade num só fluxo de comunicação e partilha.

As expressões "o meio é a mensagem" e "aldeia global" são, muito provavelmente, as mais famosas e citadas no âmbito da Comunicação.

O que nos atraiu, enquanto investigadores de estudos de cultura foi perceber que estávamos em presença de um conjunto de documentos que projetavam, por si só, efeitos das culturas e do tempo cultural (o que se passava intensamente em Portugal, da cisão da República portuguesa, ainda periclitante no seu modelo inicial e em rota de ascensão, para uma segunda fase, abruptamente interrompida por causas internas e externas de rutura e declínio, que assinalariam a sua decadência definitiva, passando pela presença portuguesa na Guerra Mundial - "esse grande cenário de massacres fúteis", como lhe chamou Eagleton (2022), o maior e mais cruel até então vivido pelos seres humanos à escala internacional - ou pelos acontecimentos sobrenaturais que atingiram, à época, mentes e comportamentos com consequências culturais marcantes até aos nossos dias (uma frase ambígua, admitamos, já que se aplica tanto à participação de Portugal na Primeira Guerra Mundial, como aos acontecimentos sobrenaturais que tiveram Fátima como centro geográfico, ou às formas como as alterações no mundo de então se refletiam neste ponto extremo da Europa e nos territórios que então colonizava, num ano crucial, também ele epicentro de todas as mudanças:1917).

O relato de António Manuel é desenvolvido em espaço bem definido (Portugal Continental e a Ilha da Madeira[160]), abalado de modos diferentes, mas definitivos, pelos acontecimentos seus contemporâneos. Cobrir a imensa cartografia que representa e procurar extrair dela os centros de interesse, tão vastos, tão plurais, que motivam os estudos de cultura, foi na realidade um enorme desafio.

(Noutros volumes das suas *Memórias*, António Manuel Trigo irá estender a narrativa, por exemplo à sua passagem profissional por Macau, que, todavia, não usámos neste trabalho, já de si vasto e diversificado).

Os efeitos da leitura que fizemos permitiram-nos adquirir um olhar pormenorizado das valências sociais e das relações indivíduo/coletivo que então se modificaram profundamente. Elementos de uma imensa gramática cultural foram-se assim identificando: a relação do indivíduo com o grupo; as mudanças na comunidade; clivagens sociais; o papel da mulher, resistente, intervencionista, companheira dos acontecimentos e protagonista no esforço de Guerra; a morte com novas práticas, nivelações e interpretações simbólicas e operativas; as formas de sentir a doença e a dor e de combatê-las; as formas de pensar; as formas de agir e reagir em época de traumas e conflitos maiores; as simbologias que têm sempre uma natureza

[160] O volume das *Memórias* que trabalhámos não inclui outras experiências, como a atividade profissional de António Manuel em Macau, remetida para volume próprio.

própria de acordo com os períodos em que se criam, usam, representam, quer as simbologias inscritas e circunscritas, quer as simbologias difusas.

A cultura, nas suas facetas humanas, em resumo.

António Manuel Trigo passa à margem de muitas dessas valências, dessas relações, desse modificar que a sua época exige e protagoniza. Por vezes, revela-se mesmo instalado num tempo ido que dificilmente regressará, e se "toda a leitura implica uma quantidade razoável de cenografia" – quem o afirma é Eagleton (2021) -, o registo que fizemos esteve sempre carente de mais adereços, de mais recursos destinados a criar o ambiente e a atmosfera própria na representação do que escrevia. Essa instalação no passado só se aceita lícita por sabermos que é lá que se encontra o radical mais expressivo do que se recorda. Aparece-nos, portanto, enquanto autor e elemento de análise, como um universo cultural autónomo, uma entidade única, com um percurso único e um modo ímpar, viagem a vários títulos singular, destinada a interpretar a sua própria vida e o mundo. Estabelece-se como um ponto irradiante que procura emanar de si o repositório possível para que os outros construam a sua sobrevivência para lá do tempo. Produziu memórias – o que significa que sintetizou momentos que considerou dignos de continuidade que, no longo percurso de uma narrativa, legou não só aos seus parentes como ao tempo presente. Desagradando-nos a expressão, nunca é de mais repeti-lo: António Manuel é um perseguidor de uma identidade, melhor será, uma autoafirmação, uma razão de ser que quer isenta, para partilha. Reconhecimento e reflexão sobre si mesmo não parecem suficientes, no entanto, para um resultado total dessa autoafirmação.

Uma revolução no mar alto

Não entendemos, por vezes, os critérios das escolhas de Trigo, as suas prioridades narrativas, ou a forma como simplesmente não destacou datas e acontecimentos (que nos pareceram fundamentais à margem do que narra), perdendo-se em contrapartida em pormenores de efeito pessoal. É certo que as memórias dependem de acontecimentos e os acontecimentos são, regra geral, interpretações de atos coletivos e da mais ou menos rígida ordem social e cultural, formatados pela forma como se inscrevem junto de quem memoriza. Assim, podemos aceitar as memórias como (re) produções ego centradas; consolidam-se no Eu (num ego) para serem, finalmente, e só em última instância, propriedade partilhada com os outros. Este egocentrismo, esta indiferenciação produz uma dualidade (nem sempre fácil de aceitar, repita-se), que é, tão somente, a duplicidade do autor-protagonista. Isso equivale a dizer que se qualquer investigador já não consegue ser rigorosamente imparcial, porque toda a cultura que transporta lhe impõe uma visão daquilo que o constitui e que aplica ao objeto que analisa sem conseguir a imparcialidade da distância interpretativa, pior será aquilo que vive o memorialista, ao relatar os factos que escolheu como os principais ou mais marcantes da sua vida, com sinceridade ou com objetivos definidos nessa mesma escolha. O autor de memórias, nesta perspetiva, não é egoísta, mas egocêntrico, fala do que seleciona, do que, indiferente aos outros, considera importante, mas se é indiferente aos outros fá-lo, quase em contradição, para os outros (os seus filhos, os seus descendentes, os seus leitores). Se procura um *Eu* partilhável, empreendendo uma deriva que deixa o seu território de origem, a Madeira, mas se desenvolve em Portugal continental – e depois em Macau – expande o seu universo cultural graças a uma mundividência, o aporte de uma vida multifacetada. Não é a demanda de uma identidade, mas uma evidente procura de uma interioridade própria, que vai fluindo, mudando e consolidando com o passar do tempo.

Aceite-se e entenda-se o relativo espanto com que registámos a narrativa de António Manuel do (seu) dia 5 de outubro de 1910, a data mais determinante do percurso nacional desde a fundação histórica do País; provavelmente a data da revolução republicana portuguesa é a mais importante depois do Pacto ou Tratado de Zamora[161], coincidentemente de 5 de outubro de 1143.

[161] Revestindo-se de polémica e de uma aura mítica referida por certos autores, referimos a alusão a um diploma que teria sido resultante da conferência de paz entre D. Afonso Henriques e Afonso VII de Leão, seu primo, assinado exatamente no dia 5 de Outubro de 1143, e do qual não há, no entanto, prova de existência. Na realidade, não há vestígio físico do suposto Tratado. Cf. Mattoso, José, *D. Afonso Henriques.* Lisboa: Temas e

A descrição da chegada de António Manuel Trigo ao cenário da nova realidade republicana é quase ingénua, embora coincida com a perceção pessoal da Revolução:

> **Funchal 1910.**
> A minha viagem para Lisboa e Porto.
> No dia 4 de outubro de 1910, parti para Lisboa na companhia do Tio Aníbal[162], juntamente com os primos João[163] e Micas, no vapor São Miguel. [164]Eu seguia depois para o Porto, onde ia ficar hospedado em casa do tio, Doutor Júlio, para me matricular no terceiro ano, no Liceu Alexandre Herculano. Os primos João e Micas ficavam em Lisboa, matriculando-se o João no terceiro ano do Liceu Camões e a Micas num colégio de freiras no Bom Sucesso.[165] Saímos do Funchal pelas 16 e 30, com bom tempo e até à chegada a Lisboa tivemos sempre boa viagem (Trigo, 1948, p. 9).

Esta espantosa coincidência, de fazer a viagem para Lisboa para iniciar uma nova etapa de vida e ser recebido por uma cidade convulsionada onde nada seria como antes, parece não constituir grandes razões para abalo por parte de António Manuel. Sem expectativas de maior diante do seu próprio destino, relata com tranquilidade e sem devaneios esperados perante tão profundo acontecimento histórico:

A revolução da República em Lisboa, a 5 de outubro de 1910.

> No dia 6 de outubro de 1910, chegámos a Lisboa vindos do Funchal no vapor São Miguel, com magnífica viagem. Desembarcámos no cais de Santos pelas 16 e 20h, não se encontrando ninguém da família à nossa espera. Chegámos justamente no dia seguinte ao da revolução, a qual ainda durava - e por isso ninguém da família nos foi esperar (Trigo, 1948, pp. 9-11).

Debates. Cf. COELHO, Maria Filomena & RUST, Leandro & MARTINS, Miguel Gomes & MORUJÃO, Maria do Rosário (2019). "Portugal, uma retrospetiva: 1179" (Vol. 21), Rui Tavares (Ed.), Lisboa.

[162] Aníbal Augusto Trigo, tio, irmão do pai de António Manuel.

[163] O primo João Manuel Trigo, aparentemente o mais chegado familiar e amigo de António Manuel, morre, ainda muito jovem, na Madeira, como adiante veremos na análise comentada que fazemos das *Memórias*. Ver nesta Tese: **A morte de João Manuel Trigo,** Presença emocional, no relato de António Manuel?

[164] António Manuel Trigo refere várias viagens que efetuou entre Funchal e Lisboa, destacando-se a referência a barcos ingleses que operavam nas viagens comerciais entre o Continente e a Ilha da Madeira, nomeadamente da companhia Boot-Line. Em 1910 foi pedido a Adolfo Loureiro - militar, engenheiro, escritor, poeta e político – que fizesse uma monografia sobre os portos portugueses e o resultado não foi animador, referindo as "circunstâncias verdadeiramente temerosas em que na maioria dos portos se fazem as operações de embarque e de desembarque: o navio costeiro fica ao largo e o transporte para os cais ou para a praia é feito em pequenas lanchas a remos, que atracam ou varam na própria zona de rebentação, em operações sempre perigosas e incómodas" (Loureiro, 1910, p. 2).

NOTA: A Biblioteca Nacional de Portugal disponibiliza em linha a digitalização do livro de Adolfo Ferreira de Loureiro, em https://purl.pt/31573/ca-430-v_5_master/ca-430-v/ca-430-v_PDF/ca-430-v_0000.pdf.

[165] Vizinho do atual C.C.B. - Centro Cultural de Belém – e em pleno funcionamento na atualidade, o Colégio do Bom Sucesso, era em 1910, o único colégio interno feminino Católico em Portugal, extensão em Portugal da Congregation of Dominican Sisters from Ireland - our Lady of Rosary and Saint Catherine of Siena.

NOTA: A designação Nossa Senhora do Rosário, Nossa Senhora do Santo Rosário ou Nossa Senhora do Santíssimo Rosário é "um título mariano apresentado aquando da aparição da Santíssima Virgem Maria a São Domingos de Gusmão, em 1214, na igreja do mosteiro de Prouille, na qual a mãe de Jesus entregou o Rosário ao fiel frade dominicano". Santa Catarina de Siena foi uma filósofa escolástica e teóloga do século XIV.

Visão bem diferente de algumas outras, como esta breve passagem resultante de leituras disponíveis no arquivo da Fundação Mário Soares, onde se refere que "os navios sublevados" estavam muito próximo do cais onde o barco que transportava Trigo e os seus parentes atracou. Numa cidade pequena, com o rio Tejo em alvoroço revolucionário, o desconhecimento de António Manuel roça o inacreditável (Fundação Mário Soares, s.d.):

> Ao final do dia a situação era difícil para as forças monárquicas: os navios sublevados tinham estacionado junto ao Terreiro do Paço e o cruzador São Rafael fez fogo sobre os edifícios dos ministérios[166], perante o olhar atónito do corpo diplomático brasileiro, a bordo do couraçado "São Paulo" no qual viajava o presidente eleito Hermes da Fonseca[167].

A notícia publicada no mesmo dia 6 de outubro de 1910, no Diário do Governo citado por Ferreira (1985), vem ilustrar o que se passava ao mais alto nível e reforçar o ponto de vista de António Manuel, se tivermos em conta a declaração que esta nota era emitida "depois de terminado o movimento da Revolução Nacional:

> Ao Povo Português — Constituição do Governo Provisório da República — Hoje, 5 de outubro de 1910, às onze horas da manhã, foi proclamada a República de Portugal na sala nobre dos Paços do Município de Lisboa. Depois de terminado o movimento da Revolução Nacional constituiu-se, imediatamente o Governo Provisório: Presidência, Dr. Joaquim Teófilo Braga. Interior, Dr. António José de Almeida. Justiça, Dr. Afonso Costa. Fazenda, Basílio Teles. Guerra, António Xavier Correia Barreto. Marinha, Amaro Justiniano de Azevedo Gomes. Estrangeiros, Dr. Bernardino Luís Machado Guimarães. Obras Públicas, Dr. António Luís Gomes (Ferreira, 1985, p. 142).

Na Madeira, as notícias da revolução nacional não tinham tardado, "colhendo enorme entusiasmo".

Conta Teresa Florença Martins (2004) que

> no dia 5 de Outubro de 1910 a ilha acordara, como outras manhãs, "sem sobressaltos". Distanciada dos acontecimentos que puseram fim a oito séculos de monarquia, a Madeira teve conhecimento da queda do regime, pelas 18h00, através da agência noticiosa Havas[168]. Distribuído pela cidade, o texto noticioso - "Foi proclamada a República em Portugal depois de um combate em que a artilharia 1, infantaria 16 e a marinha saíram vitoriosas" - colheu "enorme entusiasmo". Nas "ruas, nos estabelecimentos, nas praças públicas era indescritível a alegria, à exceção de algum reacionário que passava como que fugido." Nessa altura as massas populares e militares dirigiram-se para o Centro Republicano da Madeira, situado no nº 13 da Rua da Carreira, uma instituição

[166] Cf. http://www.fmsoares.pt/aeb/crono/id?id=034857, consultado em 22 de maio de 2016 e http://www.fmsoares.pt/aeb/crono/id?id=00622, consultado em 22 de maio de 2016.

[167] Cf. http://www.fmsoares.pt/aeb/crono/id?id=034854, consultado em 22 de maio de 2016

[168] As agências surgiram em meados do século XIX, com a fundação da primeira agência, a Havas, por Charles-Louis Havas em 1835. Recolhiam notícias que difundiam para os veículos de informação (e não diretamente para o público) (Wolf, 1999).

> identificada com o PRM[169]. A palavra de ordem que circulava entre os que saíram à rua era de contenção, atendendo a que faltava a confirmação oficial para que a República fosse de facto proclamada na Madeira. Na madrugada do dia 6 conheciam-se as primeiras diretrizes através de um telegrama do Ministério do Interior, o qual nomeava Manuel Augusto Martins[170], à data presidente da comissão republicana no Funchal, governador civil do distrito (Martins, 2004, pp. 63-68).

Caía um regime e uma tendência longa da memória de tipo familiar, providencialista, assente num monarca-pai que tomava conta dos filhos, os súbditos, e guardava por eles as memórias, mesmo as mais delicadas.

Se parece ser provado que "No dia 5 de outubro de 1910, a cidade do Funchal acordou, como habitualmente, sem saber o que se estava a passar em Lisboa", como António Manuel a bordo do São Miguel, a verdade parece ser também que

> Manuel Augusto Martins, na madrugada de 6 de Outubro de 1910 foi avisado por telegrama do Ministério do Interior sobre a sua nomeação para o cargo de governador civil do Distrito do Funchal, sendo o primeiro após a Implantação da República, tendo recolhido o absoluto consenso para esta nomeação, por ser republicano com provas dadas no combate político local, várias vezes candidato a deputado pelo Partido Republicano da Madeira, diretor do semanário *O Povo* e presidente da Comissão Republicana do concelho do Funchal (Carita, 2017).

Para registo memorial, que consideramos com interesse no âmbito destes estudos, procurámos saber mais sobre esta viagem que trouxe tranquilamente António Manuel Trigo e alguns parentes a Lisboa, em dia de Revolução. Ficámos assim a saber que bastante antes da revolução o paquete a vapor São Miguel era um pacífico arrastão de pesca, sendo propriedade de uma empresa, de Lisboa, a Parceria Geral de Pescarias, Lda. (que, por sua vez, era uma propriedade da Bensaúde & Cia). O São Miguel já ao serviço da Empresa Insulana de Navegação, E.I.N., que o comprou e, na nova qualidade de paquete de passageiros, ligava (entre os anos de 1905 e 1930) Lisboa-Açores-América do Norte, com a promessa, nem sempre cumprida, de manter duas carreiras mensais (uma delas com uma escala no Funchal). Este contrato durou até 1914, sendo alvo de sucessivas atualizações. A rota, sem a escala, durou até 1930.

O *San Miguel* ficou famoso, na Primeira Guerra Mundial, por ter tido um papel (passivo, é certo) na famosa epopeia da Patrulha Augusto Castilho, no dia 14 de outubro

[169] NOTA: Partido Republicano da Madeira.

[170] A notícia da sua morte, ocorrida no Funchal, e que mereceu destaque no Diário de Notícias, adjetivava: Faleceu esta noite, repentinamente, o velho e austero republicano e antigo governador civil do Funchal. DN.5-4-1936 (Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira, 1936).

de1918, tornando-se um alvo, num confronto trágico com o submarino U-139, que procurou afundá-lo. Entretanto, o arrastão de pesca *O Elite* - pertencente à mesma empresa Parceria Geral de Pescarias Lda., lançado em 1909, e que foi o primeiro arrastão português para a pesca do bacalhau - acabou requisitado pela Marinha portuguesa, e já com o nome de *Augusto de Castilho,* em junho de 1916, foi adaptado a caça-minas. Foi o *Augusto de Castilho,* dois anos depois de ter ascendido à categoria de barco de guerra que, em defesa do *San Miguel,* foi protagonista de mais um dos grandes dramas da Primeira Guerra, vividos por portugueses e no qual pereceram, a 14 de outubro de 1918, mais de 200 pessoas, entre elas o comandante da embarcação, José Botelho de Carvalho Araújo. Os submarinos alemães, modelo U-Boot, ameaça permanente para barcos que cruzavam o oceano Atlântico justificaram que o caça-minas N.R.P. [171]*Augusto de Castilho* zarpasse do porto da Madeira para fazer escolta ao *San Miguel,* que foi intercetado pelo submarino alemão U-139, comandado por um dos mais temíveis militares alemães: Lothar von Arnauld de la Perière. No seu registo pessoal, afundou 194 navios e 453 716 toneladas de arqueação bruta foram afundados. Lothar von Arnold, considerado o mais bem-sucedido "herói" militar dos submarinos da história dos confrontos bélicos. O NRP *Augusto de Castilho* terá sido saqueado, na mesma ação militar, pelos alemães, que o afundaram depois com cargas de demolição. No navio estavam os marinheiros portugueses mortos, com o comandante Carvalho Araújo. Será um relatório do comandante alemão, publicado em 1920, com elogios ao primeiro-tenente da Marinha portuguesa, que levará o Parlamento português a reconhecer o sacrifício de Carvalho Araújo e a conceder uma pensão à sua viúva.[172]

[171] Navio da República Portuguesa.

[172] Confronte-se a notícia do jornal Diário de Notícias, de 17 de outubro de 1918 e a evocação feita pela Assembleia da República cem anos passados sobre essa data e que não deixa de enquadrar-se nas políticas de memória no nosso tempo:

Do VOTO N.º 638/XIII/4.ª DE SAUDAÇÃO EM MEMÓRIA DA TRIPULAÇÃO DO NRP AUGUSTO DE CASTILHO E DO SEU COMANDANTE CARVALHO ARAÚJO. Páginas 2 e 3. Sábado, 20 de outubro de 2018 II Série-B — Número 6 XIII LEGISLATURA 4.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2018-2019):

No Diário da República lê-se que, no voto de saudação a Carvalho Araújo, em 14 de outubro de 2018, assinado por deputados do PS (Os Deputados do PS: Pedro Delgado Alves — Francisco Rocha — Ascenso Simões — Diogo Leão — Wanda Guimarães — António Sales — Vitalino Canas — Santinho Pacheco — Ricardo Bexiga — Carla Tavares — Carla Sousa — João Azevedo Castro — Susana Amador — João Gouveia — Lúcia Araújo Silva — Luís Graça — João Marques — Carlos César), a que se associou um social-democrata (outro subscritor: Luís Pedro Pimentel (PSD),"o seu ato é heroico e de algum modo vitorioso e porque alcançou o seu objetivo que, de certa forma, reparava Portugal do trauma de La Lys, acontecido uns meses antes".

Espetador do tempo – distante do tempo

As memórias são, muitas vezes, arquiteturas da imaginação, de maior ou menor intensidade, mas também mescla de ação e emoção, escolha e gosto cultural. Por isso as distanciamos de uma classificação que, em tese, afastamos: a ideia de identidade (pessoal, cultural ou outras.

As memórias decorrem, pois, da experiência vivida e/ou imaginada. Resultam de lutas – contra a dissipação, a manipulação, a inverdade, a construção de alternativas ao que realmente se passou, fornecidas para que se pense de outra forma na dependência de construções sociais de realidades com objetivos definidos. Mas são também arquiteturas do desejável, produtos do imaginário de quem as transporta e fixa, de quem as inscreve em construções de alguma coisa, até sobre o nada que existia antes, para que no futuro sejam alguma coisa. Isso é válido dos mitos fundadores – histórias/memórias contadas como alicerces que tragam um passado idealizado ao suporte do presente -, das mais diversas lendas (narrativas fantasiosas que procuram explicar coisas irreais misturando-as com a realidade e a vontade de acreditar em explicações para o que antes sugeriu dúvida e temor. Finalmente, ocorre citar nesta passagem: "A luta do homem contra o poder é a luta da memória contra o esquecimento" (Kundera, 1978, pp. 8-9).

A memória é, antes de mais, a luta persistente contra o esquecimento. Confere e retira poder, por isso mesmo.

Se olharmos atentamente, a memória é o ato e o indivíduo que a produz, de modo singular, podendo tornar-se plural ao partilhar-se, ao atingir o meio social envolvente (sendo somatório de atos e dos indivíduos que a produziram). Caso contrário, não seria admissível que a memória mais intensa da Revolução republicana acabe por ser, para António Manuel, tão pessoal:

> Como a bordo constavam vários boatos sobre os navios de guerra que entravam na revolta e o tio Antero [173]era comandante de um desses, logo que despachámos as nossas bagagens seguimos num trem[174] para o Arsenal da Marinha, para saber se teria acontecido alguma coisa ao tio Antero, se estava preso ou se teria ficado

[173] Antero Elísio Nascimento Trigo, mais tarde capitão-de-mar-e-guerra. Referido como capitão-tenente no Diário do Governo, nº 40, de 18 de fevereiro de 1913, constando de uma lista de oficiais da marinha a quem faltava tirocínio – isto é, a prática de serviços militares em escolas próprias, com vista à progressão ao posto - para promoção ao posto imediato, referida a 31 de dezembro de 1912.

[174] Antepassado do táxi, o trem era uma novidade dos transportes urbanos e Lisboa usufruía com qualidade desta opção. Crê-se que o trem mais cómodo e famoso, em 1910, fosse o trem de aluguer de Eduardo Augusto de Oliveira, com cocheiro fardado (o próprio) e a rapidez de quatro cavalos atrelados. O fotógrafo Joshua Benoliel fotografou-o para a posteridade.

> ferido, pois ficámos em grandes cuidados. Depois de nos terem informado que nada lhe tinha sucedido, e felizmente se salvara, regressámos a casa do tio, na rua Gomes Freire, número 87, 5º andar. Felizmente encontramos toda a família bem, mas muito assustada pela revolta que, de casa, presenciaram algumas cenas, e, em cuidados pelo tio, que estava a bordo dos barcos revoltados, e ainda nada sabiam da situação, só mais tarde é que o tio Antero chegou e a família ficou sossegada (TRIGO; 1948:9-11).

Para o nosso centro de interesse académico, a ideia aceite de memória, enquanto elemento de estudo cultural, vai mais longe: estabelece-se como ponte (e ponto de referência) entre o indivíduo, universo cultural autónomo, e o universo cultural onde se insere e que o influencia e modifica continuadamente.

No caso de António Manuel Trigo, o seu meio social (Tonkin, 1992) [175]começa logo nas primeiras páginas por revelar-se: a ilha da Madeira, que provavelmente confere um peso de insularidade incontornável; e a família, até porque, em última análise, a sua narrativa é uma herança assumida, é aquilo que pretende legar de si para memória futura. No entanto, as memórias que guarda da família (e de si) nem sempre são fecundas, o que constitui uma aparente contradição. Uma infância esbatida, relações pouco aprofundadas (com os pais, por exemplo, sendo mais pródiga por vezes com tios e primos).

Trigo recorda-se dos acontecimentos apresentando-os como quem elabora, organiza e partilha um álbum de fotografias.

Diz André-Leroi Gourhan que "O homem é simultaneamente indivíduo zoológico e criador da memória social" (Leroi-Gourhan, 1987, p. 22).

Bergson (2006) afirma que "a memória não é uma faculdade de classificar recordações numa gaveta ou de inscrevê-las num registo. (...) a acumulação do passado sobre o passado prossegue sem tréguas. Na verdade, o passado conserva-se por si mesmo, automaticamente" (Bergson, 2006, p. 47).

Bergson irá desenvolver o conceito de consciência como memória, influenciando Gilles Deleuze profundamente, nomeadamente quando define que "a compreensão de que a totalidade

[175] Encontramos em Elizabeth Tonkin uma crítica a Halbwachs, que "acusa" de esquecer-se da noção "social". Citamos:

"O termo ausente na explicação de Halbwachs é socialização, que eu definiria como as formas e meios pelos quais interiorizamos o mundo exterior. Para ele, a memória é como um álbum de fotografias. Não a analisa como um processo estruturante e criativo (Tonkin, 1992:105)."

NOTA: O mesmo sentimos com a produção das *Memórias* de António Manuel Trigo, elaborado por vezes como um álbum de fotografias legendadas.

da nossa experiência vivida se conserva e se repete incessantemente em milhares de planos de consciência distintos" (Deleuze, 1999, p. 53).

Detivemo-nos nesta passagem do nosso ensaio para observar ainda uma advertência de Maurice Bloch[176] que nos diz que é preciso analisar o indivíduo que partilha a sua memória e distinguir, nesse processo, "recalling and remembering" – isto é, evocação e lembrança. "A evasão da mente individual como fator ativo na transmissão do passado, faz com que o indivíduo abandone todo o processo e mesmo o carácter da memória, estranhamente indefinido e vago, por um trabalho que propunha este objetivo" (Bloch, 1998, p. 117).

A entrevista que desenvolvemos com a família de António Manuel Trigo (parte substancial da qual se encontra em *Anexos* desta investigação) não traduz uma memória hereditária intensa do homem que foi – um ente perdido de certa forma entre as brumas do passado que muitos anos foram ocultando. É mais uma ilação a tirar do papel da memória como instrumento de pesquisa; ela está dependente da vontade de quem a herda, porque se não houver a intencionalidade de a resgatar ela perde-se realmente, por ausência de reclamação, por não inscrição, nas brumas que a originaram.

Quando preparámos este trabalho, procurámos entender como se constrói, neste caso, o ato narrativo memorialista. Como "fala" António Manuel Trigo com os filhos através de um relato extenso e detalhado. Não poupando pormenores e informações acerca dos acontecimentos – transcreve decretos e minutas da sua vida militar ou reproduz as notícias de jornal das suas atuações, como violinista, em certas festas no Funchal, ainda jovem adulto – omite, porém, abalos sentidos, em troca de uma memória mais organizada. E, todavia, a memória é um direito que assiste ao ser, enquanto indivíduo e no desempenho dos seus papéis coletivos. É um direito que permite ações de defesa, por exemplo a preparação contra a repetição dos erros passados, seus e dos seus ancestrais. As fraturas mnésicas do tempo presente lançam em abismos amnésicos gerações inteiras, como é sabido.

O que se passou não deve ser entendido como o que se esqueceu, e a ausência física dos antepassados não oblitera os efeitos que as suas causas mantêm no presente, mesmo quando são cicatrizes de feridas esquecidas ou monumentos erguidos aos históricos (momentos, protagonistas e ideias) caídos na névoa dos tempos. Simultânea e aparentemente contradizendo o que acaba de escrever-se, esse direito à memória exige que seja extensível ao direito catártico ao esquecimento. Esquecer pode significar um modo de sobrevivência, um ato de proteção ao que de mais íntimo se transforma, sente, age, pensa. Essa é uma forma de proteger a imagem

[176] Maurice Émile Félix Bloch, antropólogo britânico.

que o ser escolheu como sua, consolidando os seus direitos. Anular as lembranças, apagar as memórias, pode reduzir, diminuir ou anular efeitos das comoções mais profundas. Não é merecido regressar à dor, à exposição pública, à injustiça, às humilhações, às perturbações mais dramáticas e irreparáveis.

O discurso, embora fluente, de António Trigo – e não é direto também, e omite (por direito seu, é claro), ou suaviza, os momentos mais traumáticos. Não é dada ênfase especial a acontecimentos como a morte do primo João Manuel Trigo, o seu companheiro mais próximo, ou a morte de camaradas, jovens cadetes da Escola de Guerra e a maior parte dos quais mais novos do que ele, ainda a morte de Sidónio Pais, líder e mentor político, assassinado a seu lado, na estação do Rossio, cuja ligação ideológica podia deixar antever um estremecimento mais profundo e mais sentimental, mas que não o estremece emocionalmente de modo evidente. Esse trinco, essa assepsia, podia ser o sintoma do enfermar de um machismo tradicional: não é suposto os homens emocionarem-se e na época em que escreve – a primeira versão na década 1920 e a segunda versão, muito próxima da primeira, mas mais detalhada, na década de 1940 - podia ser a explicação para o que sentimos ao lê-lo. É esta uma ideia que especula, já que não temos como aprofundar uma análise de carácter ou forma de criar outra explicação mais completa.

Como se de um espectador distante se tratasse, António Manuel Trigo fala de si como o homem no conto (do final do século XVII) de E. Tabourot que instala um espelho aos pés da cama "para ver se teria boa aparência enquanto dormia" (Tabourot, 1662, p. 9) ou como a personagem de Dickens (2017), Oliver Twist, que parece ser imune ao mundo (atroz, sujo, delinquente) que o rodeia. Espectador do tempo para lá do tempo, é talvez o exemplo ideal do narrador de memórias ideal, sem envolvimento emotivo que desvirtue as narrativas. Diríamos de António Manuel Trigo um homem desapaixonado, pelo menos no ato narrativo de si. E evocamos Hannah Arendt quando alertou para a solidariedade e para o sentido crítico necessários nas análises científicas. Não engloba o amor, perigoso em política, mas a sentimentalidade, que faz parte do humano. Recorde-se quando diz:

> O amor, por causa da paixão, destrói o meio-termo que nos relaciona e nos separa dos outros.
> O amor, pela sua própria natureza, não é mundano, e é por esta razão, e não pela sua raridade, que é não apenas apolítico, mas antipolítico, talvez a mais poderosa de todas as forças antipolíticas (Arendt, 1998, p. 242).

António Manuel Trigo hesita no momento da partilha e inibe a sua própria sensibilidade. Não regista o desamor – mas não contempla o amor.

A impossibilidade da identidade cultural (teórica e na perspetiva do que defendemos), reside também na evidência de que todos os seres humanos são (e dependem da) distribuição. Geram assim a dependência entre entidades. Óvulo e esperma dividem a sua natureza num feto que por sua vez se partilha com o mundo.

Como diz Rancière, a partilha significa:

> Um comum partilhado; e partes exclusivas. [...] A maneira como o que é comum se presta à participação e como uns e outros tomam parte nessa partilha. O cidadão, diz Aristóteles, é quem toma parte no facto de governar e ser governado. [Não se produz como identidade, mas gera a dependência entre entidades: o ser depende do ser]. O nada é uno, assim sendo, porque nada é ainda a coisa pequeníssima. A divisão implica chegar aos outros (Ranciére, 2009, p. 15).

António Manuel Trigo é, para além da partilha que faz naquilo que escreve, a razão que encontrou para se perpetuar e que toma como sua missão: a memória futura, definitiva e selecionada, do que quer constituir como legado.

O País em 1910
Os dias da Revolução

Dos dias convulsos da Revolução em Lisboa, com epicentro na Rotunda, mas com ondas de reverberação política por todo o território, numa aura progressiva que levou alguns dias a expandir-se e anos a procurar afirmar-se, António Manuel Trigo nada tem a contar. O País sim, já que se disputava de imediato a leitura, a 6 de outubro, não só de toda a imprensa publicada no País, como do Diário do Governo e do seu Suplemento, com o texto da Proclamação da República e a Constituição do Governo Provisório. As ruas enchiam-se de pessoas, vindas de vários pontos do país e convergindo na capital em alvoroço, com elas os boatos não faltavam nem as notícias de "ouvir dizer", quase tão fortes como as de ouvir ler, num país marcado pela taxa altíssima de analfabetismo, 76,1%, uma taxa que começaria a descer lentamente nos anos seguintes (até aos 70 por cento em 1920), descida que o 28 de maio de 1926 vai interromper dramaticamente em plena caminhada. A República, desde cedo, apostou na criação de escolas primárias e de jardins de infância, na escolaridade gratuita dos 7 aos 10 anos, nas escolas de ensino técnico e superior[177], na criação de museus e de bibliotecas. A missão de criar um cidadão republicano e a utopia que lhe estava na base, chocariam com a instabilidade provocada por uma contrarrevolução pouco coerente, mas desagregadora, e pela infinita divisão emanada de projetos de poder pessoais e debilmente coletivos, heterogéneos e quase sempre inconsequentes e sem apoios populares (ou militares) que os sustivessem.

José Relvas, à frente de uma delegação do Partido Republicano, em nome do Diretório do P.R.P., na tarde do dia 5 de outubro de 1910, proclama a República[178], da varanda da Câmara Municipal de Lisboa nos Paços do Concelho, e o Porto, no dia 6, recebe idêntica aclamação. Na segunda cidade do país, cerca das 15 horas e 45 minutos, do dia 6 de outubro de 1910, coube a José Nunes da Ponte - um médico açoriano da Ribeira Grande, filho de um natural da ilha da Madeira-, que, poucos dias depois, seria nomeado Presidente da Câmara e, mais tarde, Governador Civil da cidade do Porto, apresentar a República aos cidadãos, proclamando-a da varanda do edifício da Câmara.

[177] A Universidade de Lisboa nasce em 1911. O Decreto de 22 de Março de 1911 marca a criação das Universidades de Lisboa e Porto. A Constituição Universitária de 22 Abril de 1911 formaliza o nascimento da Faculdade de Medicina de Lisboa.

[178] A 5 de outubro de 1910 "José Relvas seria o escolhido para proclamar a Implantação da República, da varanda da Câmara Municipal de Lisboa, o Diretório porque era um dos elementos mais carismáticos do Diretório do Partido Republicano e o secretário do mesmo Eusébio Leão, se encontrava afónico". Fonte: Wikipédia.

A República apostava assim nos seus simbólicos lugares de memória – "um lugar de memória, em todos os sentidos da palavra, pode variar desde o objeto mais material e concreto, localizado geograficamente, até o objeto mais abstrato e intelectualmente construído", como ensina Nora (1978). Não esquecemos, é certo Leroi-Gourhan:

> A trama espácio-temporal não representa mais do que um dos elementos do tecido social, não estando aí implicadas as relações de identificação individual. Em todas as sociedades vivas, a partir de um dado nível de complexidade funcional, um sistema de referências inter-individuais assegura a coesão do grupo (Leroi-Gourhan, 1987, p. 161).

Nos dias seguintes, todo o país teria cerimónias a condizer e o novo regime era apresentado aos portugueses. Dias de incredulidade, de expectativa, de frustração, de conformismo, de rancor, de desespero e derrota, mas sobretudo de vitória, festa e muita esperança. Sem Rei e sem Deus, um Portugal de filhos órfãos alimentava-se desse esperança, dessa utopia, que um novo discurso fazia acreditar como vida melhor para um futuro imediato.

Em 1848, a República francesa tinha sido proclamada, pelo poeta e político Alphonse de Lamartine, das varandas da Câmara de Paris (Hôtel de Ville). A Revolução Francesa era o grande símbolo da modernidade (Kahn, 2001)[179]e um exemplo essencial para o republicanismo que exaltava a sua matriz assente nos pilares da Liberdade, da Igualdade e da Fraternidade, para alguns, o início de uma nova cultura política[180].

Assim, a Proclamação da República teria de ter, inevitavelmente e dentro do cumprimento de uma agenda simbólica (ideológica, virtual, mas) evidente, a Câmara Municipal[181] como o cenário simbólico republicano da criação da nova era.

---

[179] Uma ressalva: "Cada sociedade produz uma versão específica de modernidade" (Khan, 2001, p. 651).

[180] São exemplo dos defensores desta ideia:

François Furet, considerado um dos mais competentes historiadores da Revolução Francesa e um dos seus críticos mais acutilantes;

Keith Baker, professor e investigador do Departamento de História da Stanford University;

Lynn Avery Hunt, historiadora e escritora norte-americana, especializada na história da Revolução Francesa. Titular da cátedra Eugen Weber em História Europeia Moderna na Universidade da Califórnia em Los Angeles;

e Mona Ozouf, historiadora e filósofa francesa, diretora emérita de pesquisa da École des Hautes Études en Sciences Sociales e especialista em educação e na Revolução Francesa.

[181] Simbólica para as primeiras vitórias republicanas, nas urnas; para o anúncio vitorioso, no 5 de Outubro de José Relvas proclamando a República; ainda para acolher os restos mortais de Cândido dos Reis* e Miguel Bombarda**, heróis da revolução, depois das suas trágicas mortes (o primeiro suicidou-se ao pensar que a revolução de 5 de Outubro estava perdida; o segundo foi assassinado por um doente mental).

O funeral destes dois republicanos ilustres ocorreu no dia 16 de Outubro. Mais tarde, simbolicamente, no dia 28 de abril de 1918, Sidónio Pais apresentou-se na mesma Câmara, depois de eleito presidente da República, aliás, eleito Presidente da República nas únicas eleições presidenciais da I República. Procurava assim a legitimação da sua "República Nova", que era afinal pouco trouxe de novo e era apenas uma tentativa vã de muscular a República Velha. Depois de ter sido morto na estação do Rossio, a 14 de Dezembro de 1918, o corpo de Sidónio Pais esteve exposto na mesma Câmara Municipal de Lisboa.

Nessa Proclamação afirma-se:

> Para vós, cidadãos de Lisboa, será isso tanto mais fácil quanto mudando de regime, não mudaste de administração municipal. Tínheis já a administração republicana. Com ela continuais. A única diferença consiste em Câmara e Municipal e Governo de Estado viverem, de ora em diante, cordial e fraternalmente unidos para maior formosura e fortuna da cidade. (Legislação Republicana, s.d.)

Há cerca de dois anos que os republicanos tinham obtido, por eleições, o poder camarário, e simbolicamente dali partia o futuro (republicano e do país).

Nos dias seguintes era grande a azáfama e maior a afirmação e a intensidade política, já que os que combateram na Rotunda[182], a começar pelo operacional líder revolucionário Machado Santos[183], passavam ordeiramente o poder para os homens da linha moderada.

Houve de imediato pressões e jogos de poder em torno das cadeiras governamentais e alguma dificuldade em concordar nas escolhas dos titulares das pastas. Muito rapidamente qualquer revolução muda um regime, se tiver o poder das armas, mas muito lentamente modifica as mentalidades e os hábitos mais enraizados. Apesar da adesão e da força a uma nova etapa republicana, muitos hiatos ficaram por preencher, sobrevivendo o eixo vertebral onde assentou, durante tantos anos, o Estado monárquico. Grandes e médios proprietários, exército, polícias, tribunais, pontos nevrálgicos da administração não se entusiasmaram, pelo menos totalmente, com a mudança. Os mais conservadores ficarão à espera de uma oportunidade. Saem à rua, mais tarde, sete anos volvidos, com Sidónio Pais, que arrasta (por exemplo e entre outros), sem dificuldade, os jovens militares da Escola de Guerra, entre eles António Manuel Trigo. Alguns destes jovens serão, poucos anos depois, parte ativa na *Noite Sangrenta,* [184] em outubro de 1921, e no colapso da democracia - em 28 de maio de 1926. Aliás, alguns dos jovens apoiantes de Sidónio, ex-alunos da Escola de Guerra, tornar-se-ão também políticos de carreira na Ditadura e no Estado Novo que a prolongou por decénios.

O decreto de 8 de outubro de 1910, da Presidência do Governo Provisório da República, estabelece a denominação dos diferentes ministérios (as modificações mais importantes

---

Nota: *Carlos Cândido dos Reis, vice-almirante na reforma, conhecido como Almirante Reis foi um militar, herói das revoltas republicanas e um dos seus principais arquitetos.
**Miguel Bombarda, figura ímpar na sua época: lente da Escola Médica de Lisboa e diretor do hospital de alienados em Rilhafoles, médico, cientista, professor e político republicano.

[182] Para onde, às primeiras horas da madrugada se concentraram as tropas de Infantaria 16 e Artilharia 1.

[183] Carbonário, ativíssimo conspirador contra a Monarquia, António Maria de Azevedo Machado Santos, militar e político, é considerado por muitos o fundador da República Portuguesa.

[184] Revolta militar sob o comando do coronel Manuel Maria Coelho antigo revolucionário do 31 de janeiro de 1891.

atingiram os ministérios *do Reino*, *da Fazenda* e *das Obras Públicas*, que passaram a denominar-se, respetivamente, *do Interior*, *das Finanças* e *do Fomento*). Inculcar uma nova memória, mesmo uma nova nomenclatura, era uma missão assumida.

Logo após a implantação da República, também em 8 de outubro de 1910, o ministro da Justiça, Afonso Costa reinstaura as leis do Marquês de Pombal contra os jesuítas (Franco, 2006b), e as de Joaquim António de Aguiar[185], em relação às ordens religiosas. Mas será um erro afirmar que houve perseguição da I República à Igreja Católica, já que o Portugal católico do início do século XX é um mito e a República tinha como princípio negociar com os bispos o regime de separação (Estado Igreja). Estando os bispos portugueses e o Vaticano com posições opostas, querendo o primeiro opor-se à vontade a República, o novo regime avança com a Lei. Ao contrário do que o Estado Novo vai querer fazer acreditar, vários padres apoiam os republicanos e há muitos católicos republicanos.

É de referir que mais tarde, em 27 de julho de 1916, o Cardeal-Patriarca, em nome do Episcopado Português, faz chegar a Bernardino Machado, então Presidente da República, um pedido para serem aceites capelães no Corpo Expedicionário Português, com o intuito de seguirem para França com os militares que, na altura, ainda estavam em Tancos. Em 30 de Novembro de 1916 é legislada (decreto n.º 2869) uma base para a regulamentação da assistência religiosa aos militares em operações de guerra. Em 18 de Janeiro de 1917, poucos dias antes da partida do primeiro contingente para França, é que se concretiza a regulamentação de assistência religiosa em operações de guerra (decreto n.º 2942).

Decreto n.º 2942

Artigo 1º - A assistência religiosa aos militares que a desejem e que façam parte de forças em operações de guerra, será dada por ministros portugueses das respetivas religiões:

a) Que na qualidade de militares ou equiparados, entrem na composição das forças em operações;

b) Que se ofereçam para acompanhar essas forças;

c) Que sejam antigos capelães militares.

Artigo 2º - Os generais comandantes das forças em operações de guerra permitirão que os militares membros das suas confissões a assistência religiosa a que eles desejarem, contanto

[185] Por três vezes presidente do Conselho de Ministros de Portugal, Joaquim António de Aguiar foi um político e maçom português do tempo da Monarquia Constitucional e importante líder dos cartistas – a tendência mais conservadora do liberalismo surgido após a revolução de 1820 - e mais tarde do Partido Regenerador (um dos partidos do rotativismo da monarquia constitucional portuguesa, alternando no poder com o Partido Progressista, e que nasce na altura da Regeneração, como partido conservador oposto ao Partido Histórico).

que as manifestações de culto e as práticas culturais não perturbem os serviços de campanha e a disciplina das tropas. Os ministros não militares das diversas religiões que se ofereceram para acompanhar os combatentes foram equiparados a alferes, a mesma graduação equiparada que era dada aos médicos mobilizados.

A portaria de 10 de outubro do Ministério do Interior – Direção Geral da Instrução Secundária, Superior e Especial, 1.ª Repartição -, regula o serviço dos exames da segunda época, das matrículas e da abertura das aulas nas escolas dependentes do Ministério do Interior. A educação parece ser uma paixão republicana.

Porto 1910
De comboio (com os mirones) da Revolução

Antes da existência dos caminhos-de-ferro (Leitão, 1965), "levava-se cinco dias a chegar ao Porto, partindo de Lisboa". O comboio conhecido orgulhosamente como "rápido", assim nomeado (e consagrado) pelos seus utentes e pela companhia que assegurava o serviço, não precisava mais de seis horas e meia para fazer os 322,5 km que separam o Rossio, em Lisboa, de Campanhã, no Porto, isto no ano da revolução de 1910.[186] Se atentarmos noutras referências, esta viagem de comboio era bem melhor do que a do seu (à época) mais recente antepassado, o Larmanjat, um comboio monocarril que, na década de 1870, rolava as suas duas rodas em pranchas de madeira assentes na estrada, proporcionando uma viagem muito lenta e sem dúvida muito desconfortável. Era, convenhamos, um transporte singular, que usava o apelido de Jean Larmanjat, engenheiro francês, seu criador. Não cativava os utentes: atribui- se a Lady Jackson (1874)[187]o inequívoco desabafo: "tapávamos a cara com os lenços para evitar a cegueira ou a asfixia, tanto era o pó. E, então, os solavancos! Nunca os esquecerei..., tão desapiedadamente (*sic*) lá fui maltratada!".

Não era louvado pela velocidade (máxima de 13 km/hora, cobrindo pequeníssimas distâncias), nem pela qualidade da viagem. Quem o usava, como Lady Jackson, desaconselhava-o; fazia ligações entre Lisboa, Torres Vedras e Sintra, e acredita-se que a sua "herdeira" mais famosa seja talvez, numa versão vivida a bordo de um elétrico de luxo, [188]"a linha ferroviária que liga atualmente a serra ao mar através do percurso de Sintra, ao longo de quase 11 quilómetros entre a Vila Alda, na Estefânia (Sintra) e a Praia das Maçãs (situada na costa da freguesia de Colares, no concelho de Sintra). Num discurso nosso contemporâneo, esta opção equivale a "uma viagem de cerca 45 minutos; os passageiros podem usufruir de um singular passeio turístico entre a Serra de Sintra e o Oceano Atlântico" (Câmara Municipal de Sintra, 2024).

António Manuel Trigo, ignorando os acontecimentos em Lisboa em 5 de outubro de 1910, reata as suas *Memórias*, com um apontamento breve e eficaz:

[186] Hoje a CP assegura que o comboio de Lisboa para o Porto demora, em média, 3 horas 47 minutos para percorrer uma distância de 274 km, apesar de os serviços mais rápidos levarem apenas 3 horas 15 minutos.

[187] Aristocrata francesa, Catherine Charlotte, a Lady Jackson, era viúva de um diplomata francês, que da sua visita a Portugal, em 1873, deixou a obra, *Fair Lusitania*, onde exaspera chegada a hora de contar a sua experiência como viajante em Sintra, no Larmanjat.

[188] Por comparação ao Larmanjat.

> Depois da minha chegada a Lisboa, e de ter ficado oito dias hospedado em casa do Tio Antero[189], é que segui para o Porto, no dia 14 de Outubro, acompanhado pelo Tio Aníbal. Fomos no comboio*[190]* "rápido" que saiu da estação do Rossio às 17:00h. Totalmente completo, com carruagens cheias com as muitas pessoas que tinham ido a Lisboa ver os estragos causados pelas granadas dos navios de guerra*[191]*, no dia da revolta*[192]*, principalmente na Rotunda, local onde os combates com as forças revolucionárias e do Governo foram mais renhidos, como também assistiram aos funerais das pessoas importantes mortas na revolta*[193]* (Trigo, 1948, pp. 9-11).

Não desdenhamos deste relato, muito breve, mas eficaz, onde o lado mais intenso dos acontecimentos está bem patente: os estragos causados pelas granadas principalmente na Rotunda; os combates entre as forças revolucionárias e o Governo, confrontos renhidos; os funerais das pessoas – todas importantes, todavia -, mortas na revolta. E a curiosidade mórbida dos mirones, que atravessaram o País, para testemunhar os acontecimentos - a par com a sua alegria na queda de um regime pela subida de outro?

A única testemunha que temos, não nos diz muito mais. E prossegue deste modo:

> Chegámos ao Porto*[194]* pelas 23 e 30 horas, desembarcando na estação da Campanhã, onde se encontravam à nossa espera, a tia Adília e os primos, Beatriz e Filinto. O tio, Doutor Júlio, não estava, por ter ido em serviço para a Régua. Depois do despacho das malas, seguimos de trem*[195]* para casa do Tio Júlio, na

[189] Antero Elísio do Nascimento Trigo, tio de António Manuel, que o recebeu e alojou na sua casa em Lisboa, na Rua Gomes Freire, e que foi o seu fiador na inscrição na Escola de Guerra.

[190] Lenta, cara e muito demorada, a construção das ligações ferroviárias portuguesas e em especial a, tida como a mais importante, Linha do Norte, fez com que esta última demorasse quase cem anos a considerar-se concluída, com início a 17 de setembro de 1853, duplicação em 1930 e finalmente a eletrificação em 1960. Muitos foram os motivos de atraso, o maior talvez o da construção da Ponte de D. Maria Pia, sobre o Rio Douro, que completou a linha "provisória" que ligava Lisboa a Vila Nova de Gaia, com o lanço final de Vila Nova de Gaia a Campanhã inaugurado em 5 de novembro de 1877.

Cf. https://hemerotecadigital.cmlisboa.pt/OBRAS/GazetaCF/1958/N1681/N1681_master/GazetaCFN1681.pdf

[191] A Marinha atacou a partir do Tejo durante a tarde do dia 5 de outubro, tendo os navios S. Rafael e Adamastor bombardeado o Terreiro do Paço e o Palácio das Necessidades, de onde o rei D. Manuel II se pôs em fuga para o Palácio de Mafra., de onde se seguiu a fuga, pela Ericeira, em barco, para o exílio da família real. A resposta das forças monárquicas foi frágil e ineficaz, o que facilitou o resultado dos acontecimentos.

[192] Será apoucar de certa forma, escolher a palavra "revolta" à maior Revolução operada em Portugal até à data.

[193] "Importantes" ou não, pois será um mau adjetivo e pior critério interpretativo, o que parece é que em Lisboa a revolução produziu cerca de 70 mortos e mais de 300 feridos, a maior parte civis vítimas de fogo cruzado, mortos acidentalmente a maior parte deles, tão só, por quererem testemunhar os acontecimentos.

[194] Dois anos antes, a cidade efervescera com a visita do Rei D. Manuel II e da sua mão, a Rainha D. Amélia, que ali passaram vários dias, tendo assistido a paradas militares, recebido aplausos de multidões que chegaram, de acordo com os jornais da época, a subir aos telhados para verem o desfile real, em cortejo que percorreu várias ruas da Baixa. A Rainha, por esses dias, andaria às compras numa grande loja do Porto.

Cf. O Tripeiro 7ª série Ano XVI Número 1 e 2 Fevereiro 1997.

[195] Por esta altura, andavam em alvoroço os proprietários de tipoias, carruagens puxadas por cavalos, de aluguer, sabendo que começavam a aparecer pedidos de licença para os primeiros automóveis de praça. É também por volta do ano de 1910 que foi introduzido o taxímetro, que permitia calcular com rigor o preço do serviço. A partir desta altura os carros de praça passam a ser referidos pela forma sincopada de táxi, palavra que deriva de taxa (ou tarifa). Os primeiros automóveis tinham chegado a Portugal poucos anos antes.

> rua do Bonfim, onde ficámos hospedados. O Tio Aníbal, que me foi acompanhar, ficaria apenas uma semana, e eu um ano, por ter ido para o Porto para me matricular no liceu, não tendo ficado matriculado no Funchal, em vista de sofrer da doença do ouvido, que tinha um tumor. E por opinião dos médicos: mandaram que fizesse uma mudança de ares. E então os meus pais resolveram que ficasse a estudar no Porto, não tendo ficado em Lisboa porque já lá se encontrar, em casa do tio Antero, o primo João, que também fez uma mudança (Trigo, 1948, pp. 9-11).

Mesmo tendo em conta os apoios familiares óbvios – as residências dos tios Antero e Júlio para hospedarem os primos, António, João e Micas -, há um certo desafogo na família Trigo que lhes permite opções que a muitos outros seriam interditas. Outro tanto parece passar-se com a "facilidade" de não obter "médias suficientes" para progredir na formação escolar, cuja interpretação familiar não parece digna de nota. Repare-se nesta passagem das *Memórias*:

> No mês de Outubro do ano de 1910, matriculei-me no terceiro ano do Liceu Alexandre Herculano, ficando com número 21 escolar de matrícula. No ano de 1911, como não tivesse ficado com média suficiente para fazer o exame e para não perder mais nenhum ano, no mês de maio matriculei-me na Escola Académica [196]como interno, para ver se cumpria o exame como externo. Não consegui ter média e não estava habilitado a fazer o terceiro ano externamente, tendo desistido e assim fiquei com mais um ano perdido. O primo Filinto também andava a estudar no primeiro ano do liceu neste Colégio, como externo, e também não teve média para ir a exame. No dia 17 de julho de 1911 parti para Lisboa no comboio rápido que saiu da estação da Campanhã às 11:00, foram despedir-se os tios Júlio e Adília, com os primos Beatriz e Filinto. Desta vez na companhia do meu pai que foi ao Porto buscar-me e ainda esteve uns dias hospedado na casa dos Tios (Trigo, 1948, pp. 9-11).

[196] Escola de referência no Porto no princípio do século passado, acabou por fechar por dificuldades económicas, em agosto de 2009. A Escola Académica resultou da fusão de três outros estabelecimentos de ensino particular da época: o Instituto Minerva, o Instituto de S. Domingos e o Colégio de S. Lázaro. O fundador da Escola chamava-se Manuel Francisco da Silva. O fundador da Escola chamava-se Manuel Francisco da Silva. Ainda era estudante quando, em 1880, abriu, exatamente na antiga Rua da Sovela, uma sala de estudos.

Fixadores de memórias ou a memória inscrita

É interessante também conhecer a figura física do menino António Manuel, que se faz presente (em página não numerada do manuscrito, em extratexto, logo no início do mesmo entre as páginas 6 e 7): um menino moreno, cabelo cortado curto de franja muito assimétrica, de ar muito sereno, em foto de estúdio, com a legenda *António Manuel Trigo, com seis anos, Funchal 1898.* O menino tem uma camisola com um padrão de riscas horizontais, como a de certos marinheiros da época, peça de vestuário que se percebe sob um blusão folgado. Usa calças que lhe ficam curtas, denunciando visivelmente as canelas. O calçado é fechado e de aparência robusta. Em cenário de fotógrafo, uma paisagem do Funchal, com rochas à beira-mar e à sua mão esquerda um veleiro de dois mastros, de velas arriadas. Apesar da legenda, a criança não parece ter ainda os seis anos completos.

Ao ver a foto não podemos de fazer um paralelo com outra foto, com traços semelhantes, a do menino Franz Kafka [197]que Walter Benjamin comenta assim (e que entendemos que poderia ter sido, em parte, o comentário à foto de António Manuel Trigo, se Benjamin a conhecesse):

> Foi nessa época que apareceram aqueles ateliês com seus cortinados e palmeiras, tapeçarias e cavaletes, mescla ambígua de execução e representação, câmara de torturas e sala do trono, que nos é evocada, de modo tão comovente, por um retrato infantil de Kafka. O menino de cerca de seis anos é representado numa espécie de paisagem de jardim de inverno, vestido com uma roupa de criança, muito apertada, quase humilhante, sobrecarregada com rendas. No fundo, erguem-se palmeiras imóveis. E, como para tornar esse acolchoado ambiente tropical ainda mais abafado e sufocante, o modelo segura na mão esquerda um chapéu extraordinariamente grande, com largas abas, do tipo usado pelos espanhóis. O menino teria desaparecido nesse quadro se seus olhos incomensuravelmente tristes não dominassem essa paisagem feita sob medida para eles (Benjamin, 1931/1994, p. 98).

A fotografia, como a recordação registada de memórias, é um aparente jogo de claros e escuros em presença, esconderijos, sombras e materializações. Revelação e omissão (esconderijo?) de memórias.

Com enorme serviço prestado ao jornalismo, a fotografia ganhou terreno na Primeira Guerra, não só sendo a testemunha fiel dos acontecimentos, um fixador de memórias, como um aliado nos combates, já que o seu desenvolvimento e mobilidade era sentido dia após dia. O fotojornalista não era um mero espetador, tornando-se uma testemunha do acontecimento, o

[197] Cf. ANEXOS deste trabalho, "Foto de Franz Kafka".

próprio agente legitimador da memória. Graças a ele, os portugueses partilhavam as maiores comoções e mesmo os iletrados emocionavam-se com as imagens das partidas dos seus soldados, e mais ainda com os registos das despedidas, que enchiam as capas, por exemplo da *Ilustração Portuguesa*, a revista mais partilhada, mesmo na frente da Guerra:

> (...) por cima dela outras táboas de caixote, formando etagére,[198]onde pousa um regulamento, uma garrafa de cognac, um copo, um pedaço de sabão, um par de *very-lights,* uma *Ilustração Portuguesa* e um pacote de velas (Costa, 1918, p. 115).

Bons exemplos disto mesmo encontramo-los em 1917 no número 573 da revista, de 12 de fevereiro. *A caminho de Dever: um adeus carinhoso*, é o título da grande foto da partida dos soldados para a guerra, onde se isola um deles e a sua namorada ou noiva, num gesto de carinho destacado de uma multidão de civis e soldados reunidos, emocionados, no cais de embarque, num "cliché" – era o nome dado à chapa fotográfica de negativo - de Benoliel; e no número 585, de 7 de maio, *N'uma estação do Norte: o momento da separação*, "cliché" do "distinto amador sr. António Teixeira, da Régua", no qual um soldado se despede de uma mulher, enquanto um rapaz, ao lado de ambos, olha fixamente para a objetiva (Ver ANEXOS).

Inovação do século XIX, a fotografia marcava a vida do início do século XXI. Ocorre-nos o comentário Sabine Melchior-Bonnet (2016):

> As qualidades de sociabilidade e de reciprocidade assim desenvolvidas alimentarão por sua vez uma necessidade narcísica de reconhecimento e um sobre investimento na imagem especular. O domínio do reflexo é apenas a primeira etapa de uma revolução cultural relativa às relações do Homem com a própria imagem. Com a vulgarização das silhuetas recortadas e depois com os fisionotracistas[199], a necessidade de dispor da própria imagem vai-se acentuar e o direito ao retrato inscreve-se entre os direitos do homem, dimensão nascente da pessoa. Cinquenta anos depois, o triunfo da fotografia completará esta "democratização do narcisismo" (Melchior-Bonnet, 2016, p. 220).

Culturalmente, seguiria um caminho de progressão tão notável que ditaria o pulsar do nosso quotidiano, em especial ao tornar-se digital, graças às novas tecnologias que sempre entenderam as suas potencialidades. Soberana na sociedade do espetáculo que é a nossa, para aceitar a definição de Debord (2021a), que escreveu *A Sociedade do Espetáculo* (e também

[198] No original, em francês: prateleira.

[199] Operado manualmente, o *physionotrace* ou *physionotrace* é um instrumento ótico mecânico. Foi inventado em 1786 por Gilles-Louis Chrétien e utilizado durante o século XIX como uma máquina de desenho capaz de traçar os contornos de objetos e modelos em folhas de cobre. O fisionotraço foi baseado num instrumento anterior chamado pantógrafo, projetado para aumentar ou diminuir com precisão desenhos e esboços de plantas. (Frade, 1992; Lopes, 1996).

Comentários Sobre a Sociedade do Espetáculo (Debord, 2021b)) publicado pela primeira vez em 1967 (Paris, novembro de 1967), por Buhet-Chastel e primeiro passo da etapa cultural da ecranização, que tanto motiva o *homo ludens,* aquele que tornou o jogo como um fenômeno cultural (e os jogos de imagens não são exceção).

Em 2008, Mário Vargas Llosa daria à estampa (Objetiva, 2013) uma obra inspirada no título de Guy Debord, Para Llosa, mais do que "sociedade", A *Civilização do Espetáculo* (Llosa, 2013) Debord e Llosa mostram, em perspetivas diferentes e muito próprias, o duelo entre a cultura original de cada um de nós e a realidade que acabamos por encontrar quotidianamente (essa disparidade é uma distorção que impede, uma vez mais, aceitar a identidade como efeito). Os dois livros fazem-nos pensar em temas como a memória em relação estreita com o saudosismo, e o esquecimento como banalização dos valores que foram nossos e que a vida foi diluindo, construindo alternativas nem sempre muito sólidas ou recomendáveis.

T.S. Eliot, escreveu: "[...]não vejo nenhuma razão pela qual a decadência da cultura não possa continuar e não possamos prever um tempo, de alguma duração, que possa ser considerado desprovido de cultura" (Eliot, 1948/1988, pp. 29-30).

É claro que não esquecemos a limitativa visão espartilhada de Eliot (1948/1988), que considerava a cultura dividida em "três áreas de ação: o indivíduo, a elite e a sociedade no seu conjunto, onde, mesmo havendo um intercâmbio entre elas, cada uma conserva certa autonomia e se encontram em constante confrontação com as outras, mantendo o âmbito social próspero e coeso" (p.30).

Além das fotografias – mais "autênticas" que os desenhos que as antecederam - começarem a ocupar o espaço principal de jornais e de revistas, tinham direito a ter, também, revistas apenas a elas dedicadas. Com artigos de grande utilidade técnica, como *A Arte Fotográfica* (Arte Photographica, 1917)[200] que, em 1917, ensinava a fotografar os olhos dos retratados (páginas 490-491). Os olhos, como o corpo em geral, tinham agora uma nova forma, só aparentemente estática de expressar-se. Finalmente, acreditava-se que a memória do que cada um era podia ser preservada. Com o corpo, exclamava-se o género: a fotografia, num esperado silêncio, era agora o grito perpetuado também das diferenças. Sem ela, não se entenderia a totalidade do nós e do outro. Nem o que cada um podia guardar de si ou dos outros lançando ao futuro os instantâneos do presente. A vida, mas nela as expressões, o sofrimento, a ansiedade, o medo, a espera, a morte – eram retratados com cada vez maior detalhe e cada

200 Arte Photographica era uma revista mensal, com edição de B. dos Santos Leitão. Foi editada em Lisboa, entre 1915-1931 em quatro períodos editoriais, estando mesmo suspensa entre 1919 e 1929. Era seu Diretor, proprietário e editor: B. dos Santos Leitão.

vez mais rapidamente, o que sendo resultado do apuro da técnica não deixava de ser um abalo cultural no modo de cumprir-se socialmente o dia a dia. Como nunca havia sido entendido antes, agora a memória podia testemunhar-se e fixar-se em formato próprio e intencional, podia inscrever-se fazendo parte da vida enquanto ato vivo. A fotografia, o resultado de uma primeira etapa dinâmica e considerável da *ecranização* que hoje enfrentamos, a par talvez, com o espelho que evoluíra com as épocas de modo eficaz e indispensável, até a "manufatura de Saint-Gobin (Melchior-Bonnet, 2016) aperfeiçoar um processo de fabrico capaz de aumentar a produção e de alargar a sua clientela", seria tão revolucionária quanto os bolcheviques, mais eficaz que Lenine entre os sovietes ou Rosa Luxemburgo na Liga Spartacus e Afonso Costa batendo-se contra a Igreja Católica.

Tal como o espelho, mas com uma ´personalidade´ própria, também a fotografia proporcionava "uma nova geografia do corpo, que revela imagens desconhecidas – de costas, de perfil – e estimula o sentimento de pudor e de autoconsciência" (MELCHIOR-BONNET; 2016: 11), o que desafia a atividade percetiva [201]individual de uma suposta – ou procurada? - ´identidade´. Uma espécie de materialização da memória apenas vista - o que nos recorda as palavras de Merleau-Ponty:

> Precisamos de nos habituar a pensar que todo o visível é detalhado no tangível, que todo o ser táctil foi prometido de uma certa maneira à visibilidade e que há invasão, encavalgamento, não apenas entre o tocado e o que toca, mas também entre o tangível e o visível que está incrustado nele. Toda a visão tem lugar algures no espaço táctil (Merleau-Ponty, 1979, p. 177).

Os percursos de António Manuel Trigo passam também e desde cedo, pela fotografia, não só pelo que significa de atraente, como pelo que constitui de atração capaz de captar momentos selecionados, únicos, alfinetes de memória onde o acontecimento produzido se fixa, se inscreve, estático, tornando-os um instante de múltiplos instantes. É por isso que uma fotografia, como a que vimos, do Hospital de Campanha nº 29 do Exército norte-americano (Cf. ANEXOS), ao sugerir a data de 1 de janeiro de 1918, nos ajuda a acreditar, pela data, que a pandemia, sempre referida como tendo origem em 1918, teria começado no ano anterior (o que se junta a outros argumentos e documentos que considerámos neste trabalho). António Manuel Trigo deslumbrou-se, portanto, com a que era uma das maiores novidades do seu tempo, e tornou-se fotógrafo amador. Revelando uma vez mais o usufruto de privilégios, já que esta modalidade não ficava ao alcance das bolsas menos recheadas, tinha laboratório em casa

[201] No uso da expressão – "processadores ativos" cunhada por Piaget, que considerava que somos, todos, processadores ativos.

e ganhou alguns prémios (V. ANEXOS). O seu gosto inseria-se numa muito mais vasta aquisição: os momentos mais revolucionários do ser humano são aqueles que fazem brotar as mais revolucionárias invenções culturais. Porque as revoluções são fenómenos culturais. Os anos de 1910, como o de 1917 (ou o de 1789, para recordar a Revolução Francesa que tanta influência teve no mundo europeu e nas transformações culturais humanas com repercussões atá aos nossos dias, ou o de 1776, para evocar o fim da colonização inglesa sobre as treze colónias americanas) são datas culturais fraturantes. Das manifestações mais vulgares, como interpretar nas mais remotas localidades o hino sob uma nova bandeira, às mais sofisticadas – modelos novos de ensino, de escrita na imprensa e na literatura, o sistema simbólico proposto pela laicização, a utopia do futuro assente no recomeço, em suma, a não identificação com modelos sugeridos de ´identidade´, substituídos por elementos que sugeriam inequivocamente alteridade.

Faça-se notar: quando empregamos a palavra Literatura, incluímos sempre no nosso raciocínio as frases de Eagleton, que tanto se ajustam às balizas que impomos a este pensamento ensaístico e que nos desafiam ao longo de todo este trabalho:

> Se quiséssemos datar o início da transformação sofrida pela teoria literária neste século, a melhor escolha talvez fosse o ano de 1917, quando o jovem formalista russo Vítor Sklovski publicou um artigo pioneiro, intitulado "Art as Device". Desde então, e particularmente nas duas últimas décadas, a teoria literária desenvolveu-se rapidamente: o próprio conceito de "literatura", "leitura" e "crítica" sofreu profundas alterações. Até ao presente momento, porém, apenas uma pequena parte dessa revolução teórica ultrapassou o círculo dos especialistas e entusiastas: o seu impacto maior ainda não foi sofrido pelos estudantes de literatura, nem pelos leitores em geral (Eagleton, 2006, p. XI).

Curiosamente, um dos intelectuais mais pródigo da época, Gramsci, [202]em 1917, anunciava ao mundo a sua opinião e determinava, de um modo revolucionário, que o mal estava na indiferença:

[202] Amado e odiado até hoje, o italiano Antonio Gramsci (1891-1937) foi filósofo, teórico marxista e jornalista. Em 1917, organiza e redige o número único de *La Cittá Futura*, uma publicação da Federação Juvenil Socialista do Piemonte, na qual publica os artigos: *Três princípios, Três ordens Indiferentes; A Disciplina;* e *Margens.* Em alguns artigos e notas publicados em Il Grido del Popolo, em abril e julho, exalta a figura de Lenine e chama a atenção para o caráter socialista da Revolução Russa. No mesmo ano, propõe a criação em Turim de uma associação proletária de cultura e afirma a necessidade de complementar a ação política e económica dos socialistas com um organismo de atividade cultural. Com alguns jovens, funda um "Clube de vida moral". Nesse mesmo mês, trata da tomada do poder na Rússia pelos bolcheviques no famoso artigo *A revolução contra 'O Capital'*, publicado no Avanti! (Gramsci filiou-se em 1938 no Partido Socialista Italiano, tornando-se redator do *Avanti*, órgão oficial do partido).

> Odeio os indiferentes. Como Friederich Hebbel[203], acredito que "viver significa tomar partido". Não podem existir os apenas homens, estranhos à cidade. Quem verdadeiramente vive não pode deixar de ser cidadão, e partidário. Indiferença é abulia, parasitismo, covardia, não é vida. Por isso odeio os indiferentes. A indiferença é o peso morto da história. É a bala de chumbo para o inovador, é a matéria inerte em que se afogam frequentemente os entusiasmos mais esplendorosos, é o fosso que circunda a velha cidade e a defende melhor do que as mais sólidas muralhas, melhor do que o peito dos seus guerreiros, porque engole nos seus sorvedouros de lama os assaltantes, os dizima e desencoraja e às vezes, os leva a desistir de gesta heroica (Gramsci, 1917/2005, citado por Cavalcanti, 2005).[204]

Já que citámos Gramsci, aproveitamos para citar Léon Trotski, uma das principais figuras da Revolução Russa de 1917, que escreveria o título sintomático, *A Revolução Traída*, em 1936. Muito se diria do livro, mas sublinhámos uma passagem em que Trotski cita Marx: "Toda a economia se reduz à economia de tempo, isto é, a luta do homem contra a natureza, em qualquer grau de civilização" (Trotski, 1936, p. 117). Aceitando que "o marxismo cultural" nasce de uma releitura das ideias de *Marx* feita exatamente por Antonio Gramsci, esta frase podia constituir matéria interessante para o debate da ideia de cultura em Marx, ou seja, a fruição marxista de um termo – e conceito: a cultura - que nem lhe é prioritário, visto aqui como um combate condicionado pela "economia do tempo". A destruição da natureza, que consagra o cultural sobre o natural, também nos parece um desperdiçar dessa mesma economia do tempo, acelerado pela falta de contenção humana. De alguma forma, Marx parece ser o precursor do conceito de sustentabilidade, aparecido quase um século depois.

[203] Poeta alemão, nascido em Wesselburen, em 18 de março de 1813.

[204] Trabalho disponível, contemplando os Direitos de Reprodução, em Marxists Internet Archive (marxists.org), 2005. A cópia ou distribuição do documento é livre e indefinidamente garantida nos termos da GNU Free Documentation License, uma licença livre para software da Free Software Foundation. O trabalho é intitulado *Os Indiferentes*, assinado por Antonio Gramsci e datado de 11 de Fevereiro de 1917. Está disponível em linha no sítio https://www.marxists.org/portugues/gramsci/1917/02/11.htm#topp.

A sombra tem mais informação do que a figura
Um "artista" entre as brumas da memória.

Maravilha-te, memória!
Lembras o que nunca foi,
E a perda daquela história
Mais que uma perda me dói.

Meus contos de fadas meus –
Rasgaram-lhe a última folha...
Meus cansaços são ateus
dos Deuses da minha escolha...

Mas tu, memória, condizes.
Com o que nunca existiu.
Torna-me aos dias felizes
E deixa chorar quem riu
(Pessoa, 1930/1990, p. 162).

António Manuel Trigo - e uma das irmãs – desenhavam, como o seu pai e o seu tio Aníbal. António Manuel interessava-se pela engenharia e pela arquitetura, não tanto por convívio direto com o pai e o tio Aníbal, profissionais dessas áreas, mas por uma apetência própria, herança talvez adquirida por testemunho genético. Uma memória utilitária e recorrente?

Longe da craveira ou alcance dos artistas seus contemporâneos, e recordam-se, entre tantos outros e aqui apenas exemplificando, as esculturas e os gessos de Teixeira Lopes, [205]o famoso tríptico do pintor e militar, o oficial José Joaquim Ramos, hoje na coleção do Museu Militar de Lisboa, a divertida caricatura *O Javali Alemão*, de Leal da Câmara [206]ou o retrato de um soldado ferido na guerra, desenhado a carvão por Adriano de Sousa Lopes, que era o pintor oficial do Corpo Expedicionário Português, também António Manuel Trigo cultivou o gosto pelas artes e deixou obras pintadas e fotografias premiadas – de soldados mas não da

[205] É ainda hoje muito referido e visitado o monumento de homenagem aos portugueses mortos na Guerra (em especial os que morreram na batalha de La Lys, construído em La Couture (comuna francesa na região administrativa de Altos da França, no departamento de Pas-de-Calais), pelo escultor António Teixeira Lopes. O monumento foi inaugurado em Novembro de 1928, por iniciativa da Comissão dos Padrões da Grande Guerra. Fonte: Comissão dos Padrões da Grande Guerra, Relatório Geral da Comissão (1921-1936), Lisboa, C.P.G.G., 1936; Relatórios de Gerências da Liga dos Combatentes da Grande Guerra; Relatórios da Junta Patriótica do Norte.

[206] O ilustrador e pintor Leal da Câmara, que nasceu em Pangim, na então chamada Índia Portuguesa, acompanhou a I Guerra, publicando no "Rire", no "Rire Belge", no "Le Caricature", no "L'Assiette au Beurre", no "L'Indiscret", no "Journal Pour Tous", no "Sans-Gêne", no "Le Diadle", no "Frou-Frou", no "Le Cris de Paris", no "Le Bom-Vivant", no "La Vie Pour Rire", no "Le Sourire", no "Le Canard Sauvage", no "Le Carillon", no "Le Humoriste", no "Le Barbare", e tantos outros periódicos. Era famoso pela mordacidade dos seus desenhos onde não poupava intervenientes ou causas.

guerra, que não travou, criando ambiências todavia muito próprias e reveladoras de sensibilidade e sentido estético – também estas bem distantes da dura realidade que se vivia no seu tempo.

António Manuel dedicava-se ao desenho, com tinta da China, segundo as técnicas chinesa e japonesa, que aparentemente dominava com eficácia. Deixou poucas dessas obras à família, e as que deixou não resistiram ao tempo. Outro tanto se passou com as pinturas de uma das suas irmãs, com a qual partilhava gosto e vocação. Ficaram-nos sombras que escondem retratos e paisagens náuticas, ou a mancha que a família tomou por recordação num quadro que fugiu de vez à memória. "Meus contos de fadas, meus", escreveu Pessoa. No entanto, a memória é muito mais do que uma saudade da meninice, ou uma distância, como Fernando Pessoa aqui ressalta, entre a infância e o presente. Às vezes, a sombra tem mais informação do que a figura, como a" mémoire involuntaire" em Proust, in *Em Busca do Tempo Perdido*, que contém a essência do passado e que traduz mais esquecimento que rememoração e é oposta à memória voluntária, na qual definimos a escolha do que queremos fixar como recordação - mas dessa escolha sobressai um manancial de dúvidas. Muito beneficiaria a memória – enquanto instrumento operatório ao serviço da cultura – que se alicerçasse no rigor, o que subentende exatidão, proximidade do inequívoco pela ausência de duplicidade, fortaleza factual, em suma. Seria assim a memória onde o que é, é mesmo; o que se recorda é não só assim o recordável, mas como terá sido mesmo, assim mesmo, capaz de sensibilizar um e outros. O exercício mnésico seria, a nosso entender, mais viável e fiável.

Num calendário, dia, mês, ano, seriam indiscutíveis, por exemplo. Todos sabemos, no entanto, que não é assim. O 18 de Brumário do ano VIII não faz sentido para nós, mas nos registos de Luís Bonaparte era o primeiro dia da era napoleónica. Os seguidores do calendário georgiano trariam à memória o dia 9 de novembro de 1799, com a mesma carga simbólica, mas seria interpelado pelo calendário juliano que seria desfasado do primeiro. Recorde-se que a Rússia manteve o calendário juliano, dito de Velho Estilo, quando o ocidente já utilizava o calendário gregoriano ou de Novo Estilo, pelo que a Revolução Russa é sempre registada no dia 25 de outubro de 1917, segundo o calendário então em vigor na Rússia, mas que corresponde ao 7 de novembro do calendário vigente. Num digladiar de memórias, o rigor podia embater fortemente neste cenário cronológico. Fora do mundo ocidental, a data era mais uma entre tantas no calendário lunissolar chinês, que por estes dias já terá ultrapassado o ano 4000 ou no calendário Judaico, também lunissolar, que já andará a chagar ao ano 6 mil.

O raciocínio aplica-se também se procurarmos a data no calendário asteca, ou no etíope (exclusivo da Etiópia), ou no Juche (exclusivo da Coreia do Norte), no islâmico, que surgiu

633 anos depois do que consideramos a data do nascimento de Cristo, ou finalmente do calendário Maia, onde se previa o fim do mundo, em 2012 (pelo calendário gregoriano).

A frase - *a sombra tem mais informação do que a figura* – parece pouco rigorosa numa primeira leitura, mas entenda-se que a figura revela o que é quando se exibe, a sua sombra, no entanto, deixa ver e antever, descrever e supor, dar a conhecer e imaginar. Um pouco como o registo da memória e o oco espaço em que permite ficar o esquecimento que não se chegou a manter como recordação, isto é, depositada num rincão como presença útil futura. É admissível neste raciocínio a alternância entre recordar e esquecer, onde "a recordação não pressupõe nem presença permanente nem ausência permanente, mas uma alternância de presenças e ausências" (Assman, 2011, p. 166).

O esquecimento, por seu turno, já subentende a ameaça (prenúncio do desaparecimento do passado).

Uma vez mais, recorremos a Walter Benjamin que nas suas reflexões tece uma teia onde se ampara na relação entre imagem, narração e recordação (uma tríade de conceitos, se assim o entendermos, uma tríade conceptual como cultura, memória e entidade, por exemplo):

> Pode acrescentar-se aqui que, na perceção da semelhança, o evento vivido e a rememoração reúnem-se. Como o papel da semelhança na obra de Proust se mostra decisivo, visto de todos os ângulos. A semelhança passa despercebida na constatação formulada por Freud e, ademais, muito reveladora para o conhecimento de Proust: uma vez que ou se pode viver um evento ou então lembrar-se dele, o objeto de uma verdadeira rememoração – da memória involuntária – seria sempre um evento não vivido (Benjamin, 1929/2012b, 1932/2012c).
> Para conhecer a memória involuntária: as suas imagens não aparecem somente sem serem chamadas, mas trata-se antes de imagens que nós nunca tínhamos visto antes de nos lembrarmos delas. Isso é o mais evidente nessas imagens nas quais – tal como em certos sonhos – nos figuramos a nós mesmos. Eis-nos diante de nós mesmos, como estivemos certamente no passado mais distante, mas nunca sob o nosso próprio olhar. E são justamente as imagens mais importantes – aquelas que desenvolvemos na câmara escura do instante vivido – que se oferecem ao nosso olhar. Pode-se dizer que os nossos momentos mais intensos são acompanhados de um prémio, como carteiras de cigarros, uma pequena imagem, uma foto de nosso eu. E essa 'vida inteira' que, como se ouve sempre, desfila diante dos moribundos ou daqueles que se encontram em perigo de morte, se compõe justamente dessas pequenas imagens. Elas apresentam um desfile rápido como nesses cadernos, os precursores do cinematógrafo, em que olhávamos admirados quando crianças, um pugilista, um nadador ou um jogador de ténis no exercício da sua arte (Benjamin, 1991, pp. 1064-1065).

A memória como figura, o esquecimento como sombra - isso leva-nos, por exemplo, ao *Ulisses* de Joyce (1922), obra em que o escritor irlandês trabalhava em 1917, mas só

concluiria em 1921 e publicaria no ano seguinte: *Fecha os olhos e vê!* (Joyce, 1922), que no comentário de Didi-Huberman (1998) ganha uma dimensão tão ativa como profunda,

> o que vemos só vale – só vive – nos nossos olhos pelo que nos olha. Seria preciso assim partir de novo desse paradoxo em que o ato de ver só se manifesta ao abrir-se em dois. Inelutável paradoxo – Joyce disse bem: "inelutável modalidade do visível" (Didi-Huberman, 1998, p. 29).

Nos inúmeros recolhimentos que se impõem aos estudos de cultura, surge nos nossos apontamentos como um exemplo a reter e fica então a nota duplamente interessante da obra da pintora funchalense Lourdes Castro, tida como artista exemplar das sombras dos afetos. Insistimos no duplo interesse, por ser a obra de uma artista do Funchal, a terra de Augusto Trigo, e por ser a artista que conhecemos entre os pintores portugueses que mais trabalhou sobre as sombras, num trabalho de mais de 30 anos, pluridisciplinar e coerente (Gil, 2023)[207]. Nessa multiplicidade encontram-se da instalação à performance, à pintura, aos recortes pintados, mas também gravura, livros de artista, poesia visual (com destaque para os volumes da série *Álbum de Família*, *Lourdes Castro, Além da Sombra*, de 1992[208]), até à cerâmica, aos têxteis - e às *performances* de teatro de sombras (com Manuel Zimbro). As suas obras acabam por constituir o lado reverso da sombra e o que esse mesmo lado revela. São obras que estabelecem uma cumplicidade excecional com os caminhos da memória, mesmo os da memória nacional repressiva. Nas sombras, como um terminal de inquietações extraído às brumas quotidianas, deteta-se o que o objeto forneceu, como a imagem ao espelho, de certa forma, mas de modo ainda mais misterioso: o que se oculta é o que se recorda, o que se vela é o que aconteceu. No espelho, todavia, a única garantia de memória perdurável seria a da imagem refletida de si mesmo por um outro espelho colocado exatamente à frente de um primeiro espelho. O que daí resulta tende ao infinito, imagem refletida pela imagem refletida da imagem refletida. Um cansativo processo de reprodução de uma memória até ao impossível ponto de uma primeira memória de si mesmo. Quase como

[207] Mais tarde, o filósofo Gil (2023) deu-nos uma ajuda preciosa, falando-nos de Jorge Martins. José Gil, num livro editado em outubro de 2023, escreveu:

"Jorge Martins, que explorou a luz e a sombra na génese das formas (sobretudo no seu período nova-iorquino); Lourdes Castro, que, com o seu desenho de sombras, deu uma autonomia própria, à "silhuetagem", como notou o Grupo μ (cf. Gruupe μ. (1992). *Traité du signe visuel, Pour une rhétorique de l ímage.* Paris: Seuil. P.304, nota 13). Que estes dois artistas, entre outros, se tenham focado na análise plástica da sombra parece natural, dentro de uma cultura do "entre", do indefinido, do impreciso, como é a cultura portuguesa" (Gil, 2023, p. 247).

Uma cultura entre brumas, arriscar-nos-íamos a acrescentar.

[208] *Lourdes Castro Além da Sombra* foi o nome dado à grande mostra dos trabalhos da pintora no Edifício Sede da Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa, no ano de 1992. Na altura já contava com 35 anos de trabalho.

> a procura do indivíduo como sujeito [que] foi longa e hesitante, limitada por todo o tipo de interditos. Iniciada pelos homens do Renascimento, teve de abrir caminho entre a desconfiada exigência moral do "conhece-te a ti mesmo" e as regras niveladoras da vida em sociedade (Melchior-Bonnet, 2016, p. 221).

Não se esqueça mesmo assim a advertência de Platão (2005) em *A República* (X,596), quando condena o artifício do reflexo, notando a distorção entre o ser e o seu duplo irreal e fugidio.

Em suma, aceitamos o caminho, por vezes longo e cronologicamente cansativo da memória, que a leva da sombra à exposição, do passado onde se fixou à evocação que procura reavivá-la; um caminho de autoafirmação de um primeiro estremecimento que deseja perdurar (a própria memória) e o efeito da rememoração, um estremecimento consequencial, que deseja o mimetismo, a explicação, o perdurar do momento inicial escolhido para ser registado e recordado (o combate, nem sempre vitorioso, contra o esquecimento). Detemo-nos neste ponto sobre as palavras de Nietzsche (que parece querer elogiar o que das brumas, no reduto último antes da escuridão previsível, deve constituir alimento cultural do organismo): "Toda a ação exige esquecimento, como todo o organismo necessita não somente de luz, mas também de escuridão" (Nietzsche, 2008, p. 21).

Tempo, portanto, de evocar uma outra vez Maurice Halbwachs:

> se as imagens se fundem tão intimamente com as lembranças, e se elas parecem emprestar a estas a sua substância, é que a nossa memória não é uma tábua rasa, e que nos sentimos capazes, por nossas próprias forças, de perceber, como num espelho turvo, alguns traços e alguns contornos (talvez ilusórios) que nos devolveriam a imagem do passado. Da mesma maneira que é preciso introduzir um germe num meio saturado para que ele cristalize, da mesma forma, dentro desse conjunto de depoimentos exteriores a nós, é preciso trazer como que uma semente de rememoração, para que ele se transforme em uma massa consistente de lembranças. Se, ao contrário, essa cena parece não ter deixado, como se diz, nenhum traço em nossa memória, isto é, se na ausência dessas testemunhas nós nos sentimos inteiramente incapazes de lhe reconstruir uma parte qualquer; aqueles que nô-la descrevem poderão fazer-nos um quadro vivo dela, mas isso não será jamais uma lembrança (Halbwachs, 2013, p. 28).

As primeiras sombras, ou melhor, as primeiras obras de Lourdes Castro foram pinturas expostas e reprovadas na Escola de Belas-Artes de Lisboa. Sim, escrevemos bem, ´reprovadas´, já que a censura escreveu sobre elas, a traço vergonhoso de giz, a palavra "excluído": uma locução, tempo verbal que adjetiva, como uma condenação, a incapacidade de manter-se como efeito de memória, já que o que se exclui não exerce o direito de perdurar, de ser recordado; um banimento.

Disse o poeta funchalense Herberto Hélder que

> Eu penso que a memória entra pelos olhos.
> Há umas partes inflamáveis nas paisagens, as que regressam quando vemos a memória a mover-se de fora para dentro
> (Helder, 1977, p. 9).

Na vastíssima cartografia da memória, a exclusão constitui-se como uma guilhotina que separa o efeito da forma causal em que o instante produziu o ato memorável, do seu futuro proibido, mas que neste caso – como em tantos outros conhecidos - estimulou a artista Lourdes Castro, tornando-a parte integrante da sua própria gramática pictórica e estética. Daniel Peres definirá este episódio (com as suas consequências) como "um vestígio do vivido. E os óleos censurados "São como a impressão digital de um acontecimento que esteve em presença. Por outras palavras, transformaram-se em signos que destacam o seu valor *indexical* – como mais tarde teorizaria Rosalind Krauss comentando a arte da década de 1970" (Peres, 2018)[209].

Recordamos a definição de Rosalind Krauss que lança esta ideia de "valor indexical" e nos faz regressar à fotografia, aceitando um nexo cómodo com a pintura:

> Cada fotografia é o resultado de uma impressão física transferida por reflexos de luz para uma superfície sensível. A fotografia é, portanto, um tipo de ícone, ou de semelhança visual, que guarda uma relação indicial com o seu objeto. Tem um valor indexical (Krauss, 1986, p. 203).

Ou ainda a distinção proposta por Rancière (2011):

> A fotografia não se tornou uma arte por pôr em a ação um dispositivo opositor da marca dos corpos à sua cópia. Tornou-se arte ao explorar uma dupla poética da imagem, ao fazer das suas imagens, simultaneamente, ou separadamente duas coisas: os testemunhos visíveis de uma história escrita sobre os rostos ou os objetos e puros blocos de visibilidade, impermeáveis a qualquer narrativização, a qualquer travessia de sentido. Esta dupla poética da imagem como algarismo de uma história escrita em formas visíveis e como realidade obtusa, posta através do sentido e da história, não foi inventada pelo dispositivo da câmara clara.

[209] V. Arquivos Gulbenkian (Centro de Arte Moderna), Lisboa / CAM 00239 Pasta com documentação referente à produção da exposição. Contém correspondência com a artista (na qual se destaca um modelo autográfico de um convite elaborado para o jantar por ocasião da inauguração); dossiê da oficina Ocre, referente ao restauro de uma das peças expostas; datiloscrito da apresentação de José Sommer Ribeiro para o catálogo (e respetiva tradução); recortes de imprensa.1992.

Arquivos Gulbenkian (Centro de Arte Moderna), Lisboa / CAM 00238

Pasta com documentação interna referente a pagamentos de transportes e outras despesas no âmbito da produção da exposição.1992 – 1994

Espólio do CAM, Lisboa / Dossiê de Artista n.º 85

Dossiê de artista com documentação referente a vários processos que reuniram a Fundação Calouste Gulbenkian e a artista Lourdes Castro. Contém informações quanto exposições e aquisições de obras, bem como epistolografia diversa trocada com a autora.1967 – 2011

> Nasceu antes dele, quando a escrita romanesca redistribuiu as relações do visível e do dizível próprios do regime representativo das artes e exemplificados pela palavra dramática (Ranciére, 2011, p. 20).

Repescando a ideia, sugerida por Daniel Peres, de um "vestígio do vivido", a memória é sempre isso mesmo, ou a perseguição de sê-lo: vestígio do vivido. Um termo que ressalta da medicina e que se relaciona com os casos de amputação, pois muitos pacientes com membros amputados continuam a ter uma experiência sensorial vivida do membro que já não possuem, fazem pensar que a memória é ainda a revisitação do invisível. A memória remete-nos ao que foi, ao que passou, ao que se presenciou e já não está patente no quotidiano de quem testemunhou. Afasta-se do que é corporal e imediato e mantém-se, como uma presença ausente, no âmbito das perceções, das ideias, das emoções, capazes de motivar atos e sensações, experiências que, afinal, podem estar em constante mutação.

Pense-se nesse termo – presença ausente – que inspirou, por exemplo, o livro de Borges (2019) sobre a saudade na cultura e no pensamento portugueses, uma forma de abordar um prisma da memória. Na sinopse da obra, o autor permite ler:

> A experiência saudosa, como a seu modo pressentiu e anunciou Teixeira de Pascoaes, embora, porventura sem ter claramente visto todo o alcance dos seus próprios vislumbres, é potencialmente o espaço de um novo começo em termos de abertura e despertar da consciência de renovada cosmovisão, cosmo sensação e cosmovivência e de reorientação da filosofia do domínio da análise lógica, da hermenêutica textual e da especulação teórica para um exercício prático da consciência. Indissociavelmente contemplativo e ativo. Que trazem em si uma nova perceção da realidade, uma nova forma de vida, uma nova espiritualidade, uma nova terapia, uma nova cultura e uma nova civilização (Borges, 2019, sinopse).

A experiência saudosa, a presença ausente, a memória, são elos de uma mesma noção alargada: a de que rememorar é mantimento para relançar a vida e o que pode conter de revisitação e, em simultâneo, ensinamento e futuro. Recordar para avançar, pode ser então uma utopia.

Na linguagem médica, admite-se ainda uma parcela fascinante de conhecimento por explorar: a memória genética. A memória que transportamos e usamos sem que tivéssemos vivido o que a originou, mas que herdámos dos nossos ancestrais, sendo esse um dos atributos dos nossos antepassados que repetimos, mesmo sem ter a menor consciência que o fazemos. Uma memória incontornável e que é nossa por herança, memória não consciente.

No artigo científico intitulado *A influência genética sobre a memória humana: uma revisão*, é este o resumo do tema:

> A aquisição, armazenamento e evocação de informações são processos importantes para a formação da memória. O déficit de memória associado ao envelhecimento foi descrito em 1986 pelo National Institute of Mental Health, e potenciais fatores de risco têm sido investigados, tanto ambientais como genéticos. Assim, o número de trabalhos investigando a influência genética sobre déficit de memória vem crescendo nos últimos anos, com publicações indicando a influência de uma série de genes. Portanto, foi realizada uma revisão sistemática de artigos que investigaram a associação de variantes genéticas e escores de memória. Foram incluídos resultados de todos os artigos encontrados na base de dados Pubmed desde o ano de 2000. A literatura demonstra que genes relacionados ao transporte de lipídios no sistema nervoso (APOE e APOC1), à serotonina (HTR2A e 5-HTTLRP), à dopamina (DRD1, DRD3, DRD4, COMT e DAT) e a outras funções relacionadas à neurobiologia (BDNF e ECA) foram associados a algum prejuízo na memória. Uma vez determinado o perfil genético da população, é de grande importância verificar a interação entre os genes estudados, bem como entre estes genes e fatores ambientais diversos na suscetibilidade ao déficit de memória, possibilitando estratégias de intervenção personalizadas para cada situação, atenuando os efeitos destas variáveis sobre a saúde mental (Andrade, Silva & Bohrer, 2011, resumo).[210]

Em matéria de memória como inscrição, talvez o melhor exemplo de registo memorial seja mesmo aquele que encontrámos no oriente, no *ukiyo-e,* que, entre outras influências no ocidente terá deixado marcas profundas entre os impressionistas. Que relação tem com a memória? Uma relação visceral, indutora de recordações em cima de recordações, como se a pintura levasse para a imagem os atributos do tempo que retrata.

Em tradução apressada, *ukiyo-e* é a arte das imagens do mundo flutuante (o mundo onde as memórias não só se estabelecem, como perduram e diluem, um ciclo contínuo da sedimentação do que há para recordar, revisitado até ao infinito das possibilidades da rememoração). Interessa-nos a técnica como eixo, ponte a estabelecer entre os estudos de cultura e a memória, aliás o único empreendimento desta tese. Leia-se Tanizaki (2008) para um melhor entendimento, e reforço, do que dizemos:

> Toda a arte do *ukiyo-e* é dirigida ao registo da impressão imediata do mundo que nos rodeia, sendo o mesmo tema retomado uma centena de vezes: de manhã, à tarde, à noite; segundo as estações do ano; conforme as fases da lua. Esta conceção da arte interessou muito os pintores impressionistas, assim como os cativou o desenho simplificado, o traço nervoso e rápido, passando o motivo ao

[210] A Revista Brasileira de Biociências substituiu o Boletim do Instituto de Ciências Naturais (Bol. ICN) que vinha sendo editado e distribuído de 1954 até 1970, o Boletim do Instituto Central de Biociências (Bol. ICB), editado de 1971 a 1977 e o Boletim do Instituto de Biociências, de 1977 a 2001. No entanto, o Conselho do Instituto de Biociências da UFRGS, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, reunido no dia 26 de junho de 2019 e após ampla discussão, decidiu que a Revista Brasileira de Biociências seria descontinuada e substituída por um novo periódico, com novo foco e escopo. Assim, a Revista Brasileira de Biociências teve sua última edição publicada em dezembro de 2019. A Biblioteca da UFRGS disponibiliza os fascículos antigos para doação.

> papel, ou à tela, na sequência da primeira impressão sentida (Tanizaki, 2008, p. 9).

Talvez seja a arte do ukiyo-e a que mais se aproxima do que eventualmente poderíamos aceitar (com muito esforço) como identidade cultural – uma forma final, minimal, inalterável – se o processo fosse repetível, até ao infinito da sua mais depurada figuração. Um trabalho de minúcia, de memória, de indiferença perante o que rodeia o ponto de partida. Uma definição perseguida de uma entidade.

A memória com a força da arte

António Manuel Trigo viu e sentiu o que pôde – é que podíamos concluir num jeito intencionalmente simples, indo ao encontro do que ele mesmo (se) relatou. Mas sensibiliza-nos a ideia de aceitar que havia todo um imenso espaço, o ambiente seu contemporâneo e dele parceiro, iluminado pelo mesmo *flash* dos instantâneos que ele tirou (no que escreveu e no que fotografou, como amador, mesmo nas vezes em que foi premiado). Os seus dias estiveram perigosamente perto dos nossos dias – e as memórias deles, desses dias, trilham frequentemente a nossa memória. É um antepassado do que recordamos coletivamente. Dizemos, nesse contexto, que a memória teve a força da arte que o acompanhou.

Espreitarmos para o que diz ter vivido, tornando assim em abuso a base deste trabalho, um atrevimento, por partilharmos o que ele não guardou para nós e aceitar o que contém de fascínio por um espaço de tempo[211] tão telúrico que determinou em múltiplos campos um *antes* e um *depois* que até hoje nos condiciona. Esperamos que valha esse abuso o querer ler com mais clareza as páginas das datas em que António Manuel Trigo estava presente, mas que não enalteceu.

É a antropologia de alguém que aqui fazemos, a antropologia de um espaço – e também aqui evocamos Lévi-Strauss (2017), quando é referido pela associação que desenvolve entre a estrutura do espaço e a organização social dos grupos, as suas afinidades coletivas. Cada ser humano é o espaço antropológico mais singular de cada estudo, conduzindo à interrogação de um lugar de memória e da sua natureza cultural.

Diz-nos por seu turno Halbwachs (2013) que, antes do mais, impõe-se que a memória coletiva "não tenha cessado de concordar com suas próprias memórias e que haja bastantes pontos de contato entre uma e as outras para que a lembrança que nos recordem possa ser reconstruída sobre um fundamento comum" (p. 34).

Em último lugar, o género textual conhecido genericamente por memórias é uma narrativa que resgata acontecimentos passados, factos de época documentados e evocados, no qual encontramos o narrador-personagem como responsável pela retrospetiva. Recupera e reflete sobre o passado individual, contextualizado, no entanto, em termos históricos e culturais.

[211] Espaço + tempo. A escolha da expressão é, a vários títulos, intencional: espaço de tempo. As memórias escritas são preciosas como auxiliares de estudo, porque nos permitem perceber o que aconteceu em lugar definido e tempo certo, naquilo que o seu autor resolveu destacar intencionalmente. Isso é tão aplicável às memórias individuais como a produção de memórias coletivas.

Citando ainda Walter Benjamin, "(...) é irrecuperável toda a imagem do passado que ameaça desaparecer com todo o presente que não se reconhece como presente intencionado nela" (Benjamin, 2004, p. 11).

A música na vida de António Manuel.

> Nietzsche, num de seus últimos escritos, *O Caso Wagner*, defende a ideia de que qualquer pessoa tornar-se-á tanto mais filósofo quanto mais se tornar músico. (Marton, 2020, p. 41).

O ser é uma pluralidade, um potencial infinito de universos

A primeira fase de aprendizagem de António Manuel Trigo inclui aulas de música, particulares – no colégio de música[212] da dona Rosalina, na rua do Aljube [213]no Funchal.

A sua paixão pelas artes incluía com intensidade a aprendizagem e interpretação de temas musicais para violino. Tornou-se um executante capaz, com qualidade para atuar em público e ser apreciado, animando festas e concertos, onde os repertórios eram exigentes e destinados a um público interessado, uma elite que os entendia. Ao longo da vida, tinha fama "de ser uma pessoa muito culta, com uma paciência, educação e moderação infinitas".[214]

António Manuel Trigo tocava e atuava em espetáculos eruditos e circunscritos a plateias selecionadas da ilha da Madeira, dos quais nos dá conta nas *Memórias*, incluindo sob a forma de recortes de notícias de jornal (V. ANEXOS), onde aparece referido.

> Em princípios do mês de Janeiro de 1915 foi organizada no Funchal, uma orquestra sinfónica composta de 23 figuras de vários instrumentos de amadores e profissionais, sob a Regência do chefe da banda militar do Regimento de Infantaria número 27, o senhor Manoel Ribeiro. E eu, assim como o meu primo João, amadores, tocávamos como 'segundos violinos' fazendo parte do conjunto desta orquestra. Nos meses de fevereiro e março esta orquestra realizou no Teatro Funchalense alguns concertos, sobre várias peças de música clássica e que foi muito aplaudido, muito apreciado, tendo tido todas as casas completamente cheias. Em visto de ter sido uma orquestra no género, a primeira vez realizada com bons músicos profissionais e amadores. Jornais da Madeira e alguns do continente fizeram largas referências elogiosas pelo belo desempenho em que todos mostraram grande valor artístico. (Trigo, 1948, p. 16).

Nesta passagem das Memórias, António Manuel acrescentou notas à margem do texto manuscrito, onde refere um concerto da Orquestra Sinfónica da Emissora Nacional, tendo como maestro "o senhor Pedro de Freitas Branco, que foi o primeiro violino no concerto

[212] Música: a arte das musas, segundo os gregos.

[213] Tomamos nota de que a Rua do Aljube, rua paralela à parede norte da Sé Catedral do Funchal, tem este nome evocando a sua origem: a palavra aljube usa-se comummente para designar uma "prisão eclesiástica", edificada em muitas dioceses portuguesas. A instalação do Aljube no Funchal terá ocorrido em 1562 com a chegada das primeiras diretivas do Concílio de Trento, e com a vigência de D. Fr. Jorge de Lemos (c. 1510-1574), o primeiro bispo residente no Funchal. O presídio foi demolido em finais do século XIX (Costa, 1987).

[214] Cf. Conversas com a família, *in* ANEXOS.

realizado em Fevereiro e Março na Madeira em 1915, e que lá voltou 45 anos depois ao teatro municipal". Uma segunda nota diz que possui uma fotografia com o grupo de todos os que tocaram, que guarda como recordação. Uma terceira nota: "a fotografia do Diário de Notícias do dia 6 de Julho vai junta às memórias e é a cópia da que tenho guardada". E diz aos hipotéticos leitores para verem o conjunto de notícias que guarda "no final deste mesmo livro".

Não só através da família Trigo, a música chegava cada vez mais à ilha e

> é curioso que a partir da década de 1890 começam a encontrar-se com muito mais regularidade noticias de eventos domésticos com piano, tais como festas de aniversários, nos periódicos. Até esta altura temos também conhecimento deste tipo de atividades, mas principalmente nos relatos de estrangeiros (Esteireiro, 2016, p. 56).

O piano, instrumento situado no topo dos graus de dificuldade da aprendizagem, era um dos atrativos de uma sociedade burguesa em crescimento que entendia assim a afirmação (ou "situação") social através de atos culturais. Os saraus, em espaço público ou doméstico, e todas as atividades musicais madeirenses, ocuparam os finais do século XIX e o início do século XX como atos dinâmicos de afirmação pela via da sociabilização.

O Funchal, não o esqueçamos, tinha diversos teatros e sociedades de concertos, assim como vários grupos musicais e orquestras, convidando companhias e solistas a atuarem no território. Às famílias ricas juntavam-se na plateia as famílias que desejavam prosperar. Não se esqueça também o incremento da música sacra, com repertórios criteriosos e de qualidade.

> No início do séc. XX, a população residente na Madeira, nomeadamente no Funchal, sentia a necessidade de uma oferta cultural na área da música, uma vez que por questões de descontinuidade territorial essa oferta rareava. Assim, alguns elementos desta sociedade organizaram-se em Abril de 1943 naquilo a que se chamou a "Sociedade de Concertos" que tinha por objetivo a contratação de músicos para a realização de concertos no Funchal. Era também notória a falta de escolas que pudessem desenvolver o gosto e o ensino da música (Conservatório – Escola Profissional das Artes da Madeira, s.d., para. 2).

É excecional a lista das pianistas das Madeira[215]. Palmira da Câmara Lomelino Pereira, por exemplo, foi uma pianista que atuou em saraus musicais no Funchal, durante as décadas de 1910 e 1920. Também lecionou teoria e prática de piano, segundo os métodos da sua mentora, Maria Capitolina Crawford do Nascimento Figueira.

[215] D. Elisa Drummond Carregal, D. Maria Adelaide de Meneses, D. Floripes Gomes, D. Elisa Gorjão Caires, D. Maria Amália Colares Mendes Rocha de Gouveia, D. Maria da Conceição de Meneses Santos Pereira, D. Angelina Pereira Freitas, D. Palmira Pereira, D. Leonor Ferraz Leça e D. Maria Helena Portugal Azevedo Ramos, pianistas (Silva & Meneses, 1940).

Diz Paulo Esteireiro:

> A generalização da prática do piano na cultura musical madeirense ocorreu no primeiro quartel do século XIX e deveu-se a um conjunto de fatores sociais que permitiram a sua aceitação e integração na vida quotidiana do Funchal: o processo de revolução industrial e consequente redução do preço do piano, tornando-o uma tecnologia acessível às classes média e alta madeirenses; fortes relações comerciais da Madeira com Inglaterra, o maior produtor de pianos do mundo no primeiro quartel do século XIX, que permitiram uma fácil importação destes instrumento; estabelecimento do Funchal como uma cidade de reconhecidas qualidades para o turismo terapêutico, o que permitiu um aumento exponencial da procura de pianos no Funchal por parte de uma crescente comunidade estrangeira aristocrática; a necessidade de ocupar o muito tempo livre da mulher residente no espaço urbano, no contexto da aristocracia; as potencialidades do piano que permitiam a sua adaptação a diferentes géneros musicais; a influência de pianistas vindos de Lisboa no período em que a corte foi para o Brasil. Este primeiro modelo explicativo foi construído a partir de um modelo de investigação elaborado pelo musicólogo norte-americano James Parakilas, o qual foi utilizado para explicar o processo de aceitação e generalização do piano na primeira metade do século XIX no mundo ocidental (Parakilas 2002). Deste modo, procurou-se testar se o modelo proposto por Parakilas para o restante mundo ocidental se aplicava também na região da Madeira (Esteireiro, 2016, p. 15).

Anexando mais recortes, e dentro da mesma linha de ação, António Manuel Trigo faz memória da presença, na Madeira, do músico Pedro de Freitas Branco. Esses recortes da imprensa local mostram-no integrado no concerto da Orquestra Sinfónica Nacional, que atuou na Quinta da Magnólia, nos II Festivais de Música da Madeira ou nos concertos no Teatro Municipal e no British Country Club, com a Orquestra Sinfónica Nacional. Esta presença nas memórias tem importância singular; Pedro Freitas Branco e António Manuel eram quase da mesma idade (menos de quatro anos de diferença). Freitas Branco terá influenciado António Manuel nas suas escolhas e preferências musicais e até no desejo de tornar-se intérprete como ele. O maestro afirmou publicamente, ao longo da vida, que a sua vocação para a música tinha nascido ali mesmo, no Funchal, ilha da Madeira. Durante o período em que residiu no Funchal, atuou como violinista e cantor no Teatro Municipal, Casino Pavão e na Sé. Para António Manuel, Pedro Freitas Branco era um símbolo, uma fonte de inspiração.

Em 1916, Pedro de Freitas Branco tomou parte num concerto de Francisco Benetó, com quem, mais tarde, virá a ter aulas para aperfeiçoar a sua técnica de violinista. No concerto de Benetó, Pedro de Freitas Branco "cantou primeiro uma Melodie de seu irmão, o compositor sr.

Luiz de Freitas Branco e, em seguida a Russian Balad, de Th. Koenemann" [216]. Luiz Maria da Costa de Freitas Branco Pedro nasceu dois anos antes de António Manuel Trigo, em Lisboa. Como compositor é considerado uma das mais importantes figuras da cultura portuguesa do século XX. Após iniciar uma carreira como violinista na Madeira, o seu irmão Pedro surgia agora "sob o aspeto de cantor amador". Neste concerto também se apresentou como regente da "orchestra d'arcos"[217] que "se havia reunido para cooperar n'esta festa de Benetó".[218] Pedro de Freitas Branco trabalhou com o maestro Manuel Ribeiro[219] e com a Orquestra Sinfónica, como executante e solista (violino) [220] e ficou conhecido, mais tarde, como maestro da Orquestra Sinfónica da Emissora Nacional. Também desenvolveu uma carreira internacional como regente em diversas orquestras de Paris.

António Manuel Trigo segue de perto a evolução de Pedro Freitas Branco e dedica-se com denodo reconhecido pelos que o rodeavam, à sua própria formação e progressão. Aprender música, numa cidade "pobre e pequena, com demasiadas características rurais" foi um privilégio.

De música sabia, certamente, Fernando Lopes Graça, referido por Ribeiro (2010: 562) a propósito da sua "capacidade" de trabalhar a música popular regional dando-lhe uma grandiosidade das mais exigentes salas de concerto:

> (...) a maneira como o material tradicional podia ser transformado em "versões de concerto". O que aparece como o objetivo principal é a modernização e valorização das fontes tradicionais. Nas suas palavras "o tratamento artístico da música popular portuguesa é perfeitamente compatível com todos os recursos e conquistas da moderna técnica e gramática musicais (...). Ou seja, consciente da dimensão simbólica ao uso da música do povo, usando as suas próprias

[216] Sem conseguirmos comprovar a fonte, acreditamos ter-se tratado da interpretação das *Russian Ballads*, do compositor, pianista e professor do Conservatório de Moscovo, Feodor ou Fyodor Feodorovich Koenemann. Koenemann terá composto mais de cem êxitos, à época. O nome Fyodor, que significa dádiva de Deus, corresponde, fora da Rússia ao nome Teodoro (na grafia abreviada do jornal Th. para Theodore).

[217] Naipe de instrumentos de cordas de arco, base das orquestras até hoje.

[218] De acordo com o Diário da Madeira ("Coleção de Jornais". In *Biblioteca do Arquivo Regional da Madeira* [s.n. recurso digitalizado]. Funchal: publicado em 13/04/1916, na p.1.

[219] De acordo com o Portal de Recursos para a Educação Artística, do Governo Regional da Madeira, "Manuel Ribeiro era natural de Mirandela, onde nasceu cerca de 1884. Músico e militar faleceu em Lisboa, em Fevereiro de 1949, na época com a patente de capitão. Entre 1911 e 1917, com a patente de alferes, foi chefe da Banda Regimental 27, sediada no Funchal. Na época começou a criar composições musicais e ocupou um lugar de destaque na vida musical funchalense, devido ao elevado número de obras que criou e aos espetáculos que dirigiu. Entre as músicas que compôs durante a sua estadia na Madeira destacam-se: a partitura da opereta regional *A Menina dos Bordados*, com texto do jornalista Elmano Vieira; a revista *A Madeira por Dentro*, escrita por Elmano Vieira em conjunto com Júlio do Amaral; *as furnas do Cavallum*; e o *Hino do Diário da Madeira*, uma composição que a imprensa noticiou com destaque". do motor de busca, em linha: https://recursosartisticos.madeira.gov.pt.

[220] Participou em eventos com a pianista Angélique de Beer Lomelino, a cantora contralto Madame Ford, do conservatório de Londres ou o cantor Edward Bolsover. Cantou ainda com pianistas como Palmira Pereira ou Lucinda Teles (Esteireiro, 2016; Parakilas, 2002).

> expressões, Lopes-Graça não renunciou à sua função de intermediário ou de tradutor dessas produções para fazê-las aptas para um contexto que lhes era alheio: o do ritual das salas de concerto e o das técnicas modernas de composição (Ribeiro, 2010, p.562).

O Estado Novo tomaria como sua a cultura popular, nomeada e afincadamente a música regional, remetendo-a a um espaço que genericamente dignou como folclore[221] - do inglês folklore: "conhecimento popular" - procurando gerar um formato de sentimento nacional que mobilizasse as pessoas em torno do poder, tendo, apesar dos esforços, enfrentado reações locais inesperadas. O exemplo está bem presente no sentimento regionalista da Madeira que parece ter sido muito mais forte do que as pretensões nacionalistas da Ditadura. Os conflitos com o governo central, que vinham do século XIX, moldaram a atitude madeirense – também na música. A memória esbateu esses conflitos, que não chegam hoje aos livros de escola - por exemplo, ao omitirem revoltas dos camponeses no final do século XIX, em Gaula, Santa Cruz, em 23 de outubro de1887, uma revolta liderada por mulheres, ou no Arco da Calheta, no primeiro dia de janeiro de 1888, portanto pouco antes do nascimento de António Manuel Trigo:

> Em 23 de Outubro de 1887, estalou em Gaula a primeira rebelião, verificando-se várias manifestações e distúrbios causados pelos povos daquela localidade, principalmente pelas mulheres, que nos campos sempre foram agitadoras terríveis. Três dias depois, cerca de quatrocentos camponeses vindos de Gaula e da Camacha, manifestaram-se junto da Igreja de Santa Cruz, e só dispersaram após a promessa do administrador do concelho de que não seria instalada a Junta de Paróquia. No mês seguinte, de 20 para 21, o Caniço foi palco de manifestações e desacatos ainda mais graves, sendo que, durante a noite, algumas centenas de pessoas invadiram a Igreja, tendo depois destruído a residência paroquial. Já de madrugada, e perante a chegada de um destacamento militar, o povo, concentrado no adro do templo, apedrejou os soldados, provocando-lhes um morto, tendo as tropas ripostado a tiro, matando três populares e ferindo muitos outros (Nepomuceno, 2010, para. 2).

Este confronto com a Junta da Paróquia mereceu o nome, regional, de *parreca,* palavra usada localmente para nomear a Paróquia (Silva, 1950)[222].

Em 1890, nascia aquele que seria, a partir de 1910, o novo hino nacional, desempenhando papel intenso logo no ano seguinte na tentativa revolucionária de derrube da monarquia, a 31 de Janeiro, em 1891. Içou-se então uma bandeira (de um centro republicano,

[221] Repare-se como é a definição de folclore na Wikipédia: "género da cultura de origem popular, que representa *a identidade social* de uma comunidade através de atividades culturais que nasceram, individualmente ou coletivamente, e se desenvolveram com o povo transmitidos entre gerações."

[222] "Designação desdenhosa, crítica, de certo modo odienta, quanto às Juntas da Paróquia, criadas em 1830 no Continente português e em 1835 no Arquipélago da Madeira" (Silva, 1950).

e não a que seria mais tarde a bandeira da República), ao som de *A Portuguesa*: [223]Letra[224] e música [225]nasceram precisamente no contexto da crise do *Ultimatum*, e seria o hino oficial da República depois de 1910. Era uma canção de teor patriótico e uma das expressões culturais surgidas em resposta ao ultimato britânico.

Hino e bandeira, objetos patrimoniais, zénites da simbologia de uma transformação e sociotransmissores (Sperber, 2000)[226] do processo de construção, social e cultural, de novas memórias e da transmissão memorial pretendida. A bandeira republicana, verde e rubra, era uma das utilizadas ainda em tempo da monarquia e parece ter começado a ser exibida nas comemorações do centenário camoniano, em 1880. Notamos que, em 2023, a simbologia em busca da ´identidade` dá mais um passo: "a referência matricial da nova imagem do Governo da República Portuguesa é a bandeira nacional. Nas suas cores dominantes e na sua geometria elementar são encontrados os argumentos visuais identitários que se articulam agora de forma mais sintética, diferenciada e adaptável às condições da comunicação digital", pode ler-se no manual de aplicação da identidade visual, com data de setembro de 2023.

País capaz de reservar surpresas e ineditismos, Portugal merece que alguns focos se detenham iluminando as suas realizações mais inesperadas. Por exemplo, a edição da noite do jornal *O Século*[227], com data de 9 de outubro de 1917, hoje peça delicada de arquivo, enchia uma coluna sobre a presença, na frente de guerra francesa, da música de Portugal, num relato datado de 1 de outubro e expedido de Paris sob o título *O Fado na Trincheira*. O tom é superlativo, transcendente, criativo:

> A velha tradição portuguesa, a tradição das três mil guitarras deixadas pelos nossos no campo de batalha de Aljubarrota, não se perdeu. Há poucos dias ainda, li numa correspondência de França para um Jornal do Minho, que, sempre que lhe é possível, o nosso soldado agarra-se à guitarra e começa a cantar o fado (Osório, 1917).

[223] Dos exemplares impressos em 1890 — ano da composição do hino —pelo menos um integra o acervo da Biblioteca Nacional, proveniente da Coleção Ivo Cruz. O maestro Manuel Ivo Cruz destacou-se como docente e investigador na área da musicologia histórica portuguesa.

[224] Escrita por Henrique Lopes de Mendonça, militar, historiador, arqueólogo naval, professor, conferencista, dramaturgo, cronista e romancista português.

[225] Composta por Alfredo Cristiano Keil, compositor, pintor, poeta, arqueólogo e colecionador de arte.

[226] "Todas as coisas que compõem o mundo (objetos tangíveis ou intangíveis tal como os objetos patrimoniais, seres animados, seus comportamentos e produções), que permitem estabelecer uma cadeia causal cognitiva" (Sperber, 2000, pp. 209-230).

[227] Jornal O Século, quarto ano, nº 1073, edição da noite de terça-feira de 9 de outubro de 1917, número avulso com o valor nominal de 20 centavos, dirigido por Silva Graça, seu proprietário, e editado por Jorge Grave.

A coluna é assinada por Paulo Osório, que partilha em *post scriptum* o seu endereço em Paris, na *Île-de-France* (no nº 9 da rue Chernovitz XVIe, na atualidade, situada a poucos minutos do Instituto Europeu de Jornalismo).

O cinema – memória ao serviço da sobrevivência do espírito.

Para compensar a dura realidade da guerra, o cinema, que dava os primeiros passos como meio de informação, começava de igual modo a criar alguns momentos de entretenimento que alimentavam o imaginário dos consumidores do mundo. Nos Estados Unidos, a indústria cinematográfica, ainda "adolescente", desafiava a moral com uma Cleópatra de formas sinuosas, que tinha a ousadia de exibir-se em público e em trajos reduzidos, considerados fantásticos e insinuantes. Em biquíni, a picante e arriscada atriz Theda Bara fazia furor; o filme era mudo, mas a plateia não ia ouvi-la. Não resta grande vestígio do filme, os museus de arte batem-se por um fragmento, já que *Cleópatra* foi perseguida pela censura e pelo conservadorismo e "morreu" em pelo menos dois incêndios (o dos estúdios da Fox, em 1937, e o do Museu de Arte Moderna, de Nova Iorque, em 1959). *Charlot nas Termas* (The Cure), *Na Rua da Paz* (Easy Street) e *O Imigrante* (The Immigrant) somavam habilidades e bom humor, e faziam esquecer a guerra e a participação dos Estados Unidos, acabada de ocorrer.

Dissipado pela memória, terá sido Emídio Ribeiro Pratas, intérprete no filme *Pratas o Conquistador* (Morais, 2019), ao gosto da comédia de Chaplin, imitando-o: um bom malandro que divertia o público, graças à realização de Ernesto Albuquerque, com o patrocínio do Cinema Condes e que estreou a 10 de julho de 1917. O filme português mais emocionante data de 1917, e é um filme de publicidade apresentado por Raul de Caldevilla, intitulado Escalada à Torre dos Clérigos. O cartaz do filme, que foi resgatado à memória ao ser "descoberto" em 2018 num antiquário de província, mostra a torre dos Clérigos e permite ler a frase *Um Chá nas Nuvens* [228](afinal era o nome do filme), *assombrosa fita de Caldevilla, Porto*. O realizador já tinha sido ator, vice-cônsul em Cádis, agente comercial do governo português (divulgador de vinho do Porto em Portugal e na américa Latina) e promotor, no filme, de uma nova marca de bolachas. Para as filmagens foram contratados os Puortollanos, pai e filho, dois ginastas espanhóis já bem conhecidos no mundo do espetáculo. Ambos subiram os 75 metros da Torre dos Clérigos. Contou-se mais tarde, que nem a multidão que se reuniu em Fátima por altura do 13 de maio de 1917 e nas suas réplicas mensais, juntou uma multidão tão grande, compacta e entusiasmada. Escreveu-se nos jornais que, no Porto, tinham estado150 mil pessoas, assustadas e em êxtase, durante pouco mais de meia hora, que foi quanto demorou a escalada. Lá no alto,

[228] Manoel de Oliveira, rapazinho de 9 anos de idade, assistiu a tudo. Já realizador, 84 anos mais tarde, incluiu excertos do acontecimento no seu filme *Porto da Minha Infância*, datado de 2001.

pai e filho montaram uma mesinha. Beberam chá e comeram as bolachas que afinal publicitavam. Terão lançado sobre a cidade milhares de folhetos, que "enalteciam" as bolachas, demonstrando publicitariamente como eram irrecusáveis e excelentes para o consumidor. A sagacidade de Caldevilla foi filmar tudo isto, lançando nas salas, pouco tempo depois, a tal ´fita assombrosa´, um total de 17 minutos que esgotaram lotações dias seguidos, segundo relatam os jornais da época, locais e nacionais. O filme era a estreia da Invicta Film cuja história começa na década de 1910 e encerra em 1928, deixando bons exemplos de documentários e de filmes de ficção. Artur Costa de Macedo, operador de câmara da Invicta Film, cobre alguns dos momentos mais emocionantes da travessia do Atlântico de Gago Coutinho e Sacadura Cabral[229]. Os Serviços Cinematográficos do Exército português são criados em 1917, o mesmo ano em que os espanhóis da Royal Film fazem, em Portugal, com os meios da mesma Invicta Film, *O Reposteiro Verde*, a partir de um texto de Júlio Dantas.

Pela mesma altura, ruma a Paris Virgínia de Castro e Almeida, filha do Conde de Nova Goa, Luís Caetano, e de sua mulher, Virgínia Folque, que se radica na capital francesa e funda a Fortuna Films, com capitais próprios (torna-se sócia dos seus dois filhos mais velhos) e também franceses e açorianos. O objetivo era o de produzir filmes para Portugal. Nascem apenas duas películas, *A Sereia de Pedra* e *Os Olhos da Alma*, ambos versões cinematográficas de duas obras de Virgínia, ambos ainda com realização de Roger Lion, realizador francês que iniciou a sua carreira em 1917.

Não podemos esquecer, nesta mesma área de atividade cultural, a importância do projeto *European Film Gateway 1914*[230], que se tornou responsável pela digitalização de mais de três mil filmes históricos sobre a Primeira Guerra Mundial. Ou o filme *1917*, de um norte-americano bisneto de madeirenses, e neto do escritor luso-descendente Alfred Mendes (mensageiro na Primeira Guerra Mundial, com apenas 19 anos, e a quem o filme é dedicado). O seu bisavô Mendes era filho de um imigrante português que partiu da Madeira quando os ingleses deixaram de usar mão-de-obra escrava nas plantações agrícolas das Caraíbas e aportaram na ilha portuguesa para recrutar os naturais com o objetivo de os levar para Trindade e Tobago. Este filme mereceu Óscares para a melhor fotografia e melhores efeitos especiais.

[229] Releve-se, mais tarde, o animado e concorrido sarau musical organizado na Madeira em homenagem aos aviadores Gago Coutinho e Sacadura Cabral, no âmbito da concretização do *raidLisboa – Rio de Janeiro*. O sarau foi realizado em *matinée* no Teatro Circo e abriu a primeira parte com uma sessão de cinema do filme *O Patriota*, interpretado por Charlie Chaplin, como refere o Diário de Notícias na sua edição de 15 de junho de 1922. Também foram exibidas filmagens da chegada de Gago Coutinho, Sacadura Cabral, Ortins Bettencourt e Roger Soubiran à Madeira a 22 de Março de 1921, na viagem do *raid*Lisboa-Madeira.

[230] O projeto, riquíssimo no seu espólio, encontra-se disponível para consulta livre no sítio da rede https://www.europeanfilmgateway.eu/content/efg1914-project.

Em 2022, estreou um filme que se relaciona com a mesma temática, evocando 1917 e a Primeira Guerra Mundial, *A Oeste nada de Novo*[231], baseado no livro de Erich Maria Remarque e considerado um filme sem cedências, fiel aos horrores da guerra e indiferente à sensibilidade dos espectadores mais impressionáveis.

Refira-se ainda que José de Matos Cruz (Cruz, 1985) regista duas produções cinematográficas madeirenses: a primeira distribuída pela Eclipse, de França e por George Klein, da Grã-Bretanha. Com o título *Madeira,* era uma película em 35 milímetros, a preto e branco, com uma duração de 90 segundos. O roteiro não refere equipa técnica, mas a descrição do filme é explícita: "Vistas do Funchal. Transporte de bagagem para a praia. Flagrantes do mercado e das ruas. Flores nas varandas. Trabalhadores fazendo cadeiras" (Cruz, 1985, p. 11).

O mesmo livrinho da Cinemateca ainda regista um filme de 1918, *Funchal*, também a preto e branco e de 35 milímetros. A única referência é a da estreia no cinema Olimpia[232], a 20 de março de 1918 (Cruz, 1985).

A primeira exibição cinematográfica na Madeira parece ter acontecido no Funchal, em 1897 e só treze anos depois, em setembro de 190l, chegou a outras localidades, graças a José Maurício Gomes e José Procópio de Gouveia, divulgadores do cinematógrafo ambulante. A primeira projeção terá sido em S. Gonçalo. Note-se que S. Gonçalo ficava nos arredores, no campo e hoje, absorvido pelo crescimento urbano, é parte integrante do perímetro da cidade.

> O animatógrafo foi visto pela primeira vez, no Funchal, no dia 15 de maio de 1897. O espetáculo promovido pelos irmãos Rodrigues – Henrique Augusto (1856-1934) e João Anacleto (1869-1948) – decorreu no *Teatro D. Maria Pia* (atual *Teatro Baltazar Dias*) e foi, segundo a imprensa, do agrado geral. O programa das primeiras sessões era composto por doze curtas-metragens, registos documentais *à moda dos irmãos Lumière*, complementadas pela música de uma orquestra. Estas películas, de origem francesa e de formato *Joli-Normandin*, datam de 1896 e 1897 (Almeida, 2017, p. 5).

[231] Filme realizado por Edward Berger, a Oeste Nada de Novo é a adaptação do livro alemão Im Westen nichts Neues de 1928.Recebeu quatro *Oscars* em 2023: melhor filme internacional, melhor direção de arte, melhor trilha sonora e melhor fotografia.

[232] A 18 de maio de 1912 abria, no coração da cidade do Porto, na rua Passos Manuel, o Cinema Olímpia. Na altura chamado "Olympia Kinema Teatro" foi aberto por Henrique Alegria, responsável também pela construção da sala.

Em Lisboa, o *Salão "Olympia",* situado na Rua dos Condes, em Lisboa*,* foi inaugurado a 22 de Abril de 1911. Propriedade da *"Empresa do Olympia, Limitada"* de Leopoldo e Henrique O'Donell, Júlio « La culture dans notre société est un système symbiotique-antagoniste de multiples cultures, dont aucune n'est homogène »Petra Viana e Victor Alves da Cunha Rosa, - os mesmos que viriam a fundar o *"Salão Lisboa",* e inaugurado em 20 de Novembro de 1915 - o *Salão "Olympia"* tinha cabina de projeção de filmes isolada da sala de espetáculos, salões para concertos, gabinete de leitura e restaurante, tornando «esta casa de espetáculos como a primeira da capital". FONTE: https://restosdecoleccao.blogspot.com/2014/10/cinema-olympia.html

António Manuel Trigo não refere o cinema entre as suas preferências, mas acreditamos que não lhe ficasse indiferente, pelo apelo que tinha de modernidade e atualidade, pela juventude e um ineditismo cultural que alterava e contagiava e que fazia substituir pela fantasia e pelo sonho as dores de um mundo agredido por todas as circunstâncias e desaires.

Numa pequena biografia de Herbert Marcuse, Jean-Marie Domenach afirma que: "[Marcuse] ajuda-nos a perceber o mundo em que vivemos. Não creio que nos ajude a substituí-lo" (Domenach, Clair & Chirpaz, 1970, p. 51). O autor das *Memórias* que estudámos, ajuda-nos a perceber o mundo em que viveu e até aquele em que vivemos, mas não se creia que, por vontade sua ou nossa, nos ajuda a substituir esse ou outro mundo, por qualquer alternativa. António Manuel Trigo persegue, de certo modo as suas utopias, na concretização deste sonho que é a partilha da sua vida com os que ficarão depois dele.

Em matéria de utopias, a propósito, registe-se esta passagem

> A utopia é um sonho, mas não é um sonho qualquer. É aquela espécie de sonho que acaba com todos os obstáculos e com todos os limites. Através dela, o homem julga-se antecipadamente dono de uma história que é capaz de construir, uma vez que é capaz de imaginar. É apenas, portanto, expressão da imaginação, que é uma das formas de liberdade de pensamento. Nela o homem anula a história que é obrigado a suportar e é por isso que aquilo que ele anula são, em primeiro lugar, os limites e obstáculos que o entravam. O homem que sonha venceu a inércia do mundo e, na utopia, venceu a dura necessidade da história (Domenach et al., 1970, p. 119).

Estudar na República

Também a frequência de aulas em regime particular denota privilégio: Trigo recorreu ao ensino privado sobretudo por questões de saúde, mas evidenciando as capacidades económicas da família. De salientar ainda que, não havendo no final do século passado grande oferta escolar, em contrapartida, nos nossos dias, Santa Luzia é uma das freguesias do Funchal que mais escolas congrega no seu espaço territorial, bem diferente do que ocorria na época do estudante António Manuel.

Registe-se que, muito antes, a Carta Constitucional de 1826, constituiu o documento que colocava entre os direitos civis e políticos, a Instrução Primária, gratuita a todos os cidadãos.

> (...) a grande inovação em termos de estrutura organizacional do ensino, verificou-se através do Decreto de 18 de Junho de 1896 onde, mediante o Regulamento Geral do Ensino Primário, se introduziram a regulamentação administrativa e o recenseamento escolar. Desta forma, a estrutura curricular passou a organizar-se em quatro classes, sendo o 1o grau composto pelas 1ª, 2ª e 3ª classes e o 2º grau constituído pela 4ª classe, embora em 1901, a frequência obrigatória se limitasse apenas ao 1º grau de ensino. Este, contemplava apenas um currículo de iniciação, constituído por leitura, escrita, cálculo, doutrina cristã, agricultura, desenho e ginástica, embora os lavoures integrassem o currículo feminino. Quanto ao 2º grau, correspondente à 4ª classe, além de a sua frequência possuir um carácter facultativo, o seu currículo era mais aprofundado, pois incluía aritmética, gramática, ciências naturais, história pátria e educação cívica. A nova exigência na implementação da obrigatoriedade escolar, apresentou-se através do Decreto no 8, de 24 de Dezembro de 1901, que considerava indispensável o exame do 1º grau para o acesso a lugares públicos, o que constituiu simultaneamente, o início da relação entre a aquisição de um diploma (sinónimo de sucesso escolar) e a valorização socioprofissional. Deste modo, a aquisição do diploma de 1º ou 2º grau, ao definir as metas da aprendizagem, criou o embrião do atual binómio sucesso/insucesso escolar. Contudo, não obstante a implementação de todas estas medidas educativas, em 1911, cerca de 75% da população portuguesa, estimada em seis milhões de habitantes continuava analfabeta (Mendonça, 2001, p. 60).

Mais tarde, o Estado Novo assume uma perspetiva muito diferente face ao ensino, defendendo que "(...) para ensinar a ler, escrever e contar, basta saber ler, escrever e contar e saber transmitir o que se sabe" (Sampaio, 1976, p. 47). Essa opção contribuiria para um atraso profundo nas populações, cujas cicatrizes ainda hoje são visíveis.

Seguindo uma das suas vocações e o exemplo familiar do pai e do tio, António Manuel Trigo começa por tentar a sua sorte em arquitetura, nas Escola de Belas Artes[233]. Os resultados obtidos contradizem as dificuldades iniciais de aprendizagem do jovem António, já que revela bom aproveitamento. A sua paixão, no entanto, sobrepõe-se e insiste numa formação militar.

Explica-nos o Tenente-coronel Pedro Marquês de Sousa que

> Na segunda metade do século XIX, as escolas regimentais foram regulamentadas para garantirem também uma melhor preparação dos quadros do Exército (cabos e sargentos) acabando por contribuir para a promoção hierárquica e social dos sargentos à classe de oficial, realidade que teve alguma influência no desenvolvimento do movimento republicano no seio da instituição militar. No início do século XX, a implantação da República encontrou um país com uma taxa geral de analfabetismo na ordem dos 70 % e que nos efetivos do exército era superior a 40 %. Um século depois da criação das escolas regimentais, a reorganização republicana de 1915 voltou a dar grande importância à alfabetização das crianças, com a criação de escolas primárias nos quartéis. (...) Com o Estado Novo, as escolas regimentais voltaram a ter grande importância, contribuindo, de forma significativa, para a redução da taxa geral de analfabetismo para cerca de 50 % em 1940, enquanto cumpriam a missão integradora, cultivando na sociedade os princípios doutrinários do regime. As escolas regimentais, contribuindo, de forma significativa, para a redução da taxa geral de analfabetismo para cerca de 50 por cento em 1940[234], cumpriram a missão integradora, cultivando na sociedade os princípios doutrinários do regime (Sousa, 2017).

Assim a República, na reorganização de 1915, promoveu a criação de escolas primárias nos quartéis, mantendo a prioridade à alfabetização da população masculina adulta canalizada, perante o esforço de Guerra, para as suas fileiras. De acordo ainda com Marquês de Sousa[235]

---

[233] A reforma do ensino de 1911 faz surgir o Decreto que reorganiza as Escolas de Belas-Artes, com a extinção da Academia de Belas Artes (que já fora Academia Real de Belas-Artes, desde 1862, e Academia Nacional de Belas-Artes, depois de 1901).

[234] Catorze anos depois da Ditadura ter esmagado as iniciativas de alfabetização da Primeira República portuguesa, o que denota progresso lento já que o regime se gabava da estabilidade. A cultura, todavia, não era prioritária, menos ainda a alfabetização nacional. Em 1930, assevera-se, 70 em cada 100 portugueses não sabiam ler. O analfabetismo era uma virtude para os salazaristas que ressuscitaram a ideia de que o povo português "não sentia necessidade de aprender", frase que aparece citada no Decreto-Lei nº 38968, de 27 de outubro de 1952 e constaria do anterior relatório da Câmara Corporativo, D.S. de 4 de março de 1938.

No ponto 10 do D.L 38968 pode ler-se: "O analfabetismo, mormente entre as populações rurais, é devido a circunstâncias de diversa natureza, mas a sua mais funda razão de ser reside, como já alguém salientou, no facto de o nosso povo, "pela sua riqueza intuitiva, pelas condições da sua existência e da sua atividade, não sentir a necessidade de saber ler". Já Ramalho Ortigão, com penetrante visão do problema, afirmava, em 1883, que "a instrução fecunda para um povo não é a que os governos lhe abonam, mas sim a que ele de per si mesmo solicita." E acrescentava: "uma das provas desta verdade está no bom número de escolas de instrução primária fundadas em Portugal sem que ninguém as frequente. Muitos dos edifícios construídos para escolas pelo legado do conde de Ferreira estão ainda hoje desabitadas ou utilizadas para outros usos. ISTO DEMONSTRA QUE O POVO NÃO SENTE A NECESSIDADE DE APRENDER" (Câmara Municipal de Lisboa, 1938).

NOTA: Maiúsculas nossas.

Cf. https://www.revistamilitar.pt/artigo/498.

[235] Op. cit. In *Conclusão*

"foi no Exército que nasceu, no século XIX, o primeiro sistema de ensino primário em Portugal, devidamente organizado, uniforme e com uma considerável distribuição territorial".

Recorde-se que a Carta de Lei de 6 de Novembro de 1772, proposta pelo Marquês de Pombal, criou centenas de escolas, às quais foram afetadas 479 mestres de ler, escrever e contar, sendo a manutenção dessas escolas, mais as 47 criadas pelo Alvará de 11 e novembro de 1773, garantidas pelo 'subsídio literário' - Lei de 10/11/1772) (Gomes, 1989, p. 10).

De igual modo, Magalhães (2012), ao reformular as Escolas Regimentais, confiadas ao Ministério da Guerra, ficava proclamado que "uma sociedade só pode progredir quando os seus membros possuam uma desenvolvida educação e uma instrução essencialmente prática", o que conferia um tom utilitário à visão utópica republicana de um homem novo e capaz para os novos desafios da República, onde a educação era uma das missões. A formulação laica da missão de criar "o homem novo" estava nas suas prioridades, sendo, todavia, uma forma herdada do Iluminismo – destinada à iluminação do indivíduo/cidadão. As próprias metáforas envolventes fazem disso prova: a tradição republicana – *a luz* - de promoção da escola laica por contraponto ao obscurantismo monárquico – *as trevas*.

Assistiremos mais tarde a metáforas idênticas no período da revolução do 25 de Abril de 1974, com a promoção da escola democrática – *a luz despertadora* - em oposição à *longa noite fascista* – o obscurantismo sombreado do passado.

Em suma, o cumprimento de uma missão que é ideológica e utópica, simbólica e diretamente ligada às necessidades reais dos tempos em que é produzida.

Diz-nos Pintassilgo (s.d.) e Pintassilgo (1998):

> Um dos principais lugares-comuns que atravessava grande parte dos discursos difundidos entre o final do século XIX e o início do século XX, designadamente (embora não especificamente) os oriundos do campo republicano, era o que considerava a educação como fator principal do progresso das sociedades. A importância dessa conceção resultava da conjugação das influências iluminista e positivista. No que diz respeito ao republicanismo, podemos mesmo considerar o positivismo, ainda que não um positivismo ortodoxo, como a sua grande fonte doutrinária. Bem na linha do organicismo que caracteriza essa corrente, o republicanismo imaginava a República como momento de Regeneração social, ou seja, de construção de uma nova era, ainda que enraizada no passado da comunidade nacional, mas que a retirasse da decadência em que havia caído, segundo se acreditava, por responsabilidade da Monarquia (Pintassilgo, s.d., pp. 1-15).

À época, os mais recentes modelos e formas escolares de educação sobressaíam na Europa sob a designação generalista de "pedagogia moderna". A I República vai adotar a designação de "educação nova" que procura aplicar nas chamadas "escolas centrais".

Preocupava-a sobretudo afastar-se das "escolas paroquiais", suas antecedentes, e inspirava-se num modelo de importação, das chamadas escolas graduadas. Para a República era fundamental que se "construísse" o "homem novo" - *o homem [que] vale, sobretudo, pela educação que possui*, como se lia no preâmbulo do Decreto de 29 de março de 1911, destinado ao ensino infantil, primário e normal -, a partir da criança, que ocupa o centro e é ponto de partida do processo educativo. A República procura preparar-se assente numa educação popular. A sua missão educativa é a da construção de novos cidadãos, afinal os republicanos de uma República futura preparados para os desafios do futuro. Em 1917, meses antes da ditadura de Sidónio Pais, o regime apoia uma ação de feição pedagógica e ao mesmo tempo demagógica, distribuindo pelas escolas portuguesas doze cartazes de uma série intitulada *Quadros Educativos*. Eram trabalhos de assinados por A. Quaresma, F. Guedes, Hebe Gonçalves, Hipólito Collomb**,** as irmãs Helena**,** Mamia e Raquel Roque Gameiro**,** Rocha Vieira**,** Alonso e Alberto de Sousa e ainda Stuart de Carvalhais**.**

A Associação das Escolas Móveis pelo Método João de Deus - fundada em 1882 por iniciativa de Casimiro Freire, um negociante abastado, admirador de João de Deus e da sua Cartilha Maternal[236], publicista republicano e defensor da educação popular, organizou um conjunto vasto de missões (487, entre 1882 e 1921) tendo em vista a alfabetização de adultos (mas também de jovens e crianças) com base na Cartilha Maternal. Essas missões tinham, originalmente, uma duração máxima de três meses, posteriormente alargada.

Um "homem novo" empreendedor, missionário laico de um novo regime regenerador, a República, que tinha como missão criar um tempo próspero, culto e justo para todos. Para isso havia que aprender e ensinar os novos valores. O conceito de escola republicana foi consagrado, entre outros, por João de Barros, professor, publicista e político, um dos pedagogos mais influentes da primeira República. João de Barros entendia que "republicanizar a escola, fazer educação republicana, é inspirar a nossa pedagogia nos princípios educativos absolutamente contrários àqueles que dantes seguia e adotava a escola portuguesa e também ensinar o aluno o mais arreigado amor à pátria" (Reis, 1979, p. 51). Para ele, o fim da escola era o de "desenvolver e espalhar o ideal patriótico e o ideal republicano – e ambos eles são uma e a mesma aspiração – desde a escola infantil".

Não menos importante é o pensamento de Sérgio (1915) sobre esta matéria, nomeadamente no que apresenta como a Educação cívica e ainda com a discussão em torno de

[236] *A Cartilha Maternal* foi publicada em 1876. De natureza eminentemente pedagógica foi escrita pelo poeta e pedagogo João de Deus. Destinava-se a constituir a base a um método de ensino da leitura às crianças.

conceitos importados, nomeadamente os de *self-government* e o de *self-support.* António Sérgio e Alexandre Herculano encontram na Inglaterra o farol que podia orientar o progresso, com o argumento de que o seu desenvolvimento, o seu motor é a educação.

> Aluno do Instituto Jean-Jacques Rousseau, em Genève, António Sérgio redige em 1914 uma série de artigos que serão publicados em livro, no ano seguinte, com o título *Educação Cívica*. Apesar de não ser uma obra marcada pela originalidade, uma vez que pouco mais faz do que adaptar um conjunto de ideias que circulam nos meios da educação nova, ela define um momento simbólico na reflexão pedagógica em Portugal (Nóvoa, 1994, pp. 501-518).

O 14 de maio de 1915

Anos antes da entrada do estudante António Manuel Trigo no mundo da aprendizagem da vida militar, com o desejo de vir a ser oficial, outro acontecimento, que afeta diretamente Portugal e sobretudo a Escola de Guerra e aqueles que em breve seriam colegas de António Manuel, agita a República portuguesa e é, uma vez mais, um dos seus episódios vergonhosos e sangrentos: mais um golpe de estado em Portugal, este liderado por um major de Infantaria, Álvaro de Castro, e pelo general Sá Cardoso (nos anos de 1917–1918, integrou o Corpo Expedicionário Português e tomaria parte na resistência contra a revolta sidonista).

António Manuel Trigo dois anos passados vai ter como comandante do corpo de alunos da Escola de Guerra o capitão Simões de Sousa, que ficará na história pelo papel desempenhado no 14 de maio de 1915 que aqui referimos e que, repita-se para memória revisitada, foi uma das datas c das mais sangrentas da I República portuguesa.

Façamos aqui uma breve leitura da data, do seu contexto e das suas causas e consequências.

Depois de quase oito séculos de Monarquia, a qual ficou reduzida a muito pouco, sem uma aparente nostalgia da cessão que justificasse mais do que a desambição ou a indiferença, remetida dentro e fora do País a um idealizado telheiro de abrigo para os mais conformados, nostálgicos e crédulos numa hipótese ténue de restauração ou de retorno aos tempos áureos, a República, ocupando o seu lugar, desejava-se agora como coisa nova e transformadora, não uma nova *identidade* para o País, mas a consolidação de um desejo que era a força motriz da Revolução, isto é, uma nacionalização das massas sob a custódia de um novo regime assente na utopia de uma mobilização política reformista e revolucionária, assente nesse messias improvável a que alguns chamavam "o homem novo". Desejava-se a construção de um espaço (cultural) igualmente novo, construído no mesmo espaço (cultural) que definhara com os anos. Um lugar onde a memória, o passado, era apresentado, nem sempre fora da verdade, como um conglomerado de coisas vãs e traumatizantes; o presente um lugar (periclitante) de construção; e o futuro um paraíso terreno, uma utopia a alcançar pelo caminho edificante da cidadania e dos seus membros ativos e transformadores, os cidadãos republicanos, certamente resultantes de uma formação ativa, de cidadania e de civismo, capaz de produzir novos resultados, pelo menos, a médio prazo. Essa visão não deixa de influir a ideia de memória: por um lado, a memória individual que mostrava muitos indivíduos sem conhecimento de causa nem domínio do que se passava no País (um país rural, pouco culto e muito pouco desenvolvido, enfermo de muitas carências), por outro, um desejo ambicioso, de matriz reformadora, revolucionária e

messiânica, carregando às costas a bagagem pesada de uma coisa pública, para a qual não havia ainda formação nem entendimento. O novo ambiente revelava "meios sociais efervescentes", como diria Durkheim (Halbwachs, 2013)[237], quando estabelecia uma correlação dialética entre o dinamismo criador dos grupos humanos – a sua "efervescência" - e a organização de representações simples, referentes ao cosmos (ao global) ou ao ambiente inerte da sociedade considerada (o local).

De certa forma, estabelecia-se aquilo a que Jacques Le Goff chamou "um par ocidental e ambíguo, o par antigo/moderno" (1990:167):

> O par antigo/moderno está ligado à história do Ocidente, embora possamos encontrar equivalentes para ele em outras civilizações e em outras historiografias. Durante o período pré-industrial, do século V ao XIX, marcou o ritmo de uma oposição cultural que, no fim da Idade Média e durante as Luzes, irrompeu na ribalta da cena intelectual. Na metade do século XIX transforma-se, com o aparecimento do conceito de 'modernidade', que constitui uma reação ambígua da cultura à agressão do mundo industrial. Na segunda metade do século XX generaliza-se no Ocidente, enquanto é introduzido em outros locais, principalmente no Terceiro Mundo, privilegiando a ideia de 'modernização', nascida do contato com o Ocidente A oposição antigo/moderno desenvolveu-se num contexto equívoco e complexo. Em primeiro lugar, porque cada um dos termos e conceitos correspondentes nem sempre se opuseram um ao outro: 'antigo' pode ser substituído por 'tradicional' e moderno, por 'recente' ou 'novo') e, em seguida, porque qualquer um dos dois pode ser acompanhado de conotações laudatórias, pejorativas ou neutras (Legoff, 1924/1990, pp. 167-168).

No enquadramento histórico que desde 1890[238] se agudizava – a história convulsiva de Portugal é aquela que António Manuel Trigo conhece desde o berço até à formação como jovem adulto e adulto pleno –, Portugal faz da conflituosa dinâmica de crises que caracterizam o final da Monarquia e a implantação (e desenvolvimento titubeante) da República, um reduto *interacionista,* onde se testemunhava uma novíssima interação entre o indivíduo e a cultura, na idealização de um lugar comum com novas regras, mas que era, ao mesmo tempo, a dinâmica, paradoxalmente pouco regrada, de um país que parecia, de certa forma, não caber na sua pele, ou melhor, dentro das suas fronteiras, necessitando de um desafio internacional que catapultasse o processo político nacional, tão agrilhoado pelos seus próprios limites, para um cenário de reconhecimento internacional.

[237] Émile Durkheim que tanto se tornou presente no pensamento de Maurice Halbwachs. Durkheim considerava impossível conceber o problema da evocação e da localização das lembranças se não tomarmos para ponto de aplicação os quadros sociais reais que servem de pontos de referência nesta reconstrução que chamamos memória (Halbwachs, 2013).

[238] Não esquecemos a agitação política subsequente à crise do *ultimatum,* que deflagra em Janeiro de 1890, e a crise financeira de 1891, onde as finanças do Estado e o sistema bancário colapsaram.

A amálgama dos resquícios da Monarquia, com a profusão de projetos individuais de poder emergindo todos os dias da (quase) democracia republicana, eram, afinal, uma mesma disfunção.

António Manuel Trigo sente-se arrastado neste turbilhão, mostra-se discricionário, ou pelo menos descrente da Democracia. É nessa ótica que aplaude Sidónio Pais, chegando a hora. Mas outro tanto se passa entre as classes trabalhadoras, progressivamente deslocalizadas do campo para as cidades, e cada vez mais cansadas pelo trabalho e pela miséria, pelas condições económicas dos baixos salários e pela falta de condições de higiene, saúde, habitação e pelas sucessivas crises do regime que dificultavam esperanças, sonhos e o quotidiano feito de desafios insuportáveis. Por isso muitos se entusiasmam com o golpe, logo arrependendo-se (por exemplo, a começar porque Sidónio não reforma coisas fundamentais, piora outras, recebe mal os que combateram na Grande Guerra e não apoia os que ainda lá estão, restabelece a censura na imprensa, sobretudo na imprensa operária[239]) e até em setores como os sindicalistas anarquistas que apoiam o golpe sidonista, mas que ficarão à mercê das novas disposições governamentais, agindo em princípios diametralmente opostos aos seus.

Intercala-se a reflexão de Ferreira (1996), quando diz que

> o sidonismo pode caracterizar-se como um movimento inicialmente militar que desencadeou o culto populista de uma personalidade para, a partir de Outubro de 1918, voltar a ser influenciado pelo elemento castrense através das Juntas Militares e através das forças que se opuseram a estas. (Ferreira, 1996, p. 69)
> Assim, forma-se a 7 de dezembro de 1917, uma Junta Revolucionária, presidida pelo Major Sidónio Pais que, no dia seguinte, publica duas proclamações que têm em comum silenciar a origem militar do golpe de Estado, e incluir a mesma

[239] O papel dos operários e do movimento operário na época sidonista foi alvo de trabalhos detalhados, e análises importantes, por exemplo de António José Telo, César Oliveira, Fernando Medeiros, Fernando Rosas, Manuel Villaverde Cabral, Joana Dias Pereira, José Pacheco Pereira, Maria Alice Samara, Paulo Eduardo Guimarães, entre outros. A leitura que deles fizemos consagra uma opinião: não encontramos uma guerra aberta sistemática entre os operários e os republicanos – o que lemos ousa constituir a ideia de um esgotamento gradual desse pressuposto, coincidente com uma linha historiográfica-analítica concreta -, mas, pelo contrário, uma crescente tomada de posição e força do sindicalismo que só vai progredir graças à existência da República e abafar-se com a Ditadura e o pós-28 de maio de 1926.Tanto a Monarquia constitucional como o Estado Novo criaram outros cenários para a classe trabalhadora; de 1926 a 1974, o registo acusa a repressão do movimento sindical livre; os sindicatos, é sabido, ficam sob a tutela e rigorosa vigilância do governo. A mais interessante das leituras, pareceu-nos a da obra *O Sindicalismo em Portugal*, de Manuel Joaquim de Sousa. Edições Afrontamento, 1972.

Note-se que César Oliveira considera "particularmente significativas as tréguas concedidas pela União Operária Nacional à ditadura de Sidónio Pais durante os seus dois primeiros meses, o que lhe permitiu consolidar-se" (Oliveira, 1995).

"Sidónio surgiu com um programa que destacava
A promessa de não mais partirem soldados para França;
A pacificação da família nacional;
A resolução da questão das subsistências e uma política equilibrada de preços e salários;
A libertação dos presos por questões sociais" (Oliveira, 1995, p. 696)
Promessas não cumpridas e falhadas.

> expressão *Império da Lei*, mas diferirem na tónica republicana. Enquanto a primeira proclamação se limitava a dizer que "Venceu a República contra a demagogia", já na segunda, as referências à forma republicana do regime político são mais empenhadas, chegando-se até a referir que "Triunfou a Revolução que representa a República generosamente proclamada em 5 de Outubro" e que o objetivo da Junta Revolucionária é o de "garantir a existência da República, manter a ordem, assegurar o Império da Lei e exigir o respeito pelas vidas e propriedades (Serrão, 1989, p. 198).

Egas Moniz, então chefe dos centristas, atribuiu ao facto de o movimento insurrecional de 5 de dezembro de 1917 se ter produzido "quase exclusivamente na esfera militar", à rápida normalização da situação (Moniz, 1919, p. 81).

Uma constatação simples do que está sempre presente nos momentos de mudança mais violentos e mais radicais é que afinal muda-se um regime em poucas horas, em especial se existir poder de fogo ao serviço daqueles que decidem a mudança, mas não se mudam mentalidades, comportamentos, conservadorismos, passadismos ou memórias, que serão os principais adversários dos que querem mudar. Por isso a República foi o ponto de encontro de muitas frustrações, saudosismos e conflitos. Época de golpistas, de trauliteiros[240], de pequenos e grandes delinquentes, de assassinos e terroristas, de caciquismo, de atentados, de bombistas e conspiradores, de intriga "palaciana" (que se fazia mais nos cafés e nos jornais do que nos palácios), plena de azedume, ódios e traições, desejos de vingança, malogros, deceções. Um mau ambiente que era, afinal, a amplificação dos maus dias vividos na Monarquia, que fomentara até uma guerra civil fratricida que deixara cicatrizes profundas e memórias difíceis de ocultar. Mas, em contrapartida, uma época de outros tantos aspetos positivos, fundamentados em altruísmos vários, uma nova ética, uma confiança num ser humano exemplar, em torno do qual podia girar o mundo e gerar-se o progresso civilizador do mesmo, com direitos e recompensas, a par de uma nova visão mais prática, legislativa, que veio introduzir algumas conquistas cívicas exemplares. A Constituição de 1911 concedia liberdades civis plenas, com inovações a condizer, tornando obrigatório o registo civil; legalizando o divórcio e concretizando leis para reconhecer a legitimidade das crianças nascidas fora do

[240] O trauliteiro é o espancador, o caceteiro, uma expressão que ganhou grandeza republicana a partir da Traulitânia, movimento monárquico que eclodiu no Porto espalhando-se pelo Norte de Portugal, entre 19 de Janeiro e 13 de Fevereiro de 1919. A presença do "trauliteiro", com outros nomes é, todavia, anterior, manifestação em muitas épocas das inúmeras tensões vividas em território nacional. O equivalente na Monarquia seriam os caciques.

casamento; organizar as "cidades dos mortos" – os cemitérios [241]– autorizando a cremação e secularizando [242]os cemitérios; suprimindo o ensino religioso nas escolas e proibindo o uso da batina. Além disso, o toque dos sinos da igreja, para sinalizar os tempos de culto, foi sujeito a certas restrições. Também foi suprimida a celebração pública das festas religiosas. O governo legislou e agiu ainda na realização de seminários, reservando o direito de nomear professores e determinar currículos. Tudo isso muito longe da visão estreita e intelectualmente sectária de comentadores que procuraram mais tarde encontrar na revolução de outubro portuguesa, e nas suas consequências, uma "elementar e primária natureza jacobina e urbana" – que, na hipótese aventada teria sido "levada a cabo pelo Partido Republicano Português" que, nesta perspetiva, teria "transformado o regime republicano numa ditadura de facto" o que, de facto, não fez.

Os episódios violentos e sangrentos, isso é certo, irão atravessar e envergonhar muitos dos anos da jovem República, criando rememorações sofridas e nada edificantes que muitos passam a condenar e muitos outros a esconder das suas evocações. Os embates dão-se entre republicanos de opções distintas, entre monárquicos e republicanos, e entre grupos organizados que, em certos momentos, são apenas marginais e inequivocamente criminosos, desprovidos de ideologia e um pouco à semelhança do que presenciamos nos nossos tempos, em que há que "examinar as razões da morte do espírito e discutir as suas consequências políticas na atualidade, quando os regimes democráticos e o espaço público – num cenário claramente dominado pelas tecnologias digitais – estão fragilizados e mesmo ameaçados" (Adverse; 2023). A falta de memória nos nossos dias traz-nos surpresas indesejáveis, como a vitória da extrema direita na Argentina, que elegeu em 10 de dezembro de 2023, como seu 52º presidente, Javier Milei, negando a memória e envergonhando a história, esquecendo as "Mães da Plaza de Mayo", mulheres que conduziram um movimento de resistência pacífica contra a ditadura militar e a repressão na Argentina, em resposta ao desaparecimento forçado e à tortura dos opositores políticos, em mais um dos muitos episódios vergonhosos da história do mundo. Acresce obviamente a virória do partido da extrema-direita União Nacional (Rassemblement national, RN, na sigla francesa), ao ganhar as eleições europeias de domingo 9 de junho de

[241] D. Afonso Henriques terá promovido a criação dos primeiros cemitérios cristãos da cidade, mas só no final do século XIX estes espaços começam a obedecer a princípios de higiene e de serviço público, sendo atualizados na Primeira República portuguesa.

Por ser nota curiosa transcreve-se esta passagem (Correia, 1985, p. 28): "Augusto Maria da Silveira (...) foi vítima de um tiro numa manifestação republicana contra a Monarquia. Era tio de Libânio Ferreira e foi o primeiro almadense a ter enterro civil."

[242] Muito recentemente, Edgar Morin, a propósito dos acontecimentos que se prenderam com a pandemia do Covid19, sugeriu a revisão dos processos seculares e da forma interpretativa da laicização da morte na atualidade (Morin, 2000).

2024, com 31,37%, segundo os resultados publicados pelo Parlamento Europeu (PE) e colocando a França, pátria geradora dos valores democráticos mais enraizados, numa posição de hipotético retorno histórico a tempos temíveis (de desumanidade, injustiça e crime sobre o coletivo), que se consideravam extintos.

Um dos momentos de barbárie em Portugal é o que reúne o conjunto de acontecimentos genericamente recordado como *o 14 de maio* – que parece também ocupar pouco espaço memorial de estudo e reflexão nos anos seguintes e até aos nossos dias.

Por vezes regista-se um "atrito da memória", para usar uma expressão conseguida, de Cardina (2023) (quando apresentou em livro algumas interrogações necessárias sobre as "múltiplas vidas do passado colonial português"). Esse atrito posiciona-nos face a passos concretos da nossa investigação, como é o caso do que procurámos sobre os acontecimentos terríveis do 14 de maio de 1915[243], que vieram a esta tese pela relação direta que tiveram com a Escola de Guerra, pouco antes do ingresso de António Manuel Trigo, e a participação da mesma nos eventos. Esse atrito, essa força que resiste, está patente em algumas obras que lemos, mas a distinção coube a uma delas, que se impõe desde logo pela capa, onde um desenho mostra um marinheiro armado que empunha uma arma de guerra às portas do Arsenal da Marinha, na Ribeira das Naus, em Lisboa, palco dos acontecimentos, sob o título generoso (de tão extenso): *O 14 de Maio e a Consolidação da República Portuguesa – Ecos da revolução com belas fotografias sobre os acontecimentos* (Contemporâneo, 1915). Na página 3, o antetítulo é igualmente poderoso: *Imparcial bosquejo histórico dos acontecimentos ocorridos em Portugal no dia 14 de Maio de 1915 e seguintes. Queda do governo Pimenta de Castro.*

Neste livro que agora citamos, é digna de transcrição a carta de Manuel de Arriaga (presidente da República de 24 de agosto de 1911 a 26 de maio de 1915) ao General Pimenta de Castro:

> **Meu caro Pimenta de Castro**
> Vejo-me violentado a intervir novamente nesta amaldiçoada barafunda política, em que as paixões sectaristas e a intolerância dos velhos costumes têm envolvido esta nossa querida pátria. Se não se acode desde já, com firmeza e prontidão, ao incêndio em que as fações estão ardendo há muito tempo, como desejando reconduzir tudo isto à podridão e à miséria: estamos perdidos. Isto não são frases; isto é uma inevitável realidade. Careço de ti e de forma que, sem ti, poderá caducar para sempre o remédio a dar-se ao grande mal. Em duas palavras: preciso de um governo extrapartidário com um acordo senão de todos os partidos (e talvez se consiga), ao menos por quase unanimidade, para atalhar ao antagonismo que pretendem introduzir na República e exército. Deste Governo

[243] O acontecimento mais violento durante os dezasseis anos em que durou a I República.

> serás o Presidente e Ministro do Interior e será Ministro dos Estrangeiros o Freire de Andrade ou outro de igual valor. Os mais serão escolhidos pelos três partidos militantes, conforme ajustarem entre si quando se possa conseguir com a cláusula expressa de ficar interdita entre eles, a política partidária até às eleições gerais. O teu austero e belo nome servirá para garantir a genuinidade do sufrágio, a conciliação e a paz na República e no exército (...). Belém 23 de janeiro de 1915.
> Manuel de Arriaga.

Pimenta de Castro formará governo ditatorial. Será deposto depois do 14 de Maio – repita-se: um dos episódios mais sangrentos da I República - e Manuel de Arriaga deixará de ser presidente, na sequência dos acontecimentos.

É na sequência destes acontecimentos do 14 de maio que surge, dois meses depois e na forma de um manifesto, escrito por Raul Leal, um colaborador de *Orpheu*[244]*,* sob o título *O Bando Sinistro – Appello aos Intellectuaes Portuguezes* (de julho de 1915) e na sequência do levantamento do 14 de maio, denotando, também ele, um espírito de missão, o "Apelo" exibe estilo quase profético e exalta a intenção de mobilizar os intelectuais portugueses em torno de um Ideal: o derrube do regime republicano, cumulado na figura de Afonso Costa, líder do Partido Democrático. o manifesto lealino constituiu a primeira de muitas das suas intervenções de caráter político.

Como nota, ainda registámos na nossa investigação duas notícias, a par no jornal *A Opinião – Diário Republicano Conservador,* precisamente de 14 de maio, mas de 1917.

Numa, lê-se:

> Manifestação fúnebre.
> Comemorando[245] o aniversário do movimento revolucionário de 14 de Maio, realizou-se hoje no cemitério oriental, pelas 3 horas da tarde, uma manifestação fúnebre de homenagem àqueles que nele sucumbiram. Fizeram-se representar a comissão Municipal de Lisboa, a Federação dos Grupos de Defesa da República, o Grémio Instrução do Povo, o Centro Escolar Almirante Reis, os Centros Escolares Dr. Afonso Costa e Doutor Miguel Bombarda e a União Lusitana. Também compareceram os ministros da Instrução, Marinha e Colónias e o senhor Leote do Rego. Usando a palavra os senhores, Correia Barreto, Leote do Rego, Abílio Marçal, Luís Soares Rodrigues, Magalhães Ferraz, António Conceição Vasques e João Machado Toledo.

[244] Intensa a leitura no nº 2 da Revista do seu "Atelier" – Novela Vertígica" (página 115 e seguintes, da citada revista editada por António Ferro. O número a que nos referimos corresponde aos meses de abril, maio e junho.

[245] Notamos, em especial na consulta de periódicos, a utilização vulgar com que as palavras são empregues. Normalmente não se trata de uma *comemoração,* como é referido, mas de uma evocação. Comemorar ajusta-se mais a uma memória festiva. Não vislumbramos quaisquer razões *comemorativas* de vergonha tão declarada. Aceitamos que a palavra é sinónimo de memória, mas aceita-se no sentido de realização de uma cerimónia ou festa para recordar alguma coisa importante. Dificilmente se comemora o 14 de maio de 1915; obrigatoriamente se evoca a data.

Ao lado, como se disse, a outra notícia:

> **Doutor Manuel de Arriaga**
> **Leilão dos quadros que lhe pertenceram.**
> Conforme com a disposição testamentária do senhor Dr. Manuel de Arriaga, no domingo, 20 do corrente às 2:00 da tarde, na casa que foi sua residência na rua de São Francisco de Paula, nº 30, 1º, serão vendidos em leilão os seus quadros a óleo e aguarelas, desenhos, etc. Os quadros estão desde hoje em exposição das 3 às 6:00 da tarde. Sendo até ao dia 17 entrada gratuita, nos dias 18,19 e 20 o preço da entrada será de 300 réis, revertendo este produto a favor da assistência pública de Lisboa.

Dois anos antes, a imprensa registou, a 15 e a 16 de maio, mais de 200 mortos e para cima de mil feridos, num movimento cruel, para alguns uma Revolução (apesar de não ter todos os requisitos de uma Revolução, isto é, a mudança abrupta e duradora do poder político, ou da organização estrutural da sociedade), para outros um mero desenrolar de acontecimentos bárbaros e sangrentos, mais um episódio entre tantos. Para os analistas, ainda uma ação de força que impôs o fim do Governo do general Pimenta de Castro, mais uma figura que foi vista como Messias (Contemporâneo, 1915) e [246]a primeira tentativa, antes do golpe Sidonista em 1917, de inverter o domínio do Partido Republicano Português [247]sobre as instituições governamentais.

Ainda como nota, a propósito desta insistência nacional no *messianismo*, registe-se que o escritor José Rodrigues Miguéis[248] viveu de perto na sua juventude os êxitos e desaires da Primeira República (o pai, um emigrante galego, defendia as ideias mais progressistas e era republicano confesso). José Rodrigues era aluno do Liceu Camões, em 1917, e pouco depois desenhador no jornal Diário de Notícias e na Ilustração Portuguesa. Tinha uma visão própria

[246] Joaquim Pereira Pimenta de Castro, general, engenheiro e político. Ministro da Guerra de Portugal, em 1911, e Presidente do Ministério em 1915. Deposto do poder pelo movimento militar que começou a 14 de maio de 1915 liderado por *Álvaro de Castro*, major de Infantaria e político que fez parte da Junta Constitucional que governou Portugal após o derrube do governo de ditadura de Pimenta de Castro, que teve ainda a seu lado *António Maria da Silva*, engenheiro de minas pela Escola do Exército, foi um dos membros da "Alta-Venda" que dirigia a organização revolucionária republicana Carbonária Portuguesa, tendo-se exilado em Espanha, quando as suas atividades foram descobertas, regressando ao país com a proclamação da República. Foi Ministro do Trabalho e da Previdência Social, no ministério da União Sagrada;
Norton de Matos (ainda coronel) foi ministro da Guerra em 1917, até ao golpe de Estado de Sidónio Pais, que o obrigou a exilar-se em Londres, por divergências com o novo governo;
e *Freitas Ribeiro* (comandante). Ministro das Colónias, no governo de Augusto de Vasconcelos Correia (de 13 de Novembro de 1911 até 16 de Junho de 1912) e Ministro da Marinha, no governo de Afonso Costa (de 9 de Janeiro de 1913 a 9 de Fevereiro de 1914). Fez parte da Junta Constitucional de 1915 (Marques, 1998; Matos, 1953; Portela, s.d.; Presidência da República Portuguesa, 2011; Revista Armada, 2012; Silva, 2006).

[247] O partido responsável pela substituição da Monarquia Constitucional por uma República Liberal Parlamentar, em Portugal.

[248] Escritor que esteve, entre outros projetos, na *Seara Nova* (com Irene Lisboa, António Sérgio, David Ferreira, Jaime Cortesão, José Gomes Ferreira, ou Raul Proença). Trocaria Portugal peles Estados Unidos. Faleceu em Nova Iorque, em 1980.

da figura de um Messias ou do messianismo como solucionadores da instabilidade portuguesa: "Esperamos sempre que um ente superior, sobrenatural, eterno *Desejado*, faça por nós aquilo que somos incapazes de, ou não estamos dispostos a fazer"; o "Homem-capaz-de-meter-isto-nos-eixos" (Miguéis, 1984, p. 278).

Antero de Quental [249]– que viu em Oliveira Martins [250]um Messias (Quental, 1989, p. 847), advertia: "Os Messias gastam-se, se não entram logo em cena a fazer milagres" (Quental, 1989, p. 847).

[249] Figura ímpar da cultura do século XIX, um dos ilustres da chamada *Geração de 70.*

[250] Considerada "figura-chave da historiografia portuguesa contemporânea e cujas obras marcaram sucessivas gerações de portugueses, influenciando escritores do século XX, como António Sérgio, Eduardo Lourenço ou António Sardinha".

A Escola de Guerra e o 14 de maio

O assalto

A *Alma Mater* de António Manuel Trigo foi, indubitavelmente, a Escola de Guerra, que frequentou com dedicação e proveito, extraindo dela ensinamentos e a formação que conduziria toda a sua vida de adulto. A instituição teve a formatá-la, e aos seus alunos, a figura determinada de um militar tido como rigoroso e irrepreensível, figura importante ao longo da Primeira República. Que afirmou:

> Não trabalhei para que se fizesse a República, mas feita ela, reputo imprescindível de todos os bons portugueses, todos os bons patriotas, trabalhar para a sua consolidação. Portugal não volta a ser Monarquia; ou se consolida a República ou se perde o país (Costa et al., 2015, pp. 2-3).

Palavras atribuídas ao General de Divisão José Estêvão de Morais Sarmento, em *O assalto à Escola de Guerra, 1915 2015,* que terá declarado aquando da sua nomeação como diretor da Escola: *nunca fui republicano.* Morais Sarmento, mesmo assim, foi comandante da Escola do Exército e da Escola de Guerra entre 1910 e 1917. Mas o que foi o assalto que merece ainda hoje memória evocativa?

Portugal tinha na altura um governo que, ironicamente era conhecido popularmente como "o governo de ´Os Miseráveis´ de Vítor Hugo", numa evocação direta ao livro do autor francês Vítor Hugo, obra de 1862 que alcançaria grande êxito e sobreviveria até aos nossos dias[251]. Em Portugal, *Os Miseráveis*, *O Movimento das Espadas* (20 a 25 de Janeiro de 1915), ou *Golpe das Espadas*, foram os nomes dados aos incidentes de insubordinação militar em que se destacaram o capitão António Martins de Sousa Lima (ou Martins Lima, "republicano histórico, com toda uma vida dedicada aos ideais democráticos e à República") (Município de Barcelos, 2024) e o comandante Machado Santos, que conduziram à demissão, a 25 de Janeiro de 1915, do Governo presidido por Victor Hugo de Azevedo Coutinho (o "tal", alcunhado Os Miseráveis de Victor Hugo) e à instauração de um governo ditatorial chefiado por Pimenta de Castro, a primeira ditadura do republicanismo português.

> Na sequência do assalto à escola de guerra, nos dias 14 e 15 de maio de 1915, a situação mais crítica aconteceu já no dia 15, quando, depois da rendição da Escola de Guerra e numa altura em que os alunos e docentes se deslocavam sob escolta de marinheiros e civis armados, para o Arsenal, foram então assassinados, à saída da Escola e na rua Gomes Freire, o Tenente Ernesto Gomes

[251] A última versão da história surgiu em filme em 2012, um drama musical realizado pelo cineasta britânico Tom Hooper.

> da Silva Júnior [252](que empunhava a Bandeira Nacional do Corpo de Alunos e o aluno nº 106, José Fernandes de Oliveira[253].

O relatório do General Morais Sarmento sobre os factos ocorridos nos dias 14 e 15 de maio conclui que "a Escola de Guerra se manteve estranha aos acontecimentos, que os alunos se mantiveram sempre disciplinados (apesar de excitados pelos acontecimentos), que quando a Escola foi atacada alguns guardas e alunos repeliram um ataque com armamento autorizado e em respeito pela lei nacional e Internacional, e ainda que o comandante do corpo de alunos (Capitão Simões de Sousa), tomou todas as providências (Borges, 2015, pp. 65-66).

Repete-se até hoje [254]que o Tenente Ernesto Gomes da Silva Júnior e o aluno José Fernandes de Oliveira foram barbaramente assassinados por civis armados quando presos e escoltados em direção ao Arsenal.

Refira-se que no dia 15 de Maio de 2015, realizou-se na Academia Militar, em Lisboa, uma cerimónia evocativa do centenário do ataque à Escola de Guerra e que a data nunca deixou de ser revisitada.

> **A Novidade Política em 1915.**
> No essencial há 3 linhas de conflitos que se misturam de forma inesperada, em alguns meses de 1915, de modo a produzir uma profunda mudança política em Portugal. As 3 linhas de conflito são: um embate entre monárquicos e republicanos que começa de forma violenta em 1908, mas se acentua desde 1911. O embate para a reforma da instituição militar. Os conflitos originados pelo inesperado começo de guerra Europeia em Agosto de 1914. Um ponto a realçar é que todos estes embates podem ser classificados de conflitos e não de divergências, porque assumem frequentemente uma forma violenta. Nessa altura, a vida política portuguesa era extremamente violenta (Telo;2015:7).
> (...) A verdadeira revolução em 1915 foi o movimento das espadas que colocou Pimenta de Castro no poder e acabou com o domínio dos radicais republicanos. A chamada "revolução" de 14 de Maio foi, na realidade uma contrarrevolução

[252] Lisboeta, nascido na freguesia da Lapa em 1883, no dia 24 de Agosto. Assentou praça como voluntário no Regimento de Cavalaria nº 4 do imperador da Alemanha, Guilherme II, em 17 de outubro de 1901. Serviu 7 anos e 30 dias como Aspirante a Oficial; serviu no Batalhão nº 2 de Caçadores da Rainha, ingressou na Escola do Exército, onde terminou o curso de Infantaria, a 11 de Outubro 1907 e até 15 de novembro de 1908, ano em que foi promovido ao posto de Alferes. Prestou serviço no Regimento de infantaria número 10, no Batalhão de Caçadores Nº 3, o Regimento de infantaria número 29, no Regimento de infantaria número 5. No Estado-Maior de Infantaria e Inteligência na Escola de Guerra.

[253] Jovem nascido em Ponte de Lima, distrito de Viana do Castelo. No dia 1/11/1913, passou para o corpo de alunos da Escola de Guerra, onde, como 2º Sargento auferia o vencimento de 35 centavos. No ano seguinte foi promovido a 1º Sargento no dia 13/06/1914. Frequentava o 2ºano, quando, a 15 de Maio, pelas 20 e 30, no hospital de Santa Marta, após ter sido preso pelas forças revolucionárias, foi vítima de um disparo. "Morto de ferida penetrante de cavidade craniana (base)" (Costa et al., 2015, p. 169).

[254] Em evocações cada vez mais espaçadas de uma memória que terá sido marcante para muitos.

> que repôs a situação anterior. No conjunto foram o primeiro ciclo da beligerância portuguesa, a primeira alternância violenta no poder entre guerristas e anti guerristas ou para ser mais exato entre partidários de forçar a beligerância e partidários de manter a neutralidade apoiando a Grã-Bretanha (Telo, 2015, p. 49).

Foi a esta Escola com um passado tão singular, que António Manuel, menos de dois anos passados, entregou o seu destino imediato.

Adriano Augusto Trigo [255]

O pai de António Manuel - memórias em múltiplas frentes.

O pai de António Manuel Trigo, Adriano Augusto Trigo, foi dos primeiros a embarcar para França, apesar de estar em licença ilimitada e ter já 55 anos. O filho esclarece-nos:

> Neste ano [1911], o [meu] pai tinha sido chamado para frequentar o curso de Comandante de Batalhão em Mafra, tendo ficado distinto neste curso que tinha de fazer, embora estivesse separado do serviço [militar], na situação de "licença ilimitada", porque seguira a carreira de Engenheiro Civil, necessitando de fazer o exame para a promoção e entrar na escala dos oficiais do ativo (Trigo, 1948, p. 11).

Veremos que os acontecimentos, nacionais e internacionais, irão interromper esta confortável *licença ilimitada* e requisitar o pai de António Manuel Trigo para uma nova etapa de vida, devolvendo-o ao exército e mobilizando-o para cenários muito menos pacíficos que a sua confortável patente de oficial do exército obtida em Mafra. Destaca-se que

> as relações de Mafra com a Infantaria são bem antigas, pois em 1809, na preparação para fazer face à terceira invasão francesa, Beresford estabelece no Convento um "Depósito de Recrutas de Infantaria", com a missão de receber e instruir os soldados novos antes de se incorporarem nas unidades da Arma. Guilherme Ferreira de Assunção (1978) no seu livro *À Sombra do Convento* refere que o conde Raczynski terá afirmado que em edifício de tão grandes dimensões seria possível alojar alguns regimentos. Escreve, ainda, que D. Maria II, após visitas à vila de Mafra, tinha reconhecido a vantagem da instalação de um corpo militar no Convento (Chaves, 2004).

Depois de uma caminhada intensa, que nos levou da Torre de Moncorvo ao Funchal, com paragens em Portalegre, Lisboa e Macau, tornou-se possível reunir elementos capazes de inventariar, em traços largos, quem foi e o que fez o pai de António Manuel Trigo, Adriano Augusto Trigo, que na qualidade de Coronel da Infantaria foi um dos oficiais portugueses

[255] Apesar de este ser apenas um pequeno apontamento sobre a figura do pai de António Manuel Trigo, em nótulas que, todavia, consideramos necessárias neste trabalho, muitas foram as fontes consultadas, com especial relevo para as disponíveis no Arquivo Histórico Militar, nem todas em bom estado de conservação, e o trabalho, em depósito na biblioteca da Câmara Municipal de Moncorvo, resultante das investigações e da reflexão de Branco e Fernandes (2018).

A atividade em Macau aparece dispersa, fixada, todavia em Silva (1998), Beatriz Basto da Silva destaca: "03-06-1922 – Importante ata de uma sessão do Conselho Técnico das Obras Públicas, a 5.a, de 11 de Maio p.p. é publicada no B.O. n.º 22 desta data. Intervêm duas figuras que deixaram obra em Macau. O diretor das Obras Públicas (Eng. Adriano Trigo) e o Chefe dos Serviços de Saúde, Dr. Morais Palha. Intervêm também o Diretor das Obras dos Portos (Eng. Hugo de Lacerda Castelo Branco), o vogal deste Conselho Técnico (Eng. Duarte Abecassis) ao serviço da Direção das Obras dos Portos. Fala-se de sondagens geológicas, de obras na Praza Luís de Camões, da descoberta de abundantes águas no sopé da Guia, etc." e ainda Cruz (2015).

mobilizados para o *Front,* na Flandres (assim era referida a Frente Ocidental na França e Bélgica durante a Primeira Guerra Mundial). Foi-nos facultada a consulta dos seus elementos militares, no Arquivo Histórico Militar, onde encontrámos registo[256] do seu embarque, em Lisboa, a 20 de janeiro de 1917, como comandante interino da 1ª brigada de infantaria do 2º regimento do 1º Corpo Expedicionário Português, com nomeação efetiva a 13 de fevereiro do mesmo ano de 1917, tendo sido, no entanto, instado a apresentar-se em Portugal em abril do mesmo ano. Circunstâncias concretas impediriam que regressasse a França. A aceitar a data de 20 de janeiro, face às muitas contradições cronológicas [257]que fomos somando ao longo da nossa investigação, Adriano terá sido dos primeiros a embarcar para França.

Prendendo-se com estas contradições, surge a palavra de Gomes da Costa:

> A 30 de Janeiro de 1917, a primeira brigada que eu comandava saiu do Tejo em 3 vapores ingleses. Era composta por 2 regimentos, a 3 batalhões. Primeiro batalhão, infantaria 7; o segundo batalhão, de infantaria 15; o terceiro batalhão, infantaria 28; todos do primeiro Regimento. E no segundo Regimento, o primeiro batalhão, infantaria 22; o segundo batalhão, infantaria 21; e o terceiro batalhão, infantaria 34. Em 2 de Fevereiro, às 8:30 da manhã. Fundeamos em Brest e 2 dias depois, as tropas começaram a passar para os Wagons do caminho de ferro que as transportou para a zona de guerra. Era em pleno Inverno, um Inverno de neve, como jamais se vê em Portugal e o meu organismo, com 25 anos de ultramar, ressentiu se da mudança brusca e fui parar ao hospital de Brest, só tornando a encontrar-me com as tropas portuguesas a 13 de Abril em rock twerk. Logo a 20 deste mesmo mês, o corpo de exército foi reorganizado, passando a ser constituído por 2 divisões. Eu fui nomeado comandante da

[256] *Vide* ficheiro PT AHM-DIV-1-35A-1-04-0865_m0001 do Arquivo Histórico Militar. Insistimos que as datas do primeiro embarque se contradizem de documento para documento.

[257] Sem que o possamos contradizer, o General Arménio Nunes Ramires de Oliveira, na sua História do Exército Português (1910-1945), editada em Lisboa, em 1993 pelo Estado Maior do Exército, apresenta em *Referências Cronológicas* (página 22), a data de 16 de janeiro, como a de partida do primeiro contingente do CEP, que terá chegado a França, segundo o mesmo registo, no dia 2 de fevereiro. Só no dia 17 de fevereiro de 1917, foi concedido pelo Comando Supremo Britânico que o Corpo de Expedicionário Português constituísse em Brest uma Base de Desembarque exclusivamente destinada às tropas portuguesas e servida por pessoal português. Passaria a ser conhecido como Porto de Desembarque e, com o tempo, mais familiarmente como P.D.

Por seu turno, José Adelino Maltez afirma que "o primeiro contingente do CEP parte em 19 de Janeiro, tendo saído do batalhão de Infantaria 15 de Tomar, o qual tinha participado na revolta de Dezembro de 1916" (Maltez, 1917).

O Tenente Sérgio Augusto dos Santos, no entanto, terá no seu registo que foi mobilizado pelo Regimento de Infantaria 15, de Tomar, ingressando na 1.ª divisão do C. E. P., 1.º batalhão, 2.ª companhia (n.º 388), depois de ter participado em manobras militares no Polígono de Tancos e em 30 de janeiro de 1917 embarcou para Brest num transporte inglês, no primeiro contingente expedicionário português. Fonte: Arquivo Municipal Alfredo Pimenta.

O registo do Alferes Mário Afonso Carvalho (23º Regimento de Infantaria apresenta-o como tendo embarcado no primeiro contingente para França, no dia 19 de Janeiro de 1917, mas "ficou durante 10 dias no Tejo, em frente ao Terreiro do Paço e só no dia 31, às 7 da tarde é que partiram para Brest" (Lopes, 2013).

NOTA: Fomos somando ainda outros registos diferentes que se contradizem e que não convergem na memória que se entendia coletiva em tão importante dimensão.

> primeira com o meu quartel-general em Thérouanne, 23 de Abril (Costa, 1918, pp. 45-46).[258]

Coronel, engenheiro, um empreendedor que marcou com os seus trabalhos e projetos técnicos algumas linhas interessantes na história de dois continentes, Europa (Funchal) e Ásia (Macau), e que por tudo isso mereceu uma alta distinção, ao ser-lhe atribuído o grau de Comendador da Ordem Militar de Santiago de Espada por Mérito Científico, Literário e Artístico.

Em notas breves, apurou-se que Adriano Augusto Trigo nasceu em 1862, na vila da Torre de Moncorvo, distrito de Bragança. Tornou-se oficial do Exército e engenheiro e, em 1890, foi para a Madeira, onde se casou com Adelaide Virgínia dos Santos Trigo. Dois anos depois foram pais de António Manuel, que também seguiria a carreira militar.

Adriano teve vários cargos públicos, por exemplo, o de Diretor das Obras Públicas do Funchal, durante muitos anos e durante mais cinco anos Diretor dos Serviços de Obras Públicas de Macau, para onde foi nomeado em 1919 (exerceu o cargo até 1925). Desde logo se "comprometeu a resolver o problema da falta crónica do abastecimento de água potável, aproveitando somente os recursos hidrográficos de Macau". Desde logo deitou mãos ao trabalho e conseguiu fazer erguer dois reservatórios, um na Colina de Guia e outro na Flora. Ao que consta, existiu neste local da Flora um paiol, junto ao Palácio da Flora – hoje, e do que resta, ficou o Jardim da Flora, o maior dos jardins de Macau que originalmente pertenceu ao Palácio da Flora (que sofreu obras de remodelação profundas em 1914-15). O paiol foi protagonista de um drama de grandes dimensões, pois uma explosão provocou 24 mortos e 50 feridos e destruiu completamente o Palacete da Flora. Pelas 5 horas da manhã do dia 11 de Agosto de 1931, ocorreu um rebentamento, hoje atribuído ao excesso de calor.

O reservatório da Colina da Guia foi o mais importante, construído numa encosta e ladeado pela Estrada das 33 curvas, projetada por Adriano Augusto Trigo em 1924 e que hoje tem o seu nome e que não é longe da Avenida Sidónio Pais, nomes que foram resistindo ao tempo e perpetuando na toponímia memórias que nada dizem aos utentes da atualidade.

---

[258] Na folha de rosto da edição consultada há transcrita uma frase atribuída a Pina de Morais: *O General Gomes da Costa foi o Condestável da França.*

NOTA 2: A capa da edição referida é assinada por Stuart, como o costumava fazer José Herculano Stuart Torrie d'Almeida Carvalhais, considerado o introdutor da Banda Desenhada em Portugal; desenhador, ilustrador, fotógrafo, realizador de cinema, ator, decorador, cenógrafo, figurinista e designer gráfico. As suas ilustrações foram notáveis durante a Primeira Guerra Mundial, nomeadamente ao serviço da *Ilustração Portuguesa*, a revista semanal editada pelo jornal *O Século*. Em 1916, Stuart troca o jornal satírico monárquico "O Papagaio Real", pelo suplemento humorístico O Século Cómico, onde torna populares as Aventuras do Quim e do Manecas, que chegam mesmo a "ir à guerra" dentro de um obus de canhão. Quim e Manecas ficaram décadas na memória de muitos portugueses. Chegaram até a dar o seu nome a animais de estimação.

Assentou praça como voluntário no Batalhão de Caçadores 9, em 5 de Agosto de1880. Promoções: Alferes, em 1885; Tenente – 1889; Capitão – 1897; Major – 1908; Tenente-coronel –1914; Coronel – 1916.

Tendo interrompido a sua carreira militar para se dedicar à engenharia, o Coronel Engenheiro Adriano Augusto Trigo voltou ao serviço aquando da Primeira Guerra Mundial. Mobilizado, começou por comandar o Regimento de Infantaria 22, de Portalegre, de onde partiu para França e foi nomeado comandante interino da 1ª Brigada de Infantaria, a 13 de fevereiro de 1917, um regimento do Corpo Expedicionário Português. Mesmo assim, foi mandado regressar ao Funchal. Depois de ter partido para França e já no *Front,* deixou de exercer o referido comando logo em 20 de abril de 1917, por ter sido mandado apresentar na Repartição do Gabinete da Secretaria da Guerra.[259] Esta interrupção, surpreendente na sua situação militar, já que a participação de todos os militares na Grande Guerra parecia ser uma prioridade inquestionável, prendia-se, no entanto, com a sua profissão de engenheiro no Funchal. À data da mobilização deixara uma obra em andamento que, pela sua ausência, estava embargada. Foi obrigado [260] a regressar ao Funchal para esclarecer esse embargo e dar continuidade à obra. Não vai ter progressão na carreira militar depois desse incidente: colocado no Estado-Maior da Infantaria ainda em 1917, foi passado à reserva pela Junta Hospitalar por ter sido julgado incapaz em 19 de dezembro de 1917, poucos dias depois do Golpe de Estado Sidonista. Nos *Estudos e trabalhos executados para abastecimento de água potável à cidade de Macau*[261], do Eng.° Adriano Augusto Trigo, onde, a páginas 27, se inicia a descrição geológica da província de Macau.

A sua filha Leolinda Carolina Trigo (1891 – 1983), casou em Macau com Francisco Xavier Anacleto da Silva (1883-1946), viúvo, que foi senador por Macau durante a Primeira República. Adriano teve cinco filhas, Ema, Leolinda, Adelaide, Adriana, Amélia (que se dedicou à pintura a óleo, que pode ter influenciado António Manuel e que legou à família pelo menos dois quadros, com cenas marítimas).

Nunca expansivo, António Manuel não é pródigo nos pormenores que o ligam à família – apesar de redigir um testamento memorial para leitura futura.

[259] Cf. Arquivo Histórico Militar. Código de referência PT/AHM/DIV/1/35A/1/04/0865. V. ANEXOS.

[260] Embora com dificuldade, pois é um "arquivo corrompido que contém documentos em mau estado de conservação por efeito de humidade", o desenvolvimento deste incidente pode ser identificado no Arquivo Histórico Militar, exatamente no *Auto de corpo de delito indireto instaurado contra Adriano Augusto Trigo, coronel do Quadro de Reserva, pelo crime de desobediência.* Nível de descrição. Código de referência PT/AHM/FO/065/04/06/087.

[261] Cf. Direção das Obras Públicas de Macau. Vol. II 31 de março de 1928.

SEGUNDA PARTE

O triunfo das distopias

As memórias de António Manuel Trigo sobre a mesa de trabalho

A vida desaparece/ Entretanto geme e jaz/ O que caiu: e acontece, / Que dum mal, que se lhe faz, / Mor depois se lhe recresce. (Miranda, 1885, p. 194)[262]

António Manuel Trigo, deixa de ser um cidadão anónimo pela vontade que tivemos em resgatá-lo ao passado. Esse manumitir, esse resgate é afinal o cumprimento do seu desejo. Legou as suas *Memórias*, manuscrito que registou ao longo de anos, dedicando-as aos filhos e ao desejo de lhe sobreviverem[263]. De certa forma, também, conferimos-lhe um novo grau de ´identidade´, mas só se aceitarmos a ideia de Stuart Hall (1994:225) de que "as identidades são nomes atribuídos às diferentes formas como somos posicionados[264]". Será também ousadia excessiva considerar este legado de memórias como um texto literário, a menos que, tal como nos ocorreu, ele contenha como contém a poética da própria vida vivida pelo autor, o seu recatado ponto de vista pessoal, que não deixa de assentar num contínuo sentido conotativo, permitindo a presença de elementos que tornam presentes turbações, significados, reflexões. Figuras de linguagem e simbolismos dão-lhe ainda esse estatuto, mas o cômputo geral equivale a um texto depurado, em busca do rigor e provavelmente temeroso do julgamento dos seus superiores - a vida militar impôs-lhe esses pudores e cautelas. O que não deixa de ser, ao longo da escrita, uma função estética assumida para além da função utilitária, logo, não literária – que procura. Neste ponto recordamos as palavras de Manuel Frias Martins quando sublinha[265] "a capacidade que a literatura tem de propiciar uma *ilusão de real* que nos faz aceder ao outro, aos seus pontos de vista e aos seus afetos" (Martins, 2018, p. 181).

Trigo, nas suas memórias, procura circunscrever o que conta, quase temendo a ilusão do real que disso possa sobressair.

---

[262] MIRANDA, Sá de. (1885). Poesia de Francisco Sá de Miranda / edição feita sobre cinco manuscritos inéditos de todas as edições impressas acompanhada de um estudo sobre o poeta, variante, notas, glossário e um retrato por Carolina Michaelis de Vasconcelos. Halle: Max Niemeyer.

[263] Entrevistas que fizemos à sua família e a vontade desta em ceder-nos os seus apontamentos, comprovaram que atingiu o seu objetivo. V. ANEXOS.

[264] Hall, Stuart. (1994). Cultural identity and diaspora. In P. Williams & L. Chrisman, *Colonial discourse and post-colonial theory: a reader* (pp.227-237). London: Harvester Wheatsheaf.
Tradução nossa.

[265] MARTINS, Manuel Frias. (2018). *Intimidades.* Fundação Engenheiro António de Almeida. Universidade da Beira Interior. *In* Martins, Manuel Frias, "Intimidades", Carla Sofia Gomes Xavier Luís, Alexandre António da Costa Luís e Miguel Real (org.), Vida e Obra de Mário Cláudio. Porto, Covilhã: Fundação Eng. António de Almeida, Universidade da Beira Interior, 2018, pp. 179-185. ISBN 978-972-8012-48-9

Breve resenha de 1917

> Os homens e as coisas gastam-se rapidamente (Cortesão, 1919, p. 198)

Para pontuar a importância desta decisão temporal, a de procurar nas brumas destas *Memórias* o ano de 1917, citamos o que escreveu Miguel Real[266], quando disse (inspirando aliás o título desta tese):

> O ano de 1917 constitui uma data charneira que revolucionou o mapa das ideias políticas europeias e mundiais provindo do século XIX. Com efeito, os violentíssimos episódios militares sucedidos em plena Grande Guerra, inclusive as novidades da guerra aérea e da guerra submarina, a queda do antiquíssimo império russo e a emergência de um governo dos sovietes, plataforma territorial de um proselitismo comunista internacional que durará até 1991, os primeiros indícios da criação de um futuro estado israelita e do futuro estado fascista de Mussolini, o novo estatuto internacional da Igreja Católica desenham o novo mapa geoestratégico europeu que perdurará até 1945, final da Segunda Guerra Mundial (Real, 2017, Prefácio).

1917 mês a mês:

Em janeiro a tropas portuguesas começam a partir para França, integrando-se nos acontecimentos europeus da Primeira Guerra Mundial que começara em 1914.
Em fevereiro a primeira de duas revoluções russas ocorridas na mesmo ano: uma força revolucionária "democrática" obriga o Czar Nicolau II a abdicar.
Em março, uma greve geral de milhares de operárias russas recebe o apoio de operários do mesmo país ligados à indústria pesada, como a metalurgia.
Em abril, os EUA entram na Primeira Guerra Mundial.
Em maio, três pastorinhos "veem" uma senhora vestida de branco em Fátima e atribuem-lhe qualidades transcendentes.
Em junho, o Boletim oficial do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas, "Alma Feminina", publicação mensal, apresenta um artigo da sua diretora e gerente, Maria Clara Correia Alves, com o título *A guerra e o trabalho da mulher*, onde se torna evidente, nas suas palavras, "que as mulheres sabem trabalhar, sofrer e morrer e pela primeira vez são reconhecidas por isso.
Em julho, nasce a Jugoslávia e ocorre no Brasil, a partir de São Paulo, uma greve geral da indústria e do comércio.
Em agosto Bento XV insurge-se contra o "massacre inútil" que assola a Europa e o Mundo.
Em setembro, diferentes cidades do mundo manifestam-se contra a Guerra.
Em outubro, Margaretha Zelle - a bailarina conhecida por Mata Hari - é executada em Paris.
Poucos dias depois as tropas italianas são derrotadas em Caporetto.
Em novembro, dá-se o primeiro passo para a criação do Estado de Israel e para uma nova organização do Médio Oriente.

[266] Este texto foi-nos gentilmente cedido pelo autor Miguel Real especificamente para publicação neste trabalho, ainda antes de ser, por ele, publicado. Consta atualmente do Prefácio de D'Orsi (2017).

Em dezembro, cerca de 200 deputados nacionalistas italianos organizam-se no Fascio Parlamentare di Difesa Nazionale, um precursor do fascismo de Mussolini.
Em Portugal o golpe de Estado liderado por Sidónio Pais muda o rumo do poder e atrasa a Democracia.

Tanto lemos sobre 1917, tanto guardámos com zelo e fervor de colecionista, que tudo o que colocamos nesta brevíssima resenha parece, por certo, uma muito magra reflexão e ainda mais curta síntese. O que resta da memória alheia e repousa agora como memória nossa, contribui, pelo menos, para empreendermos intelectualmente uma relação própria e autónoma com o passado, tranquilizando um pensamento presente, audaz por desejar-se melhor e mais sólido no que tiver como futuro. É uma memória individual – feita de memórias coletivas – esta resenha, escavação por entre brumas e muitos desencontrados valores, e princípios, pois não são a mesma coisa - alguns mesmo de pouca valia, assentes na imagem deturpada de uma construção intencional de legados que não serão mais do que modificações.

Muitos foram os investigadores, e com eles também muitos curiosos e autores literários, que nos últimos anos se debruçaram sobre o ano de 1917, desenvolvendo sempre perspetivas marcadas pelas efemérides mais flagrantes, destacando: o ano da entrada de Portugal na frente de guerra europeia do conflito Mundial de 1914-18; o "milagre de Tancos", como foram chamados os três meses em que se transformou o polígono militar [267]da freguesia portuguesa do concelho de Vila Nova da Barquinha no Distrito de Santarém, Tancos, numa estrutura capaz de treinar milhares de soldados para lutarem na Flandres ao lado dos aliados. Esta ação alterou o fluxo quotidiano de inúmeras famílias, pois mobilizou dezenas de milhares de jovens portugueses, dotando-os, num lapso muito breve de tempo, de equipamento militar e de conhecimentos operacionais que se acreditava suficientes para futura e quase imediata aplicação em cenário de guerra; uma crise política interna inquietante que divide opiniões e fações políticas e de opinião pública, e que começa com uma necessidade de resposta a uma declaração de guerra, entregue em mão pelo embaixador alemão, Friedrich Von Rosen, a Augusto Soares, então Ministro Português dos Negócios Estrangeiros, feita oficialmente a 9 de março de 1916, obedecendo a ordens expressas do Imperador Guilherme II e depois de Portugal apreender navios alemães ancorados em portos nacionais.

Segundo o registo oficial da República portuguesa, cerca de 970 súbditos alemães e 110 austro-húngaros (e uma pequena comunidade turca) residiam em Portugal continental aquando da declaração da guerra (a 9 de março de 1916). O IV Recenseamento Geral da População de

[267] Ainda hoje acolhe várias unidades militares, nomeadamente o Regimento de Engenharia nº 1, a Brigada de Reação Rápida e o Regimento de Paraquedistas.

Portugal efetuara-se em 1910 e fora atualizado em 1911, já que o V Recenseamento Geral, aprazado para 1910, só foi possível no ano seguinte à Revolução portuguesa de outubro. Muitos deles deixaram o país, nos dias seguintes ao apresamento dos navios alemães e após o Decreto 2350 (1916) de 20 de abril de 1916 (. A 25 de Abril, os alemães radicados no continente e nas ilhas embarcaram para os Açores, acompanhados pelos membros das tripulações dos navios apresados que ainda estavam no continente. Faziam-no na sequência da decisão do governo português: a expulsão do país de todos os súbditos inimigos. A obrigatoriedade de abandonar o país, contemplava a exceção para os súbditos do sexo masculino com idades compreendidas entre dezasseis e quarenta e cinco anos. Estes deveriam ser levados para o lugar designado pelo governo português, que deu origem aos campos de concentração em Portugal (Liberato, 2016). Assim, até finais de 1917 deram entrada no forte de São João Baptista 551 prisioneiros, oriundos de diversas partes do chamado Império Ultramarino Português (exceção de Moçambique, Timor e Macau). Este número foi progressivamente aumentando até se atingir os 724 concentrados em Agosto de 1918 para depois começar a declinar. Em agosto de 1918 eram já 724, o máximo registado. A princípio foram internados em três campos distintos nas principais ilhas, mas posteriormente foram transferidos para o Castelo de São João Baptista, em Angra do Heroísmo (Rezendes, 2020).

Ainda nesta enumeração, que dá relevo aos principais acontecimentos ocorridos no solo português em 1917, conta-se a tentativa política de governação de uma União Sagrada entre partidos, unidos para suportar os desafios políticos da Guerra, a que se seguem desentendimentos e, por queda da União, da criação de um governo determinado a colocar o País no mapa das nações beligerantes. O 13.º governo da Primeira República Portuguesa, ou 12º se não contarmos com o Governo Provisório de 1910-11, era conhecido como Ministério da União Sagrada, ou simplesmente União Sagrada (Saraiva, 2004). Foi nomeado a 15 de março de 1916 e exonerado a 25 de abril de 1917 e liderado por António José de Almeida. Constituído para organizar a participação portuguesa na I Guerra Mundial, tinha, por base, a união de todos os partidos políticos portugueses como resposta à nova conjuntura imposta pelos alemães. Na prática, apenas dois partidos se uniram: o Partido Democrático, liderado por Afonso Costa, e o Partido Republicano Evolucionista, de António José de Almeida. Seria este último o seu presidente. Esta "união" durou até 25 de Abril de 1917, constituindo um dos governos que mais tempo esteve em funções (cerca de 406 dias), durante a Primeira República Portuguesa. Sucedeu-lhe o terceiro governo de Afonso Costa. Acresce a tudo isto uma crise económica, que irá culminar na chamada Revolta da Batata, episódio violento do qual resultaram dezenas de mortos, nos tumultos ocorridos em Lisboa e no Porto, entre 19 e 21 de

maio e que levaram as autoridades a esmagar pela violência o protesto contra a fome e o aumento do custo de vida que levou a população a pilhar mercearias e armazéns; e ainda dois acontecimentos inéditos e de força maior, no ano em que ocorreram e nas marcas que produziram. Um de caráter político: o golpe de estado sangrento de Sidónio Pais, que depõe o governo de Afonso Costa[268], advogado, político e ele próprio um símbolo republicano excecional que nascera ainda para a vida política, com a Monarquia. O golpe impõe uma forma autoritária, militar, de governação – que terá duração relativamente curta, pois Sidónio é assassinado um ano depois, não sem antes ter introduzido elementos inéditos como a possibilidade política de um efetivo líder autoritário e simultaneamente carismático, assente numa dinâmica messiânica e na importância da imagem, reformulando os símbolos do poder e utilizando com nova eficácia a comunicação e a propaganda. Sidónio Pais e Afonso Costa foram, de facto, os grandes símbolos políticos da República, os seus maiores protagonistas, os mais carismáticos e decisivos.

Também um acontecimento, o segundo, igualmente de carácter simbólico e fortemente social marca o ano português de 1917: as alegadas manifestações religiosas em Fátima, um fenómeno de piedade popular, de culto mariano, explicado pela carência de crenças de um povo tornado órfão – com "fome de Deus" para usar a expressão desenvolvida por Real (2011) - pela separação republicana da Igreja e do Estado, isto é, entre a nova realidade e uma espiritualidade transcendente onde se confortara ao longo dos séculos, numa persistência sociocultural do transcendentalismo judaico-cristão.

> O constructo cultural, que é a Nação[269], radica numa base material alicerçada num sistema de representação simbólica e sociocultural; constitui-se como uma forma superior de identificação, assente num vasto legado de memórias, no desejo de viver junto e perpetuar o valor integral da herança que se recebeu. Tais argumentos confluem na mitificação de certos momentos históricos e na formação de um imaginário coletivo que, no caso português, engloba heroísmo, ousadia, fé e um destino messiânico (Carvalho, 2013, p. 7).

[268] A figura mais importante da Primeira República, o Doutor Afonso Costa, como era chamado, foi considerado como um dos académicos mais notáveis do seu curso, e, quando foi nomeado lente, era o mais novo de todo o corpo catedrático. Começou por destacar-se como político ainda muito jovem, quando, no Verão de 1899 se declarou no Porto uma epidemia de peste bubónica. Afonso Costa é eleito em 1900, como um dos três deputados republicanos escolhidos em ato eleitoral, conhecidos como *os deputados da pes*te (Afonso Costa, Xavier Esteves e Paulo Falcão), já que a sua eleição foi atribuída ao descontentamento criado pelas medidas impostas pelo governo para controlo da epidemia.

Sobre a sua figura, ver, por todos, A.H. de Oliveira Marques que trabalhou em profundidade o arquivo Afonso Costa.

[269] "O que é uma nação? É uma pergunta famosa, mas não se revelou mais fácil de responder do que a pergunta paralela e igualmente famosa sobre o tempo feita por Agostinho: Se ninguém me perguntar, eu sei, se quiser explicar a alguém que me pergunte, não sei" (Pecora, 2001, p. 1).

A Tese é sobretudo um ponto de vista ou, como alguém melhor o escreveu, "as teses que com pertinência o sejam refletem uma tomada de posição" (Moura, 2018)[270], talvez porque "é o ponto de vista que cria o objeto" (Saussure, 2006)[271]. Partimos por isso de um ponto de vista, o de que todas as épocas se debatem com os enredos da sua incompreensão, que por vezes tentam explicar ao comparar o seu presente com marcos do passado – o que genericamente entendemos como memórias – ou ainda ao tentarem procurar idealizações de futuro salvíficas, promissoras ou otimistas – de modo geral, conceções utópico-messiânicas de esperança num futuro melhor.

Que efetivas memórias legou o ano de 1917? Foi uma das perguntas que formulámos para esta tese. Pois a resposta ocorre-nos: legou-nos um mundo capaz de todas as violências, que se provaria radical e assassino ao longo de todo o século que se seguiu. E um país que se aprisionaria num limbo, incapaz de voltar ao passado, e impreparado para ambicionar um futuro, mas também perdido na impossibilidade de cicatrizar-se e retomar um caminho de esperança. Um país órfão – de familiares, filhos, pais, parentes, amigos e conhecidos, de construções ideológicas e liberdades sociais, sem justiça nem respeito pela dignidade da pessoa humana e carente de um Deus separado do destino do seu quotidiano afetivo, civil e cívico, divindade que depois de separada da presença terrena nunca se reaproximaria, pela opção institucional de um novo poder. Um país que, mesmo assim, permitiria com um recanto de culto, que fez retornar a religião aos mais carentes dela, mas nunca verdadeiramente ao Estado que dela se separou. Um país que ensaiou os terrores da guerra à distância, como o repetiria anos depois – a partir de 1961 -, com um combate em territórios distantes que aprendera a dizer que eram seus, numa idealização inútil e bem distante de qualquer posse. Um país que procurou esquecer e evitar recordar, distinguindo nessa carga mnésica uma vontade ávida de transformar idealizações em identidades, coletivos fortes e agrupamentos débeis, a troca de direitos civis pelos deveres da obediência.

Finalmente, o que há de único, de original, e, Portugal no ano de 1917?

No ano de 1917, o país não estava preparado para a guerra, todavia recrutou, alistou, preparou e municiou os seus jovens para os tornar combatentes adultos na primeira guerra global. Queria afirmar-se no mundo e deixou um enorme vazio na casa dos que partiram e

[270] No Resumo da obra a frase é sintomática e completa: "As "teses" — que com pertinência o sejam — reflectem uma tomada de posição. Não, enquanto avulsos enunciados desgarrados, ou inaugurais enunciações axiomáticas. Mas, como resposta alcançada num percurso de vivas controvérsias, a partir de um questionário engendrado para trazer dilucidação ao que numa problemática desafia o compreender.

[271] A frase em questão é a seguinte: "Bem longe de dizer que o objeto precede o ponte de vista, diríamos que é o ponto de vista que cria o objeto".

trocou a guerra mundial por um golpe de estado inútil e sangrento, um ensaio para piores anos que viriam. Teve a originalidade de uma República utópica e de a República distópica que a substituiu. E o início de uma narrativa fantástica e inspiradora, como tantas outras histórias ficcionais absorvidas como realidade, que a partir de Fátima alimentou o imaginário de milhões de pessoas um pouco por todo o mundo.

As memórias efetivas que legou parecem, muitas delas, terem-se diluído, em especial nos anos que, depois de 1926, construíram novas memórias sobre esse país de luto e com cicatrizes evidentes. Até sobre campos de morte nascem florestas.

Essa carga mnésica, trajada de luto e limitada na expressão e na ação pelo novo estado de repressão e censura que a política criou, permitiu dezenas de anos amordaçados, vidas perdidas entre brumas de memória e uma angústia indizível que confundia a entidade de cada um e de todos com os traços impostos de uma identidade coletiva, obediente, reprimida e consequentemente medrosa.

Neste trabalho, desenvolvemos o raciocínio de que era possível destacar acontecimentos inéditos e de natureza traumática capazes de apresentar o ano de 1917 em Portugal – e na memória que dele viria – cingindo-nos a um espaço bem delimitado num período exatamente definido. Apoiamo-nos numa vivência individual, percorremos as ideias de um português que desejando perpetuar-se nos legou o que viveu. Este ponto de vista que fizemos emergir assenta então na observação de uma heterotopia – para usar aqui o conceito de Foucault (1984) que usa o termo heterotopia para descrever espaços que possuem múltiplas camadas de significação ou de relações a outros lugares e cuja complexidade não pode ser vista imediatamente (Foucault, 1984). Esse espaço múltiplo complexo, em 1917, era o Mundo sob os efeitos da Primeira Guerra Mundial, desastrosa para a Humanidade, destruidora dos bens materiais e imateriais, protagonista de uma recomposição de convicções morais, políticas, espirituais, económicas - culturais, em suma.

A violência impedia que todas as reflexões se afastassem da realidade, mas as ações humanas e a sua essência vão explorar formas periféricas, à margem de um pensamento de guerra, permitindo da arte à religião perspetivas, de resistência, surpreendentes. Em Portugal as reações estabelecem vetores culturais inéditos, da ansiedade messiânica à piedade popular, como se a violência da guerra que tanto afetou a existência europeia até às suas raízes, fosse apenas um dos fenómenos, e nem sempre fundamental, da essência humana e da existência dos povos.

De um modo estrito é também o olhar sistemático sobre o espaço ocupado por António Manuel Trigo no contexto em que viveu.

Toda a ação que é presa da memória é, mais do que ação, uma transfiguração. É por isso que se permite ao tempo presente a sobrevivência de estruturas e mentalidades persistentes e retornos assustadores a patamares anquilosados e arcaicos, e logo quando subentendíamos o mais otimista dos passos em frente do desenvolvimento. Um bom exemplo é o de descobrir nos países que colonizaram uma estranha deturpação da memória, que acaba por ser uma voluntária colonização cultural que se opõe à imensa dimensão do globalismo, do cosmopolitismo, do interculturalismo, da transculturalidade – que poderão salvaguardar um ser humano de novo formato, por certo um ente utópico, desejavelmente uma entidade robusta, capaz da alteridade e da sabedoria da equidade.

Findaram-se impérios e colónias, as superpotências morreram de impotência, libertaram-se escravos (ainda não os suficientes, mas o caminho aparentemente era o melhor e apontava para a liberdade do indivíduo enquanto entidade e universo diversificado a respeitar), estabeleceram-se deveres e sobretudo direitos, potencialmente convergentes num mundo mais justo e calibrado. Utopias pareceram possíveis e uma nova missão do humano passava pelo derrube das fronteiras, das línguas, das restrições de bens negociáveis ou até de afetos e preconceitos. Uma nova cultura feita da aprendizagem assimilada e respeitada das culturas podia ter sobrevivido e surgido das cinzas da guerra. Um novo universo cultural global onde todos os universos culturais individuais fizessem sentido na presença do Outro, aceitando-o e integrando-o no espaço-Cosmos.

Um novo conceito de cidadania parecia emergente, contrariando os rincões em, que o medo do Outro aprisionava a civilização e mostrando como era possível criar instituições inspiradas no património cultural, religioso e humano/humanista do que de melhor se criara no planeta. Parecia possível miscigenar sem interrogações nem necessidade de maniqueísmos.

Num tempo de decadência como aquele em que vivemos, estas ideias podem considerar-se tumultuosas, na medida em que realmente subvertem esse ciar de nau perdida, um remar para recuar, distanciando a realidade da memória e explicando aos entes que teimar no arquitetural de uma *identidade* não deixa de ser pactuar com uma vontade, eminentemente política e cultural, de isolar os entes e agrupá-los por características, coisa capaz de levá-los a guetos, a pequenos redutos étnicos ou extremistas, onde o outro é sempre perigoso, inimigo, nunca amável. A identidade é afinal o formato em que a ação política se apoia para determinar o que deseja para a sua prosperidade, um aparelho ideológico da memória que "constrói" e estrutura indivíduos e os agrupa, tornando-os rotulados – identificados - e fáceis de condicionar. A identidade provoca medo. O ser deixa de ser para passar a ser o que parece, ou o que determinam que pareça. Está no último passo da aquisição memorial, portanto. Quem

sou? De onde venho? Porque estou aqui? Com quem? Para onde vou? Porque aceitei isto? Porque uso este nome, tenho este culto, ocupo este espaço, combato por esta terra? Porque construo uma memória de mim?

A identidade, ou melhor ainda, as identidades revelam-se muito perigosas, porque manipuláveis subdivisões da única identidade aceitável, a identidade terrena, que reflete outras partições perigosas, como as de género – o único admissível é o género humano, num planeta que alberga a sua homogénea diversidade – ou raça, já que a raça humana é a única que povoa o Planeta.

> Pensar que me alio a alguém porque somos da mesma raça não é apenas errado, mas é historicamente pouco produtivo (Couto, 2005, p. 87), (...) "não existe ninguém que seja 'puro'", (...) "a nossa espécie humana é toda feita de mestiçagens (Couto, 2005, p. 89).

Mais uma vez, a única raça admissível e reconhecível é a raça humana, que constitui o grande universo das culturas que alberga, espaçosa e espacialmente a reunião e intercessão de todos os universos individuais: "a mesma comunidade de destino". Um ensinamento que teria sido benéfico se assim fosse assimilado pelo mundo, findas as tragédias que protagonizou no segundo decénio do século XX, a Guerra Mundial, a Guerra Civil russa, a pandemia da gripe pneumónica.

Repare-se no que diz Morin, onde aprendemos a natureza do Global, do Cosmopolitismo, da necessidade de estabelecer uma via de pensamento que seja o nosso recurso prioritário:

> **Ensinando a Identidade da Terra**
> O destino, agora planetário, da raça humana é outra realidade importante ignorada através do ensino. O conhecimento dos desenvolvimentos da era planetária, que aumentará no século XXI, e o reconhecimento da identidade terrena, que será cada vez mais essencial para todos e cada um, devem tornar-se um dos principais objetos da educação.
> É apropriado ensinar a história da era planetária, que começa com a comunicação de todos os continentes no século XXI, e aprender como todas as partes do mundo se tornaram interdependentes, sem, contudo, obscurecer as opressões e dominações que devastaram a humanidade e não desapareceram.
> Será necessário indicar o complexo de crise planetária que marca o século XXI, mostrando que nós, humanos, agora confrontados com os mesmos problemas de vida e de morte, vivemos na mesma comunidade de destino (Morin, 2020b, p. 115).

A memória está diretamente ligada ao medo. Ao medo de não ser, ao medo de esquecer, de desaparecer, de empobrecer, de enfraquecer, de perder, de sonegar guardando o que foi para usar quando tiver de voltar a ser. O século que se começou a contar em 1917, traria diante de

si pelo menos uma utopia: os valores universais são os direitos invioláveis da pessoa humana, da liberdade, da democracia, da igualdade, do Estado de direito. O gérmen de tudo isto estava debaixo dos escombros das batalhas – e nos céus onde os aeroplanos, os aeróstatos e os aviões mostravam cadáveres e sobreviventes – que podiam vir a ensinar, com a sua experiência de morte e vida, como fundar uma sociedade sob novos valores de respeito pela dignidade humana e pela liberdade. A todos os sinais emitidos pelos anos da Guerra, e pelo ano de todas as mudanças – 1917! – não correspondeu, no entanto, uma resposta adequada. O emissor cultural de todo o passado, podendo ser social e pessoalmente construído, não teve recetor a condizer. A amnésia instalou-se. O mundo repetiu-se: em 1939 e noutros tempos, como o tempo presente que nos estremece e afeta hoje, com a Rússia a declarar guerra à Ucrânia, com a destruição maciça de vidas na Síria, no Iémen, na República Democrática do Congo, no Haiti, com os conflitos de toda a espécie, com o tráfico de seres humanos, a violência de género, a identidade (!) que serve a uns e escraviza tantos outros.

> Se não houvesse outro meio de salvação, a humanidade teria tido tempo de apodrecer dez vezes antes de ser salva. Resta uma outra esperança: a guerra universal. Estes imensos Estados militares devem-se *entredestruir* e se entredevorar, cedo ou tarde. Mas que perspetiva! (Bakounine, 1875, p. 84).

Não cabe, naturalmente, nestas páginas toda a recolha que fizemos sobre o ano de 1917, captação exaustiva de memórias, perseguições exaustivas de origens e marcas (desejadas) identitárias, e sobretudo de interrogações, relatos que se filiariam com o nosso objetivo e objeto, mesmo não estando presentes no resultado que pretendíamos. Ano difícil, pela carga inédita dos acontecimentos, pelas dificuldades das fontes, umas vezes destruídas pelo impacto das catástrofes, outras sonegadas em nome de um secretismo que não passará de uma memória prensada por quem a teme. O ano dos extremos inéditos: da morte massiva de ideais e de seres humanos, à promoção da alienação como enaltecimento da sobrevivência (exemplo: durante a I Guerra Mundial, de 1914 a 18, os famosos armazéns Harrods, em Knightsbridge, Londres, vendiam pacotes com morfina ou cocaína, uma agulha e uma seringa. Apresentando-os como "Um presente útil para os amigos na frente").

A censura imperava, dentro e fora de Portugal, a coberto do sigilo devido à guerra e de muitas outras conspirações; em 1917 é estabelecido o regime de censura de guerra, que vai incidir desde a correspondência dos soldados às "fitas" cinematográficas. É o que acontece a certos documentos que nunca chegaram ao seu destino, ou mostraram a verdadeira cronologia, que consideramos inverosímil tal como foi registada por uma memória construída, por exemplo

no que diz respeito ao início da pandemia de gripe americana (conhecida em Portugal como gripe espanhola).

É claro que a Primeira República procurou abrir portas a uma nova utopia e na memória que nos deixou entende-se que não teve tempo para concretizar as melhores quimeras que a animavam.

> Uma das primeiras preocupações da República foi libertar a imprensa periódica das peias legais que a limitavam, reconduzindo-a a situação idêntica à dos melhores tempos do constitucionalismo. Nesse sentido, é promulgado Decreto com força de lei de 10/10/1910, pelo qual era "revogada a lei repressiva da liberdade de imprensa de 11/04/1907, suspendendo-se todos os termos de quaisquer processos relativos à Imprensa, enquanto não for publicado um novo decreto com força de lei protetor da liberdade de imprensa (artigo 3º); e, segundo o artigo 4º, o presente decreto entra imediatamente em vigor e será sujeito à apreciação da próxima Assembleia Nacional Constituinte".
> Desta maneira, apenas 5 dias depois da revolução que implantou no nosso país o regime republicano, restituía-se o direito de livre expressão do pensamento através do jornalismo, o que era considerado um dos mais sólidos alicerces em que devia assentar a República. O exercício desse direito foi depois regulado pelo Decreto com força de lei de 28/10/1910. (...)
> "Artigo 1º: regula-se pelas disposições deste decreto o direito de expressão de pensamento pela imprensa, cujo exercício é livre, independente de caução, censura ou autorização prévia, entendendo-se por imprensa qualquer forma de publicação gráfica e por *imprensa periódica* ou *periódicos* quaisquer publicações que não tratem exclusivamente de assuntos científicos, literários, artísticos ou religiosos, cuja distribuição se faça em períodos determinados de tempo ou em séries de exemplares ou fascículos. (Tengarrinha, 1989, pp. 259-260).

Um pouco paradoxalmente, a censura voltou, por imperativos militares estratégicos; em 1917, era publicada a seguinte nota nos jornais portugueses:

> **Correspondência para o CEP.**
> O Sr. ministro da guerra declarou que se torna bem público, não só para conveniência do serviço como interesses dos oficiais e praças que da direção da correspondência dirigida para os mesmos em França, deve constar bem legível: nome, número, posto, companhia (esquadrão ou bateria), batalhão (ou grupo) e regimento e para as praças dos vários serviços, a unidade a que pertencem na metrópole e formação a que pertencem no Corpo Expedicionário. A direção deve conter, somente, mais os seguintes dizeres: CEP França - não seguir ao seu destino qualquer correspondência na direção, indignidade superior ao regimento.

Podíamos dizer que 1917 é o ano de nascimento do historiador Hobsbawm e da morte do sociólogo Durkheim, mas seria muito pouco na relação direta com os intelectuais que percorreram em vida e morte a mesma cronologia, e que ficaram pelo caminho nesse ano que

foi o das mais sangrentas destruições, ano de morte para tantos combatentes, (mais ou menos) relacionados com a Grande Guerra. O ano em que Portugal e os Estados Unidos entraram na Guerra; o ano dos maiores motins e deserções no cenário bélico; o ano em que a Rússia trocou a frente europeia do conflito mundial por uma guerra civil interna que arrastou por quase quatro anos e onde o exército vermelho (bolchevique, organizado por Léon Trotski[272]), o exército branco (movimento ou guarda branca, de apoio ao czarismo), o exército verde (nacionalista), o exército negro (anarquista) e o exército azul (separatistas polacos), se digladiaram somando a morte que era tão bem conhecida dos combatentes em litígio, vindos, por vezes em condições extremas, das frentes da Grande Guerra (somam-se os relatos de soldados que fizeram "cerca de 4 mil quilómetros a pé", desertando da Guerra, para, muitos deles, morrerem, pouco tempo passado, na "mãe pátria russa". O ano do nascimento da União Soviética, resultante da Revolução de Outubro (ou novembro, pelo calendário gregoriano) e oposta à revolução de Fevereiro do mesmo ano e de uma guerra civil, que se prolongaria de 1917 a 1921 (Beevor, 2022; Marie, 2017). O filósofo Leonardo Coimbra publicaria, anos depois, uma obra quase profética - *A Rússia de Hoje e o Homem de Sempre* onde

> Vamos observar rapidamente alguns traços principais da história da Rússia. Não com o fim de explicarmos pela sua história e Geografia o caráter russo, pois não acreditamos na integral determinação do ser humano, pelo seu meio ou pelas contingências da sua história. (Coimbra, 1935, p. 153)

Um livro que é uma "avaliação crítica à luz do humanismo cristão, implicando uma antropologia metafísica, uma filosofia da história, ambas de recorte aristotélico-tomista, e a teologia cristã" (Alves, 2013, p. 280).

Em Portugal, este é, de igual modo, um ano crucial. Afonso Costa, o político de maior craveira na Primeira República portuguesa, lidera o terceiro e último governo da sua responsabilidade (em abril, mês que assinala a entrada dos Estados Unidos na Guerra), um governo que cairá diante do golpe de Estado de Sidónio Pais (dezembro).

A revolução de outubro portuguesa, a de 1910, perderia o seu lado mais renovador, reformista e atrevido, embora entrecortado pelos extremismos e pelas contradições, e nasceria,

[272] Léon Trotski, uma das principais figuras da Revolução Russa de 1917, escreveria o título sintomático, *A Revolução Traída*, em 1936. Muito se diria do livro, mas sublinhámos uma passagem em que Trotski cita Marx: "Toda a economia se reduz à economia de tempo, isto é, a luta do homem contra a natureza, em qualquer grau de civilização". (Trotski, 1936, p. 117). Aceitando que "o marxismo cultural" nasce de uma releitura das ideias de Marx feita por Antonio Gramsci, esta frase podia constituir matéria interessante para o debate da ideia de cultura, em Marx: a cultura como um combate condicionado pela economia do tempo". A destruição da natureza, que consagra o cultural sobre o natural, também nos parece um desperdiçar dessa mesma economia do tempo, acelerado pela falta de contenção humana. De alguma forma, Marx parece ser o precursor do conceito de sustentabilidade, aparecido quase um século depois.

no seu lugar, um longo período de conservadorismo, com Sidónio e o seu golpe de estado, no fim do ano de 1917, e mais tarde, depois desta experiência de autoritarismo, com outro golpe de Estado (o de 1926) que fecharia o País num reduto distante da inovação e do mundo. No caminho da Primeira República houve outros políticos acusados de serem ditadores, a começar por Manuel de Arriaga (presidente entre 1911-1915) e que recorrerá a uma original estratégia memorial, na qualidade de "cronista de si mesmo", considerando que só ele pode falar, justamente de si. Outros nomes mereceram a mesma acusação, de partidários de soluções ditatoriais: Machado Santos (secretário de Estado de Sidónio acabaria em rutura com o mesmo), Basílio Teles (chegou a apresentar um programa político que incluía a pena de morte[273], a suspensão das garantias por tempo indeterminado e o encerramento das escolas até serem totalmente reformadas pela República), Pimenta de Castro (o da "afrontosa ditadura" que ficará à frente de um governo que prescindirá do Parlamento para governar e legislar"), ou Afonso Costa (ele próprio sinónimo da primeira República em toda a extensão da sua legislação e transformações, homem de fortíssima determinação e ação), entre nomes eventualmente menos falados. Recorde-se que Benito Amilcare Andrea Mussolini tornou-se o primeiro-ministro da Itália em 1922.

No início de 1917, uma dissidência nos evolucionistas, leva 17 deputados a passarem-se para o grupo de Brito Camacho que "cresce" para 30 deputados.

Ainda no princípio do mês de janeiro falha uma tentativa golpista, chefiada pelo coronel Botelho de Vasconcelos que, anos mais tarde, será morto a tiro na "noite sangrenta" de 19 de Outubro de 1921.

É em 1917 que partem os soldados portugueses para a Grande Guerra: o primeiro contingente do Corpo Expedicionário Português parte para a Flandres (em finais de janeiro), para um destino adverso, aziago, dolorosamente desconhecido.

Em maio, a revolta dos abastecimentos, em Lisboa, conhecida popularmente pela *revolta da batata*[274]*,* contesta os cortes na alimentação, a qualidade do pão (pouco e negro, de péssimo sabor), os recursos que são agora canalizados para a Guerra, e um mau estar que, estando presentemente num dos seus auges, já vinha de muito longe. Uma das principais causas

[273] A pena de morte voltará, aplicada episodicamente, durante a Grande Guerra e será reclamada como fundamental, por alguns setores sociais e divulgada nos jornais da época, nos dias a seguir à morte de Sidónio Pais. CF. jornal *O Tempo*, na página principal, o que escreve no dia 17 de dezembro ou na mesma data o jornal A Situação, cujo diretor levará o mesmo pedido ao Parlamento. Aliás, Joaquim Durão e Arnaldo Pereira, os "homens fortes" de A Situação, foram sempre pródigos nos elogios a Sidónio.

[274] Por vezes referida como Revolução da Batata ou, usando um termo importado (por exemplo do Brasil, apesar de o termos encontrado noutros locais, de Portugal ao Sri Lanka) como Revolução da Fome. Como exemplo Oliveira (1993).

na falta de pão na cidade estará, não na guerra, mas no facto de patrões e sindicalistas de Beja impedirem a saída de trigo do concelho.

Na senda de tantos outros projetos de poder pessoal ou de pequenos universos culturais e políticos em presença, o médico Egas Moniz faz-se protagonista e anuncia a criação de um novo partido centrista [275](em outubro). Menos de dois meses passados, começa a revolta sidonista, previamente preparada em jornais, cafés, centros de conspiração dos mais variados e mais ou menos clandestinos (o golpe ocorre, com a perda de muitas vidas, em dezembro. António Manuel Trigo estará entre os cadetes que, apoiando Sidónio Pais, rumaram ao Parque Eduardo VII, como nos descreve nas *Memórias*).

Enquanto o cenário revolucionário de Sidónio Pais se centrava no Parque Eduardo VII e as forças armadas e militarizadas se enfrentavam, aparentemente em nome de ideais bem definidos, uma parte da população lisboeta mobilizava-se, não para apoiar as fações em presença, mas para a pilhagem das lojas da "baixa" da cidade.

No cenário de separação entre a Igreja e o Estado, sobe à cena um fenómeno de crença que levará a Fátima, a partir de maio, a romarias de um povo esfomeado de conforto religioso. No mesmo mês, sucedem-se as contestações a Afonso Costa no seio dos democráticos e no mês seguinte sai do parlamento (e não entra, como alguns autores insistem em escrever) o primeiro deputado católico: António Augusto de Castro Meireles,[276]representante do círculo de Oliveira de Azeméis como primeiro deputado eleito pela União Católica, em 1915, mantendo-se no Parlamento até 1917: "Deixe-me até dizer-lhe, meu caríssimo amigo, que prefiro a República à Monarquia que esteve. E, coisa interessante: desde que vim para Lisboa tenho recebido dos republicanos maiores provas de consideração que dos monárquicos que o são acima de católicos" (Neto, 1921, p. 812)[277].

No dia 5 de março de 1917, o Presidente da Câmara dos Deputados, Alfredo Ernesto de Sá Cardoso, anuncia ao Parlamento a morte de Manuel de Arriaga, o primeiro Presidente da República constitucional, eleito pela Assembleia Nacional Constituinte, em 1911. Segue-se, a 6 de março, o funeral do Presidente, respeitando as disposições expressas no testamento de Manuel de Arriaga – desrespeitando a sua memória e as suas últimas disposições testamentárias, o corpo de Manuel de Arriaga encontra-se hoje no Panteão Nacional, para onde

[275] O Partido Centrista Republicano surge como uma dissidência do Partido Evolucionista. Apesar de apresentar-se ideologicamente como centrista, situa-se, nas ideias de direita política no parlamento.

[276] Parlamentar católico e bispo de Angra do Heroísmo e do Porto, nasceu a 13 de agosto de 1885, na Casa da Fonte, da freguesia de Boim, concelho de Lousada, no distrito do Porto, propriedade de Raimundo Duarte Meireles e Delfina Moreira de Castro, seus pais, lavradores e proprietários rurais.

[277] A instrução pastoral coletiva do Episcopado, de 22 de Janeiro de 1917, apela para a ação política da União Católica, de onde derivará o Centro Católico Português.

foi trasladado em 16 de setembro de 2004 – que pediam um "(…) enterro modestíssimo, desejando ser conduzido num carro puxado a duas parelhas, sem convites, sem deposição de coroas e sem discursos junto à sua última morada."

O cortejo partiu da sua residência, na Rua das Janelas Verdes, até ao Cemitério dos Prazeres. O jornal *A Capital - diário republicano da noite* (Almeida, 1917) destaca ainda a "maior imponência, incorporando-se nele o elemento oficial e achando-se representadas todas as classes sociais" isto apesar do "dia, verdadeiramente invernoso."

É em 1917 que Virgínia Quaresma (nascida em 1882) cumpre o seu último ano como jornalista de A Capital. A primeira jornalista repórter portuguesa, para além de redigir notícias, distinguiu-se na reportagem e na entrevista, dois géneros então pouco cultivados e que serão fulcrais no jornalismo moderno. Virgínia foi, juntamente com Berta Gomes de Almeida, das primeiras mulheres a licenciar-se em Letras (1903). O Deputado António da Fonseca critica o governo por este consultar o Conselho (a seu ver, "entidades estranhas ao parlamento". As críticas formuladas a 8 de março, renovam-se a 20 do mesmo mês. Em resposta, o governo considera-se demissionário.

A 11 de Março, numa reunião da ACAP, a Associação Central de Agricultura Portuguesa, José Relvas [278]e Aresta Branco defendem *ação direta* da lavoura contra o governo.

Surge um novo regime de controlo do gado nos concelhos raianos para evitar a exportação clandestina (20 de Abril).

Lenine publica no *Pravda* as chamadas *Teses de Abril* onde afirma que finalmente é necessário evitar a revolução burguesa na Rússia e proclama: "*nada de república parlamentar"* – em alternativa, apresenta um programa de nacionalização da banca e de expropriação de terras.

Entre 1 e 13 de abril, Afonso Costa desloca-se a Espanha e a França. No regresso vai constituir aquele que será o seu último ministério, convidando para isso antigos monárquicos. Os republicanos históricos só estarão representados pelo próprio Afonso Costa e por Alexandre Braga (filho).

É publicado em abril o decreto nº3 092, que cria a 18 de abril, o Conselho Económico e Social.

A 27 de abril, Salazar toma posse como assistente da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

[278] José Relvas foi perentório, durante toda a sua vida cívica, a intervir publicamente sobre a política vinícola, defendendo a liberalização do mercado interno.

No final do mês, no Porto, contam-se duas dezenas de mortos, na sequência de assaltos a padarias e ao mercado do Porto.

Pouco depois, em Lisboa ocorre a *revolução ou revolta da batata* — terá durado mais de duas semanas do mês de Maio de 1917. Os lisboetas sem controlo, enfrentando algumas forças da ordem, desmotivadas e pouco eficazes no confronto, saquearam praticamente todas as lojas e armazéns de géneros alimentícios. O levantamento parece ter contagiado também os portuenses.

Leia-se Egas Moniz, por nos parecer a fonte coeva mais próxima desta "revolta", ao escrever sobre o acontecimento ainda em 1917, dias depois dos acontecimentos.

> Revolta dos abastecimentos em Lisboa entre 12 e 31 de Maio, com dezenas de mortos e centenas de feridos. No dia 19 de Maio intensifica-se o processo grevista desencadeado e, no dia seguinte, há uma manifestação de operários da construção civil no Parque Eduardo VII, com o governo a decretar a suspensão das garantias constitucionais. Assaltos a armazéns de víveres, com 22 mortos e 50 feridos graves, no dia 21, naquilo a que se vai chamar, depreciativamente, a *revolta da*. Sessão parlamentar sobre a matéria, confirma o estado de sítio em 22 de Maio. Também há tumultos no Porto que causam cerca de duas dezenas de mortos. Afonso Costa, na própria Câmara dos Deputados observa que *em vez duma cidade de país civilizado, encontramo-nos em uma terra de selvagens* (21 de Maio). O democrático Jaime Cortesão refere que se trata de uma *revolução da fome, mas com plano e organizações secretas* (29 de Maio). Em 1 de Junho é criada uma Administração de Abastecimentos que recebe as atribuições da Manutenção Militar, assim se demonstrando a ineficácia do aparelho de Estado face à crise do abastecimento e preços. E não é por acaso que um jovem estudioso desta matéria, Oliveira Salazar, vai consagrar-se universitariamente com um trabalho universitário dedicado à *questão das subsistências*, repetindo um título já utilizado numa pequena obra de José Luciano de Castro (Moniz, 1917, p. 1)

Note-se que as datas que Egas Moniz refere – "entre 12 e 31 de maio" – não coincidem com outras fontes que, mais tarde, vão repetindo considerações sobre os factos agora referidos. Parece certo que a revolta se deu em Lisboa, na sequência de uma paralisação dos trabalhadores da construção civil a 19 de maio; os operários convocaram uma manifestação no Parque Eduardo VII, em Lisboa, reivindicando aumentos salariais. Assim sendo, a data de 12 de maio, que Moniz sugere, é pouco credível. Também parece certo, em todas as fontes consultadas, que a "agitação social" contagiou, em menor escala, outros pontos do país, incluindo greves, comícios e motins. De acordo com o sítio da rede do parlamento português (Diário da Câmara dos Deputados, n.º 71, 22, 23 e 24, 1917; Diário do Senado, n.º 60, 1917), os tumultos, reprimidos pelas forças da autoridade, resultaram em cerca de 400 presos e 40 mortos. Na região de Lisboa é decretado o estado de sítio. Os clichés de Benoliel mostram, na Ilustração

Portuguesa [279] apenas a 4 de junho, sob o título *Os Acontecimentos de Lisboa*, algumas fotos interessantes: a infantaria da guarda republicana a policiar o Rossio e a fazer guarda na rua da Palma, à loja Pérola da China, depois de assaltada (sic). Mais duas fotos procuram retratar a dimensão trágica do ocorrido: uma de Benoliel, outra do "distinto amador" José Nunes de Carvalho. A primeira mostra-nos uma pequena multidão à porta da morgue[280]; outra tem como legenda: na tarde de domingo, 20, no Parque Eduardo VII, voluntários lisbonenses conduzem um ferido.

A 13 de maio começa a longa série de alegadas aparições de Maria, mãe de Jesus, figura cultuada, tida como sagrada e da maior importância no culto católico. Três crianças afirmam ter tido contacto com a mãe de Cristo: uma delas via, ouvia e falava com a visitante; outra apenas via e ouvia; e o terceiro podia apenas ver. Um movimento de fé e crença popular tem início naquela data e mantem-se até aos nossos dias.

A 14 de maio "algumas instituições e coletividades democráticas realizaram uma importante romagem ao Alto de S. João; onde repousam as vítimas da revolução de 14 de maio de 1915, revolução que derrubou a ditadura do general Pimenta de Castro".[281]

Em maio, também, um pouco por todo o país, decorre a Venda da Flor, uma das formas populares de angariação de fundos para ajuda das despesas de guerra e no teatro Gil Vicente, ao Palácio de Cristal, realizava-se um serão d'arte, promovido por uma comissão de senhoras da Assistência das Portuguesas às Vítimas da Guerra. De acordo com a Ilustração Portuguesa, é "quase de surpresa que, em maio, reabre o Coliseu dos Recreios de Lisboa, "oferecendo" uma ópera lírica italiana por uma companhia procedente do Gran Teatro dei Liceo, de Barcelona, tendo como figura principal "o célebre e festejado tenor "Tito Schipa que em Lisboa conta entusiásticos admiradores da sua rara virtuosidade e do seu belo talento teatral. Apresentado como "comediógrafo e lutador", Eduardo Schwalbach apresentava uma revista, na Trindade, *Ovo de Colombo*, "feita de maledicência e sensualidade", onde se vê "a pequenez do presente, arrastando-se ao pé da grandeza do passado". Onde se reconhecem "em face dos defeitos, as virtudes da nossa raça". Espetáculo capaz de "moderar os ímpetos da gargalhada pela reflexão

[279] *Ilustração portuguesa*, página 448, nº 589, da II série.

[280] De acordo com o decreto número 4808, cujo teor era a reforma do Instituto de Medicina Legal de Lisboa, promovida por Sidónio Pais, sabe-se que durante o ano de 1917-1918, isto é, de 1 de julho 1917 a 30 de junho de 1918, se executaram no Instituto de Medicina Legal de Lisboa 761 autópsias, 3005 exames diretos em agredidos, 133 exames diretos em vítimas de "crimes contra a honestidade". Entraram na secretaria do mesmo Instituto 4010 documentos e saíram 2115

[281] Cf. *Ilustração portuguesa*, página 415, nº 589, de 21 de maio de 1917.

das coisas graves que se lhe ministram à mistura com as cómicas. Por isso é que Schwalbach atrai Lisboa inteira ao teatro e nisto é que está a magia do seu talento".[282]

No mesmo ano de 1917, em julho, organiza-se o congresso dos democráticos. Norton de Matos lidera a contestação a Afonso Costa. É fundado, em Braga, o Centro Católico Português em agosto. O programa do Centro é redigido por Diogo Pacheco de Amorim e Almeida Correia. Participam 36 leigos e 30 eclesiásticos. A 6 de Março, a legislação procura tornar livre a importação de cereais, o que equivale a dizer livre de direitos pautais, no que respeitam à importação de trigo e de outros cerais panificáveis.

Mais um dos episódios trágicos da Primeira Guerra ocorre em julho, sendo que todos os acontecimentos que foram promovidos entre 1914 e 1918 eram sempre exemplos de tragédia, concorrendo para imagem negativa de toda a civilização humana: é a terceira batalha de Ipres, também conhecida como Batalha de Paschendale, na Flandres ocidental.

A Declaração Balfour, de 2 de novembro, vai mudar a história do mundo, numa outra direção: em apenas 67 palavras, o ministro britânico da Relações Exteriores Arthur Balfour (figura que a memória praticamente retirou dos livros de história e das evocações) e o seu governo, reconhecem "o estabelecimento de um lar nacional para o povo judeu na Palestina", que permitirá a criação de Israel como Estado, uma grande vitória para os judeus e, ao mesmo tempo, uma "grande traição" na opinião dos palestinianos. [283]

A declaração foi enviada a Walter Rothschild, um dos principais proponentes do Sionismo, movimento que defende a autodeterminação do povo judeu naquela que consideram a sua "terra histórica" – uma zona que se estende do Mediterrâneo até ao lado oriental do Rio Jordão, uma área que passou a ser conhecida como Palestina (que é afinal uma palavra para zona de planícies e que antes já era usada com outra intenção pelos povos locais). No final do ano, é assinado o armistício, entre a Alemanha e a Rússia, (dezembro). A 11 de Dezembro, o general Edmund Allenby entrou na Cidade Antiga de Jerusalém, a pé, pelo Portão de Jafa, escolhendo não o fazer a cavalo ou usando qualquer veículo, em sinal de respeito pelo local sagrado. Foi o primeiro cristão, em muitos séculos, assumir o controlo de Jerusalém, um local de muito significado para muitas crenças até aos nossos dias.

[282] Esta notícia, na página 447 da Ilustração Portuguesa, nº 589, antecede a notícia sobre a Revolta da Batata.

[283] Os conflitos suceder-se-iam depois quase sem grandes tréguas ao longo dos anos. Recentemente, o conflito israelo-palestiniano de 2023, também chamada de Guerra Israel-Hamas, começou em 7 de outubro de 2023, durante uma ofensiva surpresa coordenada por vários grupos militantes palestinianos contra cidades israelenses próximas, passagens de fronteira da Faixa de Gaza, instalações militares adjacentes e colonatos civis.

O ano de 1917 é um ano de grandes produções culturais, sendo o ano do *Portugal Futurista* (revista com um número único, em novembro) e de António Ferro, que em edição de autor apresenta o livro *As Grandes Trágicas do Silêncio* e que será o grande dinamizador da política cultural do Estado Novo; e Almada Negreiros, artista multifacetado, que publica nesse ano a novela *A Engomadeira*, realiza, no Teatro da República, a conferência *Ultimatum Futurista às Gerações Portuguesas do Século XX*; e nesse mesmo ano colabora no único número da revista *Portugal Futurista* e publica a novela *K4 O Quadrado Azul.*

> O 18 de outubro de 1917 foi destacado num projeto do Senado da República e António Caetano Celorico Gil, deputado, natural de Castro Marim, que foi fundador e diretor do jornal Diário Popular e um dos poucos deputados eleitos nas três primeiras legislaturas do regime republicano, defendeu a ideia com um discurso inflamado. A proposta apresentada a votação, dizia assim:
> Está em discussão na generalidade o seguinte projeto de lei, vindo do Senado: Artigo 1.° O dia 18 de Outubro de 1917, primeiro centenário da execução do patriota Gomos Freire do Andrade e da dos seus companheiros de acrisolado patriotismo, é feriado nacional, em homenagem à memória do brioso e valente soldado, dos patriotas insignes e dos mártires augustos da Pátria e da Liberdade (Diário da Câmara dos Deputados, n.º 126, 1917).

De facto, Miriam Halpern Pereira explica-nos que

> O dia 18 de Outubro foi declarado feriado nacional e foi emitido um selo postal evocativo. As celebrações centraram-se em Lisboa, onde foi promovida a colocação de uma placa comemorativa na residência de Gomes Freire de Andrade no momento da prisão, na Rua do Salitre, e uma placa em homenagem aos outros 11 condenados num prédio no Campo dos Mártires, assim nomeado em 1879, em sintonia com a Rua Gomes Freire, cujo nome data também desse ano. No Largo já teria sido colocada uma placa com os nomes dos 11 condenados em 1880 segundo José-Augusto França, porventura estaria degradada. A segunda placa colocada em 1917 também teve uma história atribulada, tendo estado recolhida num depósito da câmara pelo menos entre 1947 e a década de 1990. Graças à petição dos vereadores David Mourão-Ferreira, Natália Correia e Adriano Gusmão, entre outros, datada de 1992, veio a ser restaurada e recolocada dois anos mais tarde, num canto do jardim daquela enorme praça. Em Lisboa, desfiles públicos de considerável dimensão, que contaram com a participação de escolas públicas, acompanharam a colocação das placas em 1917, com a presença das principais entidades políticas e militares, além de outras cerimónias públicas (Pereira, 2018, p. 219).

Na Grande Guerra, os ingleses tomam a liderança dos acontecimentos, usando as tropas portuguesas como reforço da frente ocidental. Os alemães introduzem, no mês de julho, durante a Segunda Batalha de Ipres, uma nova arma de guerra, ainda mais letal do que muitas anteriores: as granadas de gás lançadas pela artilharia. As novas granadas exigem mais potência

e o gás usado é um gás químico que será conhecido como gás mostarda, que podia permanecer no mesmo local em que fosse lançado por vários dias; virulento, muito poderoso, tinha como parceiro o gás fosgénio, tóxico e corrosivo. As baixas sucediam-se, naturalmente, e o cenário tornou-se ainda mais insuportável quando os aliados começaram a aumentar a produção – e o uso! – de gás para os fins de guerra.

> Lázaro, ergui-me do sepulcro. Vivo com a frescura de emoções de quem renasce. Já vejo alguma coisa e dou o meu passeio pelo corredor do hospital. Mas, porque a minha memória foi profundamente abalada e um véu de sombra me empana ainda os olhos, o mundo e a vida, onde eu reentro, surgem do Caos, brilham a custo, através de um nevoeiro espesso e primitivo, não vejo as linhas contornais das coisas e dos seres. Lobrigo apenas manchas paradas e sombras que se movem (...) Eu estou no *Hospital das Doidas*, em St. Venaint, numa grande parte do qual se improvisou o nosso Hospital de Sangue n.º 2. É um vasto conjunto de casas apalaçadas, dispersas num grande parque, em cerca. Há ali algumas centenas de mulheres loucas. (...) Os feridos entram constantemente (Cortesão, 1919, pp. 21 -214).

Como esquecer, finalmente, que 1917 é também um ano de sublevação e de deserção, dos pelotões de fuzilamento, tudo isto traduzindo o desespero de milhares de soldados que arriscam a vida, ao fugirem de uma guerra sem lógica que ameaçava e destruía o mundo à escala mundial? De muita bibliografia, não citada, mas consultada e meditada ao longo deste trabalho, resumimos no título italiano *Plotone di eseczione, I Processi della Prima Guerra Mondial* (Monticone & Forcella, 2014)[284]a síntese dessa realidade. Uma obra ímpar de história contemporânea.

[284] Esta editora teve como autor e "padrinho" o filósofo Benedetto Croce.

Portugal 1917

É 1917 o ano em que Portugal enfrenta o cenário europeu do conflito mundial iniciado em 1914 e que chegou ao País, quase desde o início do conflito, pela "porta de entrada" das colónias[285]; a crise (económica, política e das mentalidades, em contexto internacional e por afetação inevitável, em Portugal) agravada pelo esforço de guerra nas frentes colonial e europeia (a nossa tese é a de que são os efeitos da I Grande Guerra os responsáveis, talvez únicos, pelo fim da I República Portuguesa); os abalos diplomáticos mais variados, a começar pela declaração de guerra pela Alemanha, entregue em mão, e a posição limitativa da Inglaterra, aliada antiga, procurando evitar a entrada portuguesa em cenário de guerra europeia; todas as pressões revolucionárias e contrarrevolucionárias internas; uma notável divisão política em que os muitos grupos formados se digladiavam em torno de projetos de poder não conciliáveis; ainda e sobretudo um violento golpe de Estado que faz subir ao poder o decadentismo (em nome do combate à demagogia) e o principio de um futuro autoritário que iria circunscrever o País no meio século seguinte; o fim de uma cultura medieval, escolástica e o início de um "pensamento moderno", herdeiro do "Portugal mental" que via entrar nas suas ideias as ideias avassaladoras de pensadores inesperados, Comte, Hegel, Kant, Marx, recebidos de com grande avidez intelectual por nacionais como Amorim Viana, Antero de Quental, Teófilo Braga, Sampaio Bruno, alicerçados pelos pensamentos próprios e combinados de Teixeira de Pascoaes, do cardeal Saraiva, de Leonardo Coimbra, de António Sérgio ou António Quadros (para destacar alguns dos mais atentos).

Como se tudo isto não bastasse, soma-se a divulgação de fenómenos ilusórios, sobrenaturais, que tornados reais pelo imaginário popular tornam qualquer interpretação, a cem anos de distância, uma dificuldade visível nas mais diversas e conflituosas argumentações. Para usar a expressão criada pelo documentário realizado no formato de 35 mm por Carlos Marques, falamos dos acontecimentos de *Fátima, altar do mundo.* Expressão saída do título do filme referido, que a 16 de outubro de 1956 a Sociedade Portuguesa de Atualidades Cinematográficas/SPAC que produziu a obra, submeteu à Censura. (Usando o cinema como meio de propaganda, o Estado Novo, organizou estruturas de produção cinematográfica; criou,

[285] A Primeira República portuguesa era assumidamente colonialista e entendia manter as fronteiras portuguesas definidas pelo mundo; nunca se colocou a questão da autonomia, da independência, da autoafirmação ou do fim, mesmo parcelar, do Império colonial português que, embora enfraquecido face a outros períodos, lutava, agora dentro dos parâmetros republicanos, por uma redefinição de valores e de poder, nomeadamente que pudesse resultar de uma participação portuguesa na Primeira Guerra.

em 1935, o "cinema ambulante". O regime continuou depois a desenvolver atividades *protetoras* do cinema e a instituir prémios oficiais).

O ano de 1917 é um ano de morte física e metafórica. É um ano de visões abstratas, de um conformismo umbrático, de uma substituição das ideologias pela resposta que os acontecimentos quotidianos lhes davam, numa marcha imparável. Quase paradoxalmente, é tudo isto a par de um reacender de esperança e da estranha ressonância afetiva no comportamento de alguns grupos perante impactos das mais diversas ações políticas. A proposta deste trabalho consiste num estudo sobre o processo de maturação laica de conceitos presentes, mesmo subliminarmente, na sociedade portuguesa-os de missão e de messianismo – num ano epicentro de mudanças condicionantes da vida individual e coletiva em Portugal. Saliente-se como Bruno (1987) exalta que a eliminação do Mal se traduz na afirmação do Homem como Messias, melhor ainda, o Messias e o Homem são uma e a mesma coisa: "[...]o verdadeiro Messias não é nenhum príncipe morto e ressuscitado pela febre dos ignorantes, mas tão-só e apenas o Homem" (Bruno, 1987, p. 283).

Laicizados os feriados e promovidos por decreto, os dias 1 e 31 de Janeiro, 5 de Outubro e 1 e 25 de Dezembro eram em 1917 os mais esperados simbolicamente pelos cidadãos apoiantes da República.

Maria Alice Samara assegura, dando relevo a uma celebração da memória, perpetuando-a em símbolo a partir de uma homenagem a Gomes Freire de Andrade[286]:

> Eis aqui uma súmula do republicanismo militante. Recuperando um fio do passado, encontramos o predomínio de uma vocação culturalista que privilegia a educação, ancorada na figura de um *patriota* a par com um projeto para o futuro. Um ano mais tarde, o deputado Celorico Gil deu o seu apoio ao projeto do Senado da República que pretendia que o dia 18 de Outubro de 1917, primeiro centenário da execução de Gomes Freire de Andrade e dos seus companheiros fosse considerado feriado nacional "(...) em homenagem à memória do brioso e valente soldado, dos patriotas insignes e dos mártires augustos da Pátria e da Liberdade" (Diário da Câmara dos Deputados, n.º 126, 1917). Estas duas últimas ideias sempre tiveram um papel central no republicanismo (Samara, 2010, p. 24).

Com a República, os feriados tinham uma nova versão simbólica, apesar de serem heranças de outros dias, com outras versões simbólicas. Depois do 5 de outubro de 1910, dia que ganhara expressão maior por ser agora consagrado aos heróis da República e que figurava

[286] Gomes Freire de Andrade, general português, mação, 5º grão-mestre do Grande Oriente Lusitano, libertado Portugal da ocupação das tropas francesas, e após a derrota de Napoleão, Freire de Andrade, ao regressar a Portugal, veio a ser preso, implicado e acusado de liderar uma conspiração em 1817. Nesse mesmo ano foi morto por enforcamento, após julgamento sumário, a 18 de Outubro (durante mais de um século, dia de luto na Maçonaria Portuguesa).

entre todos como o mais importante da cronologia festiva, o dia 1 de Janeiro encabeçava a lista, por ser dedicado à fraternidade universal. O dia 31 de Janeiro (dia da revolta republicana do Porto, em 1891) por ser consagrado aos percursores e mártires da República; o primeiro de Dezembro, por festejar a autonomia da pátria portuguesa; e o 25 de Dezembro dedicado à família – eram os que sobressaiam nas páginas dos Almanaques. Zona peculiar da imprensa, são, indubitavelmente, esses almanaques. Destacamos o Almanach Bertrand de 1917 (Costa, 1917)[287], onde os principais acontecimentos do mundo parecem não constituir a prioridade do seu público-alvo. Para dar uma pequena imagem do conteúdo, vemos, por exemplo na página 211 sob o título *No País do Grande Czar Branco*, um render da guarda no Império Russo. A legenda é a condizer: "Rendição de uma Sentinela dos granadeiros imperiais russos. Junto do monumento de Nicolau, primeiro em São Petersburgo. Cena da atualidade, de fotografia; é esse corpo de eleição que compete exclusivamente honroso serviço de guardar este sumptuoso monumento imperial". Por seu turno, o Novo Almanaque de Lembranças Luso Brasileiro[288], redigido em 1917, em mais de 300 páginas, acumula curiosidades horóscopos, anedotas, notícias de pouca profundidade, indicações úteis como o contacto dos bombeiros – "na estação central há um piquete de três bombeiros, durante 24 horas"), os preços da Companhia de Carruagens Lisbonense e das outras empresas de carruagens, receitas, enigmas, charadas, jogos, ilustrações, curiosidades etnográficas, registos religiosos (de pendor católico), alusões coloniais (como a reprodução de um "busto de rapariga de Angola") e da guerra ou da realidades nacional, raríssimas e surpreendentes exceções - por exemplo, na página 161 sob o título, figuras da guerra, Lord Kitchner, apresentado como o retrato do "prestigiado Chefe do exército inglês, morto em trágicas circunstâncias". Saudando este anuário, o exército da "Grande nação amiga e aliada". Mais adiante, também em Figuras da Guerra, o título é *O Kaiser não está contente*. Uma fotografia reproduzida, apesar da pouca qualidade mostra o imperador dos Alemães apanhado numa atitude que demonstra bem pouca satisfação. Certamente acabava de receber alguma notícia desagradável, em que comunicavam que nem tudo corria a seu gosto. Finalmente na página 163, umas quadras de Bicicleta anfíbia montada por Fernando Figueiredo no jardim da Photographia Vicente, Freguesia da Sé, Concelho do

[287] Uma advertência (inocente) na página III: "Avisos e Recomendações: para facilidade e brevidade de expediente, toda a correspondência referente a assuntos privativos da redação do Almanach Bertrand deve ser endereçada ao seu coordenador, Fernandes Costa e diretamente remetida para a residência deste na Estrada de Benfica, nº 270, em Lisboa. (Hoje um prédio de habitação).

[288] Novo Almanaque de Lembranças Luso-Brasileiro para o ano de 1918, redigido em 1917 e publicado em 17 de Setembro deste último ano. Dirigido por O. Xavier Cordeiro e "adornado de gravuras, enriquecido com muitos materiais de utilidade pública e com o retrato e a biografia do falecido escritor português António Feijó. Tratava-se do 68º Ano da Coleção e foi editado em 1917, na cidade de Lisboa, pela parceria António Maria Pereira, Livraria e Editora com sede na Rua Augusta, números 44 a 54.

Funchal Arenoso, intituladas *Sobre a Campa de um Soldado*, rimam ingenuamente. Vem uma bala matou-o. /Se morreu isso que tem? /Todo aquele que assim morre/ é mais feliz que ninguém. /O seu nome pouco importa, / pouco importa quem seria. /Morreu pela nossa terra, / Padre Nosso, Ave-Maria. Enfim, almanaques, como os feriados, mais destinados ao ócio e aos dias mais festivos, certamente. Não esquecemos os almanaques propagandistas da República, como O *Almanaque Progressista,* o *Almanaque Republicano* e o *Almanaque da Democracia* de grande divulgação, em especial na capital. Em todos, o traço comum, que nascera com a Monarquia, parecia ser a ilustração, umas vezes pelo que era desenhado e cada vez mais pelo que era fotografado. Destaque-se Aurélio Paz dos Reis, que

> utilizava a fotografia como propaganda política de uma forma curiosa. Todos os anos encenava uma fotografia para a quadra natalícia, imagem geralmente protagonizada por uma das suas filhas. Nos anos mais próximos da Revolução Republicana essas imagens tinham um *slogan* ou outra forma de propaganda republicana (Howard & Serén, 2001).

Mas a festividade não era o sentimento mais comum dos portugueses nessa altura e os prazeres, que os havia, pareciam reservados a uma elite mais ou menos próspera, que mau grado as adversidades da época, frequentava a ópera e os teatros e lia as notícias, porém como se a realidade lhe andasse distante. Na passagem de ano 1916-1917, a elite lisboeta comentava, por certo, a peça *O Infante de Sagres* (Cortesão, 1917), estreia do dramaturgo Jaime Cortesão, levada à cena por esses dias no Teatro da República em Lisboa. Inevitavelmente associavam-se os comentários ao autor à sua vida política como militante do P.R.P., e à decisão que tomara em partir para o *Front,* como voluntário do C.E.P., na qualidade de capitão-médico miliciano –comportamento, político e cívico, que era o assumir da missão republicana no voluntarismo mais extremo, que mais mobilizava os argumentos das opções da época: ter um papel na Grande Guerra e afirmar o projeto republicano também à escala mundial[289]. (Repita-se: pelo apelo duplamente messiânico e missionário da Guerra).

Alguns dos lisboetas, naturalmente, desabafavam pela impossibilidade, cada vez maior de andar na cidade, até porque em Portugal, segundo os jornais, já circulavam 3211 automóveis! A par desse raciocínio haveria outro: era também urgente que o senhor ministro

[289] Encontrámos, para o mesmo ano, no Arquivo Histórico Militar processos políticos produzidos pela Direção de Justiça e Disciplina que, ao contrário de Cortesão, referiam oficiais-médicos cujo âmbito e conteúdo do processo tinha como objeto a causa: "não quiz ir à guerra (1ª Grande Guerra 1914-1918). Refira-se que em 14 de março de 2008 foi assinado um protocolo entre o Exército e o Banco Santander Totta, no qual foi estabelecido o desenvolvimento do projeto de Genealogia em Registos Militares (GERMIL), que consiste na descrição, transcrição, digitalização e disponibilização da informação dos Livros Mestres existentes no Arquivo Histórico Militar. Não citámos os conteúdos dos arquivos lidos, para manutenção do sigilo dos processados.

do Trabalho, na data António Maria da Silva[290], levasse à sessão do conselho de Ministros a questão dos elétricos, até porque o governador civil, Domingos Lopes Fidalgo[291] já tinha ouvido a Companhia Carris[292] e as empresas teatrais, que se uniam no pedido para que os carros circulassem até mais tarde[293]. Porém, só o seu sucessor, o ministro Eduardo Alberto Lima Basto[294], o faria, de forma inconclusiva aliás, já ao serviço do XIV Governo da República, o terceiro liderado por Afonso Costa, a partir de 25 de abril de 1917, sucedendo a António José de Almeida. Ao lermos os temas agendados e debatidos na reunião do conselho de ministros aludida, não nos deixa de surpreender o encontro de prioridades tão díspares quanto essas, dos horários dos teatros e de recolha de carros elétricos, ao lado da crise do carvão, do pão ou do projeto de lei garantindo os registos paroquiais aos párocos que forem prestar serviço no Corpo Expedicionário Português[295].

Alguns comentariam a nova revista *Ícaro*[296], que terá apenas três números, ou a rival *Centauro*[297], que quer interpretar como seu o movimento modernista.

---

[290] Engenheiro de minas pela Escola do Exército, foi um dos membros da *Alta-Venda* que dirigia a organização revolucionária republicana Carbonária Portuguesa, tendo-se exilado em Espanha, quando as suas atividades foram descobertas. Depois da implantação da República Portuguesa foi diretor-geral-interino da Estatística e administrador-geral dos Correios. Entre 1915 e 1926 foi o 4.º Grão-Mestre Adjunto do Grande Oriente Lusitano, cargo que ficou vago de 1926 até 1929 (Marques, 1998).

[291] Tomara posse a 13 de dezembro.

[292] A Companhia Carris de Ferro de Lisboa, apesar do nome, foi fundada no Rio de Janeiro em 1872, a 18 de setembro. Pretendia implantar na capital portuguesa um sistema de transporte do tipo americano (carruagens movidas por tração animal e deslocando-se sobre carris). Foi autorizada em Portugal, por Decreto de 14 de novembro do mesmo ano. Sofrendo restrições sempre diretamente ligadas com as diversas conjunturas económicas, em 1912, tinha uma frota de cinco unidades (caros elétricos). Nesse ano, com o fim de estudar as necessidades de transporte de alguns bairros ainda não abrangidos pelo serviço, organiza carreiras de autocarros, a primeira das quais, ligando Sete Rios a Carnide, foi inaugurada no dia 14 de Novembro. Dificuldades de manutenção e fraca afluência por parte do público conduziram ao seu desaparecimento três anos mais tarde (1915). Só em 1926 empreenderia novo progresso, **ao** adquirir à Nova Companhia dos Ascensores Mecânicos de Lisboa (N.C.A.M.L.) todos os seus bens, valores, direitos e obrigações, ficando, assim, integrados na sua rede os ascensores do Lavra, da Glória e da Bica, inaugurados, respetivamente, em 1884, 1885 e 1892.

Atualmente, a História da Carris pode ser consultada em http://www.carris.pt/pt/historia/. Sítio acedido em 23 de setembro de 2016.

[293] Pedido que apenas foi debatido na sessão de 2 de maio de 1917, dando-se relevo à frase registada em acta na sequência do mesmo pedido: "o senhor Presidente diz que é indispensável reduzir o consumo do carvão – como se faz no estrangeiro. Dentro em pouco não poderá haver iluminação a gás".

[294] Professor Eduardo Alberto Lima Basto, nasceu em 4 de Fevereiro de 1875, em Lisboa, onde faleceu, em 17 de Junho de 1942. Agrónomo, pedagogo e político. Professor (e até diretor interino) do instituto Superior de Economia, Chefe dos serviços agronómicos do Ministério das Colónias. Presidente da Câmara Municipal de Lisboa. Deputado em várias legislaturas. Ministro do Fomento, Finanças, Comércio e do Trabalho durante a Primeira República (1910-1926).

[295] Comparem-se as "Atas dos Conselhos de Ministros de maio de 1917", para exemplo, disponíveis em Marques (1977). E, fundamental, Mira (2002).

[296] CF. *Literatura portuguesa no Mundo* - Dicionário Ilustrado (Vol. VI) ISBN 972-0-01247-1

[297] Moderadamente rival da *Ícaro,* a revista *Centauro* nasceu e morreu perto dessa passagem de ano de 1916-17. O Volume I, nº 1, era datado de outubro–novembro–dezembro, 1916. Saiu em Lisboa, impresso pela Tipografia do Anuário Comercial. Efémera revista literária dirigida por Luís de Montalvor, tendo apenas publicado o primeiro número, foi, de certa forma, uma reedição da famosa *Orpheu* que teve, em 1915, os seus dois únicos números (Negreiros et al., 2007)

Fala-se de igual modo do livro de Manuel de Arriaga, *Na Primeira Presidência da República Portuguesa*, onde Arriaga se confessa dotado de um outro espírito de missão, que o levou a tão alto cargo: ele, que não se considerava "político de profissão», posiciona-se num lugar acima dos conflitos de fação entre os republicanos. Diz mesmo a certa altura que só podia candidatar-se à presidência em nome da união dos portugueses e das diversas tendências políticas. Nunca como representante de uma fação (Matos, 2014). Uma passagem do livro motiva o debate, pois é um apelo à convergência dos republicanos em torno do projeto da República:

> Acabem, pois, com as discórdias entre cidadãos da mesma Pátria; com a intolerância das ideias contrárias que arrasta consigo a incompatibilidade das pessoas; com os enredos, as maledicências e as calúnias que deturpam a verdade dos factos, e nos deixam ficar aos olhos dos estrangeiros numa situação deprimente! (Matos, 2014, p. 189).

Nesse início de 1917, parecia quase unânime a ideia de que a presença portuguesa na Guerra era inevitável. Era a missão coletiva de um país ameaçado e que via em risco a sua soberania, que já defendia nas colónias e que agora punha à prova em cenário de guerra. Da esquerda, empenhada na mobilização, à direita: em manifesto de Abril de 1916, a Junta Central do Integralismo Lusitano[298] definiu, com efeito, a sua atitude política» perante a guerra. Considerando estar

> em jogo "a própria existência da Nacionalidade", reconhece que a "aliança inglesa foi obra da nossa velha Monarquia" e aceita, embora relutantemente, a pedido de D. Manuel II, "incarnação viva da Pátria, supremo árbitro dos interesses nacionais [...] o sacrifício, nas aflitivas circunstâncias presentes, de estarmos ao lado do governo da república e de lhe prestarmos todo o nosso apoio, patriótico e desinteressado". Manifesto da Junta Central do Integralismo Lusitano (Ascensão, 1943).

Nas ruas, ainda se comentava o 13 de dezembro e a revolta militar encabeçada por Machado Santos com a colaboração de tropas de Tomar. Machado Santos, militar, jornalista e político, conspirador convicto, esteve nos momentos de maior ação da história da I República, do 5 de outubro a levantamentos de outra escala (como a revolta do 28 de janeiro de 1908,

[298] Luís Almeida Braga - advogado, literato, político, um dos fundadores do Integralismo Lusitano, destacou-se no combate à Primeira República Portuguesa e ao Estado Novo - terá usado a expressão - Integralismo Lusitano, pela primeira vez, na revista *Alma Portuguesa* (escrita na Bélgica, na cidade de Gand, durante o exílio de alguns monárquicos; revista que antecedeu a *Nação Portuguesa*, fundada em 1914. Almeida Braga atribui à designação e de imediato um profundo carácter nacionalista e conservador. As primeiras manifestações do movimento, estão, no entanto, associadas a um movimento estético e cultural. A revista – organizada em panfletos – *Aqui d'El – Rei* anuncia, por seu turno, o nascimento Integralista. Leão Ramos Ascensão (1943) afirma: "foi nela [na revista Aqui d´El Rei] que pela primeira vez se sistematizou a doutrina do Integralismo Lusitano».

tentativa de golpe de estado contra a monarquia, ou a intentona monárquica de 22 a 24 de janeiro de 1919, em Monsanto. Acabaria por ser morto em 1921, na chamada Noite Sangrenta, designação pela qual ficou conhecida uma revolta radical que ocorreu em Lisboa a 19 de Outubro de 1921, no decurso da qual foram assassinados, entre outros, António Granjo, então presidente do Ministério, Machado Santos e José Carlos da Maia, dois dos históricos da Proclamação da República Portuguesa).

Em 13 de dezembro, dia da revolta, circulara um falso *Diário do Governo*, objeto interessante de propaganda, que anunciava a demissão do ministério e a nomeação de um novo, presidido por Machado Santos (Madureira, 1980; Santos, 1982). Declarado o *estado de sítio,* são efetuadas muitas prisões e tornado sem efeito o levantamento que, afinal, era a ponta visível da resistência por parte do corpo permanente de oficiais perante a prioridade do governo (desde março de 1916): preparar o Corpo Expedicionário, tornando-o apto a figurar no cenário da Grande Guerra.

Assim nascia o ano de 1917, que assinalava preocupações muito mais exigentes. Levados os soldados para a frente, logo em Janeiro, a Guerra tornava-se ainda amais presente no Portugal continental (o colonial já conhecia bem os efeitos da guerra). Na década de 30 do século XX, Gaston Bouthol trouxe à cultura a palavra polemologia, ou seja, o estudo sistemático da guerra como fenómeno social. A palavra parece ter surgido em 1936, no livro *Cem Milhões de Mortos* (Bouthoul, 1946), onde o autor liga as causas da guerra essencialmente ao aumento demográfico [resultante da revolução científica e industrial]. Mas, convenhamos: seriam essas as causas para que, a 30 de janeiro de 1917, parta para França a 1ª Brigada do Corpo Expedicionário Português? A República cumpria uma missão – e os missionários enviados, mal preparados, mal-armados e malvestidos e pior calçados, iriam aprender, com o seu sacrifício o que General prussiano Clausewitz (1976) enumerava no seu livro *Vom Kriege*, de 1872, editado por sua mulher Marie von Clausewitz (Aron, 1986):

> A guerra não é apenas um camaleão, que se modifica em cada caso concreto, mas é também uma surpreendente trindade, em que se encontra primeiro do que tudo, a violência original do seu elemento, o ódio, e a animosidade, que é preciso considerar como um cego impulso natural, depois, o jogo das probabilidades e do acaso, que fazem dela uma livre atividade da alma, e, finalmente, a sua natureza subordinada de instrumento da política por via da qual ela pertence à razão pura. O primeiro destes aspetos interessa particularmente ao povo, o segundo, ao comandante e ao seu exército, e o terceiro releva sobretudo do governo (Clausewitz, 1976, p. 89).

Em 22 de Julho de 1916 foi constituído em Tancos, sob o comando do General Norton de Matos[299], o Corpo Expedicionário Português (C.E.P.), formado por 53 mil homens.

Os efetivos totais das duas Divisões, Quartel-general do Corpo, tropas não integradas em divisões e pessoal da Base, seriam de 2.101 oficiais e 51.471 praças.

Foram ainda transportados por via marítima 7.783 solípedes, 1.501 viaturas e 312 camiões.

[299] Natural de Ponte de Lima, fez o curso da Escola do Exército e, em 1898 partiu para a Índia Portuguesa, onde iniciou a sua carreira na administração colonial. Acabada a sua comissão, viajou por Macau e pela China em missão diplomática. Ao regressar a Portugal dá-se a implantação da República portuguesa, e dispõe-se a servir o novo regime. Chefe do estado-maior da 5.ª divisão militar, é nomeado administrador-geral de Angola, em 1912.

1917 e suas consequências
A ideia messiânica da guerra – o entusiasmo dos ´guerristas´

No dia 25 de abril de 1917 dá-se a constituição do terceiro governo de Afonso Costa (Presidência e Finanças) e Arantes Pedroso (Marinha), Lima Bastos (Trabalho), Ernesto Vilhena (Colónias), Almeida Ribeiro (Interior), Alexandre Braga (Justiça), Norton de Matos (Guerra), Augusto Soares (Estrangeiros), Herculano Galhardo (Fomento) e Barbosa de Magalhães (Instrução). O governo é imposto pelo abandono dos evolucionistas, o partido de António José de Almeida.

António José de Almeida e os seus abandonaram o governo de União Sagrada a 23 de abril de 1917, mas prometeram apoio parlamentar a Afonso Costa. O esforço de guerra e o reduzido espaço de manobra permitido pelos Democráticos não atraia a vontade de repartir o poder. Pior ainda, 1917 revelava-se como o ano mais difícil da Guerra, o ano mais difícil para qualquer governante. Mais uma vez recorrendo a um vocabulário muito pouco laico, a República apostara numa união Sagrada. Tratava-se em suma de uma aliança governativa, promovida em 1916 pelo presidente Bernardino Machado, que correspondeu a um compromisso de unidade nacional em tempo de guerra. António José de Almeida, líder do Partido Evolucionista, e Afonso Costa, líder do Partido Democrático, uniram-se para constituir um Executivo, que governou de março de 1916 a abril de 1917, chefiado por Almeida e com Costa no Ministério das Finanças. Seguiu-se um Governo com Afonso Costa como primeiro-ministro, sem a participação do líder dos evolucionistas, mas com o seu apoio. O Governo caiu com o golpe sidonista desse mesmo ano. Embora, no plano externo, a ação da União Sagrada atingisse os objetivos a que se propôs, a oposição dos partidos e grupos políticos que não a quiseram integrar minou-a no plano interno.

Assim constituiu-se o 14º governo da República, terceiro de Afonso Costa, iniciado em 25 de abril de 1917, onde excluía os seus opositores do Partido Democrático e onde apenas Alexandre Braga, ministro da Justiça e o (ainda) tenente-coronel Norton de Matos, ministro da Guerra, eram republicanos históricos.

A ideia – messiânica – de esperança, de um entusiasmo crente nas vantagens da Guerra e a confiança na vitória dos aliados, que tentava ser contagiante, mas em vão, pois tudo se diluía nessa muito heterogénea forma ideológica de sentir e aplicar o republicanismo "à portuguesa" que contrastava com a realidade dura do quotidiano. Nas cidades e nos campos os bens escasseavam ou eram cada vez mais caros; a ideia de que a República não trazia bem ao mundo, eram a alavanca dos contrarrevolucionários. E um novo dado acrescentava-se ao

desânimo: os jovens portugueses enviados para a incógnita do *front* morriam e alastravam o luto pelo País.

É em 1917 que António Oliveira Salazar chega a assistente do 2º grupo, Ciências Económicas, da Universidade de Coimbra. Ficarão a seu cargo as cadeiras de Economia Política e Finanças. Escreverá em contexto académico: *A Questão Cerealífera: o Trigo* (Salazar, 1916), *O Ágio do Ouro: sua natureza e suas causas, e outros textos económicos, 1916-1918* (Salazar, 1997)*, Alguns Aspetos da Crise de Subsistência* (Salazar, 1918)*, Redução das Despesas Públicas* (Salazar, 1923). As diversas biografias de Salazar são imprecisas sobre a sua formação, confirmação académica e início, algo meteórico, da carreira (Meneses, 2010).

> Uma vez que os regulamentos universitários lhe permitiam inscrever-se em cadeiras e submeter-se a exames sem necessidade de assistir às aulas, Salazar conseguiu terminar a sua licenciatura em quatro anos em vez dos habituais cinco. Tornou-se nesses anos numa máquina de passar exames, o tipo de estudante tratado em Coimbra por "urso". Assim, António de Oliveira Salazar licenciou-se em 1914 com a nota de 19 valores que foi um feito raro e lhe granjeou fama imediata no meio académico.
> Para transitar de Direito para Económicas e Financeiras "terá apresentado duas pequenas dissertações" que – segundo Meneses -, "mais pareciam ser uma súmula da literatura existente, acompanhada de algumas recomendações. Aí tratou a questão cerealífera e defendeu uma reforma agrária".
> Aos "29 anos de idade, foi promovido a professor ordinário com dispensa de qualquer exame. No mês seguinte foi-lhe conferido o título de doutor de leis por acordo dos pares, mais uma vez sem ter de se submeter a qualquer exame ou escrever uma tese. Nesse aspeto, foi um dos primeiros a beneficiar da legislação então introduzida sobre a matéria pela República, mas o facto é que nunca teve de produzir um trabalho de investigação exaustivo.
> O próprio Salazar diria (Castenheira, 2010), em carta escrita, datada de 3 de fevereiro de 1944 (Abragão, s.d.) , respondendo a Frederico de Quadros Abragão – engenheiro na CP que ao longo da sua vida escreveria mais de 15 mil páginas sobre a figura de Salazar, páginas guardadas na Torre do Tombo, com milhares de fotografias e recortes de jornais. Texto escrito à mão e que termina em 1956. Abragão propusera fazer uma "homenagem, silenciosa, recolhida e por isso ainda mais sincera, a esse homem superior, extraordinário". Salazar respondeu positivamente a 3 de fevereiro de 1944: os materiais de arquivo "podem ser postos à sua disposição para consulta" na própria residência oficial.
> "Condição essencial para isto é apenas que eu não tome conhecimento (...) É preciso que os investigadores de boa-fé não sejam sequer sugestionados e se sintam livres de toda a influência estranha." Salazar enfatiza: "Interessa-me sumamente a verdade e que cada um, conhecida a verdade, faça o juízo que entender. Já não tenho paciência nem tempo para atender a mania portuguesa da discussão e da crítica." "Como no arquivo há evidentemente documentos secretos, o ponto de partida é a inconcussa seriedade da pessoa em questão - seriedade e patriotismo.

Sabemos (Almeida, 1999) que em dezembro de 1917, um parecer de António Carneiro Pacheco, incumbido para tanto pela Faculdade de Direito de Coimbra, admite o candidato e o seu trabalho, uma pequena monografia sobre a *Questão Cerealífera: o Trigo*, a concurso. No trabalho, Salazar defende que Portugal devia ser, em vez de produtor de cereais, "o magnífico pomar e a esplêndida porta da Europa", ideia que mudará radicalmente poucos anos depois. Ainda em 1917, apresentará na Faculdade de Direito de Coimbra a segunda monografia - *O Ágio do Ouro: sua natureza e suas causas, e outros textos económicos, 1916-1918* -, editada em 1916, como dissertação de concurso para assistente. A apresentação é a 5 de março perante um júri composto por dois professores de Lisboa, Fernando Emygdio da Silva e Albino Vieira da Rocha, e seis de Coimbra, Machado Vilela, José Alberto dos Reis, Caeiro da Matta, Pinto Coelho, Carneiro Pacheco e Paulo Merêa; é arguente Vieira da Rocha seu antigo colega no seminário de Viseu. A impressão do texto custara-lhe 181&81 escudos. (Por curiosidade a República acabara de cunhar no mesmo ano 1.405.374 moedas de um escudo com a efígie da República, rosto de perfil sob o barrete frígio, à imagem de *A Liberdade guiando o povo,* quadro de Eugène Delacroix, de 1830. Em 1917 seriam cunhadas, apenas, moedas de centavo).

As normas eram pré-definidas com rigor:

> "...) O Doutorando colocase em frente do Reitor e o Apresentante fica à direita do Reitor, de pé.
> O Reitor levantase e cóbrese, bem como todos os Doutores, permanecendo cobertos enquanto é conferido o grau. O Secretário vai buscar o livro com o formulário, que abre perante o Reitor. Este pergunta: "Quid petis?", — responde-lhe o Doutorando: "Gradum doctoratus in praedar a. /æ Faculdade respectiva]".
> O Reitor, então, impondo as mãos sobre a cabeça do Doutorando, pronuncia: "Ego ..... hujus almae Conimbrigensis Academiae Rector, creo te doctorem praeclarae .....Facultatis, in nomine et auctoritate ejusdem Academiae. Et committo clarissimo domino Doctori..... Patrono tuo, ut te insigniis doctoralibus decoret".
> O novo Doutor, acompanhado do Secretário, aproximase então do presidente do Conselho Directivo da Faculdade. O Presidente do Conselho Directivo explica, numa ligeira oração, o simbolismo da borla, do anel e do livro, e coloca a borla na cabeça do novo Doutor, entrega-lhe o livro, aberto, e põe-lhe o anel no dedo próprio da mão esquerda. Em seguida abraça o novo Doutor. Nesta altura todos se descobrem. Começa a tocar a charamela. (.) (Torgal, 1993, p. 177).

É no ano de 1917 que aparece em formato jornal, diário, o título "A Monarquia"[300] (1917-1922), onde António Sardinha (Barreira, 2019)[301],defensor da monarquia orgânica, tradicionalista e antiparlamentar, assume papel de relevo na orientação doutrinária, iniciando o combate de filosofia política, revisão historiográfica e crítica de ideias que vinha ensaiando desde 1914, quando, junto de Hipólito Raposo e Alberto Monsaraz, lançou a revista "*Nação Portuguesa"*, órgão do "Integralismo Lusitano». Eleito deputado pelo "Integralismo Lusitano», tal como Alfredo Pimenta, bate-se pela defesa dos seus ideais políticos, mas o fracasso da tentativa de restauração monárquica no Porto leva-o ao exílio, em Espanha entre 1919 e 1921. Sardinha produziu pródigo pensamento original, hoje dissipado entre as brumas da memória que, progressivamente, o arquivaram e esqueceram[302].

Já em livro, Sardinha (1927) fixava profundamente os seus ideais antirrevolucionários e conservadores[303], num texto escrito originalmente em setembro de 1917, sob o título *A Ordem Burguesa*:

> (...) Quem diz "democracia» diz "individualismo». Quem diz "individualismo» diz por sua vez "burguesia» e "capitalismo». Na pavorosa confusão mental de que a Europa é vítima há mais de um século, acredita-se ainda que a Revolução Francesa, porque proclamou os Imortais Princípios, abriu às classes pobres uma

[300] A Monarquia (1917-1922) - Subtítulo: Diário Integralista da Tarde. Director: Conde de Monsaraz; António Sardinha (entre 15 de Maio de 1922 e 26 de Outubro de 1923); Hipólito Raposo (a partir de 10 de Fevereiro de 1925). Redactor-em-Chefe: João do Amaral (até 9 de Agosto de 1917). Redactor Principal: António Sardinha (entre 10 de Agosto de 1917 e 1 de Setembro de 1921). Subdirector: Ayala Monteiro (entre 27 de Janeiro e 15 de Maio de 1922) Propriedade: Sociedade Integralista Editora, Lda. Escritórios e Tipografia: Rua de S. Paulo, 20; a partir de 1 de Agosto de 1919: Rua Serpa Pinto, nº 39; nºs 1196, 1197 e 1198: Largo do Directório, 8 - 3º.Colaboradores: G. de Ayala Monteiro, Alfredo de Freitas Branco, João Froes, Caetano Beirão, A. Campos Figueira, R. de Bettencourt, Júlio de Melo Matos, João do Amaral, Rui Enes Ulrich, M. Vieira da Silva, César de Oliveira, José Pequito Rebelo, Félix Correia, Cabral do Nascimento, Pires de Lima da Fonseca, Francisco Veloso, Rolão Preto, Afonso Lucas, Augusto da Costa, Luís de Almeida Braga. O primeiro número foi publicado a 12 de Fevereiro de 1917. Sucedeu à revista *Nação Portuguesa*, cuja a ação pretendia continuar a divulgar mais amplamente. Tinha 4 páginas a 6 colunas. Fazendo a sua apresentação, em artigo de fundo intitulado "Pela Lei e Pela Grei" (...).

NOTA: do vocabulário profissional do jornalismo, palavra com género masculino e feminino (redatora-em-chefe), a designação Redator-em-Chefe, um galicismo, foi "caindo" com a passagem do tempo. Usou-se a seguir em seu lugar a expressão chefe de redação, mais tarde editor-chefe, a mais comum na atualidade em Portugal (usada no masculino e no feminino) (Almeida & Oliveira, 2020).

[301] "Aquando do consulado de Sidónio Pais, António Sardinha e mais alguns monárquicos chegaram a ser eleitos "deputados da nação" e fundaram o diário *A Monarquia*. Ainda Sidónio Pais não tinha sido alvejado mortalmente já Sardinha se lhe opunha. O que é um facto, é que ao integrar o fracassado movimento Monarquia do Norte, é exilado, por ordem governamental, em Madrid (1919). Cumprida a pena regressou a Portugal em 1921 para dirigir o já referido jornal *A Monarquia*." (Barreira, 2019).

[302] A exceção, todavia, tem sido levada a cabo por Ana Isabel Sardinha Desvignes, Professora auxiliar desde 2002, em Paris, na Universidade da Sorbonne Nouvelle, onde leciona Cultura e Mentalidades (Portugal e Mundo lusófono), assim como Tradução literária. Publicou *António Sardinha (1887-1925) Um Intelectual no Século* (Desvignes, 2006) e *Correspondência de António Sardinha* para *Ana Júlia Nunes da Silva (1910-1912)* (Desvignes, 2008) e *Tempos De Exílio. Correspondência De António Sardinha Para Ana Júlia Nunes Da Silva Sardinha (1918-1921)* (Desvignes, 2022).

[303] Que, todavia, procurava apresentar com uma outra feição: "Nós, tradicionalistas, não somos conservadores, mas sim renovadores" (Sardinha, 1927, p. 14).

> era nova de emancipação e prosperidade. Se a superstição liberalista não falasse tanto à sentimentalidade das massas, com certeza que não se teria ido tão longe num ludibrio que encobre a maior das falsidades. Se hoje existe, e em grau tão agudo, urna questão irredutível entre o rico e o pobre, entre o que produz e o que consome, a culpa é precisamente da metafísica mentirosa da Revolução. A Revolução só deu acesso a arrivistas cobiçosos de oiro e de domínio, a quem faltava a preparação moral da antiga sociedade. A antiga sociedade fundamentava-se no Sangue e no Trabalho, na Família e na Corporação. A Corporação e a Família eram assim as bases dum acordo permanente das classes, identificadas pelo seu interesse comum com o interesse próprio duma dinastia. Tudo se subverteu, porém, na hora em que pôde mais a oratória duma turba anónima de agitadores. E, de então para cá, correndo sempre atrás de uma miragem que nunca mais se alcança, os homens dividem-se furiosamente na demanda dessa fraternidade por que tanto suspiram, mas da qual cada vez se afastam mais.
>
> Não há dúvida que nos achamos em frente de uma demorada e dolorosa crise. As reivindicações das camadas operárias crescem ameaçadoras, enegrecendo de apreensões o horizonte já carregado das incertezas mais sombrias. Apregoa-se, vai em século e meio, a soberania do povo e só descobrimos ocupando-lhe o lugar o capitalismo mais desaforado e mais omnipotente.
>
> É o oiro quem manda desbragadamente. Manda a agiotagem como nunca. Reina a bancocracia. Um feudalismo pior que o outro, visto não conhecer nenhuma limitação de natureza espiritual nem resultar das necessidades históricas de sociedade, - um feudalismo, pior que o outro, escraviza a produção nas suas tenazes de ferro, ao mesmo tempo que entoa a ária estafada dos chamados Direitos do Homem. (...)
>
> A ordem republicana é a ordem burguesa. A ordem burguesa Guizot a definiu, ao exclamar que "governar era segurar-se a gente no poder». Não são precisos princípios. (...)
>
> (...) Tal é a situação das democracias contemporâneas. Provocam conflitos que não resolvem, sufocando-os pela razão momentânea da metralha. Regimes contra a natureza, faliram na guerra como na paz. As democracias terão já passado como passa um vento mau, não ficando mais delas senão o aproveitamento duma grande lição (Sardinha, 1927, pp. 87-88).

No período de investigação para esta Tese, deparou-se-nos um conjunto de folhas, pouco mais do que um pequeno folheto, que acabámos por identificar como um texto que andou perdido durante alguns anos. O jornal Diário de Notícias abriu, em 1920, um inquérito literário por iniciativa do jornalista Álvaro Maia, e António Sardinha, exilado em Barcelona, foi um dos intelectuais convidados a dar opinião. Sardinha respondeu, mas não foi publicado. A revista "*Nação Portuguesa*" promoveu a edição do texto, nove anos depois, possível graças à edição de José Fernandes Júnior. Este José Fernandes Júnior, seria mais tarde proprietário e editor da revista *Ordem Nova* – Revista mensal, que se publicou entre Março - Abril de 1926 e em Março de 1927, um arco de tempo que teve como eixo definidor o golpe militar de 28 de Maio de 1926 ou a *Revolução Nacional* que pôs fim à Primeira República.

Na capa, cumprindo claramente uma função estética e promocional, um extenso subtítulo, compondo dois triângulos ou cunhas que apontam para o título, esclarecia: "Revista anti moderna, antiliberal, antidemocrática, anti burguesa e anti bolchevista, contrarrevolucionária; reacionária; católica, apostólica e romana; monárquica; intolerante e intransigente; insolidária com escritores, jornalistas e quaisquer profissionais das letras e da imprensa". A Ordem Nova não indicava nenhum "diretor", mas sim um par de "Redatores fundadores", Albano Pereira Dias de Magalhães e Marcelo Caetano (que seria Presidente do Concelho, como sucessor de Salazar, em 1969 e que teria, na altura, 24 anos).

Na brochura aludida - *Pratiquemos um ato de inteligência* – Sardinha louva o Messianismo de perfil Sebastianista, nestes termos:

> Para mim, - para o meu nacionalismo refletido e sistemático, a Nacionalidade não morreu. Dorme apenas, guardada na integridade da sua alma de maravilha pelas virtudes místicas do Sebastianismo, de que há a extrair uma filosofia completa, - a filosofia da Esperança. O Sebastianismo é por isso a filosofia da nossa Raça, como o Quixotismo, - no seu alto e assombroso sentido trágico, é a filosofia da raça castelhana. Pois o Sebastianismo, na sua parte positiva, como interpretação psicológica da nossa história, ensina-nos a crer no grande amanhã de Portugal e demonstra-nos como o poderemos tornar uma realidade imediata, desde que restituamos o nosso país às condições (Sardinha, 1929, p. 8).

A ideia de Império Colonial era assim abandonada a favor da ideia de Nação Portuguesa multirracial e pluricontinental, muito embora persistindo a dualidade de estatutos de cidadania e indigenato. A colonização étnica era agora traduzida pelo "móbil de integrar esses povos na unidade da Nação Portuguesa", de "formar com eles elementos integrantes da mesma unidade pátria" dando assim origem, na expressão de Salazar (1967) , a "uma Nação sem dúvida estranha, complexa e dispersa pelas sete partidas do mundo», numa palavra, a uma "nação compósita" (Cruz, 1988, p. 69). A ideia de "províncias ultramarinas", truque interessante que desafiava a opinião pública internacional, irá mais tarde substituir a ideia de colónias, procurando responder à críticas internacionais que visavam Portugal e a manutenção do seu extemporâneo, anacrónico e lesivo colonialismo de marca imperial.

Leia-se, sobre o tema, esta passagem interessante do livro do advogado Eurico de Seabra:

> Possuímos ainda colónias. Essas colónias mereceram de há muito as vistas interesseiras de alguns países. Que temos feito delas? O que valem? Quais os trabalhos produtivos que nelas temos realizado? Segundo, uma teoria moderna que não nos repugna porque é social, porque é científica, sujeitando-nos a ser expropriados por qualquer coisa que não é uma rapina, mas o chamado "direito

> de civilização". Um direito tão banal e simples, como de expropriação. Acusam-nos de deixar estéreis para os interesses nacionais e mundiais aquilo que era vital para o nosso país, e essencial à vida de intercâmbio dos outros países. E teremos nós direito a estes egoísmos? (Seabra, 1915, pp. 199-200).

Destacamos como em 1917 depois de dar à estampa *A função social dos estudantes* António Sérgio (1918) redige *O Ensino como fator do ressurgimento nacional* que será publicado no ano seguinte. É em 1917 que Sérgio (1918) - "no intento de firmar-se na complexa realidade nacional do seu tempo, que procurava compreender, para modificá-la, referia-se por este modo sintético à doutrinação de um Antero de Quental, de um Oliveira Martins, e de outros seus precursores "-, escreve:

> A terceira geração romântica (1870-90), a trazer para o nosso país a reação ao liberalismo, deveria ter visto se o que tínhamos cá era aquele originário "liberalismo" (aquele "liberalismo" de produtores e não só de especuladores, como foi o nosso), o qual suscitara no estrangeiro aquelas doutrinas antagonistas, que corrigiam os seus excessos... (Serrão, 1970).

No mesmo ano de 1917, outro pedagogo excecional, o suíço Jean Piaget, conclui os seus estudos secundários, em contexto de guerra. Ingressa na Faculdade de Ciências da Universidade de Neuchâtel mas acaba por partir para Leysin, nas montanhas suíças, localidade famosa pelos seus sanatórios e pelas suas escolas (uma delas ainda hoje está listada como uma das quinze melhores do mundo). A ida para Leysin é provocada por motivos de saúde, mas é ali, num novo contexto educacional, que Piaget opta pela formação em psicologia, partindo para Zurique.

É também em 1917 que Freud publica *Uma Neurose Infantil e Outros Trabalhos* (Freud, 1917).

1917
Ano de charneira entre Missão e Messianismo

As memórias de António Manuel Trigo são produto de um espírito de missão: o autor impõe-se a tarefa hercúlea de colecionar detalhes da sua vida para que os filhos completem, na presença do que escreve, as ausências que o terão motivado. É de uma missão que se trata. Como missão é a vida militar que António Manuel insiste em escolher para si,

Falamos também dos messianismos que atravessam a narrativa – a esperança na República, no novo cidadão republicano, nas duas figuras protagonistas da época em Portugal – Afonso Costa e Sidónio Pais, com perfis diversos de um messianismo inconciliável entre si -, na aura messiânica emanada dos acontecimentos de Fátima, no messianismo de uma nova era surgida dos escombros da Guerra, o messianismo russo, em torno das grandes esperanças surgidas da Revolução.

Para António Manuel, o Messias inequívoco, mesmo que ocasional, parece ser Sidónio Pais, que encarna todas as esperanças portuguesas e a dos cadetes da Escola de Guerra, seus "pajens" de elite muito em especial. Portugal continental parece contagiado, a dado passo, por essa força arrebatadora de um messias fardado que prometia acabar com as dificuldades, sendo a maior a demagogia, mas que vai ficar muito aquém das expectativas, por incapacidades várias, pelos erros de percurso, pelo fim abrupto.

Ao messianismo e a missão - que empregamos repetidas vezes nestas páginas-, queremos acrescentar a adenda de um esclarecimento: missão e messianismo são duas palavras requeridas e integradas quase em exclusivo em determinado conjunto vocabular religioso – o cristão e nesse, sobretudo, no católico. Como veremos, o seu sentido é muito mais lato e aplicável a situações muito variadas.

Na missão, entendem as estruturas de crença, não só o que é ligado aos religiosos, mas também o que se refere aos laicos, falando-se assim de missão religiosa e de laicato (neste, até, identificando-se uma teologia do laicato na constituição dogmática). Assim, nessa ótica, Missão é a pregação religiosa em locais onde uma religião ainda não foi difundida, onde realiza trabalho de promoção social ou ainda em local que necessite de "reavivar" a crença ou religião. O missionário é quem realiza esse trabalho e é uma figura comum dentro de diversas crenças.

Quando falamos de Messianismo torna-se inevitável aduzir fenómenos que lhe são periféricos, como o profetismo, a espiritualidade, o sebastianismo (no caso português transversal a tantas épocas), o saudosismo (uma espécie de messianismo à avessas, imagem e reflexo noutra imagem devolvida e ansiada, pois não encontra o desejo da esperança futura, mas entende no melhor do que ficou para trás a crença no futuro; no caso português, o seu maior cultor foi Teixeira de Pascoaes: "Acreditai (...) que a nova Luz religiosa, libertadora, que o ser humano espera, será de origem lusíada, camoniana, sebastianista" (Pascoaes, 1998, p. 164).

Ambas as palavras, missão e messianismo, todavia, estão muito para lá desse domínio. Curiosamente, o mundo empresarial – e comunicacional, através de áreas como o marketing – herdou a palavra Missão e atribui-lhe conceitos próprios (a Missão como a projeção da organização na visão do mundo e o papel que ela exercerá).

Ao longo dos séculos a perspetiva messiânica desenvolve-se com acentos nacionalistas. Ou, por outras palavras, cada Nação tem o seu Messianismo, a sua crença ou movimento profético – mesmo que não lhe dê esse nome e que afaste dos seus horizontes a ideia bíblica de um. Algumas veem em símbolos a sua salvação – um estandarte que chega na hora exata, um esquadrão de aviões, uma ambulância do crescente vermelho, um profeta, um inesperado líder que mobiliza paixões e preenche vacuidades.

Falamos assim, de um Messianismo Russo - tendência da cultura russa entre os séculos XIX e XX, que remete para a ideia de uma grande missão de fraternidade universal e de salvação espiritual a desempenhar no mundo pelo povo russo e que será absorvido pelo movimento revolucionário de 1917, numa transposição para um "messianismo" bolchevique. A par, o Messianismo hebraico – que lemos em Isaías (2,4 e 69,7) e que nos apresenta o Rei Messias, isto é, o Messias, como o Rei Davi, capaz de oferecer uma perspetiva real de glória e justiça para Israel e para as suas nações. A conceção do Reino do Messias permanece intacta na tradição judaico-cristã ortodoxa. Ainda hoje, movimentos religiosos, como o Rastafarianismo – estrutura de crença messiânica de origem jamaicana, prega o retorno cultural dos negros à África. Os seus seguidores veneram Haïlé Selassié, nome dado ao último imperador da Etiópia, Tafari Makonnen, - designam o conjunto do messianismo na tradição bíblica e as expectativas milenares. Mas o Messianismo teve desdobramentos em ânsias concretas das nações. Em Portugal, por exemplo, a cultura foi permissiva, por séculos, a uma interpretação messiânica clara e plural. Uma cultura que não se entendia nem se revia fora da mundividência religiosa, permitiu esse terreno fértil.

Pensámos, dada a cronologia inventariada, que inclui vivência pessoal e coletiva tão agitada e agitadora – as doenças do narrador António Manuel Trigo obrigaram ao atraso no seu percurso académico, que só começa efetivamente em 1917, o final da monarquia e a implantação da República em Portugal, que acusa o início do seu declínio no mesmo ano, motins nas ruas da capital, como a Revolta da Batata (em maio de 1917), talvez o mais significativo dos acontecimentos e que precedeu o golpe de Estado sidonista do mesmo ano, sendo considerada uma das suas causas -, o assassinato de um presidente (diante do narrador, Manuel Trigo, que lhe fazia guarda), pensámos que outro estremecimento emergisse das páginas, tantas são, desta narrativa. Essa estranha condição do narrador, seco, sintético, na senda de uma diegese de contenção, onde a realidade própria da narrativa quase teme a realidade externa de quem lê, levou-nos a procurar explicações, pelo menos algumas justificações possíveis. A essa procura acresceu o cuidado a ter com o material de análise, pois são comuns as operações de evocação em textos memorialísticos que procuram construir a memória para lá daquilo que a produziu. Na Primeira República portuguesa há nitidamente duas ideias de messianismo, uma tradicionalista, à direita diríamos dos acontecimentos, e a visão revolucionária, posicionada à esquerda (para usar a forma simplista como se arruma, por hábito, a posição política das partes em confronto). Tornou-se clássica a citação das palavras [304]do deputado António Lino Neto, do Centro Católico Português, de acordo com a posição extrema que a Igreja Católica tinha do messianismo político – a Igreja admitia apenas, como era de esperar, o messianismo divino -, numa recusa total às revoluções, às ditaduras e a qualquer tipo de espera do Messias, de um Messias melhor dizendo. Lino Neto categorizava: "Messias, o Encoberto, o Salvador, está dentro de cada um de nós [...]". À esquerda, já anos antes, outra citação de época, que se tornou recorrente, em palavras de certa forma a contradizerem-se: as referências de António José́ de Almeida, nas cerimónias em honra dos Soldados Desconhecidos. [305]Começa António José de Almeida por declarar-se ter sido "sempre contra o messianismo político" tendo "em mínima conta as faculdades sobrenaturais dos grandes condutores de homens", para, negando a mesma ideia, apadrinhar outra em boa medida semelhante: pugnar por "um messianismo triunfal e sadio, partindo da alma da Nação, intrinsecamente, fisiologicamente popular, incutindo fé, dando esperança, [...] cheio de complacência e de bravura, de heroísmo e de perdão [...]" (Almeida, 1924).

[304] Proferidas na Sessão Parlamentar de 9 de Janeiro de 1924.

[305] *Em Honra dos Soldados Desconhecidos*, discursos proferidos pelo Presidente da República, Dr. António José de Almeida, na sala e no átrio do Palácio do Congresso, em 7 de abril 1921. Lisboa: Imprensa Nacional.

Anos antes, no início da República, Faustino da Fonseca, afirmava que os populares que apoiaram o PRP "lançaram-se na luta arrastados pelo aspeto messiânico da palavra mágica-República, mas essa inconsciência é perigosa. O messianismo é triste condição dos povos bárbaros, e não nos podemos governar à marroquina" (Fonseca, 1911, p. 17).

Comporta-se António Manuel Trigo como um missionário, cumprindo a sua missão de narrador sem se desviar de outros desafios que eventualmente o atraíssem?

Verá no líder que o chama para a sua guarda de honra, um Messias que, muito pouco tempo passado, morre diante de si, sem ser possível prestar-lhe qualquer auxílio, sem que qualquer profecia se cumpra? E por que cadinho passaram estas memórias? A memória é uma forma discursiva de fixar vivências. Mas porque omitiu ao discurso eventos tão flagrantes que se sucediam à sua volta? Onde acaba a emoção e começa o sentimento? E por que razão o seu relato, feito de omissões, contradiz outros relatos quando se presta a enumerar detalhes e vivências?

Cruzámo-nos por isso mesmo, por ter tantas perguntas a responder, com muitos autores, acabando por registar de Damásio (2017), uma das pontes que perseguíamos: a que transpusesse distâncias entre sentimentos e cultura humana. Porque acreditamos que os primeiros ditem a forma como selecionamos o que consideramos digno de registo e a segunda é fulcral no nosso objeto de estudo.

O sentir que António Manuel Trigo parece arredar da sua narrativa não cria, mesmo assim, distâncias com as leituras culturais que pretendíamos encontrar nos seus textos. O que nos surpreende é que a aceitação, que fazemos, de uma ideia como a de que

> quase tudo o que nos surge nas imagens mentais está sujeito a registo interno, quer o queiramos ou não. A fidelidade da gravação depende de como tratámos as imagens, logo à partida, o que, por sua vez, depende da emoção e do sentimento gerados aquando da sua viagem pela corrente mental. (Damásio, 2017, p. 15).

Essa aceitação subentende a presença determinante de fatores tão humanos como as perturbações, as sensações (resposta a estímulos ambientais e cognitivos e produtores de respostas ou experiências subjetivas) e o sentimento, sensibilidade com que se recebe as impressões externas.

A diferença entre emoção e sentimento, é a diferença entre aquilo que é mental e aquilo que é comportamental – um 'fazer a ponte' entre aquilo que acontece no cérebro e aquilo que

acontece na nossa vida em matéria de organização social.[306] Talvez a nossa (quase) frustração se prenda com a expectativa que criámos perante o texto, procurando na sequência não literária os elementos artísticos que engrandecem os textos literários. Por isso recorremos a auxiliares comuns nos estudos de cultura: elementos narrativos que pudessem suportar a diferença e fazer-nos acreditar nas comparações.

Trigo não nos leva ao engano, já que define de imediato, no início das *Memórias,* que

> este livro, não é nenhum trabalho de obra literária, é simplesmente uma cópia fiel de todos os documentos, notas várias, notícias de jornais, transcrições de artigos e, acompanhados de retratos meus e da família, que tudo tinha guardado para lembrança. Assim, ficará uma obra mais completa e interessante, que deverá agradar a quem ler e ficará para sempre, para quem a conservar, como recordação do meu passado (Trigo, 1948, p. 3).

Perante esta declaração, sobretudo a de que não se trata de "nenhum trabalho de obra literária", recorde-se Oscar Tacca: "a obra está no texto" (...), "toda a narrativa é um mistério" (Tacca, 1983, p. 15) - assim, Tacca permite-nos sossegar as dúvidas que trazíamos. Acresce "a forma diversificada como a leitura de um texto se desenvolve, dissolvendo a voz do autor/poeta no âmago do leitor" (Rita, 2014, p. 46).

O desconhecimento aparentemente involuntário do peso histórico que cada facto narrado por Trigo poderia ter, se conectado com a imensa conjuntura que o determinou, traduz-se na *memorabilia*, reunião moderada de acontecimentos aparentemente banais, naquele tempo presente em que foram escritos, tornando-se um marco que ganha significado no futuro, nosso presente, em que são lidos.

O que limita a amplitude destas recordações? A censura institucional, militar e política em tempos tão condicionados pelo temor das liberdades? O pudor de dar opinião em causas alheias, para que o rigor do que se conta transpareça e não condicione aqueles que as lerão? Traduzirão, tão somente, uma personalidade que se encontra na frugalidade, incapaz de transpor para a escrita a perturbação vivida?

Correm estas *Memórias* ao encontro da definição aristotélica (Aquino, 2016)[307], que impunha a constatação de como a memória não é apenas uma capacidade para recordar, mas

[306] CF. https://www.fronteiras.com/leia/exibir/emocao-ou-sentimento-mental-ou-comportamental-antonio-damasio-explica-a-organizacao-afetiva-humana

[307] O cerne deste pensamento e o seu desenvolvimento está em *Parva Naturalia*, de Aristóteles, num dos sete volumes, exatamente dedicado ao tema sob a epígrafe *Da Memória e Reminiscência*, cuja interpretação lemos no comentário de Aquino (2016). O livro, de Tomás de Aquino a que nos referimos é uma edição especial, consagrada aos dois autores, Aquino e Aristóteles, lançado em Fevereiro de 2016, e inclui a tradução, na íntegra, do texto de Aristóteles.

que tem a ver com o intelecto, com capacidades que o ser humano possui, quando pode julgar após uma sensação específica. Ao lê-las, tornaram-se as nossas memórias – e é este o nosso julgamento.

António Manuel Trigo fez um registo memorial que tem a quase assepsia de uma enumeração de realidades que se sucederam – é o Tempo (Leroi-Gourhan, 1964)[308] que guinda esse registo a um estatuto de documento. O Tempo[309], e sobretudo a intencionalidade de lê-lo com a moldura que o gerou. O Tempo, usando a destrinça do antropólogo Alfred Gell (2014)[310], de Tempo Superficial da Vida Cotidiana, num quadro de referência de ação, em oposição ao Tempo Universal.

O Tempo – e ocorre-nos ainda Oswald Spengler quando diz que

> o tempo não pode deter-se, pois não há retrocessos prudentes nem renúncias cautelosas. Com a palavra "tempo" evocamos sempre o "próprio", que sentimos, com certeza íntima, como o oposto do "estranho", que ataca o indivíduo em meio às impressões causadas pelo mundo sensível, através delas e em consequência delas. O próprio, o destino, o tempo, são palavras que se referem, todas elas, a uma e à mesma coisa. Nós somos o "tempo". Aquilo que sentimos realmente ao ouvirmos esse termo tem caráter orgânico, tal como é inerente aos seres vivos, indivisíveis, irreversíveis, singulares. Sob esse aspeto, o "tempo" não pode ser concebido categoricamente, muito ao contrário do "espaço", que é um conceito (Spengler, 1973, p. 100).

[308] "O tríplice problema do tempo, do espaço e do homem constitui a matéria memorável" (Leroi-Gourhan, 1964, p. 68).

NOTA: Sempre que possível optámos pelas edições originais, preferencialmente as de língua francesa, por facilidade e preconceito, nossos. Cotejámos esta obra pela publicação das Edições 70, em dois volumes, com tradução de Emanuel Godinho, datada de 1987. O segundo volume interessou-nos particularmente pelas abordagens feitas à memória (memória social e operatória; a memória em expansão).

[309] O tempo com o espaço são conceitos fundamentais e campos de conhecimento de todas as ciências. Acresce que em Estudos de Cultura nos interessa particularmente a forma como se transformaram sob as novas subversões proporcionadas pelo uso das tecnologias da informação, que nos permitem criar memórias inexistentes, por exemplo, ou enfrentar as consequências da computação ubíqua ou pervasiva que identifica a omnipresença da informática no nosso quotidiano, ultrapassando coordenadas temporais clássicas e redefinindo o espaço, do não lugar ao inexistente, do real ao virtual. Hoje estudamos a psicotecnologia como forma de entender a inteligência coletiva, fornecida pela linguagem comum da comunicação que atinge nos nossos dias o seu auge com o 5G padrão de tecnologia de quinta geração para redes móveis e de banda larga, que as empresas de telefonia celular começaram a implantar em todo o mundo no ano de 2018, trocando conceitos como a identidade pelo da multiplicidade (antónimo da unicidade, da capacidade de cada um de nós ser único).

Nota: Computação ubíqua ou pervasiva é um termo usado pela primeira vez pelo cientista de informática norte americano Mark Weiser (1952-1999) em 1988 e publicado em 1991 no seu artigo *The Computer for the 21st Century*.

Cf. https://www.ics.uci.edu/~corps/phaseii/Weiser-Computer21stCentury-SciAm.pdf.

[310] Muitos autores são unânimes em considerar escassa a análise de Alfred Gell, que será carente de fontes. Em *A antropologia do tempo*, Gell ignora obras sobre o tempo, tidas como fundamentais, como *Time and the other*, de Johannes Fabian (1983), *L'ordre du temps*, de Krzysztof Pomian (1984), *Über die Zeit*, de Norbert Elias (1984) – livro que conhecemos na tradução de Vera Ribeiro: ELIAS, Norbert. (1998). *Sobre o Tempo*, Rio de Janeiro: Zahar, onde o autor releva o tempo social, fundamental no que define como "processo civilizador" - ou ainda *Chronotypes: the construction of time*, coletânea editada por John Bender e David Wellbery (1991).

É nessas baias, nessas barreiras que vemos os lugares de memória: síntese fulminante que determina pontos de recordação na longa fita em que se desenrola o tempo, dotando-o de espaços únicos e irrepetíveis: os tempos da memorização.

Há uma indesmentível coincidência nas referências que o *presente* vivido por António Manuel Trigo só permitia ver como banais, com o que o *futuro* que sobreveio e tornou especiais para quem as pode já saber como *passado*. Hoje olhamos com alguma ironia as suas omissões, porque sabemos o que delas sobreviveu. As nossas memórias incluem esses "espaços testemunhais" vazios.

Como disse Benjamin (2016) a propósito de a *La Recherche du Temps Perdu* (*Em Busca do Tempo Perdido*), de Marcel Proust (Bastien, 2023)[311], publicado em sete partes (entre 1913 e 1927), um dos títulos, talvez o mais intenso sobre memórias que alguma vez foi escrito, onde se revela como estas são parte integrante e protagonista do "erro perpétuo a que se chama vida" e onde

> o papel principal, para o autor que recorda, não é o do que ele viveu, mas o de tecer as recordações, o trabalho de Penélope da rememoração. Ou será que seria ainda mais exato falar de um trabalho de Penélope do esquecimento? Não está a rememoração não provocada, a memória involuntária de Proust muito mais próxima do esquecimento do que daquilo a que em geral se chama recordação. E não é esta obra da rememoração espontânea, em que a recordação é trama e o esquecimento a urdidura, antes o oposto do trabalho de Penélope, mais do que a sua imitação? Porque aqui o dia desfaz o que a noite teceu. (Benjamin, 2016, p. 313).

Gratos pela luz lançada por Maria João Cantinho no nosso descobrimento mais profundo de Walter Benjamin, repetidas vezes trazido a estas página, citamo-la quando escreve que:

> é importante ressaltar, também, e à luz das relações até agora estabelecidas, a relação entre o conceito benjaminiano de rememoração [*Eingedenken*]*, pedra de toque* do seu método da apresentação, com o conceito ou categoria judaica da recordação [*Zekher*]*,* que designa, não a conservação na memória dos acontecimentos passados, mas sim *a sua reactualização na experiência presente.* Devemos, assim, interpretar o alvo benjaminiano de "salvar" a história, não através da suposição de uma finalidade última, a redenção, à maneira de uma utopia (ou uma meta), mas antes, e isso é que é crucial, como uma capacidade ou um princípio ativo que, a cada instante, leva a cabo essa tarefa de reactualização do tempo (Bejamin, 2010), partindo da experiência vivida,

[311] Note-se como o ano de 1917 foi determinante na vida de Marcel Proust, que não só concluiu um dos volumes dos sete que compuseram *Em Busca do Tempo Perdido*, como conheceu a paixão da sua vida, o jovem empregado de mesa suíço Henri Rochat, quando jantava "sozinho ou com amigos" no *Ritz*. Rochat que seria mais tarde o seu secretário particular foi, antes de tudo, a sua maior paixão.

> convertendo aquilo que é o *"tempo homogéneo e vazio"* em *"tempo cheio, messiânico"* (Cantinho, 2016, p. 47)

Que teia de Penélope herdámos de Trigo, que desejou tanto perpetuar o seu dia-a-dia? Um diário ou pelo menos um relato memorial, escreve-se sem saber o que o dia seguinte trará; lê-se, já sabendo o que esse(s) dia(s) trouxe(ram) - essa sabedoria engrandece-o e tornando-o parte e mesmo documento do que foi relatando quando ignorava ainda a eventual importância do que relatava. Essa ignorância dá-lhe uma quase inocência no que conta: a data que se escreve com leveza no cimo da página pode encimar um dia aparentemente corriqueiro mas que outros diários paralelos, escritos (ou não) por seus contemporâneos, determinaram que passasse a ser uma data inesquecível para todos – incluindo para quem a escreveu, não sabendo a força que viria a ter; um nome de alguém, que é referido, por minúcia, por curiosidade ou por mero acaso, é, páginas de História à frente, um herói, um mártir, ou um facínora. Uma data que parece igual a tantas outras pode ser a que dita a sorte dos que a presenciaram. António Manuel vem da Madeira para Lisboa quando se dá o 5 de outubro de 1910, e não sabe o que se passa no Continente. Será testemunha, sete anos mais tarde, à primeira morte dessa revolução. O 5 de Outubro, é certo, não viverá o seu natural septénio, mas um período de charneira entre o que ambicionava ser e o que seria: da utopia para a decadência e perecimento. É esse período de passagem, o ano em que se "desce" para o segundo septénio, digamos, que nos cativou nesta investigação. Mas o nosso entusiasmo não é o do autor que analisamos. António Manuel Trigo, voluntária ou involuntariamente, tem esse despojamento no relato, uma parcimónia ao descrever o seu dia a dia – ignorante do vórtice de História do que era na realidade esse mesmo tempo de vida coletiva. A Primeira República traduzirá uma infinita vontade de projetos individuais de poder, o que em nada surpreende tendo em conta a natureza do novo regime, a *res publica*, uma "coisa" pública com o objetivo de ser de todos e a todos dar expressão, oposta à conceção de "monarca", do *´monos archon´* grego, com o significando de posse do "governante único." Este desejo de abrangência – *coisa pública* de *todos* -, de uma abrangência que impõe a aquisição de alteridade [312]– será parcial, como é sabido, a começar pela primeira grande definição política, a escolha de uma Assembleia[313] de deputados representativa:

> Após a revolução republicana de 5 de Outubro de 1910 tornou-se necessário elaborar uma constituição que estabelecesse os fundamentos do novo regime político. A Assembleia Nacional Constituinte foi eleita num sufrágio em que só houve eleições em cerca de metade dos círculos eleitorais. Não havendo mais candidatos do que lugares a preencher em determinada circunscrição eleitoral,

[312] Uma das nossas inquietações neste trabalho, a aquisição de alteridade.
[313] Cf. https://www.parlamento.pt/Parlamento/Paginas/APrimeiraRepublica5.aspx

aqueles eram proclamados "eleitos" sem votação. O sufrágio universal foi afastado, tendo votado apenas os cidadãos alfabetizados e os chefes de família[314], maiores de 21 anos[315].

[314] Foi nesta eleição que uma mulher votou pela primeira vez em Portugal. A Drª Carolina Beatriz Ângelo, médica e viúva, na sua qualidade de chefe de família e na ausência de disposição expressa excluindo o sexo feminino da capacidade eleitoral ativa, reclamou para um juiz a sua inclusão no recenseamento eleitoral, tendo este deferido a sua pretensão.

[315] O artº 6º do Decreto nº 3997, de 30 de Março de 1918, aprovado durante a ditadura de Sidónio Pais, já referido, baixou a capacidade eleitoral passiva na Câmara dos Deputados para 21 anos.

A entrada na Escola de Guerra

Regista António Manuel nas *Memórias*:

> **Lisboa, 1917.**
> No dia 3 e 4 de junho de 1917 fiz o meu exame do primeiro ano da prova escrita do curso preparatório nas diversas cadeiras do programa, tendo tido em todas as matérias as notas mais altas. Fui o único aluno que obteve a classificação de média final de 18 valores. Não foi de estranhar. Nem os professores se admiraram. Porque durante o ano fui sempre o aluno mais classificado e muitas vezes dispensado de ser chamado. Na prova oral, apresentando sempre todos os trabalhos práticos, desenhos com maior perfeição. Em vista de ter o curso completo do liceu, com muitos conhecimentos de geometria e desenho geométrico, com muita prática em desenho à vista. Não achei dificuldade alguma neste primeiro ano e assim fiz um exame muito distinto, o que já esperava, pois fiz todos os esforços para fazer boa figura. Em virtude do resultado da prova escrita com maior classificação, foi dispensado de ir à prova oral. E assim, terminei meu primeiro ano do curso preparatório de arquitetura. Não podendo continuar pelo motivo de matrícula na escola de guerra. (...). Em 18 de Junho fui admitido ao concurso de admissão à Escola de Guerra para a arma de infantaria, tendo ficado com o número 839 de entrada e o número 269 de admissão dos 400 candidatos pedidos. Para a arma de infantaria somente foram admitidos 273 concorrentes por não ter havido número de candidatos com as habilitações exigidas (Trigo, 1948, p.27).

A matrícula na Escola de Guerra, no entanto, não foi fácil – até porque antes havia sido dispensado da prática militar por razões de saúde. António não desiste; sete meses depois de ter sido recusado como aluno da Escola, graças a sucessivos requerimentos, finalmente coroados de êxito, foi finalmente aceite e alistado como voluntário no Corpo de alunos daquela instituição, sendo incorporado a 16 de agosto de 1917. Passou até lá por vários exames em outras tantas juntas médicas, onde a diminuição de audição no ouvido esquerdo o dava como "incapaz para o serviço militar". Depois das recusas e das suas sucessivas reclamações,

> no dia 4 de Agosto apresentei-me no hospital militar de Lisboa, na Estrela, entregando a minha guia de marcha, que tinha recebido no dia 3 na Escola de Guerra. Somente pelas 15 horas é que fui inspecionado pela Junta Médica e o resultado [desta vez] foi o de ter ficado apto para todo o serviço militar - e assim ficou definitivamente assente a minha situação (Trigo,1948, p.32).

O facto de o País estar em guerra e precisar de efetivos militares habilitados, terá pesado nesta aceitação. Em virtude do início da Primeira Guerra Mundial e da consequente necessidade urgente de oficiais para o Exército, a 4 de abril de 1916 tinha sido decretado um regime transitório para a Escola de Guerra, no qual cada ano letivo dos cursos ali ministrados foi reduzido para seis meses. Na data referida – 16 de agosto de 1917 - terá entrado também

Fernando dos Santos Costa [316]que viria a ser um oficial do exército português, atingindo a patente de general, com papel preponderante na ligação entre António de Oliveira Salazar e os sectores militares mais conservadores que apoiaram a Ditadura Nacional e o Estado Novo. A matrícula de Fernando dos Santos Costa é, tal como a de António Manuel Trigo, de 16 de agosto de 1917[317].

Remetemos para ANEXOS a lista dos colegas de turma de infantaria do ano em causa.

António Manuel ficaria em serviço ativo durante 197 dias, até ser promovido ao posto de Alferes, passando a aspirante a oficial do Regimento de Infantaria nº 27, sob o número 611 da terceira companhia.

Confronte-se, por curiosidade da comparação de datas, o que se passava no País, três dias depois da entrada de Manuel Trigo na Escola de Guerra, a outro nível militar:

> A 19 de Agosto de 1917 entrou para instrução o BI29 (Braga) da 4ª Brigada da 2ª Divisão do CEP, na zona de combate britânica guarnecida pela 171ª Brigada da 57ª Divisão britânica do BEF, em substituição do BI8 (Braga) que tinha terminado o tirocínio.
> Logo no dia 20 de Agosto um avião inimigo que sobrevoou o sector de Boutillerie, bombardeou as tropas do Batalhão de Infantaria 29 e causou uma baixa, o 1ºCabo José Frutuoso Dias da Costa, natural de Ruivães, Vieira do Minho.
> No dia 21 de Agosto a artilharia alemã bombardeou as trincheiras da primeira linha durante 8 horas seguidas (7h-15h), tendo causados muitos estragos nas estruturas. A artilharia voltou a bombardear mais tarde pelas 16h dirigindo o fogo diretamente sobre o comando do Batalhão, tendo matado uma sentinela, o soldado Alberto António de Amorim, natural de Codeceda, Vila Verde.[318]
> No dia 24 de Agosto deu-se então o grande ataque alemão à posição portuguesa. O bombardeamento inicial alemão começou às 23h12 do dia 23 de Agosto, incidindo inicialmente sobre a zona britânica à direita do BI29, mas às 23h45 começaram a cair sobre as linhas do BI29 as primeiras granadas de gás, que marcavam o início do assalto alemão. Às 00h de 24 de Agosto o bombardeamento que caía sobre as três companhias do BI29 que se encontravam na 1ª Linha cessou subitamente e deu-se o assalto com tropas alemãs de

[316] O Arquivo Histórico Militar disponibiliza a consulta do Fundo Particular Santos Costa – V. PT/AHM/FP/07 – que permite seguir o seu percurso desde a frequência da Escola de Guerra a desempenhos como os do cargo de ministro da Guerra (1944), da Defesa Nacional (1961) ou de diretor do Instituto dos Altos Estudos Militares (1964- 1967), num currículo que lhe valeu o reconhecimento pelo Estado Novo como o homem mais forte do governo, logo a seguir a Salazar.

[317] Como nota: o dia 15 de agosto que era feriado (Assunção de Maria) até à chegada da República havia sido banido do calendário e só regressou em 1952, já que o Estado Novo manteve a separação entre Estado e Igreja (apesar da grande influência desta). Só depois da assinatura da Concordata com a Santa Sé, em 1940, e do Ano Santo de 1951, foram "recuperados" os feriados religiosos banidos pela República.

[318] No distrito de Braga.

> infantaria de assalto, compostas por atiradores, granadeiros e metralhadoras (Martins, 1995, pp. 260-261). [319]

Para Portugal, a guerra começou com a defesa dos territórios ultramarinos, as possessões portuguesas em África, logo em 1914, mas a entrada oficial ocorreu a 9 de Março de 1916, depois da declaração de guerra da Alemanha (Afonso, 2011). Era a resposta ao confisco dos navios alemães e austríacos nos portos portugueses que o Reino Unido, o velho aliado de Portugal, nos exigira.

Os primeiros contingentes portugueses – reunidos sob a designação de Corpo Expedicionário Português (C.E.P.), "fardados, cor da bruma / soldados da nossa terra" como os descreveu o capitão Menezes Ferreira (Ferreira, 1921, p. 16) – começaram então a ser preparados – sobretudo no campo de instrução do Polígono Militar de Tancos - para serem enviados para a frente ocidental, o que aconteceria a partir do mês Janeiro de 1917, embarque previsto para começar no dia 20 mais exatamente, e que se estendeu ao longo dos meses seguintes.

Luís Augusto Ferreira Martins, ministro da guerra do 5.º governo constitucional, dirigido por Afonso Costa, sendo nomeado subchefe do estado-maior do Corpo Expedicionário Português enviado para a Flandres, no Norte de França, em 1917, durante a Primeira Guerra Mundial, escreverá: "as forças seguiam para o cais de embarque quase às escondidas, não fosse a sua marcha espetacular através da capital despertar as iras daqueles que não se conformavam com a participação militar na guerra" (Martins, 1935).

O C.E.P. foi constituído pela força da Divisão de Instrução de Tancos. Ao C.E.P. juntar-se-á o C.A.P.I., menos cultivado e menos presente na literatura de memória nacional. Conhecido pelos franceses como Corp d'Artillerie Lourde Portugais, era uma unidade ferroviária de artilharia pesada constituída por três batalhões, e funcionou na Frente Ocidental durante a Primeira Guerra Mundial (Afonso & Gomes, 2010). O C.A.P.I. foi constituído pelo pessoal de Artilharia do Campo Entrincheirado de Lisboa, bem como o Corpo de Artilharia Pesada (C.A.P.), agregado ao C.E.P. (Ramos, 2009). Da experiência abundam relatos e memórias, alguns particularmente dolorosos. O mais ligeiro terá sido o livro *João Ninguém Soldado da Grande Guerra | Impressões humorísticas do C.E.P.*, com texto e desenhos [320]do

[319] Sobre a Flandres, considerámos ainda, pela proximidade temporal do relato, a leitura de Casimiro (1918). A dedicatória deste livro é singular: "À Formosa Memória de Viriato de Lacerda, morto em África, na serra M´Kula, em glorioso combate contra o alemão". (Casimiro, 1918, p. 5).

[320] E também de Pires Marinho, Bordalo Pinheiro e Lallemant, de acordo com a informação no verso de capa. Estamos na época em que mais se destaca a imprensa, como parte integrante das mudanças e dos acontecimentos, nomeadamente das revistas ilustradas, recorrendo a desenhadores fotógrafos e a desenhadores. É o primeiro momento de glória do jornalismo iconográfico, tendo paralelo, talvez, apenas, no jornalismo

Capitão Menezes Ferreira, hoje documento cultural que agregámos também a este caminho de investigação. A obra narra-nos um percurso de 1917 a 1919, e é dedicada à memória dos militares Humberto de Ataíde e Viriato de Lacerda, mortos em África. No livro são referidos como capitães, mas se não há equívoco, aparentemente, com a graduação de Humberto de Ataíde, várias são as versões sobre Viriato de Lacerda: capitão no livro que consultámos, tem a patente de Tenente na placa da rua que lhe foi atribuída e a referência que morreu em combate com o posto de capitão e postumamente foi promovido ao posto imediato, de Major (Matos, 2009; "Meninos da Luz – Quem é Quem II", 2008).

Em edital, a edilidade lisboeta destacou-os e atribuiu-lhes lugares de memória, na toponímia da capital. Para a consagração de Humberto Ataíde, disse a vereação republicana da Câmara Municipal de Lisboa que o fazia porque "*Combateu na Rotunda em 1910 pela implantação da República e em Angola e Moçambique os Alemães; sendo repetidas vezes ferido, faleceu em combate»*. Já no que respeitou à Rua Tenente Viriato Correia de Lacerda, homenageia Viriato Sertório da Rocha Portugal Corrêa de Lacerda. A mesma vereação sublinhou como *combateu na Rotunda em 1910 pela implantação da República e em Angola os alemães e os indígenas revoltados, que* lhe valeu a medalha de prata do Valor Militar (em Outubro de 1918). Textos conforme se pode ler na deliberação camarária de 19 de setembro de 1918. Finalmente, Trigo era, em 1917, cadete na Escola de Guerra, um pouco mais velho dos que os seus colegas de ano. Essa diferença de idades tinha explicação, superlativa no seu caso, pois perseguia-o há anos, com impacto variável de memórias, um estado de saúde prolongadamente débil, que se manifestou num tumor, recidivo, no canal auditivo, com o qual

infográfico que determinou culturalmente o consumo noticioso dos nossos dias em várias frentes, do órgão de informação impresso aos audiovisuais. Um desses artistas aqui citado é certamente Luciano Lallemant (1863-1929), Luciano Lallemant estudou na Escola de Belas Artes de Lisboa e com o escultor alemão Adolf von Hildebrand. Expôs nos Salões de Paris e foi premiado com medalhas de prata nas Exposições Universais de Paris, de 1889 e 1900. Pires Marinho era ilustrador e pintor, famoso pelas suas aquarelas. De acordo com o jornal O Mundo, foi um dos artistas que participou em outubro de 1913 na "Exposição das Artes Gráficas", nas instalações da Imprensa Nacional, fazendo parte da sua comissão organizadora Cf. *O Mundo,* n.º 4685, de 21 de setembro de 1913, p. 1. Cf. A exposição foi inaugurada por Manuel de Arriaga, então Presidente da República, acompanhado da sua mulher, Lucrécia Arriaga.

A Ilustração Portuguesa destacou o evento e neste as fotos do seu colaborador Joshua Benoliel. "Uma das partes da exposição também interessante e que atrai o público é a das instalações dos repórteres fotográficos nas quais se vêm alguns *clichés* preciosos dos acontecimentos palpitantes dos últimos tempos e dos homens que neles tomaram parte que são verdadeiras fotografias artísticas como as que expõe Joshua Benoliel e que todas foram publicadas no nosso *magazine* registando os factos com uma documentação bela e preciosa." (Ilustração Portugueza, 1913, pp. 418-423).

O jornal *O Século* também teve parte ativa na referida Exposição.

Finalmente, Bordalo Pinheiro. As gravuras aludidas no verso de capa serão as de Manuel Gustavo Bordalo Pinheiro, ilustrador e caricaturista, pioneiro da ilustração infantil, com o desenho do personagem principal da revista O Gafanhoto (Pinto, 1921).

Nota: Manoel de Sousa Pinto nasceu no Rio de Janeiro, foi professor de Estudos Brasileiros da Faculdade de Letras de Lisboa. Dirigiu, com João de Barros, a revista *Arte & Vida* (1904-1906).

a ciência e o próprio travaram lutas marcantes. Com diminuição de audição no ouvido esquerdo, mas determinado, a sua teimosia garantira-lhe o lugar que tanto ansiara.

António Manuel Trigo, findo um exigente período de aprendizagem, concluiu na Escola de Guerra o Curso da Arma de Infantaria, confirmado em Ordem do Exército nº16, segunda série, de 22 de Julho de 1919. Foi mais tarde Professor no Exército, nomeadamente nas Escolas Regimentais. Fez o curso da Escola de Guerra e o primeiro ano de Belas Artes, em arquitetura, que não pôde concluir exatamente por estar matriculado na mesma Escola de Guerra.

No jornal Diário da Madeira, Funchal, de 22 de junho de 1917, pode ler-se:

> **Escola de guerra.**
> Por notícia telegráfica recebida nesta cidade sabe-se que foi admitido na Escola de Guerra o nosso Patrício, Senhor António Manuel Trigo, inteligente aluno da escola de Belas Artes de Lisboa, filho do senhor coronel Adriano Augusto Trigo.

Antes do final do mesmo ano de 1917, o golpe sidonista, no qual tomou parte ativa, mesmo que modesta, travou a sua ida para França.

> No dia 7 de Agosto, conforme fora avisado, apresentei-me às 12:00 horas na escola conforme o marcado. Este era o dia para a chamada geral de todos os candidatos admitidos, para saberem qual o número com que ficaram inscritos no corpo de alunos, e as armas a que pertenciam. Eu fiquei com o número 3 do corpo de alunos, na arma de infantaria, na qual fui inscrito. Neste dia, apresentaram-me na Secretaria uma declaração, informando que todo o fardamento e enxoval se fazia por minha conta. Também apresentaram uma declaração com respeito ao pagamento da propina e pensão, como interno e como se refere no modelo de documento no folheto das instruções da escola, no artigo 23º a páginas 24 que dizia, nestes termos: [cópia da declaração]:
> António Manuel Trigo, estudante, solteiro, natural da Freguesia de Santa Luzia, Concelho do Funchal, distrito do mesmo, morador na rua Gomes Freire, número 87, [321]quinto andar, em Lisboa, abaixo-assinado, admitido a matrícula no curso de infantaria da Escola de Guerra, declara perante o senhor General Comandante da mesma escola que se obriga a pagar ao respetivo Conselho Administrativo a quantia 7640 escudos[322]. Correspondente a importância de cada propina de abertura ou encerramento de matrícula que se efetuar nos 6 semestres do curso de infantaria nos dias em que tal pagamento for determinado na ordem da escola. Mais se obriga ao pagamento mensal, ao mesmo Conselho, da quantia de 4800 escudos, correspondente a cada mês que estiver internado na mesma escola. Pagamento este que será feito adiantadamente nos primeiros 10 dias de cada mês.

[321] A Escola de Guerra situava-se na mesma rua. Hoje, a entrada principal da Academia Militar, sucessora da primeira, é na Rua Gomes Freire, 230. Todavia não há equívoco: trata-se da morada do tio Aníbal, que residia na mesma Rua e que hospedara António Manuel nesta sua "aventura" em Lisboa.

A mesma Rua Gomes Freire era a antiga Carreira dos Cavalos, um quase picadeiro onde se galopava e corria, a cavalo, até ao Campo de Santana.

[322] O escudo, cujo símbolo é o cifrão ($), era a moeda de Portugal, por ocasião da proclamação da República. Veio substituir o Real (plural, os "Réis") que terá existido de (desde cerca de) 1430 até 1911 (sendo usada mesmo durante alguns anos depois).

> Ao cumprimento destas obrigações, aparece como fiador e principal pagador Antero Elísio do Nascimento Trigo[323], capitão de mar e guerra, atualmente em serviço no Arsenal da marinha. Que estes termos assina e que neste auto declara que se obriga solidariamente com o seu afiançado ao cumprimento das obrigações por ele assumidas neste documento, renunciando a qualquer direito que possa restringir ou anular esta sua obrigação.
> Foram testemunhas os Senhores Paulo Pizarro de Carvalho e Melo, casado, engenheiro civil, morador na rua de São Bernardo, número 118. E Fernando Cortez Bizarro de Sampaio e Melo, solteiro, advogado, morador na rua de São Bernardo, número 118. Com os outorgantes assinaram. Lisboa, 7 de agosto 1917.

António Manuel Trigo, anota que

> Foi reconhecida a minha assinatura no notário Tavares de Carvalho (Carvalho, 1923) e assinada pelo fiador e principal pagador, com as respetivas testemunhas sobre um selo fiscal no valor de 200 réis.
> **Lisboa, 1917.**
> No dia 10 de Agosto apresentei-me já como aluno da Escola pela primeira vez fardado e com uniforme de serviço interno (de cotim) na Secretaria da 2ª companhia a que pertencia. Recebi uma guia para apresentar-me no Conselho administrativo da escola para o pagamento adiantado da Propina na importância de 7640 escudos, referente ao primeiro semestre e de abertura da entrada. Também entreguei um requerimento dirigido ao General Comandante da Escola nos seguintes termos, cópia:
> Excelentíssimo Senhor General, Comandante da Escola de Guerra António Manuel trigo, candidato número 3, desejando matricular-se no primeiro semestre do curso da Arma de Infantaria muito respeitosamente, pede deferimento.
> Escola de Guerra, 10 de Agosto de 1917, António Manuel Trigo.

Finalmente, dias depois, António torna-se aluno efetivo da Escola de Guerra e aí começa a sua verdadeira formação e vida profissional, que não mais abandonará na carreira militar.

> No dia 16 de Agosto é que entraram de vez todos os alunos candidatos da Escola e os que eram internos, como eu, já foram às refeições, mas só no dia seguinte é que se dormia na Escola. A entrada foi às 10:00 e o almoço pelas 11, tendo assistido o segundo-comandante, major Domingos Patacho[324], comandante do corpo de alunos, capitão Simões de Sousa[325], Racú, e oficiais de serviço. Pelas 16 horas houve formatura geral dos candidatos para serem organizadas as

[323] Tio de António Manuel.

[324] Encontrámos referência a Domingos Barreira da Silva Patacho no Diário do Governo, de 1913, nº 115, de 19 de maio, na qualidade de secretário da Cooperativa Militar, mesa da Assembleia Geral, na convocatória de uma reunião onde aparece como secretário da mesma Assembleia Geral e da Cooperativa, com o posto de capitão.

[325] Ainda hoje a parada da Academia Militar, sede em Lisboa, ostenta o nome do capitão Simões de Sousa. Desconhecemos a origem da alcunha – Racú – que António Manuel refere várias vezes. O Capitão Simões de Sousa era o comandante do Corpo de Alunos na altura do assalto à Escola de Guerra, no âmbito do Revolta do 14 de Maio de 1915 (derrube do governo do General Pimenta de Castro).

NOTA: Racú é o nome dado a uma embarcação a motor, mas não encontramos qualquer ligação.

> turmas, como o assentamento de praça. Eu fiquei pertencente à segunda companhia na terceira turma, tendo sido promovido a segundo-sargento cadete[326]. Às 18:00 foi o jantar. Em seguida, houve a marcação dos quartos e camarata. Eu fiquei no edifício grande, na camarata, mas como só no dia seguinte é que se podia dormir na Escola, houve licença para ficar em casa da família. Eu fui para casa dos Tios onde estava hospedado.
> Desde o dia 17, que ficaram já hospedados na escola, os alunos candidatos internos. Até ao dia 19, somente de manhã e depois do almoço, até à hora do jantar, tivemos sempre a instrução tática sem arma e instruídos por ações de 10 alunos, sendo cada secção distribuída aos alunos do segundo semestre e fiscalizada por oficiais. Na minha secção foi sempre instrutor o aluno do segundo semestre, primeiro-sargento cadete Doutor Jordão Luís Drummond de Castro e Abreu[327], meu patrício. Depois do General passar revista a todos os alunos, fez uma alocução aos novos candidatos, fazendo referência ao curso e dando as boas-vindas.

Em ordem da Escola de Guerra, datada do dia 27 de janeiro de 1917, estabelece-se as normas relativas ao vestuário dos alunos. Um extenso documento com 12 páginas[328], onde nada é deixado ao acaso, e as regras incluem a norma de fabrico dos respetivos artigos de fardamento: espécie, qualidade, dimensões, cores, feitios, modo de vestir, fardas especiais de ginástica, esgrima e velocipedia[329], condições de utilização de cada tipo de uniforme, uso da capa ou do capote e sendo estipulado o tempo de duração de cada um dos artigos e condições de aquisição.

[326] Não há nenhuma razão aparente para esta "promoção" que parece ditada pela idade de António Manuel, mais velho que a maior parte dos colegas.

[327] Não encontrámos alusões ou referências genealógicas – a mais próxima seria a que refere Manuel Jorge Jordão da Cunha Abreu, todavia sem evidências de quaisquer ligações parentais. Os Drummond, da Madeira, por seu turno, parecem descender do escocês John Drummond, o John escocês ou, como ficou a ser conhecido na ilha da Madeira, John Escócio ou Escórcio (Drummond, 1681).f

[328] Elaborado de acordo com o disposto no plano de uniformes para o exército, na Ordem do Exército nº 15 (1ª série) de 23 de agosto de 1913, e 22 (1ª série) de 1916.

CF. https://files.diariodarepublica.pt/gratuitos/1s/1913/04/09000.pdf

Cf. https://files.dre.pt/gratuitos/1s/1916/04/07700.pdf

[329] Estudo e arte de andar em velocípede.

O colega funchalense Freitas Branco
(Visconde de Porto da Cruz)

Entre muitas omissões que sublinhamos nas *Memórias* de António Manuel Trigo, uma delas parece gritante: não há a menor menção concreta a colegas, a camaradas da Escola de Guerra, ou a amigos reconhecidos, não se tratando da soberba de um empreendedor solitário, aparentemente apenas por mera omissão, involuntária exclusão ou falta de necessidade de uma partilha. Na sua procura de uma individualidade contruída de modo a legar-se aos vindouros, António Manuel Trigo tenta, apesar disso mesmo, dispensar o Outro. Afinal, a escrita de si conduz, direcionando-se, à escrita da memória, que vai depurando a seu prazer.

Em Anexos juntamos uma lista[330] sumariamente comentada dos seus colegas de ano na Escola de Guerra. Aqui, fazemos destaque a um deles, por razões que fundamentamos.

Alfredo António Freitas Branco, a nosso ver, reunia muitas características para figurar como próximo das suas relações e camaradagem, pois as afinidades são grandes.

Alfredo nasceu [331]a 1 de janeiro de 1890 (mais velho dois anos que António). Filho de Ana Augusta de Castro Leal Freitas Branco e de Luís Vicente de Freitas Branco. Luís Vicente Freitas Branco, por sua vez, era filho do conselheiro Silvano de Freitas Branco (1828-1918) e irmão de João de Freitas Branco (1855-1910), um dramaturgo com obra publicada, e do advogado Fidélio de Freitas Branco (1861-1918), pai dos compositores Luís de Freitas Branco e Pedro de Freitas Branco (este último tão admirado e tão referido por António Manuel Trigo nas *Memórias*).

Aduzimos as razões por que o selecionámos.

---

[330] Obtida graças ao apoio do Arquivo Histórico Militar.

[331] Na Rua da Carreira nº 13, no Funchal, freguesia de São Pedro. Hoje, é ali que funciona o Museu de Photographia da Madeira, Atelier Vicente´s, no número 43. A Rua da Carreira, anteriormente conhecida como a Rua da Carreira dos Cavalos, ou Rua da Carreira Velha dos Cavalos, era um "passeio público", uma passarela da cidade do Funchal. Realizavam-se ali corridas de cavalos e excecionais e reconhecidamente animados desfiles carnavalescos. Há referências a esta rua desde o século XVI. Na rua destacam-se o solar urbano reconstruído pelo conde do Canavial, médico, empresário e político de renome, e o local onde existiu o solar dos Bettencourt, do qual, provavelmente, Alfredo usaria o nome. Na rua da Carreira funcionou a Academia de Música e Belas Artes da Madeira:

> A Academia de Música e Belas Artes da Madeira esteve instalada em vários espaços ao longo da sua existência. Inicialmente, teve a sua sede na avenida Arriaga, n.º 13 e no final da década de 1950, passa para o n.º 77 da mesma avenida. Em 1971, muda-se o n.º 56 da rua da Carreira e após o 25 de Abril muda-se para a Quinta das Angústias na rua Imperatriz D. Amélia, n.º 21, até à sua extinção (em 1976 a Quinta das Angústias para a ser a sede da Presidência do Governo Regional, agora conhecida como Quinta Vigia) (Dantas, 2016, p. 9).

Alfredo e António são quase da mesma idade; Alfredo (que também se chama António, por coincidência, assinando como nome completo Alfredo António Maria de Castro Leal Teles de Meneses de Vasconcelos de Bettencourt [332]de Freitas Branco) é natural do Funchal, como António Manuel Trigo; são alunos do mesmo curso no mesmo período; teriam estado juntos, não só na Escola de Guerra como no Parque Eduardo VII, no golpe sidonista e na Estação do Rossio, integrando o mesmo corpo de alunos arregimentados por Sidónio Pais em 1917 e exercendo as funções de tropa de escolta quando Sidónio Pais [333]foi assassinado, em dezembro de 1918! Freitas Branco afirmará mesmo que foi ele "um dos homens a prender o assassino do Presidente" (Cruz, 1928, pp. 13-17) e António Manuel dará pormenores desta prisão.

Aceitamos que sendo colegas e conterrâneos, percorrendo os mesmos passos e as mesmas recordações coincidentes e imediatas, Alfredo e António fossem próximos e interligados ideologicamente, até cúmplices nos mesmos valores e causas, pelo menos em alguns deles.

António não lhe faz qualquer referência. Alfredo não o contempla no que escreve.

Alfredo Freitas Branco passou os primeiros anos de vida na Ilha da Madeira, frequentando os estudos primários no Hospício da Princesa Rainha Dona Amélia, que servia de externato e, a um tempo, de "Asilo de Mendicidade". Originalmente no século XIX, foi construído nesse local, um sanatório, em estilo neoclássico, de "grande escala e impacto na massa urbana"[334].

Alfredo também estudou no Colégio de D. Laura Estrela [335]de onde transitou, em 1901, para Lisboa e para o Colégio [Jesuíta] de Campolide, administrado, entre 1858 e 1910, pelos padres da Companhia de Jesus e que é hoje património da Universidade Nova de Lisboa (funciona ali o Colégio Almada Negreiros, com vários centros de investigação e unidades orgânicas da mesma Universidade. Antes, foi lá que funcionou o Batalhão de Caçadores 5[336], até à década de 1970). (Faça-se a ressalva que é neste ano de 1901 que surge, paralelamente,

[332] Apesar de assinar com este nome, não encontrámos traços genealógicos que nos permitissem confirmar o desdobramento da origem para a utilização genealógica "de Vasconcelos de Bettencourt". Teles de Menezes foi o seu bisavô materno Valentim Lúcio de Freitas Leal Muniz Teles de Menezes, que não aceitou ser o primeiro Visconde da Cruz, tendo o bisneto, Alfredo António, reclamado a distinção.

[333] Sidónio Pais fora sargento graduado cadete da Escola do Exército (1891), a mesma que passaria a chamar-se Escola de Guerra na I República.

[334] Cf. http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=6986, sítio em linha consultado em 3 de junho de 2022.

[335] Dá-se a coincidência de existir hoje um Colégio de Laura Estrela, em Santa Luzia... do Paruá, no Maranhão.

[336] O Batalhão de Caçadores, n.º 5, unidade do Exército português criada aquando da Primeira Invasão Francesa como Legião Transtagana, formada em Beja para guarnição da Praça de Campo-Maior.

A expressão "transtagana", que pode sinonimizar a palavra "alentejana", abarca "o que ou o que fica para além do Tejo". Portanto um Corpo ou divisão do exército a operar além Tejo.

uma organização de juventude católica, o Centro Académico de Democracia Cristã de Coimbra, pela iniciativa de vários universitários. Dele vai emergir o Centro Católico Português, que ganhará força e assento no parlamento português. Em 1928, Salazar chegaria ao poder através do mesmo Centro Católico Português (Cruz, 1980, p. 269)).

A atividade do colégio jesuíta de Campolide era tão importante, que o elevado número de deslocações para Campolide justificou a criação (ainda em 1882) de carreiras da Companhia de Carruagens Antoine Ripert, que terminavam a viagem nas Portas de Campolide. Esta Companhia teve grande importância em Lisboa e Porto.

> O Padre [Carlos João] Rademáker em 1858 compra ao poeta, jornalista e escritor, defensor das ideias miguelistas, João de Lemos[337], a Quinta da Torre, por 4000$000 réis. Aqui se instalou no mesmo ano, com intuito de aí organizar "clandestinamente" a sede da "*Companhia de Jesus",* que em 1880 passaria a sede oficial da *"Província Portuguesa"* (ex- "Missão Portuguesa"). Aí, com a colaboração de outros dois jesuítas, o Padre Martinho Rodrigues e um irmão espanhol estabeleceu no mesmo ano o célebre *"Colégio de Campolide",* [338]inaugurada 28 de junho de 1858 e que serviu de modelo a todos os outros da *"Companhia de Jesus".* No decurso da sua atividade, veio a tornar-se, a par do *"Colégio de S. Fiel"* [339](1863), em Louriçal do Campo, uma instituição de elite: ensino de qualidade e intensa atividade científica, particularmente na área das ciências da natureza, com destaque para a revista *"Brotéria".*[340]

Tal como António Manuel Trigo, também Freitas Branco teve graves problemas de saúde em jovem. Enquanto António Manuel Trigo ficou circunscrito à sua Santa Luzia, onde nasceu e morava, a saúde de Freitas Branco obrigou-o a regressar à Madeira. Acabou por terminar o curso liceal no Liceu Nacional do Funchal, tendo-se atrasado na progressão normal da sua formação, outra coincidência biográfica com António Manuel. Regressou ao Continente, finalmente: sem êxito, nem progressão (como Trigo, em Arquitetura) cursou Direito na Faculdade de Ciências Económicas e Políticas de Lisboa, estabelecimento de ensino cuja estreia, em 1913, fora feita sob a designação de Faculdade de Estudos Sociais e de Direito e

[337] João de Lemos (1819-1890) era filho dos segundos viscondes do Real Agrado.

[338] Fundado o Colégio, este recebeu o nome de Colégio de Maria Santíssima Imaculada. Com a data de fundação de 21 de junho de 1858 (Graínha, 1913).

[339] Onde, entre outros, estudou Egas Moniz. Que deixou escrito: "No colégio, ao lado da exagerada vida religiosa que nos levava tempo e roubava atividade, havia uma boa educação humanista e científica que, só por estar sujeita a programas liceais, alguns deles pouco recomendáveis, não era mais perfeita. Devo a essa orientação muito do meu aproveitamento na carreira universitária. A disciplina mental a que obrigavam os alunos em ciências exatas e afins, era bem orientada. Aos exercícios físicos já dava o Colégio a sua atenção nesses remotos tempos. O equilíbrio entre orações, exercícios físicos e estudo, merecia ser mais bem estabelecido; mas eu aproveitei com o ensino que me ministraram na matemática, física, química e ciências biológicas. Davam certo desenvolvimento à parte experimental, o que contrastava com a maior parte do ensino liceal desse tempo. O laboratório de química e o gabinete de física estavam suficientemente apetrechados e o ensino baseava-se em experiências sempre que isso era possível. Apraz-me deixar aqui exarado o meu depoimento imparcial." (Moniz, 1950, p. 254)

[340] Cf. https://webpages.ciencias.ulisboa.pt/~fmromeiras/Broteria_/Colegios.html

que hoje é a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Terá concluído o Curso Superior das Alfândegas, posteriormente designado Curso de Ciências Económicas e Financeiras, embora não tenhamos conseguido prova de que assim tivesse acontecido. Na Escola de Guerra, finalmente, conclui a especialidade de Artilharia (António Manuel a de Infantaria). Será apoiante de Sidónio Pais, tornando-se um dos seus cadetes - e participou (ou efetuou, segundo o seu depoimento) na prisão do alegado executante de Sidónio, José Júlio da Costa, que a justiça não condenará de modo definitivo, mas que o tempo conduzirá a uma agonia em vida sem comparação: faleceu em 1946, com 52 anos de idade, internado no Hospital Miguel Bombarda, depois de 28 anos de prisão sem direito a julgamento que o conduziram a um estado de degradação geral sem retorno nem apoio. Dois anos depois da sua morte, António Manuel Trigo decide organizar, de modo mais completo e mais cuidado, os seus "retalhos" de vida, um exercício que já fizera antes, mas concluindo-o agora com mais detalhe. Nas *Memórias* não há a menor alusão ao fim de José Júlio da Costa, tão trágico quanto o de Sidónio.

Alfredo de Freitas Branco assinou como escritor cerca de quatro dezenas de títulos (Clode, 1983), dois deles em 1917 – *Charcos* (edição da Casa Ventura Abrantes, Lisboa, 48 pgs.); e *No Exílio – Scenas da Vida dos Conspiradores Monarchicos (edição da Casa Ventura Abrantes, Lisboa, 77 pags.)*. Neste último, livro coevo dos acontecimentos pouco ou nada narrados com o certificado de memórias testemunhais do convulsivo período de 1911-1912**,** discorre sobre o tema dos exilados monárquicos e exibe dedicatória principal a Paiva Couceiro bem como dedicatórias menos exultantes, periféricas, a Perestrello Camacho, Mário Souza Dias e ao Conde de Nova Goa.

Alfredo de Freitas Branco, recorde-se, exilou-se em Espanha, tendo participado**,** a partir da Galiza**,** nas malogradas incursões monárquicas de 1911-1912, comandadas por Henrique de Paiva Couceiro**.** O tema e o estilo tornam comparável este livro, *No Exílio,* a um outro, de Abílio Magro: *A Revolução de Couceiro: Revelações Escandalosas, Confidências, Crimes* (Magro), 1912. O livro apareceu a público como edição de autor, promovendo-se a obra como um **"**Depoimento baseado em provas e documentos, de um antigo servidor da Monarquia, apodado na Galiza de espião da República". Na capa, sob a foto de Paiva Couceiro, uma legenda não deixa dúvidas sobre o teor da obra, rotulando o militar e conspirador antirrepublicano como *O Messias*. A seu lado, na capa do livro de Abílio Magro está a foto de Jorge Camacho (presente com o nome de Perestrello Camacho na dedicatória de *No Exílio,* de Freitas Branco). Jorge Perestrelo de Velosa Camacho surge no livro de Abílio Magro como chefe do estado maior (na realidade, fez parte da chefia do Estado Maior contrarrevolucionário, em 1911). Camacho deixou uma memória que os monárquicos reclamam como trágica (terá

sido assassinado, alegadamente pelas costas, por republicanos em 1919), mas que republicanos negam nos detalhes. A legenda na capa do livro de Abílio Magro é a seguinte: *Jorge Camacho, chefe do estado maior da coluna contrarrevolucionária e mandante de vários assassinatos.*

O que apurámos sobre Alfredo de Freitas Branco vem de fontes dispersas, a começar pelos seus próprios livros- onde não encontrámos referências a camaradas da Escola de Guerra- , com destaque para a obra que já assina como *Visconde do Porto da Cruz*. Trata-se de *Paixão e Morte de Sidónio* (Cruz, 1928), título sob o qual discorre sobre "a 'pneumónica'; as tentativas revolucionárias; as intrigas; a política interna e internacional do Presidente [Sidónio]; o clube do Rocio (conspiradores em torno da memória de Sidónio, morto no Rossio); os assassinos; a indignação popular; as juntas militares[341]; a 'guerra' de Santarém[342]; Teófilo Duarte[343]; a Monarquia do Norte (contrarrevolução a partir do Porto, uma insurreição militar que teve início a 19 de janeiro de 1919); o regresso democrático (depois de breve interregno, pois pela primeira vez na história eleitoral da República o Partido Democrático seria derrotado e o seu monopólio parecia em perigo, em 1921, regressaria rapidamente ao poder e a representação conservadora voltaria a dividir-se em vários partidos ("Governamentais", Nacionalistas, "Populares"); as tentativas de libertação. O dezoito de abril [344]e o vinte e oito de maio de 1926.

A exibição do título de "Visconde do Porto da Cruz "[345]resulta de um atributo do exilado D. Manuel II que, mesmo deposto e a viver em Londres, continuou a autorizar títulos no exílio, entre 1910 e 1932, menos por vontade própria e muito mais pela "chuva de pedidos; inúmeros são fantásticos, dos ridículos nem falaremos", como próprio confessou em carta ao Conde de Tarouca (Cabral, 1933)[346].

[341] Alfredo de Freitas Branco foi demitido do exército a 29 de maio de 1919, acusado de ser um dos responsáveis pela formação destas Juntas Militares e por ter "incorrido" (Cruz, 1928, p. 74). O seu registo em arquivo militar ressalta essa demissão.

[342] Refere-se aqui a data de 12 de Janeiro de 1919, aquela que regista a revolta de Santarém, contra o governo de Tamagnini Barbosa, primeiro-ministro sob a presidência de João do Canto e Casto, sucessor de Sidónio Pais. Na revolta intervieram o major de Infantaria Álvaro de Castro; Cunha Leal, militar que chegou a ser primeiro-ministro na República; e o coronel Jaime de Figueiredo que assinando Comandante Militar endereça um comunicado ao Povo de Santarém (ver ANEXOS). A revolta pretende "acabar com a influência monárquica no poder, depurar o exército, defender em todos os campos e inalteravelmente a República, ao mesmo tempo que defendem a nomeação de um novo governo".

[343] O tenente Teófilo Duarte, que tinha sido governador de Cabo Verde (por um período entre 1918 e 1919), comanda a *coluna negra* vinda da Covilhã, que imporá a rendição aos revoltosos de Santarém. A coluna teria um ´pavilhão` de seda negra (de onde lhe veio o nome) onde se lia, *Glória a Sidónio Pais*.

[344] A revolta de 18 de Abril de 1925, ou Golpe dos Generais, designação dada à revolta militar desencadeada contra as instituições da Primeira República Portuguesa.

[345] Porto da Cruz, vila situada a 36 quilómetros do Funchal, em plena costa norte da ilha. é também uma freguesia portuguesa do município de Machico, com 25,13 km² de área e menos de 3 mil habitantes, de acordo com o Instituto Nacional de Estatística (Recenseamentos Gerais da População).

[346] Carta escrita em Fulwell Park, no Natal de 1924. De acordo com o sítio da rede https://monarquiaportuguesa.blogs.sapo.pt/casa-do-rei-d-manuel-ii-em-fulwell-park-415224, acedido em 14 de setembro de 2022, pode ler-se que

Visconde de Porto da Cruz [347](1º), Alfredo António Maria de Castro Leal de Freitas Branco. Concessão de Abril de 1921. Alvará do Conselho de nobreza de 20 de março de 1949. Segundo o boletim oficial do Conselho de Nobreza[348], ano 2, página 89. Lê-se na Nobreza de Portugal e do Brasil (AA.VV., 2000):

> O título foi primitivamente concedido ao bisavô materno do atual titular, Valentim Lúcio de Freitas Leal Muniz Teles de Menezes, que o declinou, como agradecimento dos grandes serviços por ele prestados no período em que foi governador da Madeira. A esta concessão se referiu expressamente o Rei D. Manuel II, em Carta Autógrafa, quando autorizou o uso do título.
> O anuário da nobreza de Portugal acrescenta que era uma carta datada de 21 de
>
> abril e remetida de Cannes.
>
> Carta Autógrafa do Rei, transcrita:
> Cannes. Abril 1921.
>
> Meu caro Alfredo de Freitas Branco, muito agradeço a sua carta que com grande atraso me chegou às mãos há poucos dias. Na sua carta pede me igualmente Licença para usar o título de Visconde de Porto da Cruz que meu bisavô concedeu a seu Bisavô, Valentim de Freitas Leal Muniz Teles de Menezes e de Vasconcelos. Igualmente com o mesmo gosto, autoriza usar do título. Por seu tio e meu querido amigo, Conde de Nova Goa, tive conhecimento de todos os importantes serviços que tem prestado à causa que represento. É um grande serviço, aquele que tem prestado no sentido de conseguir novamente a União completa da família monárquica. Permita Deus que essa União tão importante para o bem do país se realize muito em breve.
> Renovando os meus votos, creia-me sempre muito afetuosamente
> Manuel R (Matos, 2004, pp. 97-98).

---

no seu exílio no Reino Unido, o Rei D. Manuel II morou com a sua esposa, Augusta Vitória, em Fulwell Park, a casa em Twickenham, nos arredores de Londres, que lhe serviu de residência durante os cerca de 20 anos de Rei no exílio.

Esta era uma casa do século XVII, remodelada em meados do final do século XVIII. Originalmente chamado Fulwell Lodge, tornou-se a casa do Rei Manuel II de Portugal durante o seu exílio em Londres, mas foi demolida após a sua morte em 1932. O seu parque agora é um campo de golfe.

Passemos agora à questão dos títulos. Como lhe escrevo, escrevi há dias ao Salvador. É preciso que falem ambos e que combinem a nota que deve aparecer para regular essa malfadada e ridícula questão. É uma chuva de pedidos; inúmeros são fantásticos, dos ridículos nem falaremos. É preciso cortar o mal pela raiz. Esteve aqui o. com uma lengalenga sem fim: disse-lhe que nada podia responder, que não parecia muito difícil, etc. e que lhe ia responder. É absurdo, mas se digo não, comigo é que ficam mal, mas se digo sim, apenas agradecem e não se mexem! É preciso cortar o mal pela raiz. Fale, pois, com o Salvador: redijam a nota e mandem m´a para eu aprovar. (V. O.C., página 322-323).

[347] O título mantém-se ativo, hoje com o atual Visconde do Porto da Cruz, Rodrigo José de Croÿ de Freitas-Branco (Certificado de 10 de Dezembro de 2012). Como se nota, o Rei no exílio não usa o nome de Alfredo Freitas Branco tal como este o faz em alguns documentos e manifestações públicas, mas sim uma forma abreviada do mesmo.

[348] O Conselho de Nobreza, sucessor da Comissão de Verificação e Registo de Mercês, foi extinto e deu lugar a uma associação de direito privado, fundada em 2004, o Instituto da Nobreza Portuguesa.

O destaque à sua figura começa por constatar que Alfredo de Freitas Branco era natural do Funchal, tendo nascido cerca de dois anos antes de António Manuel Trigo, isto é, a 1 de janeiro de 1890 (faleceu a 28 de Fevereiro de 1962, também na cidade do Funchal). Ambos cursaram a Escola de Guerra, ambos estiveram presentes no desfecho da vida de Sidónio Pais e testemunharam, no dia 14 de Dezembro de 1918, a prisão de José Júlio da Costa (Median, 1979a, 1979b, 1985, 1994), o ativista da esquerda republicana portuguesa suspeito no assassinato de Sidónio Pais.

Dando-se o facto de António Manuel ter entrado mais tarde do que a idade razoável em que todos os candidatos entravam na Escola de Guerra, é aceitável que fossem colegas próximos, que partilhassem exercícios e ideias, partilhando das mesmas regras, dos mesmos espaços, das mesmas exigências.

António Manuel deixa mesmo entender que o grupo de alunos se pautava por uma proximidade ideológica comum, que os deixou eufóricos com a possibilidade de integrar as fileiras de Sidónio e combater os "demagogos". Certo é que a ascensão ao poder de Sidónio Pais vai fazer "regressar a casa" muitos monárquicos – serão 37 deputados e uma dezena de senadores no sufrágio de Abril de 1918. Também muitos deputados monárquicos conseguiram importantes posições políticas nessa data, e alcançaram inúmeros cargos administrativos e, fundamentalmente, importantes colocações militares que deixavam a república mais fragilizada.

No ano de 1917, Alfredo António de Freitas Branco, que quatro anos passados mostraria a todos o seu novo título – transfigurando a sua ´identidade` agora com o novo "nome" de Visconde de Porto da Cruz–, dava uma entrevista[349] onde, categórico, se declarava monárquico "por convicção e estudo".

Alfredo de Freitas Branco (que antes assinava com o nome completo Alfredo António Maria de Castro Leal Teles de Meneses de Vasconcelos de Bettencourt de Freitas Branco, e depois de 1921, antecedendo-o, o título de Visconde de Porto da Cruz que acabaria por usar no lugar do próprio nome) é uma figura ímpar na cultura portuguesa, mesmo sem usufruir de uma presença literária ou social com protagonismo de grande notoriedade. Esse pouco relevo, aparentemente, é devido a uma vasta, simultânea e paradoxalmente mediana qualidade da sua produção literária; também a uma inventariação etnográfica muito circunscrita ao seu arquipélago natal, mas sem eco relevante nos meios que a podiam apreciar e promover, embora

[349] Ao Diário Nacional, mas transcrita pelo Diário da Madeira: S.A. (1917). "Entrevista de Arte", p. 1.

lhe dedicasse, na década de 1920, vários estudos, destacando-se *Trovas e Cantigas do Arquipélago da Madeira* [350], em 1928

Anotem-se, como parêntesis neste campo concreto. as palavras:

> A história da etnologia e do folclore portugueses deve guardar, como documento de elegância moral e de probidade científica, erguidas à mesma altura de dignidade em dois homens que foram excecionalmente prestantes trabalhadores do espírito, a correspondência entre Teófilo Braga e Álvaro Rodrigues de Azevedo[351], o notável coletor e organizador do *Romanceiro do Arquipélago da Madeira,* (Coelho, 1945) correspondência encetada e mantida num alto e exemplaríssimo nível de informação e de princípio (...) Com que carinhosos, entusiasmo, Teófilo Braga acompanhava a impressão tipográfica do romanceiro de Rodrigues de Azevedo: "Não se esqueça que o seu Romanceiro é o complemento indispensável de todas as investigações continentais e insulares. Se um dia este país tiver uma renascença, caberá ao meu amigo, pela sua compreensão das fontes tradicionais, uma grande parte nessa obra. Adeus, não levante mão desse Tesouro (Coelho, 1945, pp. 103-104, 107-108).

Alfredo de Freitas Branco distinguiu-se ainda numa, por vezes muito ativa, ação política que desenvolveu contra a República e mais tarde a favor do Estado Novo, do franquismo (combateu ao lado de Franco na Guerra Civil Espanhola) e do nazismo, apoiando Hitler incondicionalmente. Combatente (derrotado) contra a República, em 1911-1912, ao lado de Paiva Couceiro[352], exila-se, na Galiza e em França, onde trava conhecimento com os apoiantes da Action Française e do nacionalista Charles Maurras, [353]grupo que vai inspirar a criação em Portugal do *Integralismo Lusitano* – e ao qual Alfredo Freitas Branco vai aderir. Em 1914, o Integralismo é um *movimento doutrinário,* em volta de uma revista, a "*Nação Portuguesa"*; em 1916 é já um *movimento político,* com organização própria. Freitas Branco regressa à ilha da Madeira, beneficiando de uma amnistia concedida por Bernardino Machado aos antirrepublicanos exilados. Para os integralistas, a República não passava de um regime

[350] Cf. https://recursosartisticos.madeira.gov.pt/index.php/projetos/d-musicos/biografia/167-branco-alfredo-de-freitas.

O texto disponível no sítio dos Recursos Artísticos da Madeira, diz o seguinte:

Influenciado pelas Comemorações do V Centenário da Descoberta da Madeira, período que incentivou o revivalismo histórico e o estudo das tradições e identidade madeirense, o Alfredo Freitas Branco realizou, na década de 1920, vários estudos etnográficos sobre a Madeira, destacando-se na área musical os seguintes: "Trovas e Cantigas do Arquipélago da Madeira" em 1928; [NOTA: todavia o texto prossegue a enumeração com estudos de décadas posteriores:]*"Danças e Músicas do Arquipélago da Madeira" em 1946 e "Notas e Comentários para a História Literária da Madeira", publicado em três em três volumes, no anos 1949, 1951 e 1953. Na última edição referida constam várias biografias de músicos madeirenses.*

[351] Advogado e professor no Liceu do Funchal, nascido em 1825, em Vila Franca de Xira.

[352] Henrique de Paiva Couceiro (1861-1944).

[353] Charles Maurras, poeta monárquico francês, jornalista (fundador do jornal nacionalista e germanófobo Action Française. Foi teórico do nacionalismo integral, ideologia oposta ao pluralismo e que defende que a fé católica deve ser dominante (tanto nas questões civis como nas religiosas).

contra a Tradição, um prolongamento da Monarquia da Carta Constitucional de 1926, porém "uma continuação agravada, nos princípios e nos factos".

Entre os integralistas portugueses o que possuía a pena mais apurada, e a escrita mais intensa e estruturada, era, sem dúvida, António Sardinha[354], que citamos:

> Foram diversas as jornadas que nos trouxeram a esta unidade de corpo e alma, que é o segredo da nossa vitória. Uns pegaram em armas e andaram rilhando a côdea dura dos guerrilheiros pelas ribas ásperas do exílio. Outros padeceram a agonia da própria mentira e só à custa de suores de sangue encontraram a sua estrada de Damasco. Hoje, recuperados da hesitação de Gonçalo Mendes Ramires[355], existe uma *vontade* em nós, porque em nós existe uma *crença* (Sardinha, 1925, p. 92).

Leão Ramos Ascensão descreve assim a "personalidade" integralista: "O que os ligava eram afinidades literárias e estéticas, era uma preocupação cultural, era a superioridade de inteligência que os levava a afastar-se desdenhosamente das truculências demagógicas e das paixões políticas da academia de então" (Ascensão, 1943, pp. 22-23)

Alfredo manifesta-se em toda a extensão da sua euforia. Em 1917 clama:

> Pugnamos pela monarquia que faça renascer para o País os seus institutos históricos: que, com a autonomia e a mais ampla descentralização administrativa, desfaça o despotismo do individualismo democrático, reunindo no Terreiro do Paço todos os serviços públicos da nação; que substitua o parlamento, tal como o conhe[ce]mos pela representação profissional das classes; que confira à religião católica todas as regalias a que tem jus como a maior força no seio da sociedad[e]; que dê ao Rei toda a Independência e as verdadeiras atribuições soberanas (Branco, 1917, p. 1).

Uma ideia redutora que está longe de ser suficiente para interpretar um grupo desejoso de participar nas instituições da República, mesmo minando-as, boicotando-as, criticando-as, mas, obviamente, servindo-se delas. António Sardinha, por exemplo, foi deputado eleito no breve consulado de Sidónio.

Os integralistas acabam por ser um pequeno grupo de monárquicos sem Monarca: Manuel II, no exílio em Inglaterra, recebe em 1919 uma delegação de integralistas, constituída por dois delegados da Junta Central do movimento, José Adriano Pequito Rebelo e Luís Carlos

[354] Pode ler-se Pimenta (1937, p. 179): "António Sardinha, republicano e anarcossindicalista de simpatia ideológica, pôs gravata vermelha depois do regicídio de 1908, mas elitista e aristocrata de comportamento, viria a converter-se ao catolicismo e à Monarquia em 1912. João do Amaral, companheiro e amigo de Machado Santos, redator de O Intransigente, trocará também o credo republicano pelo integralista".

[355] Os integralistas chamavam-se, de modo simbólico, mas orgulhosamente, Filhos de Ramires, aludindo a Gonçalo Mendes Ramires, personagem principal d'A Ilustre Casa de Ramires de Eça de Queirós, tradicionalista, defensor de "ideias de conservantismo, de elegância culta e de generosidade." (Queirós, 2011).

de Lima de Almeida Braga, e faz-lhes ver que apenas se reconhece numa monarquia constitucional. Perante esta desilusão, o Integralismo Lusitano desliga-se da obediência ao rei deposto. Apesar do seu furor monárquico e tão grande empenhamento, o Integralismo acabará por cortar laços com o último representante da Monarquia, Manuel II, e com o seu "lugar-tenente" Aires de Ornelas.

> Depois do rompimento com dom Manuel, os Integralistas, que haviam convidado Aires de Ornelas para presidir à sua junta central, voltaram a atacá-lo sem rebuço. Desses ataques pode considerar-se típico o seguinte, que encontramos em a *Aliança Peninsular*, de António Sardinha, aparecida anos depois: "Se realmente Portugal deseja sair do pântano em que mergulharam, se o anima o arranque viril de se libertar da subserviência, a mais agachada, ao já hipotético colosso britânico, subserviência de que são símbolos perfeitos o Senhor Manuel de Bragança e o seu lugar tenente, o senhor Conselheiro Aires de Ornelas, o rumo do Brasil é o rumo certo e o rumo inevitável (Ferrão, 1965, pp. 124-125).

Procuram depois o filho de D. Miguel, que usava a designação de Miguel II, sem lograrem êxito. Também o seu sucessor, o Duque de Viseu, Miguel Maria Maximiliano de Bragança, é forçado a renunciar aos seus alegados direitos dinásticos e à sua sucessão ao trono português pelo seu casamento com Anita Stewart Morris, uma atriz americana. Viram-se os integralistas, finalmente, para Duarte Nuno de Bragança, interpretando-o como o "legítimo herdeiro do trono de Portugal". Duarte Nuno tinha, então, 13 anos.

O núcleo inicial dos integralistas tem o seu berço na Primavera de 1913. Um grupo de exilados monárquicos, na cidade de Gand, na Bélgica, junta-se em torno da revista literária *Alma Portuguesa* (onde a expressão integralismo lusitano surge pela primeira vez). Ainda em 1913, em Paris *Os Meus Cadernos,* de Mariotte (pseudónimo do Padre Amadeu de Vasconcelos, exilado na capital francesa. Irá produzir os seus cadernos entre 1913 e 1916 e demarcar-se dos integralistas, pelo menos da via proposta por António Sardinha que defendia a tese do "nacionalismo rácico" (Sardinha, 1915)) vêm estimular o imaginário do movimento; em Lisboa, em Fevereiro de 1914, João do Amaral, que que já fora republicano *lança os* panfletos, "*Aqui d´ El-Rei"*. Em 1914, a revista *Alma Portuguesa* dá lugar à *"Nação Portuguesa",* publicada em Coimbra, cujo primeiro número saiu a 8 de abril de 1914. Teve várias séries a partir de 1914 e até 1938, sendo a primeira série dirigida por Alberto de Monsaraz (entre 1914 e 1916), com o subtítulo de *Revista de Filosofia Política*. A par com esta onda em crescendo de força e entusiasmo ideológico, o alvo do recrutamento começa a ser os universitários, os jovens, e neste âmbito Alfredo de Freitas Branco tem uma posição de relevo,

ao ser nomeado pela Junta Central como organizador e presidente da Secção Escolar de Lisboa do Integralismo Lusitano.

Anos mais tarde, coerente com as opções integralistas, que não abandona, antes cultiva e amplifica, Freitas Branco radicaliza a sua forma de pensar e de agir.

> Quando da revolta da Madeira contra a ditadura salazarista (1931), não obstante os seus ideais regionalistas - falavam mais alto os seus ideários nacionalistas e antirrepublicanos - o visconde do Porto da Cruz apoiou e auxiliou de forma determinante as tropas expedicionárias governamentais, colaborando no combate aos revoltosos, ao ponto do Coronel Fernando Augusto Borges, comandante das forças, ter atestado esse empenho, afirmando:
> *O Sr. Alfredo de Freitas Branco, prestou relevante serviço à Ditadura provendo o rápido transporte da unidade para o Funchal, dando-lhe valiosas indicações para o exercício da sua missão e com este cooperando no estabelecimento da ordem e da autoridade legítima no Funchal* (Silva, s.d.).

Mais tarde, assume-se como nacionalista e antissemita (Janes, 1997), deixando má memória dessa opção nos artigos publicados na revista *Ação Realista*: dois artigos publicados, no nº3, de 1 de Julho de 1924 e intitulado *O Perigo Judeu I* e no nº5, de 1 de Agosto de 1924, conclusão do primeiro artigo, sob o título *Perigo Judeu II*, são prova bastante desse seu sentimento antijudaico. Como consequência natural dessa afiliação, durante a Segunda Guerra Mundial assume-se germanófilo. Esteve mesmo em Berlim, ao serviço da Alemanha Nazi, onde proferiu várias palestras ao microfone da Rádio Berlim.

Alfredo Freitas Branco jornalista e romancista

No Funchal, em maio de 1915, Alfredo Freitas Branco fundou, com Ramon Rodrigues, o semanário *O Realista*, um periódico monárquico, que foi suspenso no mesmo mês, devido ao *golpe das espadas* que destituiu o governo liderado por Pimenta de Castro[356]. É no primeiro número de *O Realista* que Freitas Branco escreve:

> E, assim, bradando sempre bem alto a minha crença de Cristão e Monárquico sincera e convictamente Legitimista, eu abandonei toda uma vida pacata a que as circunstâncias me obrigavam e agora em *O Realista*, eu vou combater declaradamente, enquanto durar a República, só pela restauração da Monarquia, como único regime que pode salvar esta querida Pátria (Branco, 2015, pp. 3-4).

A 15 de maio de 1917, surgia como *redator em chefe* (expressão que então se usava, sobretudo em Espanha, equivalente a chefe de redação ou editor chefe) de *A Tradição*, bimensário integralista, político, literário e artístico, cujo Número 1 tinha como diretor J. Cordeiro Ribeiro (Mont´Alverne) (tendo sido logo substituído no nº 2 da publicação por A. de Campos Figueira). Era redator e administrador da publicação José de Ornelas Bruges de Oliveira, editor Armando da Silva, secretário da redação, Dom António Xavier Manuel (Atalaia). Nesse primeiro número, Freitas Branco assinava uma crónica contra o Futurismo e noticiava: "O desenhador Almada Negreiros, um artista, no entanto, de talento. Fez no teatro República uma conferência futurista cuja apreciação não tem aqui cabimento visto o futurismo não passar de uma blague" (Branco,1917,3).

No mesmo número de *A Tradição,* promovia-se o livro *Charcos*, do próprio Alfredo de Freitas Branco, acabado de publicar, com um enredo que devia ser cativante, mas que pelo excerto era, no mínimo, promissor:

> Maria Clara fixa na sua personalidade os estigmas fatais de uma hereditariedade de tarados. O pai - D. Pedro de Moura, duma velha família de fidalgos legitimistas, educado na Áustria, fora a completar a sua cultura na grande escola de Paris. Aí se lançou desgrenhadamente na vida morna dos camarins e dos cafés, tornando-se um *noceur* [357]embriagado. Lançou-se com fúria nessa vida com o entusiasmo doido dos portugueses que nada sabem fazer sem excesso. Esvaído e *surmené* [358]por uma reação natural nos seus 20 anos fatigados, descobre um dia em si a aspiração de um viver diferente (Branco, 1917).

[356] Joaquim Pereira Pimenta de Castro, militar, engenheiro e político, episodicamente Ministro da Guerra de Portugal, em 1911, e Presidente do Ministério em 1915, deposto por um movimento militar liderado por Álvaro Xavier de Castro, major de Infantaria.

[357] NOTA: em francês no original: folião.

[358] NOTA: em francês no original: sobrecarregado.

A vida de Freitas Branco, mesmo enquanto jornalista, ligou-se profundamente a vertentes culturais ligadas à oposição à República, e em especial ao apoio a Sidónio Pais e através da sua identificação com o Integralismo Lusitano, "agrupamento sociopolítico tradicionalista português e monárquico, ativo e influente entre 1914 e 1932", [359]como se autodefiniu. O Integralismo Lusitano procurou ainda constituir juntas provinciais, municipais e escolares, núcleos, conselhos técnicos e sindicatos profissionais, durante a República, no desejo agitado de ver regressar a Monarquia, mas não enjeitando, no entanto, apoios e cargos que a República ia prodigamente distribuindo. Nesta linha de organização foi também constituído um núcleo integralista na Madeira, a 20 de Janeiro de 1917, que obedecia à Junta Central, de cuja comissão instaladora fez parte Alfredo de Freitas Branco (Janes, 1997/2020). [360]

> No dia 22 de Abril de 1917, o jovem integralista proferiu uma conferência no Círculo Católico, em Lisboa, sob o tema "A Ação do Estado nas suas relações com a Igreja Católica", editada pela Casa Católica, no mesmo ano. Nesta palestra, defendeu princípios integralistas, entre os quais: o regresso à monarquia tradicional; a família como base dos agregados sociais, combatendo a lei do divórcio; o município com a sua autonomia, a descentralização e o respeito pelos seus privilégios (Cruz, 1917).

Depois de quase dois anos sem conhecer a luz do dia e dos escaparates, o semanário *O Realista* reaparece, precisamente a 27 de Dezembro de 1917. Traz como novidades: pertencer agora à Junta Regional Integralista da Madeira; exibir como subtítulo a frase: órgão do Integralismo Lusitano na Ilha da Madeira; identificar-se com um pelicano como símbolo, no canto superior esquerdo da capa da publicação, com a inscrição "*pola lei e pola grei"* (pela lei e pelo povo).

Em abril de 1932 sairia a público o volume I, fascículo I, e único da publicação *Integralismo Lusitano*, dirigida por Luís almeida Braga e por Hipólito Raposo, cujo título principal era, nem mais, *Pola Lei e Pola Grei*. Número que será simbolicamente o assinalar da dissolução do Integralismo Lusitano enquanto organismo político.

É sabido que o pelicano tem significados simbólicos múltiplos, a começar pela dupla simbologia cristã do sacrifício e da doação. Na Eucaristia é a. representação de Jesus Cristo, como pão do céu, da paz e a salvação da humanidade. São Jerônimo, numa passagem do Salmo

[359] Os integralistas da última fase deste movimento acabariam por apoiar abertamente os modelos fascistas de Itália e do III Reich alemão, movimento que o Visconde de Porto da Cruz apoiou, em toda a linha dos seus princípios ideológicos.

[360] Da comissão instaladora do núcleo integralista da Madeira fizeram parte Alfredo de Freitas Branco, Luís Vieira de Castro, Juvenal de Araújo, Ramon Rodrigues e o Padre Eduardo Pereira.

102, afirma: "Sou como um pelicano do deserto, que fustiga o peito e alimenta com o próprio sangue os seus filhos".

Alfredo de Freitas Branco, surge como diretor, redator principal e editor do semanário *O Realista*, dizendo aos seus leitores:

> [...] chamados pela Junta Regional Integralista da Ilha da Madeira para a direção do nosso semanário, não nos restava mais que um caminho – *aceitar*, se bem que contrariados, tão honroso quanto difícil encargo, porque o primeiro dever do Integralista é a *obediência absoluta* (Branco, 1917, p. 1).

Durante o Estado Novo, começando de imediato por abandonar a prosa jornalística para participar ativamente no movimento militar da revolução do 28 de Maio de 1926, que deu início à ditadura e ao salazarismo, Alfredo Freitas Branco foi tornando as suas posições políticas cada vez mais radicais e progressivamente mais duras.

Constatamos que algumas das memórias da Madeira e da cultura do seu arquipélago estão ainda por contar, merecendo pelo menos uma revisitação cuidada e com detalhe. Felizmente, têm tido alguns exemplos recentes de grande importância.[361]

> Sem reticências, o Visconde de Porto da Cruz vinculou a ação política, ideológica e social de Sidónio Pais às raízes do fascismo, pois, o sidonismo teve projeção no "futuro" 28 de Maio. O Presidente Sidónio teve na verdade, uma visão completa do rumo político e social que o futuro tomaria. Antes da realização do fascismo na Itália, Sidónio Pais sentiu-o, pensou-o e tentou realizá-lo para Portugal. Identificação da experiência do 5 de Dezembro, quando 28 de Maio é evidenciada pelo Visconde do Porto da Cruz, pois aquela serviu de exemplo, a ditadura fascista foi um ensaio dos objetivos a alcançar da missão a cumprir, mas deixados por concretizar. Impedida de se realizar. Nesta linha de pensamento o Visconde Porto da Cruz, afirma que (Gomes & Viríssimo, 1983), que "realizada a paz e a harmonia em Portugal, teremos dado o primeiro e mais firme passo para a Redenção. Teremos conseguido o primeiro objetivo do sonho de Sidónio Pais. Depois iremos aos detalhes às minúcias, organizada à nação em classes, estabelecer se há logicamente o equilíbrio social e em pouco estaremos reabilitados. Aos olhos dos povos civilizados e novos dias residentes se desenharão no horizonte do futuro. Então os vindouros poderão bendizer o

[361] A importância para os estudas de cultura de obras recentemente publicadas sobre a Madeira é indiscutível, algumas dessas obras recaem sobre conteúdos diretamente ligados à memória e dignos de estudo. Escolha-se por exemplo um dos títulos mais recentes: Figueira (2022).

Cf. capítulo 3.3.1. *Memória: história e romance histórico. Pp. 136-157.*

"Para abordar o sentido da Memória é necessário compreender que papel ocupa a Memória na sociedade, tendo em conta que há várias interpretações para a Memória dependendo do campo do saber. A história e a literatura são fazedoras de Memória (...). Ser fazedor de Memória exige um trabalho sobre essa entidade que é a Memória, algo que é marcado pela invenção da escrita, que procura atenuar as limitações biológicas da Memória humana" (Figueira, 2022, p.136).

esforço patriótico da ditadura que soube ouvir e compreender o último pensamento, a última paixão de sidónio: salvem a pátria" (Cruz, 1928). [362]

[362] Uma frase de conveniência que, parecendo oportuna, Sidónio, moribundo, nunca terá proferido. Considerada uma fase verdadeira pelos sidonistas, foi usada muitas vezes; foi inventada pelo repórter Reinaldo Ferreira. Um repórter muito imaginativo que assinava muitas dos seus trabalhos como Repórter X, um pseudónimo que pouco garantia o anonimato do autor. Reinaldo estava interessado em criar mais uma notícia interessante. Muitas vezes não eram notícia, porque as ouvia e recriava a seu belo prazer.

Gansos - ou "animais humanos"?
Na guerra a coragem é solitária.

Os alunos da Escola de Guerra, como António Manuel Trigo (ou Alfredo Freitas Branco), travaram as suas lutas, à escala bem modestas, nos exercícios de simulação militar ou ladeando o major, guindado a general, Sidónio Pais, como corpo de elite militar escolhido pelo próprio ou ainda como testemunhas do seu drama pessoal, testemunhando os seus últimos momentos de vida. A realidade era muito diferente para quase todos os jovens portugueses da época, a maior parte dos quais tinha sido mobilizada ou, no caso de um pequeno grupo, partira para França integrando surpreendentemente o Corpo Expedicionário Português. De facto, é uma memória de exceção, a que regista como os alunos e professores da Casa Pia de Lisboa, previamente treinados e comandados por um professor de Ginástica e Esgrima, major Luís Borges Soares da Câmara Leme, subdiretor da Casa Pia de Lisboa, se tornaram, na Flandres, no Batalhão de Infantaria 35, o único batalhão escolar presente na guerra das guerras. Mais jovens do que os muitos jovens combatentes, poucos destes Gansos [363]regressariam. Colocados na Frente como unidades de apoio [364]em emergências, sem experiência de qualquer tipo, muitos perderam a vida. Chegaram a França a 26 de Fevereiro de 1917.

> Na madrugada de 14 de Agosto, em que tem lugar o raide mais importante contra a frente do CEP, encontram-se em toda a linha os seguintes batalhões: à esquerda o 15, ocupando Fauquissart; no centro o 35, ocupando N. Chapelle – II, sob o comando do major Câmara Leme; e na direita o 23, ocupando N. Chapelle – I. Às 04h15 rebenta o bombardeamento, alongando até às nossas batarias de artilharia, fazendo calar a 4ª. A princípio supôs-se que fosse coisa corrente, mas a seguir entrou a engrossar vertiginosamente com indícios de que íamos ser atacados, visto que lançavam também granadas de fumo. As patrulhas de escuta em breve recolhem com a notícia de que o inimigo, numeroso, se encontra a pequena distância. Os corações batem em sobressalto, mas os nossos soldados firmam-se no parapeito, de baioneta armada, de dedo no gatilho e de olhos fitos na frente. As ordenanças levando informações e ordens começam a correr para a retaguarda e flancos, curvando-se e rastejando, porque os morteiros batem tudo, rasgando parapeitos, abrindo covas e fazendo saltar a terra. As metralhadoras inimigas, por sua vez rasam a nossa linha e alguns nossos vão caindo mortos e feridos. Surgem então uns 400 homens de tropas especiais de

[363] Ganso é o nome popular dado aos alunos da Casa Pia. Internamente, conta-se na instituição que nas comemorações da Casa Pia, assinaladas anualmente a 3 de Julho, as turmas marchavam (em Belém), "de boné e farda azul, bem direitos e as pessoas diziam: lá vão eles garbosos e altos, parecem uns gansos". NOTA: Explicação de Carlos Borges, Diretor do Departamento de futebol do Casa Pia, em 24 de novembro de 2000. Disponível em linha: https://maisfutebol.iol.pt/geral/maritimo/casa-pia-passado-e-presente-dos-gansos

[364] O 35 efetuava ações de patrulha, bombardeamentos locais, represálias e pequenas ações, pondo o batalhão muita abnegação e coragem na defesa do seu sector, de acordo com o capitão David Magno, que escreveu pormenorizadamente sobre a guerra. Cf. nota de rodapé 344 (seguinte).

> assalto divididas em duas colunas. Uma fez o ataque demonstrativo, que o 15, à granada de espingarda e a tiro, repeliu prontamente, fazendo-o desviar para a nossa esquerda e engrossar a 2ª coluna. A outra atacou a frente do 35 em que havia 200 metros de trincheira desmantelada, entre a Sunken-Road e a cratera de Mauguissart, que o inimigo bem conhecia, como ponto mais fraco.
> Para esta ofensiva alemã, tinha vindo de propósito de Tournai uma grossa parte do poderoso batalhão Sturm, do VI Exército germânico. Forças frescas de um inimigo contra homens muito cansados, em inferioridade numérica. Imperou a lógica:
> As nossas perdas foram 17 mortos, 53 feridos (sendo 3 oficiais), 109 feridos de gases (sendo 5 oficiais) e 51 prisioneiros com uma metralhadora". Nesse dia, entre mortos e feridos, um homem distingue-se. Seria uma figura incontornável da cultura, da literatura portuguesa, jornalista, ensaísta, crítico literário, professor universitário. Naquele momento, era apenas um homem, a quem outros ficaram muito gratos. "Neste combate notabilizou-se extraordinariamente, o alferes miliciano Dr. Hernâni António Cidade, o qual quando o inimigo retirava com os nossos prisioneiros, caiu sobre ele cego de furor e quase abandonado, conseguindo libertar os seus homens e reaver uma metralhadora (Magno, 1921, p. 153).[365]

Antes desta aventura, alguns dos jovens Gansos já tinham estado em África, em Moçambique e Angola, animados pelo mesmo princípio nacionalista, heroico, arrojado e, no seu cerne, sobretudo, muito ingénuo: defender Portugal e sobretudo torná-lo de uma grandeza que já tivera séculos antes, com projeção internacional e aura de grande país imperial. Os jovens da Casa Pia recebiam, de há muito, uma preparação física quase marcial, em especial pela vontade e ação do seu diretor, médico e filósofo de formação, Aurélio da Costa Ferreira.[366] Dir-se-ia que, em matéria de investigação, não devemos contar com as coincidências, todavia, mais uma a juntar a tantas outras: Aurélio da Costa Ferreira era madeirense, nascido no Funchal no dia 18 de janeiro de 1879. Homem de saber diversificado, tornou-se notável a sua ação no estudo e ensino de crianças com deficiência e no ensino científico dos surdos-mudos. Criou na Casa Pia o Instituto Jacob Rodrigues Pereira, para ensino desses segmentos. Desenvolveu estudos médicos e científicos sobre a gaguez.

> Desempenhou os cargos de juiz presidente do Tribunal de Árbitros Avindores [367]de Lisboa (1910 a 14 de Janeiro de 1911), de diretor da Casa Pia de Lisboa (1911), de provedor central da Assistência de Lisboa (22 de Julho de 1911 a 16 de Junho de 1912) e de ministro do Fomento no ministério presidido por Duarte Leite Pereira da Silva (16 de Junho de 1912 a 9 de Janeiro de 1913). Ocupou

[365] David Magno, na Primeira Guerra Mundial combateu como capitão no Regimento de Infantaria nº 13, no C.E.P., na Flandres. Seria mais tarde major de Infantaria, homem de Letras e etnólogo; conquistou uma Cruz de Guerra na (tristemente célebre) batalha de La Lys, ocorrida a 9 de abril de 1918. De La Lys ainda se guardam muitas memórias, nem sempre reavivadas e com estranha tendência a diluírem-se nas brumas do tempo.

[366]Licenciado por Coimbra, em Medicina, em 1905, e em Filosofia, em 1899.

[367] A expressão normalmente refere o tribunal que julga questões entre patrões e assalariados.

> ainda o cargo de diretor do Instituto de Reeducação dos Mutilados da Guerra e de vogal do Conselho Superior de Instrução Pública. Foi também vereador na Câmara Municipal de Lisboa (1908-1911) e deputado ao Congresso da República (1921-1922). [368]

Uma biografia tão exemplar parece contradizer o final que assinou: Aurélio da Costa Ferreira pôs termo à vida, com a idade de 41 anos. Costa Ferreira foi muito criticado pelas suas opções militares, nomeadamente quando, em 1916, afirmou em múltiplos discursos, de fervor patriótico, que a guerra era o "altar da Pátria". A 5 de Outubro de 1916, nas comemorações dos seis anos da República, o diretor da Casa Pia terá declarado: "Esta instituição tem dado e vai dar soldados, sargentos e oficiais para o nobre exército português, que se prepara para bater-se na Europa contra os alemães". Essa dádiva teve um preço elevado que a memória guardou como dor singular e prolongada no tempo.

Em 1917, o arquiteto *casapiano* António do Couto assina a autoria do projeto do Estádio do Campo Grande, que recebeu os jogos em casa do Sporting Clube de Portugal e depois do Sport Lisboa e Benfica. O estádio tinha capacidade para 25.000 pessoas e foi inaugurado em 1912. António do Couto foi o arquiteto do Parque do Restelo e da Estátua do Marquês de Pombal; primeiro capitão do Sport Lisboa (mais tarde Sport Lisboa e Benfica), sócio nº 1 do Sporting Clube de Portugal e Vice-Presidente do Casa Pia nas direções presididas por Cosme Damião, de 1936 a 1938. Em 21 de Dezembro de 1924, o Casa Pia, com a presença do Presidente da República, Manuel Teixeira Gomes inaugura o Campo do Restelo, totalmente pago pela generosidade dos *casapianos* (custou à época 250 mil escudos). Foi o primeiro parque de jogos do Casa Pia Atlético Clube, sito na Cerca do Restelo, onde hoje está o Bairro com o mesmo nome. Foi a primeira grande obra do voluntariado e solidariedade dos "Gansos". Do Batalhão de Infantaria 35 restam poucas memórias. Há pouco tempo, na Casa Pia, ainda se guardavam fardas e balas da época, que regressaram, talvez para cumprir a limitada função de curiosidade museológica.

No dia 26 de julho de 2014 foi inaugurada uma exposição sobre a participação da Casa Pia na Primeira Grande Guerra, no Centro Cultural Casapiano.

Esta página bem portuguesa, permite a analogia e a colação do que escreveu Erich Maria Remarque numa das obras de maior fôlego e popularidade sobre a Primeira Guerra Mundial, *A Oeste Nada de Novo.*

Na contracapa da edição que consultámos (Remarque, 2019) é este o resumo:

[368] http://mosca-servidor.xdi.uevora.pt/arquivo/?p=creators/creator&id=683. Em linha no servidor da Universidade de Évora.

> Nas trincheiras um a um os rapazes começam a tombar em combate. Em 1914 um professor chauvinista, incentiva uma turma de estudantes alemães, jovens e idealistas, a alistar-se para a "guerra gloriosa". Todos o fazem movidos pelo ardor e pelo patriotismo próprios da juventude. O seu desencanto começa logo durante a recruta brutal. Mais tarde, ao embarcarem no comboio que os levará à frente do combate, veem com os próprios olhos as feridas terríveis sofridas sobre o impacto das bombas e a Metralha implacável. É o seu primeiro vislumbre da realidade da guerra. Não será o último (Remarque, 2019, Resumo).

Na badana do mesmo livro, citando em destaque uma das passagens do seu conteúdo, pormenoriza-se:

> O que nos atira para o chão e nos salva sem que nos apercebamos disso é uma coisa diferente, um instinto presciente, subconsciente, que existe dentro de nós. Se não fosse isto, há muito que não estaria um só homem vivo entre a Flandres e os Voges. Partimos soldados - e até podemos estar macambúzios ou bem-dispostos – mas, ao chegarmos à zona onde começa a frente de combate, transformamo-nos em animais humanos (Remarque, 2019). Destaque-se outra passagem da obra citada: "aqui nas trincheiras, perdemos essas memórias. Já não se erguem de dentro de nós. Estamos mortos e essas memórias encontram-se distantes em algum horizonte longínquo. São aparições, reflexos perturbadores que vêm para nos assombrar. Coisas de que temos medo e que amamos sem esperança. São memórias fortes como o nosso desejo, mas inalcançáveis, e nós sabemo-lo. São tão impaciente? São tão impossíveis como a hipótese de chegarmos ao posto de general" (Remarque, 2019, p.89).

Determinantes biográficas

Em 1917, vivia-se intensamente a ameaça e a presença da guerra, também na Madeira. Em dezembro, a ilha fora bombardeada pela segunda vez (Rodrigues, 2014)[369]– a primeira foi também em dezembro, mas um ano antes.

Não era a primeira vez que a ilha estava no centro das atenções: a *Declaração de Guerra* da Alemanha a Portugal, em março de 1916, faz referência ao uso da Madeira como base naval, logo no primeiro parágrafo.

A Madeira estivera envolvida em querelas que envolveram a Alemanha, a França e a Inglaterra – todas na defesa dos interesses que estes países tinham na costa ocidental africana e nas zonas atlânticas adjacentes.

A chamada *questão dos sanatórios* (que parecendo menor acaba por revelar intenções maiores de grandes potências) torna-se uma prioridade. A doença que se destacava desde meados do século XIX, era a tuberculose[370], ou a tísica, marca nítida na cultura Oitocentista que terá uma vida longa, protagonista até meados ao século XX. A Madeira, a estância climatoterápica por excelência, uma das ilhas afortunadas, como lhe chamavam os antigos geógrafos[371], passara a constituir o centro privilegiado para o tratamento de tão terrível ameaça.

> A crescente reputação da Madeira como destino terapêutico, aliado à melhoria das condições dos transportes marítimos de passageiros, fez com que muitos estrangeiros elegessem a ilha como local de residência temporária. Eles ansiavam que a amenidade do clima insular os curasse da tisica. Muitos destes estrangeiros eram abastados, e hospedavam-se em quintas. Foi a crescente procura deste destino que, certamente, motivou a construção dos primeiros hotéis (Rodrigues, 2011, p. 18).

Usar a ilha como sanatório parecia mais do que suficiente para que alemães, franceses e ingleses desejassem o domínio do Atlântico, assentes num motivo (aparentemente) de pequena dimensão, mas que consideravam prioritário.

[369] Pelo "submarino o *U-38*, um dos submarinos alemães mais recentes, do tipo *U-31* (foram construídos 10), com 65 m., 971 t., tripulação de 35 homens, alcançando 17 nós à superfície e 10 submerso. Tinha uma peça de 105 mm, seis torpedos e podia atingir uma profundidade de 50 metros. Encontrava-se no Mediterrâneo, desde dezembro de 1915, na flotilha de submarinos estacionada na base Austríaca de Cátaro (Montenegro). A ação na Madeira valeu-lhe a condecoração, a 26 de dezembro, com a *Pour le Mérite*, então a mais alta ordem militar alemã, vulgar- mente conhecida por *Blauer Max*. Valentiner (1883-1949) foi o 6.º comandante de submarinos a recebê-la. No fim da guerra, foi o 3.o no número de navios afundados. Com o *U-38* afundou 292.977 t. (136 navios)" (Rodrigues, 2014, p. 74).

[370] Também designada como tísica pulmonar, 'peste branca' ou 'doença do peito'.

[371] Termo que se referia às ilhas a oeste do estreito de Gibraltar.

Tomar posse dos sanatórios – o que significava, apoderarem-se da ilha da Madeira, território português-, constituía uma prioridade estratégica.

Ocorre como parêntesis de índole cultural que um dos heterónimos menos conhecidos de Fernando Pessoa, mas que marca presença na sua obra até 1931, o Dr. António Mora – referido como "médico da cultura" – aparece em ambiente *sanatorial,* no conto, aliás anterior à heteronímia, *Na Casa de Saúde de Cascais* (Lopes, 1990)[372].

Teresa Rita Lopes (1990, pp. 189-190) afirma que "Pessoa deixou, contudo, escondido no fundo da arca de uma ficção inédita, "Na Casa de saúde de Cascais", um retrato "à la minuta» de António Mora."

Notamos que *à la minuta*, é o aportuguesamento do francês "à la minute", expressão usada para designar "no momento imediato" (Marta, 2012). Será por excelência o momento da inscrição, da fixação: um momento da memória. É, todavia, também, uma curiosa referência à técnica fotográfica numa das suas evoluções intermédias: testemunhas preciosas na galeria da memória pessoal e coletiva, as fotografias começaram a ser "instantâneas" e não o resultado demorado das câmaras escuras onde, por processos aparentemente mágicos, se davam a revelar. Era herdeiros culturais dos ferrotipistas de meados do século XIX, que recorriam a uma técnica fotográfica que possibilitava a produção de retratos em laboratórios ambulantes, a partir do uso de colódio húmido sobre placas de metal. A ferrotipia ou ferrótipo é um processo fotográfico que consiste na criação de uma imagem positiva sem negativo, diretamente sobre uma chapa fina de ferro. Dentro dos episódios da memória registavam as fotos "à la minute", os "instantâneos[373]", a memória episódica: um fragmento dos fragmentos que só um momento condicionado pela rapidez pode proporcionar. A memória ínfima, a micro prova do ocorrido.

Encontramos registos destes fotógrafos ambulantes na ilha da Madeira, operando nos jardins do Funchal, ainda no início do século XX – e terão influenciado António Manuel Trigo.

Benjamin (1994) considerava esses efeitos da fotografia como "artes da feira" mais do que da indústria (p.92), "belas e inabordáveis" (p.108) In BENJAMIN, Walter. (1994). Pequena história da fotografia. (Trad. Sergio P. Rouanet) In: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense. [1931].

Diz-nos Guevara (1997) que

[372] *Obras de António Mora*. Vol. I., Lisboa: INCM. pp.93-105.

Walter Benjamin considerava esses efeitos da fotografia como "artes da feira" mais do que da indústria (p.92), "belas e inabordáveis" (p.108)

[373] "Uma fotografia instantânea é uma fotografia "tirada" de forma espontânea e rápida, na maioria das vezes sem intenção artística ou jornalística e geralmente feita com uma câmara relativamente barata e compacta". Fonte: Wikipédia.

> a Alemanha mostrava cada vez mais interesse nas ilhas atlânticas portuguesas e espanholas. Em 1908, a Marinha alemã visitava os Açores, a Madeira e as Canárias, provocando as movimentações navais germânicas, mau estar nos circuitos navais britânicos. O assassinato de D. Carlos e do príncipe herdeiro, leva os alemães a tentar influenciar politicamente o jovem D. Manuel, nomeadamente através de uma tentativa de casá-lo com uma princesa alemã. Um ofício de Tattenbach[374], de 1909, refere rumores em Portugal que indiciam que o Tratado comercial Luso-Alemão teria aberto o caminho para contactos que diriam respeito a um projeto de matrimónio entre a casa real portuguesa e a casa real prussiana. Fala-se mesmo em 1909 de uma tentativa alemã de comprar a ilha das Berlengas para estabelecimento de uma estação de carvão (Guevara, 1997, p. 111).

Apesar do que se passava, desde 1914, nas frentes africanas da guerra (Pires & Fogarty, 2014) [375]que envolviam diretamente os portugueses, é a 9 de março de 1916, que Portugal entra formalmente na Grande Guerra. A declaração alemã surgiu na sequência da requisição portuguesa, a pedido da Inglaterra, de todos os navios alemães em portos portugueses (MARQUES; 2003:100). Negociações entre portugueses e britânicos culminaram com a assinatura, a 3 de janeiro de 1917, do designado "*Memorandum of the Arrangments for the Employment of Portuguese Troops in the British zone of Operations in France*[376]".

Livro muito esclarecedor [377]e que tardou nas bibliotecas portuguesa, é o que reúne excecional acervo memorial, sob o título: *Declarei A Guerra Que Não Queria-As memórias de Portugal do Embaixador Alemão Friedrich von Rosen* (Rosen, 2018). Destaque-se o importante apêndice epistolar incluído na obra e o domínio cultural que emana dos textos do mesmo von Rosen.

Do ato de guerra formalizado pelo embaixador, impõe-se a transcrição completa[378]:

---

[374] Christian Graf von Tattenbach, diplomata, Conde de Tattenbach. Ministro da Alemanha em Lisboa nos anos de 1904 e 1905. Residiu num Palacete no Campo de Santana (que passou a ter o nome de Campo dos Mártires da Pátria, em 1879, em memória do enforcamento, naquele local, no dia 18 de Outubro de 1817, dos onze companheiros do partidário das ideias liberais General Gomes Freire de Andrade, suspeitos de conspiração contra o general Beresford, então presidente da Junta Governativa e figura dominante em Portugal entre 1807 e 1820). O Palacete terá sido feito pelo arquiteto de Mafra, João Ludovice. A zona de Lisboa onde o Palacete foi erguido foi das poucas que não foram afetadas pelo Terramoto de 1755. A Embaixada Alemã em Portugal e o Instituto Alemão, o Goethe-Institut Lisboa funcionam exatamente no Campo dos Mártires da Pátria, n.ºs 37 e 38, a poucos minutos a pé daquela que era, na época, a Escola de Guerra.

[375] "Em 1914, ano da eclosão da Grande Guerra, com exceção da Etiópia, da Libéria e da União Sul Africana, que eram independentes, da Líbia e de Marrocos que não tinham sido ainda "formalmente conquistados", o resto do continente africano encontrava-se já ocupado e dividido entre o Reino Unido, França, Alemanha, Portugal, Espanha, Itália e Bélgica" (Pires & Fogarty, 2014, pp. 57-77).

[376] Documento que alguns autores referem como diversos autores, como "Convenção Militar".

[377] A tradução original é de José Lamego, Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação no XIII Governo Constitucional de Portugal (1995-1999).

[378] Tradução do texto alemão entregue por Friedrich Von Rosen a Augusto Soares, Ministro Português dos Negócios Estrangeiros, disponível em linha no sítio da rede http://historiaaberta.com.sapo.pt/lib/doc004.htm, consultado em 7 de outubro de 2022.

Senhor Ministro.

Estou encarregue pelo meu alto Governo de fazer a V. Ex.ª a declaração seguinte:
O Governo português apoiou, desde o começo da guerra. os inimigos do império alemão por atos contrários á neutralidade. Em quatro casos foi permitida a passagem de tropas inglesas por Moçambique. Foi proibido abastecer de carvão os navios alemães. Aos navios de guerra ingleses foi permitida uma larga permanência em portos portugueses, contrária à neutralidade, bem como ainda foi consentido que a Inglaterra utilizasse a Madeira como base naval. Canhões e material de guerra de diferentes espécies foram vendidos às Potências da Entente, e, além disso, á Inglaterra um destruidor de torpedeiros. O arquivo do vice-consulado imperial em Moçâmedes foi apreendido.
Além disso, foram enviadas expedições á África, e foi dito então abertamente que estas eram dirigidas contra a Alemanha.
O governador alemão do distrito, Dr. Schultz-Jena, bem como dois oficiais e algumas praças, em 19 de Outubro de 1914, na fronteira do Sudoeste Africano alemão e Angola foram atraídos, por meio de convite, a Naulila, e ali declarados presos sem motivo justificado, e, como procurassem subtrair-se à prisão, foram, em parte, mortos a tiro enquanto os sobreviventes foram à força feitos prisioneiros.
Seguiram-se medidas de retorção da tropa colonial. A tropa colonial, isolada da Alemanha, precedeu na suposição, originada pelo ato português, de que Portugal se achava em estado de guerra com o Império Alemão. O Governo português fez representações por motivo das últimas ocorrências, sem, todavia, se referir ás primeiras. Nem sequer respondeu ao pedido que apresentámos de ser intermediário numa livre troca de telegramas em cifra com os nossos funcionários coloniais, para esclarecimento do estado da questão.
A imprensa e o Parlamento, durante todo o decurso da guerra, entregaram-se a grosseiras ofensas ao povo alemão, com a complacência, mais ou menos notória, do Governo português. O chefe de Partido dos Evolucionistas pronunciou na sessão do Congresso, de 23 de Novembro de 1914, na presença dos ministros portugueses, assim como na de diplomatas estrangeiros, graves insultos contra o imperador da Alemanha, sem que por parte do presidente da Câmara, ou dalgum dos ministros presentes, se seguisse um protesto. Às suas representações, o enviado imperial recebeu apenas a resposta que no boletim oficial das sessões não se encontrava a passagem em questão.
Contra estas ocorrências protestámos em cada um dos casos em especial, assim como por várias vezes apresentamos as mais sérias representações e tornámos o Governo português responsável por todas as consequências. Não se deu, porém, nenhum remédio. Contudo, o Governo Imperial, considerando com longanimidade a difícil situação de Portugal, evitou então tirar mais sérias consequências da atitude do Governo português.
Por último, a 23 de Fevereiro de 1916, fundada num decreto do mesmo dia, sem que antes tivesse havido negociações, seguiu-se a apreensão dos navios alemães. sendo estes ocupados militarmente e as tripulações mandadas sair de bordo. Contra esta flagrante violação de direito protestou o Governo Imperial e pediu que fosse levantada a apreensão dos navios.
O Governo português não atendeu este pedido e procurou fundamentar o seu ato violento em considerações jurídicas. Delas tira a conclusão de que os nossos navios imobilizados por motivo da guerra nos portos portugueses, em

> consequência desta imobilização, não estão sujeitos ao artigo 2º do tratado de comércio e navegação luso-alemão, mas sim à ilimitada soberania de Portugal, e, portanto, ao ilimitado direito de apropriação do Governo português, da mesma forma que qualquer outra propriedade existente no pais. Além disso, opina o Governo português ter procedido adentro dos limites desse artigo, visto a requisição dos navios corresponder a uma urgente necessidade económica, e também no decreto de apropriação estar prevista uma indemnização cujo total deveria mais tarde ser fixado.
> Estas considerações aparecem como vazios subterfúgios. O artigo 2º do tratado do comércio e navegação refere-se a qualquer requisição de propriedade alemã em território português. Pode ainda assim haver dúvidas sobre se a circunstância de os navios alemães se encontrarem alegadamente imobilizados em portos portugueses modificou a sua situação de direito. O Governo português violou, porém, o citado artigo em dois sentidos, primeiramente não se mantém na requisição dentro dos limites traçados no tratado, pois que o artigo 2º pressupõe a satisfação duma necessidade do Estado, enquanto a apreensão, como é notório, estendeu-se a um número de navios alemães em desproporção com o que era necessário a Portugal para suprir a falta de tonelagem. Mas, além disso, o mencionado artigo torna a apreensão dos navios dependente dum prévio acordo com os interessados sobre a indemnização a conceder-lhes, enquanto o Governo português nem sequer fez a tentativa de se entender, quer diretamente, quer por intermédio do Governo alemão, com as companhias de navegação. Desta forma apresenta-se todo o procedimento do Governo português como uma grave violação do Direito e do Tratado.
> Por este procedimento o Governo português deu a conhecer que se considera como vassalo da Inglaterra, que subordina todas as outras considerações aos interesses e desejos ingleses. Finalmente a apreensão dos navios realizou-se sob formas em que deve ver-se uma intencional provocação à Alemanha. A bandeira alemã foi arriada dos navios alemães e em seu lugar foi posta a bandeira portuguesa com a flâmula de guerra. O navio almirante salvou por esta ocasião.
> O Governo Imperial vê-se forçado a tirar as necessárias consequências do procedimento do Governo português. Considera-se de agora em diante como achando-se em estado de guerra com o Governo português.
> Ao levar o que precede, segundo me foi determinado, ao conhecimento de V. Ex.ª
> Tenho a honra de exprimir a V. Ex.ª a minha distinta consideração.

O conflito, repita-se, estava em território português desde 1914. Tropas portuguesas e alemãs travavam, no sul de Angola e no norte de Moçambique, batalhas de dimensão importante, todavia de menor escala por comparação às que travariam no cenário europeu - onde estariam a partir de 1917. Aliás, "desde finais do século XIX que pairavam ameaças reais sobre as duas colónias portuguesas mais importantes em África (Angola e Moçambique) devido às negociações anglo-germânicas que supunham a sua expansão à sua custa". (Barroso, 2015, pp.132-133).

Diz António Costa Pinto "que a mais relevante das variáveis históricas, era a natureza colonial de Portugal (Pinto, 1998, p. 43).

Consideramos importantes, neste ponto, as palavras de Chagas (1930)[379]:

> Aí está. A famosa guerra, com o seu ideal de *revanche*, em que os franceses falam há quarenta anos, começou hoje, mas – coisa singular! – não são os franceses que a declaram. É a Alemanha. Hoje de manhã, as primeiras forças do exército alemão, invadiram o Luxemburgo, a caminho de França, penetravam em território francês por Long-la-Ville, perto de Longwy e Bertrambois, perto de Cirey, e no território de Belford fazia fogo sobre os postos de fronteira (Chagas, 1930, p. 125).

António Manuel Trigo passará também à margem destes acontecimentos, pelo menos nas *Memórias.* Acontecimentos que, todavia, lhe podiam dizer respeito muito diretamente, já que a sua idade, formação e apetência militar o pareciam conduzir para uma das frentes de guerra, mais tarde ou mais cedo.

[379] NOTA 1: O texto refere como data, o dia 2 de agosto de 1914.

NOTA 2: Este Diário de João Chagas, em dois volumes, o segundo abrangendo o ano de 1917, constitui um exemplo de texto autobiográfico, sendo Diário não se afasta da parentela das memórias como género narrativo. No seu conteúdo enumeram-se formatos como os da explicação, a descrição, a argumentação; a evocação, a reformulação, a generalização, a modalização.

Rússia e União Soviética: ponte de passagem em 1917

Não cabe, nem se justifica como desejaríamos, falar em detalhe neste trabalho no tempo de passagem do império russo [380]ao novo formato, que acabaria por desenvolver outra fórmula imperial, em ação e prática, que na transformação do regime deixaria de ser Rússia[381] e daria primeiro pelo nome revolucionário de R.S.F.S.R., sigla de República Socialista Federativa Soviética Russa, constituída por dezasseis repúblicas autónomas, cinco oblasts (províncias), autónomas, dez okrugs (distritos), autónomos, seis krais (territórios ou regiões administrativa, na periferia económica e geográfica, regiões excêntricas da Rússia, e quarenta oblasts não autónomas, conhecida por Rússia Soviética, tendo sido a república constituinte da União Soviética. Popularizar-se-ia como C.C.C.P. (sigla em língua russa com alfabeto cirílico *Союз Советских Социалистических Республик)*, ou U.R.S.S. (iniciais da tradução de CCCP, para União das Repúblicas Socialistas Soviéticas), na designação ocidental.

Aceitamos que esse tempo de passagem, essa ponte, foi um dos acontecimentos mais vigorosos da história do mundo, produzindo um extensíssimo património memorial cujas causas são na atualidade muitas vezes revisitadas, produzindo leituras vastas e controversas e os efeitos ainda hoje produzem significativas marcas, que explicam, de certa forma, o rumo dos acontecimentos mundiais dos últimos cem anos.

Dois protagonistas do 1917 russo ficaram, mais do que quaisquer outros, no topo dessa produção mnésica. Foram eles Leão Trotsky (nome que consagrou Lev Davidovitch Bronstein), natural de Ianovka, pequena aldeia ucraniana, no vale do rio Stepivka, e Lenin, o pseudónimo de Vladimir Ilyich Ulianov, natural de Simbirsk, hoje Ulianovsk em sua honra, uma cidade e capital da província homónima, nas margens do rio Volga.

Entre muitas leituras, sintetizámos esta passagem de Carlos Eduardo Burnay:

> Prostrado no leito com a cabeça embrulhado em ligaduras, esperava a morte. Ao delírio quase permanente em que devagar se extinguia, chegavam vagas e despertas notícias da obra Santa, como rumores de uma apoteose longínqua. As antigas Nações incorporadas pela cobiça dos Romanoff, encontrando em Petrogrado um poder paternal, haviam recobrado sem luta a Independência. A antiga Rússia tenebrosa dos czares[382], multiplicava se em Nações livres e felizes, ele abençoava Deus e Lenine. Não tardaria que os povos guerreiros da Europa Central e Ocidental seguissem o exemplo edificante da Rússia e reconhecessem

[380] Desde 1721, sob o poder de Pedro, o Grande, a Rússia foi proclamada como império que passou a ser reconhecido como uma potência mundial.

[381] Hoje, Rússia ou Federação da Rússia.

[382] Dias (1919) usa a grafia Tsares. Para o filólogo António Houaiss, a forma preferencial é "tsar" por ser mais próxima da pronúncia russa, embora seja mais comum o uso das grafias "czar" (e "tzar", menos usada).

> a iniquidade derramamento de sangue humano. No êxtase em que vivia isolado do mundo, só amargurava pensar que não duraria o bastante para assistir ao próximo advento da Concórdia universal (Dias, 1919, p. 125).

Nem os acontecimentos religiosos nem as revoluções na Rússia e as suas consequências, constam, em qualquer passagem, das *Memórias*. Sem estabelecer um paralelo que justifique estas omissões, certo é que também os jornais da época, que consultámos, deram um relevo muitas vezes tímido aos acontecimentos sobrenaturais de Fátima, começando progressivamente a referi-los, com mais impacto, meses depois dos alegados acontecimentos de 13 de maio que, aliás, também não tiveram grande destaque na imprensa, de modo geral. Quanto à Rússia, os prognósticos da imprensa portuguesa foram reservados e impondo sombras e maus vaticínios sobre o futuro daqueles a quem chamavam os "maximalistas" de Lenine. As notícias chegavam lentamente, na melhor das hipóteses com 48 horas de atraso e mostravam a Portugal, pelo menos aos portugueses letrados e aos interessados, uma parte possível do que se passava na Rússia que, no entanto, efervescia em cenários profundamente violentos e derradeiros para o caminho que se seguiria. Apesar de outras notícias chegarem com atraso, no dia 9 de Novembro de 1917, os portugueses já sabiam pela imprensa os pormenores do assalto ao Palácio de Inverno que albergava Alexander Fyódorovich Kérensky (segundo e último primeiro-ministro do Governo Provisório Russo, exercendo o cargo entre 21 de junho/julho e 8 de outubro/novembro de 1917). Kérensky escapou do ataque ao palácio (estima-se que os atacantes andavam na ordem dos quase 20 mil) conseguindo fugir para Pskov[383]. Exilou-se depois na Europa Ocidental, em 1918, de onde partiu para os Estados Unidos, em 1940; morreu em Nova Iorque, a 11 de junho de 1970.

É ponto convergente que os republicanos receberam, de modo geral, com agrado as notícias da abdicação de Nicolau II, czar da Rússia, ao qual a imprensa passa a chamar, sem protocolos, mas com alguma intimidade, o Sr. Romanoff. Mas, mais impopular ainda, é a imperatriz (de origem alemã) Alice Hesse Darmstadt, que mudou de nome para Alexandra Feodorovna, ao converter-se (dizia-se que “fervorosamente”) à Igreja Ortodoxa Russa. Em criança fora batizada sob os rituais da Igreja Luterana.

Alexandra, a alemã, a quem se atribuía uma ligação política tendenciosa com o kaiser Guilherme II.

O kaiser alemão Guilherme II, o primeiro a declarar a guerra, era o neto mais velho da rainha Vitória, que reinou 63 anos, até 1901. Alexandra era também neta de Vitória e, ao que

[383] Cidade no noroeste da Rússia e centro administrativo do Oblast de Pskov, perto da que é hoje a República da Estónia (independente após a “queda” da U.R.S.S. em 1991).

parece, a favorita da monarca britânica. Jorge V, monarca inglês, era primo de Guilherme e de Nicolau da Rússia. A mãe de George V**,** Alexandra da Dinamarca, era irmã de Maria Feodorovna da Rússia, que era mãe de Nicolau II**.** George V e Nicolau II eram primos em primeiro grau.

A Imperatriz, alegadamente, defendia a Alemanha, manipulava o marido e a corte, e não escondia a sua ligação (amorosa?) com um tal,

> Raspoutkine, [384] agente alemão, criatura nefasta, místico e bandido, religioso e canalha que na embaixada alemã e na alcova imperial, espiando e fazendo-se amar, tecia como um Maquiavel repugnante a obra monstruosa de escravizar o povo russo, isolando-o da civilização, a que aspira tão ansiosamente (O Mundo; 17 de março 1917).

Num evidente manifesto de racismo político, o jornal Bandeira Vermelha [385]assinava a seguinte prosa: "Luís XVI era um cobarde. Nicolau II foi um poltrão. A mulher daquele era austríaca, a deste uma alemã" (Bandeira Vermelha, 1920).

Uma certa parcimónia, uma idêntica poupança de detalhes, uma escassez de didatismo, parecem ocorrer em muitos dos relatos da Imprensa sobre as Revoluções russas, de fevereiro e de outubro/novembro, que de certa forma foram construindo um tipo de memória entre os portugueses que registavam ou iam conhecendo os acontecimentos:

> No dia 9 de Novembro de 1917, o *Diário de Notícias* referia: *Petrograd nas mãos dos maximalistas* [386];no dia seguinte, *A Manhã* dizia: "[...] o golpe de estado a favor de Lenine foi dirigido por Trotsky [...]". No jornal monárquico *O Dia*, a 10 de Novembro, num artigo de primeira página, a grandes parangonas, escrevia-se: "[...] o movimento maximalista põe em causa coisas elementares como a ordem e a propriedade; [...] o mal da revolução bolchevique é consequência do movimento republicano de Kerensky e da sua politica de intensificação da guerra [...]"; concluindo o artigo, acrescenta-se: "[...] por causa da Republica ainda haveria de sobrevir em Portugal um regime de sovietes [...]" É este o tom geral das noticias e dos comentários de toda a imprensa portuguesa, ao tratar ou ao comentar a revolução socialista russa (Oliveira, 1976, p. 136).

Mas na Rússia, a Revolução cumpria o seu destino.

---

[384] Grafia aparentemente errada para referir o místico russo Grigori Yefimovich Rasputin, figura ambígua, mas de grande influência sobre a família imperial russa, no fim do período do seu poder político.

[385] *Bandeira Vermelha*, nº 16, de 18 de janeiro de 1920. Segundo ano da publicação.

Órgão e propriedade da Federação Maximalista Portuguesa, Semanário Comunista, publicado em Lisboa. Diretor: Manuel Ribeiro. Redator principal: Marcelino da Silva. 4

[386] Nome dado aos comunistas russos, partidários da aplicação imediata do seu programa político, sem soluções parciais ou intermédias. Dizia Gramsci (1917): Os maximalistas russos são a própria Revolução Russa.

> Durante a noite de 26 para 27 de Outubro, Lenin falou a uma plateia repleta no antigo Instituto Semolny para Donzelas Nobres. Era a sessão de encerramento do Segundo Congresso dos Sovietes de toda a Rússia. O ar estava quase irrespirável devido ao fumo do tabaco *makhorka*[387], aos corpos suados e à falta de oxigénio, mas as pessoas estavam demasiado excitadas para adormecer. Quando Lenin declarou. Agora avançaremos para conseguir a ordem socialista. Ouviu-se um realmente ensurdecedor rugido do triunfo. Para Lenin, não existia qualquer paradoxo quando exortava os povos de todos os países beligerantes a chegarem à paz imediatamente e acrescentou. Mas esperamos que a revolução irrompa em breve. Poucas horas depois, às 2 e 30 da manhã de 27 de Outubro, Kamenev disse à vasta audiência que até a Assembleia Constituinte poder assumir o poder, um governo provisório de trabalhadores e camponeses. o Conselho dos Comissários do Povo, governaria o país. E leu os seus nomes, entre os quais se incluíam Vladimir Ilyitch Ulyanov (Lenin), presidente do Conselho e Lev Davidovitch Bronstein (Trotsky), comissário do povo para os Negócios Estrangeiros (Beevor, 2022, p. 139).

Numa primeira fase, direita e esquerda republicana portuguesa saudaram com entusiasmo a "libertação do povo russo", a nova "era de liberdade e justiça", "o derrube da monarquia russa", os "aliados na guerra", mas a Revolução em breve teria novas opções e muito mais extremas, que faz rumar noutra direção as opiniões e os seus intérpretes.

Para nos distanciarmos da bibliografia mais citada pelos recentes trabalhos de investigação, que foram dados à estampa em 2017 (e nos anos seguintes imediatos), para rememoração do centésimo aniversário da Revolução Russa, procurámos, por exemplo, a vasta produção editorial da Agência de Imprensa APN "Novosti" ("Notícias", em russo, e APN, na sua sigla russa, depois agência Sputnik[388]), nascida em contexto da Segunda Guerra Mundial, em 24 de junho de 1941, e que tinha, segundo a mesma, a função de "divulgar no estrangeiro informação verídica e objetiva sobre a URSS e dar a conhecer à sociedade soviética a vida das populações dos países estrangeiros", tornando-se afinal um poderoso mecanismo de propaganda [389](interna e externa) soviética, representado em 120 países, incluindo Portugal, onde editava 13 jornais e revistas ilustradas. Entre os seus colaboradores mais conhecidos no

[387] Nicotina rústica, uma planta herbácea anual e variedade muito potente de tabaco usada para fumar ou para a produção de pesticida orgânico.

[388] De 2013 aos nossos dias é parte integrante da Agência de Informação Russia Today, a Rossiya Segodonya e foi conhecida pelo nome de RIA Novosti, desde 1993. É apresentada como uma agência noticiosa-analítica do Estado Russo. Em 9 de dezembro de 2013, Vladimir Putin decretou a liquidação da RIA Novosti, fundindo-a com o serviço de rádio internacional Voz da Rússia, criando a Agência de Informação Internacional Russia Today (em russo, Rossiya Segodnya).

Cf. http://news.bbc.co.uk/2/hi/europe/country_profiles/1102275.stm#media

[389] Os livros e revistas da Novosti eram oferecidos em pontos por vezes inesperados, desde as aldeias em festa até a algumas luxuosas viagens de turismo feitas em cruzeiros que ligavam o mundo, de quem tinha poder de compra, a cenários idílicos de férias e lazer variado.

nosso País, destaque-se o radialista russo Vitaly Mirni, Diretor da Novosti Portugal, que seria distinguido com o Prémio Diversidade Cultural, em 2006, promovido pelo Alto Comissariado para as Migrações; e o jornalista português Carlos Fino -, depois figura muito conhecida através da RTP-Radiotelevisão Portuguesa (Honrado, 2007)[390], hoje Rádio e Televisão de Portugal -, que trabalhou na agência soviética em Portugal como tradutor na década de 1970, quando a agência pôde estabelecer-se livremente no nosso país, depois do 25 de abril de 1974. Refira-se ainda que Carlos Fino, em 2019, defendeu tese de doutoramento com o título "A (in)comunicação Portugal-Brasil: raízes do estranhamento", em Ciências da Comunicação, pela Universidade do Minho e Universidade de Brasília (UnB).

Os despachos, publicados em português e distribuídos gratuitamente, da agência Novosti eram "um instrumento suplementar" da propaganda do PCP (Partido Comunista Português) e do MDP/CDE (Movimento Democrático Português / Comissões Democrática Eleitoral).

> Quando da demolição do armazém do MDP/CDE em Aveiro o ARQUIVO EPHEMERA [391]pôde fazer uma operação de "salvamento" de muito do seu conteúdo, que incluía dezenas de despachos da Agência Novosti, alguns já afetados pela humidade. (...) alguns exemplos de notícias sobre Portugal, cujos originais não eram datados, pelo que se podem apenas organizar pelo contexto (Pereira, 2019).

Note-se que a página principal do arquivo Ephemera exibe a citação do pensador inglês, do século XVIII, Samuel Johnson: "os dois escritórios de memória são a coleção e a distribuição."

Ainda entre a bibliografia selecionada, outro texto de propaganda chamou-nos a atenção: *A Grande Revolução de Outubro e os Intelectuais, Progresso, o país dos Sovietes* (Fediukin, 1976). O livro, editado em Moscovo, era distribuído com traduções por dezenas de línguas faladas no mundo. Da sua leitura, escolhemos uma passagem a vários títulos inesperada, que nos remete para o período da Guerra Civil russa (1917-1921):

[390] Carlos Fino, na década de 1980, foi repórter, repórter parlamentar, comentador, apresentador de diversos serviços noticiosos, correspondente internacional e correspondente de guerra da RTP. Em 1989, abre e dirige em Moscovo a delegação da televisão pública portuguesa e cobre pormenores de uma transformação que conduziria ao fim da URSS e dos regimes comunistas da Europa de Leste. Carlos Fino foi ainda correspondente e chefe da delegação da RTP em Bruxelas (1995-1998) e em Washington (1998-2000). Regressado a Lisboa no ano 2000, foi subdiretor de Informação, coordenador e apresentador do *Jornal 2*, da RTP2 (Honrado, 2007).

[391] EPHEMERA – Biblioteca e Arquivo de José Pacheco Pereira.
Cf. https://ephemerajpp.com/2022/08/20/portugal-1975-visto-pela-agencia-de-imprensa-novosti-e-pela-imprensa-sovietica/

> Em 1919, em Petrogrado formou-se, com a participação de Máximo Gorki[392], uma comissão especial encarregada de melhorar a situação material dos cientistas; ocupava-se da distribuição de raçõesalimentares e das melhorias das condições de habitação dos cientistas, técnicos, literatos e artistas (Fediukin, 1976, p. 62).

Da muito vasta bibliografia disponível, relevamos a apologia de Lenin feita por Lunacharsky, que começa a biografia de Lenin assegurando: "Lenin foi, dos pés à cabeça, um homem do mundo novo. Aí reside a sua imensa singularidade, aí reside o seu incomunicável charme" (Lunacharsky, 190, p.3).

Vigoroso caleidoscópico é como entendemos a forma de olhar para a União Soviética e para a Rússia, numa visão assente em auxiliares de memória fulcrais (herdados de uma tia, fotografias desbotadas, velhos postais, cartas, diários, pilhas de *souvenirs*, o depósito de um século de vidas), da escritora russa Maria Stepánova. Stepánova faz-nos conhecer, pelo restauro de múltiplas recordações, a história da sua família, judia, que enfrentou e sobreviveu os mais diversos confrontos do último século. O livro, muito apropriadamente intitula-se *Memória da Memória*, tornando-se um lugar [393]essencial para assentar investigação apropriada de estudos da cultura. É um repositório singular e poderoso de rememorações individuais – da tia da autora – com pequenos núcleos – as recordações da sua família – em contraponto direto com a memória coletiva de um espaço em mutação, a URSS que regressa à antiga designação, Rússia, num livro-viagem assente em ideias e pessoas, e sobretudo em discursos de memória que ocupam espaços, definem tempos, e singularizam universos culturais em interação, reconstruindo um "passado que não quer passar", como diria Ernst Nolt (Nolt, 1986)[394], provando-se a memória como o "constructo discursivo" de que nos falam alguns autores (Pethes & Ruchatz, 2001, p.3).

Lê-se na *Memória da Memória* esta curiosa estratificação feita por Stepánova:

> ...então, sugeri a mim própria distinguir 3 tipos de Memória. A Memória do perdido, melancólica, inconsolável, que faz a conta exata de prejuízos e perdas que sabe que tudo é irrecuperável.

[392] Gorki foi um escritor da escola "naturalista" que empreendeu como que uma passagem literária entre as gerações de Anton Tchekhov e de Liev Tolstói, e a nova geração de escritores soviéticos. Máximo Gorki, era o pseudónimo de Alexei Maximovitch Peshkov.

[393] Lieux de mèmoire, ao gosto de Pierre Nora, ou seja, um inventário de "marcos culturais, lugares, práticas e expressões resultantes de um passado comum", neste caso familiar e entre o real e o imaginário de uma narrativa.

[394] De um artigo do (polémico) historiador alemão Ernst Nolt no diário "Frankfurter Allgemeine Zeitung" - órgão de informação criado a 1 de novembro de 1949, vulgarmente citado como FAZ-, de 6 de junho de 1986, em que se referia à memória do nazismo. Trata-se de uma citação muito usadaçae e que parece aplicar-se à situação que descrevemos.

A Memória do adquirido: saciada, contente com o almoço e com tudo o que lhe caiu nas mãos.
A Memória do que nunca existiu, a cultivar fantasmas em lugar do que viu - assim num conto de fadas russo, o campo cobre-se de floresta se lançarmos para lá um pente mágico. A floresta ajuda os heróis a escaparem da perseguição; a memória fantasma faz uma coisa deste género para comunidades inteiras, protegendo-as da realidade pura e nua com as suas correntes de ar.
O objeto de recordação pode ser o mesmo. Na verdade, é sempre o mesmo (Stepánova, 2022, p. 208).

A religião católica e outras estruturas de crença

Em Discurso parlamentar de 12 de abril de 1913, Costa (1976) definia que: "A República não quer votos sem consciência; quer votos que signifiquem almas conscientes, definidas, crentes e refletidas". Paradoxalmente, a República usava expressões do vocabulário religioso, cuja presença força não era fácil de descartar, palavras como ´almas' e 'crentes', herdeiras de uma tradição de tendência longa e de um outro universo cultural, lexical e ideológico, mas úteis para fundamentar o discurso e exigências do novo momento da vida nacional.

Voltamos a sublinhar que António Manuel Trigo se distancia de usar qualquer vocabulário ou desenvolver qualquer ideia que o aproxime da religião, ou em sentido lato, de uma estrutura de crença (apesar de se sentir mais confortável do lado contrário aos democráticos e ter alinhado com o sidonismo com entusiasmo e sem reservas, sidonismo esse que se constituiu, como um fogacho que desaparecerá numa esperança de vida de um ano apenas, numa estrutura de crença ele também, percorrido por elementos simbólicos estranhos e provisórios, um presidente forjado no sentido vultoso, messiânico e místico. Um messias-líder; a imponência da farda de gala (de general, mandada fazer no ato imediato da vitória do golpe de Estado); a figura equestre (apresentava-se nas ruas a cavalo e dirigia-se ao povo em cima da montada); o uso da espada que brandia como um cetro.

Sampaio Bruno (1893) identifica o republicanismo e a República com o "ternário sagrado" atribuído[395] a Louis-Claude de Saint Martin, e ao seu esoterismo gnóstico, isto é, com um regime político assente nos três pilares Liberdade, Igualdade e Fraternidade. Esta visão, da própria Revolução e República francesas, são para Bruno (1893) sublinhadas pelo que entende ser "o cosmopolitismo" e o "papel eminentemente messiânico" que delas emanou – contagiando de "República" "todo o mundo", assim como o "velho Portugal".

[395] Boucher (1979) diz-nos que que "tudo leva a crer que, pela primeira vez, esta referência tenha sido feita por Louis Blanc" (erradamente) quando escreveu – na sua *Histoire de la Révolution Française*, em 1847, t. II, p.101, que "Pelos caminhos da alegoria (Louis-Claude de Saint-Martin) conduzia o seu leitor ao seio do reino misterioso que, em seu estado primitivo, os homens haviam habitado...E a palavra do grande enigma, que ele colocava diante da nação francesa, era: Liberdade, Igualdade, Fraternidade! – fórmula a que, no seu estilo simbólico, chamava ternário sagrado e de que falava sempre num tom solene". Ora no trecho de Saint Martin citado por Blanc (1782, p. 125) encontramos a passagem seguinte – sem as referências às três palavras tão fundamentais da revolução francesa aos nossos dias: "A natureza indica que existem apenas três dimensões nos corpos; que há três divisões possíveis em todo o ser inteligente; que só existem três figuras na geometria; que só existem três faculdades inatas nas criaturas, sejam elas quais forem; que só existem três mundos temporais; ou três graus na verdadeira Franco-Maçonaria; numa palavra que, sob qualquer aspecto que se olhem as coisas criadas, é impossível encontrar nelas qualquer coisa que seja acima de três.

Partindo desta e de outras leituras, procurámos entender o republicanismo militante, como surgiu, como evoluiu, como se dotou de um espírito de missão – sintetizado na missão política mais extrema que foi a da conquista do poder - e que formatos messiânicos perseguiu, a começar pelo da vocação pedagógica, "culturalista[396]", no sentido antropológico do termo, pela edificação do "homem novo", o homem republicano, "construído" desde o primeiro contacto com a educação que lhe devia chegar pelos reformados e republicanos bancos de escola, novos e ideológicos, com exemplos patrióticos e visionários, antecipadores, da esperança e do futuro dela resultante. O homem utópico – e não será mera coincidência que o personagem central de Thomas Morus seja um navegador português (aliás com o nome pouco português de Raphael Hythloday, sendo que o apelido parece vir da língua grega, significando "fala barato", o que tem um discurso absurdo, pouco abonatório para o personagem, diríamos)

Esta ideia – a ideia do "homem novo" é lata e diversificada. Do super-homem de Nietzsche ao homem de ação que toma para si a missão de concretizar a mudança pensada, de Karl Marx, ao homem novo requerido por Mussolini, com a contribuição dos jovens fascistas, para a construção de um Novo Império (o regresso do culto do Novo Condottiero – à imagem dos príncipes do Renascimento – o Imperador de uma Nova Roma Cabeça do Mundo - *Caput Mundi),* ou ainda do homem novo do Estado (Novo) de Salazar, alinhados nas marchas da Mocidade Portuguesa, e na sua visão dos mais sólidos valores nacionais (tradição, renovação moral do País), para (outro) conceito de Homem Novo, orgulhoso e nostálgico das fabulosas descobertas do Império Português, cidadão obediente ao Chefe, funcional ao imobilismo da sociedade e à preservação do elitismo de governo, onde a salvaguarda da "Raça" Lusitana apenas podia acontecer por meio da sua construção e com exemplos simbólicos tão edificantes como a figura do beato Nuno de Santa Maria, o condestável Nuno Álvares Pereira. São, aparentemente, degraus de uma mesma descida: do complexo mítico da nova ´identidade´ portuguesa de matriz republicana ao novo complexo mítico da ´identidade` portuguesa de matriz conservadora e tradicional.

A monarquia portuguesa terá significado (como outras aliás e em dimensões próprias e diversas), enquanto prática de poder, um sistema protetor de índole (quase) divina, um intérprete exclusivo do destino dos povos (a família) e um gestor inquestionado da coesão nacional, a *mátria* onde o rei, à distância dos tempos romanos mas ainda à sua semelhança,

[396] Os culturalistas destacam a influência preponderante da cultura na personalidade dos indivíduos, sendo o Culturalismo o ramo da antropologia nascido nos Estados Unidos sob o impulso principal de Ruth Benedict e de Ralph Linton que tenta a descrição da sociedade sob a perspetiva combinada da antropologia e da psicanálise. Emprestando o conceito de cultura dos antropólogos, procura dar conta da integração social. Com base na observação das sociedades arcaicas.

simbolizava o antigo *Pater Patriae,* título outorgado pelo Senado (o primeiro a recebê-lo terá sido Marco Túlio Cícero da *gens* Túlia da República, uma República que, aliás, tinha um formato bem diferente da que foi implantada em Portugal em 1910). Esta característica, a de um naturalismo outorgado por Deus e pela Providência (Bossuet, 1709), tornara-se um símbolo e uma âncora afetiva em que o significante, a realidade concreta, não passada de um hábito de ilusão. Retirada a monarquia aos povos, um vazio de luto, uma orfandade, estabeleceu-se em muitos. Os povos, em boa percentagem, reconheciam outro veículo de afetividade, a Igreja, que lhes levava na prática o conforto que a ideia abstrata, distante e intocável de um *pater hominum et deorum*, como o Zeus de Homero*,* ou de um *pater caelestis* – como o bíblico - não proporcionavam. Note-se nas palavras atribuídas a Jesus em conversa com Nicodemus, como Cristo, física e geograficamente na terra estava simultaneamente no céu: "Ninguém subiu ao céu, a não ser o que desceu do céu; o Filho do Homem, que está no céu" (João 3:13). Intangível, celestial entre os terrenos. Em suma, a Igreja materializava-se sobretudo pelo "sacramento universal de salvação."

A Missão da Igreja junto aos povos era clara no seu percurso e por isso inteligível pelos menos cultos. Ir junto de cada um - "a Igreja peregrina é, pois, por sua natureza, missionária" – e ensinar o amor divino: Deus é amor (1 João 4,8.16), a missão da Igreja aparece como uma missão de amor – o que a valorizava, em especial numa época de múltiplas carências.

A República portuguesa terá como missão substituir esses mesmos símbolos - o do *Pater Patriae* que tanto pesava sobre a figura coroada, com maior ou menor intensidade, dependendo de quem exercia o cargo – chamando a si funções e responsabilidades que, apesar dos últimos anos, a encontram impreparada e, em certo sentido, ensaística. E o de Pater *caelestis* – que os republicanos dispensavam e queriam substituir por uma realidade prática, laica.

> Desde logo há a destacar que, para o laicismo, o Jesuíta, o frade e o padre apareciam como propagadores de uma visão do mundo e de uma moral anacrónica e, consequentemente, adequadas aos interesses da reação política e do ultramontanismo. Surge assim como natural a sua absorção do legado antijesuítico de Pombal, da herança anticongreganista do liberalismo e do anticlericalismo protagonizado por intelectuais como Alexandre Herculano. (Catroga, 1988a, p. 211).

Em 1911, poucos meses depois da vitória revolucionária, já o P.R.P., o Partido Republicano Português, que propôs e conduziu a substituição da Monarquia Constitucional por uma República, se dividia, clarificando linhas ideológicas, ou melhor, agrupando lealdades, por vezes pouco expressivas. Em 1917, a menos de sete anos contados da Revolução, as

circunstâncias encontram-na dividida, enfraquecida, em crise económica (agravada desde 1914) e com alguns resquícios das primitivas esperanças que a nortearam em 1910.

O tempo novo, político e social da Primeira República parecia fazer jus ao título de Stefan Andres *Nós somos utopia* (Andres, s.d.): Afonso Costa – com o presidente Manuel de Arriaga, primeiro Presidente da República e segundo deputado republicano para as Cortes de Lisboa, eleito pela Madeira, em 1882, apesar de ser açoriano, natural da Horta. -, interpretando a vontade dos Democráticos, os herdeiros de certa forma do P.R.P. Por seu turno, Brito Camacho funda os Unionistas; António José de Almeida, os Evolucionistas. Não se entenderão, mesmo chegada a hora de mandar soldados para a frente de Guerra, quando integram a União Sagrada constituída para o efeito, mas que será pouco unida e nada sacra.

Na Primeira República portuguesa encontramos, naturalmente, marcas muito fortes de influência do século XIX, deixadas não só pela prática política portuguesa após 1820, e do crescimento em que se sustentou o republicanismo, assim como reminiscências das experiências revolucionárias Americana (a Guerra de Independência, de 1776) e sobretudo Francesa (1789), e uma sedução, adaptada ao caso nacional, pelos valores da III República de França, em especial os que lançam a questão religiosa para a linha da frente, numa ofensiva laica e anticlerical que tem na barreira oposta o neotomismo (que no nosso País tem como intérpretes em 1872, a Ação Católica e o conde de Samodães). Uma "luta" ao longo dos séculos que terá tradução pelo 5 de outubro de 1910 na sua forma mais intensa, nomeadamente pela legislação que separa o Estado e a Igreja, circunscrevendo-os em limites bem definidos e em boa medida insustentáveis.

Como nos diz Fernando Catroga, "Para os países católicos, a Revolução Francesa inaugurou uma experiência de rutura que nem as soluções concordatárias posteriores conseguiram apagar da memória do pensamento político de esquerda" (Catroga, 1998b, p. 211).

Poucos foram os que acharam conciliáveis os dois lados, como Manuel Nunes Giraldes, professor de Direito Político e Direito Eclesiástico, autor, em 1870, do ensaio *O Papa-Rei e o Concilio* (Giraldes, 1870), onde diz (p. 18), a propósito e apoiando-se nas ideias que estão na base das mensagens evangélicas, que religião e a liberdade, em vez de serem contraditórias, eram "duas irmãs amigas, entre as quais não há sombra de antagonismos" (Giraldes, 1870, p. 18).

Refira-se, ainda que "o anticongreganismo não era exclusivo do republicanismo nascente. Compartilhavam-no, igualmente, muitos sectores que não punham em causa o regime monárquico" (Catroga, 1988b, p. 212).

Por várias vezes verificámos que o confronto entre a I República e a religião prendia-se tão somente com a Igreja Católica, com as ordens religiosas masculinas e que, apesar da Lei de Separação, e dos litígios que se lhe sucederam, apontamentos de exceções são dignos de referência como o que se prende com a legislação sobre a presença dos representantes religiosos na frente de Guerra europeia.

Logo em 18 de Janeiro de 1917, poucos dias antes da partida do primeiro contingente para França, surge o decreto nº 2:942, definindo a regulamentação de assistência religiosa em operações de guerra e apresentado a Diário da República pela Secretaria de Estado da Justiça e dos Cultos/Direção Geral da Justiça e dos Cultos:

> Decreto n.º 2942
> Artigo 1º - A assistência religiosa aos militares que a desejem e que façam parte de forças em operações de guerra, será dada por ministros portugueses das respetivas religiões:
> a) Que na qualidade de militares ou equiparados, entrem na composição das forças em operações;
> b) Que se ofereçam para acompanhar essas forças;
> c) Que sejam antigos capelães militares.
>
> Artigo 2º - Os generais comandantes das forças em operações de guerra permitirão que os militares membros das suas confissões a assistência religiosa a que eles desejarem, contanto que as manifestações de culto e as práticas culturais não perturbem os serviços de campanha e a disciplina das tropas. Os ministros não militares das diversas religiões que se ofereceram para acompanhar os combatentes foram equiparados a alferes, a mesma graduação equiparada que era dada aos médicos mobilizados.
> As restantes forças militares aliadas tinha perfeitamente integrados serviços de assistência religiosa aos seus combatentes e a atitude do Governo Português, perante a resistência da formação do serviço de assistência religiosa no CEP, mereceu alguns reparos e criticas por parte dos britânicos.
> O número de capelães fixado pelo CEP foi de 15, número que foi calculado de harmonia com a lei existente no anterior regime monárquico, que dirigia os serviços dos capelães do exército. A proporção estabelecida era de um capelão por cada 3 mil soldados. No entanto, o Ministro da Guerra Norton de Matos decidiu, em Março de 1917, aceitar o alistamento de 30 capelães, com o objetivo de poder preencher quaisquer vagas que ocorressem por doença ou ferimento.
> Existindo a necessidade de existir um capelão que superintendesse a missão espiritual em França, a "Comissão Central de Assistência Religiosa em Campanha" (CCARC), depois de analisar os voluntários escolheu o Cónego da Sé da Guarda, José do Patrocínio Dias, para chefiar a missão.
> O comandante do CEP General Tamagnini de Abreu, tal como a CCARC, considerou que o número de capelães era diminuto, o mesmo se verificava aos olhos dos ingleses que compreendiam o papel dos capelães em teatro de guerra, o que levou o Governo português a não poder negligenciar a questão.

No entanto a ideologia republicana, levou a manter sempre grande desconfiança sobre o trabalho efetuado pelos capelães, ao ponto de emitir a seguinte ordem aos Serviços Postais Militares:

"Ordem Serviço SPM, nº 49, de 27 de Agosto de 1917,

Por ordem de Sua Ex.ª o General [Tamagnini de Abreu], em virtude do determinado por sua Ex.ª o Ministro da Guerra [Norton de Matos], as forças que fazem parte do CEP não podem receber os seguintes livros: O livro do Soldado Português, pelo Padre José Lourenço de Mattos; O Manual do Soldado Português, adoptado pela Comissão Central de Assistência Religiosa em Campanha.

Porque o primeiro contém doutrina contra as Instituições vigentes e à Constituição Política da República e o segundo porque o seu título quase indica que todos os soldados portugueses são católicos o que não é verdade. V.Ex.ª aprenderá e remeterá a esta secretaria [Quartel-general do CEP] todos os exemplares que aí dêem entrada."

Vetores epicêntricos messiânicos nacionais

Fátima – 1917; ineditismo messiânico em Portugal: fabulação rural-espiritual e imaginário infantil.

A sua devoção tardia de António Manuel.

> O poder messiânico não é apenas contemplativo – 'o olhar voltado para o passado. É também ativo: a redenção é uma tarefa revolucionária que se realiza no presente. Não é apenas uma questão de memória, mas, como lembra a Tese I[397], trata-se de ganhar a partida contra um adversário poderoso e perigoso. 'Éramos esperados na terra' para salvar do esquecimento os vencidos, mas também para continuar e, se possível, concluir o combate emancipador. (Löwy, 2005, p. 52).

Sem referir nas *Memórias* aquele que foi um dos fenómenos mais falados do seu tempo, os acontecimentos de Fátima (Cova de Iria, Aljustrel, 1917) António Manuel Trigo só "em idade avançada se tornou devoto de Fátima, aparentemente sem justificação pois teve sempre, até a essa conversão tardia, uma relação distante com a religião. "Ia à missa mais por hábito do que por devoção" – é a imagem guardada pela família.

António Manuel Trigo, pela educação familiar que recebeu, cumpria práticas religiosas, seguindo os rituais do catolicismo (batizado, frequentador da igreja, nascido e criado num ambiente fechado, rural, de tradições onde a presença inglesa e o anglicanismo não influenciara, aparentemente, a tradição popular mais enraizada) e, todavia, nada dessa formação transparece no que escreve. O espanto é maior, pois, como já referimos, é contemporâneo do "ciclo de aparições marianas" que terá ocorrido durante o ano de 1917 na localidade de Fátima.

Reforce-se que a instauração da República em 5 de Outubro de 1910 (Neto, 2006) reacendeu a questão religiosa aberta em Portugal no século XVIII pelo Marquês de Pombal e retomada ao longo de Oitocentos pelos liberais que levaram a efeito uma política movida pelo objetivo de alcançar e consolidar uma dimensão secular, concretizada numa diminuição da influência social da Igreja católica. A partir de 1880 assistiu-se, no País, a uma intensa propaganda republicana, socialista e anarquista que visava a laicidade do Estado, da cultura e das consciências.

Encontramos no Portugal de 1917 dois apontamentos inéditos de cariz utópico-messiânico, que isolámos neste estudo: o "sidonismo" e o que designamos genericamente como os acontecimentos de Fátima. Fazem parte ambos do que registamos como ineditismo

[397] O autor Löwy (2005) refere a *Tese I*, de Walter Benjamin.

messiânico em Portugal, com outras manifestações registadas ao longo dos séculos, igualmente únicas e cujas características insólitas conferem aos sinais construtores de uma cultura portuguesa configurações não compráveis com os traços fundadores de outros povos.

Estabelecer paralelismos, entre o período da chegada ao poder de Sidónio Pais e o debelar físico da sua passagem pelo poder, com o messianismo parece evidente: o major Sidónio aparece aos olhos de muitos como um libertador e dissipa-se (não completamente) pela morte depois de uma passagem muito breve pela vida (pela sua e pela do País). Como um messias – ao jeito bíblico do profeta Isaías, mas também do jovem D. Sebastião, que parte para Alcácer Quibir (expressão que em árabe significa *a grande fortaleza*) e não voltando é um desejado; ou como no ciclo arturiano nas lendas da *Matter of Britain* em que a utopia se desfaz e com ela a virtude cavalheiresca, sempre ansiada pelos tempos seguintes. Falaremos disso em capítulo próprio.

O que rodeia Fátima, fenómeno anunciador da vinda do Messias – leia-se o texto da quinta aparição[398], de 13 de setembro de 1917 – é simbólica, cultural e politicamente mais complexo (Irmã Lúcia, 2010; Santuário de Fátima, 1992).

Entre ambos se entende um nexo interessante: Estado e Igreja reaproximam-se com Sidónio Pais e a ideia daquilo a que aceitamos chamar uma nova Religião civil – a ideia de República, que começava a enraizar-se socialmente – sofre rude golpe. Com Fátima, essa distância Estado-Igreja encurta-se e sobretudo reabilita uma parte da população que sentia a carência do afastamento. Entre as populações, alguns grupos do viver coletivo português – em especial rurais, iletrados, pouco integrados nos fenómenos políticos e pouco esclarecidos para a sua compreensão, portanto mais permeáveis aos fenómenos incorpóreos, retomam, forte e entusiasticamente, uma relação com o espiritual graças a uma nova narratologia, de ecos crescentes, com origem em Fátima.

A Lei de Separação Estado Igreja, a relação ou a falta de relação entre a Igreja e a República (a tensão incluiu a prisão e o exílio do bispo do Porto e o corte de relações de Lisboa com a Santa Sé e foi sublinhada desde a primeira hora por uma das primeiras medidas laicizantes do Governo Provisório, o decreto com força de lei de 22 de Outubro de 1910 que

[398] A secção entre parênteses retos consta do interrogatório do pároco, de 15 de setembro de 1917, em Santuário de Fátima (1992, pp. 21-22): "Continuem a rezar o Terço para alcançarem o fim da guerra. Em outubro virá também Nosso Senhor, Nossa Senhora das Dores e do Carmo, São José com o Menino Jesus, para abençoarem o mundo. Deus está contente com os vossos sacrifícios, mas não quer que durmais com a corda [cilício], trazei-a só durante o dia".
NOTA: As crianças tinham passado a usar como cilício uma corda grossa que não tiravam sequer para dormir; isso impedia-lhes muitas vezes o sono e passavam noites inteiras em branco, de acordo com as *Memórias* narradas posteriormente.

suprimiu o ensino da doutrina cristã nas escolas primárias e normais, uma missão que a República tinha como prioritária), a prática e a liberdade religiosas que lhes apareciam interditas por Decreto de uma República laica e determinista, ganharam em Fátima um esplendor, um expoente deste reencontro com hábitos que julgavam perdidos.

A análise de uma sociedade global repousa sempre na documentação. Em 1917, no entanto, ao lermos documentos, cartas, artigos de imprensa, ofícios, testemunhos, interrogatórios, a documentação crítica reunida a pedido da Comissão do Centenário das Aparições de Fátima, as atas de reunião parlamentares e do Governo, Fátima não existe. O ano de 1917 é apenas o que assinala, no calendário de poucos, um acontecimento que ganhará dimensão internacional e a atenção de muitos pelos cem anos seguintes.

Luc Ferry, uma das vozes mais originais na interpretação cultural dos fenómenos religiosos, escreveu, já no século XXI que

> Existem espiritualidades nas quais há deuses, as religiões, e espiritualidade sem Deus, as grandes filosofias. Mas o que nos falta hoje é uma espiritualidade laica, uma conceção da vida boa, uma visão do mundo comum que nós queremos construir juntos (Ferry, 2011).

Uma ideia que, provavelmente, teria agradado ao sector republicano mais democrático, em 1917.

Porque falamos de fabulação rural-espiritual e imaginário infantil quando introduzimos o tema?

Um dos eventos que relevamos como epicentro, que ocorreu e produziu dos maiores expansionismos memoráveis em 1917 - e sobretudo a partir desse ano até aos nossos dias com efeitos evidentes tendo repercussões não nacionais e por vezes inesperadas[399]-, é afinal o registo de um conjunto de fenómenos (alegadamente) ocorridos na pequena localidade de Fátima, nos seus arrabaldes, nas (ainda geograficamente menores de dimensão) localidades de Aljustrel e Cova da Iria, pertencentes ao concelho de Ourém, distrito de Santarém, na serra de Aire; imaginário maravilhoso-fantástico produzido por três crianças[400], tornando-se primeiro a

[399] Como exemplo de influência será significativa a canção "The Miracle of the Rosary", cantada por Elvis Presley, escrita em 1960 por Lee Denson (música e texto). O "rei do rock" pertencia à Igreja Evangélica Baptista, mas o seu amigo Lee Danson era casado com uma devota de Fátima. Nos anos 80, esta canção (que foi fora abençoada pelo Papa Paulo VI), foi cantada por Lee no Santuário de Fátima e no Carmelo de Coimbra, na presença da Irmã Lúcia (A. J. Ferreira, 2007).

[400] Lúcia dos Santos, nascida em Aljustrel, Fátima, Ourém, a 28 de Março de 1907, a protagonista da interpretação dos acontecimentos e os seus primos, testemunhas dos seus relatos: Jacinta de Jesus Marto (Aljustrel, Fátima, 11 de março de 1910) e o seu irmão Francisco de Jesus Marto (Aljustrel, Fátima, 11 de junho de 1908. Tinham na época, respetivamente, 10, 7 e 9 anos. Pastoreavam um pequeno rebanho de ovelhas, propriedade das suas famílias.

sua realidade e depois a de muitos e que ainda hoje se debate. Fabulação, porque nele a imaginação elabora um tema dado, real ou fictício capaz de erguer, manter e desenvolver uma narratologia coerente; rural pela zona que o circunscreve e pelos seus protagonistas originais. Tudo se passa no que era até então um *não lugar* - conceito proposto pelo antropólogo francês Marc Augé (2005), para designar um espaço de passagem incapaz de dar forma a qualquer tipo de identidade, uma utopia, se tivermos em conta a etimologia da palavra, criada a partir da justaposição dos termos gregos - gregos antigos ou grego da Antiguidade - "ou" (um prefixo de negação) e "top(o)" (lugar), significando o "não lugar" ou "lugar que não existe".

Um não lugar ocupado por um novo objeto de fé. E sublinhamos Marc Augé:

> a questão do objeto é um preliminar. Constitui até um duplo preliminar porque, antes de nos interessarmos pelas novas formas sociais, pelos novos modos de sensibilidade ou pelas novas instituições que podem surgir como características da contemporaneidade atual, teremos de prestar provas às mudanças que afetaram as grandes categorias através das quais os homens pensam a sua identidade e as suas relações recíprocas (Augé, 2005, p. 37).

Casa o discurso de Augé com o de Assman (2011, p. 166) sobre a estrutura da recordação - estrutura "sempre descontinua" que "inclui necessariamente intervalos da não presença", arriscaríamos: *intervalos de não-lugar*[401]. Mas, Fátima, como essência de utopia – pois é um não lugar que ganha os contornos do imaginário de pequenos e grandes grupos – é também uma heterotopia (Foucault, 1984), pois une espaços incompatíveis entre si, real e imaginário, instituições e piedade popular, clero, poder e povos. E uma heterotopia de ilusão: usa objetos reais (como a azinheira ou o terço ou mesmo argolas de oiro para ornamentar as orelhas da "aparecida") para definir ilusão e fantasia e preencher um imaginário que necessitava, a tantos títulos de alimento espiritual. Torna-se, para usar as palavras de Gaston Bachelard, "(...) um espaço completamente investido de qualidades. (...) Qualquer grande imagem tem um fundo onírico insondável e é sobre esse fundo onírico que o passado pessoal põe cores particulares" (Bachelard, 2003).

Se entendêssemos o "fenómeno" de Fátima como simples conjunto de imagens, ou como a imagem de uma emanação poética, Bachelard ajudar-nos-ia:

NOTA: é também de Ourém o novo Cardeal-Patriarca de Lisboa, nomeado quando já tínhamos acabado de redigir este trabalho: Rui Valério, até então bispo das Forças Armadas e das Forças de Segurança, foi ordenado padre em 1991, em Fátima. É natural de Urqueira, no concelho de Ourém, a 20 quilómetros da Cova da Iria.

[401] Atribuído a vários autores, nomeadamente a Marc Augé, a expressão não-lugar terá sido cunhada originalmente por Melvin Webber, em 1964, no texto The Urban Place and the Nonplace Urban Realm (, incluído no livro onde Melvin M. Webber partilha auorias com mais cinco investigadore, Explorations into Urban Structure, disponível na Library of Congress, Catalog Card Number 63-15009, em Webber (2016), ver páginas 79 a 153.

> Pareceu-nos então que essa transubjetividade da imagem não podia ser compreendida na sua essência só pelos hábitos das referências objetivas. Só a fenomenologia — isto é, o levar em conta *a partida da imagem* numa consciência individual — pode ajudar-nos a restituir a subjetividade das imagens e a medir a amplitude, a força, o sentido da transubjetividade da imagem. Todas essas subjetividades, transubjetividades, não podem ser determinadas definitivamente. A imagem poética é essencialmente *variacional.* Ela não é, como o conceito, *constitutiva.* Sem dúvida, isolar a ação mutante da imaginação poética no detalhe das variações das imagens é tarefa dura, posto que monótona (Bachelard, 2003).

Compare-se o texto de Michel Foucault (escrito na Tunísia em 1967, mas de que só autoriza a publicação em 1987):

> Ainda é necessário notar que o espaço que hoje aparece para formar o horizonte de nossas preocupações, de nossa teoria, de nossos sistemas não é uma inovação; o próprio espaço tem uma história na experiência ocidental e não é possível negligenciar esta intersecção decisiva do tempo com o espaço. Pode-se dizer, para retraçar muito grosseiramente esta história do espaço, que na Idade Média havia um conjunto hierárquico de lugares: lugares sagrados e lugares profanos; lugares protegidos e lugares, ao contrário, sem proteção; lugares urbanos e lugares rurais; (todos estes relativos à vida real dos homens); para a teoria cosmológica, havia os lugares supracelestes, em oposição aos celestes, e o lugar celeste era por sua vez oposto ao lugar terrestre; havia lugares onde as coisas se encontravam porque elas foram violentamente deslocadas, ou ao contrário, lugares onde as coisas encontravam sua própria posição e estabilidade. Era toda esta hierarquia, esta oposição, este entrecruzamento de lugares que constituía o que poderíamos chamar muito grosseiramente de espaço medieval: o espaço da localização (situação, ocupação).
> Este espaço da localização foi aberto (descoberto) por Galileu, porque o verdadeiro escândalo da obra de Galileu não é certamente ter descoberto, ter redescoberto que a Terra girava ao redor do Sol, mas ter constituído um espaço infinito, e infinitamente aberto, de tal modo que o lugar da Idade Média aí se encontrava dissolvido, o lugar da coisa não era senão um ponto em seu movimento, assim como a estabilidade de uma coisa era somente o seu movimento indefinidamente retardado. Por outras palavras, a partir de Galileu, a partir do séc. XVII, a extensão coloca-se no lugar da localização. (Foucault, 1967/1984, pp. 46-49).

Se usarmos Foucault para o entendimento do que é descrito para 1917, Fátima seria o último tempo de um imaginário medieval, por contraponto à modernidade que era imposta pelo tempo nascente, um fenómeno do lugar-espaço "do dentro", negando a dessacralização teórica do espaço (aquela assinalada pelo trabalho de Galileu – por outras palavras, outras palavras, se a partir de Galileu, a partir do séc. XVII, a extensão se coloca no lugar da localização, Fátima é resistente a essa hierarquia – que afinal tanto define os cem anos seguintes, com novos conceitos de espaço e sacralização-dessacralização dos mesmos. Porque para Foucault (1967):

"vivemos dentro de um conjunto de relações que definem sítios, que são irredutíveis uns aos outros e certamente não superponíveis uns aos outros" (p.48).

Fátima é, noutra perspetiva, um acontecimento plural espiritual, pela construção de conceitos que transcendem o tangível: a idealização, o vocabulário cingido (a hiperdulia e a hora do Angelus, a própria presença do anjo em contexto próprio, também dos "cabelos de anjo", de luzes inexplicáveis, corpos transparentes, materializações súbitas antropomórficas, gado paralisado, uma figura que mede um metro e dez centímetros, que fala sem mexer os lábios, sem modificar a expressão do rosto, sem fazer o mínimo gesto, com argolas de oiro nas orelhas, marcas de terra queimada, árvores vergadas sob o peso do invisível, "uma como que nuvem, mais branca que neve, algo transparente, com forma humana"(Santos, 2007a, p. 168), entre tantas outras referências. E sempre sob dúvidas inexplicadas pelos protagonistas:

> Numa série de interrogatórios, o Dr. Manuel Nunes Formigão, foi recolhendo informações: a 27 de Setembro, Lúcia: "O ano passado, nunca me apareceu [Nossa Senhora], nem antes de Maio deste ano; nem eu disse a pessoa alguma, porque não era exato". A 11 de Outubro, Maria Rosa, mãe da Lúcia: "Há um ano, vários pequenos (um irmão do Francisco, João, entre eles) afirmam que lhes aparecia um vulto, todo embrulhado num pano branco, sem se lhe ver o rosto, na Cova da Iria e noutros sítios". No dia 19 de Outubro, o Dr. Formigão tocou novamente no assunto: "O que viste há cerca de um ano? Tua mãe diz que tu e outras crianças viram um vulto embrulhado, que não deixava ver o rosto. Porque foi que me disseste, o mês passado, que não foi nada?" Perante o silêncio de Lécia, perguntou-lhe: "Dessa vez, fugiste?" Lúcia respondeu: "Cuido que fugi". Num interrogatório, mais minucioso, no dia 2 de Novembro de 1917, o Dr. Formigão insistiu: "Preciso de saber o que foi que viste, então, e como foi que as coisas se passaram. É certo que te apareceu um vulto branco?". Lúcia referiu, então, os companheiros que estavam com ela, nas três vezes que o vulto lhes apareceu, "em mais de uma árvore", "todo vestido de branco"; "não lhe via os braços nem os pés"; "demorou-se pouco tempo"; "não sabe o que fosse esse vulto; mas cuida "que não era Nossa Senhora" (Cristino, 2010, p.33).

Só a 13 de Maio de 1922, todavia, começou uma investigação canónica relativa aos acontecimentos, concluída oito anos e meio depois (13 de Outubro de 1930), conduzindo à aprovação do culto e dos acontecimentos que, apesar de tudo, não constituem matéria de fé sob o ponto de vista da Igreja Católica.

O Arcebispo de Évora, D. Manuel Mendes da Conceição Santos, foi o primeiro prelado que presidiu a um ato de culto em Fátima. nele delegou o Bispo de Leiria, Leopoldo Nunes, a bênção da 1.ª pedra da Basílica do Santuário de Fátima, no dia 13 de Maio de 1928, tendo também coroado a Imagem Peregrina.

O general Carmona foi o primeiro Chefe de Estado que visitou Fátima, apenas em 1931, altura em que uma Peregrinação Nacional reuniu o Episcopado e o Cardeal Cerejeira presidindo, deu a bênção do Santíssimo Sacramento aos doentes.

Em 1946, o Cardeal Masella, legado do Papa, coroa a Imagem.

O Papa Pio XII, cujo pontificado atravessou a II Guerra Mundial, foi o primeiro pontífice a ser chamado "*Papa de Fátima*", tendo consagrado em 1940, a dimensão universal da mensagem transmitida na Cova da Iria, em 1917.

O Papa Pio XII referiu-se (Barthas, 1967) então a Fátima pela primeira vez num texto pontifício oficial, a encíclica '*Saeculo exeunte octav*o', escrita[402] "no VIII centenário da fundação de Portugal e o III de sua restauração. Exaltação comemorativa da obra missionária portuguesa nos territórios de além-mar. Vocações e associações missionárias. Necessidade de santos anunciadores do evangelho. Grandes missionários portugueses - para exortar a Igreja em Portugal a aumentar a sua atividade missionária":

> Que os fiéis não esqueçam, especialmente quando rezarem o Terço, tão recomendado pela Santíssima Virgem Maria em Fátima, de pedir à Virgem Mãe de Deus que faça aparecer vocações missionárias, com frutos abundantes para o maior número possível de almas", pedia o Papa italiano[403].

Uma das crianças, a mais saliente nos relatos, referiu-se (Santos, 2007b) aos acontecimentos quase sempre como experiências do "sobrenatural" - o que para si, e para os seus companheiros, era uma evidência, uma alucinação de qualquer tipo. Mais tarde, termos como "ilusão", "aparição" e "visão" vão juntar-se nas interpretações dos relatos de Fátima de 1917. A piedade popular promove "aparições" como a palavra mais indicada para o que terá acontecido.

Marco Daniel Duarte (desde dezembro de 2013 o diretor do Serviço de Estudos e Difusão do Santuário de Fátima, contactando diretamente com as fontes primárias que permitiram apresentar à Igreja e à sociedade os acontecimentos vividos na Cova da Iria e arredores, em 1917) releva o papel das pequenas histórias, dos mais simples testemunhos para uma aquisição real do que se terá vivido em 1917[404]:

---

[402] Encíclica de Pio XII dirigida ao patriarca de Lisboa, aos arcebispos e bispos de Portugal, datada de 13 de junho de 1940.

[403] *Carta Encíclica Saeculo Exeunte Octavo (*) do Sumo Pontífice Papa Pio XII do Patriarca de Lisboa, aos Arcebispos e Bispos de Portugal. A Atividade Missionária Portuguesa*. Texto completo disponível em https://w2.vatican.va/content/pius-xii/pt/encyclicals/documents/hf_p-xii_enc_13061940_saeculo-exeunte-octavo.html, consultado em 29 de abril de 2016.

[404] Entrevista concedida a Octávio Carmo.
In http://agencia.ecclesia.pt/semanario/netimages/html/ecclesia_199_-_03_de_fevereiro_de_2016.html acedido em 10 de fevereiro de 2016. Esta ligação foi desativada posteriormente. Mesmo assim, dada a sua importância,

> (...) um exemplo, uma figura muito interessante, chamada Gilberto Fernandes dos Santos. Vem a Fátima e, no dia 13 de outubro de 1917, está a distribuir pagelas, nas quais o título que se dá à Virgem de Fátima é 'Nossa Senhora da Paz' (Regina Pacis, ora pro nobis). Sabemos que isto é uma influência da introdução deste título na ladainha lauretana, que tinha sido pedida em maio pelo Papa Bento XV, estamos na I Guerra Mundial. Estas pessoas que vêm a Fátima, vêm claramente à procura da Senhora que lhes traz a paz, portanto, há claramente esta intenção junto delas. Eu gostaria de sublinhar o papel desta pessoa [Gilberto Fernandes dos Santos] junto dos clérigos da altura. O Gilberto Fernandes dos Santos desespera para ter respostas, por exemplo, de Manuel Nunes Formigão, que é, numa determinada linha da historiografia, acusado de ser o construtor, o inventor de Fátima, porque passa por Lurdes e tem um desejo enorme de fazer uma 'Lurdes portuguesa'. Manuel Nunes Formigão não responde ao Gilberto Fernandes dos Santos, às várias perguntas que ele lhe faz. O bispo de Leiria [D. José Alves Correia da Silva] tenta deixar muitas respostas por dar, precisamente porque ainda não se pode pronunciar sobre Fátima. Há uma pressão muito clara junto da hierarquia para que esta se pronuncie.
> Os religiosos (de formação e de simples fé) pelo simples facto de atuarem, criam o fenómeno religioso, sobrenatural, desde que sejam reunidas certas condições! Como o domínio religioso é de ordem simbólica e responde a apelos do inconsciente humano, a sua forma de existência denega a confrontação com o real factual.

Bento XVI, quando era cardeal e prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé, explicou que

> A antropologia teológica distingue, neste âmbito, três formas de perceção ou "visão»: a visão pelos sentidos, ou seja, a perceção externa corpórea; a perceção interior; e a visão espiritual (*visio sensibilis*, *imaginativa*, *intellectualis*). É claro que, nas visões de Lourdes, Fátima, etc, não se trata da perceção externa normal dos sentidos: as imagens e as figuras vistas não se encontram fora no espaço circundante, como está lá, por exemplo, uma árvore ou uma casa. Isto é bem evidente, por exemplo, no caso da visão do inferno (descrita na primeira parte do "segredo» de Fátima) ou então na visão descrita na terceira parte do "segredo», mas pode-se facilmente comprovar também noutras visões, sobretudo porque não eram captadas por todos os presentes, mas apenas pelos "videntes». De igual modo, é claro que não se trata duma "visão» intelectual sem imagens, como acontece nos altos graus da mística. Trata-se, portanto, da categoria intermédia, a perceção interior que, para o vidente, tem uma força de presença tal que equivale à manifestação externa sensível. [E acrescentou:] "Este ver interiormente não significa que se trata de fantasia, que seria apenas uma expressão da imaginação subjetiva. Significa, antes, que a alma recebe o toque suave de algo real, mas que está para além do sensível, tornando-a capaz de ver o não-sensível, o não-visível aos sentidos: uma visão através dos "sentidos internos». Trata-se de verdadeiros "objetos» que tocam a alma, embora não

decidimos manter a transcrição. A Agência Eclésia não explicou a razão da suspensão desta entrevista em linha, o que lamentamos.

> pertençam ao mundo sensível que nos é habitual (Ratzinger, 2000, pp. 165-179).[405]

Nesse sentido, talvez seja lícito citar também o filósofo André Barata (1999) ao inventariar o pensamento de outro filósofo – Fernando Gil, quando faz uma meditação intelectual sobre evidência e alucinação-, e que escreve:

> O que subjaz ao excesso inerente à evidência e ao belo (neste caso trata-se do "suplemento de um suplemento") é uma operação alucinatória. Atente-se que a alucinação não aparece aqui como ilusão de realidade, mas mais originariamente como a própria posição de realidade. O verdadeiramente alucinado na alucinação é a própria existência. É esta que resulta de um excesso. Nos termos do autor, entre a alucinação e a perceção a relação inverte-se: "a alucinação não é uma perceção sem objeto, mas é a perceção que é uma alucinação com objeto". Esta alucinação primitiva, presente na psicanálise freudiana, mas também em Fichte e Berkeley, pode fazer-se corresponder com a "fé preceptiva" da fenomenologia de Husserl. Mas, em todo o caso, a hipótese forte de Fernando Gil enuncia-se facilmente: "o fundo da evidência é alucinatório". E se a evidência é uma crença, o que está em causa na alucinação não é apenas saber porque vejo o que vejo, mas saber, em especial, porque acredito. Qualquer coisa de excessivo, alucinado, é posto, em certa medida mesmo imposto, com a evidência (Barata, 1999).

A alucinação, ponto de partida, muitas vezes para a distinção entre a aparência e a realidade, é uma possibilidade, experiência em si mesma, a que falta uma causa externa apropriada. Distingue-se da ilusão – que tem uma causa externa cuja natureza é erradamente avaliada.

Para comparação, registe-se que, à época, Freud (1984) propunha a distinção: "alucinação, ou melhor, a "ficção" da *alucinação originária*." Aliás, em 1917, Freud dedica particular atenção ao tema no seu *Aus Der Geschichte Einer Infantilen Neurose* (Freud, 1976) De ressalvar que sendo as alucinações alterações da sensopecerpção, é importante saber que existem fatores culturais e pessoais que interferem na perceção. Os valores culturais atribuídos aos objetos, às relações e aos acontecimentos, também podem desempenhar um papel significativo na maneira pela qual os objetos são percebidos (Caldwell & Robinson, 2016)[406]. Para Winnicott[407] a criança nasce indefesa. É um ser desintegrado, que percebe de maneira desorganizada os diferentes estímulos provenientes do exterior. Aquilo que define a pessoa na sua individualidade e subjetividade, isto é, a sua essência – o "self", termo usado por Winnicott.

[405] Cardeal Joseph Ratzinger, prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé, Comentário teológico, in *A mensagem de Fátima*, 26-6-2000. NOTA IMPORTANTE: Nestas palavras encontra-se longa citação de Santo Agostinho, Confissões, III, 6, 11, apesar de não encontrarmos referência à mesma no texto.

[406] O tema tem sido estudado ao longo dos últimos 100 anos, de Freud a Winnicott e cruza-se com o que este último chama a patologia do vazio.

[407] Fonte: https://psicologado.com/abordagens/psicanalise/winnicott-principais-conceitos. Consultado a 23 maio 2016.

Pode ser verdadeira ou falsa. Quando falsa, quando se encontra no extremo mais patológico da escala, essa essência é acompanhada geralmente por uma sensação subjetiva de vazio, futilidade e irrealidade.

O conjunto de fenómenos[408] produzidos em Fátima em 1917, a 13 de maio, teve, dois dias antes, embora menosprezadas, produções similares ou miméticas, igualmente anímicas, noutra localidade, o Barral, uma (igualmente) pequena aldeia em Ponte da Barca, cujo protagonista[409] foi também uma criança.

Conjunto de fenómenos acrescido pelos inesperados e enigmáticos anúncios na imprensa, onde alguns desejam ver como que uma antecipação mediúnica dos acontecimentos que ocorreriam em maio de 1917. Assim, registe-se o (já aludido) conjunto de notícias difundidas na imprensa de 1917, pois *O Primeiro de Janeiro*, o *Jornal de Notícias* e o *Liberdade* publicaram um texto, datado da antevéspera do primeiro relato fenomenológico, místico e devoto, de Fátima, isto é, a 11 de Maio de 1917, subscrito por um "espírita" portuense que assinava António.

O conteúdo da mensagem referia que "a data de 13 de Maio será de grande alegria para os bons espíritas de todo o mundo".

Num postal enviado aos jornais, lia-se: "Dia 13 do corrente vai dar-se um facto a respeito da guerra que impressionará fortemente toda a gente. "O postal foi publicado como anúncio no Diário de Notícias oito semanas antes dos primeiros acontecimentos; os fenómenos de índole fantástica-espiritual da Cova da Iria produzir-se-iam efetivamente a partir do dia 13, como referido na notícia, pelo que exista quem ainda hoje, já com memória esparsa do ocorrido[410], relacione os dois acontecimentos.

A 7 de Fevereiro de 1917, também o maestro espanhol Carlos Calderón, residente em Portugal, "médium" famoso na época (seria mais tarde responsável pela Fraternidade Espírita Cristã, uma associação portuguesa, que se apresentava como "fraternidade esotérica" e que existiu entre 1928 e 1963), afirmou ter recebido uma mensagem sob a forma de "escrita automática" (importante no espiritismo, a escrita automática é um "processo de produção de

[408] Lúcia, Jacinta, Francisco, Severino foram contemporâneos da (declarada beata pelo Papa João Paulo II a 25 de Abril de 2004) Alexandrina de Balazar (Gresufes, 30 de Março de 1904 – Calvário, 13 de Outubro de 1955), conhecida por ter influenciado o Papa Pio XII a efetuar a consagração do mundo ao Imaculado Coração de Maria.

[409] O menino Severino Alves, pastor, de dez anos, nascido no Barral, Freguesia de Vila Chã S. João, Ponte da Barca a 21 de junho de 1906.

[410] Repositório de muitas notícias e revisitação memorial dos acontecimentos foi possível em 2017, na evocação do centenário do ocorrido na região de Fátima.

material escrito que objetiva evitar os pensamentos conscientes do autor, através do fluxo do inconsciente").

Armada e Fernandes (2002) fazem destaque de como "Ficou registado na ata da reunião que "um dos assistentes pediu papel e lápis e automaticamente escreveu da direita para a esquerda uma comunicação que não se pôde ler senão com o emprego de um espelho".

Não se ocupa este nosso trabalho com a veracidade ou inveracidade, nem com a discussão que, em cem anos, rodeou sempre os acontecimentos e enriqueceu o tecido mítico-cultural português - onde se somaram os explicadores e as explicações para o que terá realmente acontecido, sem que todavia toda essa discussão passasse de um confronto entre dois lados opostos que não são mais do que dois sistemas de crenças não conciliáveis: o da aceitação de crentes no sobrenatural e o da rejeição de crentes no real que negam a transcendência e a veracidade do fenómeno (os quais, para os primeiros, são obviamente "os descrentes"). Interessa-nos, isso sim, registar que se tratou de um fenómeno único e português, que teve a dimensão messiânica de uma esperança revelada, que ocupou o imaginário popular e dotou-o de uma missão singular que o mobilizou, em crescendo e muniu de uma nova animação ideológico-utópica e de um relançamento religioso num País onde a religião andava limitada pela Lei. Fátima é, em matéria de gnosiologia, a interpretação de alguns desejos num tempo e num lugar precisos: no tempo de 1917, o ano da Guerra, no lugar de Portugal, no ano da sua maior ansiedade.

Refira-se que, sem muito nos deteremos também sobre esse filão, parece ser comum, à época, o interesse pelo transcendental e pelo esotérico. Esta referência parece, todavia, obrigatória, por convergir no que estudámos. Alguns dos seus cultores contemporâneos foram

Sampaio Bruno, [411]Ângelo Ribeiro[412], Leonardo Coimbra[413] e, claro, Fernando Pessoa[414]. Aparentemente, muitos outros teriam sido os que se envolveram

> em tudo quanto fosse pesquisa transcendental e esotérica. Os estudos psíquicos cativaram-nos, criaram relações com os círculos espíritas de Lisboa. Nos últimos tempos [Leonardo Coimbra] tem consagrado grande parte do seu tempo a temas tão curiosos como perturbantes. Nesse trabalho o tenho acompanhado sempre, numa acesa curiosidade de estudioso (Ribeiro, 1919, p. 943).

Os acontecimentos sobrenaturais no território português não partilham da história do mundo, por serem uma realidade nacional, mas vão constar dos registos universais e perdurar pelos anos seguintes, em especial e em crescendo depois dos anos de 1930 (em 1919, o bispo de Leiria-Fátima, D. José da Silva, nomeou uma comissão para analisar o caso, interrogando uma das crianças que se dizia testemunha presencial dos acontecimentos de Fátima - e a sua família. Apenas 11 anos depois, em outubro de 1930, o bispo declarou as visões "dignas de crédito". A raridade dos fenómenos e a sua não banalização, de acordo com a Igreja, garante-lhes veracidade. De registar que o Vaticano reconhece apenas 16 aparições marianas em toda a sua história, apesar de acusar o registo de mais de duas mil, [415]desde o Concílio de Trento (1545). Não se trata de um conjunto de acontecimentos inéditos, pela similitude de muitos outros registos narratológicos que, aparentemente desde o século IV (*circa* 380 E.C.)

[411] José Pereira de Sampaio, que usou os pseudónimos Bruno e Sampaio Bruno (que se afirmou no panorama cultural português até aos nossos dias), considerado por alguns autores como o fundador, com Leonardo Coimbra (V. nota 810), da Filosofia Portuguesa do século XX, foi um escritor, ensaísta e filósofo portuense e figura cimeira do pensamento português do seu tempo. É conhecida uma altercação violenta com Afonso Costa, em 1902. Aliás, Afonso Costa desafiaria António José de Almeida para um duelo, em 1914, o que faz emergir traços marcantes do seu carácter, já de si constituído por tantos traços marcantes.

[412] Concluído o bacharelato em Filosofia em 1917, depois de ter realizado estudos superiores na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, concluindo o primeiro o curso de Filologia Germânica, Ângelo Ribeiro intensificou a sua atividade ao serviço da República.

Nascido em Angra do Heroísmo, a 7 de Janeiro de 1886, logo nos primeiros anos do regime republicano foi nomeado administrador dos concelhos da Praia da Vitória (1911) e de Angra do Heroísmo (1911-1912), na sua ilha natal da Terceira, Açores.

[413] Leonardo José Coimbra; filósofo, professor e político português. De 1911 a 1912, dirigiu o Colégio dos Órfãos de Braga, onde fundou a revista *Renascença Portuguesa*. Professor e Filósofo foi o impulsionador de um sistema filosófico, a que chamou "O Criacionismo". Esteve preso em 1918, durante o Sidonismo. Depois disso, enquanto Ministro da Instrução Pública de um dos governos da Primeira República Portuguesa, lançou as Universidades Populares e a Faculdade de Letras do Porto, em 1919. A sua experiência governativa decorreu em dois períodos sempre na qualidade de Ministro da Instrução Pública, em 1919 e, mais tarde, de 1922 a 1923. De certa forma, contribui, ele também, para a dissolução desse dilema de tantos que é a procura de uma identidade, explicando como dar ao ser humano uma justificação de si, relacionando o seu universo individual com o Outro, mercê da aprendizagem no sentido mais lato: "A educação deve dar o homem a si mesmo, à família, à humanidade, ao Universo" – in *A Águia*, 1ª série, 1 de março de 1911, página 45, *O Mistério* (considerado um excerto de um livro inédito).

[414] Fernando António Nogueira Pessoa, poeta, dramaturgo, ensaísta, tradutor, publicitário, astrólogo, empresário, correspondente comercial, crítico literário e comentarista político.

[415] O sítio da rede http://MiracleHunter.com faz o inventário de aparições, testemunhos e documentos, abrangendo o mundo inteiro onde se comunicam os eventos.

preenchem o inventário de rememoração do fantástico narrativo dos povos e que em Portugal, no espaço de um século, se registam de Alfândega da Fé a Ponte da Barca (também em 1917), a Póvoa de Varzim, Ourém, Ladeira do Pinheiro (Torres Novas) ou Portimão: "Se apenas houvesse um ver passivo, ficaria o mundo reduzido a um caos de pontos luminosos. Porém sobre um ver passivo há um ver ativo, que interpreta vendo e vê interpretando, um ver que é olhar" (Gasset, 1914/2011, p. 57).

Não nos move, repita-se. a menor intenção de apreciar a legitimidade da narrativa de Fátima em 1917. Mitos, lendas, narratologias cujas origem remotas passam de geração em geração, umas vezes diluindo-se até às memórias não interpretáveis, outras tantas vezes ficando em novas versões adaptadas a um tempo e a um lugar onde adquirem "vida" nova, são uma constante da cultura humana; isso, como apreciação científica, ser-nos-á mais cativante. Ainda nesse conjunto de "maravilhas humanas", contam-se sem fim as visões e as aparições, os fenómenos sobrenaturais, as superstições, o repositório da imagética de reconstituição e do imaginário que não parece ter limites, e mesmo quando se torna coletivo, ou plural, por exemplo no pensar por *interposta "pessoa"* (Silva, Araújo & Baptista, 2003, p. 287).

Presença do contágio coletivo, e da impossibilidade de ultrapassar a imaginação já que nada

> explica o conteúdo mental, arquitepal, sendo a própria história um domínio do imaginário, em cada fase histórica, a imaginação encontra-se presente numa dupla e antagónica motivação" (DURAND, 1989:268). (...) E "toda a investigação, toda a descoberta científica da criação se faz em torno e contra a função fantástica. Assim na alvorada do espírito humano, teórica ou prática, encontra-se sempre a imaginação. Não só a função fantástica nos aparece universal na sua extensão, através da espécie humana, mas sobretudo na sua compreensão: ela está na raiz de todos os processos de consciência e revelasse como a marca originária do espírito" (Durand, 1989, p. 272).

O imaginário é, nessa perspetiva, apenas uma das formas como individualmente construímos uma das facetas do real, ou como escreveu Sartre, relacionando-o com a memória

> a imaginação, juntamente com a perceção sensorial, dá-nos objetos intencionais individuais. A capacidade de imaginação distingue-se da memória e da antecipação. Os atos de imaginação são considerados atos intuitivos de consciência, e os objetos que a imaginação nos dá são chamados objetos imaginários. Os objetos imaginários são surreais, em contraste com os objetos reais, que nos dão perceção sensorial, memória, antecipação (Sartre, 2004, pp. 179-180).

Podemos, num outro prisma de profundo reflexo filosófico, reter de Richard Rorty: "Como os sucessores de Kant rapidamente observaram, a única maneira pela qual podíamos

compreender o eu transcendental, era identificando-o com o eu pensável, mas incognoscível que é um agente moral – o eu numenal autónomo" (Rorty, 1999, p. 214).

Atentemos neste texto de Armindo dos Santos Vaz, da Universidade Católica Portuguesa de Lisboa:

> Uma das principais razões para a desfiguração da imagem bíblica de Deus criador dentro do cristianismo prender-se com o facto de se terem lido de forma historicista e literalista as narrações bíblicas do início do livro do Génesis que descrevem a "criação". Supôs-se que eram narrações protocolares, que contariam de forma objetiva como terão começado a existir o mundo e a humanidade. Desconhecia-se que elas não só usam imagens de várias espécies (símbolo, metáfora, hipérbole, motivos fabulosos, figuras literárias), mas são cada uma delas uma imagem, um quadro "imaginado"; cada uma delas é um mito de origem, uma conceção do imaginário humano e religioso. (Vaz, 2003, p. 287).

De notar que o autor completa estas as afirmações com comprovações, criando "as bases de análise e os critérios literários para interpretá-los todos [aos episódios referidos no Génesis], exemplificando com a interpretação das duas primeiras narrações, que correspondem a Génesis 1-2,4a, uma, e a Gn 2,4b-3, a outra.

Portugal, como outros países, tem uma relação autónoma, autocentrada, com os seus mitos nacionais originários e de sobrevivência. Identificam-se marcas messiânicas, sobretudo após a Restauração, com a revisitação e promoção da lenda simbólico-alegórica de Ourique[416], e a lenda do Encoberto que "se instituirá decisivamente como uma faceta importante da autorrepresentação de Portugal, acabando por adquirir, após Herculano, uma verdadeira dimensão mítico-poética" (Carmelo, s.d.).

Fátima é uma asseveração da tradição mariana do Catolicismo (apesar de num dos seus episódios ter sido prometida a visita do Messias – e o modelo de perfeição estava tradicionalmente representado na anatomia masculina e na construção cultural da diferença). Um Messias (o Messias católico?) que, de acordo com uma das testemunhas, visitaria mais tarde o local. Mais do que uma vez, aliás:

> No dia 15 de fevereiro de 1926, voltando eu lá [a deitar um apanhador de lixo fora do quintal], como é costume, encontrei ali uma criança que me parecia ser a mesma [que já encontrara uma vez antes] e perguntei-lhe então:
> – Tens pedido o Menino Jesus à Mãe do Céu?
> A Criança volta-se para mim e diz:
> – E tu tens espalhado, pelo mundo, aquilo que a Mãe do Céu te pediu?

[416] Produtos de narratologias de aspersão popular, são constructos mítico-memorialistas.

> E, nisto, transforma-se num Menino resplandecente. Conhecendo, então, que era Jesus, disse:
> – Meu Jesus! Vós bem sabeis o que o meu confessor me disse na carta que Vos li. Dizia que era preciso que aquela visão se repetisse, que houvesse factos para que fosse acreditada, e a Madre Superiora, só, a espalhar este facto, nada podia.
> – É verdade que a Madre Superiora só, nada pode; mas, com a Minha graça, pode tudo. E basta que o teu Confessor te dê licença, e a tua Superiora o diga, para que seja acreditado, até sem se saber a quem foi revelado.
> – Mas o meu Confessor dizia na carta que esta devoção não fazia falta no mundo, porque já havia muitas almas que Vos recebiam, aos primeiros sábados, em honra de Nossa Senhora e dos 15 Mistérios do Rosário.
> – É verdade, minha filha, que muitas almas os começam, mas poucas os acabam; e as que os terminam, é com o fim de receberem as graças que aí estão prometidas; e me agradam mais as que fizerem os cinco com fervor e com o fim de desagravar o Coração da tua Mãe do Céu, que os que fizerem os 15, tíbios e indiferentes…
> – Meu Jesus! Muitas almas têm dificuldade em se confessar ao sábado. Se Vós permitísseis que a confissão de oito dias fosse válida?
> – Sim. Pode ser de muito mais dias ainda, contanto que estejam em graça no primeiro sábado, quando me receberem; e que nessa confissão anterior tenham feito a intenção de com ela desagravar o Sagrado Coração de Maria.
> – Meu Jesus! E as que se esquecerem de formar essa intenção?
> – Podem-na formar logo na outra confissão seguinte, aproveitando a primeira ocasião que tiverem de se confessar (Irmã Lúcia, 2010, p. 193).

O culto mariano ocupa um espaço central no imaginário português, dado a mitos e simbologias. Isto se pudermos falar de um "imaginário português" exclusivo, tendo em conta que o que somos é a soma dos muitos que somos.

De acordo com Miguel Real:

> António Quadros dizia que a psicologia e a cultura do português, devido à sua longa história de caldeamento de culturas diversas, só são entendíveis através do conhecimento dos seus mitos e símbolos. Deste modo, o estatuto e as funções do mito, eminentemente religiosos e coletivos, de natureza inconsciente, superam o estatuto e as funções da razão, eminentemente profanos e individuais, de natureza consciente (Real, 2014).

Os cultos matriciais neolíticos (cultos e rituais de fecundidade, cultos e rituais do bem, num momento de grande prestígio do culto/presença do feminino) estariam há muito no nosso território. Cruzando-se com os mitos fundadores de Portugal, até na primitiva utilização da designação Terra de Santa Maria para referir uma importante parte de Portugal – vasto território, a "terra mãe de Portugal", zona entre Coimbra e Porto, que "podia ter inviabilizado a construção de um novo Reino. Em vez disso, associando-se a Portucale e garantindo o seu prolongamento em direção à mesma cidade de Coimbra, acabou por constituir o elo de ligação com ela" (Mattoso, Andrade & Krus, 1989, p. 160) ", sendo que as Terras de Santa Maria

abrangem os atuais Concelhos de Albergaria-a-Velha, Arouca, Castelo de Paiva, Espinho, Estarreja, Gondomar, Murtosa, Oliveira de Azeméis, Ovar, S. João da Madeira, Santa Maria da Feira, Sever do Vouga, Vale de Cambra e Vila Nova de Gaia, sendo fruto de uma designação antiga e remota já estabelecida no século XI.

Maria é ainda, na figura denominada Imaculada Conceição, a rainha coroada de Portugal, símbolo sacro-político português. Segundo tradição secular foi o condestável D. Nuno Álvares Pereira quem fundou a Igreja de Nossa Senhora do Castelo em Vila Viçosa e quem ofereceu a imagem da Virgem Padroeira, adquirida na Inglaterra. Neste gesto do Contestável é reconhecido que a mística que levou Portugal à vitória resultaria da devoção de um povo à figura católica conhecida como Senhora da Conceição, um dos nomes de Maria mãe de Jesus, que se regista também como Imaculada Conceição, Isto é, a virgem, a que concebeu sem pecado, segundo o dogma católico sem mancha (em latim *macula*), sem marca do pecado original. Trata-se de uma doutrina cristã que pretende explicar a origem da imperfeição humana, do sofrimento e da existência do mal através da queda do homem (ideia que não existe no Judaísmo nem no Islamismo). O conceito foi desenvolvido por Santo Agostinho (Le Goff & Fruong, 2006), numa controvérsia com o monge Pelágio da Bretanha. Para a Igreja Católica e para os seus seguidores, Maria viveu uma vida completamente isenta de pecado[417].

Maria é uma figura que o catolicismo arreda muitas vezes da sua vida regular e simbólica, consagrando-lhe espaços reduzidos ou mesmo nulos em certas épocas e "reabilitando-a" noutras épocas com uma grandeza prioritária. Isso é surpreendente, por se tratar da mãe de Jesus, figura central do cristianismo, como pela antiguidade do seu culto oficial, institucionalizada a partir do Concílio de Éfeso, em 431, que deu início ao seu culto oficial, proclamando-a Virgem Santa e Mãe de Deus. Os cultos mais remotos à Terra Mãe, cujas reminiscências parecem ter-se convertido, no imaginário que consagra a maternidade divida, na tradição católica, por exemplo, nas devoções à Senhora da Rocha, da Penha, da Fraga ou da Lapa, maternidade divina que fará o seu caminho na devoção e iconografia cristãs, sendo uma das figuras mais retratadas. A evolução do culto mariano na Península Ibérica acompanha o estabelecimento e expansão das ordens monásticas. Na História Genealógica da Caza Real Portuguesa, a referência a forais (Santa Maria de Alagoas, Santa Maria de Donre Santa Maria da Feira, Santa Maria de Lamas, Santa Maria de Moreiras, Santa Maria de Castelo Branco...).

[417] Cf. *Council of Trent Denzinger Enchiridion Symbulorum, definitionum et declarationum* , Freiburg, 1957, document 833; "she was free from any personal or hereditary sin", Pius XII, Encyclical Mystici Corporis, 1943 in Dentzinger, D2291

Se dúvidas houvesse, José Matoso fala-nos[418] da Terra de Santa Maria nos séculos XI a XIII, e a ilha de Santa Maria é um ex-libris açoriano, entre outras razões por ter sido a primeira ilha dos Açores a ser avistada, por volta de 1427, pelo navegador português Diogo de Silves. (Posteriormente, em Fevereiro de 1493, Cristóvão Colombo escalou na ilha no regresso da sua primeira viagem à América).

No Islamismo, Maria tem uma presença peculiar, é a escolhida de Deus, a melhor mulher de toda a humanidade, a quem Ele escolhe sobre todas as outras mulheres devido à sua religiosidade e devoção. Leia-se o livro sagrado do Islão (Adamgy, 1991):

> E lembra-lhes, Muhammad, de quando os anjos disseram, 'Ó Maria! Por certo Deus te escolheu e te purificou, e te escolheu sobre todas as outras mulheres dos mundos. Ó Maria! Sê devota a teu Senhor e prostra-te e curva-te com os que se curvam (em oração). (Alcorão[419] 3:42-43).

Ou ainda:

> E Deus propõe o exemplo (para aqueles que creem) de Maria, a filha de Heli, que guardou sua castidade; então sopramos nela o Nosso Espírito (ou seja, Gabriel), e ela acreditou nas palavras de seu Senhor e dos Seus Livros e foi devotadamente obediente (Alcorão 66:12).

E talvez da forma mais interessante:

> Quando os anjos disseram, 'Ó Maria! Deus te escolheu e te purificou (devido à tua adoração e devoção), e te escolheu (fazendo-te mãe do profeta Jesus) sobre todas as mulheres dos mundos. Ó Maria! Ore a teu Senhor devotadamente, e te prostra e te curva com aqueles que se curvam.' (Alcorão 3:42-43).

Na apresentação do livro de Torgal (2011), *O Sol bailou ao meio-dia*, lê-se que

> As aparições de Fátima (1917) ocorreram num dos momentos económicos, sociais e políticos mais difíceis e mais dramáticos da História de Portugal, que bem podia sistematizar-se na trilogia do caos: "fome, peste e guerra». Nesse período, mas, sobretudo, anos antes, havia-se registado uma grande ofensiva dos governos republicanos em defesa da laicização do Estado e da secularização da sociedade, que acabou por restringir como nunca os privilégios e as liberdades da Igreja Católica. Rebentou a Primeira Guerra Mundial, onde Portugal teve uma participação controversa e trágica. Estoiraram motins e rebeliões. Proliferaram epidemias agudas de tifo e varíola e eclodiu depois a pandemia da "gripe pneumónica». Acentuou-se a crise económica e financeira, que gerou inflação galopante, falta de víveres essenciais, racionamento, pobreza, miséria e fome.

[418] *O castelo e a feira. A Terra de Santa Maria nos séculos XI a XIII*. Id.Ib.

[419] Usamos intencionalmente Alcorão e não Corão. Cf. "do árabe al-qurān, "a Leitura"» como regista Machado (2003) e ainda AA: VV. (2010), onde se lê: "o livro sagrado dos maometanos, que contém as revelações feitas por Alá ao profeta Maomé".

> Nesta conjuntura de extrema adversidade, surgiu, na Cova da Iria, um culto popular espontâneo que logo se propagou num país católico, rural, analfabeto e dado a superstições e a devoções messiânicas. Um culto popular que — como este livro pretende demonstrar — a Igreja Católica desde muito cedo estimulou, disciplinou, enquadrou ideologicamente e apresentou, com grande sucesso, a Portugal e ao Mundo (Torgal, 2011).

Na revista *Fátima. 50 Internacional* [420] assinalando-se os 50 anos de Fátima, registava-se que

> Neste mês de Outubro comemoram-se dois Cinquentenários de significação decisiva para o Mundo: Cinquentenário da vitoriosa Revolução Comunista, a célebre "Revolução de Outubro"; Cinquentenário da derradeira Aparição de Nossa Senhora de Fátima, durante a qual se observou o não menos célebre fenómeno da "revolução solar", por muitos classificada de "dança do Sol". Os factos, paralelos apenas no tempo, contemporâneos no mais estrito sentido da palavra, nada têm a ver um com o outro. São até absolutamente diversos. Ao passo que nalguns centros importantes da grande Rússia se sucediam as revoltas, escaramuças e arengas inflamadas convocando as gentes à guerra, neste pequeno País, Portugal, num lar desconhecido, sucediam-se os sobrenaturais, é certo, mas quietas e tanto quanto foi possível, secretas "Aparições" da Virgem Maria. Quando, ao grito de "Paz e terra", Lenine desencadeou a triunfante revolução que levou o Comunismo ao poder, em Outubro de 1917, uma insignificante criança, camponesa iletrada, a um sinal da "Aparição" disse ao povo, reunido na Cova da Iria em 13 do mesmo mês, para verem o Sol e este começou, num rodopio impressionante, a mudar de cor e como que a aproximar-se da Terra.

Da *Documentação Crítica de Fátima*[421], disponibilizada pelo Santuário de Fátima, fez-se leitura atenta dos depoimentos recolhidos em 1917. Transcrevemos, como ilustração deste capítulo, o Doc. 9 de 1917-09-p.17[422], registado em Cortes, Concelho de Leiria, que foi sede de Freguesia até 2013 e publicado no DCF, I – Docs. 45:

[420] *Fátima. 50 Internacional* (1967). Ano 1-nº6 de 13 de outubro, revista mensal de atualidades, documental e ilustrada, editada em espanhol, francês e inglês por José Galamba de Oliveira, cónego, também, diretor da publicação.

[421] Documentação Crítica de Fátima: seleção de documentos (1917-1930). Fátima: Santuário de Fátima, 2013.A Documentação Crítica de Fátima - Seleção de documentos (1917-1930), é uma edição que surgiu em resposta ao pedido da Comissão do Centenário das Aparições de Fátima (COCAF), que solicitou à Comissão Científica da DCF – Documentação Crítica de Fátima - que organizasse um tomo com uma seleção de documentos de 1917 a 1930, em língua portuguesa. Foram selecionados 138 documentos e um anexo, segundo as seguintes tipologias: 53 cartas; 25 artigos de imprensa; 24 ofícios; 19 testemunhos; 13 interrogatórios; 3 notas; 1 livro. Ao todo 656 páginas. A Introdução é do Padre Doutor Adélio Fernando Abreu, da Universidade Católica do Porto, Polo do Porto.

[422] Jacinta e Lúcia estiveram na Reixida, pequena aldeia entre Leiria e Batalha. hospedadas em casa de Maria do Carmo da Cruz Meneses, a partir de 14 ou 15 de setembro. A data deste documento não está indicada, mas a comparação da caligrafia e da tinta usada nos livros paroquiais de 1917, leva-nos a supor uma data próxima a 17 de setembro.

Depoimento do Pe. António dos Santos Alves[423] , pároco das Cortes, sobre a conversa com Lúcia e Jacinta, em Reixida, freguesia das Cortes, com aditamento posterior sobre a sexta aparição.
Videntes da Fátima – interrogadas no dia 17 de setembro de 1917 Lúcia, filha de António dos Santos Abóbora, de idade 9 anos, Jacinta de idade de 7 anos, filha de Manuel dos Santos Marto, e Francisco dos Santos Marto, de idade de 9 anos, irmão da Jacinta.
1ª aparição
O que diz a Lúcia interrogada na presença da Jacinta (ou o que pouco diz):
Que no dia 13 de maio de 1917, andando os três pastoreando as suas ovelhas, no sítio da Cova da Iria, limite da Fátima, depois de haverem merendado (isto é jantado) foram, segundo o seu costume, rezar o terço a Nossa Senhora e que quando já tinham quase terminado o oferecimento do mesmo, viram um relâmpago que os amedrontou, pelo que a Lúcia convidou os outros a retirar dizendo-lhes: vamo-nos embora porque está a trovejar; nisto viram um outro relâmpago e na sua frente uma Senhora extremamente bela vestida de branco, com um manto igualmente branco, mas dourado e com um resplendor na cabeça fazendo lembrar o resplendor do sol, mas mais brilhante; como que pousou sobre uma pequena carrasqueira, de pé, com as mãos postas donde pendiam umas contas brancas, mas lindíssimas. Ficaram aterrados com a visão, mas a Senhora tranquilizou-os dizendo-lhes, que não tivessem medo porque não lhes fazia mal, nisto a Lúcia perguntou-lhe quem era e o que queria ao que Ela respondeu, que fossem ali durante seis meses no mesmo dia. E começou a desaparecer lentamente, primeiro pela cabeça, braços e o resto do corpo até aos pés que foi a última coisa a desaparecer.
2ª aparição
No dia de Santo António (a 13 de junho). Neste dia houve uma festa na Fátima à qual a mãe da Lúcia (e não sei se também a do Francisco e da Jacinta queria que fossem assistir, mas em obediência ao que lhe tinha recomendado no mês anterior, deixaram a festa para irem ao local da aparição, onde se encontraram com algumas pessoas desconhecidas e apenas umas 3 ou 4 conhecidas. Um pouco mais ou menos pela mesma hora do mês anterior aparece-lhes a mesma visão pela mesma forma e desta vez disse-lhes que continuassem a ir ali nos meses seguintes; que aprendessem a ler; e disse-lhes um segredo, que lhes proibiu revelar fosse a quem fosse. – Dias depois próximo do sítio da aparição andando os três com o seu gado, pensaram em ir rezar o terço no local da aparição, mas para isso era forçoso, ou abandonarem o gado, com perigo de ir danificar as searas próximas, ou um pelo menos ficar em guarda e não ir rezar o terço; resolveram ir todos rezar o terço e abandonar o gado, que imediatamente foi para uma terra de milho, couves, chícharos e outros legumes. Uma mulher que por ali próximo andava, ao ver as ovelhas naquela seara, chama os pastores que não lhe responderam pelo que ela mesma foi virar as ovelhas, que ao voltar as costas imediatamente para lá voltaram. Terminado o terço foram os três para o seu gado, virá-lo do sítio em que andava e observar o prejuízo que tinha causado, mas qual não foi o seu espanto quando viram que nada tinha sido danificado o que foi confirmado pelo próprio dono que sendo-lhe dito que o gado

[423] Nasceu a 13 de março de 1877. Frequentou o seminário de Leiria e de Coimbra. Em 1903 foi nomeado pároco da Barosa e em 1908, pároco das Cortes. Faleceu a 19 de maio de 1956.

> tinha andado na sua fazenda foi ao outro dia para observar o prejuízo que lá tinha, constatando que prejuízo algum lhe tinha causado.
> 3ª aparição
> A 13 de julho. Desta vez recomendou-lhe que rezassem o terço a Nossa Senhora do Rosário para que abrandasse a guerra; que só Ela lhe podia valer e que nos meses futuros continuassem a ir àquele sítio como até ali.
> 4ª aparição
> Desta vez apareceu-lhes no sítio dos Valinhos no domingo imediato ao do dia 13 de agosto (porque neste dia foram traiçoeiramente levadas - ele mesmo as levava no seu carro para o local da aparição). Neste dia disse-lhe que se elas no dia 13 não tivessem sido levadas pelo administrador, o milagre (para o povo) não teria sido tão conhecido. Fez-lhe a Lúcia vários pedidos para que convertesse certas pessoas e melhorasse alguns doentes ao que Ela respondeu que se converteriam e melhorariam alguns, mas outros não porque não acreditavam e alguns nem sequer em seu Filho.
> 5ª aparição – Dia 13 de setembro
> Disse-lhes que apareceria em outubro primeiro sob a representação de Nossa Senhora das Dores e depois sob a de Nossa Senhora do Rosário. Recomendou-lhes que rezassem o terço a Nossa Senhora do Rosário para que abrandasse a guerra que estava para acabar. Disse- -lhes também que em outubro viria também S. José com o Menino Jesus para dar a paz ao mundo e seu Divino Filho para dar a bênção ao povo.
> 6ª Aparição dia 13 de outubro
> Disse-lhes que era Nossa Senhora do Rosário; que a guerra acabava naquele dia; que os nossos soldados em breve, viriam; que construíssem no sítio da aparição uma capela a Nossa Senhora do Rosário e que o povo se emendasse de seus pecados que muito têm ofendido a seu Filho.

A imagem de Fátima desenvolve-se, obviamente, a partir de 1917, mas a primeira evocação figurativa da Senhora de Fátima parece datar do século XVIII. No Processo Canónico Diocesano[424], fala-se da "fotografia de uma imagem religiosa de Nossa Senhora[425].

Atente-se nas palavras de Marco Daniel Duarte

> Não havendo ainda modelo iconográfico para a pagela ali distribuída nesse dia[426], procurou-se uma imagem mariana, contudo bem distinta da que viria a ser o ícone de Fátima. Procurou-se na catedral de Leiria, ao retábulo do topo do transepto, do lado do evangelho. Foi, portanto, uma Imaculada Conceição, de finais de Setecentos ou inícios da centúria seguinte, que serviu para a

[424] Cf. Confronte-se Documentação Crítica de Fátima. III – Das Aparições ao Processo Canónico Diocesano 3 (1920- -1922). (2005). Fátima: Santuário de Fátima, 3v-55v.

[425] Cf. Processo Canónico Diocesano – Relatório Oficial, AEL, Documentos de Fátima, I-12B: Processo Canónico Diocesano – Relatório Oficial, fls. 3v-55v; veja-se Documentação Crítica de Fátima. II – Processo Canónico Diocesano (1922-1930), (1999). Fátima: Santuário de Fátima, doc. 9, pp. 197 e 198).

[426] Confronte-se a publicação das duas versões deste documento em Documentação Crítica de Fátima. III – Das Aparições ao Processo Canónico 1 (1917-1918), Fátima, Santuário de Fátima, 2002 (doravante, DCF III-1), doc. 43, de 1917.10.11 ('ante'). Veja-se também a reprodução contida no catálogo Memórias. Sinais. Afectos. Nos 90 anos das Aparições de Fátima, catálogo da exposição com o mesmo nome, coordenação- -geral de Carlos A. Moreira Azevedo, comissariado científico de Marco Daniel Duarte, Lisboa, 2007, p. 70.

> fotocomposição[427] distribuída naquele dia com a titulatura de "Nossa Senhora da Paz (*Regina Pacis, ora pro nobis*)". Com a parte superior dessa escultura, envolta numa coroa de nuvens, à maneira de glória de anjos ou de *vera mandorla*, quis-se figurar a Virgem aparecida a três crianças[428] que, de joelhos, de mãos postas e de cabeça levantada, se inscreveram no fundo do quadro em relação psicológica com o rosto da Imaculada, o qual, fazendo-se sublinha da criteriosa escolha, nem de propósito, se inclina sobre eles (Duarte, 2010, pp. 235-270).

As interpretações sequentes foram muito diversas. De um Integralista, leia-se Rebello (1942) por exemplo esta passagem sobre o tema e a interpretação do ano que analisamos:

> É certo que a mensagem que trouxe a mãe divina foi uma grave advertência aos pecadores, uma dolorosa queixa a filhos ingratos, um instante pedido de oração e de penitência na iminência de grandes cóleras divinas. Mas, se como pecadores nos tratou, considerou-nos também mais capazes de fazer penitência, ou fazendo-a já na pobre vida portuguesa, subalimentada e laboriosíssima, familiar e procriadora, e ainda livre em grande parte do moderno delírio materialista.
> Fátima tem um carácter rústico inconfundível. Nossa Senhora apareceu sobre os ramos da árvore mais rude, a azinheira dos montados e das serras, para os três pastorinhos e para todos os pastores de Portugal e para todos os seus lavradores e trabalhadores rurais (Rebello, 1942, pp. 33-34).

A Escultura de Nossa Senhora do Rosário de Fátima (Capelinha das Aparições, Fátima), do escultor José Ferreira Thedim, 1920, é a primeira fotografia da escultura de Nossa Senhora de Fátima, publicada em *Documentação Crítica de Fátima* III-2, doc. 481. Esta imagem é resultado "da devoção de Gilberto F. Santos, testemunha das primeiras horas; executada em Cedro do Brasil e pintada a óleo".

Estes detalhes, somados, parecem da maior importância para uma leitura simbólica da nova matriz confessional-cultural erguida no ano de 1917. A saber: a existência de um culto anterior na região que agora produzia um conjunto de acontecimentos capazes de uma mobilização popular em seu redor; a necessidade de materialização de uma ideia, com a criação de uma imagem tridimensional que "provasse" a visão não tangível; a apropriação de uma figura mito-fundacional e mito-regeneradora da nação, a Imaculada conceição, associada ao Condestável no período crítico de 1383-85 (indecisão/decisão da independência) e à Restauração no período crítico de 1640 (indecisão/decisão da independência), num novo momento crítico, 1917 (indecisão/decisão da independência), com a declaração de Guerra da Alemanha a Portugal – e a separação do estado e da Igreja. Estes símbolos, aliás, parecem não

[427] Acerca desta e doutras fotocomposições interessantes para o desenvolvimento iconográfico de Fátima, veja-se Borges (1960).
[428] Numa das versões deste quadro aparecem apenas duas meninas e o tronco da árvore.

coincidir mas coabitarem em anéis de crença e utilidade não comuns: a rainha de Portugal, Senhora da Conceição, era um culto que a elite (monárquica, conservadora e mesmo burguesa), cultivava. De acordo com Rocha Martins[429], até a mulher de Afonso Costa era devota da Imaculada, guardando imagens da mesma sobre um altar caseiro. Martins (2008) chega a descrever o assalto à casa do estadista[430] pelos populares, na sequência do golpe de estado de Sidónio Pais e o conteúdo da mesma, arremessado para a rua pelos assaltantes que assim se vingavam, de certo modo, do que achavam ser atribuído a Afonso Costa.

> (...) o povoléu rancorosamente fazia uma fogueira dos móveis que estavam escaqueirados na rua; a chama subia entre gargalhadas. E lembrei-me das fogueiras que as paixões ateiam: tão grandes, tão fortes que tornam duros como grés, cosidos ao seu fogo, os mais sensíveis corações (Martins, 2008, p. 70).

A seis quilómetros da Cova da Iria, ainda na atualidade, no mês de Julho, se presta culto à Senhora da Ortiga, no Cabeço da Ortiga, onde foi construída uma capela em 1758.

Segundo a tradição popular, a mãe de Cristo apareceu, no século XVIII, a uma rapariga muda, a quem pediu uma ovelha do rebanho que guardava. A pastorinha terá então falado pela primeira vez na sua vida - e respondido que não poderia dizer que sim sem a autorização do pai. Chegada a casa, a rapariga contou o sucedido e o pai, ainda de acordo com a tradição, ficou espantado com o facto de a filha falar e terá dito acedido em dar a ovelha à Senhora, que pediu à miúda que se erguesse uma capela no local, o que veio a acontecer em 1758. Quando foi ao local onde a filha disse que tudo aconteceu, encontrou uma imagem, entre as urtigas.

Em 1801, a capela recebeu o jubileu do papa Pio VII, iniciando-se nessa altura as peregrinações.

Ainda hoje, a capela, que fica a poucos quilómetros da igreja matriz de Fátima, recebe, em julho, centenas de pessoas em peregrinação.

Uma longa tradição mito-narrotológica soma acontecimentos semelhantes em Portugal ao longo dos tempos:

António Araújo, num artigo publicado no jornal Público, em 12 de fevereiro de 2017, enumerou as visões marianas em Portugal após os acontecimentos de Fátima (Araújo, 2017).

[429] Francisco José da Rocha Martins ou Rocha Martins, jornalista, historiador e ativista político português, um dos mais prolíficos escritores da primeira metade do século XX. Após a implantação da República Portuguesa manteve-se monárquico liberal, opondo-se ao reconhecimento de Duarte Nuno de Bragança, em nome da fidelidade ao deposto rei D. Manuel II de Portugal.

[430] Situada na Rua Braancamp, à esquina da rua Duque de Palmela 37, num segundo andar (onde há pouco tempo funcionava uma empresa de aluguer de automóveis), de "um prédio cinzento com a sua orla azul e branca de azulejos floridos, persianas corridas, um alpendre de vidro à porta larga" (Martins, 2008, p. 69).

> No ano de 1918, registou-se um caso em Ponte de Sor e outro em Vale do Arco (Tarouca), e outro na ilha de São Miguel, nos Açores.
> Em 1924, "Santa Maria Justa apareceu em sonhos a um pastor de 56 anos, em Escariz, concelho de Arouca" e 13 anos depois, em 1939, deram-se outras visões de pastorinhos, no monte da Lovagueira, em Vila Nova à Coelheira.
> "Que existem 'epidemias de aparições', para usar os termos do investigador José Barreto, autor de ensaios sobre as relações Estado-Igreja e Fátima, é um facto há muito conhecido, porventura em resultado das 'leis da imitação' de que falou o sociólogo Gabriel Tarde", escreveu António Araújo.
> No artigo é igualmente mencionado "o caso de uma leiteira visionária que vislumbrou a Virgem na Cova da Azenha, concelho da Feira, em 1934".
> O "Dicionário de História de Portugal", no suplemento de 1999, refere uma "visão da Virgem por um frade franciscano, na serra de Montejunto, em 1217, registando outros casos em Carnaxide, em 1822, mas também em Baião (1938), Vilar Chão (1946), Asseiceira (1954) ou da Ladeira do Pinheiro (1970-1971). (Araújo, 2017).

Tomem-se como operacionais as palavras do teólogo Edward Schillebeeckx:

> Cristo torna a sua presença ativa de graça visível e palpável entre nós, não diretamente por sua própria corporeidade, mas prolongando, por assim dizer, a sua corporeidade celeste sobre a terra, em formas de manifestações visíveis, que exercem entre nós a ação de seu corpo celeste. São precisamente os sacramentos prolongamento terrestre do "corpo do Senhor". Os sacramentos da Igreja não são coisas, mas encontros de homens sobre a terra com o Homem glorificado, Jesus, mediante uma forma visível. São uma manifestação concreta do ato de salvação celeste de Cristo voltado para nós (Schillebeeckx, 1969).

Segundo E. Schillebeeckx, "quando Deus se nos revela, já temos os quadros necessários para a compreensão da sua revelação" .

Para os crentes há sempre um caminho para Deus, mais ou menos difícil. No estabelecimento do diálogo com a divindade, por mais difícil que o entendam, há suportes periféricos que aquietam as ansiedades e renovam a esperança, que ajudam a esperar o diálogo, mesmo quando tarda. Nessa ótica, os cultos dos santos são fenómenos religiosos e simbólicos apaziguadores, ajudando a estruturar o pensamento – que é mais uma expressão do que uma representação da realidade.

O que escasseia na riqueza da linguagem é multiforme na imaginária do espírito.

Leia-se Aarão de Lacerda: "O pensamento não passa, assim, de um símbolo do mundo externo e o conhecimento tem, consequentemente, um valor simbólico" (Lacerda, 1998, p. 89).

São Tomás prefere falar (Carretero, 1962) de corpo místico ao referir (Iceta, 2004) a realidade Igreja, porque permite, com maior claridade, expressar o conceito pleno da Igreja, como organismo de vida sobrenatural, com a sua funcionalidade e eficácia dos meios institucionais externos, a autoridade, os sacramentos.

Cintra (1969) atribui a Afonso X a composição de "o único cancioneiro religioso medieval galego-português" mariano – as *Cantigas de Santa Maria*, conjunto de quatrocentas vinte e sete composições (em galego-português, do século XIII, a língua fundamental da lírica culta em Castela).

> Cantadas pelos jograis, as gestas eram de difícil memorização, por serem excessivamente longas, além de que nem todos os episódios impressionariam igualmente a imaginação do povo. E em determinada época, talvez na segunda metade do século XIV, enquanto os jograis iam procedendo a novas refundições dos fragmentos desgarrados que mais tarde emocionavam os ouvintes, quer simplificando-os, quer introduzindo episódios de outras gestas ou de lendas entretanto criadas pelo imaginário popular, as canções de gesta serviam também de fonte histórica às crónicas primitivas, pois nelas iam sendo incluídas em versões prosificadas. Assim, nas compilações históricas realizadas por iniciativa de Afonso X, o Sábio, rei de Leão e Castela, e avô materno de Dinis - a General Estoria e a Crónica General de España, ambas redigidas em castelhano (ou seja, em romance castelhano), - foi incluída 'matéria dos poemas épicos de tema histórico ainda então cantados pelos jograis que os iam dando a conhecer de terra em terra', segundo o medievalista Luís Filipe Lindley Cintra. (Ferreira, 1997, p. 28).

Na Idade Média, não encontramos composições dedicadas a Maria na poesia religiosa portuguesa (apenas nas cantigas de romaria). No *Cancioneiro Geral* de Garcia de Resende, há alguma poesia de carácter religioso, como a de Diogo Brandão – contemporâneo do rei João II – que escreve, por ocasião da morte do monarca, evocando a

> Rainha celestial
> Reparo das nossas dores,
> Grandes são os teus louvores

Durante a pesquisa que fizemos, este mesmo hino apareceu-nos, sem referência a autor ou origem, em liturgias a Nossa Senhora e como Hino à Padroeira sugerido pela Ordem dos Padres Carmelitas Descalços de Portugal, Carmo de Aveiro, que o dedicaram[431] em dezembro de 2010, deste modo:

> celebramos a Solenidade da Imaculada Conceição de Maria, a quem D. João IV, o Restaurador, proclamou, em Vila Viçosa no dia 25 de Março de 1646, Padroeira e Rainha de Portugal, como fora deliberado nas Cortes de Lisboa em 1645.

[431] Evocação da Imaculada Conceição de Maria pela Ordem dos Padres Carmelitas em 8 de Dezembro de 2010.

Gil Vicente regista na cultura do século XVI (e exalta) a presença de Maria, por exemplo no *Auto Pastoril Português* – levando à cena, por assim dizer, um hino litúrgico, *O gloriosa domina:*

> Ó gloriosa Senhora do mundo,
> excelsa princesa, do céu e da terra,
> fermosa batalha, de paz e de guerra,
> da santa Trindade, secreto profundo!
> Santa Esperança, ó madre d`amor,
> ama discreta, do filho de Deus,
> filha e madre, do Senhor dos Céus,
> alva do dia, com mais resplandor! (Vicente, 2000).

Para Gil Vicente (Palla, 2003), a presença de Maria é recorrente, na vertente "sagrada" do que escreve, em especial nos autos natalícios. O *Auto Pastoril,* uma "pulha", isto é, uma querela amorosa entre pastores (a guerra pastoril estava presente nas peças natalícias vicentinas e castelhanas dos séculos XV e XVI); representado a D. João III, no Natal de 1523, em Évora. No auto representa-se a adoração dos pastores (como em Lucas 2, 8-20) com a influência dos evangelhos apócrifos. Os pastores da anunciação não são três, mas seis (três pares), aproximando-se assim da realidade, isto é, da vida quotidiana. A cabana é um feixe de lenha e a Virgem, radiando luz, não é uma pessoa, mas uma imagem (Mazouer, 1998; Young, 1912), como se fazia por exemplo, na Catedral Notre-Dame de Rouen – terra natal de Joana d´Arc - na mesma época e para as "pastorais" ali representadas pela época do Natal.

A memória como tema de criação
O caminho árduo das memórias como legado pessoal.

No início destas recordações escritas, e com desejo de garantir uma hereditariedade emocional, o ser para lá do ser que foi pela resistência inscrita das palavras, regista-se a

> **Dedicatória**
> Aos meus filhos
> Adriano João Trigo
> Maria de Lurdes Mendes Trigo
> Maria Ângela Mendes Trigo e
> Maria Graça Mendes Trigo
> Dedico este livro de Memórias
> Sobre o que se passou durante
> A minha vida, para ficar como
> recordação depois do meu falecimento.
> Funchal, 1948
> Tenente de Infantaria (Trigo,1948, p.1).

Quem escreve as suas memórias, percorre o caminha árduo de tentar encontrar-se. Esse é um dos equívocos dos muitos que se prendem com a ideia de identidade. Temos um exemplo enorme: José Mattoso, ímpar figura da nossa cultura, publicou o livro *Identificação de um País. Ensaio sobre as origens de Portugal, 1096-1325* (Mattoso, 1985). Fala de identificação, procura uma visão global de Portugal, afirma que "a nacionalidade é um dado que me define a mim próprio e por isso me interessa, mas não constitui para mim um valor absoluto" (Mattoso, 1985, pp. 19-20) e ainda que o "fenómeno da nacionalidade não se pode ignorar quase se toma um país como unidade de observação" (Mattoso, 1985, p. 19). É esse universo, essa unidade de observação (singular e plural) que nos motivam a interpretar e analisar.

> No mundo realmente invertido, o verdadeiro é um momento do falso. (Debord, 2021, p. 44)[432]

Sente-se um terrível aperto, de angústia, um constrangimento incontrolável, quando se é um leitor sensível e se mergulha, sem objeções ou preconceitos literários ou culturais, no *Ensaio Sobre a Cegueira*, um dos livros mais terríveis e fascinantes do Nobel José Saramago. O próprio autor assim o definiu na apresentação pública da obra, em 1995, três anos antes de receber o Prémio Nobel de Literatura – "francamente terrível!" - sabendo que a escrita e a leitura da obra se fundiram num ato de sofrimento, uma longa tortura que se mantém ao longo

[432] Esta frase resulta de uma outra, de Debord, datada de 1967 e construída sobre uma ideia de Hegel.

de 300 páginas. Fica na memória, é o que podemos dizer, com a ressalva: depende da capacidade que o leitor tenha de se identificar e de reter a recordação da intensidade do que leu, usando-a depois para evocação e continuidade do que começou por ser e se manteve. Talvez o livro de Saramago, em certa medida, seja comparável ao filme *Até ao fim do mundo*, escrito por Michael Almeryda e Peter Carey, realizado por Wim Wenders e considerado por muitos como o filme mais mal-amado do realizador alemão. É aquele que reúne um naipe de vozes excecional[433] numa banda sonora inesquecível (inesquecível, mais uma vez, se as memórias forem capazes de tal proeza) (Wender, 1991) e que é, em certa medida, mais um ensaio sobre a cegueira. "Até ao fim do mundo" é uma odisseia da idade moderna. A história centra-se na tentativa de encontrar a cura para a cegueira de uma mulher, usando um aparelho que permite enviar imagens diretamente para o cérebro, possibilitando assim a visão possível. Traz-nos à memória, perdoe-se a redundância, a frase de Pascoaes:

> Que representa a luz da alma na escuridão? O silêncio que envolve esta pergunta é a própria substância das coisas que nos rodeiam como prolongamentos do nosso ser, esse ponto central do Cosmo, onde tudo acaba e principia e em que tudo se revela e manifesta. (Pascoaes, 1936, p. 205).

Recordamos que a propósito de Pascoaes e da sua escrita, Coelho (1976) afirma que "a biografia, as memórias ou a ficção são as formas simbólicas de que se serve o pensador iluminado", uma frase que tivemos, repetidamente presente, ao longo destas páginas, pelo nexo que faz com o nosso objeto de estudo.

Responderia Fernando Pessoa num dos seus derradeiros poemas, datado de 7 de Setembro de 1935 que: o véu das lágrimas não cega (Pessoa, 1935/1973), talvez as brumas tenham essa capacidade, todavia.

O tema central de *Até ao Fim do Mundo* é a memória e traz para os nossos dias um desafio à inteligência artificial, tão na moda e nos debates quotidianos. O objetivo é o de tratar imagens, previamente digitalizadas, por meio de alta tecnologia, para que uma mulher, cega desde os oito anos de idade, possa ver, ou pelo menos interpretar - como se de imagens se tratasse - registos cromáticos previamente preparados para se tornarem uma memória artificial que lhe permita "ver" os seus entes queridos, passagens de sua vida que antes tinham sido apenas percecionadas e que agora passam a ser vivenciadas de uma forma sensorial mais completa.

[433] Talking Heads, Lou Reed, Elvis Costello, Nick Cave and The Bad Seeds, Patti Smith, U2 e ainda Daniel Lanois.

Ecoam aqui, por nos parecerem a propósito, a vida e os versos de Feliciano de Castilho – tal como António Manuel Trigo foi uma criança com dificuldades de saúde. No seu caso, sofreu de sérios sintomas de tísica, os quais culminaram num tremendo ataque de sarampo que o deixou cego (Ribeiro, 1877). Recorde-se a passagem de um dos seus poemas (Castilho & Pinto, 1853)[434]:

> Hora dos céus, conserva-me.
> No extinto e no porvir.
> Onde os que amei? Sumiram-se.
> Onde o que eu fui? Deixou-me
> Deles, só vãs memórias;
> de mim, só resta um nome
>
> no abismo do pretérito. (Castilho & Pinto, 1853).

A construção, a preservação, a fixação, os inúmeros processos sociais que estão na base de afirmação da memória debatem-se com o esquecimento. Paredes que se erguem e interrogam a sua natureza; obstáculos dispostos que ofuscam as incontáveis imagens do passado; as por vezes frágeis modalidades em que os atos do passado querem perpetuar-se numa cansativa preservação de lembranças e de novos desempenhos que, mais ou menos consistentes, testemunhem outras condutas que procuram eternizar. Por isso a memória entrou nos campos de estudo das ciências sociais– e aqui defendemos que entre como protagonista essencial nos Estudos de Cultura, à imagem de áreas que já a consagram, como a historiografia, a antropologia, a sociologia, a literatura (mesmo a de ficção), o direito, a psicologia.

[434] NOTA: autor mal estudado, Francisco António Norberto dos Santos Pinto, era compositor, com especial eficácia na música teatral, onde percorreu vários géneros (faltou-lhe a ópera) e registou memórias como as parecerias com Castilho e a destacada, *As Três Cidras do amor* (Teatro Nacional D. Maria II).
Lê-se, mantendo a ortografia original, em O *Espectador: Jornal dos Theatros e das Philharmonicas*, série II, n.º 20, 19 de Janeiro de 1851, pp. 153-55: "O que o illustre compositor não quis fazer, por modestia certamente, temos nós a satisfação de estarmos habilitados a poder fazer, preenchendo assim esta lacuna na interessante noticia de tam brilhante carreira artistica. Além de muitas danças instrumentadas pelo Sr. Pinto, para o Theatro de S. Carlos, são originalmente suas as musicas das danças do mesmo teatro: *Adoração do Sol*, *Coroa de Ariadne*, *O Lago das Fadas*, *O Annel*, *Os Cuscos e os Quitos*, *Narciso á fonte*, *Telemaco na Ilha de Calipso*, *As Modistas*, *Emeth*, *Palmyra* [*sic*], *Branca Flor*, a do primeiro acto da Dança *Nabucco*, e differentes bailados e *pas- de-deux*. Para o Theatro de D. Maria II, tem escripto a musica dos bailes: *O Boleto*, *O Hymineu de Tedide e Cloe*; a dos bailados do *Alcaide de Faro*, *Templo de Salomão*, *Conde de Sancta Helena*, *Extrangeirado*, *Mineiro de Cascaes* etc. e a do canto das mesmas peças, e d'outras muitas: *Degolação dos Innocentes¸ Rainha e Aventureira*, *Carlos ou a Familia do Avarento*, *Alfageme de Santarem*, *Baille de Criado*, *Tres Cidras do Amor*, *Diabo-a-quatro*, *Amores d'um fidalgo*; innumeraveis coros para outras peças, a Ode-symphonia *A manhan de um bello dia*, e ultimamente a engraçada opera-comica *A Casa-mysteriosa.* […]"

Lemos que "a memória recolhe os incontáveis fenómenos da nossa existência em um todo unitário; não fosse a força unificadora da memória, a nossa consciência estilhaçar-se-ia em tantos fragmentos quantos os segundos já vividos" (Hering, 1920).

Seria, nesta ótica, uma profusão incomportável. Quem sobreviveria a recordar todos os segundos já vividos? Pensamos que memória e esquecimento conferem a capacidade pluridisciplinar do objeto de investigação mais dinâmico: aquele que assenta sobre o ser humano e as suas características próprias. A nós interessam-nos as culturais, as que fazem do animal humano o ser humano e o distancia da natureza de onde parte para criar. O ser cultural, afinal o que tem a consciência das obrigações éticas para com os outros, talvez para os crentes o que Tomás de Aquino, ou Calvino, interpretaram com o desenvolvimento do conceito de *Imago Dei*, o ser criado à imagem de [um] Deus, entidade, conceito, o qual interrogamos quotidianamente sobre as suas capacidades potenciais de memória e de olvido na relação que tem com o ser criado, isto é, com cada um de nós.

Recorde-se um momento ímpar da cultura literária portuguesa, produzido sobre um caso real no fim da década de 1990. O livro de José Cardoso Pires escrito sobre o acidente vascular cerebral que o levou a um estado de coma e à obliteração, felizmente provisória, das suas capacidades culturais. O processo de afasia equivale, segundo definição médica, [435]a "um distúrbio da comunicação que interfere na capacidade de processamento da linguagem, prejudicando a capacidade de falar e de compreender." Age sobre a memória, impede a recordação, cria um não lugar no que devia ser o universo ativo a que vulgarmente se chama identidade. Anula dimensões sociais e sobretudo pessoais. Está perto da sintomatologia de uma das doenças do século, o Alzheimer, o tipo de demência mais comum na atualidade, que significa a manifestação de uma alteração neurológica que causa perda de memória e declínio cognitivo progressivos.[436]

> Sem memória esvai-se o presente que simultaneamente já é passado morto. Perde-se a vida anterior. E a interior, bem entendido, porque sem referências do passado morrem os afetos e os laços sentimentais. E a noção do tempo que relaciona as imagens do passado e que lhes dá a luz e o tom que as datam e as tornam significantes, também isso. Verdade, também isso se perde porque a memória, aprendi por mim, é indispensável para que o tempo não só possa ser medido como sentido. Assim, ao ver o meu Outro eu a pentear-se com uma escova de dentes num quarto de hospital (conforme me contaram depois) pergunto-me quantas vezes lhe aconteceu aquilo e logo de instante vejo uma enfermeira a aparecer-lhe por trás e a trocar-lhe a escova pelo pente, sem um comentário, sem uma palavra sequer, pura e simplesmente na prática de quem

[435] Cf. https://www.cuf.pt/saude-a-z/afasia.
[436] Cf. https://www.cuf.pt/saude-a-z/alzheimer

> executa uma rotina. E ele a obedecer-lhe sem a menor resistência, ele como que a cumprir a parte que lhe compete nessa rotina. (Pires, 1997, p. 25)

Quem escreve as suas memórias dialoga consigo: enfrenta o Eu e o que imagina que ele é, no que acumulou e que irá partilhar com o outro. "O Eu – diz-nos Maria Zambrano – não anda sozinho. Atrai um cortejo de vivências. O seu lugar é o vazio. Mas este vazio está rodeado de vivências, umas mais próximas que outras (Zambrano, 1994).

A memória individual existe na razão direta de quem viveu e de quem recorda o que viveu numa maior ou menor dependência do contexto em que produziu as suas recordações. Não pode ser divorciada do seu peso cultural e naturalmente não pode ser afastada dos seus contornos sociais. É esse somatório em que se torna, no seu todo, o sujeito e o seu universo de construção sociocultural. Por isso, essa mesma memória tem uma configuração cultural e por isso mesmo tende à infinitude, impossível de ser independente ou de descurar quaisquer aspetos da vida mental, da consciência, dos universos culturais onde se identificam provisoriamente os indivíduos independentes e autónomos e os indivíduos dependentes e plurais, integrados nos mais diversos grupos onde se reveem, mesmo que em tempo mais ou menos limitado, pois o tempo presente toma o não definitivo como certeza. A memória tenta sobreviver aos seus operadores fundamentais: o que a constrói; a distância entre o que relatou e que mais tarde evoca; a personalidade de quem a gera; os referenciais que a sustentam; o que há de suficiente ou de insuficiente na construção de conjunto do que quer recordar/perpetuar.

Na atualidade, o nomadismo digital (que é um intercâmbio cultural) é uma certeza, e começa no nomadismo corporal (nomadismo porque o corpo, antes habitáculo inalterável, quase sacro, não se considera agora habitação fixa, e não hesita em impor-se mudanças e melhoramentos, muitos em nome de uma nova cruzada, a estética, outros na perseguição da velha utopia da eternidade e das aparentes vantagens da infinitude). Esse é o sinal mais contraditório do que seria antes aceite, com passividade, como identidade, conceito débil repita-se, e a aceitação profícua de que o ser humano deve ser considerado um cidadão do mundo (o "cosmopolita") e não um número mecanográfico, estatístico, passivo de um Estado em particular. Isso levanta um conjunto de questões que, extraídas do cultural, recaem sobre a revisão de conceitos como os de Ética, Lei e Democracia. É que esta ideia tem relação direta com outra, a de um cosmopolitismo crítico, essência em crescendo para o fortalecimento de um conceito de "cidadania cosmopolita transfronteiriça". Trata-se de um passo em frente no modo de lidar com a teoria tradicional da cidadania e da representação. A diferença reside, por exemplo, na ausência de um referencial territorial e por prescindir da "autorização" para estar, agir, recriar, ao gosto de Sócrates no séc. V. a.C.: não sou ateniense nem grego, mas um cidadão

do mundo. O triunfo do global, que parecia a meta antes do regresso recente de populismos, extremismos e prioridades locais.

O corpo é um centro de ação. Hoje, muda-se a cor dos cabelos, a cor dos olhos, o pigmento de pele - pele que, tal como as paredes urbanas, é uma tela para transformações, exibições, exaltações e confrontos; alteram-se estruturas dessa mesma pele (a escarificação, vinda de etnias aparentemente circunscritas à sua geografia, é mais um exemplo do transcultural, da migração dos padrões contemporâneos de beleza e simbologia humanas; outro tanto se pode aplicar à generalização das tatuagens, antes um ato crítico social cultural, hoje uma banalização massificada; um pouco como os piercings que de tradições remotas, usados para sublinhar cerimónias, carregadas de simbolismos, com conotações espirituais, sexuais, estéticas e de rituais de passagem e de iniciação, hoje são ornamento comum e sem significado de grande monta; ou ainda a mais recente utilização do desbridamento[437] como apontamento de arte viva). Já não é excecional o recurso à transgenitalização ou neofaloplastia, cirurgia para a redesignação sexual. Há também situações que levantam muitas questões éticas, culturais e outras, como o registo de indivíduos que nascem com partes de genitais dos dois sexos: testículos, ovário, pénis e vagina, combinados das mais diversas formas ou em dimensões incomuns. Os registos médicos sugerem nove tipos diferentes de alterações anatómicas. O corpo como centro de ação não estabiliza nenhum tipo de identidade, pelo contrário, acolhe a diversidade, executando-o de acordo com as circunstâncias.

Oportuno citar Maalouf, para meditação sobre o que diz e o que se disse acima: "A identidade de uma pessoa não é uma justaposição de pertenças autónomas, não é uma manta de retalhos, é um desenho na pele esticada. Que apenas uma pertença seja tocada, e é toda a pessoa que vibra" (Maalouf, 2023, p. 31).

Existem pessoas que nascem sem impressões digitais – trata-se de uma rara doença genética, um transtorno, uma desordem, a adermatoglifia que alguns marginais procuraram imitar recorrendo aos métodos mais bizarros – e há até quem seja conhecido por não ter a (aparentemente) universal cicatriz do umbigo, como a manequim chéquia Karolina Kurkova. Há ainda a certeza de que "a própria escrita *esconde* a língua: não é um traje, mas um disfarce" (Saussure, 1991, p. 40).

Na atualidade, é comum fazerem-se cirurgias de redesignação sexual. São bem vulgares as alterações ósseas voluntárias – os hospitais oferecem vulgarmente serviço completo de

[437] Desbridamento é, em medicina e enfermagem, a remoção de tecidos desvitalizados para preparar o leito da ferida para uma cobertura definitiva.

"cirurgia plástica, reconstitutiva e estética, com tratamento e modificação cirúrgica de deformidades ósseas e dérmicas, anexos e partes moles do corpo e até das estruturas nervosas e músculo esqueléticas, abrangendo aspetos estéticos, morfológicos e funcionais"[438].

Acresce a tecnologia, que evoluiu para as sofisticações mais perfeitas como o muito popular Photoshop, ou os seus alternativos e similares aplicativos informáticos de edição de fotos e de imagens de vídeo, uma ferramenta capaz de alterar sucessivamente uma imagem base, tornando o Eu num Outro, sem semelhança ou ligação.

Podemos aceitar como identidade a presença velada de uma mulher islâmica, mesmo entendendo as variantes simbólicas da burka, do niqab, do chador, da al-amira, ou da Shayla formas da Hiyab, palavra que quer dizer cobertura ou roupa que tape o corpo das mulheres? E as máscaras sanitárias usadas em período de pandemia, que relação têm com a personalidade das pessoas que as usaram?

Cada indivíduo pode mudar de acordo com a atualização dos seus desejos e capacidades, apetências e convicções. De acordo com subordinações e insubordinações, na relação direta com questões morais, éticas, culturais, económicas, políticas, ideológicas, religiosas, sociais, de mentalidades.

Remete-nos o conceito (e a defesa do que entendemos nele de debilidade), à velha argumentação filosófica do paradoxo do navio de Teseu (Blackburn, 2016), que sugere a ideia de uma *identidade* ao longo do tempo. Plutarco, no seu *"Vidas Paralelas",* conta como Teseu tinha partido de Atenas, numa galeota de trinta remos, para libertar o povo grego do Minotauro (personagem da mitologia grega que, para os gregos antigos, era uma criatura com cabeça de touro e corpo de homem. Ovídio, autor romano, descreve-o simplesmente como "parte homem e parte touro".

Após o regresso bem-sucedido a Atenas, os atenienses preservaram a galeota, símbolo do grande feito. Durante um período de nove séculos tiveram-na à sua guarda, apesar do desgaste do tempo, que contrariaram substituindo uma a uma as suas velhas peças de madeira, à medida que estas iam apodrecendo.

A descrição de Plutarco levou filósofos, da antiguidade à modernidade, a questionar-se sobre a identidade do navio de Teseu. Este navio, cujas peças originais foram totalmente substituídas, continua a ser o mesmo o navio? Estará o navio de Teseu em concordância com Heráclito, quando este diz que não entramos duas vezes no mesmo rio, uma vez que o rio já

[438] Ver oferta de serviços do Hospital da Luz, por exemplo. https://www.hospitaldaluz.pt/pt/especialidades/cirurgia-plastica-reconstrutiva-e-estetica#tabp-0.

não é o mesmo, assim como nós somos diferentes sempre que, em alturas diferentes, mergulhamos no mesmo rio? Ou com Séneca, quando afirma que ninguém é o mesmo na velhice que era na juventude, que ninguém é o mesmo de manhã que era no dia anterior? A identidade, diríamos, é uma perigosa convenção.

O rapazinho que sofria de um tumor no ouvido e que passou tempos difíceis com difteria, tornou-se o oficial de infantaria António Manuel Trigo, com novas vivências para o reforço de uma nova entidade, com um novo preenchimento do seu universo autónomo e apto para as mudanças. Talvez as suas *Memórias* fossem o desejo de uma construção identitária, mas não cremos que assim seja. Cada ente é um somatório – um universo de multiplicidades – que está em permanente construção, com a ajuda ou a exclusão dos outros.

David Le Breton[439], define o corpo como o lugar do contato privilegiado com o mundo, e diz que o mesmo está sob a luz dos holofotes (Breton, 2007). É ele também quem nos introduz na escrita do norte-americano Russel Banks (escritor recentemente falecido[440]), que ilustra o tema que nos ocupa nesta passagem:

> Sentia-me muito bem, como se fosse uma pessoa totalmente nova com um novo nome e até mesmo um novo corpo. A minha velha identidade, de Chappie, não estava morta, mas tinha-se tornado um segredo. Uma tatuagem faz este tipo de coisa: faz pensar no vosso corpo como num fato especial que podem vestir ou despir cada vez que o desejarem (Banks, 1999).

Parece faltar ao personagem de Banks a autoconsciência de que um corpo tatuado não passa a ter um fato especial que se pode despir sempre que assim o desejar, mas aquisição de um novo modelo de imagem que só poderá ser alterado com um novo tipo de imagem (até ao limite que arte, técnica e saúde assim o permitirem.

Russell Banks, em entrevista à revista Madame Figaro[441], assinada pela romancista francesa de origem vietnamita Minh Tran Huy, descreve o jovem Kid, a sua personagem principal, num percurso de vida que é uma verdadeira descida aos infernos: um jovem delinquente sexual, com uma pulseira eletrónica no tornozelo, figura errante numa cidade da Florida, num percurso avassalador, que se cruza com a vida não menos avassaladora do Professor, figura marcada pela obesidade. De acordo com o autor, Kid e Professor perderam "a memória da pele". Essa amnésia física ilustra a ideia de que perdemos o contacto com os nossos corpos e com os dos outros (sobretudo devido ao triunfo do infografismo ao serviço do

[439] David Le Breton é professor de Sociologia na Universidade de Strasbourg II e membro do laboratório "Culturas e sociedades na Europa".

[440] Russel Earl Banks morreu em7 de janeiro de 2023, deixando uma obra importante, de ficção, não ficção e poesia, destacando-se a força dos seus temas e personagens, frequentemente marginais ou marginalizados.

[441] Entrevista publicada em 17 de abril de 2012,

indivíduo, à Internet, à digitalização desenfreada e à virtualização generalizada. A obesidade, que invadiu a América durante os últimos decénios, é também um fenómeno cultural. Estamos física e sensualmente isolados de nós mesmos e dos outros. Em meio século, o país mudou profundamente e a população perdeu a memória das coisas mais simples. Esta visão dos corpos tatuados – que nasceram como irreverência e protesto e que acabaram como banalização de mais um elemento cultural massificado – parece contrariar o desejo singular de criar uma identidade através de uma marca. Pensar o corpo como um fato especial não deixa de ser uma contradição, se a indumentária é uma pintura na pele, cobertura definitiva que não se pode vestir e despir sempre que assim se deseje. É um elemento cultural que se contradiz. O ser que ao procurar ser "outro" apenas transpõe o que era para o que passou a ser. Ao ser "outro" regressa ao ponto de partida.

A ideia da mutação instalou-se no eixo da representação individual, que apenas com grande dificuldade reclamará para si uma ´identidade´, já que a recusa a cada passo. Um processo de desenvolvimento pós-embrionário, uma metamorfose, parece estar ao alcance dos recursos e de quem pode dominá-los e usufruí-los. Isso devolve ao ser humano a proximidade com o mundo natural, de onde veio e do qual, aparentemente, se afastou na longa caminhada da civilização, essa sim, o verdadeiro desafio da metamorfose humana. Esta etapa do evolucionismo (não no sentido darwinista ou da antropologia do final do séc XIX, mas num sentido estrito da evolução para nova etapa civilizacional) parece de certa forma uma involução. Se o Antropoceno surgiu com o *homo sapiens* parece ter tendência a desaparecer com o homo *ludens*, que acabou por brincar com a sua imagem, a sua sorte, a sua continuidade– parece que simplesmente vai deixá-lo desaparecer. É o caminho da não memória, do esquecimento, aquele que foi percorrido até ao desgaste perigoso do clima, dos recursos, da vida sobre a Terra. Ainda não há um nome para o ser humano do futuro, pois nem sabemos se existirá um ser humano do futuro. Podemos apenas sopesar todo o processo subjetivo que é a expressão humana – e essa, sabemos, é cultural. Sabemos, para já, também, que o nome próprio de cada ser humano, um signo identitário ou de indigitação que nos era fornecido logo ou quase logo à nascença como representação do Eu, pode ser alterado; as ideias, as convicções, a mentalidade, as absorções de outras culturas, ficam connosco como coisa nova, assimilável e adotada, reciclando-se ao ritmo da sucessão dos dias. Os nossos universos próprios oscilam e mudam continuadamente. Podemos fazê-los mudar voluntariamente, ou sentir a sua mudança involuntariamente. Repare-se numa lista que resumimos: Agatha Christie, Alberto Caeiro, António Gedeão, Egas Moniz, Elena Ferrante, Eugénio de Andrade, George Sand, George Orwell, Isaac Asimov, Jane Austen, José Luandino Vieira, Joseph Conrad, José Régio, Júlio

Dinis, Karen Blixen, Lenin, Lewis Carroll, Luzia[442], Mariotte, Mark Twain, Mary Shelley, "Mia" Couto, Miguel Torga, Maximo Gorki, Ondjaki, Pablo Neruda, Pepetela, Ricardo Reis, Romain Gary, Sampaio "Bruno", Stan Lee, Sthendal, Sylvia Plath, Teixeira de Pascoaes, Trotsky, Voltaire, Woody Allen, não são quem parecem ser, mas representações de alguém que delegou num pseudónimo a sua criatividade e preferiu o anonimato ou um segundo plano. Resultam em fortes indigitações, abandonos do nome civil que cumprem passagens de testemunhos para os seus nomes de ação quotidiana[443]. São escolhas que identificam, mas não são identidades nem são identificadas. O que dizer do país onde se nasce e que recusa a manter a identificação que ostentava? A Holanda oficializou o nome de Países Baixo, para integrar assim 12 províncias do país – apenas duas ficaram com a designação de Holanda. A Turquia-Turkey é agora Türkiye, alegando o país, nas Nações Unidas, que tinha de distinguir-se da ave, o peru, que em inglês se escreve Turkey. Não sabemos as intenções do Peru, país da América Latina, que numa das línguas mais faladas do mundo, a portuguesa, é a palavra para a mesma ave (e outro tanto se passa em castelhano). A fila é longa: Pérsia é, desde 1935, Irão. O Ceilão, nome que usava quando era colónia portuguesa, passou a Sri Lanka. Foi, com esse nome, colónia holandesa e inglesa e em 1972, tornando-se, muito antes, independente (exatamente no ano em que António Manuel Trigo tornou definitivas as suas memórias, 1948) adotou um novo nome. Só em 2011 suprimiu as últimas referências a Ceilão nos documentos oficiais. Há ainda os casos de Burma ou Birmânia que passou a Myanmar em 1989, tendo já sido, muito tempo antes, Mijanma. O Reino da Suazilândia passou a Essuatíni, o Sião para Tailândia. O que diria Franz Kafka ao constatar que a terra onde nasceu, pertencente ao império austro-húngaro, a Boémia (deriva do latim Boiohaemum, que significa "casa do Boii", antiga tribo celta que viveu na Eslováquia), está hoje integrada na Chéquia, que já foi República Checa, e Checoslováquia? Alguns destes países constroem as suas memórias sobre uma cartografia perdida no tempo, com experiências delimitadas por fronteiras fantasmas (a partir de uma análise nascida no âmbito geográfico, é permitido explicar o comportamento, não através de identidades ou de mentalidades, mas, através de convenções locais mais ou menos estáveis: "aqui dizemos

[442] Pseudónimo de Luísa Susana Grande de Freitas Lomelino, cuja livro "Os que se divertem (A comédia da vida)", publicado em 1920, foi reeditado recentemente, em 2018, pela Imprensa Académica, do Funchal. A autora foi, ainda criança, viver para a Madeira, com o pai. Ali cresceu e para onde voltou já depois de adulta, mais precisamente para o Jardim do Mar, tendo vivido no solar da Nossa Senhora da Piedade, lugar que inspirou o seu imaginário literário, presente em várias das suas obras.

[443] Era possível acrescentar muitos outros nomes a esta lista, mas fiquemo-nos apenas por Miguel Real, pseudónimo literário do respeitado ensaísta e professor de filosofia Luís Martins.

assim". É um novo pensamento sobre diferenças culturais).[444] Procuram pontos originais, embriões da sua memória histórica, e reagem a olhares contemporâneos ajustados a uma leitura fragmentada do mundo, resistente a análises agregadas a nível regional de entidades geoculturais que constatam, em primeiro lugar que o global é a nova memória que impera sobre o local; que não há uma superioridade regional (o Ocidente como centro e supremacia, a América como centro do desenvolvimento, a Rússia como potência imbatível, a China como a nova casa forte do capitalismo e do progresso) nem ideias de centro e de periferia. Não há pureza original, mas hibridização. A mestiçagem de um mundo múltiplo, conectado à escala planetária, que não depende nem veicula como essenciais as suas referências biológicas, mas as suas aceitações e integrações culturais, torna-nos capazes de nos libertarmos de qualquer essencialismo cultural.

"Há uma vivacidade expressiva que ilumina todos os gestos" (Steiner, 2012, p. 66).

As propriedades essenciais que todos temos, algumas básicas e triviais, não nos definem, porque não somos unidades identitárias, mas preconceitos. Há autores, pelo contrário, que defendem (Candau, 1998, 2013) que não há lugar para distinguir memória e identidade, de tal forma as duas noções estão ligadas. Quine (1977, p. 138) afirma mesmo que [a memória] "define o nosso ser e modela a nossa forma de nos comportarmos".

A perda de memória é uma perda de nós, de parte de nós, ou de uma parte do que afinal tínhamos acumulado como preconceitos de vida?

Antze e Lambek (1996) editam um estudo onde se defende que a Memória pode, ao mesmo tempo, vir a reforçar (no caso da recordação) e arrasar (no caso do esquecimento), o sentimento da nossa identidade. Quando a nossa Memória se torna irremediavelmente falível em caso de perturbações mnésicas severas associadas a doenças neurodegenerativas (como Alzheimer, Hunginton, Parkinson), a amnésia crescente do sujeito, é então acompanhada de uma perda de identidade pessoal e, claro está das recordações autobiográficas sobre as quais se apoia a construção desta identidade.

[444] Para o conceito de "fronteiras fantasmas" ver, por todos, a obra da diretora de pesquisa do CNRS no laboratório de Geografia-cidades. É também diretora-adjunta do Centro Marc Bloch de Berlim. Legível, por exemplo em Kirschhausen (2023) e Mezzadara (2019).

Quando refere os conceitos de *confim* e de *fronteira.* Em especial a *Nota de Rodapé* da página 122 que faz incidir o foco destas ideias na nossa contemporaneidade:

Retomar e valorizar do ponto de vista conceptual, a distinção entre fronteira e limite não deve, em todo o caso, impedir-nos de sublinhar criticamente a forma como a ideia de um espaço de fronteira se está a tornar uma das pedras angulares do regime de controlo policial dos limites contra refugiados. E imigrantes, veja-se neste sentido, Dietrich 2000, especialmente páginas 131 a135.

Mezzadara (2019) remete-nos assim para Dietrich (2000).

"Tudo o que ameaça a Memória provoca o pânico", escreveu Todorov (1995, p. 112). A distância a que que possamos estar nos nossos dias das sequências temporais, não querendo saber o que virá depois, ignorando o futuro ou preparando mal o mesmo futuro, não tendo consciência *a priori* do encadeamento das sequências temporais com significação, faz com que hoje não se possa acreditar que não possa haver Memória sem identidade, porque a conexão dos estados sucessivos que o sujeito conhece é um acúmulo impossível. Os seres não têm consciência de que este encadeamento de sequências temporais pode ter uma significação.

George Orwell (pseudónimo) foi até ao extremo de num dos seus primeiros romances (Orwell, 2008), cuja história narra a vida de Flory, um funcionário público, infeliz, que mora durante a época colonial britânica na Birmânia (atual Mianmar), de 1920. Flory tem uma marca de nascença no rosto, é por ela que é conhecido e não por ser quem é, com o nome que tem, ou com os sentimentos que o movem. A marca de nascença no rosto de Flory sempre o fizera sentir-se *outro*, tornando-o incapaz de ser quem é.

Na realidade, sentimo-nos como outros, quando aceitamos o nome por que somos conhecidos. Esse Outro torna-se Nós, um Eu por aceitação e habituação, a menos que o recusemos (trocando de nome, adquirindo uma alcunha, assumindo um diminutivo, vivendo sob a capa protetora de um pseudónimo). E vivemos em estado de desconhecimento, do que somos para lá das marcas (na cara, como Flory, ou outras que temos ou que vamos acumulando, pintando, tatuando, interpretando).

O livro de Orwell remete-nos para outro, mais recente, igualmente determinante: *A Mancha Humana,* de Roth (2004) onde, após uma leitura atenta, fica em cima da mesa a discussão: o direito defende-nos? Podemos redefinir quem somos, livre e legalmente? Sob a discriminação – que pode atacar-nos em várias frentes, com argumentos de diferença, seja raça, sexo, ideologia, atitude social, qualquer tipo de assédio que nos limite o direito à fuga? ("A fuga, enquanto teoria política, foi sempre encarada com suspeição", diz-nos Mezzadra (2019)). Estaremos condenados ao nomadismo migrante, ao destino de todos os acossados, perante a interdição de nos *reidentificarmos*? Diz Roth, nest´*A Mancha Humana*: "Ninguém sabe a verdade de uma pessoa, e com muita frequência a própria pessoa menos do que as outras."

Será lícito esperar por um programa de proteção de testemunhas – comos tantas vezes se vê em filmes e séries? E é expectável um programa de proteção das vítimas? E em ambos podemos refletir quem queremos ser para deixarmos de ser o que deixámos para trás?

Afinal, o que (nos) identifica? Alguma coisa nos identifica?

Não conhecemos símbolos menores, dificilmente os reconhecemos e desconhecemos os símbolos maiores (a bandeira, que não sabemos descrever ou explicar na sua simbólica mais

ou menos complexa; o hino, de que não entendemos a letra que não decoramos de uma ponta à outra; a língua, hoje um aparelho vivo, neológico, mescla efervescente da cultura pós-colonial, instrumento de receção e de integração, mosaico de culturas e de proveniências geográficas, muito para lá da forma (um acordo ortográfico não faz uma língua, é evidente) mas povoada de conteúdos, também deixou de ser registo indiscutível do constructo desejavelmente identitário. Podemos acrescentar que sentimos o mesmo perante as estruturas de crença, na atualidade tão mutáveis, que não garantem, como outrora o faziam, a definição do indivíduo, só ou no seu grupo de relacionamentos.

Detemo-nos nas palavras de Fukuyama (2018):

> Os novos movimentos sociais que surgiram nos anos 1960 apareceram em sociedades já preparadas para pensar em termos de identidade e cujas instituições já tinham assumido a missão terapêutica de elevar a autoestima das pessoas. Até aos anos 1960, a preocupação com a identidade tinha sido em larga medida domínio dos que queriam realizar as suas intenções. (Fukuyama, 2018, pp. 130-131).

Numa mesma família, por exemplo, coabitam os universos culturais mais distintos: mesmo que pareça improvável, num núcleo específico há, ou pode aceitar-se haver, pessoas de várias religiões ou de religião nenhuma, de partidos e ideologias políticas diferentes, com traços identitários dissemelhantes e o mesmo se passa a níveis menos poderosos como as opções de gosto corporativos, desportivos, literários, cinematográficos, musicais, estéticos, gastronómicos, outros. Em última análise, a memória dos universos culturais que nos definem, individual e coletivamente, é uma construção e uma oposição. Constrói o que mobiliza as nossas opções culturais e opõe-se a outras memórias que não desejamos como nossas. Em último recurso, pode dar-se uma assimilação da memória alheia. Essa dupla condição de construtora e opositora, faz da memória uma noção incompatível com o que comummente é aceite por identidade: um sentimento de pertença e de propriedade, nunca definitivo.

Quando falamos de cultura falamos de uma ideia genérica, atribuída à fruição de muitos universos culturais em presença, partes bem distintas de um todo, com a sua diversidade de opções complexas, a que, por convenção, se entende chamar "identidades". Há, assim, pontos que se encontram nessas esferas autónomas. Um registo gráfico mostrar-nos-ia *isolinhas* – termo que pedimos emprestado ao léxico da Geografia, que designa as curvas que conectam os pontos em que a função tem um mesmo valor constante –, *isolinhas* (linhas de contorno, curvas de contorno ou linhas de mesmo valor) portanto, de características culturais comuns entre seres diversificados em presença, mesmo virtual, tocando-se essas curvas em pontos

convergentes que, nessa coabitação, formam um resultado que é sempre multicultural e por vezes, mais dificilmente, intercultural pela força que representa tantas vezes a autoexclusão social dentro das culturas (no sentido de características específicas de um certo grupo de indivíduos).

Assim, ao falarmos de cultura falamos prioritariamente (e mais rigorosamente) de universos culturais em coabitação, até pelo que a cultura contém espontaneamente de heterogéneo e de diverso, de produção, promoção e revitalização. Regeneração cultural e, é claro, social.

Os universos culturais que nos distinguem são pródigos em diferenças, não só porque são plurais – o multicultural é sempre a composição final de um imenso agrupamento de diferenças – mas também porque traduzem graus de complexidade diferentes, o que resulta em relações socioculturais desiguais e universos socioculturais dominantes ou conflituantes. Custa-nos assim aceitar designações como as de identidade, identidade social, identidade cultural, ou identidades sociais, pois são sempre conceitos assentes em generalizações, erguidos sobre exemplos bem mais complexos e onde a diversidade impede normalmente uma identificação absoluta. Daí reforçar a nossa tese de que a memória individual é um dos atributos encontrados nos universos culturais individuais de quem as sintetizou e fixou ou inscreveu; e a memória coletiva resulta dos traços comuns, dos pontos de encontro – das *isolinhas* – de muitos universos individuais, com interpretações diferenciadas para acontecimentos comuns a testemunhas e testemunhos diferentes.

É extremamente difícil aceitar também, pelo menos pacificamente, a ideia de uma identidade europeia (Pecora, 2001). A Europa não tem memórias comuns, é um conglomerado, um conjunto de grânulos, as pequenas e as grandes nações, cujo conteúdo tem regiões heterogéneas e muito diversificadas. Uma manta de retalhos – *patchwork* de culturas. É uma convenção geográfica onde os grupos humanos dificilmente se conhecem, reconhecem ou apontam, entre si, localizando-se num mapa ou num globo. Etnias, região, religiões, línguas, géneros, culturas, impedem um reconhecimento do identitário. Aceitar esse formato é contribuir para a exclusão de segmentos importantes não reconhecidos por quem definiu o que é, ou não, identitário. Mais do que multicultura, o mundo hoje é miscigenação. Para lá dos elementos constituintes daquilo que se observa, se admira, está a imagem que só no seu todo faz sentido e só no seu todo se vai formando. O mesmo se coloca ao referir uma identidade nacional, simplesmente porque "no dealbar do século XIX, as nações ainda não têm história", como bem adverte Thiesse (2000). Interessa-nos ainda, em matéria de estudos culturais, quando a autora observa que

> é um género literário tão recente quanto a ideia de nação, o romance, que vai simultaneamente servir de modelo narrativo para as primeiras elaborações engenhosas das histórias nacionais e de formidável vetor de difusão de uma visão nova do passado (Thiesse, 2000, p. 133).

O que seria da nossa Europa sem as preocupações de Walter Scott, em cujos romances se encenam arrebatadas problemáticas de identidade?

Quer nas retoricas nacionalistas, quer nas representações turísticas (para as quais é fundamental valorizar certos momentos da tradição e alguns exemplares do património), o usufruto da memória coletiva é criado e condicionado pela necessidade de justificar narrativas ideológicas e culturais, e pela urgência de fundamentar as normas e os estereótipos que alegadamente caraterizam uma determinada região ou nação, ou um dado destino turístico.

"A memória é a mais épica de todas as faculdades" (Benjamin, 1985, p. 210).

Aduzimos a esta ideia de cultura e das formas que a identificam e com as quais nos identificamos, ou não, as convicções de Terry Eagleton no seu livro *A Ideia de Cultura*:

> embora seja atualmente moda encarar a natureza como um derivado da cultura, de um ponto de vista etimológico cultura é um conceito que deriva da natureza. Um dos seus significados originários é "lavoura", ou ocupação com o crescimento natural. O mesmo pode igualmente afirmar-se das palavras que utilizamos na linguagem jurídica, bem como de termos como "capital", "ação", "pecuniário" e "esterlina". A palavra coulter, que é cognata de "cultura", significa a lâmina do arado. Derivámos, assim, a palavra que utilizamos para descrever as mais elevadas atividades humanas, do trabalho e da agricultura, das colheitas e do cultivo. Francis Bacon escreve sobre "a cultura e o adubamento das mentes", numa sugestiva hesitação entre estrume e distinção mental. Neste sentido, "cultura" significa uma atividade, e passar-se-ia ainda muito tempo até designar uma entidade. E, ainda assim, não foi provavelmente senão com Matthew Arnold que a palavra deixou cair adjetivos como "moral" e "intelectual", para ser apenas "cultura", em si mesma uma abstração (Eagleton, 2003, p. 11).

Não deixando de aceitar que a memória é, na sua origem, um ato eminentemente individual, todavia não necessariamente identitário como por vezes pode parecer, pois trata-se de uma vontade (voluntária ou involuntária) de interpretar e reconstruir o passado. É uma abstração cultural?

Analisamos nessa perspetiva o percurso efetuado, das experiências individuais às experiências coletivas, encontrado nas *Memórias* de António Manuel Trigo – e como são essas sintetizações de vida, as suas memórias, o resultado de um dedicado labor de colecionista, revelando um colecionador intencional do que a si dizia mais respeito, pelo que foi guardando pelo caminho de vida algumas peças que considera importantes para o seu legado. Depois,

chegada a hora de (se) contar, António Manuel decide equilibrar no mesmo espaço – os seus cadernos manuscritos - o que em todas as vidas, em todos os percursos individuais dotados de autoconsciência - procurando recordar de forma escrita, oral, monumental, arqueológica, digital uma vivência passada reclamando-a presente para usos tão diferentes quanto a legitimação, a reinterpretação, a reescrita do passado, a manutenção do mesmo, o descobrimento para aviso do futuro, o consumo turístico, cultural ou lúdico -, se considera importante: as manifestações que, nos desequilíbrios, se façam excecionais ou que se queiram registar como únicas.

Se o texto, regra geral, é uma unidade de análise, o texto memorialístico depende do diálogo plural entre escolhas: o que se quis recordar, a forma como se recordou e finalmente como se dá a recordar.

A memória – característica a um mesmo tempo tentativa fundamental do duradouro e a condenação efémera de cada momento registado – é o que fica dos vestígios materiais e imateriais da presença, em especial da presença humana e das formas como alcança ou intenta perdurar.

Registar memórias é uma opção imposta por uma das reações naturais do nosso corpo e que faz parte do instinto de sobrevivência: o medo.

O medo ocorre na memória, justifica-a: medo de perder o acontecimento prazeroso; medo de repetir o acontecimento traumatizante; medo de perder o momento valorizado; medo de esquecer o momento alcançado; medo de perder a ideia de uma grandeza fundadora; medo de não ser reconhecido pelos vindouros.

Imagine-se o trilho percorrido pelo medo na altura em que a memória foi substituída pelo atrevimento tecnológico e científico: foi quando o mundo ocidental começou a ouvir vozes que negavam os deuses, os cânticos dos anjos, as explicações memorialísticas assentes em entidades transcendentes. Copérnico, Descartes, Espinosa, Galileu, Giordano Bruno, Kepler, Leibniz, Nicolau de Cusa, Newton, a lista dos empreendedores não parou de surpreender o mundo, até então unido pela memória de que *a princípio era o Verbo* e que tinha, de modo mais ou menos evidente, de prestar contas a (pelo menos) uma entidade divina. Nos séculos XVI e XVII, deixa de entender-se e aceitar-se um mundo finito, arrumado de acordo com regras aparentemente imutáveis, para progredir ao encontro de um novo fundamento gerador de pensamento, que colocava o ser humano no centro de toda a ação viva. Ao receber, pouco depois, Marx e Freud, o valor da existência humana deu consigo a avaliar-se de forma inédita. A memória divina tornava-se uma memória desnecessária. Radicava-se no medo, mas com os avanços humanos, como explicar o inexplicável "à moda antiga", entregue às divindades e seus

caprichos, se os novos intelectuais explicavam as coisas de modo incomparável e eram humanos como os demais, autónomos, a lei perante si mesmos, seres dotados de uma capacitação poderosíssima: a de entender os segredos e os mistérios da ordem do mundo, não só conseguindo decifrá-los como, mais radical ainda, sendo capazes de manipulá-los. Isso significava o último golpe na separação entre a Natureza, Deus e o ser humano (entre o natural, o transcendente e o cultural). Domínios separados (separados da natureza e da transcendência divina) que finalmente acreditavam um espaço autónomo para acolher em plenitude a mais singular das aquisições humanas: a cultura. A lista daqueles que criavam um caminho novo para a memória aumentou com Adam Smith, James Hutton, Antoine-Laurent de Lavoisier, Charles Darwin - e nunca mais acabou de crescer. Cada um desses afoitos descobridores que ecoavam as ideias de Kant e lhes davam novo sentido criativo e interpretativo e um novo alcance prático mesmo quando as desconheciam, fornecia ao ser humano a nova responsabilidade de redefinir a ordem do mundo – mesmo se conduzissem o mundo para a desordem e para o caos absoluto. Sobretudo, descarregava da memória a inquietante explicação sobre a misteriosa origem do mundo e da própria humanidade. Afastava os fantasmas vergonhosos e antiéticos dos descendentes do incesto, os descendentes de Adão e Eva (Adão e Eva pela tradição judaica tiveram 60 filhos, sendo 33 homens e 27 mulheres, mas não tinham vizinhos de outro sangue com que se cruzassem e reproduzissem), ou os, ainda incestuosos, descendentes de Noé, como se verifica consultando A Tabela das Nações ou simplesmente a Descendência de Noé, extensa lista de noaquitas[445], os descendentes de Noé a partir da posteridade de seus três filhos, listados em Gênesis 10, do Antigo Testamento da Bíblia, que representa uma etnologia da época em que foi escrito, tendo o intuito de fornecer uma árvore genealógica das Nações de toda a Terra, onde não aparecem famílias fora da consanguinidade capazes de devolver a raça humana ao seu melhor, com novos povoadores para novos desafios divinos.[446]

[445] Não se usa a expressão em sentido maçónico, obviamente.

[446] Nos antípodas desta história estarão outras ficções bem mais recentes, como as que propõem cenários pós-apocalípticos e que servem aos consumidores atuais a visão de um mundo perdido e esgotado (irreversivelmente) em si mesmo e por sua culpa exclusiva. Os últimos sobreviventes da raça humana reduzida ao seu pior e à sua (in)capacidade de regeneração final. Um exemplo trabalhado pelos Estudos de Cultura é aquele onde se regista a construção de uma probabilidade impossível, a de uma memória do futuro, na ficção australiana *Mad Max,* um êxito entre os consumidores de ficção de todo o planeta. Criada por James McCausland e George Miller, com estreia do primeiro filme em 1979, que gerou uma continuidade de películas aparentemente lucrativas e sem fim à vista. O último episódio destes filmes, "Estrada da Fúria ", agradou às audiências e à crítica, tendo sido nomeado para dez prémios da Academia de Cinema de Hollywood, dos quais conquistou seis *Oscars*.

De notar que Adão e Eva (*Bíblia de Referência Thomson com versículos em cadeia temática*, 1995)[447] nos conduzem à reflexão cultual sobre a memória.

A condenação de Adão e Eva tem explicação, em *Regresso ao Paraíso* (Pascoaes, 1973). Porque "Com a memória lúcida perderam / A lúcida esperança... / Quem de nada se lembra nada espera." Pecar é cair [em tentação] e precipitar-se no estado de esquecimento. Só a saudade, o estado do saudosismo, mantém a "memória lúcida" (Pascoaes, 1973, p. 43).

Pascoaes, em prosa, tem uma doce evocação de Adão e Eva, numa obra justamente intitulada *Livro de Memórias*:

> A infância é uma recordação de Deus, a materializar-se em jogos e brinquedos. Este boneco é Adão; esta boneca Eva; este charco é o mar; este soldado de chumbo a cavalo é talvez Aníbal ou Bonaparte, nas vésperas Zama ou Waterloo, como esta esfera multicolor, já solta da extremidade da palheira, é um mundo a girar no espaço. A infância é uma recordação de Deus, e tão viva que anima todas as coisas (Pascoaes, 1927, p. 115).

António Manuel Trigo teria invejado a sentença: "a infância é uma recordação de Deus, e tão viva que anima todas as coisas". Pelo menos para quem a guardou na memória, diríamos.

A nova utopia não herdava, no entanto, essas narrativas, pelo contrário, era agora a promoção da novidade do nascimento de um ser semidivino, feito de direitos e de razão, entendido à escala universal e nascido para usufruir dessa grandeza: o (novo) ser humano. ("O homem é um deus de ocasião", virá a dizer Eduardo Lourenço, assente no *deus occasionatus* de Nicolau de Cusa (Lourenço, 2017, p. 141).

O ser humano, tinha percebido com um telescópio[448] que o Cosmos tinha muito para contar, mas estava deserto de deuses e mitos de longa duração. Tinha percebido com o microscópio[449] que afinal o ar não se ficava pela crença do invisível, mas pela revelação de criaturas vivas que não eram esperadas nas narrativas que até então tinham vingado. Tinha percebido com a Expansão, com grande diversidade de uma mesma vertente imperial,[450] que os seres humanos europeus viviam num pequeno espaço, que não passava de um pequeno ponto de partida (para alcançar outras culturas que podiam rivalizar e suplantar a sua). Mais difícil de aceitar, é a evidência de que é essa Expansão que gera o tempo de nascimento da memória

[447] V. O Antigo Testamento. Livros do Antigo Testamento Génesis 2: Adão e Eva. 6 O dilúvio 7 Noé e a sua família entram na Arca. 10 Os descendentes de Noé.

NOTA: Os três filhos de Noé são do sexo masculino.

[448] Que Hans Lippershey tinha inventado e, pior, trazido, no século XVI, para agitar conformadas mentalidades centenárias.

[449] Que Hans Janssen e o seu filho Zacharias, tinham inventado para, no século XVI, ampliarem e mostrarem o que sempre tinha existido.

A "invenção" do global, do transcultural e a constatação irreversível do multicultural, ressaltara desta diáspora aventureira e estratégica desenvolvida à escala de três oceanos e três continentes.

portuguesa: a criação dos mitos, onde se radicam todas as recordações desejadas (e não reais, porque o mito vive do real e do imaginário, da fabulação). A Expansão é, de certa forma, mais uma das revoluções portuguesas e por isso uma incapacidade, mais uma, de criar uma memória absoluta (a revolução impede momentos fixos), mas que, paradoxalmente, hipnotiza, paralisa, diminui o que aparentemente seria mobilidade. Esta leitura prende-se ainda com uma incapacidade real de uma memória, que, transfigurada, será construída sobre camadas de imaginário por vezes contraditórias.

Usamos uma vez mais as palavras de Eduardo Lourenço que, de certa forma, vêm ao encontro desta ideia agora defendida:

> (...) mesmo na hora solar da nossa afirmação histórica [as Descobertas], essa grandeza era, concretamente, uma ficção. Nós éramos grandes, dessa grandeza que os outros percebem de fora e como tal integra ou representa a mais vasta consciência da aventura humana, mas éramos grandes de longe, fora de nós, no Oriente de sonho ou num Ocidente impensado ainda. (...) (Lourenço, 2004, p. 22).

O mundo deixava-se invadir pelo sentimento de segurança existencial, aquele que leva os indivíduos a recorrer menos à religião e mais à crença em si mesmos.

Tudo mudava irremediavelmente e arrastava consigo ideias antigas de uma identidade improvável.

António Pedro Lopes de Mendonça, primo de Henrique, o autor da letra do Hino Nacional, escreveu *Memórias de um Doido* (Mendonça, 1849/1982), onde se lê, ao jeito de uma definição sobre Portugal: "Um país que fica quase imóvel no meio das suas revoluções, onde a imaginação é uma faculdade que se dirige mais à análise dos sentimentos, que ao estudo dos caracteres, e da vida social" (Mendonça, 1982, p. 10).

Quase cem anos depois, damos com Fernand Braudel (1949) a dizer:

> (...) uma história quase imóvel, a história do homem nas suas relações com o meio que o rodeia; a história lenta em fluir e transformar-se, feita não poucas vezes de insistentes reiterações e de ciclos incessantemente reiniciados. Não quis esquecer-me dessa história, quase situada fora do tempo, em contato com as coisas inanimadas, nem tampouco contentar-me, a propósito dela, com as tradicionais introduções geográficas dos estudos de história, inutilmente colocadas nos umbrais de tantos livros, com as suas paisagens minerais, trabalhos agrícolas e flores, que se fazem desfilar rapidamente ante os olhos do leitor, para não voltar a referir-se a elas ao largo do livro, como se as flores não nascessem novamente a cada primavera, os rebanhos se detivessem nos seus deslocamentos, os barcos não tivessem que navegar sobre as águas de um mar real que muda com as estações. Por cima desta história imóvel se alça uma

> história de ritmo lento: a história estrutural de Gaston Roupnel[451], que nós chamaríamos de bom grado, se esta expressão não houvesse sido desviada de seu verdadeiro sentido, uma história *social*, a história dos grupos e agrupamentos. (Braudel, 1949/1966, p. XIII)

Na atualidade, talvez o mais recente perseguidor da ideia de uma "identidade" seja João Paulo Oliveira e Costa que tenta fundamentar essa opção de leitura à escala do país continental:

> A estabilidade territorial e humana marcada por uma língua comum, uma religião omnipresente e ordenadora e um lugar de civilizacional indo-europeu predominante ao longo de mais de 9 séculos, gerou vivências cotidianas seculares à escala nacional. Essa uniformidade, por sua vez, serviu de massa agregadora das populações que desenvolveram regionalismos e práticas locais adaptadas à diversidade das paisagens. Como os leitores poderão experimentar facilmente se atravessarem o país de Norte a Sul, de preferência com um salto até às ilhas e observarem o urbanismo e a propriedade ao experimentarem a gastronomia (Costa, 2022, p. 34).

Marx se lesse estas citações, seria bem capaz de contrapor: "É tão absurdo (...) crer que a História se imobiliza para sempre no vácuo do presente" (Marx, 1973, p. 162).[452]

Caberá essa função à Memória, perseguidora e concretizadora (cristalizadora) de imobilizações? Só o funcionamento da memória discursiva está submetido a deslocamentos (como a paráfrases, é certo)?

O mundo mudou, como sempre muda em todas as eras que decidem, com ou sem justiça, que há de mudar, queria construir novas memórias e numa era de novíssimos conflitos, gerados pela sucessão de novos projetos - sim, a que genericamente chamamos cultura-, a memória reposicionou-se, para alguns como necessidade imperiosa (e criar memórias tornou-se uma prioridade pois legitimava os percursos e as linhagens). Assistia-se assim à segunda grande etapa da laicização da Memória, já que a primeira ocorrera com os gregos da Grécia antiga, se tivermos em conta Platão (428-347 a. C.) quando, na *República* propõe uma nova forma e conceção de governo já não baseado nos mitos ou na religiosidade, mas no contrato das assembleias. Partindo da explicação de que Mnemosyne, ou Lembrança, é a mãe das Musas – Μνημοσύνη, em grego, originando a palavra mnemónica e Mnemósine, Diodoro Sículo ou Diodoro da Sicília, historiador grego, que viveu no século I a.C., afirmou ter sido ela quem descobriu o poder da memória, tendo dado nomes a muitos dos objetos e conceitos usados para fazer dotar os mortais da capacidade de, desse modo, se entenderem enquanto conversavam.

Partindo do mnémico, isto é, do ato de memorizar, os gregos terão a arte da memória.

---

[451] Louis Félicien Gaston Roupnel (1871-1946). Historiador francês.

[452] Usámos a tradução de Mario Duayer e Nélio Schneider, com a colaboração de Alice Helga Werner e de Rudiger Hoffman, sob supervisão editorial de Mario Duayer.Acredita-se que Grundrisse, depois de várias reescritas, deu origem aos três tomos de O Capital, a obra emblemática do pensador alemão.

> Apenas algumas pessoas sabem que, entre as muitas artes que os gregos inventaram, está uma arte da memória que, como as outras artes gregas, foi transmitida a Roma, de onde passou para a tradição europeia. Essa arte busca a memorização por meio de uma técnica de imprimir "lugares" e "imagens" na memória. Tem sido classificada como "mnemotécnica", ramo da atividade humana que parece ser pouco considerado nos tempos atuais. Mas, antes da invenção da imprensa, uma memória treinada era de vital importância; e a manipulação de imagens na memória deve sempre implicar, em certa medida, a psique como um todo (Yates, 2007, p. 11).

É o trabalho da memória que desenterra; o que restará ao que aconteceu será construído, sem a veracidade exigível, pois se a verdade é a propriedade de estar de acordo com o fato real – e essa construção é o carácter instrumental aplicado pelos poderes nas suas abordagens e definições de políticas de memória que substituam tempos anteriores aos seus. Conceitos "postos em prática diversos mecanismos e políticas que visavam estabelecer o "esquecimento" e a "reconciliação nacional", numa estratégia de manipulação e de anulação da memória que ainda não foi plenamente superada" (Filho, 2013, p. 7).

A memória é o enterradouro do possível, do que foi escolhido ou considerado mais relevante. A memória ou se torna de alguém, a começar pelo indivíduo que a sintetiza, ou é pertença de ninguém: e essa é a perspetiva da coletividade. Talvez por isso, o tema da memória tenha ocupado de forma evidente as investigações e as preocupações da história cultural e política do mundo contemporâneo, e outro tanto pretendemos para os Estudos de Cultura.

A memória coletiva é uma memória adquirida em grupo, sendo que este é sempre relativo e sujeito às escalas que o comparam a outros grupos - que terão outras memórias e outras características. Essa coletividade de evocações esbarra com o que Michel Foucault[453] definiu como **contra memória** – percorrida pelas descontinuidades e quantificada pelas ruturas que a história também guarda, marcando as diferenças entre as consciências coletivas e não ignorando os temas mais marginais, que desafiam qualquer tentativa de interpretação do que aparentemente é um *continuum* de ´identidades` mais ou menos unificadas.

A ignorância alegórica, a que resulta de um processo de passagem do que é abstrato ao que passa a figurar como concreto (como as notícias falsas que ocupam o lugar das verdadeiras, ou criam do nada uma nova realidade provinda de imaginários de ódio e violência em qualquer escala entre os humanos, ou os "novos" instintos de ferocidade que reconhecemos na atualidade e que são tão somente revisitações de tempos que julgávamos irrepetíveis), talvez essa ignorância alegórica justifique ou explique a frieza de desprezar o sofrimento alheio ou a

[453] E Deleuze.

mobilização de uma barbárie primitiva em certos momentos da progressão cronológica da Humanidade até aos nossos dias em que nada ou o pior se reserva para os seus iguais em dificuldades.

É uma patológica ausência de memória que nos conduz ao convívio de loucos com maus loucos, como diria Le Bom (2020):

> Os instintos de ferocidade destrutiva são resíduos das idades primitivas, que dormem no fundo de cada um de nós. Na vida do indivíduo isolado ser-nos-ia perigoso satisfazê-los, ao passo que a absorção numa multidão irresponsável, em que, por consequência, a impunidade nos está assegurada, nos dá plena liberdade para nos entregarmos a esses instintos. [...] A paixão tão generalizada pela caça e os atos de ferocidade das multidões derivam da mesma fonte. A multidão que lentamente vai despedaçando uma vítima sem defesa dá provas de ferocidade muito cobarde; mas, para o filósofo, essa ferocidade é muito vizinha da dos caçadores que se reúnem às dúzias para terem o prazer de assistirem à perseguição e extirpamento de um mísero veado, levados a efeito por cães (Le Bon, 2020, pp. 59-60).

A missão do território
O recetor das transformações culturais.

A terra – a que pisamos, a que conquistamos, a que tomamos como nossa, a que legamos – é sempre a plataforma privilegiada da memória. Ao esquecermos o planeta, temos a ilusão de que ele nos esquece, todavia, o seu conceito de memória dispensa quaisquer recessões das transformações culturais, que, essas, são apanágio dos seres humanos que facilmente se votam ao esquecimento, mantendo mesmo assim a ilusão de que

> O esforço humano nunca se apaga totalmente,
> e velhos mapas de terras, de mares, do firmamento,
> dizem-nos como é profundo o domínio,
> o saber deste povo de que somos filhos legítimos,
> herdeiros e servidores simultaneamente:
> do hoje prisioneiro ao livre amanhã que ganharemos (Bosch, 2002).

Podemos ler no Diário de Governo[454] de 10 de maio de 1917 que "Devido às revoltas que tinham lugar em Lisboa, é declarado o estado de sítio na cidade e concelhos limítrofes, com suspensão total das garantias constitucionais."

É comummente aceite que a instabilidade ao longo dos (quase) dezasseis anos da vigência da I República portuguesa, terá sido uma ininterrupta característica nacional. A ideia custa a reter como fidedigna. Leia-se, em contraditório, Joana Dias Pereira quando adverte que:

> Os últimos anos da Primeira Guerra Mundial e os primeiros do pós-guerra foram marcados por um ciclo de agitação social global. Os países beligerantes, como todos os contextos nacionais afetados pela destabilização da economia, foram palco de levantamentos populares contra os açambarcamentos e a carestia de vida e de uma onda de greves com uma adesão inédita. Este artigo procura examinar este processo de mobilização, prosseguindo uma tradição historiográfica que progrediu desde a análise da evolução dos *repertórios de ação coletiva* à explicação da *dinâmica de conflito* (Pereira, 2014, p. 44).

Os repertórios de ação coletiva em dinâmica de conflito, estavam longe de ser um exclusivo português.

Em 1017, a Declaração do estado de sítio na cidade de Lisboa subordina-se ao Decreto n.º 3150 da Presidência da República[455], que

[454] Fonte: *Diário do Governo*. (1917). Lisboa: Imprensa Nacional. I série, n.º 80, 20 de Maio, p.357.
[455] Era Presidente da República o Doutorado em Filosofia Bernardino Luís Machado Guimarães (1915-1917) que será deposto pelo Doutorado em Matemática Sidónio Bernardino da Silva Pais (1917-1918).

> considerando que na noite de 19 para 20 de Maio de 1917 [acontecimentos da revolta da batata] e já durante esse dia vinham acontecendo em Lisboa factos graves de perturbação interna e não se esperando pela resolução do Congresso da República a esse respeito, após audição do Conselho de Ministros, declara o estado de sítio na cidade de Lisboa e concelhos limítrofes, com suspensão total das garantias constitucionais, somente durante o período necessário para que se pudesse pronunciar-se o Congresso da República. Este Decreto entrava imediatamente em vigor.
>
> Nos dias 19 a 21, em Lisboa, e posteriormente nos seus arredores, no Porto e um pouco por toda a província, repetem-se os assaltos a dezenas de estabelecimentos e assiste-se a conflitos entre assaltantes e a guarda republicana e polícia. Nestes violentos confrontos perderam a vida alguns agentes da autoridade, mas sobretudo populares (22), havendo um elevado número de feridos. Estes levantamentos ficaram conhecidos como a "revolução da batata". O Governo decretou o estado de sítio e suspendeu as garantias, considerando que o movimento queria causar "desordem" e "anarquia". A cidade de Lisboa passou a ser patrulhada por forças de infantaria e cavalaria. No Porto, os confrontos com a força pública foram igualmente violentos, verificando-se também numerosos mortos e feridos. Apesar de Afonso Costa considerar que o movimento fora planeado, tratar-se-ia de uma explosão social motivada pelo agudizar das condições de vida (Fundação Mário Soares, s.d.).

Mais do que a curiosidade de ser um Decreto do ano estudado e referir causas tão concretas – a crise, a fome, "a revolta da batata", que servirão de argumento à revolução que se seguiria no fim do mesmo ano -, o acontecimento leva-nos a um raciocínio de natureza cultural: o espaço como parte ativa da ação humana; a cultura, aqui considerada na sua componente de ação e de agitação social, como transformadora do território: "O espaço público é uma conquista democrática. A conquista implica iniciativa, conflito e risco, mas também legitimidade, força acumulada, alianças e negociações" (Boria & Muxi, 2012).

A República operou transformações polissémicas também no espaço público. Praças, parques, largos, ruas, mas também cafés, redações de jornais, unidades fabris, pequenas oficinas ou associações cívicas, tornaram-se palcos republicanos onde se agitavam os ideais e se debatiam as utopias. É o que consideramos ser um arquétipo do território como recetor das transformações culturais (e o exemplo do espaço público como representação, com a separação do que é urbano do que é palco-espaço da ação cultural). Mesmo à escala, já que a industrialização portuguesa era ainda muito escassa, e Portugal será um país rural até muito tarde, o sector secundário era quase inexiste. A implantação proletária era pontual e essa sim

---

Tese de Bernardino Machado: *Dedução das Leis dos Pequenos Movimentos Periódicos Próprios da Força Elástica.*

Tese de Sidónio: *Introdução à teoria dos erros das observações.* Coimbra, 1898.

particularmente "ruidosa", porque mais reivindicativa do que todos os outros sectores de atividade. De facto, Portugal teve uma muito tardia revolução industrial e foi profundamente rural até à segunda metade do século XX (para não dizer até Abril de 1974).

A República é um movimento predominantemente de militantes, burgueses urbanos, e não de militares – como será, ao contrário, em 1917 o golpe Sidonista, que conta com apoio popular significativo, inclusivamente operário, mas que mobiliza os militares que estão no Continente, muitos dos quais estavam escalados para a Frente de Guerra, para onde não irão; e sobretudo o golpe de estado de 1926, predominantemente militar. Isto significa que a República nasce na rua, com apoio civil – os militares mantêm-se, apesar de tudo, à margem da revolução já que o exército evita combater os cerca de dois mil soldados e marinheiros revoltosos – e ocupa dos espaços nobres aos mais modestos da cidade – e depois do País, com uma divulgação progressiva, à qual não é alheia a máquina de propaganda partidária, os jornais e os seus principais redatores, e as figuras de prestígio que começa pela proclamação nos Paços do Concelho

Com a introdução dos novos valores culturais – marcadamente republicanos, mas também socialistas e anarquistas – na prática quotidiana, a cidade (progressivamente também as vilas, as aldeias, as pequenas localidades) é dotada de uma nova intensidade. A cidade fala: é palavra, deixa de ser o espaço, sobretudo o espaço percebido, circunscrito pelo utilitário, para ser o espaço onde a cultura se manifesta, adquire e confronta, isto é, o espaço vivido. Se hoje a pele humana e as paredes das localidades são o suporte ativo da realidade quotidiana e montra exposta de clivagens sociopolíticas.

Toda a Europa, com algumas outras regiões do mundo, é bom exemplo dessas transformações, das marcas culturais que sofreu e que criou perante o impacto da guerra. A outro nível, Fátima, Cova da Iria, Aljustrel, Ourém, que cem anos passados são incomparáveis ao que eram em 1917, são um bom exemplo do que dizemos.

Pesquisámos a presença de Fátima e dos fenómenos da Cova da Iria nos mais diversos suportes da atualidade. O exemplo mais recente lança os acontecimentos para uma esfera inédita. O registo é de 2023, na revista *Ano Cero* (Ano Cero, 2022), revista de especulação fantástica. A notícia tem chamada de capa, com a foto das três crianças da Cova de Iria, sob o título *Operação Fátima – Como a CIA manipulou os segredos da Virgem para acabar com a URSS.* Uma construção de memórias, pelo menos, inesperada.

A identificação do individual

> A Memória é outra fonte de erro. Porque é a reconstrução de uma construção que deixou a sua marca cerebral. Quantos erros involuntários se dão nas reminiscências e lembranças! (Morin, 2022, p. 115).

Usámos pouco neste texto de Tese o termo História, intencionalmente, por ser a História ordenadora de factos, enquanto a memória, de certa forma, os estabelece. A História, dizia Walter Benjamin (1989), não é apenas uma ciência, já que, ao mesmo tempo, é uma forma de rememoração. Ricœur (2000, p. 106) dizia que "a história não é mais do que uma parte da Memória. Escreve-se sempre no presente".

Neste trabalho gostámos também de ensaiar a possibilidade do uso de um registo pessoal como contraponto do que o coletivo registou. Até porque António Manuel troca a memória – no singular – pelas memórias – no sentido das heranças, do que fica (e que ele pretende que fiquem, que perdurem, sejam património de pai legado aos filhos, o latino *patrimonium*), na memória implícita e explícita, em suportes variáveis e registos variados, para o longo prazo das nossas evocações pessoais e coletivas. Talvez por isso, António depura os factos e sintetiza o que lhe parece mais significativo para o registo da sua própria história de vida, que quer transformar em património (um património imaterial e material, ao mesmo tempo, ideias e palavras e objetos, preparados como herança, cultural, deixada aos seus filhos).

A memória individual - ainda sem a triagem entre o que se esquece e o que a posteridade consagra – trabalhada como uma base a ser usada pelas ciências sociais para melhor entendimento da memória coletiva – que não será a junção das múltiplas memórias individuais; essas continuarão a sê-lo, com uma infinidade de alegrias, paixões, renúncias, ódios, amores, mesquinharias e grandiosidades, todavia paralelas a um diário igualmente recheado do mesmo, mas com gigantescas e brutais interações a grande escala, que tantas vezes atropelam as vontades, os planos e os desejos individuais – constitui-se diário da memória coletiva.

Assim, o que defendemos é que a memória individual, quando contaminada por uma indesmentível proximidade com importantes factos marcantes e trampolins de outros e novos acontecimentos, pode ser posta ao serviço da memória de todos nós, o que lhe dá uma dimensão do coletivo, mas não a anula individualmente. Esta extrapolação faz parte do grande desafio ensaístico ao qual nos propusemos, porque também é nosso o ponto de vista de que nada é realmente coletivo, já que não existe um universo comum para os tão variados universos culturais individuais que nos compõem. Aceitamos que existam marcadores culturais,

constituídos, antes de tudo, sobre as imagens que temos sobre nós, que ultrapassam em muito a visão redutora de qualquer documento de identificação [456]que nos regista, mede, compara e uniformiza, artificialmente mesmo assim. Nada do que é coletivo, em especial em matéria identitária, é imutável culturalmente. A construção literária da memória assenta no funcionalismo e reserva os lugares que, por triagem, considera mais significativos. É, sem dúvida, uma opção individual e mais do que a constituição de uma identidade, é a matriz do universo cultural tão complexo e diferenciado que todos somos. Mais, esse universo autónomo que somos está sujeito a uma evidente "porosidade" que justifica a propagação e interpenetração de elementos culturais (recíprocos) de um para o Outro, ganhando novas formas ao serem interpretados e, por sua vez, disseminados.

No campo da análise, na interpretação do coletivo, recorremos, entre outros, a Todorov e à reflexão que nos propõe, ele também, sobre "a identidade":

> A identidade coletiva pode reduzir-se apenas a uma fidelidade ao passado? Não existe, já vimos, identidade coletiva imutável, fixada de uma vez por todas. Os que pretendem o contrário participam habitualmente de um projeto político preciso: querem dar um conteúdo substancial à nossa identidade para legitimar a exclusão de todos os que não a partilham (Todorov, 2008, p. 288).

Isso levou-nos a entender Gellner (1964) ao "desmontar" a ideia de uma identidade cultural, conceito que não apreciamos. A mesma é comummente considerada como resultante de uma identidade nacional, ideia que não perfilhamos também. De acordo com Gellner

> O nacionalismo não é o despertar das Nações para a autoconsciência; ele inventa Nações onde estas não existem. Mas necessita de algumas marcas diferenciadoras pré-existentes para se guiar, mesmo que estas sejam puramente negativas. (Gellner, 1964, p. 168).

Ressalvamos as distinções que são dadas apreciar sobre o conceito, como o nacionalismo romântico, o nacionalismo da política do poder ou *machetpolitik* e do imperialismo, o nacionalismo totalitário, o nacionalismo que anda a par com o fundamentalismo religioso, entre outros.

John R. Searle foi considerado pelo *Le Figaro Littéraire* [457]como um dos filósofos mais influentes do mundo e tem uma visão do que somos e de como somos que os Estudos de Cultura

[456] Até o antigo Bilhete de Identidade é, democraticamente, renomeado como Cartão de Cidadão.

[457] *Le Figaro littéraire* é um suplemento semanal (habitualmente com oito páginas) do diário francês *Le Figaro* e é editado regularmente todas as quintas-feiras.

hesitam em partilhar numa impreparada abordagem. Mas usamo-la, sobretudo como elemento de reflexão neste ponto da investigação levada a cabo:

> O único ponto de partida para se explicar seja o que for, é o que sabemos da física, da química e de outras ciências naturais, segundo as quais o Universo é totalmente constituído por partículas físicas, sem qualquer intencionalidade ou propósito racional, organizados em sistemas e campos de força. Esta é a realidade básica que não se trata sequer de uma teoria, mas antes do pressuposto sem o qual nenhuma teoria acerca da realidade, incluindo da realidade criada pelos seres humanos, é inteligível. Assim a questão central que se apresenta à filosofia contemporânea é, como explicar a realidade humana da mente, do significado, da consciência, da intencionalidade da sociedade, da própria ciência, da estética, da moralidade e de toda a organização social, incluindo o dinheiro, a propriedade, o Governo e o casamento.
> (...) Na nossa cultura intelectual, os modos tradicionais de distinguir entre natureza e cultura, entre a realidade natural e a mental cultural social. Estão radicalmente equivocados. Consciência, sociedade, cultura, realidade institucional, racionalidade, ética, estética e política não são coisas além da natureza, mas sim partes da natureza. São manifestações que a realidade humana natural cria. É-nos difícil vê-lo, porque pensamos que tem de haver uma linha divisória entre a natureza e tudo o resto. Esse é o equívoco que estou a tentar superar; "tudo o resto" faz parte da natureza. (Searle, 2020, p. 11).

Na esfera das distinções, retemos também de Walter Benjamin o relevo da experiência transmitida – de uma a outra geração – e a experiência vivida, notando que a primeira gera afinidades comunitárias e a segunda a vivência imediata, efémera, do indivíduo.

"Quem procura aproximar-se do seu próprio passado soterrado tem de se comportar como um homem que escava" (Benjamin, 2004, p. 219).

Sublinhamos ainda duas das passagens em que o autor reforça as suas ideias nesta mesma esfera interpretativa. Na primeira, quando afirma que "a linguagem fez-nos perceber, de forma inconfundível, como a memória (gedächtnis) não é um instrumento, mas um meio, para a exploração do passado". E a segunda, quando discorre que (...)

> a verdadeira recordação é rigorosamente épica e rapsódica, deve dar ao mesmo tempo uma imagem daquele que se recorda, do mesmo modo que um bom relatório arqueológico não tem apenas de mencionar os estratos em que foram encontrados os achados, mas sobretudo os outros, aqueles pelos quais o trabalho teve de passar antes. (Benjamin, 2004, pp. 219-220).

Walter Benjamin define, também, que "a verdadeira imagem do passado passa por nós de forma fugidia. O passado só pode ser apreendido como imagem irrecuperável e subitamente iluminada no momento do seu reconhecimento" (BENJAMIN; 2004:11). Isso torna periclitante

qualquer robustez atribuível à memória registada, que mais não será assim do que um efeito iluminador circunstancial e acessório.

O retrato, imagem sintetizada – e o fragmento, a construção visual, de signos, a oficina onde se trabalha o que se recolheu, o instante captado da memória que é, afinal, instante subitamente iluminado no momento do seu reconhecimento - que cada uma das páginas destas *Memórias* é, representa um momento de vida de António Manuel Trigo que esteve, sem o querer, estrategicamente colocado, muitas vezes (um número notável de vezes), em lugares de eleição, espectador em metafóricos camarotes virados para palcos que levaram à cena peças determinantes, detonadores de ondas de choque tão grandiosas e fraturantes que repercutem até hoje.

As mulheres em todas as frentes da Guerra

A presença da mulher nas *Memórias* de António Manuel Trigo é insípida. Nula, diríamos, não fosse a referência vaga a nomes femininos da sua família. Não há protagonistas femininas no que vai enumerando; pouco ou nada ficamos a saber de mãe, irmãs, tias, prima (embora estejam lá, de forma sintética, áridas, uma vez mais entre as brumas da memória do muito que havia – ou podia haver por contar). E, todavia, o papel da mulher por esses anos é da maior importância e reconhecida relevância nomeadamente nos tempos de guerra, nos tempos da pandemia de gripe, ou mesmo na participação e exaltação de um fenómeno que começa por ser eminentemente "uma história de mulheres" e que se prolonga no tempo, os episódios ocorridos em Fátima, culto mariano narrado por uma menina com uma "Senhora" como figura central. O mundo descobre a força feminina e tem como símbolo a figura excecional de Maria Salomea Skłodowska Curie ou comummente Marie Curie [458] (1867-1934), física e química polaca que viria a ganhar dois Prémios Nobel. Ajudada pela sua filha, Irène Joliot-Curie, ofereceu a sua disponibilidade total para a elaboração de um plano radiológico militar. Nos anos da guerra chegou a equipar 18 ambulâncias radiológicas, as *voitures radiologiques*, popularmente denominadas como ''*petites Curies*" (v. ANEXOS). Em Portugal, ao mesmo tempo, as mulheres organizavam-se em várias frentes, do trabalho à ação cívica. Elzira Dantas Machado, a mulher de Bernardino Machado, então Presidente da República Portuguesa, criava e mobilizava a Cruzada das Mulheres Portuguesas, movimento de beneficência feminino.

O ano de 1917 foi marcado em Portugal pelas partidas dos contingentes para a frente de guerra, com irmãs, noivas, mulheres mães, viúvas numa página dramática de história. Sabemos que um desses militares era o pai de António Manuel, Adriano Augusto Trigo, coronel que já se encontrava na frente de batalha em Fevereiro de 1917, a quem coube melhor sorte do que a muitos camaradas de armas, que ficariam em campas, alguns sem nome nem reconhecimento, outros em hospitais, marcados para o resto da vida. Encontramos Adriano Trigo na frente de guerra, onde não estaria muito tempo, escrevendo para o Funchal, para a sua família, em Março de 1917 (V. ANEXOS), uma "carta postal" em tom leve, jocoso, e talvez para reforçar esse mesmo tom, escrita em francês. A escolha da língua francesa podia estar relacionada também com a censura prévia que a correspondência militar (e não só (Ribeiro,

[458] A primeira mulher a receber um Prêmio Nobel, o de Física, em 1903, e a única a recebê-lo uma segunda vez, quando recebeu o de Química, em 1911. Foi a primeira mulher a lecionar na Sorbonne.

1914/1958)) sofria sempre neste período de guerra. O tom humorístico traduzia a personalidade do pai de António Manuel.

Escrever em francês subentende (sem provas concretas, naturalmente) que Adelaide Virgínia dos Santos Trigo, mãe de António Manuel e sua mulher, dominava, ou pelo menos entendia, a língua. Não apurámos detalhes, também, nesse campo em que a nossa investigação quis andar parando sem alternativa.[459]

A "carta-postal", datada de 31 de março de 1917, dirigida à sua mulher, dizia:

> Votre epoux, c'lonel gentil, le plus charmant que la France jusque ici jamais a vu, Ravissant de tout le monde legante, mais aussi bien aimé du um poilu, au un Dieu priant toujours retour triomphant à Madère, aprés les boches avoir vaincu, Son portrait qu'il fit um jour de bonne humeur. Vous adresse et vous embrasse avec ardeur.
> O seu marido, coronel gentil, o mais charmoso que a França já viu, deleitando, com o seu ar, todo o mundo elegante, mas também muito querido pelos bons peludos, ao Bom Deus orando sempre, pelo regresso triunfante à Madeira, depois da vitória sobre os boches, o seu retrato que um dia fez com bom humor, dirige-o a ti e abraça-te com ardor.[460]

Só em 1917 a guerra vai enviar o pai de António Manuel Trigo do Funchal para o *front* [461](embarca em janeiro de 1917, a partir de Lisboa), com passagem por Portalegre. Adriano partiu para França chefiando o *Regimento* de Infantaria 22, de Portalegre. Seguiu no início desse ano para assumir o comando do 2º Regimento de Infantaria do Corpo Expedicionário

[459] A família guardou uma imagem dela, muito específica, que se foi esfumando, mesmo assim: vinda de família modesta, dotada de grande persistência, tornou-se uma mulher sofisticada. Essa imagem é hoje impossível de confirmar.

[460] A alusão aos "bons peludos" é uma conceptualização metafórico-metonímica na língua francesa usada para nomear os combatentes vitoriosos da I Guerra Mundial. O termo Poilus aplicava-se aos membros da infantaria francesa da Primeira Guerra, pois o seu aspeto, à medida que os meses e os anos passavam em batalha, ia-se modificando: muitos tinham barbas e cabelos compridos, em desalinho e usados sem o menor cuidado, como aliás era natural em cenários tão adversos. Este grupo de infantaria, por seu turno, batizou carinhosamente a baioneta que usavam uma baioneta que até hoje é popular no mundo dos colecionadores e historiadores, com o nome de Rosalie. O seu batismo nasceu com uma canção de Théodore Botrel, considerado durante a Primeira Guerra Mundial, o "Bardo dos Exércitos". Botrel elogia a baioneta e as suas qualidades, tornando-a igual a uma verdadeira mulher para quem anda com ela "uma vida inteira". Aos portugueses foi confiado o sabre baioneta, pertencente às carabinas *Mannlicher*, um modelo parente da Rosalie. Em batalha, a infantaria usava ainda o famoso capacete Tommy Brody, de origem britânica.

A designação boche, que se tornou mais conhecida em Portugal, é uma palavra depreciativa para designar os alemães, atribuída pelos franceses e depois por todos os combatentes seus opositores, aos mesmos soldados alemães. Aparentemente deriva de alboche, que por sua vez é uma mistura popular de francês com alemão e de caboche (gíria para cabeça). Foi usado principalmente durante a Primeira e Segunda Guerras Mundiais e dirigido especialmente a soldados alemães a par com *kraut* – outro insulto étnico para um alemão – que terá evoluído do sinónimo de chucrute, comida tradicional da Europa Central e Oriental – e da aplicação da palavra feita pelos ingleses para desdenharem dos alemães.

[461] As referências que fazemos à frente de guerra, generalizando-se o uso francês da época de *le front,* mantiveram o artigo masculino. Na nossa língua o correto seria dizer e escrever *A Frente*, menosprezando o galicismo.

Português em França. Meio de comunicação afetivo, embora lento e pouco fiável, pela incerteza da viagem que faziam até ao seu destino e pela censura que as acompanhava da origem ao seu destino, as cartas, dos simples bilhetes postais às mais desenvolvidas, serão um dos mais importantes elos dos combatentes com a sua terra natal. Elemento ímpar nos estudos de cultura, o seu teor e características constituem exemplos memoriais do maior interesse. O nascimento da figura da madrinha de guerra, animadora psicológica do espírito do combatente e sua âncora tantas vezes determinantes, nasce em França, na Primeira Guerra Colonial. Jovens meninas ou mulheres correspondiam-se por correio, tanto quanto possível regular, com os soldados em campanha. Apoiavam-nos moral e psicologicamente, também emocionalmente, ajudando-os a resistir na enorme adversidade que viviam. Algumas dessas cartas chegaram aos nossos dias e permitem descobrir, por entre prosas mais ou menos emocionais, muitos elementos aptos pela sua riqueza aos estudos de cultura. São simultaneamente registos memoriais de grande interesse.

Referimos agora uma passagem de um pequeno livrinho, de tiragem limitada, edição assumida por uma Junta de Freguesia portuguesa:

> A madrinha que tem um coração de oiro, vai arrepiar-se com a minha carta de Hoje, assim Como Eu me entristeci. Apesar de já habituado às lides de guerra. Chegada às linhas, introdução do conhecimento do setor. Fui ver a Red House, que não é mais que uma boa casa de campo de tijolo vermelho, sita numa encruzilhada e que tende a volta. Tudo escancarado se conserva intacta, embora que vizinhas não restem mais que os alicerces. Diz a lenda - Red House também tem a sua lenda - que quando os alemães, no princípio da guerra, ocuparam este charco, instalaram nela o seu quartel-general e o Cron Prints os seus aposentos. Com tamanho carinho, tratou a velhota, sua dona, o filho do Kaiser, que este agradecido quando o recuo das tropas germânicas perguntou a sua hospedeira o que mais desejava. A septuagenária respondeu que a integridade da sua rica moradia. Efetivamente, os canhões do imperador não a têm beliscado (Paço, 1917/1993).

Da terra de ninguém, às cidades dos mortos, passando pelas cidades mortas – "que horrível tragédia a das cidades que aos poucos vão morrendo" (Brun, 1923, p. 149) - longa era a marcha pela sobrevivência tantos jovens soldados, mais ou menos entregues à sua sorte. Na retaguarda, resistentes, contribuindo para o esforço de guerra com uma heroicidade que não constava das primeiras linhas das notícias dos jornais e das revistas, as mulheres empunhavam, à distância de muitos quilómetros e entre brumas de memórias onde as lágrimas não faltavam, as suas armas, mesmo as mais incomuns.

David Lloyd George foi o único galês a ser primeiro-ministro da Inglaterra. Em 1917, ficou famoso o seu discurso sobre a Rússia, proferido na Câmara dos Comuns em 19 de março

de 1917. Dizia então que a Revolução - referia a primeira revolução russa de 1917, a de fevereiro -, "foi provocada com muito pouco derramamento de sangue e o novo Governo está a receber o apoio tanto do país, como um todo, como do Exército e da Marinha. A nossa informação, no entanto, não nos permite dizer que todo o perigo passou, mas é satisfatório saber que o novo Governo foi formado com o propósito expresso de prosseguir a Guerra com maior vigor. Tenho apenas de acrescentar, em nome do Governo, que eles acreditam que o povo russo descobrirá que a liberdade é compatível com a ordem, mesmo em tempos revolucionários, e que os povos livres são os melhores defensores da sua própria honra e segurança." [462]Sobre a Primeira Guerra, Lloyd George havia feito, menos de dois anos antes, uma declaração mais expansiva e talvez muito mais importante: "Sem as mulheres, não há vitória rápida." Ele sabia que, na realidade, em todos os países, mesmo na Rússia, que tinha agora os dias contados e que abria uma nova porta para a história universal – em Outubro-Novembro dava os primeiros passos ao que seria a U.R.S.S. União das Repúblicas Socialistas Soviéticas -, em todas as nações participantes e em todas as atividades, da cultura à economia, da indústria à política, da agricultura às ciências, as mulheres desempenhavam papéis fulcrais em todas as nações participantes no conflito. Das mais anónimas camponesas, que substituíam a força dos cavalos pelas suas próprias capacidades físicas, arando a terra e trazendo as colheitas para os celeiros onde eram tratadas e enviadas, por elas, para a distribuição, que elas agora faziam, viabilizando o consumo necessário, até às "munitionnettes", as operárias que fabricavam munições, especialmente em Inglaterra e em França, ocupando postos de trabalho até então exclusivamente masculinos (em 1915 produziriam entre 35 e 40 toneladas diárias de munições); às costureiras que nos armazéns militares preparavam fardas, bonés, cartucheiras, mochilas e outro equipamento necessário. Por vezes, cruzamo-nos com a ficção que retrata este esforço feminino neste período de tantas transformações. Como no exemplo de um romance onde se percebe a dimensão das mulheres, também, na frente de guerra e que fala das mulheres do Corpo de Transmissões do Exército dos Estados Unidos, uma narrativa inédita de uma atividade fundamental em tempo de guerra. Romance onde se lê esta passagem:

> - Presumo que tenha passado?
> - Com distinção.
> - Continue assim, é um bom soldado, para mulher. Apanhada de surpresa, Grace acenou com a cabeça e continuou o seu caminho. Que pena que ele não se tenha calado antes de anular o elogio.

[462] Cf. https://api.parliament.uk/historic-hansard/people/mr-david-lloyd-george/1917, consultado em setembro 2022.

> No quinto dia de Março, as Mulheres do primeiro grupo foram submetidas a outro exame médico minucioso. Foram pesadas, medidas, testadas e interrogadas acerca de sintomas que incluíam dores de garganta, febre, tosse e dores de cabeça. Reuniram-se perante o capitão Wessern e fizeram juramento de bandeira, todas elas pelo menos pela segunda vez. Depois deram-lhes ordens para regressar a Hoboken, com instruções explícitas para se apresentarem de meia em meia hora caso saíssem do alojamento. Nessa noite, Grace recebeu a notícia de que embarcariam no transporte de tropas na manhã seguinte. Chamou as suas 32 operadoras. Deu-lhes as suas instruções e lembrou-as de que não podiam dizer nada a ninguém
> - Tenham uma boa noite de descanso. Vão ficar agradecidas por isso, acrescentou (Chiaverini, 2023, p. 136).

A realidade suplanta sempre a ficção. Detenhamo-nos sobre o exemplo português, a 5 de outubro de 1910: João Chagas afirmou que a República se implantou em Lisboa e no resto do país por telégrafo. Os telefones eram muito importantes. O jornal *O Século* escreve que

> as raparigas do serviço dos telefones que deviam sair dos seus lugares ontem de manhã, portanto, a 4 de Outubro, não o puderam fazer, ficando retidos e a trabalhar na estação durante todo o dia. João da Cruz Vidal manda para o jornal d´O Século o seguinte: Senhor diretor d´O Século, tomo a liberdade de vos pedir que pelo vosso mui lido jornal se faça constar ao Ministro do Fomento o seguinte facto, digno de nota. No dia 3 de Outubro, achava-se de folga do serviço dos telefones da rede dos Ministros estação do Terreiro do Paço, a empregada Senhora Dona Angélica, que habita no Barreiro. No dia 4, seriam 6 horas da manhã ao abrir as suas janelas, sentiu um grande tiroteio, imediatamente se vestiu e se dirigiu para a estação do Barreiro. Ali perguntou se tinha vapor para Lisboa e como a resposta fosse negativa, apesar de aconselhada para que não fosse, meteu-se a caminho noutro barco, até desembarcar no cais do Sodré. Seguindo pela rua do Arsenal, quando chegou à porta da sua estação, que estava guardada, bem como os Telégrafos, pelo guarda Municipal, que não deixava entrar se não fosse um boletineiro[463], acabou por indicar que era ali empregada, apresentou-se ao serviço antes da sua hora, que era às 2 da tarde, achando-se presente o subchefe, retirando-se este para casa do ex-Ministro dos estrangeiros, o Senhor Azevedo Castelo Branco, onde se refugiou. Ficou, portanto, sozinha a empregada em questão, que se portou com coragem e por isso que se conservou na estação até ao dia 5, pelas 7 horas da manhã. Apesar das instâncias do senhor diretor dos Correios. E só depois de muito instada é que se deu em retirar-se para o interior quando alguém a tinha avisado que iam bombardear os ministérios, o que fez contra vontade. Nem um só momento se retirou do aparelho, apesar das granadas que atiraram a Guarda Municipal, e do tiroteio, mostrando sempre uma presença de espírito extraordinária. O que em senhoras é raro. Este caso foi presenciado pelos senhores diretores dos Correios, capitão Sottomayor, capitão José Pires, Engenheiro Albuquerque e muitas outras pessoas. A publicação desta Carta não tem, por fim, senhor diretor, pedir remuneração alguma, pois aquela

[463] Curiosa alusão a uma das profissões que desapareceram em Portugal, a do boletineiro, portador de boletins ou, no caso, um distribuidor de telegramas.

> Senhora não fez mais do que cumprir com o seu dever, mas pede-se ao Ministro do fomento que eu tenho em devida atenção como merece. Agradeço cidadão, diretor a publicação destas linhas saúde e fraternidade vosso correligionário do Barreiro, João da Cruz Vidal. O Século publicou a Carta sobre o título: Uma heroína permanece na estação telefónica insensível à metralha e ao tiroteio.

Reunindo todos os exemplos numa figura marcante, a de Ana Castro Osório, registe-se que[464]:

> Ana de Castro Osório foi pioneira em Portugal na luta pela igualdade de direitos entre o homem e a mulher. Escritora, feminista e ativista republicana, nasceu a 18 de junho de 1872, em Mangualde, e faleceu a 23 de março de 1935. Escreveu, em 1905, Mulheres Portuguesas, considerado o primeiro manifesto feminista português. Foi uma das fundadoras do Grupo Português de Estudos Feministas, em 1907; da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas, em 1909; da Associação de Propaganda Feminista, em 1912; da Comissão Feminina Pela Pátria, em 1916. A partir desta última, formou-se a Cruzada das Mulheres Portuguesas, cujo objetivo era ajudar os soldados que participaram na I Guerra Mundial (Osório, 2015). [465]

São suas as palavras sobre a guerra:

> A guerra deixou de ter para nós o mesmo sentido moral porque deixou de ter o imprevisto de duelo, em que era fator importante o valor e a força individual, para ser uma carnificina de que são executores certos os que melhores e mais numerosas armas apresentarem, os que dispuserem de mais conhecimentos e de mais dinheiro, tal como no comercio. (...) Tudo mudou com o tempo – ideias, costumes, maneiras de ver e de proceder. O que aos nossos olhos parece hoje razoável e justo, seria aos olhos de nossos avós o mais absurdo dos atentados ao

[464] A lista das mulheres que fizeram a República é grande e impressionante no equivalente do que produziu e provou de inteligência, imaginação, determinação e força de vencer num mundo tradicionalmente masculino, que aliás, com detalhes de exceção aqui e acolá, a República assim manteve. Adelaide Cabete, Alice Xavier da Fonseca, Amélia Clide de Lima, Amélia Santos, Angelina Vidal, Carolina Beatriz Ângelo, Carolina Wilhelma Michaëlis de Vasconcelos (natural de Berlim), Domitila de Carvalho, Elina Guimarães, Ermelinda Rosa Ignácio Antunes, Maria Amélia Epifânia da Fonseca (aparece referida num documento comp Maria Amélia Epifania de França, como ajudante do serviço de enfermagem do médico ;acedo de Bragança, de serviço no hospital de sangue (montado no lado ocidental da praça de Marquês de Pombal) no dia 5 de outubro, Maria Veleda, Olívia Toscano Saldanha, Rosa Ramos Pereira, ao lado das que morreram na implantação da República de outubro de 1910: Ana Marques Fontinha, Marie Galvan, Maria Emília Correia Santos, Maria Pinheiro, Joana de Paiva, Irmã Carlos Cebola, entre não identificadas que seguiram para a morgue em consequência do levantamento republicano. As suas vidas dariam muitas teses, estamos certo. Estes nomes aparecem nas mais diversas fontes, destacando-se os das mulheres que morreram na revolução, que constituíram notícia nos jornais: *O Século*, dos dias 7, 8 e 11 de outubro de 1910, relatando as entradas na morgue e as saídas do enterro, e *A Capital*, que corrobora, nas mesmas datas, e acrescenta pormenores, como no caso de uma mulher que, mais de um mês depois, permanecia na morgue sem ser identificada. *A Capital* afirma que foram 63 os mortos na Revolução, sendo 7 mulheres, uma delas não identificada. Na primeira página chamava em título Os Mártires da República o que contava, coincidindo com outras publicações ou acrescentando pormenores, o que se passara no País, com especial enfoque na cidade de Lisboa.

[465] O original desta obra foi publicado em 1905 pela livraria editora Viúva Tavares Cardoso, de Lisboa, mas impressa, no Porto, na tipografia a vapor Emprêsa Litteraria e Typographica.

Ana de Castro Osório foi casada com Paulino de Oliveira, membro do Partido Republicano. Ela própria foi militante ativa e, juntamente com o marido, participou na luta pela implantação da República.

> senso comum, o mais completo desprezo pelas leis e convenções sociais. (...) A missão da mulher mudou também. Já não é de passividades e resignações como dantes! Da espectadora indiferente passou a ser figurante; entrou definitivamente na luta – no trabalho de preparar a alegria e o sossego do dia de amanhã. Não admira que assim seja porque, quando os campos de batalha são a própria sociedade em que vivemos e as armas são as ideias, a mulher tem o direito, mais, tem o dever de entrar na lide, e, ao lado do oprimido, do fraco, pugnar pela felicidade ou pela menor desgraça dos que sofrem (Osório, 2015, pp. 215-218).

Ana de Castro Osório chega a escrever um livro para crianças intitulado *Como Portugal foi chamado à guerra.* No mesmo, defendia que "fugir à luta" não era "uma coisa boa e explicava que Portugal teve razão quando, desde a primeira hora, demonstrara toda a simpatia pela causa dos aliados, que era a sua própria causa (Osório, 2019). O livro será recomendado, como leitura cívica, pelo próprio Ministério da Instrução.

Armindo de Lorena[466], num tom paternalista, discorria largamente sobre o tema *A guerra e a mulher portuguesa*, sob o título de secção jornalística "Pela Pátria", num texto integrante, do Almanaque Ilustrado d´O Século (pp. 63-65). O texto foi digitalizado e partilhado pela Biblioteca Nacional de Portugal, que lhe atribuiu uma datação improvável: "texto publicado no jornal do dia 1 janeiro de 1917". Pelo teor, parece ser realmente do mesmo ano, mas mais tardio:

> Cada cidadão tornou-se um soldado; cada mulher, um incentivo amoroso, acalentador, animando com as suas carícias alguns que ainda se deixavam invadir pelo receio. A alma da mulher irradiou, envolvendo no seu círculo carinhoso toda uma plêiade de bravos prontos a sacrificarem se pela sua pátria. Tanto nas populosas cidades como nas aldeias de menos importância, a ação da mulher foi o melhor incentivo para a entrada na luta. Quantas promessas que sabiam, pelo seu pressentimento de mulher, que seriam irrealizáveis, elas não fizeram para encorajar namorados, esposos e filhos! Quantos beijos de radiante de alegria, mas de uma íntima e intensa tristeza de torturante dor, foram dadas na ocasião do afastamento, talvez para sempre, em entes queridos que deixaram no isolamento, na saudade perpétua essas grandes mártires abandonadas dos seus amparos naturais, entregues a si próprias ou ao destino cheio de incertezas, de misérias, de lágrimas e de sacrifícios, que a guerra implacável espalha por toda a parte onde chega! Mas o sacrifício era geral, e ninguém a ele se eximia; nem pobres velhas a quem a idade não permitia já angariar o sustento, nem moças viçosas que de um para o outro momento viam desabar todos os seus castelos sonhados numa vida cheia de enlevos e de ternuras, com os seus namorados, que a pátria chamava a cumprirem o seu dever.

[466] Acreditamos que "Armindo Lorena" tenha sido um pseudónimo. Não encontrámos registos sobre a sua pessoa ou atividade. O apelido Lorena remete-nos para uma região do nordeste de França.

Até fevereiro de 1918 terão partido 58 019 homens pela rota Alcântara-Brest (Lisboa-Bretanha).

> Existiram algumas exceções em que pequenos grupos de militares seguiram por via-férrea até ao *Front.* Para não "ofender" a neutralidade espanhola estes grupos de militares seguiam com passaportes individuais e em trajo civil, disfarçados de turistas para Paris. Aí chegados seguiam para o Quartel-General, em Aire-sur-la-Lys, onde recebiam ordem de marcha para o Front (Martins, 1934, 129-130).

Em outubro de 1917 houve uma interrupção nos embarques de Portugal para França, retomados pouco depois. A Áustria iniciou uma ofensiva sobre a Itália e a Inglaterra necessitou com urgência de todos os seus navios de transporte para apoio logístico daquela frente de combate. Assim, a Inglaterra retirou o seu último transporte, o "Bellerophon", nos finais de Outubro, tendo o General Barnardiston oficializado esta situação junto do Governo português, em Novembro. Barnardiston comandou a 39ª Divisão durante 1915-16, antes de ser nomeado Chefe da Missão Militar Britânica em Portugal (1916-19).

Uma das fotos mais curiosas que regista as memórias do golpe de Estado Sidonista é exatamente aquele em que vemos, graças à preservação efetuada pelo Arquivo Fotográfico Municipal da Câmara de Lisboa, o mesmo General Barnardiston, chefe da missão militar inglesa e a sua esposa (retratados por Joshua Benoliel), a percorrem o acampamento revolucionário, como meros turistas interessados no que se passava na capital portuguesa. Na foto, estão acompanhados por Sidónio Pais, e todos se comportam como se de uma banal visita ao Parque Eduardo VII se tratasse.

Longe desta imagem quase pacífica, Anselmo Franco mostrava um canhão a disparar, nas páginas da revista *Ilustração Portuguesa*, que legendava: “Inumeras granadas se crusaram por cima da casaria tremula da cidade, entre o acampamento revolucionarios em Campolide comandados pelo major sr. Sidonio Paes [...] caindo algumas granadas no trajeto, destruindo, matando e fazendo estremecer toda a população; [...]” [467]

O texto sobre o golpe de Estado era também veemente:

> Foi terrível para Lisboa. A nova provação trágica a que esteve angustiosamente submetida desde o dia 5 à noite até ao dia 7, também já noite fechada. Esperava-se que as nossas desgraçadas e constantes refregas políticas com mais imperdoável esquecimento dos verdadeiros interesses públicos. Seriamente arriscados dentro e fora do país, des fechassem mais dia menos dia num triste conflito armado, mas nunca tão temeroso e de tão subversivos e sangrentos resultados como foi este. Inúmeras granadas se cruzaram por cima da casaria

[467] *Ilustração Portuguesa,* nº 617; II Série; Página 481, 17 de Dezembro de 1917. Na página seguinte dizia-se que se tratara de “uma chacina entre irmãos”, este golpe de Estado de Sidónio.

> trémula da cidade, entre o acampamento dos revolucionários, em Campolide, comandados pelo Major Senhor Sidónio Pais e constituídos pelos alunos da escola de guerra e pela maior parte das forças de guarnição de Lisboa e os navios de guerra alinhados no Tejo, cujas tripulações seguiam o governo. Por julgarem tratar-se de um movimento monárquico, caindo algumas granadas no trajeto, destruindo, matando e fazendo estremecer de horror toda a população. A fuzilaria pelas ruas era constante e perigosa, não só para os que ela apanhar a fora de casa, mas ainda para aqueles que não tinham nas janelas e portas fechadas suficiente de segurança. E no meio desta luta encarniçada que supor CIA bastante para absorver todos os espíritos no mesmo anseio de ver acabar quanto antes uma tal esta sina entre irmãos. Ainda houve assaltos a lojas e a casas particulares para completar cena de tamanha desolação. Com antecedência que estamos escrevendo, ainda não está averiguado o número de mortos e de feridos, mas aqueles passam muito de 100 e estes de 600 sendo notáveis. Os serviços de assistência prestados a todos pelo mérito da sociedade da Cruz Vermelha Portuguesa também não é menos para registar a forma rápida, porque a cidade voltou à ordem. É a sua vida habitual graças às medidas da Junta revolucionária da Presidência do senhor Sidónio Pais e a índole do povo português, que depois de derramar. O seu sangue pela defesa de uma causa que toma a peito, volta logo a sua atividade pacífica, sem reservas e sem ódios, não tardando a esquecer quaisquer graves nas preocupações da sua faina dia a dia (Ilustração Portuguesa, 1917, pp. 481-483).

Esta tomada do Governo por Sidónio Pais, no final do ano de 1917, impediu os embarques das restantes tropas (Casimiro, 1919).

Tropas portuguesas no *Front*

entre as memórias escritas e as memórias perdidas

O C.E.P. sai de Lisboa sob o comando do General Norton de Matos, a partir de Janeiro de 1917, rumo a França; serão no final da Grande Guerra 1884 militares portugueses com sepultura conhecida, dos 2089 mortos e 291 desaparecidos, segundo lista de 1937. O General Norton de Matos[468], Ministro da Guerra entre 1915 e 1917, com a colaboração do General Fernando Tamagnini, [469]foi o responsável pela organização do C.E.P. - Corpo Expedicionário Português.

Portugal enviou para França uma outra força militar, o Corpo de Artilharia Pesada Independente (C.A.P.I.) – que, integrado no comando do Exército francês, passou a ser conhecido como o Corps de Artillerie Lourde Portugaise (C.A.L.P.). Este Corpo de Artilharia encontrava-se organizado de forma independente do Corpo Expedicionário Português (C.E.P.) e esteve em ação em diferentes frentes de combate. De 17 de Maio de 1917 a 15 de Janeiro de 1918, o C.A.P.I. foi comandado pelo Coronel João Clímaco Homem Teles que, por motivos de saúde, solicitou a sua exoneração.

Aceita-se a definição de que a Guerra é um intenso conflito armado [470]entre estados, governos, sociedades ou grupos paramilitares (como mercenários, insurgentes e milícias), pelo que tem de ser declarada entre as partes e pode não incluir quem marcou posição e ficou fora dela, até pelo menos ser possível não se envolver, como a Espanha. Sendo o reino espanhol neutral, os nossos soldados teriam de chegar a França pela via marítima, onde o conflito se desenvolvia com maior intensidade. O único meio massivo de transporte capaz de levar em uma só viagem grandes quantidades de pessoas e material de apoio ao esforço de guerra (o que

[468] O General Norton de Matos deixou quatro volumes das suas Memórias, reunidas sob o título Memórias e Trabalhos da Minha Vida, publicadas primeiro pela Editora Marítimo colonial de Lisboa e depois em Coimbra pela Imprensa da Universidade de Coimbra, em 2005. Interessou-nos especialmente o III volume, que abrange todo o período da intervenção portuguesa na I Grande Guerra, o cenário que a precedeu e as dificuldades políticas e militares. Norton de Matos foi Ministro da Guerra de 1915 a 1917.

[469] O General Fernando Tamagnini de Abreu e Silva, comandante do Corpo Expedicionário Português, também nos legou as suas memórias, num relato muito expressivo, dado à estampa com o título *Diário de Campanha do general Fernando Tamagnini, 21 de fevereiro de 1917 a 24 de agosto de 1918* integrado no âmbito da Evocação do Centenário da I Guerra Mundial (1914-1918). Até então, durante cem anos, o manuscrito do General permaneceu inédito, isto é, impedido de constituir memória interpretável. Era um manuscrito com 1133 páginas (quadriculadas) distribuídas por 7 fascículos de capa de oleado preto. O Diário tornou-se público graças à investigação e tratamento dos dados e presença, feita por Isabel Pestana Marques, João Vieira Borges e Eurico Gomes Dias. Uma edição de 2018, da Comissão Portuguesa de História Militar.

[470] Cf. How is the Term "Armed Conflict" Defined in International Humanitarian Law? International Committee of the Red Cross (ICRC) Opinion Paper, March 2008.

Cf. https://pt.wikipedia.org/wiki/Guerra#cite_note-2

incluia alimentos a munições, mas também meios hospitalares e de socorro) era o marítimo. As viagens estavam longe da qualidade que teriam poucas décadas mais tarde, sofrendo um bom desenvolvimento no final da Segunda Guerra Mundial, e a quantidade de passageiros dificultava sempre a ação: eram viagens de vários dias, mesmo para curtas distâncias, com muitos passageiros amontoados nos conveses, em péssimas condições, ao lado de animais ou mal instalados sobre todo o tipo de bagagens, onde não faltavam os instrumentos musicais que os soldados teimavam em levar, para animarem os companheiros e manterem o seu próprio ânimo num nível saudável de resistência e confiança. Não sabendo o que os esperava e acreditando ingenuamente que em breve estariam de volta, os soldados recorriam aos mais variados meios para manter viva a esperança de regressar a casa e às suas famílias.

> Em 3 de Janeiro de 1917 foi assinada uma convenção com a Inglaterra para o transporte das tropas para França, o qual deveria ser feito por via marítima e com os custos a cargo da Inglaterra. No entanto este acordo não foi cumprido. Entre Fevereiro e Setembro de 1917, o transporte dos contingentes do CEP foi repartido entre navios ingleses e navios portugueses e a partir de Outubro de 1917 a Fevereiro de 1918 apenas por navios portugueses. De Brest até à zona de combate, Aire-aur-la-Lys o transporte era efetuado por via-férrea[471].

Temendo reações populares, as costumeiras altercações políticas em esfera pública, ou simplesmente dando andamento a ordens vindas da frente da Flandres ou do ministério presidido por Afonso Costa[472], secundado pelo Ministro da Guerra, general Norton de Matos (Matos, 1946; Norton, 2022)[473], os indícios de que a partida do primeiro contingente de tropas portuguesas para o cenário de guerra se terá feito discretamente, à noite, com a saída (quase clandestina) de um barco inglês (pelo menos um) rumo a Brest, parece deixar muitas dúvidas. É que algumas incertezas pairam sobre a memória de tão importante episódio, já que a data do mesmo não parece coincidir entre os testemunhos (com maior tendência a referirem o dia 30 de janeiro de 1917), nem o nome do barco utilizado nesta triste estreia. Também não se sabe ao certo se a embarcação se fez logo ao largo ou se ficou ancorada, a poucas milhas da costa, a aguardar ordens para seguir viagem, longa, de três dias de incerteza, rumo a Brest, o porto que recebia as tropas que iriam juntar-se aos contingentes, sobretudo franceses, que travavam luta desde 1914 e que já acusavam desgaste profundo, dor física e psicológica, a vontade de

[471]Informações sobre os embarques das tropas portuguesas disponíveis em linha e consultados em abril de 2022, em http://www.momentosdehistoria.com/MH_02_01_Marinha.htm

[472] Terceira e última vez que ocupou a presidência do ministério (e em acumulação, a pasta das Finanças), governando de 25 de Abril a 10 de Dezembro de 1917, sendo deposto pelo golpe de Estado liderado por Sidónio Pais.

[473] General José Maria Mendes Ribeiro Norton de Matos, cuja ação militar em Angola granjeara a fama de ser um dos mais importantes estrategas do colonialismo português durante a Primeira República.

acabar com aquele destino feito de ansiedade e incerteza, morte e destruição, que alguns geriam há mais de três anos e que outros encaravam ainda com estupefação e medo, sentimentos todos os dias renovados. Uma das versões refere, com o detalhe do mau tempo, que

> em 30 de janeiro de 1917, apesar de enormes dificuldades climáticas, zarparam do Tejo três vapores britânicos levando a bordo a 1.ª Brigada do CEP, comandada pelo general Gomes da Costa, desembarcando no porto de Brest três dias depois, a 2 de fevereiro. A segunda remessa de combatentes só aconteceria semanas mais tarde, ainda em fevereiro. O transporte de tropas para França foi uma das dificuldades reais para da nossa participação no teatro de guerra europeu. O transporte só era viável por mar e como não dispúnhamos de meios navais de transporte suficientes, a Inglaterra pôs à nossa disposição sete navios de transportes: "Bellerophon" (A), "City of Banares" (B), "Inventor" (C), "Bohemian" (D), "Rhesus" (E), "Flavia" (F) e "Lasmedon" (G), que juntamente com o "Pedro Nunes" e o "Gil Eanes", conduziram as forças do Corpo Expedicionário Português para França, até ao porto de Brest. Os navios britânicos não se encontravam adaptados ao transporte de tropas de Portugal para França, uma vez que tinham sido desenhados para a execução de viagens de três horas entre a Inglaterra e a França e não de três dias, ou seja, não tinham estruturas para as tropas dormirem ou efetuarem refeições mais complexas do que chá e bolachas. Para as escoltas aos dezassete comboios que se formaram para transporte de tropas, o Governo britânico disponibilizou 14 contratorpedeiros que realizaram 98 viagens. (Martins, 1934).

Mais detalhado, o texto de Manuel Augusto Dias (2017) regista:

> A 1.ª leva de combatentes do CEP, que foi desembarcando ao longo de todo o mês de fevereiro de 1917, totalizou cerca de 12 mil e 500 soldados, transportados em 9 navios (2 portugueses, Pedro Nunes e Gil Eanes e 7 ingleses, Bellerophon, City of Banares, Inventor, Bohemian, Rhesus, Flavia e Lasmedon), tendo chegado nas seguintes datas a Brest: no dia 2 de fevereiro, 4 navios; no dia 19 de fevereiro, 2 navios; no dia 20 de fevereiro, 1 navio; no dia 21 de fevereiro, 2 navios; no dia 25 de fevereiro, 3 navios; e no dia 26 de fevereiro, 1 navio. (Dias, 2017).

A instrução militar dos portugueses, apesar de ser conhecida pela designação muito otimista (e mais uma vez recorrendo ao imaginário religioso, num anúncio da própria ação e intervenção divina) de o "milagre de Tancos", acusava muitas falhas: os que conheciam o combate e o poder do fogo, vinham dos exemplos adquiridos numa guerra de mobilidade, em África, para um novo formato, a guerra de trincheiras, onde se abriam buracos e cavavam valas - que seriam a "morada" dos soldados pelos próximos meses. Um parêntesis curioso é aquele que faz o General Gomes da Costa, pormenorizando:

> a organização desta primeira linha não era uniforme: na sua maior extensão, porém, era constituída por postos de guarnição mista - metralhadoras ligeiras e

> granadeiros -, ligados entre si por uma trincheira contínua apenas defendida pela rede de arame. As trincheiras eram em grande parte, providas de *paradorsos* ou redes de arame. Próximo desta linha achavam-se as plataformas das posições ofensivas dos morteiros médios, os seus depósitos de munições e Strombs (buzinas) para darem o sinal de alarme de gás. À retaguarda desta linha ficava uma série de redutos que a apoiava (Costa, 1918, p. 88).

As fardas, que julgavam adequadas, não estavam preparadas para o tipo de condições geográficas e climatéricas, tal como o calçado e o tipo de dieta alimentar, que na guerra tinha menos atrativos mesmo perante a pobreza que era característica em Portugal. As armas eram também desconhecidas. O equipamento usado em França destoava do equipamento que os portugueses conheciam e com o qual haviam sido treinados.

> No desembarque no porto de Brest, atabalhoado e confuso, as tropas portuguesas apresentaram-se em formatura às autoridades locais ao som dos hinos da *Portuguesa* e da *Marselhesa*. A receção foi calorosa e amistosa por parte da população civil local, amenizando o desalento e o cansaço acumulados a bordo.[474]

O C.E.P. começou por ocupar um setor na Flandres francesa, em frente da cidade de Lille. O Setor Português localizava-se no vale do rio Lys, entre Armentières e La Bassée, Merville e Béthune. Esta área chegou a ter 14 quilómetros de frente e quatro setores de brigada (Ferme du Bois a sul, Neuve Chapelle e Fauquissart ao centro, e Fleurbaix a norte).

[474] https://historiaschistoria.blogspot.com/2017/02/, consultado em setembro de 2021.

Os submarinos

A guerra produz momentos que diluem as diferenças dos universos culturais dos seus intervenientes, que deixam assim de ter distinções, entenda-se discriminações trazidas da sua origem, do poder económico, da etnia, da crença religiosa, do género - que antes os circunscreviam nos seus universos culturais individuais, para convergirem depois no ponto mais intenso de uma memória coletiva dolorosa e avassaladora, a interseção de muitos universos no ponto de encontro do desespero, da finalização, do não retorno, onde nem a morte é uma estação identitária. A memória episódica - diretamente relacionada com os eventos autobiográficos (tempo, lugar e emoções associadas, como, quem, o quê, quando e onde), deixa de fazer algum sentido sob os escombros. Isto torna-se bem patente nos relatos dos combatentes (no caso português, histórias verdadeiras e contagiantes na sua dimensão humana, passadas nos cenários dos combates nas colónias africanas e em França, relativas à prestação do Corpo Expedicionário Português e do Corpo de Artilharia Pesada Independente, em operações de vida e morte na Flandres). O ser humano posto à prova nas condições mais extremas é influenciado na sua capacidade de processamento e de recuperação (por vezes impossível) da informação produzida à sua volta. O cenário de guerra, não lugar, é uma não inscrição. É uma ilusão amnésica, por constituir a destruição dos referenciais da realidade.

Aos relatos das principais frentes de batalhas, juntam-se, todavia com outra dimensão, as descrições do que se viveu no Continente e nas Ilhas, que merecem aqui enquadramento.
Na cidade onde António Manuel Trigo nasceu, é criada em 1892 a Cooperativa da Guarnição Militar do Funchal, considerada desde a sua fundação como uma instituição de utilidade pública e [475]que António Manuel frequentará mais tarde. A cooperativa funcionou ao longo de cem anos, inicialmente apenas para sócios e mais tarde para toda a comunidade. Encerrou definitivamente no início do século XXI, ou melhor dizendo, passou então a ter outro formato, o de Sociedade de Consumo, Crédito e Previdência. Havia sido fundada, como se lê nos seus Estatutos -aprovados em assembleia geral numa sessão de 27 de Outubro de 1947-, no dia 1 de fevereiro de 1892, com outra designação, a de Sociedade Cooperativa dos Oficiais do Regimento de Caçadores N.º 12, que anos mais tarde passou a chamar-se Regimento de Infantaria N.º 27. É este Regimento N.º 27 que fará a patrulha das ruas do Funchal na sequência

[475] Cf. Estatutos da Cooperativa da Guarnição Militar do Funchal (1948), Disposições Fundamentais, Art. 1.º, p. 3. ARM, espólio da Cooperativa da Guarnição Militar do Funchal, cx. 1, liv. 1-3.
Sobre o tema, consultámos ainda a informação disponibilizada pela Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira, bem como Silva e Menezes, (1945).

do ataque alemão àquela cidade, em 3 de dezembro de 1917, efetuado a partir de um submarino às ordens do capitão Max Valentiner (Valentiner, 1931)[476].

Apesar de uma exasperante demora, na organização da presença portuguesa na frente europeia da guerra, no início de 1917 Portugal tinha já cerca de 55 mil homens junto do exército britânico, no *Front.*

> Portugal mandou para França, constituindo o C.E.P., 55165 indivíduos, dos quais 3366 eram oficiais, incluindo 2 elementos da Cruz Vermelha, 1 oficial da Armada e, para além destes, mais 54 enfermeiras. Neste conjunto as diferenças eram extremas, pois estiveram desde deputados e senadores, entre os oficiais, e soldados completamente analfabetos; estiveram desde ricos a pobres; escritores, professores e simples agricultores; gente das grandes cidades e gente de aldeias perdidas nas serranias deste país. A diversidade social era imensa. De comum, havia um aspeto: a grande maioria estava contrariada na guerra. Era mínima a porção de militares concordantes com a entrada de Portugal no conflito. (Fraga, 2019, p. 123).

Podia acrescentar-se nesta lista os capelães voluntários que integraram o Corpo Expedicionário.

Norton de Matos, Ministro da Guerra, em março de 1917, aceitou o alistamento de 30 capelães, com o objetivo de poder preencher quaisquer vagas (por doença ou ferimento). Essa posição contrariava a disposição inicial que fixava em 15 o número de capelães, calculado de harmonia com a lei existente no anterior regime monárquico, que dirigia os serviços dos capelães do exército. A proporção estabelecida era de um capelão por cada 3 mil soldados.

Interessante é também a nota de censura específica, distribuída pelo C.E.P. e que se transcreve:

> **Ordem Serviço SPM, no 49, de 27 de Agosto de 1917**
>
> Por ordem de Sua Ex.ª o General [Tamagnini de Abreu], em virtude do determinado por sua Ex.ª o Ministro da Guerra [Norton de Matos], as forças que fazem parte do C.E.P. não podem receber os seguintes livros:
>
> *O livro do Soldado Português*, pelo Padre José Lourenço de Mattos;
>
> *O Manual do Soldado Português*, adotado pela Comissão Central de Assistência Religiosa em Campanha.

[476] Este último livro é uma colagem de textos dispersos pela rede, da Wikipédia a fontes livres e por vezes pouco documentadas, editado por Kristen Nehemiah Horst.

Considerado Criminoso de Guerra pelos aliados, Max Valentiner terá afundado 300 mil toneladas de embarcações durante a Primeira Guerra Mundial e também realizou um dos ataques ao Funchal, no dia 3 de dezembro de 1917, uma operação que descreve nas suas memórias.

> Porque o primeiro contém doutrina contra as Instituições vigentes e à Constituição Política da República e o segundo porque o seu título quase indica que todos os soldados portugueses são católicos, o que não é verdade. V.Ex.ª aprenderá e remeterá a esta secretaria [Quartel-general do C.E.P.] todos os exemplares que aí deem entrada.[477]

Para o livro *Manual do Soldado Português,* a Comissão Central de Assistência Religiosa em campanha encontrou a solução. Alterando o título para Manual do Soldado Português Católico. Nos livros já impressos, colocava-se um carimbo com a palavra (católico). acrescentada (Moura, 2010, p. 59).

Cumpria-se, de modo geral, o desejo de notoriedade registado pelos *guerristas* nacionais, sobretudo a vontade de participar num evento de escala mundial "como aliados e não como subordinados" (Marques, 1974, p. 38)[478] (Meneses, 2015).

O Corpo Expedicionário Português foi equipado na frente de guerra com capacetes, fuzis (armas de fogo portáteis, de cano longo) e metralhadoras, assim como rações "Tommy" – materiais britânicos. Começaram por defender catorze quilómetros da linha de guerra na Flandres. Em abril de 1917, já o C.E.P. operava com duas divisões, dirigidas pelo general Fernando Tamagnini de Abreu e Silva. [479]Por acordo com os ingleses – reconhecendo que a frente era muito extensa – a área de defesa foi reduzida para 11 quilómetros. Em dezembro, o setor de Fleurbaix foi atribuído à 40ª Divisão, britânica. O C.E.P., tal como outras unidades de outros países intervenientes num conflito que parecia não ter fim, acusava cansaço e evidente desgaste, somava as suas baixas e múltiplas carências, reclamava descanso e pedia que outros militares portugueses os rendessem. Mas em Portugal a vontade política tinha mudado radicalmente. Com a tomada do poder por parte de Sidónio Pais, em dezembro de 1917, inicia-se o desinvestimento do país na guerra e a diabolização dos guerristas, o que equivale a constatar: a mais injusta discriminação dos portugueses que combatiam em França. Muitos dos que voltavam ao País eram presos[480] e criticados por terem participado numa guerra que antes era prioritária e considerada tão útil como gloriosa.

Acentua-se progressivamente o estado de degradação do exército português na Flandres: como se disse, as tropas não eram rendidas, nem as baixas repostas; havia carência

[477] FPC/EHS/CX1, Arquivo C.E.P. - Serviço Postal de Campanha (SPC)

[478] Torna-se, neste livro bem notória (a par de outros documentos, é certo) a base de apoio republicana à participação na guerra, transpondo a figura de Afonso Costa e negando uma certa tendência pra considerar a entrada de Portugal na Grande Guerra como uma exclusiva vontade sua. As suas atitudes, aliás, são por vezes muito equívocas.

[479] Nota, pela curiosidade, também ele nascido num dia 13 de maio, no caso, de 1856, em Lisboa.

[480] É o exemplo de Jaime Cortesão, que partiu para França, juntou-se às tropas e foi gaseado. Recebeu depois um louvor e a Cruz de Guerra. Passado pouco tempo do seu regresso a Portugal, foi preso devido à hostilidade antiguerrista dos sidonistas no poder.

de soldados e de oficiais e mais ainda de uma base moral que mantivesse a esperança entre os combatentes. A base cultural e social da mobilização esfumava-se entre brumas dos gases químicos e dos rebentamentos mortais. E sem que isso se percebesse em toda a extensão do que significava, 1917 era finalmente o ano de mudança para a Guerra Mundial, ditando o princípio do fim.

> Em Janeiro de 1917, um jornal britânico publica a informação, enviada por um telegrama do almirantado alemão, indicando que um submarino alemão tinha afundado, no dia 26 de Novembro, um navio de guerra francês na posição já indicada. A 8 desse mesmo mês, o almirantado francês declara finalmente que o navio se tinha perdido com toda a guarnição. O submarino que tinha afundado o *Suffren* fora o U-21, em rota para Cattaro que, quatro minutos antes das nove da manhã do dia 26, tinha detetado o navio francês, a navegar sem escolta e em rota direta (ou seja, sem estar a realizar nenhum plano de zig-zag, ainda hoje habitualmente utilizado como medida anti-torpédica), apesar de ter recebido diversos avisos da possível presença de submarinos nas águas por onde ia navegar. O couraçado francês afundou-se em poucos minutos, tendo levado consigo todos os 648 homens da guarnição. A explosão que ocorreu logo após o navio ter sido atingido com o torpedo foi tão violenta que a onda de choque quase que também afundou o submarino (Caresse, 2009, pp. 178-187).

Como nota, registe-se que o Comandante Fernando Augusto Branco, o avô materno do Dr. Jorge Sampaio[481], presidente da Terceira República Portuguesa, nosso atual regime democrático, foi um dos pioneiros da utilização dos submarinos em Portugal. Há alguns anos, o Dr. Jorge Sampaio em visita à Marinha, incluiu a passagem pela Esquadrilha de Submarinos, onde visitou o edifício do comando e o submarino *Delfim*. O seu avô materno foi então recordado: em 1913 era imediato do *Espadarte*, o primeiro submarino da Península Ibérica, que se estreou numa viagem de Spezzia para Lisboa, em maio desse ano.

Durante a Primeira Guerra Mundial, o Comandante Fernando Augusto Branco serviu nos submarinos que faziam cruzeiro de vigilância ao largo da Barra do Rio Tejo.

> A Grande Guerra estava no seu auge. Exércitos colossais de milhões de homens tão formidáveis como até então, se não tinham visto. Defrontavam-se meio alapardados como toupeiras em trincheiras tão compridas que quase atravessavam a Europa de lado a lado e ainda se estendiam pela Ásia, serpenteando em curvas caprichosas, como uma monumental cobra e fazendo de Campos, outrora fertilíssimos, lodacentos labirintos. Exércitos de todas as Nações agrupavam-se em Corpos de Armada extraordinários; e centenas de milhares de soldados de todas as raças e de todas as cores, acorriam ao vastíssimo teatro de operações. Razias e devastações formidáveis se faziam; destruições horríveis de preciosíssimas obras de arte de toda a espécie, tinham lugar;

[481] Jorge Fernando Branco de Sampaio exerceu o cargo de presidente da República Portuguesa, entre 9 de março de 1996 e 9 de março de 2006.

> arrasamentos e inutilizações de plantações e de florestas se produziam aniquilando comércio, indústrias e agricultura! No *Front* estava toda a gente válida; e na retaguarda trabalhavam todos os restantes, no fabrico de munições em quantidades gigantescas (Branco, 1936, pp. 65-66).

Todavia, é esta a explicação de João Mário Teixeira Barreto sobre os primórdios dos submarinos portugueses:

> a primeira Esquadrilha de Submersíveis tornou-se realidade na Marinha no ano de 1917. No entanto, no passado longínquo, existiu o interesse em construir um meio aquático que navegasse discreto debaixo de água. A ideia foi sedimentada e no século XIX, foram canalizados esforços por vários países na ânsia de criarem um submarino. No século seguinte, o mundo veio a conhecer o valor da arma submarina e o seu contributo para afirmação do poder militar no mundo. Em Portugal, dois oficiais de Marinha percursores da arma submarina, Fontes Pereira de Melo e Valente da Cruz, mostraram o seu valor com os seus projetos. Contudo, nenhum deles viria a ter o sucesso desejado, de ver os seus projetos aceites para construção. Começado o século XX, o país mostrou-se relutante em adquirir a arma submarina, pois havia quem defendesse que seria prematuro adquirir uma arma que ainda não tinha dado provas concretas. Por outro lado, reforçava-se a opinião da necessidade de defender a costa portuguesa incidindo na proteção do porto de Lisboa com recurso a um submarino. Decorridos dez anos após o início do século XX, Portugal ficou no registo dos primeiros países do mundo a adquirir um submersível, que veio a ser construído em Itália. Este passo foi decisivo para o desenvolvimento da Marinha de Guerra Portuguesa, pois o sucesso operacional do primeiro submersível português, o Espadarte, potenciou a decisão da encomenda de mais três unidades deste tipo. Assim, se iniciava na Marinha portuguesa uma nova esquadrilha, composta por quatro submersíveis: Espadarte, Foca, Golfinho e Hidra A primeira Esquadrilha de Submersíveis, contribuiu de forma significativa para a defesa de Portugal, tanto na defesa da costa, durante a Grande Guerra, como através da criação de uma verdadeira escola de submarinistas em Portugal, património que vem até aos nossos dias, sendo valor acrescentado que se constitui como vetor fulcral de treino da esquadra de superfície para a luta antissubmarina (Barreto, 2017, p. IX).

O registo da maior tragédia ocorrida com submarinos portugueses parece ser sobre o que ocorreu no dia 26 de Julho de 1917. O caça-minas Roberto Ivens, quando operava na rocega[482] de minas a cerca de 12 milhas a sul de Cascais, com um desses engenhos e explodiu. Dos 22 homens da guarnição do navio, apenas 7 sobreviveram e, entre os 15 desaparecidos encontravam-se o comandante do navio, Primeiro-tenente Raúl Cascais, três sargentos e onze praças. Registe-se que na toponímia lisboa resiste a memória de Raúl Cascais, cujo nome foi dado a uma rua na zona do Príncipe Real. No final da Guerra, e no âmbito das indemnizações

[482] Nome dado à fateixa, objeto de ferro com braços como as âncoras, ou ao ato de procurar, no fundo do mar, objetos perdidos, como âncoras ou minas.

devidas aos intervenientes, a Armada portuguesa receberia apenas um caça-minas alemão – que seria a canhoneira *Raúl Cascais* em homenagem ao primeiro-tenente falecido.[483]

Em 18 de dezembro de 1915, sendo Ministro da Marinha o Comandante Victor Hugo de Azevedo Coutinho, foram encomendados mais 3 submersíveis com características muito semelhantes às do Espadarte. Por essa altura chegou a pensar-se seriamente na construção de uma segunda esquadrilha, composta por submarinos de maiores dimensões, sendo o primeiro deles construído no estrangeiro e os restantes, com os mesmos planos, construídos no Arsenal da Marinha. Abandonada a ideia foram apenas construídos 3 navios (em Itália), batizados, *Foca, Golfinho* e *Hidra*. Em Março de 1917 foi lançado à água o *Foca*, enquanto o Hidra e o *Golfinho* o foram no dia 19 de Agosto desse mesmo ano. No dia 20 de Outubro desse mesmo ano, foram solenemente entregues a Portugal os 3 navios. Como comandantes foram nomeados para o golfinho, o capitão-tenente Joaquim de Almeida Henriques, primeiro comandante de *Espadarte*. Para o primeiro tenente Fernando Augusto Branco, primeiro imediato do espadarte e que já comandaram durante alguns meses este navio. Para o Foca, o primeiro tenente, Adalberto Soares Serrão da Silva Machado.

O bloqueio naval britânico começou finalmente, a ter impacto na Alemanha. Mas em fevereiro de 1917, o Estado-Maior Alemão convenceu o chanceler Theobald von Bethmann-Hollweg a declarar a guerra submarina irrestrita, com o objetivo de fazer a Grã-Bretanha sair da guerra.

Anotamos que guerra submarina irrestrita – ou "sem restrições" - é um tipo de guerra naval sem efetivamente restrições de neutralidade ou de nacionalidade, com ataques indiscriminados, sem que o atacante apure se são ou não indefesos os alvos atacados. Nesse tipo de guerra, os submarinos são empregados de forma agressiva para atacar forças navais inimigas, especialmente embarcações cargueiras e navios-tanques.

Leia-se o sociólogo João Freire:

> **Os começos da guerra submarina.**
> Nesses primeiros anos do século 20 os submarinos (na realidade, navios submersíveis) tinham já configuração e os equipamentos que os tornaram famosos: linhas fusiformes, hermeticamente fechadas; motores Diesel, baterias e motores elétricos; tanques de lastro para regulação da imersão e lemes de profundidade; periscópio de observação; uma pequena "torre" de onde se comandava à superfície, uma peça de artilharia e os temíveis torpedos de ataque. Também sempre muito deficientes condições para alojar a guarnição. João Freire.

[483] Revista Militar, Número Temático - Maio de 2016, pp 489 - 519.

Em Janeiro de 1917 deixei Danzigue e fui passar algum tempo em Berlim. Não tinha a menor ideia da situação no Mar do Norte; qual não foi a minha surpresa ao ler nos jornais a notícia da declaração da guerra submarina "sem restrições". Em minha opinião - e não tinha mudado de ideias - haviam deixado passar, em Maio de 1916, o momento propício para uma ação em massa dos submarinos; nessa época, os nossos diplomatas tinham recuado diante da América, a propósito do caso *Sussex.* A guerra submarina "sem restrições" teria tido, então, apesar do número bastante limitado dos nossos barcos, um efeito rápido e decisivo, porque os meios de defesa contra os submarinos estavam ainda pouco desenvolvidos e o comércio inimigo, encontrava-se sem proteção alguma. [...]. No dia 6 de maio de 1917, deixei pela primeira vez com o U-19 a Baía de Borkum. A nossa peça antiga de 88 mm, foi substituída por um canhão de 105 mm. A minha missão era perturbar a marcha dos comboios entre a Inglaterra e a Noruega. Mas, havia 2 anos que a situação se tinha modificado muito no Mar do Norte. Os ingleses haviam aperfeiçoado incessantemente os seus métodos de luta contra os submarinos[...] (Freire, 2021, p. 93).

Os aviões

A República, pelo Decreto de 28 de Setembro de 1917 (Lei 162/14, 1917) cria a Aviação Naval, ou como era então conhecida, a "Aviação Marítima". Três anos antes, o Ministério da Guerra anunciara que o Congresso da República criava a Escola Aeronáutica Militar. O seu objetivo era o de, compreendendo os serviços de aviação e de aerostação, instruir a como usar os hidroaeroplanos, pelo que, para o funcionamento da Escola, passava a haver, anexa, uma secção da marinha. O artigo 5 do mesmo Decreto estipulava: "as tropas aeronáuticas compor-se-ão da atual companhia de aerosteiros[484] , das unidades necessárias para o serviço de aviação e da secção da marinha".

O decreto era assinado pelo Presidente da República e pelos Ministros da Guerra e da Marinha.[485]

A Escola Aeronáutica Militar estreou-se com o primeiro Curso de Pilotagem, mas só é inaugurada, na Vila Nova da Rainha, no concelho da Azambuja, no dia 1 de agosto de 1916, já Portugal participava há muito nas frentes africanas da Guerra, essa brutalidade inexorável, como a definiu António José de Almeida[486]. Não nos esquecemos que Portugal combateu logo a partir de 1914, e enfrentou cenários de guerra muito diferentes, em Angola, Moçambique, no Atlântico Central e Sul e no Índico e, desde 1917, na Flandres (onde também se destacaram as marinhas mercante e de pescas). Em 28 de Setembro de 1917, em Vila Nova da Rainha, foi criado o Serviço de Aviação Naval.

[484] A Companhia de Aerosteiros, criada em 1911, constituía uma unidade militar do Exército português.

[485] A saber: [Presidente da República entre 24 de agosto de 1911 e 26 de maio de 1915] Manuel de Arriaga; [General] António Júlio da Costa Pereira de Eça (Guerra) e [almirante e engenheiro hidrógrafo] Augusto Eduardo Neuparth (Marinha). O decreto foi publicado em 14 de maio de 1914.

[486] Preside ao governo da "União Sagrada" em março de 1916, durante o período da Grande Guerra, acumulando com a pasta de ministro das Colónias, reconciliando-se com o Partido Democrático de Afonso Costa. Seria Presidente da República em 1919, depois da morte de Sidónio Pais e sucedendo ao almirante João do Canto e Castro Silva Antunes que, um pouco precipitadamente (e ultrapassando as suas preferências monárquicas) se viu investido como Presidente da Primeira República portuguesa por morte de Sidónio). José de Almeida foi eleito com 87 votos, na sessão do Congresso de 6 de agosto de 1919, ao fim do terceiro escrutínio. O mandato presidencial seria entre 5 de outubro de 1919 e 5 de outubro de 1923. A sua presidência coincide com crises profundas (a começar pela necessidade de pagamento das dívidas contraídas por Portugal para poder face ao esforço de guerra), económicas e sociais, acrescidas de uma epidemia de tifo que – de acordo com a Página oficial da Presidência da República Portuguesa, de leitura disponível em presidência.pt - terá provocado mais de duas mil vítimas.

Depois da morte de Sidónio, José Relvas foi incumbido pelo presidente da República, Almirante Canto e Castro Silva Antunes de formar um novo executivo, a 26 de Janeiro de 1919. Relvas deparou-se com uma realidade inquietante: eram agora 47 os deputados monárquicos, no total de ambas as câmaras da República (deputados e senado).

Em 1917, na região de Aisne, mais concretamente em Laon (ou Lauduno), a 20 de Novembro de acordo com os registos militares, morre Óscar Monteiro Torres[487], pioneiro da aviação em Portugal e o primeiro e único piloto português a morrer em combate durante a Primeira Guerra Mundial. Sem uma grande expressão, o ramo do C.E.P. ligado aos aviões de combate terá um papel muito discreto na Grande Guerra.Os eternos aliados de Portugal, os ingleses, para aceitarem a presença dos militares portugueses no cenário de guerra, impuseram várias condições ao Corpo Expedicionário Português, uma delas era a necessidade de dispor de aviação. Citamos Luísa Abreu:

> No verão de 1917 foi criada uma esquadrilha inicial, com o escopo de mobilizar o pessoal necessário aos quadros da aviação militar que iria para a França. Foi também nomeado chefe dos Serviços de Aviação, com sede em Paris, o capitão de artilharia e piloto-aviador Norberto Guimarães. Cabia-lhe a responsabilidade de orientar a instrução do pessoal navegante e mecânico em escolas francesas e de organizar o número de esquadrilhas necessárias à frente de batalha. Os pilotos disponíveis seguiram para a França para as escolas de aperfeiçoamento de combate, acrobacia, tiro e voo de noite.
> No final do ano de 1917 o Serviço de Aviação estava criado e desenhado no papel. Formá-lo-ia um grupo misto de três esquadrilhas, sendo uma de caça e duas de regulação de tiro. Contudo, tal não chegou a materializar-se. Os motivos da sua não concretização relacionavam-se com a instabilidade política que em Portugal se fazia sentir e, por razões que teremos ocasião de analisar, com a falta de apoio do nosso mais antigo aliado, a Inglaterra, que não enquadrou nem equipou, como inicialmente fora acordado, o Serviço de Aviação. O material aeronáutico fornecido seria composto de aviões Spad e Sopwith para a esquadrilha de caça e outro tipo de material equivalente para as restantes.
> No entanto, foi acordado com o Exército francês que os aviadores integrariam as esquadrilhas francesas operacionais. Tal aconteceu com treze pilotos portugueses, que nelas participaram em 1918 (Abreu, 2017, p. 2).

O referido capitão de artilharia e piloto-aviador Norberto Guimarães supervisionava o Grupo Aéreo, composto por três esquadrilhas: uma de caça e duas de reconhecimento e regulação de tiro aéreo. Pouco antes, foi criada uma "esquadrilha inicial" para efeitos de mobilização e enquadramento do pessoal a enviar para França, a qual funcionou no Quartel de Artilharia 1, em Campolide.

Em 1917, o general Gomes da Costa, comandante de uma das divisões do CEP, conseguiu integrar trinta e um pilotos e trinta e um mecânicos portugueses no "Groupe de Divisions d'Entrainment de Plessis-Belleville". Em Novembro de 1917, foi enviado um pedido à Grã-Bretanha: 10 caças SPAD de 150cv, e respetivo armamento, material de apoio para as

[487] Nasceu em Luanda a 26 de Março de 1889. V. ANEXOS

três esquadrilhas, aviões de bombardeamento, material de regulação de tiro e de fotografia aérea, hangares e barracas para albergar 10 aviões, motores de reserva e sobressalentes, que permitissem operar durante seis meses (e ainda) projetores e material para voo noturno.

Ainda em 1917, durante o golpe de Estado de Sidónio Pais, morrem o tenente António Caseiro[488] e o alferes Martins de Lima, quando o seu avião *Farman F-40* é abatido (com fogo de armas ligeiras e enquanto sobrevoava o Parque Eduardo VII). O jornal *A Opinião*, que se apresentava aos leitores como um Diário Republicano Conservador, traz à capa da sua edição de segunda-feira de 10 de dezembro de 1917, uma coluna entusiasmada (e personalizada) sobre a participação dos Cadetes da Escola de Guerra no levantamento sidonista. Na página seguinte, redige-se uma pequeníssima notícia sobre a demissão de João Chagas, em duas linhas: "consta-nos que pediu a exoneração de ministro de Portugal em Paris o sr. João Chagas"; desenvolve ainda um texto de subtítulo *O sr. Dr. Bernardino Machado é preso à ordem da Junta Revolucionária*, uma notícia de singelas seis linhas e meia - *Às 4 horas da madrugada de Hoje apresentaram-se no Palácio de Belém 4 oficiais comunicando ao senhor Doutor Bernardino Machado, que devia considerar-se ali preso à ordem da Junta Revolucionária. Referidos oficiais fizeram se acompanhar por uma força de 40 praças* -, nada comparável às duas colunas da página inteira, com o título *A Chegada do sr. Machado Santos O caudilho republicano é muito aclamado.*

Numa dezena de linhas, a notícia que mais nos interessou nesta fase do nosso trabalho:

> O Funeral do sr. Martins de Lima realizou-se hoje, sendo muito concorrido: com grande concorrência de amigos e camaradas do extinto. Realizou-se hoje pelo meio-dia, conforme estava anunciado, o funeral do Tenente-coronel Senhor Alfredo Pedreira Martins de Lima, que, como se sabe, foi morto quando do ataque dos revoltosos ao avião que pairava sobre o acampamento do parque Eduardo VII. O caixão era conduzido num carro puxado a duas parelhas ficando o féretro depositado em jazigo de família no cemitério dos Prazeres, onde foram organizados vários turnos (*A Opinião*, 1917, p.1).

Apesar da prestação (considerada heroica, mas indiscutivelmente) modesta da aviação portuguesa na Primeira Guerra Mundial, um feito de exceção iria entrar na memória do país, em 1922: a travessia aérea do Atlântico Sul. A aventura foi o resultado da colaboração entre Gago Coutinho, cartógrafo ao serviço da Marinha que possuía larga experiência em várias missões de cartografia nas colónias portuguesas em África e do seu amigo Sacadura Cabral,

[488] Considerado um pioneiro da aviação portuguesa, António Joaquim Caseiro era natural da Sé de Bragança. Desempenhou funções como instrutor na Escola de Aeronáutica Militar em Vila Nova da Rainha.

piloto com larga experiência de voo. Efetuaram juntos a primeira travessia aérea do Atlântico Sul, no contexto das comemorações do Primeiro Centenário da Independência do Brasil.

Universos culturais e formas identitárias
A memória: lugar cultural incorpóreo ou substancial?

> Se a tradição antropológica ligou a questão da alteridade (ou da identidade) à do espaço, é porque os processos de simbolização colocados em prática pelos grupos sociais deviam compreender e controlar o espaço para se compreenderem e se organizarem a si mesmos (Augé, 1994, p. 158)

A memória pode ser um lugar cultural? Um inventário de espaços, sendo ela própria um espaço no lugar que ocupa quem a produziu ou quando se produziu? E pode esconder, no tempo, entre brumas, o que as evocações mais próximas do presente não entendem, contudo, servindo propósitos de explicação do que somos - assentes no que fomos e como fomos? Durkheim (1912/2002) constitui o par *espaço* (à semelhança do) *tempo* como duas "coisas sociais, produtos do pensamento coletivo". (Durkheim, 1912/2002, p. 23), o que parece responder negativamente à interrogação formulada. E vai mais longe, aprofundado que

> A representação espacial consiste essencialmente numa primeira coordenação introduzida entre os dados da experiência sensível, mas tal coordenação seria impossível de as partes do espaço se equivalessem quantitativamente, se fossem realmente substituíveis entre si. Para podermos dispor espacialmente as coisas, precisamos de as poder situar diferentemente: pôr umas à direita, as outras à esquerda, estas em cima, aquelas em baixo, a norte ou a sul, a leste ou a oeste, etc. etc. (Durkheim, 1912/2002, pp. 14-15).

O "cultural" aparece nos nossos dias como "fenómeno social total", mas não será isso a herança de um primeiro momento do mundo em que a sua natureza obedeceu às mais duras provas, ao cenário beligerante e fratricida que tocou em todos os povos do mundo, enlutando-os e requalificando-os, obrigando a uma recomposição do pensamento, a uma reabilitação do sentimento, a uma aquisição do simbólico, do imaginado e do real, distantes de quase tudo o que os antecedia? Seria hoje esse "fenómeno social total", sem a produção da I Guerra Mundial e da pandemia que se lhe seguiu? Seria a requalificação dos espaços tal como os fomos vendo surgir ao longo dos últimos cem anos, ordenados no heterogéneo, oferecendo-nos uma arrumação do mundo que ainda hoje nos afeta? Durkheim alerta para que "a organização social foi o modelo da organização espacial, que é como que um decalque da primeira" (Durkheim, 1912/2002, p. 15).

Transpondo para o ato da memória, requisição individual e coletiva de um repositório, destinado a evocação futura, o tempo passado e o espaço ocupado, obedecem a esta relação? Como recordar – ou esquecer – um tempo que, ao nível mundial, era a deficiência da desorganização social, com morte, fome, destruição, ruínas – diria Stiegler (2018), de "miséria

simbólica" -, onde o modelo é o da destruição espacial, do património, do próprio ser humano. Durkheim, em resumo, faz coincidir espaço com a sociedade que o habita.

A par, noutra perspetiva, podemos falar de uma *identidade*, quando afinal o que somos, mesmo individualmente, é pluralidade, formatados nos pontos comuns a outros pontos (também comuns a outros), nunca exatos nem decalcáveis, aparentando estereótipos que, em último caso, nos levam a apreender massas, coletivos, grupos unidos por parecenças – desprezando as suas diferenças – e aproximados em universos culturais que são aparentados, mas nunca duplicados?

Toda a produção de memória individual pode ser parte integrante da memória coletiva, pois somos apenas totais em alteridade, tanto pelo que somos em interação com o espaço, como na relação com o tempo que despendemos e usamos connosco e com os outros, elos de um grande círculo da interpretação?

Todos somos o espaço que ocupamos, pelo que somos antes do mais um lugar, mesmo em movimento; um lugar em nós e na relação com o outro.

Todos somos lugar e espaço, diria Michel De Certeau (Certeau, 1980).

Todos somos *nonplaces*, como diria Webber (1964), ou na composição várias vezes repetida de lugar e não lugar de Marc Augé (1992/2005), somos o que ocupamos e o que não ocupamos. De certa forma é o que encontramos em Sacks (1995) quando nos apresenta Jimmie, um paciente com síndrome de Korsakov que descreve em *O marinheiro perdido* (um dos capítulos de *Um antropólogo em Marte*). Jimmie é um não lugar, pelo menos durante os instantes em que é vítima de uma memória "congelada" no tempo, que não se coaduna com qualquer ideia de identidade: parou algures no ano de 1945 e é incapaz de evocar, conhecer ou reconhecer, seja o que for para além do ponto onde parou no tempo. O personagem, um marinheiro, é enfermo da sua memória restrita. É um não lugar, um momento vazio, uma incapacidade de ser (passado ou futuro).

A memória individual permite constituir-se como um efeito de mobilidade transcultural. Ela segue e mantém o indivíduo que a produz, fica no tempo até fora do espaço onde surgiu. É causa e efeito de migração cultural. Clifford (1997), atualizou o raciocínio ao declarar que não existe cultura capaz de sobreviver sem contactos interculturais, propondo uma visão das culturas como "consequências de processos transitórios e complexos de mistura e hibridização". Isso impõe a exigência de criar uma cartografia global dos lugares de memória, marcados pelos ser humanos "que, quer forçados, quer por escolha própria, se viram na contingência de ter de atravessar fronteiras, em diferentes períodos históricos, contextos

políticos, sociais e económicos, e cujas experiências raramente são/foram recordadas, e muito menos comemoradas, pelas culturas locais" (Clifford, 1997, p. 205.

A necessidade de destacar a elaboração de significados culturais e da sua disseminação nas sociedades contemporâneas impõe que nos detenhamos sobre relações de dominação e soberania no processo de produção social-cultural, onde se diluem, por vezes, os grupos que não têm acesso aos meios de produção da cultura. É por isso também que evoluímos com muitas salvaguardas perante os documentos que procuram explicar acontecimentos, já que a frase feita "os vencedores escrevem a história" pode conduzir-nos a armadilhas ou a legitimações de inverdades.

Aduzimos a esta ideia de cultura e das formas que a identificam e com as quais nos identificamos, ou não, as convicções de Terry Eagleton no seu livro A Ideia de Cultura:

> embora seja atualmente moda encarar a natureza como um derivado da cultura, de um ponto de vista etimológico cultura é um conceito que deriva da natureza. Um dos seus significados originários é "lavoura", ou ocupação com o crescimento natural. O mesmo pode igualmente afirmar-se das palavras que utilizamos na linguagem jurídica, bem como de termos como "capital", "ação", "pecuniário" e "esterlina". A palavra coulter, que é cognata de "cultura", significa a lâmina do arado. Derivámos, assim, a palavra que utilizamos para descrever as mais elevadas atividades humanas, do trabalho e da agricultura, das colheitas e do cultivo. Francis Bacon escreve sobre "a cultura e o adubamento das mentes", numa sugestiva hesitação entre estrume e distinção mental. Neste sentido, "cultura" significa uma atividade, e passar-se-ia ainda muito tempo até designar uma entidade. E, ainda assim, não foi provavelmente senão com Matthew Arnold que a palavra deixou cair adjetivos como "moral" e "intelectual", para ser apenas "cultura", em si mesma uma abstração (Eagleton, 2003, p. 11).

A guerra produz momentos que diluem as diferenças dos universos culturais dos seus intervenientes que deixam assim de ter distinções, entenda-se discriminações de origem, de poder económico, de etnia, de crença religiosa que antes os circunscreviam aos seus universos culturais, para convergirem no ponto mais intenso de uma coletiva memória dolorosa. Isto torna-se patente nos relatos dos combates (no caso português dos primeiros combates nas colónias africanas à prestação do Corpo Expedicionário Português e do Corpo de Artilharia Pesada Independente na Flandres).

Um novo universo cultural amalgama milhares de jovens portugueses mobilizados para o combate numa nova realidade diferente das primeiras reportagens que documentam a experiência do recrutamento, do treino, da partida para a frente, estas acompanhadas por um ingénuo otimismo, que via partir os jovens soldados entre vivas e promessas de regressarem

rapidamente de umas "férias em França". A opinião publicada, as altas patentes dos aliados, os políticos dos países envolvidos na Guerra, mantinham uma ideia a vários títulos falaciosa

> entre 1915 e 1917, a organização do terreno dominou a guerra e os exércitos combateram na assunção de que a defensiva podia conduzir à vitória através do desgaste físico e anímico do adversário. O espírito ofensivo foi obrigado a esperar pela evolução dos acontecimentos, até um momento em que o inimigo ficasse em situação de inferioridade ou que alguma inovação tecnológica ao nível dos meios bélicos, o permitisse (Lousada, 2016, pp. 389-428).

Os quotidianos trágicos das trincheiras, do trauma do cativeiro, da resistência, da memória e do esquecimento de todas as diversidades, uniformizam e tornam anónima uma massa de gente em presença. Mesmo tendo em conta a curta intervenção militar portuguesa no teatro europeu da Primeira Guerra (pouco mais de um ano), é enorme essa memória dolorosa do sofrimento e o esquecimento pode vertê-la num limbo de uma decadência rememorativa, atraiçoadora de todos os protagonistas dos acontecimentos dessa época de destruição, dor, e lições a reter. Não se pede a repetição exaustiva dos acontecimentos, numa perseguição cultural contínua, mas o seu registo intenso para que as novas gerações atuem fora do eco das tragédias que os antecederam. Guilherme de Oliveira Martins, oportunamente, pergunta: o "que é a decadência senão a confusão entre memória e repetição?" (Martins, 2009, p. 15).

Concordamos com Paula Hamilton quando refere que as narrativas de uma nação se concretizam sempre em função de uma "retórica do esquecimento" (Hamilton, 2007, p. 122) que resulta da negociação entre o que deverá ser recordado e o que deverá ser negligenciado pela memória coletiva.

De acordo com Maurice Halbwachs (2013), a sociedade tende a reorganizar as suas recordações de forma a ajustá-las às condições variáveis do seu equilíbrio, o que se torna ainda mais marcante em ambientes nacionalistas e nas produções de representações turísticas, nos quais a origem das memórias tende a ser difusa.

Como também afirma Pierre Nora, muitas vezes os *lieux de mémoire* não têm qualquer referente real, constituindo eles próprios os seus únicos referentes, tal é o poder de seleção e imposição dos seus agentes e produtores (Nora, 1989).

Aleida Assmann refere que as memórias são dinâmicas e que aquilo que é recordado do passado depende largamente dos contextos culturais, das sensibilidades morais e das *exigências do presente* (Assmann, 2010). Ousando prosseguir a lógica argumentativa de Assmann, parece-nos que aquilo que encontramos nas narrativas das nações e nas representações turísticas será fundamentalmente uma *tentativa obstinada de recordar para*

criar e justificar, forçando-se e impondo-se as amnésias coletivas inquestionáveis das quais nascem as imagens autorizadas de uma dada região ou nação.

A guerra é uma, muito intensa, realidade cultural pelo que podemos falar assim de uma cultura de guerra, constituído pelo que dela emana inevitavelmente. Uma cultura de guerra como produto singular de todos os universos culturais que a compõem. Nesse sentido, não perder a memória das atrocidades da Primeira Guerra Mundial é um dos esforços que são desenvolvidos mais ou menos conscientemente de 1914 aos nossos dias, enraizando pormenores que engrossam as possibilidades de leitura cultural de épocas e de acontecimentos, de atitudes individuais e de efeitos sobre o que faz coincidir universos culturais naquilo que se torna coletivo nos povos. Todas as formas de manifestação cultural empreenderam essa tarefa, de forma mais ou menos direta e contribuindo, em qualquer dos casos, para a memória futura dos acontecimentos e para a sua apreciação crítica. As visões sobre a guerra e o papel dos seus intervenientes mais diretos, varia muito e ficou nos mais variados suportes (das artes gráficas às tecnologias disponíveis). Os intervenientes no conflito, os soldados da frente, mais ou menos letrados, legaram muitos registos, alguns notáveis e muito esclarecedores, invariavelmente. A imagem composta pelas memórias desses homens por esses homens obriga hoje a muitas reflexões.

A participação de Portugal na Primeira Guerra, em especial a que o levou, em 1917, ao cenário europeu, é o reflexo de uma atitude consciente nacional ou o cumprimento obrigatório, involuntário, não identitário de uma missão? E sendo um período a todos os títulos traumatizante, o fenómeno mnésico não deu lugar a uma profunda amnésia de sobrevivência? Que recordações se perpetuaram depois de 1918? De imediato, a "gripe espanhola" ocupou as atenções. Depois, a crise política da qual resultará o golpe de Estado de 28 de maio de 1926 – que diabolizou a Primeira República, que fez crescer uma ideologia em torno do medo, da censura, da repressão, das distopias de um presente aglutinador e substituto das utopias do passado recente – veio construir, aos mais variados níveis uma memória de substituição para a edificação de um autodesignado estado novo. A figura de Salazar foi-se contruindo como culto de personalidade – Quem vive? Portugal, Portugal, Portugal! Quem manda? Salazar, Salazar, Salazar! (Marques, 2022) - pedia-se que fosse a divisa, o novo lema como num anúncio publicitário da nova ideologia -, o endeusamento das novas políticas onde o líder encarnava a vocação salvífica da sua personalidade e do seu sistema de governação, centrado na sua figura e no formato da ditadura que o legitimava. Até a simbologia erguida em torno da religião, com Fátima a passar de um segundo plano trémulo a uma primeira fila de divulgação internacional e captação turística e de crentes sem comparação.

Não nos esquecemos que, numa primeira fase desta progressão, ainda em 1917, os interesses religiosos caíam sobre outra figura: Nuno Álvares Pereira[489] (Cordeiro, 1921), o patrono da infantaria portuguesa. Proposto como o símbolo da (nova) Nação que se procurava, para uma construção identitária, convergindo na sua figura e biografia, muitas vezes reavivada na memória coletiva, com características relevantes como a heroicidade, a santidade, em suma a portugalidade, aparentemente no seu melhor – foi beatificado em 1918, a 23 de janeiro, pelo Papa Bento XVI, pelo Decreto *Clementíssimos Deus*.

Mais tarde, o processo de canonização foi iniciado em 1921 e interrompido por razões políticas em 1940, quando em Portugal se festejavam os Centenários da Fundação de Portugal e da Restauração da Independência. A pompa e a grande exaltação nacionalista que se preparava em torno da canonização fez com que o Papa Pio XII [490]recusasse a continuidade do projeto e o que aparentemente o regime queria fazer com ele. De uma exacerbada exaltação de uma memória reconstruída, o beato Nuno foi caindo no esquecimento. Em 1953, procurou-se o reavivar dessa memória com a construção, em Campo de Ourique, em Lisboa, da Igreja do Santo Condestável[491], para onde se transladaram as relíquias do Condestável, que estavam no Largo do Carmo. A Procissão de Transladação das Relíquias teve honras militares e presença popular entusiasmada– mas só em 2004, por iniciativa do então Cardeal-Patriarca de Lisboa, D. José da Cruz Policarpo, foi reaberto o Processo de Canonização. O Papa Bento XVI proclamou a canonização do Beato D. Nuno Álvares Pereira como São Nuno de Santa Maria, em 26 de abril de 2009. Nuno Álvares Pereira nasceu a pouco mais de 50 quilómetros de Fátima, em Cernache de Bonjardim[492], e foi o 3º Conde de Ourém.

> D. Nuno Álvares Pereira [493]percorreu os caminhos que ligavam Ourém e Porto de Mós, que lhe foram doados, naqueles dias. Segundo a tradição, as tropas seguiram por Alvega, Fonte Nova, Fátima de Cima, Lagoa da Carreira, S.

[489] https://www.vatican.va/news_services/liturgy/saints/2009/ns_lit_doc_20090426_nuno_po.html.

[490] V. A resenha, sob o título Beatificação e canonização em linha, no sítio https://pt.wikipedia.org/wiki/Nuno_Álvares_Pereira.

[491] Cronologia da Igreja do Santo condestável em Campo de Ourique, disponível no sistema de Informação para o Património Arquitetónico, Da Direção-Geral do Património cultural:

1946-1951 - construção da igreja, conforme projecto do arquitecto Vasco de Morais Palmeiro Regaleira (1897-1968), com decoração de José de Almada Negreiros; pintura da abóbada da capela-mor por Portela Júnior 1953 - o escultor Domingos Soares Branco (n. 1925) realiza o túmulo relicário de D. Nuno Alvares Pereira para ser colocado na igreja; 1951 - consagração da igreja; 14 agosto - inauguração da obra, tendo esta sido realizada com contribuição financeira do Exército português; colocação na igreja das cinzas do Beato Nuno Álvares Pereira, provenientes do Convento do Carmo.

[492] Na atualidade, o Seminário das Missões de Cernache do Bonjardim, edificado em 1791 no parque do Bonjardim, que pertenceu à Ordem de Malta e ao Priorado do Crato, está inserido na quinta de 32 hectares onde nasceu D. Nuno Álvares Pereira a 24 de junho de 1360.

[493] Texto recolhido na página oficial do Santuário de Fátima, datado de 25 de abril de 2009, assinado pelo Padre Luciano [Coelho] Cristino (diretor do Serviço de Estudos e Difusão do Santuário de Fátima, SESDI, até 2 de dezembro de 2012 e membro da Pontifícia Academia Mariana Internacional de Roma).

> Mamede, Carreirancha, Alqueidão da Serra. Segundo outra hipótese, a passagem foi por Atouguia, Moita, S. Mamede, etc. Num ou noutro caso, teve de passar pela atual Cova da Iria. Pouco tempo depois de 1917, essa passagem de D. Nuno em Agosto de 1385, foi logo associada às aparições de Nossa Senhora, na Cova da Iria. De facto, o processo de beatificação de Nuno Álvares, interrompido após a ocupação filipina de Portugal, reativado nos meados do século XIX, novamente interrompido pela revolução republicana (1910) e por outras circunstâncias, teve o seu epílogo, em Portugal, a 7 de Março de 1914, quando o arcebispo de Mitilene, D. José Alves de Matos, juiz delegado, deu a sentença final sobre o culto imemorial e contínuo prestado a frei Nuno de Santa Maria. Finalmente, "a Congregação dos Ritos, a 15 de Janeiro de 1918, depois de analisar o relatório feito pelo cardeal proponente, Vicente Vanutelli (antigo Núncio Apostólico em Lisboa), reconheceu o culto. O Papa Bento XV, a 23 de Janeiro seguinte, ratificou a sentença, tornando-a publica pelo decreto *Clementissimus Deus*, e aprovou a missa e o ofício da festa ao Beato Nuno de Santa Maria, para o dia 6 de Novembro (Cristino, 2009).

As amnésias coletivas parecem presentes no nosso quotidiano, onde ideias e probabilidades que julgávamos ultrapassadas por uma ideia de progresso e de desenvolvimento civilizacional recuam de forma surpreendente, como se para trás não tivesse ficado a destruição e morte que abalou o século passado e trouxe tantas cicatrizes, e necroses culturais ao nosso século. A mesma Assmann (2011) interroga: Ainda existe memória no mundo contemporâneo? Qual o papel da cultura na sua formulação ao longo do tempo? Tais são alguns dos desafios enfrentados por nós.

Tais teriam sido também os desafios enfrentados, de modo consciente ou não, por António Manuel Trigo.

Memórias de paz em tempo de guerra

> **A Memória intencionalidade representativa:**
> a Memória é uma espécie de caso intermédio entre a intencionalidade, identificação da perceção e a intencionalidade representativa e não causal da .. Se acredito que está a chover, a crença é uma representação. Se vejo que está a chover, a experiência visual é uma apresentação direta. E se fechar os olhos e me lembrar que está a chover? Neste caso, parece-me que de facto tenho uma representação, mas a Memória partilha com a experiência visual o facto de ser causalmente autorreflexiva, porque a Memória só é satisfeita se o evento de que a pessoa pensa que se lembra, causar a própria Memória que constitui esse evento como as suas condições de satisfação. Isto é apenas um tipo de Memória, a Memória de eventos, e há muitos outros. Não quero dar a impressão de que estou a tentar fornecer uma explicação completa da Memória (Searle, 2020, p. 136).

Ignorantes de Shakespeare (1596/2013), quando escreve que " a paz é como uma conquista; com nobreza as duas partes se submetem, e nenhuma delas perde" (p.335); esquecidos da sábia constatação de Montesquieu (1743/2000) quando adverte, constatando, que "não são as guerras que fizeram as maiores mudanças na Europa ao longo dos últimos séculos, mas casamentos, sucessões, tratados e éditos" (Montesquieu, 2000, p. 76), acrescentando pouco depois noutro raciocínio registado no mesmo ensaio, baseando-se no que via na mobilização absurda de efetivos militares europeus na época em que escrevia: "chamamos Paz a este estado de esforço de todos contra todos"(Montesquieu, 2000, p. 108)[494]; alheados do progresso que pode advir da ausência de conflitos, a Europa e o Mundo por ela, carregavam o grande peso dos sacrifícios, das carências materiais e psicológicas, da morte e de uma das memórias mais negras da Humanidade. Não esquecemos que se elevava o espírito antiguerra francês do Iluminismo, onde a grande obra *Encyclopédie, ou dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers*[495], editada por Jean le Rond D'Alembert e Denis Diderot, definia que "A Paz é a tranquilidade desfrutada por uma sociedade política; seja interna, através da boa ordem que existe entre os seus membros; seja externa, através do entendimento em que vive com outros povos" (1751-1765: 11: 768).

Em 1914, a 28 de julho, o Império Austro-húngaro declarava guerra à Sérvia. Uma crise localizada, aparentemente circunscrita a uma região e a um motivo isolado, traduzir-se-ia no

[494] O filósofo refletia sobre a Guerra da Sucessão Polaca (1733-1738), conflito que envolveu a França, seu páis Natal, como aliada da Espanha, e como opositor, a Rússia.
[495] (1751-1765). "Paix" in *Encyclopédie, ou Dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers* editada por Denis Diderot e Jean le Rond D'Alembert. Paris: Briasson. 17 vols. Vol 11, p. 768.

maior conflito mundial até então vivido. Dois tiros disparados em Sarajevo, pelo estudante sérvio-bósnio Gavrilo Princip, dos quais resulta a morte da Duques Sofia Chotek de Hohenberg e do seu marido, Francisco Ferdinando da Áustria, [496] presuntivo herdeiro do Império Austro-Húngaro, mudaram o rumo dos acontecimentos mundiais. Para lá das detonações, uma catástrofe cataclísmica será construída sobre a simbologia do ato. Morte, de ideologias, de utopias, de estruturas culturais, civis e militares; e a génese de novos estados e nações. O choro e a dissolução de famílias, dinastias e impérios abafaram os gritos das revoluções desencadeadas. Nasceram, depois dela, novas potências mundiais e a motivação para mais guerras, com um grau superior de destruição e de barbárie. O destino dos povos era arredado de vez das causas geográficas ou culturais, mesmo as de índole religiosa alicerçadas nos séculos, para ser manipulado e definido pelas instituições criadas pelos seres humanos. O terramoto causado pela Guerra causou ondas de choque que ainda hoje nos afetam. Os sismógrafos históricos de 1917, por exemplo, registam o apogeu assassino de uma guerra infame e a reviravolta do conflito, com a Alemanha, recorrendo a novas táticas de guerra, a impor duas grandes derrotas aos Aliados (em setembro esmaga o exército russo em Riga e em novembro as tropas italianas em Caporetto), com a saída da Rússia após a Revolução Russa, de outubro-novembro que deu início à guerra civil naquele país da Eurásia, a entrada dos Estados Unidos e do Brasil no conflito mundial, a assinatura da tão esperada Constituição Mexicana, a primeira constituição da História a incluir os chamados direitos sociais (dois anos antes da Constituição de Weimar de 1919).

Memória – memórias. Sabemos que a palavra, no singular e no plural, opera a transformação espantosa de fazer de uma coisa individual um poderoso apeadeiro coletivo. Sabemos também que ambos os termos cuja etimologia já foi alvo de apaixonadas dissertações e conflitos da mais variada índole, não deixam de ser banais ou banalizações de algumas coisas tidas por essenciais que lhe teriam estado na origem. Nos anos de 1960/1970 nenhum debate intelectual as levaria a sério. Eric Hobsbawn, historiador nascido em 1917, de um modo algo redutor, surge com um conceito a pedir que nos debrucemos sobre o assunto com algum cuidado e demora: *a invenção da tradição.* Não é tanto como alguns autores irão interpretar (Guilherme, 2020).

Foi sobretudo na releitura do manuscrito de António Manuel Trigo que começámos a consolidar a ideia de que o que líamos era a recolha de recordações pessoais pacificadoras,

[496] Filho mais velho do arquiduque Carlos Luís (irmão dos imperadores Francisco José I da Áustria e Maximiliano do México) e da princesa Maria Anunciata das Duas Sicílias.

como se em tempo de guerra a paz interior fosse tão necessária que, temendo provavelmente um desfecho mais extremo, afinal Trigo seguiu a carreira militar e presenciou cenários funestos e arrebatadores, ele quisesse legar (aos filhos) o que de melhor encontrou no seu percurso de vida. Daí também algumas omissões ou a opção de passar à margem de conflitos incómodos e avassaladores. Como outros portugueses do seu tempo, procurou num reduto de esquecimento arredar os cenários da guerra, dos portugueses mortos em combate, da pandemia, das mudanças sangrentas que se sucederam à sua volta (o regicídio, atentados, revoluções, golpes de Estado, o convívio com o sangue e com a morte que a memória do século XX perfilava diante de uma Humanidade exaurida e temerosa para que os vindouros a recordassem, ou procurassem esquecer em nome da sobrevivência, tecendo espaços de amnésia cultural onde a realidade se foi diluindo como coisa imaginada e cicatriz esmaecida pelo passar do tempo).

Evocamos, como tantas vezes o fizemos já, Halbwachs:

> não há memória coletiva que não se desenvolva num quadro espacial. Ora, o espaço é uma realidade que dura: as nossas impressões sucedem- se uma à outra, nada permanece no nosso espírito, e não seria possível compreender que pudéssemos recuperar o passado, se ele não se conservasse, com efeito, no meio material que nos cerca. E sobre o espaço, sobre o nosso espaço --- aquele que ocupamos, por onde sempre passamos, ao qual sempre temos acesso, e que em todo o caso, nossa imaginação ou nosso pensamento é a cada mo mento capaz de reconstruir - que devemos voltar nossa atenção; é sobre ele que nosso pensamento deve se fixar, para que reapareça esta ou aquela categoria de lembranças (Halbwachs, 2013, p. 143).

Travadas à distância do solo Continental, as grandes batalhas onde Portugal entrou ativamente, com incidência particular na I Guerra Mundial (1914-1918) e na Guerra Colonial (1961-1974), e nas quais se perderam milhares de vidas, civis e militares, foram sempre vistas por um prisma cultural afunilado, intensas realidades escondidas entre as brumas da memória e condicionadas pela variabilidade cultural que o tempo e o poder impõem aos acontecimentos. Essas variações culturais de interpretação, comummente ideológicas e comprometidas, fornecem os impactos criadores de diferentes realidades espacial e temporalmente situadas. Isto é, contribuíram para as alterações de como a memória se regista e, de certa forma, evolui de acordo com os processamentos vários que as mudanças políticas e sociais que lhes estejam na origem, contribuindo para a construção social de novas realidades e interpretações.

Um bom exemplo, prende-se com o facto de Portugal, só agora, mais de 100 anos depois Grande Guerra, e quase 50 anos passados sobre o fim da Guerra Colonial, começar a fazer um balanço fiável das vítimas mortais dos conflitos que desgastaram o País e lhe legaram memórias traumáticas que subsistem até aos nossos dias. A memória desses acontecimentos contribui,

todavia, para uma completude da nossa maturidade cultural, a desejar-se sempre crescente nos dias de hoje. A distância em relação aos cenários de guerra – territórios africanos sob domínio português e França, Angola e Moçambique no caso da I Grande Guerra – permitiu-nos produzir realidades culturais menos comprometidas, se as comprarmos com a realidade alemã, por exemplo. Andreas Huyssen sublinha que

> a arte alemã do século 20, é assombrada pelo trauma da guerra da morte massificada e da destruição. O expressionismo, o Dadá e a *Neue Sachlichkeit* [497]são impensáveis, sem os Campos sangrentos da batalha. Da Primeira Guerra Mundial e dos seus efeitos traumáticos na Memória e na imaginação (Huyssen, 2014, p. 67).

Parece legítimo aceitar então que "quanto mais forte é a memória — em termos de reconhecimento público e institucional —, mais o passado de que é vetor se torna suscetível de ser explorado e institucionalizado" (Traverso, 2020, p. 98).

A estas palavras juntamos as que nos disse, há anos, um mestre[498]: "o facto resiste à sua desocultação" [...} "todo o conhecimento é conhecimento no presente". E a memória, disse-nos outro mestre,

> é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, está e permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente das suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, suscetível de longas latências e incompleta do que já não existe (Nora, 1993, p. 12).

Registamos ainda e a propósito o comentário proferido por Boeira (2012, p. 441): "Segundo Nora, a melhor forma de lidar com a tirania da memória seria apreendê-la e percebê-la em seu interior, como propõem, afinal, os seus lieux de mémoire"

A hipervalorização de qualquer tempo evolutivo do percurso do ser humano pode ser excessiva. Há períodos, mesmo assim, que determinam, mais do que outros, opções e originalidades nesse caminho. Ditam, pela sua autenticidade, novos conceitos ou retiram de outros novas leituras, motivam memórias, procuram anular esquecimentos. Erguem monumentos para iludir amnésias e selecionam as recordações que pretendem manter para os vindouros.

[497] A Nova objetividade (*Neue Sachlichkeit* na língua alemã) surge na década de 1920, como movimento artístico como reação ao expressionismo e caracteristicamente como uma realidade artística da Alemanha. Apresenta-se na fotografia, na música, na arquitetura, no cinema (Albright, 2004).

[498] Referimos José Esteves Pereira - cujas palavras, que guardámos nos nossos cadernos de aluno, podemos aqui citar, já que as fixou em suporte escrito (2004) in Percursos de História das Ideias, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

A cultura opera transformações marcantes no espaço onde intervém e a geração de lugares de memória reforça essa ideia e os Monumentos aos Mortos da Grande Guerra são disso um exemplo notório. Estes monumentos modificam o território, de pequena e de grande escala, multiplicam-se pelos cemitérios, lugar privilegiado logo a seguir à guerra para este tipo de manifestação arquitetónica, escultórica, toponímica, azulejar, mas sobretudo ganham presença em jardins e praças e até nas Universidades. Tornam-se elementos consubstanciados na paisagem, estruturando-a, mas que pela quantidade e variedade são rapidamente habitantes dos hábitos quotidianos, rurais ou urbanos. Entram na paisagem quotidiana e substituem-se ao próprio espaço, cumprindo intenções políticas, para lá dos memoriais ou afetivas.

As Políticas de Memória, evidentemente, variam de acordo com a época em que são produzidas. Procuram edificar monumentos para rememoração positiva de atos, decisões e momentos, mas também procuram tapar valas comuns de dores e reminiscências que podem fazer-se ouvir muito tempo depois, em ressonâncias contemporâneas capazes de pedir justiça em nome de antepassados imolados, provocando-se sucessivos novos desafios para a memória viva. Regressam com a evocação memorial as vítimas de todos os genocídios [499]. Regressa a dimensão memorial do genocídio Circassiano do século XIX, dos crimes contra a etnia Arménia na I Guerra Mundial, do Holocausto na Alemanha na Segunda Grande Guerra, dos *Desaparecidos* da Argentina, desaparecimento forçado durante a ditadura militar na Argentina (1976-1983), do Holodomor ou Grande Fome, na Ucrânia Soviética de 1932 a 1933 que causou a morte de milhões de ucranianos, os massacres e as perseguições comandadas pelo ditador Pol Pot no Cambodja, as matanças que o Estado chileno levou a cabo, as mortes nos calabouços da PIDE em Portugal, as execução na Angola pós-colonial, ou as valas comuns encontradas na Guiné Bissau, junto a Cumeré, com ossadas de muitos inocentes condenados sem julgamento e referentes ao período pós-independência, entre 1974 e 1980. A lista não tem fim, mas acusa distância criada entre memória e esquecimento, umas vezes por omissão, outras por esgotamento (um discurso memorialista sempre revisitado deixa de surtir efeito, como o nome pelo qual passamos na placa da rua acaba por ser um símbolo vago, que não traduz ninguém para lá da referência da toponímia).

É a vários títulos do maior interesse, perceber que a memória por vezes se reaviva e atualiza nos nossos dias graças à meditação sobre os enormes desafios que se colocam à nossa contemporaneidade. Escolhemos o exemplo de um livro que lemos sobre o grande desafio

[499] O termo, no sentido em que o empregamos, terá nascido com o uso que o advogado polaco de origem judaica Raphael Lemkin fez desta palavra em 1943. A expressão "genocídio" foi usada para descrever os crimes cometidos contra a etnia arménia na Primeira Guerra Mundial e contra o povo judaico durante a Segunda.

cultural que se depara a todos nós, nos nossos dias e quantificando, como se uma distopia se tratasse, a antevisão pessimista do futuro a médio prazo. As palavras são de Ulrich Beck (2017), numa passagem de texto que oscila entre formatos que evocam a utopia – "hoje é possível e real" "um regime de direitos humanos" – e a distopia de que a memória não servia a Lei em momentos de reclamar justiça perante erros do passado que a mesma Lei não contemplava:

> Holocausto nunca mais!". Esta metamorfose, dissocia os nossos horizontes normativos das normas e leis nacionais existentes, introduzindo a noção de "crimes contra a humanidade". Refiro-me aqui a algo de profundo. Um princípio básico do direito nacional era que um ato não podia ser julgado em retrospetiva ao abrigo de uma lei que não existia na altura em que o ato foi cometido. Assim, enquanto segundo a lei nazi, era lícito matar judeus, em retrospetiva, isto tornou-se um crime contra a humanidade. Não foi simplesmente uma lei que mudou, mas também os nossos horizontes sociais - o nosso estar no mundo. E a mudança ocorreu de uma maneira inesperada, que impôs a atração gravitacional global da ação social e política (um regime de direitos humanos). É exatamente isto que quer dizer com metamorfose: aquilo que ontem era impensável é hoje possível e real, criando um quadro de referência cosmopolita (Beck, 2017, p. 57).

Paul Ricœur (2000) alerta para a existência de uma "Memória impedida, uma memória manipulada [sujeita a ideologias] e uma memória comandada abusivamente" (Ricœur, 2000, p.96). E diz-nos que

> mais precisamente, o que na experiência histórica parece um paradoxo, memória demais aqui, memória insuficiente ali, deixa-se reinterpretar sob as categorias da resistência, da compulsão à repetição e acaba por se ver submetida à prova da difícil tarefa de lembrar (Ricœur, 2000, p. 96).

Ao trabalharmos o ano de 1917[500], não nos fica dúvida: as notícias sobre os acontecimentos mais variados chegavam, invariavelmente, atrasadas, às populações e não havendo também o domínio de uma escolaridade suficiente para as interpretar quando,

[500] Nascem em Portugal, em 1917, as seguintes publicações:

NOTA: com o nome A *Alma Académica* existiram pelo menos doze publicações diferentes. Na nossa pesquisa só nos interessaram duas delas, uma por ser publicada no Funchal (De 11/02/1906 20/03/1910 em 18 números editados por Manuel Nóbrega. Era um semanário policial dos estudantes da cidade do Funchal e teve colaborações, por exemplo, de Cruz B Santos Prisco Rui Silva) e o quinzenário do mesmo nome, que era o órgão de comunicação da Associação académica do Liceu Camões e que foi publicado em Lisboa de 25/03/1917 a 30 de Abril do ano seguinte, em apenas 4 números. Foi dirigido por Antero Moura de Carvalho, Secretariado por Augusto Zago e administrado por Silva Ponce, editado por Virgílio Rodrigues Lima. Nele colaboraram, José duro. Amélia Vilar branca de Gonta Colaço, Gil Franco e Moura Carvalho. Outros títulos, para além d´ Alma Académica que considerámos dignos de registo:

A Academia Lusitana; Alba; Alma Lusa; Arte; O Alcôa; O Binóculo; O Cávado; O Comércio d´Évora; A Crítica; O Eco de Alcácer; A Esperança. O Estrugido; O Fauno; Ideia nova; A Labareda; O Literário; Lusa; O Lusíada; A Moca; Modesto; O Nosso Jornal; Ocidente; O Pagode; O Papagaio; Portas do Sol; Portugal Futurista; A Praia; O Record Literário; O Rival; A Seta; O Sino; Sol Nado; Sphinx; Teatro e Sport; Traços e Troças; A Tradição; Vida Nova; A Voz do Povo.

finalmente, eram recebidas, ora se perdiam ora se recriavam em interpretações nem sempre muito credíveis. Durante a Primeira República os jornais sucediam-se em Portugal Continental e nos arquipélagos dos Açores e da Madeira, mais escassos nas antigas colónias africanas e asiáticas sob poder português e nas comunidades portuguesas no Brasil. Normalmente eram lidos pelo felizardo que lia melhor e que tinha a generosidade de partilhar as notícias com os outros. Numa época efervescente como a da Primeira República, muito havia a partilhar, todos os dias, hora a hora. Mas havia também a contrainformação, com intenções políticas, a informação com intuito dogmático político, e a censura que, por exemplo em tempo de guerra, impedia a utilização dos canais à disposição que levassem da frente de guerra às populações o que realmente se passava e qual a dimensão dos acontecimentos[501] (Pires, 1996).

> Os primeiros jornais, impressos clandestinamente, resultaram da iniciativa de algumas das figuras mais relevantes do setembrismo de esquerda como José Estêvão, Rodrigues Sampaio ou Oliveira Marreca, em 1848, em Lisboa. Vinte e um anos mais tarde, surgem novos títulos, também de duração efémera e sempre na capital. Mas desde os primórdios e até final da I República encontramos jornais editados por todo o País – continente e ilhas –, muitos em pequenas vilas e alguns nas colónias e nas comunidades lusas no Brasil, contrariando a visão de que a influência do Partido Republicano Português se circunscreveu apenas às principais cidades, Lisboa, Porto e Coimbra (Biblioteca Nacional de Portugal, 2011).

Há pouco mais de cem anos (1890, dois anos antes do nascimento de António Manuel Trigo), 76 por cento da população portuguesa maior de 7 anos não sabia ler nem escrever, de acordo com Grácio (1971).

[501] O fórum Promulgadas leis de imprensa sensórias por João Franco. 20/07/1907 durante a primeira República o Decreto 2270 de 12/03/1916 relativo às notícias que se referiam à participação portuguesa na guerra e na sequência do 28 de Maio. Decretos vários também. Censuraram a imprensa. A imprensa periódica literária sofria as investidas da censura, nomeadamente nas seguintes situações. Situações devido à moral pública ser posta em causa, como foi o caso do Portugal futurista apreendido na tipografia, que publicou palavras escamadas proferidas por Almada Negreiros, como ele próprio confessou mais tarde, indo da Sudoeste, cujo segundo número apresentava dois desenhos eróticos "impublicáveis" daquele escritor (Pires, 1996).

A guerra privada de António Manuel Trigo

Distante dos cenários da Guerra, António Manuel travava outras batalhas, a dos militares que ficaram – e ficariam – no Continente. A importância do que escreve impõe a transcrição.

O relato de António Manuel Trigo contém detalhes de memória muito própria, intensa e interessante:

> No dia 18 de Novembro: continuamos de prevenção. Só depois do jantar é que terminou e tivemos licença para sair.
> Neste dia, sai na ordem de serviço da Escola a nota da classificação de disciplina de todos os alunos, dividida em 5 grupos: eu fiquei no 1º grupo. Apenas transcrevo o 1º e 5º grupo:
> 1º grupo: Comportamento exemplar: o aluno tem direito a todos os direitos e recompensas, e com garantias de pedir todas as vezes que quiser, dispensa das refeições, como duas vezes por semana de recolher e uma vez por mês de pernoite.
> 5º grupo: Comportamento péssimo: o aluno não tem nenhuma recompensa e está sujeito ao findar o número máximo de artigos, pelo regulamento disciplinar da Escola, a ser expulso e transferido para uma Unidade, fora da guarnição de Lisboa, numa Província, e fazer o serviço no posto que tem perdendo o direito de tornar a concorrer à Escola, ficando assim sem este curso.
> No dia 21 de Novembro, o curso de Infantaria e de Administração Militar, do 1º e do 2º semestre, foram fazer instrução de tiro na Carreira de Tiro de Pedrouços.[502]
> Partimos pelas 8h. por via-férrea e regressámos por via ordinária, chegando à Escola pelas 17h. Levando cada aluno a sua ração fria para o almoço que constava de meio pão com chouriço, vinho tinto e fruta. Nesta primeira sessão de instrução de tiro cada aluno fazia 15 tiros, os alvos eram marcados até ao número 10, sendo o nº 10 correspondente ao centro, as séries eram de cinco tiros em cada posição, de deitados, joelhos, e de pé, à distância de cem metros.
> No dia 24 de Novembro, o Curso de Infantaria do 1º e 2º semestre tornou a ir à instrução na Carreira de Tiro de Pedrouços. Foram organizadas duas turmas, uma para as 6,30 e outra para as 8,30h, por via-férrea. Eu fui na primeira turma, tendo

[502] Mais tarde, a Carreira de Tiro de Pedrouços teria o nome de "Carreira de Tiro Tenente-coronel Ducla Soares», designação registada pela portaria 3388, publicada em Diário do Governo n.º 246/1922, Série I de 1922-11-28. No Arquivo Nacional da Torre do Tombo deposita-se uma referência original a esta carreira de tiro, com data de 26 de setembro de 1921. Trata-se de um doc. fotográfico (negativo, vidro, p/b, 9x12 cm) arquivada sob o título "FESTA NA CARREIRA DE TIRO EM PEDROUÇOS: G[AGO] COUTINHO, S[ACADURA] CABRAL E V[ÍTOR] H[UGO] DE AZEVEDO COUTINHO. LISBOA", sem autor. Código de Referência PT/TT/EPJS/SF/006/03295.

No final do ano de 1924, a carreira dava pelo nome de Carreira de Tiro Vergueiro – Ducla Soares. Pela Portaria 4306, publicada Diário do Governo n.º 280/1924, Série I de 1924-12-17. No Arquivo Histórico Militar deposita-se o interessante Processo Político - Relatório de Comando da Carreira de Tiro Vergueiro - Ducla Soares, referente ao movimento revolucionário, documento datado de 1927, Fevereiro,17, com o código de referência PT/AHM/FO/011/1/10/846

> sido a alvorada às 4,30 h e em seguida ao café (primeira refeição) seguimos, levando cada aluno a sua refeição fria para o almoço. Neste dia fizemos fogo à distância de 200 e 300 metros, só pelas 14 h é que regressámos à Escola por via-férrea.
> No dia 27 de Novembro tivemos a primeira conferencia (escrita) da 12ª cadeira, "Topografia Militar". Saíram os seguintes pontos:
> 1º Ponto – divisão do terreno apresentado no trecho da carta dos arredores de Lisboa: carta do Estado Maior do Exército.
> 2º Ponto - relações entre a planimetria e altimetria de Brisson [503]e outros. (Trigo, 1948, p.46)

Duvidamos, perante estes relatos, de Joël Candau quando assegura que

> A memória acompanha cada instante de uma vida humana: não há nada de conhecido que não pertença ao passado e que, por consequência, não tenha sido memorizado. A vida quotidiana com os seus imperativos de gestão do tempo pessoal, doméstico e profissional, constitui o primeiro quadro social da memória, aquele que se dá imediatamente a ver em toda a sociedade. Além disso, a preocupação de melhorar os desempenhos memoriais necessários à vida social está na origem de diversas mnemotécnicas, mais ou menos elaboradas e eficazes. (Candau, 2013, p. 59)

A Guerra, que António Manuel não trava, mas para a qual se prepara afincadamente, surge como solução nacional: criará memórias, que dissiparão as anteriores; será a autoafirmação de um País republicano que tardava a definir-se perante os olhos da comunidade internacional (e até dentro das suas fronteiras). A esquerda republicana agarra essa ideia como protagonista da mesma, e reclama, num coro intenso de muitas vozes, que Portugal tem de participar na Primeira Guerra Mundial. O Partido Democrático de Afonso Costa, está à frente dessa ideia. E tem uma equipa (de guerra ou de políticos guerreiros) onde se destacam os nomes de Augusto Soares, Leote do Rego ou Norton de Matos (que será em breve o responsável pelo "milagre de Tancos". A oposição usava os meios ao seu alcance, quase sempre através da propaganda política, nos panfletos e jornais, e nas intervenções parlamentares, para combater o poder que ia pondo e dispondo as peças no tabuleiro nacional com os olhos nesta desejada ascensão internacional. O Corpo Expedicionário Português, por exemplo. era ridicularizado e ao abrigo da imaginação e das iniciais que ostentava, chamavam-lhe **C**arneiros **P**ara **E**xportação. O povo, pouco culto e pouco esclarecido, estonteado pelos caminhos que a política lhe indicava, vê-se apanhado num turbilhão que soma a retirada dos homens das suas casas, confiando a sobrevivência às mulheres, aos idosos e mesmo às crianças que ficam para trás. Os democratas e aqueles que representavam, direta ou indiretamente, a República, colaboravam

[503] Referência às Leis de Brisson, criadas pelo cientista do mesmo nome e aplicadas, normalmente a estudo de curvas de nível e das formas do terreno (Raiz, 1969).

ativamente no esforço de guerra. João Chagas, ministro político plenipotenciário em Paris, logo colocado num dos mais importantes centros da ação beligerante, foi talvez o que mais fez ouvir a sua voz, mandando recados de longe para defender a participação de Portugal no conflito. Com os Democráticos estava o Partido Evolucionista, ligado a António José de Almeida, que acabaria por enfrentar a decisão de combater depois da sua entrada no Governo da União Sagrada, formado após a declaração formal alemã de guerra a Portugal Em Inglaterra, aquele que seria Manuel II, deposto e exilado, recomendava aos monárquicos que se abstivessem de movimentações restauracionistas na conjuntura de guerra.

Para os principais intervenientes internacionais, foram muitos os motivos para entrar na guerra – e também para manter-se nela, mesmo quando as mortes se avolumavam sem parar, os soldados desertavam, a miséria se instalava nos campos e nas cidades. Para muitos era a procura de uma autoafirmação política – que outros apelidam de busca de "identidade".

Ramos (2008) diz que a (jovem, apesar dos incompletos 7 anos de vida) República Portuguesa estava "esfomeada de legitimidade" (Ramos, 2008, pp. 55-94.). António Telo fala da procura de uma "legitimidade interna" e, a um tempo, da necessidade de uma "legitimidade externa" (Telo, 2010, pp. 299-301).

Samara (2003) introduz um valor inestimável na apreciação da República: o setor operário, mobilizado em torno dos ideais anarquistas, era *antiguerrista*.

O operariado e o republicanismo chocarão de modo tão violento, que veremos em 1917 os movimentos operários apoiarem Sidónio Pais e o seu golpe de Estado e desdenharam da República Velha e dos seus patronos. O contexto económico da guerra condicionou todos os países nela intervenientes. O argumento de que "as coisas eram baratas antes de 1914", parece generalizado, embora seja um erro primário. Os salários eram também muito baixos e as dificuldades inúmeras. Morria-se de fome e a guerra não irá alterar esse cenário tremendo. Em Portugal, um curioso livrinho intitulado *Quanto Custa a Guerra*, colocava na ribalta o problema mais intenso:

> Durante a guerra, ou melhor, iniciadas as operações militares, os beligerantes necessitam de manter os seus exércitos no mais elevado nível de rendimento. Para isso, toda a atividade secundária de retaguarda subordina-se imediatamente às necessidades de condução de guerra, subordinação que se vai sucessivamente alastrando às necessidades civis de ordem mais elevada, à medida que o esforço de guerra tem de aumentar para fazer face às forças crescentes do adversário. As despesas resultantes da satisfação destas necessidades em nada diferem na sua essência. As despesas com a manutenção dos exércitos em tempo de paz. Apenas se opera a ativação de uma força latente. Tais despesas dão origem ao custo direto da guerra e têm, por fim, manter as forças ativas da destruição. Em

> contrapartida, o custo indireto da guerra será resultante das perdas ocasionadas pela atuação daquelas forças: perdas em homens e perdas em material, com todas as consequências impossíveis de medir em toda a sua extensão. (...) Apesar da sua complexidade, muitos têm sido os economistas a apresentar uma verba representativa do custo final da guerra, não fazendo sequer abstração das vidas destruídas (Gonçalves, 1945, pp. 12-13).[504]

O ano de 1917 Será também o ano de todos os conflitos. No Verão, as greves sucedem-se: construção civil, telégrafos postais, trabalhadores da companhia das águas, todos paravam para protestar. O mesmo se passava no mundo rural, onde se assistia a levantamentos significativos. Assistia-se aos motins de fome, um pouco por todo o lado.

António Manuel Trigo evita as emoções, já o dissemos, ignorando os grandes traços do vivido à sua volta, sejam os efeitos produzidos pela guerra, pelos surtos epidémicos, pelos abalos da crença coletiva, ou na sequência da visão de camaradas mortos, familiares mortos ou doentes com gravidade, deserções militares, penas e grandes revoltas ou revoluções decisivas. Não se emociona notavelmente à pequena escala da sua terra natal, da escala maior do País ou do efeito global exercido sobre o Mundo da sua época de vida. Em certos momentos, esta atitude narrativa é quase a opção que um surrealista, representante do movimento artístico seu contemporâneo, teria tomado e usado como forma de expressão. Voltam, inevitavelmente, as referências culturais inevitáveis ao ano de 1917 nesta analogia: Trigo-Surrealismo. A começar pela palavra surrealismo, que terá sido criada exatamente em 1917 pelo poeta Guillaume Apollinaire (1886-1918), jovem artista ligado ao cubismo, outro movimento artístico criado cerca de 1907[505], e autor da peça teatral *As Mamas de Tirésias* [506] (Apollinaire, 2012), onde evidencia a lição da guerra de uma forma a um tempo moralista e divertida, considerada uma precursora deste movimento. O surrealismo queria, assumidamente, substituir-se à memória e ao horror dos anos de guerra, e da pandemia de gripe que lhe sucedeu, de modo a ocupar um lugar intelectual de após morte e após destruição, intentando soltar as ideias e a linguagem separando-as da sua função utilitária – enfim, criar memórias para um mundo em chaga aberta, traumatizado, onde parecem escutar-se a cada passo as palavras de Rosseau:

> Eis-me só na Terra, sem outro irmão, próximo, amigo, sociedade que não eu o próprio. O mais sociável e o mais afetuoso dos humanos foi proscrito por um acordo unânime. Procuraram nos refinamentos do seu ódio o tormento que fosse

[504] A Biblioteca Cosmos foi uma das mais pródigas intérpretes da cultura, em Portugal, na segunda metade do século XX, sob a direção do Professor Bento de Jesus Caraça, da Universidade Técnica da Lisboa. A sua primeira edição datou de Maio de 1941, e foi O Homem e o Livro, obra do engenheiro M. Iline. Bento de Jesus Caraça, professor universitário de matemática, foi um destemido antifascista.

[505] Pablo Picasso e Georges Braque foram as figuras principais, na pintura e na escultura; na literatura: John dos Passos no romance; e Maiakovski na poesia.

[506] Na edição portuguesa, na Apresentação do livro por Aníbal Fernandes. Refere-se que "Segundo Louis Aragon, a peça estreou a 24 de junho de 1917".

> mais cruel para a minha alma sensível, e romperam violentamente todos os laços que a eles me prendiam (Rosseau, 2012, p. 369).

No Segundo Manifesto do Surrealismo, em texto bem ao gosto dos seus cultores, André Breton, o teórico do movimento, que em jovem servira como enfermeiro na frente francesa (apurado em 1915 e colocado em Nantes em 1916[507]), combinava os mistérios – das sociedades secretas, da morte, d´" a luva que esconde a verdade das mãos", do próprio corpo, e da memória, celebrando o que é subtraído e oculto, com a vivacidade que encontramos, invariavelmente, nos seus textos: "O surrealismo introduzi-lo-á na Morte, que é uma sociedade secreta. Vai enluvar a sua mão, sepultando aí o "M" profundo por onde começa a palavra Memória" (Breton, 2001, p. 34).

André Breton registou frases que ainda hoje ressoam como pontos de encontro capazes de gerar reflexão e ligações diretas a algumas das nossas observações, como as que fazemos neste ensaio sobre o conceito de eterno retorno. Eis um exemplo, ligado, sem dúvida, à discussão de memória que aqui travamos, como se o próprio surrealismo, para lá de um movimento artístico e literário, fosse uma capacidade geradora de regresso ao passado, de revisitação de memórias epocais e gratas de cada um dos seus cultores: "A mente que mergulha no surrealismo revive, com exaltação, a melhor parte de sua infância."[508]

Não acreditamos que, no entanto, exista qualquer semelhança ou proximidade de António Manuel com os surrealistas, nada disso - e até o surrealismo, em contrapartida, foi mais emocional, anunciando com algum arrebatamento até a tentativa de um golpe de Estado (poético). Esta conduta (diríamos literária) de António Manuel parece ser, tão somente, uma opção de autor, não desejando afastar-se de um inventário esquálido e eficaz, de acordo com normas de conduta previamente estabelecidas, como um inabalável imperativo categórico autoimposto de onde não era possível, nem necessário, sair para cumprir os objetivos do seu relato.

É muito expressivo, de igual modo, o pensamento de um outro Breton, [509]neste caso David Le Breton[510], sobre a morte, que

[507] Em 1917, já em Paris, colabora com a revista, *Nord-Sud*, de Pierre Reverdy, e Philippe Soupault, que lhe apresentam Apollinaire, iniciando assim os dois uma nova etapa de vida social e intelectual muito rica.

[508] Citação do *Manifesto Surrealista*, de 1924. A frase é atribuída, comummente, a André Breton, mas surge associada aos trabalhos de René Magrite.

[509] Doutor em Antropologia e professor de Sociologia na Universidade Estrasburgo II.

[510] Os seus trabalhos influenciam o pensamento sociológico e antropológico sobre o corpo e a corporeidade, e também sobre a dor, o silêncio e as condutas de risco. É autor de uma série de obras publicadas em França e traduzidas em várias línguas por todo o mundo. Obras como *A sociologia do corpo*; *Adeus ao corpo; As paixões ordinárias; Uma antropologia dos sentidos; Do Silêncio; O desaparecer de si: uma tentação*

> é a irrupção brutal de um silêncio arrasador, insustentável. O último sopro é o último som de uma humanidade ainda concebível. Quando a morte se ampara no homem, abate-o de silêncio. Em torno da morte, a palavra falta, mostra-se hesitante; os gestos perdem segurança. O silêncio marca a sua presença com uma intensidade rara. O sofrimento e a dificuldade de comunicar abafam a palavra e a impotência em dar sentido ao acontecimento, em recriar a ligação, multiplica a dor (Breton, 1997, p. 172).

David Le Breton sublinha nos seus estudos que para lá da identidade a importância é a do indivíduo, e

> mesmo da dificuldade que tem em ser isso mesmo, um indivíduo. E o indivíduo é o coração do mundo. O problema hoje não é o grupo, uma classe, uma comunidade, é o indivíduo. E pode não ter recursos para tanto, para sê-lo há que possuir uma energia, um sentido para a vida, um gosto de viver. Há muitas pessoas que não têm isso pela falta de solidariedade, pelo isolamento, pelo cinismo, também pelo que é a ação do neocapitalismo de hoje e do neoliberalismo, que faz de cada um o pior inimigo do outro. É isso a fragmentação do tecido social que faz com que não estejamos juntos, mas lado a lado e muitas vezes contra os outros e não com eles. É preciso encontrar soluções para a tristeza, a depressão, a melancolia. É muito difícil encontrar uma solução que teriam de ser soluções políticas e sociais. É necessário reconstruir o social.[511]

contemporânea; Rostos: ensaios de antropologia; Antropologia da Dor entre outras, estão entre os títulos traduzidos em português.

Cf. https://www.fcsh.unl.pt/eventos/rir-uma-antropologia-de-quem-ri/

[511] Cf. UFCTV Entrevista: David Le Breton

A literatura como objeto fabricante de memórias
Presença de pormenor nos estudos culturais.

No final do século XIX e no início do século XX, alguns poetas cantaram os ambientes religiosos – e os marianos em particular.

Guerra Junqueiro – sobretudo na *Velhice do Padre Eterno*, de 1885 – assinava obra anticlerical, satírica e panfletária (ao jeito de Victor Hugo, em França), mas produzia-a a par de um fervor religioso, onde exalta Cristo e Prometeu e a "absoluta bondade" da Virgem – exemplarmente o faz no seu poema "As ermidas", de *Os Simples* (1892), onde poetiza (Junqueiro, 1946) a figura da mãe de Jesus como desamparada e isolada "numa igrejazinha que é como um pombal". Não deixa de afirmar que a mãe de Jesus de "Bispos não precisa; servem-na pastores, /Capelães de ovelhas". É o tom anticlerical, mas de uma profundidade religiosa surpreendente, que só Guerra junqueiro soube partilhar.

Nobre)1989) é "percorrido" pelo conteúdo religioso nos seus poemas – entre todos, o livro simbolicamente intitulado *Só*, onde o sujeito poético coincide com imagens e práticas do catolicismo (quebrado subitamente por evocações inesperadas como a de Pã, o deus pagão). Teixeira de Pascoaes, o poeta do Saudosismo, parceiro (entre outros) de Jaime Cortesão[512] - médico, escritor, historiador e oficial do Corpo Expedicionário Português - na frente de batalha e na aventura da *Seara Nova* manifesta uma forma muito pessoal de religiosidade, identificando poeticamente a presença de Deus na natureza e a sua evidenciação na mesma.

Notamos um interesse intenso, coletivo, pelas memórias individuais, pela descoberta da intimidade alheia – e por isso a atenção oferecida à longa lista de narrativas autobiográficas, algumas sem grande tratamento literário, como as memórias de António Manuel Trigo, outras de grande intensidade imagética, como, para dar um exemplo, as *Memórias da Grande Guerra (1916-1919)*, escritas exatamente por Jaime Cortesão[513], entre 1917 e 1919, onde história e

[512] Terá como camaradas de armas alguns vultos da cultura portuguesa, como André Brun, Augusto Casimiro, Hernâni Cidade ou o pintor Adriano Sousa Lopes que estiveram com eles nas trincheiras de França.

[513] Jaime Cortesão, intelectual de atividade poligráfica, iniciada pela poesia em 1910 e afirmada nos anos seguintes nos géneros mais diversos, do teatro à investigação histórica (escritor, político e militar que esteve como médico-miliciano na frente europeia da Primeira Guerra Mundial onde chegou como voluntário em 1917, revelando-se detentor de uma visão determinista dos fenómenos sociais e humanos, atento ao materialismo, ao determinismo fatalista, ao positivismo e, em sua opinião, cumprindo uma missão (correspondendo ao apelo utópico-messiânico de um hipotético *mundo novo*). Em 1908, Jaime Cortesão, aderiu ao Partido Republicano, relacionando-se diretamente com Bernardino Machado. Um ano antes da Implementação da República fixou-se em Lisboa, onde se matriculou na Faculdade de Medicina para terminar o curso com 18 valores, apresentando a tese *A Arte e a Medicina — Antero de Quental e Sousa Martins*.

política, cultura e experiência humana são reunidas num volume notável e que o autor assume responder ao apelo de um mundo novo.[514] Foi em 1917 que Cortesão chegou à frente de batalha e as suas memórias, onde os factos estão sempre à frente de qualquer embelezamento literário supérfluo, mostram-nos o intelectual comprometido que, arquitetando a reflexão sobre as exigências extremas da ação, ganhava um espaço, mais tarde desenvolvido, na cultura do seu tempo. Aquilino Ribeiro dirá dele que foi sobretudo um "polarizador de doutrina"; um "catalisador" de ideias, e mais "congraçador" do que "hostilizador dos homens", como o considerou Miguéis (1952).

Ao contrário das memórias de Trigo, Cortesão produz um documento histórico-literário sobre a participação portuguesa na Primeira Grande Guerra, narrando-o na primeira pessoa. E enquanto Trigo vê na sua carreira e no seu tempo o que considera a sua missão como homem, despindo-se de visões messiânicas ou de protagonismos (políticos, sociais, culturais; a sua prosa é o produto simples de um homem cuja única pretensão parece ser a de querer perpetuar-se perante aqueles que lhe sucederão e, aparentemente, escrita sob um talvez explicável sentimento de autocensura, por ser militar de carreira e atravessar vários períodos concretos em que a censura olhava civis e militares com muita intensidade, durante a guerra, no sidonismo, no 28 de maio e na Ditadura, no Estado Novo), Cortesão, com posição política definida e opositora de regimes, ultrapassa a matriz dominante de depoimento vivencial *guerrista*. Aparece-nos assim como um oficial miliciano médico, voluntário no Corpo Expedicionário Português[515], que é também escritor, político e *missionário* republicano (que é e que se assume como tal). Aliás, Cortesão – e Ana de Castro Osório, fazendo-o com veemência em apelos ao Governo da União Sagrada para o perigo que incorria em não combater a contrapropaganda [dita *antiguerrista*] monárquica e católica e protagonizando a liderança da intervenção das mulheres na República -, foi um dos mais ativos protagonistas de uma propaganda patriótica intervencionista.

Nas *Memórias da Grande Guerra*, Jaime Cortesão (Cortesão, 1919) refere mesmo, em tom crítico, que "até Março de 1916 não tinha visto, ainda, o governo tratar de fazer propaganda dos nossos deveres militares, preocupação que levou que o governo viesse a planear um calendário de comícios para explicar ao exército a necessidade da intervenção em França" (p.

[514] Os capitães Jaime Cortesão, André Brun, Augusto Casimiro e Américo Olavo foram considerados os principais memorialistas da guerra - com outros menos reconhecidos como Horácio de Assis Gonçalves que publicaria, entre outros títulos, *Na Ceplandia: Retalhos da Grande Guerra*. (1917-1918), com desenhos do Alferes Balha e Melo. Gonçalves, natural de Vinhais, seguiu a carreira das armas, foi Tenente de Infantaria, diretor da revista *A Guerra*, estudou Teologia e foi secretário de António Oliveira Salazar, quando este foi Ministro das Finanças.

[515] Batalhão de Infantaria nº23, de Coimbra.

20). Uma intervenção que provocava imagens marcantes, tão distantes em emoção das narrativas depurada e de certa forma imaculada de António Manuel Trigo.

Narra Cortesão (1969):

> Nalgumas campas as granadas, depois de partir a lousa, entraram dentro e estoiraram os caixões. Como depois veio a chuva e empoçou lá dentro, vêem-se os mortos a nadar na água verde. Noutros lugares, os projéteis pesados, ao cair, pulverizaram tudo. Ficaram apenas grandes poços com água até ao meio, uma água verde e amarelida, formilhante de larvas e em cujo fundo um ou outro pedaço de cadáver apodrece. A borda dum desses grandes poços de explosão, poisou, alevantada, a parte anterior dum caixão aberto e apodrecido. Vê -se ainda lá dentro, de face à gente, um morto ressequido e encolhido na compostura perturbada de quem para sempre se estendera. Mas na cara gretada e carcomida, de orbitas fundas e queixadas entreabertas, há uma careta lúgubre de espanto. A fantástica mirra ergueu-se e ficou ali pasmada da loucura dos vivos, desta loucura nova e estranha, que até arranca os mortos ao sossego do túmulo. (Cortesão, 1969, p. 165).

Na frente de guerra, no Regimento de Infantaria 23, integrado no Exército britânico, Cortesão terá como camaradas de armas alguns vultos da cultura portuguesa, como Albino Forjaz Sampaio, Américo Olavo, André Brun, Augusto Casimiro, Hernâni Cidade (escritores) ou Adriano Sousa Lopes (pintor). Os capitães Jaime Cortesão, André Brun, Augusto Casimiro e Américo Olavo foram considerados os principais memorialistas da guerra - com outros menos reconhecidos como Gonçalves (1920) que publicaria, entre outros títulos, *Na Ceplândia. Retalhos da Grande Guerra*. *(1917-1918),* com fotografia e desenhos do Alferes Miliciano António Balha e Melo[516] (Sousa, 2010), de infantaria 34.[517] Gonçalves, natural de Vinhais, seguiu a carreira das armas, foi Tenente de Infantaria, diretor da revista *A Guerra*, estudou Teologia e foi secretário de António Oliveira Salazar, quando este foi Ministro das Finanças. Do outro lado das trincheiras, ao mesmo tempo, estava o escritor Gottfried Benn, que também serviu na guerra como médico. O seu primeiro livro, de 1912, intitulado *Morgue (Necrotério)*

[516] Balha e Mello. *Excelente artista modernista que, em Coimbra, acompanhou as ousadias de Cristiano Cruz, Correia Dias, Cerveira Pinto e Luís Filipe. Colaborou em A Rajada, Ilustração Portuguesa, Miau! etc. Participou nos Salões dos modernistas e fantasistas, mas depois desapareceu.*

Uma referência em geneall.net sugere que terá morrido em 1947, em Campo de Besteiros, município de Tondela, mas não apurámos a veracidade da mesma informação.

[517] As datas dos embarques dos militares portugueses criam sempre algumas dúvidas na nossa investigação. Na ficha militar de António Balha e Melo lê-se que embarcou, em Lisboa, com destino à frente francesa, em 19 de janeiro de 1917, o que é inverosímil perante outras referências dos embarques nacionais (que começariam no fim do mês de janeiro e se intensificariam a partir de fevereiro). Na mesma ficha militar boletim individual do Alferes Mello, hoje em depósito do Arquivo Histórico Militar, regista-se que teve baixa ao hospital a 4 de junho de 1918. Quando finalmente é evacuado para Portugal, por via terrestre, acaba colocado no regimento de Infantaria 12. No registo de Gomes da Costa, o regimento de infantaria 34, aqui aludido, terá partido de Lisboa, sob o seu comando, no dia 30 de janeiro. Cf. nota

era uma profecia. Vários escritores germânicos, nomeadamente os autores expressionistas, tinham visto, antes de 1914, a guerra como o que seria: destruição e apocalipse. Uma ferida aberta na História que demoraria a curar.

No ano de 1917 os poucos portugueses que liam, mesmo assim liam muito repartindo-se pelos textos nacionais e internacionais que, sobretudo, publicistas, jornalistas e escritores publicavam e promoviam. Nos antípodas do agrado e da popularidade estariam, por exemplo, autores portugueses como o referido Albino Forjaz de Sampaio que assinava um êxito editorial, *Vidas Sombrias*, um conjunto de contos que mereceu muitas edições e milhares de exemplares vendidos, e, no nadir deste zénite do êxito, a obra inesperada e ousada K4, O Quadrado Azul , folheto satírico, ao estilo futurista, da autoria de José de Almada-Negreiros. E se *Vidas Sombrias* soma retratos da existência mundana, K4, folheto de 20 páginas, é um desafio existencialista, no sentido em que a obra retrata de forma metafórica a relação de duas personagens que o autor associa à geometria e à verdade absoluta das coisas.

A escrita, noutro sentido igualmente vigorosa e realista, que Jaime Cortesão imprime aos seus relatos de guerra, leva-nos a conceber outro paralelo, do outro lado das "linhas inimigas", este com Ernst Jünger, alemão natural de Heidelberg, tornar-se-ia um dos grandes escritores alemães contemporâneos. São suas as descrições:

> Então, o sentimento da frente unia-nos, esse sentimento de solidariedade animal para a vida e para a morte, sobre o qual não paravam de discorrer na retaguarda, com escritos e palavras, entendendo-se como tal, segundo parecia o uníssono fremente do grito de guerra e os clarins tocando a carga nos fogos da aurora.
> Ah! Havia muito tempo que tínhamos trocado o uniforme cintilante desse heroísmo pela linhagem sebenta dos jornaleiros.
> Todos os dias, ou quase alguém era tocado, às vezes mesmo ao nosso lado, outras vezes não dávamos por isso, se não inspecionando a trincheira, quando descobríamos o corpo, já frio no seu posto de vigia. A maior parte das vezes, eram balas na cabeça, efeito de um projétil perdido que tinha encontrado uma fenda entre os sacos de areia. Deve haver no crânio um grande número de artérias e veias; ficávamos sempre estupefactos com a quantidade de sangue que pode correr do corpo de um homem. Havia também aqueles que obuses e minas rasgavam em bocados e que mesmo o seu melhor amigo não teria podido reconhecer. Íamos apanhar com a pá a massa esfacelada, que poisávamos num pano de tenda para se poder embrulhar. Nesses sítios, a greda, muito tempo depois, mostrava ainda encrustadas grandes manchas de ferrugem. [...] De noite, trazíamos os cadáveres para a retaguarda e enterrávamo-los no cemitério que crescia incessantemente. (Junger, 2004, p. 51)[518]

[518] Outro tanto se encontra noutra obra notável de Jünger (1922/2005) que lemos também com intensidade.

NOTA: A capa da primeira edição da Ulisseia é uma foto feita com base num pormenor de uma pintura de 1917, assinada por Oppy Wood, que Oppy intitulou *Evening* e que consta atualmente das obras reunidas mo

Neste livro, Jünger dá-nos a visão alemã da guerra, não muito comum para os leitores dos países triunfantes em 1918. De certa forma, é uma obra de traços utópicos e messiânicos, uma promoção do homem novo e do seu destino, "uma recusa do lado superficial e mecânico do progresso material e da civilização herdada do Iluminismo" (lê-se na contracapa).

Na badana da obra, outra frase chamou-nos a atenção, por prender-se com o tema que temos desenvolvido – a memória:

> Cada pessoa é um afluente da longa memória do mundo. Insubstituível como experiência e como testemunho. E, ao mesmo tempo, sinal da singular comunhão que a todos integra. Para além do sofrimento e do ruído dos combates que tantas vezes nos dilaceram. Na alegria e na tragédia da muito frágil condição humana (Jünger,2004).

Dos diversos estudos culturais aplicados ao cerne deste ensaio, um deles passou pela análise de outro livro, uma fonte inesperada que constituiu leitura capaz de gerar massa crítica e novas interrogações epistemológicas, tal como pretendíamos em cada título anexado ao que escrevemos. O livro situa-se num hiato não classificável: não é um relato voluntário de memórias, não é o relato de um ex-combatente que trouxe à luz do dia o que nas sombras das trincheiras e no retiro amalgamado do seu uniforme, cor de bruma, foi sentindo, não é a dissertação de um político ou a exaltação de um publicista, mas o relato de uma experiência real proporcionada de modo inédito.

Devido às suas manifestas "simpatias aliadófilas", o autor, Ramón del Valle-Inclán, foi convidado pelo Governo francês a visitar a frente do Somme, onde se desenrolou, em 1916, a maior batalha da I Guerra Mundial, a mais sangrenta, cujas estimativas apontam para um milhão e meio de vítimas mortais e certamente a mais tristemente famosa (com a batalha de La Lys, que tantas marcas e memórias produziu entre os portugueses).

O livro datado de 1917, reproduz uma visão "total e inovadora" da guerra e contribui, apesar de não ser um dos mais estudados ou conhecidos do autor, para a renovação dos géneros literários no século XX; chama-se *A Meia-Noite – visão estelar de um momento de guerra;* é sem dúvida um documento ímpar.

> As bombas caem em chuva sobre as trincheiras alemãs, desmoronam-nas, reduzem-nas a escombros, arrasam-nas. A razão nas. É um ciclo onde fogo. E artilharia teutónica, se responde enraivecida nalguns lugares, noutros cala-se impotente para cobrir a extensa linha que os aliados atacam. Os seus parapeitos estão cheios de mortos, e os soldados atónitos, cenhosos com os chefes, esperam

Imperial War Museum de Londres. A foto representa uma tarde nas trincheiras, com dois militares fardados e com os seus capacetes M15 Adrian, ao estilo francês.

A capa tem em rodapé a frase de Jünger: NUNCA UMA GERAÇÃO TRANSPÔS UM PORTAL TÃO SOMBRIO E TÃO PORTENTOSO COMO FOI ESTA GUERRA.

> o ataque da infantaria inimiga, sem uma ideia em mente, alheios à Vitória, alheios, à esperança (Valle-Inclán, 2018, p. 67).

Algumas narrativas de guerra vão tornar-se relatos de grande êxito, algumas misturando a realidade dos campos de batalha com a ficção dominada pelos seus protagonistas. O melhor exemplo será a obra de Hemingway (1958), *O Adeus às Armas*, considerado "o melhor romance americano sobre a Primeira Guerra Mundial". Conta a história de Frederic Henry, condutor de ambulância na frente de guerra italiana. Frederic é inspirado no próprio Hemingway e a história conta a paixão, trágica, em toda a extensão dramática, do jovem soldado por uma rapariga inglesa. Hemingway escreve em prosa um belíssimo poema de amor.

Não nos cabe a menor crítica, até porque aprendemos com Manuel Frias Martins (2000) que "a crítica só merece ser escrita se for crítica de si mesma" (Martins, 2000, p. 11), mas a intenção do ensaio em grande formato, recolhendo fragmentos para a construção coerente de um mosaico, estimulou demasiadas leituras que nunca nos deixaram indiferentes. Algumas passagens (Hemingway, 1958) são tão concisas quanto tocantes:

> - Que se passa?
> - O homem na maca por cima de mim está com uma hemorragia.
> - Estamos quase no alto. Sozinho não posso tirar a maca para fora. – Pôs o motor novamente em marcha. O sangue continuava a escorrer. No escuro, eu não podia distinguir de que parte da maca ele caía. Tentei afastar-me para o lado para não me cair em cima. O que tinha escorrido para debaixo da minha camisa era quente e viscoso. Na perna que me doía sentia-o frio, o que me fazia sentir enjoado. Passado algum tempo o fio de sangue diminuiu, e passou a cair novamente em pingas; ouvi e senti a maca por cima da minha cabeça mover-se quando o homem se instalou mais comodamente.
> - Como vai ele? -perguntou o inglês. - Estamos quase chegados.
> - Morreu, ao que parece (Hemingway, 1958, pp. 84-85).

O pendor narrativo delineia a própria vida; estremece ao ritmo do vivido. Não podemos deixar de achar como as palavras que temos transcrito são diferentes da visão gelada, por assim dizer, de António Manuel Trigo.

Por momentos, e por isso mesmo, vêm (à memória) as sempre agitadoras palavras (Cesariny, 2005) de Teixeira de Pascoaes, quando define, em tom pessimista, mas de um realismo estremecido, seguro pela poesia que dominava como poucos, certo de que *a ilusão devora a realidade* como se lê de seguida:

> A vida é memória, presença de almas num corpo que as alimenta de carne e sangue, porque a ilusão devora a realidade. A vida é memória, coleção de imagens fabulosas e um olhar desolado que as contempla; um olhar que vem

> através da noite do infinito e brilha dentro de nós, como a própria luz da consciência.
> Sem Poesia não há Humanidade. É ela a mais profunda e a mais etérea manifestação da nossa alma. A intuição poética ou orfaica antecede, como fonte original, o conhecimento euclidiano ou científico. E nos dá o sentido mais perfeito e harmónico da vida. Aperfeiçoando o ser humano, afasta-o do antropoide e aproxima-o dos Anthropos. Que a mocidade atual, obcecada pela bola e pelo cinema, reduzida quase a uma fotografia peculiar e uma espécie de máquina de fazer pontapés, despreza o seu aperfeiçoamento moral; e, com o seu fato de macaco, prefere regressar à Selva a regressar ao Paraíso. E assim, igualando-se aos bichos, mente ao seu destino, que é ser o coração e a consciência do Universo: o sagrado coração e o santo espírito. Eis o destino do homem, desde que se tornou consciente. E tornou-se consciente, porque tal acontecimento estava contido nas possibilidades da Natureza. Sim, a nossa consciência é a própria Natureza numa autocontemplação maravilhosa. Ou é o próprio Criador numa visão da sua obra, através do homem. E, vendo-a, desejou corrigi-la, transfigurando-se em Redentor (Pascoaes, 1998, p. 243, sgs).

Da Primeira República, em geografia diferentes, guardam-se dois poetas essenciais, Guerra Junqueiro (o grande poeta da República; poeta panfletário, começou a derrubar alicerces de ideias em plena Monarquia) e Teixeira de Pascoaes (o poeta radicado na memória, o cultor do Saudosismo), que por vezes parece recolher em palavras o sentimento órfão e amargurado de um povo cheio de dúvidas. É claro que a estes dois nomes se coloca em estatura Fernando Pessoa, mas não o vemos, apesar da grandeza, como o porta-voz da ascensão e queda de um período de memórias fortes, fatigadas, fragilizadas, marcantes como foi o da época de que falamos e sobre a qual escrevemos, sopesando-a.

Muito perto dos acontecimentos vividos, lemos uma outra narrativa que considerámos incluir nestas páginas. O relato reporta-se a 1916, sendo um livro apresentado em 1917, ainda durante a Guerra, portanto, por Ramón del Valle-Inclán (1917/2018): falamos de *A meia-noite. Visão estelar de um momento de guerra (1917)* quase ignorado, pouco trabalhado em laboratório académico, mas que é um livro renovador, digno de destaque nos domínios do saber e fundamental como objeto de estudo cultural quando falamos de memórias.

Dos mais recentes romances sobre a Primeira Guerra Mundial, registe-se o título (merecedor do Prémio Revelação Agustina Bessa-Luís 2022) do escritor açoriano Pacheco (2023), *A Guerra Prometida* com edição em 2023.

Distopia ou tempo de desespero e suicídio

Milan Kundera, autor recentemente falecido[519], começa *A Insustentável Leveza do Ser*, provavelmente o seu livro mais famoso, com uma denúncia do que podemos interpretar como uma sufocação da essência da memória: a condenação de voltar atrás para viver sempre o mesmo acontecimento, o mesmo conjunto de acontecimentos, a mesma sequência do acontecido. Esse eterno retorno descaracterizaria qualquer rememoração, tornando-a inútil. Viver e repetir, até à exaustão, soa a condenação eterna, mas, cultural, filosófica e literariamente, é uma advertência poderosa: nada seremos se negarmos a criatividade do que está por vir, limitando a vida a um circuito fechado e reiterado. A utopia de ambicionar novas e desejáveis qualidades, um futuro mais perfeito – como na obra de Thomas More de 1516 – cairia numa distopia, um lugar de extrema privação, zona fechada na contradição de um carrocel repetitivo da existência. Seria um anel, um círculo fechado, sem espaço para a memória, cristalizada na repetição de um só efeito. A complexidade das dimensões sociais, simbólicas e das buscas de ambições identitárias perderiam a sua dimensão, o seu propósito, a sua necessidade de recordação e de partilha.

Leia-se o início do livro de Kundera (1983/1986):

> O eterno retorno é uma ideia misteriosa de Nietzsche que, com ela, conseguiu dificultar a vida a não poucos filósofos: pensar que, um dia, tudo o que se viveu se há de repetir e que essa repetição se há de repetir ainda uma e outra vez, até ao infinito! Que significado terá este mito insensato? O mito do eterno retorno diz-nos, pela negativa, que esta vida, que há de desaparecer de uma vez por todas para nunca mais voltar, é semelhante a uma sombra, é desprovida de peso, que, de hoje em diante e para todo o sempre, se encontra morta e que, por muito atroz, por muito bela, por muito esplêndida que seja, essa beleza, esse horror, esse esplendor, não têm qualquer sentido. Não vale mais do que uma guerra qualquer do século XIV entre dois reinos africanos, embora nela tenham perecido trezentos mil negros entre suplícios indescritíveis. Mas algo se alterará nessa guerra do século XIV entre dois reinos africanos se, no eterno retorno, se vier a repetir um número incalculável de vezes? Sem dúvida que sim: passará a erguer-se como um bloco perdurável cuja estupidez não terá reemissão (Kundera, 1983/1986, p. 11).

E poucas páginas adiante:

> Tudo é vivido pela primeira vez e sem preparação. Como se um ator entrasse em cena sem nunca ter ensaiado. Mas o que pode valer a vida, se o primeiro ensaio

[519] Milan Kundera morreu na cidade de Paris, a 11 de julho de 2023, aos 94 anos de idade. Desejou que a sua obra fosse integrada no estudo da literatura francesa. Natural de Brno, na Checoslováquia, a cidadania checa foi-lhe retirada em 1981, sendo reposta apenas em 2019. Kundera, por isso mesmo, era naturalizado francês.

> da vida já é a própria vida? É isso que leva a vida a parecer sempre um esboço. No entanto, mesmo esboço não é a palavra certa, pois um esboço é sempre o projeto de alguma coisa, a preparação de um quadro, ao passo que o esboço que é a nossa vida não é o esboço de nada, é um esboço sem quadro (Kundera, 1983/1986, p. 17).

Ao mito do eterno retorno consagrou o filósofo romeno Mircea Eliade uma obra que ainda hoje merece estudo. Escrita entre Cascais e Paris nos anos 40 do século passado, o longo ensaio observa como sociedades tradicionais são resistentes a mudanças, sobretudo à alteração da memória, revoltando-se contra o tempo concreto, histórico, com uma aparente nostalgia de um regresso periódico ao tempo mítico das origens, ao que Eliade chama a uma Idade do Ouro. E esclarece que

> só descobrimos o significado e a função daquilo a que chamamos "arquétipos e repetição" quando compreendemos a vontade que essas sociedades tinham de recusar o tempo concreto e a sua hostilidade em relação a qualquer tentativa de "história autónoma, isto é, sem regulamentação arquetípica (Eliade, 2019, p. 11).

A ideia misteriosa de Nietzsche cativou também Giles Deleuze levando-o a formular a explicação de que

> a repetição no eterno retorno aparece sob todos estes aspetos como a potência própria da diferença; e o deslocamento e o disfarce do que se repete só fazem reproduzir a divergência e o descentramento do diferente num só movimento, que é a diaphora como transporte (Deleuze, 1988, p. 470).[520]

Deixou-nos o Padre António Vieira muitos pensamentos numa vasta e singular herança, não desprovida de polémica, é certo; são dele as palavras: [521] "Tudo é morrer e esquecimento da morte" (Vieira, 1673/1971, p. 326).

Quem terá afinal razão? Nietzsche ou Vieira? Kundera? Ao mesmo tempo, aparentemente, há uma crise de pessimismo e de desespero, não só devido à bancarrota de 1891 e a inúmeros problemas económicos dela resultantes, a começar pela ameaça da fome que se faz sentir, mas diretamente relacionada com o desespero de viver sem horizontes.

Diz-nos, por seu turno, Jean-Marie Domenach, que "os espíritos mais fecundos e inesgotáveis não deixam de pagar um preço altíssimo por se terem instalado e permanecido no centro do trágico" (Domenach, 1968, p. 29). Talvez por isso, no auge deste derrotismo existencial, deste determinismo fatalista que a conjuntura parece carregar, acumulam-se os

[520] A diáfora é a repetição de uma palavra com sentido diferente e remete ao trabalho de retornar ao já conhecido em cotejo com o que se busca conhecer para extrair outros conhecimentos, o que explica também o caráter de redundância do símbolo (Almeia & Oliveira, 2020).

[521] A citação faz parte das *Cartas I-III* coordenadas e anotadas por J. Lúcio de Azevedo. NOTA: A edição de 1970 é a do Tomo I prolongando-se na de 1971 (II-III).

suicídios, nomeadamente no início do ano de 1890, sendo os mais notáveis os do historiador e africanista António Francisco da Silva Porto, que era capitão-mor em Bié, quando a população local se revoltou incendiando-lhe a casa e tudo o que contava como sua propriedade. Silva Porto fundou a povoação de Belmonte, mais tarde Silva Porto e atual Cuíto (Kuito, Angola, capital da província do Bié). Encontrando-se na miséria, em fim de vida, escreveu a Luciano Cordeiro (1890): "Sou um inválido e pobre. Não tenho pão e olho para o consolo supremo ... morrer na pátria".

Silva Porto suicidou-se envolvido na bandeira nacional, ateando fogo a um barril de pólvora e explodindo com ele.

Também o escritor Camilo Castelo Branco se suicidou, com um tiro de revólver, depois de uma visita médica que, aparentemente, confirmou a irreversibilidade da cegueira que o limitava cada vez mais.

Constitui exemplo ainda o almirante e engenheiro hidrógrafo Frederico Augusto Oom, fundador e primeiro diretor do Real Observatório da Ajuda (Observatório da Tapada ou Astronómico de Lisboa), que precocemente pôs termo à vida. São exemplo de um outro tipo de vencidos da vida, bem diferentes da aura intelectual com que o termo, escolhido por Oliveira Martins, em 1888, enfeitava a amizade de onze intelectuais do final do século, um "grupo jantante", unidos pela cultura. A designação com que Oliveira Martins batizou o de onze intelectuais portugueses, que se encontrava ora no Café Tavares ora no Hotel Bragança e que congregava, para fins de mero convívio e diversão, os membros mais destacados da chamada Geração de 70, entre os quais o próprio Oliveira Martins (autor da denominação *Vencidos da Vida*), Ramalho Ortigão, Guerra Junqueiro, António Cândido, o Marquês de Soveral, o conde de Ficalho e, a partir de 1889, Eça de Queirós. Para além destes, e para completar o grupo dos onze também participaram Carlos Mayer, Carlos Lobo d'Ávila, Bernardo de Pindela e o conde de Sabugosa. Esta aparente inércia, esta falta de emoção de vencidos, antecede múltiplas transforações sociais e culturais.

Teixeira de Pascoaes, cuja poesia “pertence, sem dúvida, às obras sagradas pela categoria de magnitude, em tamanho e valia” e no qual o “encanto era a verdade das coisas reveladas” (Maia, 1980, p. 111) é, alguns anos depois, o expoente de uma cultura de emoção e comoção que encerra um século, oferecendo-nos outro, carregado dos pesos finisseculares, que cosem de sentimento o que se sente em Portugal, onde por palavras suas “a paisagem é a segunda mãe dos homens” e o país um “ermo lugar de aparições” (in *Vida Etérea* (Pascoaes, 2011): “Ermo lugar / De Aparições / Onde à noite, me empecem, ao luar, / Os Murmúrios, as

Luzes e as Visões"). É ele, o "doutrinário de Portugal" (Dias, 2011, p. 2), o guardião da saudade, esse ponto de encontro de todas as orfandades portuguesas.

> Saudade é criação, perpétuo casamento fecundo da Lembrança com o Desejo, do Mal com o Bem, da Vida com a Morte... De resto, deixe-me dizer-lhe: verdadeiro é tudo aquilo que o espírito concebe. Uma ideia, enquanto vive, é verdadeira. Ora nós, em Portugal, precisamos duma Verdade que seja a nossa razão de ser. Concorda? (Pascoaes, 1988, p. 107).

Teixeira de Pascoaes será com António Sérgio (dois intelectuais no topo da demanda identitária do Pais e do seu tempo) protagonista de uma polémica intensa sobre a saudade e o saudosismo – esses tempos nostálgicos da memória -, uma polémica que levou Sérgio a declarar (Pascoaes & Sérgio, 1988) "1º Que é realmente a saudade; 2º Que representou ela nas nossas letras; 3º Que poderia ela representar hoje" (Sérgio, 1988, p. 97).

Acrescentando:

> Vocês teimam em ressuscitar o que não tem hoje condições de vida, obcecados pela ideia absurda de que certa maneira de certa época é uma maneira absoluta a que nos temos de sujeitar *per omnia saecula saeculorum*. A saudade não era, como agora, premeditada; não foi um programa literário, uma combinação entre poetas, um *mot d'ordre*, uma mania, uma tabuleta, um artificio. (...) Ninguém havia previamente combinado escrever assim. A saudade foi resultante de verdadeiros apartamentos (Sérgio, 1988, p. 98).

Enorme perda também é a que ocorre em 11 de setembro de 1891: Antero de Quental cometeu suicídio, com dois tiros, num banco de jardim junto ao Convento de Nossa Senhora da Esperança, no Campo de São Francisco, onde (quase ironicamente) está na parede a palavra "Esperança". Em 1890, devido à reação nacional contra o ultimato inglês, de 11 de janeiro, Antero tinha aceitado presidir à Liga Patriótica do Norte, cuja existência foi efémera. Quando regressou a Lisboa, em maio de 1891, instalou-se em casa da irmã, Ana de Quental. Portador de distúrbio bipolar, nesse momento o seu estado de depressão era permanente. Após um mês, em junho de 1891, regressou a Ponta Delgada, e cerca das 20h00 desse dia 11 de setembro, interrompeu o génio, legou-nos a vastidão incomparável de uma memória. Sim, porque "os quadros coletivos da memoria não se resumem a datas, nomes e formulas, representam correntes de pensamento e de experiência onde reencontramos o nosso passado porque este foi atravessado por isso tudo" (Halbwachs, 2013, p. 71).

De Quental retemos tudo, do sentimento ao ensinamento, porque

> À comunidade de pensamentos não a dissolvem os mares e os continentes entrepostos, porque dos mais arredados pontos da terra se vê sempre o alto sítio

> do céu aonde os espíritos pelo fitarem com um mesmo e comum amor se juntam e unem indissoluvelmente (Quental, 1989, p. 29).

Ocorre citar as palavras de Oliveira Martins, culturalmente condicionadas pelo tom do pessimismo, do que é "fatal" em muita da produção literária portuguesa, não só da época, mas transversal à nossa história: "acima dos planos dos homens, está a obscura fatalidade das cousas levando as sociedades para destinos indetermináveis" (Martins, 1896, p. 64).

Referimos que neste mesmo ano de 1896 morria um adversário cultural de Joaquim Pedro Oliveira Martins, o escritor e pedagogo João de Deus, introdutor no ensino do método da Cartilha Maternal. Oliveira Martins mandou tirar das salas de aula as referências à Cartilha, à qual se opunha. Apesar de tudo, Martins escrevia o que acima transcrevemos num ano em que a cultura produzia também um lado otimista e alegremente crítico dos tempos, por exemplo com a acutilância de Bordalo Pinheiro. O número de 6 de fevereiro de 1896 do seu jornal ilustrado *O António Maria*[522], que aliás homenageava (nas páginas 2-3) João de Deus, recentemente falecido, não poupava, pelo humor de palavras e caricaturas, a sociedade portuguesa, a sua elite, os seus políticos. Até figuras como o Gongunhana (Vilhena, 1999)[523] não escapavam ao olhar mordaz, satírico, alternativo de Bordalo. Neste mesmo número há um destaque do Teatro São Carlos e à presença da Companhia do Teatro Nacional de Marselha no Teatro D. Amélia, e a uma versão de Hamlet de Shakespeare ali representado. Nem falta um autorretrato de Rafael Bordalo Pinheiro e um elogio que presta homenagem a Keil, o" ilustre autor de Irene, que tanta honra a arte e o nome do seu país" (in *O António Maria;* 1896:433). Keil assinaria pouco depois com António Lopes de Mendonça *A Portuguesa. O António Maria* enchia as suas páginas com referências aos republicanos e à República. Sem dúvida alguma que os movimento cívicos, os espetáculos públicos, os hinos, cantos e poemas, os textos dos publicistas e dos jornalistas, os monumentos ou a reabilitação de certa monumentalidade e de figuras expressivas do passado, a par com objetos (bandeiras e a análise da bandeira nacional que em breve seria outra), etc, participam do processo de construção social da base da nova sociedade, de matriz republicana, que chegaria com a revolução de outubro, em 1910.

[522] Jornal de humor político, dirigido por Rafael Bordalo Pinheiro, com início em 1879 e tque acabou em 1898. Cf. http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/FichasHistoricas/OAntonioMaria.pdf, consultado em linha em12 setembro 2016.

[523] Lê-se na Wikipédia: "Ngungunhane, Mdungazwe Ngungunyane Nxumalo, Nghunghunyani, N'gungunhana, Gungunhana ou Reinaldo Frederico Gungunhana foi o último imperador do Império de Gaza, no território que actualmente é Moçambique, e o último monarca da dinastia Jamine" (Vilhena, 1999).

Desta enumeração memorial, desta lista de desaparecimentos, dessa rutura operada pelo triunfo do trágico[524], retemos as palavras J. Guilherme Merquior quando assume o "sentir que a rutura pertence como tal à lei das coisas" (Merquior, 1969, p. 232). Ou assumir que "cada linha que podemos hoje fazer com que seja publicada é – tão incerto é o futuro ao qual a legamos – uma vitória arrancada aos poderes da escuridão" (Adorno & Benjamin, 2012, p. 460). Em Benjamin, aliás, há a constatação gritante de como o esquecimento cicatriza a memória, de como a humanidade avança, provavelmente apenas, porque esquece os seus piores momentos, fomentando para sua sobrevivência uma amnésia resistente. O pensamento de Benjamin, todavia, evoca e defende o direito à memória, os seus sentidos e significados a partir da (sua) contemporaneidade: o horror da Primeira Guerra Mundial e o silenciamento vivido pelos soldados e das suas experiências traumáticas. Estas ideias de Benjamin (2006, 2012) aproximam-no das reflexões de Hanna Arendt que, não tendo a ideia de memória como fulcro, embora analise conceitos relacionados com História e Memória, partilha com Benjamin a preocupação de analisar o que está na relação da liberdade individual e a tradição. Liberdade individual e tradição, em relação com o mundo que herdamos, são preocupações comuns aos dois pensadores. Para Hanna Arendt, a capacidade humana de realizar a inversão, a passagem da vida biológica humana à imortalidade, é a recordação, ou por outras palavras, a memória. E muitas histórias contadas ao longo dos séculos pelos seres humanos das mais diversas culturas e expressões, a entrada no mundo da imortalidade faz-se através da memória (Mnemósine),

> a História acolhe na sua memória aqueles mortais que, através dos feitos e palavras, se provaram dignos da natureza, e a sua fama eterna significa que eles, para lá da mortalidade, podem permanecer na companhia das coisas que duram para sempre (Arendt, 2016, p. 62).

Durkheim por seu turno chama a atenção para que "as maneiras de agir, pensar e existir exteriores aos indivíduos são dotadas de um poder de coerção, assim como os fatos que se impõem a ele" (Durkheim, 2007, pp. 1-14).

Foi talvez essa seletividade de memórias e esse pendor de esquecimento intencional que mais nos intrigou nas "Memórias" de António Manuel Trigo, que guarda como suas evocações coletivas – mais o golpe de Estado de Sidónio do que a Guerra para a qual o seu pai havia sido mobilizado, ou o fenómeno cultural de Fátima, que parece atraí-lo apenas muitos anos depois, ou mesmo a Revolução Russa, à qual não dedica atenção.

[524] Não se emprega aqui o termo com conotação ao género literário dramático - os enredos da tragédia intercetam-se e derivam de situações que produzem outros enredos num desenvolvimento contínuo de sucessivas ramificações – mas com o seu sentido figurado mais comum.

Morte
Lições e ilações que não se aprendem

O espetáculo da morte é a melhor lição de humildade. (Dias, 1919, p. 165)

Apesar de algumas visões dissidentes, consideramos legítimo situar o fenómeno militar e a questão da morte como núcleos fundamentais dos estudos de cultura, porque é no campo cultural que operam as maiores transformações, porque é no campo cultural que se encontram explicações para a investigação das suas causas e efeitos. Cada efeito de guerra, por mais que a sua causa seja frívola, é uma viragem cultural e a Grande Guerra não foi exceção, pelo que gerou, destruiu, impossibilitou e causou com repercussões profundas nos anos que se seguiram ao seu término.

A guerra expurga o sentido da morte e anula o seu reconhecimento, impele o seu significado para a vanguarda e confunde tudo o que fica aquém e para além dela: é que "a vanguarda da morte é o envelhecimento, e por isso conhecer o envelhecimento é conhecer também a morte" (Morin, 1988, p. 293).

Na guerra não se envelhece, pelo contrário, abate-se o futuro por troca direta com a inteligência que podia (e merecia) estar à sua espera.

Por vezes, os acontecimentos de certas épocas e lugares parecem contradizer a sentença de que "os lugares da memória podem ser comparados à memória de longo alcance, graças à preservação de seus suportes materiais" (Nora, 1993, p. 13). Os lugares de memória "nascem e vivem do sentimento de que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, registar atas, porque essas operações não são naturais (Nora, 1993).

É que esses suportes, façam parte de memórias fixas ou deslocalizadas, exigem como substituto um discurso de novas memórias ou simples cobertas de amnésia resistente que deixem fora dos temas as dores provocadas, as lágrimas vertidas, as ausências nunca repostas. Pierre Nora, que nos permite entender esses lugares de memória, afirma que os mesmos podem ser classificados como lugares topográficos (bibliotecas, arquivos e museus), lugares funcionais, a que pertencem os manuais, as autobiografias ou as associações; e lugares monumentais, cemitérios ou os mais diversos elementos de arquitetura.

A destruição dos suportes materiais faz hoje erradicar da lembrança realidades que parecem, aos nossos olhos e por falta de vestígios, quase inverosímeis. Fazem também irradiar

um imaginário variadíssimo, proporcionando sentir o que não existe, pela presença ausente de acontecimentos erradicados, capaz de gerar uma idealização memorial de algo que não é mas que se presume ter sido. É também por isso que relevamos a temática memorial como interesse e objeto de estudo, conferindo e sugerindo a importância da Memória nos Estudos de Cultura, onde deve inscrever-se na matriz da investigação como alínea fundamental. Nessa área de estudos, subdividimos em alíneas as matérias. Numa delas está cultura de guerra, com características autónomas e tão diversificadas, que aos nossos olhos enriquem a matriz única, porque original, dos Estudos de Cultura. A política de memória da Primeira Guerra Mundial – e dos anos que, de imediato, foram afetados pela sua enormidade – é oscilante entre a construção e a reconstrução, movimento de intenções que Nora entendeu como uma redefinição de identidade[525] (!) e Maurice Halbwachs terá visto como uma incorporação (na História e no coletivo):

> Não basta reconstituir pedaço por pedaço a imagem de um acontecimento passado para obter uma lembrança. É preciso que esta reconstituição funcione a partir de dados ou de noções comuns que estejam em nosso espírito e também no dos outros, porque elas estão sempre passando destes para aqueles e vice-versa, o que será possível se somente tiverem feito e continuarem fazendo parte de uma mesma sociedade, de um mesmo grupo (Halbwachs, 2013, p. 39).

Esquecemos, por exemplo, que em Angola e Moçambique morreram milhares de soldados portugueses durante a Primeira Guerra Mundial. Na Flandres, em La Lys, o Corpo Expedicionário Português foi quase completamente aniquilado. Em todas as frentes – África e Europa - todos os que foram abandonados à sua sorte, morreram das balas, das bombas, do gás massivo e letal, mas também de doenças várias, da fome, da sede, de uma gigantesca falta de respeito humano que a República promoveu e que Sidónio Pais assinou voluntariamente com uma desastrosa política antiguerrista que não foi mais do que a condenação à morte dos últimos combatentes mobilizados para mais um dos grandes fracassos mundiais. O cemitério de Palma ou o ossário de Mocímboa da Praia, no Norte de Moçambique ficaram num ponto qualquer da memória que apagou os horrores que lhes deram origem, são hoje ténues lugares de memória, destruídos, pilhados, deixados ao abandono. O cemitério militar de Richebourg, no Norte da França, ainda hoje está cheio de corpos portugueses, anónimos ou identificados. Os livros de história passam à frente as páginas onde não se inscreveu o que se sofreu. As experiências emocionais não foram tratadas nas teses de maior profundidade. Republicanos e salazaristas tinham o Império como sonho, sem, contudo, saber o que fazer-lhe. Perdas militares – e

[525] Melhor seria: de uma *interioridade* (entre outras possíveis).

pandemias – levaram grande parte da juventude, matando-a. Juventude portuguesa e mundial, assassinada, o que impediu novas realidades e as reabilitações da esperança e o nascimento de novas utopias. Povos de luto, assustados, vão optar por regimes totalitários e arranjarão espaço para a instalação de uma guerra ainda mais brutal e mais insana.

> Há uma dupla impossibilidade da morte, seja na experiência, seja no sentido. Não há experiência direta da morte. Só se tem experiência da morte dos outros. A experiência da morte assim imaginada, pensada ou vivida reflui sobre o sujeito e provoca uma explosão do sentido. A morte não é experienciada e não é experienciável nem é pensável. Significando apenas que não significa nada (um ente ou um acontecimento). A divergência que se estabelece entre a experiência e a linguagem mostra-se na linha da fratura absoluta que as separa e que as liga numa unidade paradoxal que as faz bifurcar: a linguagem diz que não pode dizer o sentido da experiência da morte, ou mais exatamente, que só diz o impensável de tal experiência e, por consequência, afirma implicitamente a existência dessa experiência. O impensável torna-se o garante daquele tipo de experiência, porque o refluxo da morte do outro em nós é tão intenso que submerge qualquer sentido (Gil, 2023, p. 77).

Não minimiza a perda, a dor, montar uma câmara ardente no Arsenal da Marinha, para depor os restos mortais dos Soldados Desconhecidos, como aconteceu em 7 de abril de 1921. Na designação "Soldados Desconhecidos", assim mesmo, no plural, porque ao contrário de outros intervenientes na Grande Guerra, registámos perdas em dois continentes.

Não minimizaram o luto as manifestações e as políticas de memória da República (mesmo ainda com Sidónio, que era antiguerrista e que deixou os soldados portugueses entregues à sua sorte) e, depois, do Estado Novo. Nem o exército na Parada da Vitória, em Lisboa; o cortejo para saudar a vitória aliada; o regresso das tão desfalcadas tropas do C.E.P., carregadas de traumas, ferimentos e dúvidas; as próteses para os que ficaram sem membros (Lemos, 1919; Ribeiro, 1916/1923); os padrões e os monumentos aos mortos e às viúvas; as bandeiras dos aliados hasteadas e cumprimentadas pelos combatentes à porta da Câmara Municipal de Lisboa; o desfile dos combatentes; os Saraus; o Presidente da República Sidónio Pais, com o Patriarca de Lisboa, "sufragando os mortos pela pátria" e "assistindo aos ofícios pelos soldados", lendo-se na *Ilustração Portuguesa* de 27 de maio de 1918, pp.407-408 (fonte: hemeroteca Municipal de Lisboa):

> pela primeira vez em ao cabo de 8 anos de República, encontraram-se juntos na mesma grande cerimónia religiosa, com representantes de dois poderes que a lei divorciou, o espiritual e o temporal. A Sé de Lisboa revestiu se de crepes e encheu-se de fiéis para comemorar os heróis portugueses. Que nos tablados. Envolvidos Campos de França e nas paragens longínquas e ardentes da África sacrificaram as suas vidas em Holocausto. O futuro da pátria aos solenes

> sufrágios, Presídio, Cardeal-Patriarca rodeado do seu cabido, existiu o Chefe do Estado com os ministros das autoridades civis e militares. Muitas personalidades conhecidas ou eminentes, enorme concurso de povo e entre este não poucas senhoras e crianças vestidas de luto (Ilustração Portuguesa, 1918, pp. 407-408).

A morte por mais coletiva que se exiba é uma dor que se sente em cada um, é o que se vive individualmente e que, junto a si, dispensa a partilha do coletivo. É "o assombro sempre renovado, provocado pela consciência da inelutabilidade da própria morte" (Morin, 1988, p. 59). Quem chora uma perda é a sua dor que gere. Não há mães, pais, órfãos, familiares, amantes, coletivos. Tudo se reduz à dor das entidades em presença, ao indivíduo que sofre o Outro em si mesmo. E a recordação que resta é sempre ímpar. É o universo cultural que se reduz. Talvez porque a memória exija tampões herméticos perante a dor e a perda, muito mais se tem escrito e falado sobre as desequilibradas políticas e impactos sociais da Primeira República, em análises de superfície que nunca contam que virtudes foram gerando, do que, assumidamente, sobre os cadáveres que teve de carregar. A memória que ignora gera os ignorantes. E se a memória portuguesa já não sabe o que se passou em La Lys, no Rovuma, em Negomano, ou nos combates de Namacurra e operações em Quelimane, foi porque as políticas de memória assim o direcionaram. No dia 30 de outubro de 1916, "as vitórias portuguesas em África" ocupavam a capa do jornal A Capital. Os soldados portugueses tinham atravessado o rio Rovuma. O que viria depois seria votado ao esquecimento. Por exemplo, que as populações locais, se viraram com o poder central, sentindo-se perdidas, traídas, desprezadas. Uma certa historiografia vai exigindo que, em vez de revolução, o que saiu do 5 de outubro de 1910 seja um exemplo de estabilidade, quando mais de oito séculos do seu repertório ancestral não chegaram a ter alternativa. A experiência nova não durou sequer trinta anos de correções e adequações de um novo sistema político a uma herança antiga e de tantas memórias severas e traumatizantes, onde se inscreveu a amargura, a destruição e a morte, de um povo a quem os filhos foram tirados para morrerem, por vezes sem nome a corresponder aos restos mortais e por vezes sem restos mortais que permitissem que se cumprisse o luto, modo único conhecido de estabilizar a dor dando-lhe um sentido, mesmo escasso.

> Os ritos param o tempo de modo a reviver-se simbolicamente, os momentos modelares do seu transcurso. [...] . Portanto pode afirmar-se que a historiografia também exorciza a morte, introduzindo-a no discurso para criar como no jogo *simulador* e *dissimulador* do culto evocativo dos mortos, a ilusão da sua não existência. Indo os fundamentos últimos desta função, pode mesmo concluir-se que o homem é "um animal histórico", porque necessita de "ajustar contas" com a sua própria morte (Catroga, 2001, p. 42).

Há sempre memórias por deflagrar e recordações por descobrir e por cumprir.

> Sempre foi assim. Primeiro, a refrega, as mortes, a destruição. Depois, inevitáveis, os discursos, os louvores, as medalhas e os monumentos – aos mártires, aos mortos, aos heróis. Fracos tributos para com aqueles que a luta tragou e menores ainda para quem os amava e nela os perdeu. (Saial, 1991, pp. 19-20).

Hoje há um turismo de memória, um culto nostálgico das ruínas que está longe de traduzir autenticidade, o emergir de uma cultura de memória pública, a par com um fenómeno coletivo de esquecimento, isto é, uma "derrota da memória", uma secundarização do pródigo espaço mnésico, que torna as gerações contemporâneas vítimas ocas de um *presentismo* lúdico – grau de indiferença onde nem passado nem futuro existem, mas onde os jogos se mantêm como elementos de manutenção de uma cultura onde o esforço (como, por exemplo, o da recordação e o de recordar) não exija grandes requisições ou mobilizações físicas e psíquicas (e assim sendo é bem mais fácil o esquecimento -, desastrado, pouco exigente e caracterizado por uma insalubre falta de atenção àquilo que somos e ao que é o outro, um outro que afinal que nos dá sentido.

Um conhecido crítico de Halbwachs, Andreas Huyssen (2014) afirma que

> Na cultura contemporânea obcecada com a memória e os traumas do genocídio e do terrorismo de Estado, o esquecimento é vítima de "má" imprensa. Podemos descrever o esquecimento como o fracasso da Memória, algo que implica uma rejeição ou uma incapacidade de comunicar. Apesar de algumas pessoas argumentarem que a nossa cultura está demasiado centrada no passado. O esquecimento permanece sob uma sombra de desconfiança e estende-se como um fracasso inevitável ou evitável, ou como uma regressão indesejável. Por outro lado, a memória pode ser considerada crucial para a coesão social e cultural de uma sociedade (Huyssen, 2014, p.57).

A presença da morte bélica (e por ela dissipada e motivada), na Primeira Guerra Mundial, foi seguida pela presença da morte por doença, causada pela pandemia do vírus influenza. Apesar de dizimarem tantos milhões de pessoas, são hoje ténues os seus vestígios na memória coletiva, perdidos entre brumas e evocações esparsas que poucos reconhecem ou identificam com solidez. Ecoam as palavras de Gibelli:

> O anonimato que foi a qualidade dominante da guerra dos soldados na trincheira, foi também o carácter dominante da morte. Tratava-se agora, por um lado, de reduzir até onde fosse possível o tamanho de tal anonimato. Oferecendo assim um substituinte de celebração pública, a piedade privada. Em ausência dos corpos e dos túmulos que os contivessem efetivamente ocorria construir-se simulacros que os representassem (Gibelli, 2007, p. 340).

António Manuel Trigo quase não nos fala da morte, o que estranho é numa história de vida, num país convulso onde a vida não tinha valor aparente, o que se tornava óbvio perante acontecimentos extremos e dilacerantes, onde os ódios individuais queriam ser transformações coletivas, e a política era uma espécie de maldade infantil, dessas que algumas crianças exercem sobre os mais fracos, hoje chamado de transtorno de conduta, que explica a falta de empatia que falta de empatia que procura afetar o outro, física ou emocionalmente, às vezes de formas irreparáveis. A exceção maior na *Memórias,* além da morte do primo João.

A morte de João Manuel Trigo
Presença emocional-excecional no relato de António Manuel?

> **Funchal, 1915. Ligeira nota [526]**
> O João Manuel Trigo, meu primo, nasceu no dia 4 de abril de 1895, no Funchal, na Freguesia de Santa Luzia. Era filho do meu tio paterno, Aníbal Augusto Trigo e de [sua mulher] Maria Júlia Duarte Trigo. Faleceu no sítio do Ribeiro Frio[527], onde se encontrava na companhia da sua família a passar as férias. Tinha adoecido repentinamente, devido a uma mordedura no nariz, de uma mosca envenenada pela doença chamada *Peste Malina*[528], muito conhecida nos campos. Esteve doente apenas uns 6 dias, com muita febre e todo o tempo inchava, não havendo possibilidade de os médicos o salvarem por já terem chegado tarde e não saberem o que fazer, por ignorarem aplicar no lugar da mordedura, como os camponeses costumavam fazer nestes casos, um ferro em brasa para matar o micróbio antes que este se introduzisse no sangue e ficasse envenenado por não haver outro remédio que o curasse. Faleceu no dia 12 de setembro de 1915, de madrugada. seguindo imediatamente da casa onde passara as férias para a sua residência no Funchal, na quinta Goes, na rua do Vale Formoso, da freguesia de Santa Luzia. O seu funeral teve lugar no dia 13, pelas 17 horas, tendo saído da capela do cemitério das Angústias, tendo sido muito concorrido.
> Em vista do grau de desgosto que a sua morte causou a meus pais, a toda a família e aos seus colegas de liceu, somente eu, como seu primo e companheiro nos estudos, é que fui acompanhar o seu funeral, incumbido de levar a chave da urna, antes de ser sepultado em jazigo de família.

Consideramos surpreendente esta última passagem do texto. O grau de desgosto é partilhado por toda a família, a começar nos pais de António Manuel, e pelos colegas de liceu – todavia, António Manuel parece inalterado, acompanhando (sozinho?) o funeral, com a chave da urna do falecido. E o relato prossegue no mesmo tom:

> Em seguida à cerimónia religiosa, houve vários discursos feitos pelo Senhor doutor Joaquim Carlos de Souza, reitor do liceu central. Como pelo aspirante da Marinha Gabriel Pereira, que se encontrava no Funchal, seu futuro cunhado e o

[526] António Manuel introduz como Ligeira Nota (sic) o comentário que faz à morte do seu primo mais próximo.

[527] Ribeiro Frio, vulgarmente referido co "sítio" encontra-se no interior norte da ilha da Madeira, pertence à freguesia de São Roque do Funchal, do concelho de Santana, localizado entre esta freguesia e a de Porto da Cruz, concelho de Machico e inclui presentemente o Parque Florestal do Ribeiro Frio.

[528] Trigo refere certamente a malária. A doença, malina, é também conhecida por outras denominações, como paludismo, impaludismo, maleita, febre intermitente, entre tantas outras. A malária é uma doença causada pelo protozoário do género *Plasmodium*, que é transmitido ao homem pelo sangue, por meio dos mosquitos do género *Anopheles* (Ujvari, 2008).

O Plasmodium falciparium é o mais letal dos quatro tipos que são causadores da malária nos humanos. Invade maior número de hemácias e, portanto, ocasiona anemias severas. Além disso, lesa o vaso sanguíneo e acarreta má oxigenação de alguns órgãos vitais. Leva a lesões cerebrais com evolução e coma. Lesa os rins com paralisia deste órgão. Compromete o coração, o fígado e pulmões. Além, de ocasionar sangramentos e outras complicações.

> aluno do sexto ano do Curso de Letras delícias Central. Presidente da Academia, em nome de estudantes do curso do liceu, Senhor Silvano Sátiro da Silva. Meu primo tinha tirado alguns anos de liceu em Lisboa, no liceu Camões e só mais tarde, no ano de 1913, é que se matriculou no liceu central do Funchal. E andando juntamente comigo no quinto ano, tendo feito Exame em 1914, em que ficou aprovado. Em 1914, 1915 matriculou-se no sexto ano de Letras, tendo passado por média em 1915. Matriculou-se no Sétimo ano de Letras, não chegando a concluir o curso, faltando-lhe somente este ano. Também desde muito novo, aprendeu música tocando violino, para o que tinha muita habilidade e tocava com bastante expressão, mostrando já muito valor artístico. Tomou parte juntamente comigo na grande orquestra Sinfónica realizada pelo Senhor Manoel Ribeiro, chefe da banda militar, que deu alguns concertos públicos no teatro funchalense. Também fez parte de outros agrupamentos musicais de amadores organizados pelo Senhor César Santos. Deu vários concertos em Público em festas de caridade. Quando faleceu, já tinha 20 anos feitos e também já tinha ido à junta de recrutamento. Ficou apurado para o serviço militar e só no ano seguinte é que seria chamado para o serviço. Tencionava tirar o curso de advogado e seguir esta carreira por gostar muito e ter bastante jeito. A sua morte foi muito sentida, pois era muito estimado no liceu e um bom camarada. Seus pais mandaram construir junto à casa do sítio do Ribeiro Frio, onde tinha falecido, uma cruz em granito feita na fábrica de artigos de cimento, pertencendo a meu pai e tio, para comemorar a sua memória (Trigo, 1948, pp. 21-23).

Nem nos grandes desafios emocionais António Manuel abdica de uma postura rígida e inflexível, como se recebesse ordens militares e as cumprisse rigorosamente. Seria absurdo querer ver nessa atitude a tradução de todo o tempo que o envolvia. Uma cultura da morte seria, é certo, inculcada, de forma direta e indireta, aos seres humanos de 1917. O mundo era o triste palco em que o drama se fazia com o desfilar das vítimas, com as heranças pesadíssimas de uma época pestilenta e crudelíssima, provando como o ser humano é essa ambiguidade a que Morin (2021) chama o Sapiens-Demens – tão capaz de gerar o que há de mais profundo, lúdico, dócil, espiritual, inteligente como de por contradição abdicar das melhores relações humanas e sociais a troco de uma caótica dissolução na barbárie, na demência quotidiana, não negação da sabedoria e da estética para adotar a loucura, o delírio, a destruição, o favorecimento do aniquilação do outro e de si. Dizer que a morte de um jovem "foi muito sentida, pois era muito estimado no liceu e um bom camarada", parece estranhamente redutor de todas as emoções sentidas.

Uma fria cruz em granito para "comemorar a memória", parece-nos uma estranha associação de afetos numa narrativa tão intensa.

As mãos
Elementos simbólicos da memória numa época manietada.

A simbologia das mãos regista-se ao longo de milénios, tendo relação direta com a memória – nelas se pintaram símbolos, gravaram mensagens, acumularam-se os calos de pressões de vidas inteiras, em cada um deles endurecendo recordações da existência que apenas o tempo e a marcha do indivíduo podia explicar com detalhe e alguma essência credível.

Se duas mãos, unidas, estendidas, mostrando a concavidade formada pelo gesto, parecem ter conferido no antigo Egito o significado de dádiva, de entrega, de respeito aos deuses, ao longo dos séculos, as armas nas mãos tornaram-se a imagem mais comum, como se a arma fosse a nova mão da Humanidade e a negação definitiva da divindade, conferindo ao homem poderes que antes se reservavam para os deuses.

Em 1917, ano de guerra global e o mais feroz até então, a produção de armas tinha chegado à sua maior expressão. É o mesmo ano em que três crianças, na zona geográfica de Fátima, em Portugal, descrevem a visita sobrenatural de uma jovem senhora que, descendo do céu, lhes mostra as mãos nuas (ou empunhando, por vezes, um rosário de contas[529]) em gestos pacificadores e convidativos à proximidade, à concórdia, à contemporização urgente num mundo em conflito. Falamos disso, desenvolvidamente, noutro ponto desta tese. Por ora, diga-se que na localidade de Fátima, milhares de crentes de mãos postas, perante a ideia redentora e utópica de uma senhora transcendente e extraterrena, rogavam a essas mãos abertas, por vezes empunhando um rosário, por fazerem acreditar na paz para o mundo. As mãos, mais ou menos ritualizadas, estão presentes em inúmeros exemplos recolhidos para a descrição dos acontecimentos de Fátima, onde uma visão se produziu, para o encantamento de três crianças cujo nível mais profundo da existência e da cultura se limitava às narrativas de índole religiosa, hagiografias, contos bíblicos e conteúdos de catecismo, e ao marcante ambiente rural onde nasceram e cresciam. Descreve uma dessas três crianças que protagonizou o relato dos acontecimentos alegadamente vivenciados na zona de Ourém, na zona de Aljustrel, pequena aldeia da freguesia de Fátima:

> Lúcia disse que andavam todos... e todos viam uma mulher. O Francisco que só a viu quando ela partiu. A Lúcia disse que estavam assentados

[529] Prática de devoção mariana e ao gosto dos católicos, o rosário é um fio com contas, disposto em três secções iguais, cada uma de cinquenta contas, cada parte chamada um *Terço*; ao gosto dos muçulmanos seria um rosário de 99 contas, cada uma delas referente aos 99 nomes secretos de Alá, ou ainda de 33 contas, divididas em três grupos de 11 contas, o *Masbaha,* o rosário árabe; tendo 33 contas também, seria o rosário anglicano. Conhecido na Grécia como kombolói, terço grego, terço árabe e terço islâmico, é usado para meditações, orações e pedidos de auxílio. Parece conter um efeito psicológico apaziguador, auxiliador de concentração e equilíbrios.

> todos e que a mulher apareceu ficando para o lado da Fátima. Primeiro viram um relâmpago, levantaram-se e começaram a juntar as ovelhas para se irem embora com medo, depois viram outro relâmpago, depois viram uma mulher em cima duma carrasqueira, vestida de branco, nos pés meias brancas, saia branca dourada, casaco branco, manto branco, que trazia pela cabeça, o manto não era dourado e a saia era toda dourada a atravessar, trazia um cordão de ouro e umas arrecadas muito pequeninas, tinha as mãos erguidas e quando falava alargava os braços e mãos abertas. Essa mulher disse que não tivessem medo, que não lhes fazia mal (Santuário, 1992:8).[530]

Em 1917, as mãos são o tema central estético e simbólico de Modigliani, quando pinta o quadro "Madame Zborowska com as mãos entrelaçadas", fixando para a posteridade a figura de Anna Zborowska[531].

No mesmo ano de 1917, morre o escultor Augusto Rodin que, entre outras peças impressionantes lega "A Mão de Deus", [532]escultura em mármore, icónica porque numa época de grandes interrogações e ausências aparentes do divino – um período flagrante de "fome de Deus"-, transmite, de forma ímpar, a emoção e a interrogação do mundo com contornos enigmáticos, sintetizadas (circunscritas a um dos elementos do corpo humano material), na procura de ligação com os tempos caóticos a um poder superior, talvez mesmo a uma derradeira orientação divina em tempo de catástrofes tão pouco humanas mas criadas pela ação humana. Um tempo em que as mãos parecem querer reter todas as memórias e usá-las como incentivo para a continuidade.

Num campo de produção cultural diametralmente oposto, *Hands Up!* – Mãos ao Ar! - é um filme mudo norte-americano dirigido por Tod Browning e Wilfred Lucas, que inicia em 1917 um longo ciclo de êxitos dos filmes de faroeste, os filmes de cow-boys que marcariam décadas no início do século XX e que veiculariam traços de certa forma contagiantes da cultura norte-americana.

Os Estados Unidos chegavam ao conhecimento da Europa com a guerra, exatamente em 1917. Um dos trunfos da sua "colonização" cultural era exatamente o cinema e filmes como *Mãos ao Ar!* - fórmula de entretenimento puro, mas com força de ação com intenções

[530] Santuário de Fátima (1992): Documentação Crítica de Fátima I – Interrogatórios aos Videntes – 1917. Fátima: Santuário de Fátima.

[531] Também conhecida como 'Hanka', era a esposa do negociante (e amigo de Modigliani, desde 1916) Léopold Zborowski.

[532] "A Mão de Deus" talvez seja um aprimoramento de outras mãos, esculpidas por Rodin anteriormente, e apresentadas com o título "A Catedral".

subliminares do sublinhar das mensagens do social e do político, do cultural, do modelo do herói e da vida norte-americana.

As mãos que foram simbolizam o ser.

Usando as ideias do historiador John Keegan (1998.p.8), [533]partilhamos a sua afirmação de que o século XX foi "trágico e desnecessário", sobretudo nos seus momentos mais cruéis, que produziram milhões de vítimas, massacres, ódios raciais, e a tecnologia como acelerador da matança e, apenas excecionalmente, como fator de progresso ou seu auxiliar.

Na Primeira Guerra morreram mais militares do que civis. Algumas faixas etárias sofreram essa dizimação mais do que outras, de tal forma que no pós-guerra se falava de uma "geração perdida". E sobretudo, sobre a morte em massa e sob os cemitérios improvisados ou ampliados, ficariam as sombras dos feridos, aleijados, amputados, física e psicologicamente, e a sua relação com um tempo vivido que os descaracterizou e lançou para a mais triste incerteza de viver.

Muitos pacientes com membros amputados continuam a ter uma experiência sensorial vívida do membro ausente, dizem-nos alguns textos e a experiência de alguns sinistrados, e a resposta cultural em tempo de guerra inclui sempre a sensação de registar uma memória do que se perdeu. Pior do que as mãos vazias, são as mãos que se sentem como presentes e que já não fazem parte do corpo violentado, mãos que foram – e que se tornaram uma presença ausente.

Peter Sloterdijk (1987, p. 443-459), [534]a propósito da Primeira Guerra Mundial, fala do "surgimento de um personagem fundamental" para a compreensão do período violento que se viveu (e aquele que se seguiu): a figura do "*homo prostheticus*." As próteses serão uma realidade generalizada numa época que cria as suas próprias aberrações e limites. As opiniões dividiam-se em torno deste conceito de "homo prostheticus". Para uns, era o símbolo vivo da desumanização do ser humano, dependente agora da tecnologia, tornando-a sua parte física integrante. Por outro lado, muitos outros viam no mesmo "*homo prostheticus*" mais do que um deficiente físico que teve as suas capacidades físicas restabelecidas parcialmente por meio de próteses mais ou menos sofisticadas, alguém que devia ao engenho da ciência uma nova capacidade de adaptação, ainda experimental, titubeante, só raramente capaz de devolver-lhe a esperança de viver e ser útil aos seus e permitir-lhe um lugar no mundo, sem limites de maior.

Muitas próteses foram tentadas – não só as das mãos perdidas nos confrontos – o que permite incluí-las nesta meditação que fazemos sobre memória. As estratégias da amnésia,

[533] Keegan, J. (1998). *A Primeira Guerra Mundial.* Porto: Porto Editora.

[534] Sloterdijk, P. "Artificial limbs. Functionalist cynicisms II: on the spirit of technology". In: Critique of cynical reason. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1987, Sloterdijk P.,1987, p. 446 e 451.

associadas às do silêncio, justificam o pouco relevo dado oficialmente às feridas e à tortura da carne.

Os Aliados vencem a guerra. Os derrotados são dispensados dos relatos. E os derrotados da guerra não são apenas os exércitos inimigos, mas os milhões de vidas ceifadas e limitadas pela loucura dos objetivos do poder político.

Em Portugal, um arquivo digital sistemático com o título *Os Mutilados da Guerra (1914-1918): reavivar uma memória*[535], só foi lançado, como ponto de partida para o estudo e divulgação da história dos mutilados portugueses da Primeira Guerra Mundial, em Setembro de 2022.

As mãos de António Manuel

As mãos nuas de António Manuel Trigo, usou-as para recortar, colar, selecionar e escrever as mais variadas e sempre detalhadas passagens das suas *Memórias*, ganham simbologias variadas ao longo da sua narrativa de vida. Umas vezes são mãos que se entregam à arte, desenhando, pintando, tocando violino, fotografando. Quase contraditoriamente, imaginamo-las ainda quando atarefadas nos momentos da sua formação, de natural e compreensível exigência, efetuando testes escritos, mas sobretudo nas aulas práticas, lindando com armas, munições, equipamento militar e peças bélicas variadas[536], preparando-se para a guerra que, afinal, outros travavam, simultaneamente, em tão grande escala.

As mesmas mãos que "batem pala", isto é, fazem continência aos superiores, surgem nas fotos do álbum de família e na seleção que fez para as suas *Memórias,* umas vezes afetuosas, junto à mulher e aos filhos, outras vezes simbolicamente ritualizadas, munidas das luvas impostas pelo equipamento militar, empunhando ainda, por exemplo, o pingalim. Este pingalim é um pequeno chicote, cuja ponta acaba invariavelmente numa aselha de cabedal e que, no lugar de um cetro, o antigo bastão usado por autoridades reais ou seus representantes diretos, na Primeira Guerra era usado como atributo da graduação, retratando-se alguns oficiais segurando um pingalim de madeira, extensão da mão (tal como "a pistola automática Savage de calibre 7,65 m/m. que foi distribuída aos oficiais do C.E.P. para substituir as pistolas Luger,

[535] O portal foi realizado por Filipa Caetano, uma aluna do 3º ano da Licenciatura em História da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, no âmbito de um estágio curricular "Construir Arquivos digitais para divulgação de fontes históricas", promovido pelo Laboratório de Humanidades Digitais do IHC – Instituto de História Contemporânea, sob a orientação dos investigadores Daniel alves e Joana Vieira Paulino, investigadores do Lab_HD (Laboratório de Humanidades Digitais).

[536] Como as granadas de "mão". As mais usadas eram os modelos N º5 Mills e Nº 34, tipo "ovo".

que eram regulamentares nas Forças Armadas Portuguesas, mas que na Frente Ocidental eram usadas pelo exército inimigo[537]") (Cf. Coelho, 2018. p.26).

Como elementos simbólicos da memória, em 1917, as mãos aparecem nos mais diversos relatos: as mãos muçulmanas, redescobertas com a entrada das tropas ocidentais em Jerusalém e o contacto com um amuleto expressivo, a Hamsá, palavra que significa "cinco", referindo os dedos de uma mão. A representação material deste símbolo é exatamente uma mão aberta, que "obriga", quando exibida, a parar os inimigos ou as más intenções de quem caminha para o seu portador ou contra ele. Esta peça parece ter origem na Tunísia. Os muçulmanos chamam-lhe a Mão de Fāţimah – em árabe: افطمة - ou Fátima, isto é, a mão da filha (primogénita) de Maomé (e da sua esposa Kadija, esposa de Ali, o quarto dos Califas e mãe de Hassan e Hussein).

Os judeus definem o mesmo amuleto como representação de Miriam, irmã de Moisés, o profeta que conduziu o povo hebreu até à terra prometida.

Em 1917, é reabilitado o gesto do punho fechado, que parece imitar a forma de poder e de confronto exibida pelos contendores da comuna de Paris, de 1871 e depois dos mártires de Chicago, de 1886. A nova utilização surge na revolução russa (em especial durante a guerra civil de 1917 a 1921) e era detentora da simbologia da força e da saudação (entre os elementos do exército vermelho e depois do povo russo). Tornando-se uso do antifascismo, surge na guerra civil espanhola, de 1936 a 1939, entre os antifascitas, mas também na Alemanha será adquirida, na mesma época, como como saudação entre nazis.

O punho cerrado estará presente nas lutas nacionalistas lutas nacionalistas e de descolonização, na América, na África e na Ásia, no movimento feminista do movimento negro de descolonização na América, África e Ásia, do movimento feminista e do movimento negro, resistindo até à atualidade (é até símbolo gráfico de partidos políticos e de movimentos sociais) e até Donald Trump a usa como sua.

Na nossa investigação, distinguimos mãos cuja ação criou memórias incontornáveis, que passamos a analisar.

[537] Coelho. S.V. (2018). "O combatente português da grande guerra - fardamento e equipamento" in *Portugal na 1ª Guerra Mundial - Uma História Militar Concisa.* Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar.

A mão de Afonso Costa

> Afonso Costa. Foi porventura entre 1910 e 1930, o mais querido e o mais odiado dos portugueses. O seu nome simbolizou toda uma política, mesmo um regime até. Endeusaram-no, como talvez ninguém neste país (Marques, 1972).

A mão – queremos dizer, o espírito, a ação, a decisão – do político Afonso Costa esteve sempre presente, marcando-a como ninguém, ao longo de toda a República, mesmo quando ambos se tornaram ausentes da vida nacional. Sem metáfora, fomos confrontados com um exemplo flagrante. Uma das reproduções gráficas mais inesperadas na imprensa da Primeira República, é bem capaz de ser aquela que surge na *Ilustração Portuguesa,* em 1911 (página 239, no número de fevereiro): a mão de Afonso Costa ("Radiografia da mão de Afonso Costa", 1911). Melhor dizendo, a reprodução da radiografia[538] da mão de Afonso Costa, mão direita, onde o dedo anelar tem um anel de aparência pesada, aparentemente como um anel de curso, de sinete. Acreditamos que, por ser usado no anelar da mão direita, seja um anel simbólico maçónico, diferente das exibições burguesas da época, em que os adereços se repartiam entre as correntes de relógio e os anéis de ouro, alguns com pedras preciosas, de brasão evocando a monarquia, e usados em dedos (mais de acordo com a tradição) como o mínimo (normalmente os de sinete e associados à nobreza, ao gosto das famílias reais como as do Reino Unido) e o anelar da mão esquerda, uso mais vulgar.

O aro e o centro deste anel não parecem decorados, são, pelo contraste da radiografia, sem relevos ou pedras, mas com uma coloração intermédia (patente na radiografia e resultante da densidade e da composição do objeto em causa), cor intermédia que pode corresponder a qualquer tipo de gravação, mas que não parece ostentar o tradicional par compasso/esquadro da tradição maçónica.

(Uma curiosidade, que determina na memória como a questão religiosa agitava há muito a sociedade portuguesa: à margem do que dizemos, mas relacionada com a nossa investigação, é a alusão [539]a um outro anel, este da propriedade do bispo do Funchal) (Silva, 2016).

> Numa celebração na catedral, o bispo do Funchal representava a antítese das raízes do cristianismo: "a seda e o brocado, substituíam o humilde traje dos pescadores (...) uma magnífica pedra preciosa brilhante no anel (...) que Cristo no seu tempo mandaria vender para dar de comer a algumas dezenas dos seus Irmãos". ("O Democrata n.º 87", 1902, p. 1.)

[538] Os raios-X, um tipo de radiação eletromagnética, foram descobertos em 1895, pouco antes do início da guerra, por Wilhelm Roentgen.

[539] V. *O Democrata*, nº 87, de 7 de dezembro de 1902:1.

Recorde-se que a questão religiosa e da separação Igreja-Estado já se encontrava na ordem do dia, por exemplo na ilha da Madeira. Lê-se no jornal madeirense *O Correio da Tarde* – que dava os seus primeiros passos como publicação periódica, tendo vida longa até 1911:

> **A Sociedade e a Religião**[540]
> Só um espírito obcecado pelo erro ou pervertido pelo vício pode desconhecer e até desprezar a salutar influência da religião, na vida e nos costumes de um povo. Quando vemos, no jornal ímpio ou no folhetim desbragado, proclamar-se a guerra sem tréguas à religião sentimos em nossa alma todo o fogo de uma mal reprimida indignação, porque nos ferem os nossos mais estremecidos afetos: o amor da religião e o amor da pátria!
> É preciso aliar a mais estúpida ignorância com a mais refinada malicia para alguém adrede lançar o facho da discórdia entre duas sociedades, destinadas pela providência a se auxiliarem mutuamente vivendo em perene harmonia. Esses homens loucos ou perversos que por vezes ostentam o nome pomposo de "sacerdotes da imprensa" e ["] mentores da opinião pública" seriam dignos de todo o nosso desprezo, se a nossa crença não nos mandasse ter deles compaixão. Julgam esses infelizes que insultando a religião lhe trazem grande mal, e ignoram que estão assim cavando a ruína da pátria, porque não há amor da pátria sem amor da crença, não há moralidade, único fundamento da sociedade.

Quanto à mão de Afonso Costa, na legenda da *Ilustração Portuguesa*, lê-se:

> A radiografia da mão do Ministro da Justiça. Quando na sua primeira visita com Ministro ao Porto, o senhor Doutor Afonso Costa percorreu o hospital de Santo António. Deteve-se por momentos no posto radiográfico onde lhe foi feita a fotografia da mão direita que reproduzimos devido à amabilidade do diretor daquele estabelecimento que gentilmente consentiu na sua publicação. (Ilustração Portuguesa, 1911, p. 239).

Elogios excessivos, elogios hesitantes ou oportunistas, alarvidade, sobriedade e respeito - de tudo se encontra nas leituras que fizemos sobre Afonso Costa.

Em alfarrabista, na secção *Poesia* (!), encontrámos mesmo um poema extenso, satírico, que o desacreditava, com a caricatura da sua cara na capa e o título irónico *Afonseida poema heroe-comico* (Medeiros, 1925)[541]. Noutras leituras há espaço para passagens que procuram denegri-lo, de forma mais ou menos escarnecedora e que consideramos dispensáveis de citação. Alvo de anedotas, por vezes sobre acontecimentos não irónicos, como a sua aparição a cavalo para assistir, ao lado do Ministro da Guerra, José Norton de Matos, ao desfilar dos milhares de homens que findavam os exercícios em Tancos com vista a engrossar a linha da frente da Guerra, ou a história, apimentada com especiarias intensas e escolhidas com intenção óbvia da

[540] Cf. *O Correio da Tarde*, n.º 8, de 4 de junho de 1901: p. 1.

[541] A caricatura aludida, na capa, é assinada por Emmerico, comprovadamente o caricaturista (também pintor e ilustrador) de ascendência luso-alemã Emmerico Hartwich Nunes, artista da primeira geração de modernistas portugueses.

oposição, de um salto que terá dado de um elétrico em movimento (em 3 de julho de 1915), porque um curto-circuito causou uma explosão a bordo, e o estadista pensou (sem surpresa, convenhamos) tratar-se de um atentado contra a sua pessoa. Um pensamento legítimo na época que se vivia, isto é, pouco depois dos acontecimentos do 14 de maio, referidos, aliás, neste trabalho. Sofreu, da queda, um traumatismo craniano que o impediu de assumir de imediato a presidência do governo.

Podíamos repetir que, por exemplo, Raul Leal, Homem Cristo ou Luís Gonzaga de Azevedo, para citar alguns dos desmedidos, usaram de todo o poder da sua retórica e de toda a sua imaginação inventiva para difamar Afonso Costa, ponto convergente, para os seus opositores, de todos os males e ações funestas nacionais. O primeiro septénio da República tem a sua marca, dinâmica e visão transformadora, atingindo vitórias pessoais que muitos julgariam impossível vindas daquele que teve uma infância sem memória: criança exposta, que ao ser abandonada foi recolhida e educada pela fazendeira Maria da Assunção, que lhe deu o nome de batismo Afonso[542] Maria de Ligório. [543]As origens não impediram que se formasse, sendo o melhor do seu curso, como advogado, depois professor universitário da mesma área, político, deputado e estadista, a figura dominante da Primeira República.

Em 1910, Afonso Costa Afonso Costa foi chamado a integrar o Governo Provisório da República, na pasta da Justiça e Cultos, de onde lhe virão ódios – chamaram-lhe "mata-frades" como a Joaquim António de Aguiar quase meio século antes - e louvores, que o distinguem como parlamentar distinto, homem corajoso na palavra e na ação, e responsável por decisões que marcarão positivamente a vida nacional, como a Lei da Separação do Estado das Igrejas, o registo civil, a lei do divórcio, a lei da família, a abolição do delito de opinião em matéria religiosa, a legalização das comunidades religiosas não católicas[544].

Foram-lhe atribuídas frases que nunca proferiu – como a tão manipulada afirmação falsa de que iria aniquilar a religião em Portugal em duas gerações, frase que já foi categoricamente desmentida.[545] Sua parece ser a afirmação, de 20 de novembro de 1906, proferida num famoso discurso na Câmara dos Deputados: "Por muitos menos crimes do que os cometidos por D. Carlos I, rolou no cadafalso, em França, a cabeça de Luís XVI!"

[542] Foi reconhecido mais tarde pelo pai, Sebastião Fernandes da Costa, conservador do registo predial na comarca de Seia e três anos depois por sua mãe, Ana Augusta Pereira, proprietária de Oliveira do Hospital.

[543] Afonso Maria de Ligório, fundador da Congregação do Santíssimo Redentor, nascido Afonso Maria António João Francisco Cosme Damião Miguel Ângelo Gaspar de Ligório, foi um bispo católico italiano que se destacou como escritor espiritual, filósofo escolástico e teólogo.

[544] Ainda na consulta de *O Povo*, no Nº 43, de 24 de novembro de 1907, p.3, encontramos uma alusão interessante à venda de Bíblias "Protestantes": "A simples venda ambulante da chamada *Bíblias Protestantes* não constitui o crime de falta de respeito à religião do reino".

[545] Cf. https://www.laicidade.org/documentos/documentacao-historica/a-frase/.

O rei morreria, é certo, pouco depois – a 1 de fevereiro de 1908, tal como o príncipe herdeiro Luís Filipe, num atentado fatal na Praça do Comércio, em Lisboa. Nos jornais da Madeira, encontrámos uma outra referência surpreendente: mais do que noticiar a morte do Rei, dava-se destaque (na edição posterior à morte de D. Carlos), por exemplo no jornal *O Povo* (Tengarrinha, 1989)[546], à "sentida perda do madeirense João Sabino da Costa, morto pela polícia, por acidente, no meio do tumulto".

Perante a oposição, tenha ela origem no povo que se sente frustrado perante as suas maiores expectativas ou na massa política, sempre desejosa de trocar de cadeira do poder para alguma que garanta mais visibilidade e prosperidade, as figuras que se distinguem socialmente têm sempre o lugar do ponto negro no centro do alvo de tiro, onde praticantes convictos ou meros diletantes, profissionais motivados ou amadores inábeis das alternativas transformadoras, procuram sempre acertar para vingar as suas incapacidades ou constituir-se como alternativas, nem sempre melhores, mas quase sempre apaixonadas e de estratégias alternativas mais ou menos bem definidas. Para atingir o alvo, no entanto, há muitas "flechas", como os boatos, as insinuações, o crucificar do carácter alheio na praça pública, as traições, as difamações, as intrigas, que estão quase sempre presentes na vida dos povos cuja estrutura de organização social é mais complexa e permite o contraditório, em especial nas sociedades democráticas que parecem estar no topo das ditas sociedades complexas [547]em que a liberdade de expressão permite arrojos mais extremos. Crispação e tensão social não fazem o exclusivo da memória, nem superam o vazio dos momentos vividos, porque não têm o exclusivo da rememoração. Para alguns, Afonso Costa foi o homem que errou, ao promulgar a Lei de Separação entre o Estado e a Igreja – porque a imagem pública não era a da perseguição de uma corrente religiosa, mas de um povo com poucas alternativas de esperança. Se os ideais republicanos tinham como alicerce a utopia, não tinham os processos de torná-la efetiva em pouco tempo, com poucos recursos e numa época adversa e onde a adversidade tomou posse do quotidiano. Para outros, Afonso Costa errou ao permitir que as Missões do Padroado fossem substituídas pela Missões civilizadoras laicas, a partir de 1913. Depois da Lei da Separação era mais uma frente de batalha aberta com a Igreja Católica. A ideia pareceu partir de uma figura da maior importância na República e que hoje a memória pouco contempla: Abílio Marçal (1867-1925) deputado em quatro legislaturas, chegou a presidente da Câmara dos Deputados

[546] Jornal *O Povo*, nº 55, 16 de fevereiro de 1908.

NOTA: *O Povo*, Semanário Republicano, faz parte do acervo do Arquivo Regional da Madeira e está listado no Catálogo da coleção de Jornais do Mesmo Arquivo. *O Povo*, de acordo com José Manuel Tengarrinha terá começado a ser editado em 1846 (Tengarrinha, 1989).

[547] Expressão dinâmica da antropologia social que nos agrada.

em 1920, sempre muito ligado à vida do Instituto de Missões Coloniais (Seminário das Missões), de que foi diretor e grande entusiasta. Afonso Costa, de acordo com muitos, terá errado ao levar Portugal a participar ativamente na Grande Guerra. Um olhar à lupa parece não encontrar grandes alternativas para a jovem República de um País de poucos recursos e com a ambição de ser acolhido entre pares no espaço das nações. Finalmente, para outros, Afonso Costa errou ao subestimar Sidónio Pais, que acabou por depô-lo, prendê-lo (no Porto, a 8 de dezembro de 1917) e acusar sem provas. Ficará três meses no forte de Elvas sem nunca ser submetido a qualquer inquérito, sem ser alvo de qualquer acusação, sem que lhe fosse instruído qualquer processo, político ou criminal; nunca foi a julgamento.

Sidónio Pais é assassinado, a Guerra acaba, Afonso Costa (a partir de 12 de Março de 1919) passa a chefiar a delegação portuguesa à Conferência de Paz, assinando em representação de Portugal o Tratado de Versalhes de 28 de Junho de 1919. Foi o representante português na primeira assembleia da Sociedade das Nações.

Na sequência do 28 de maio de 1926, exilou-se em Paris.

A biografia de Afonso Costa, todavia, é uma mão cheia a que, por não ser esse o nosso objetivo, não podemos aqui aprofundar.

A mão de Afonso Costa, mão de líder, mão ideológica, mostrava confiança no progresso que chegava cedo a Portugal, com a República, pelo menos com a introdução do Raio-X que três anos depois seria um dos protagonistas, urgente e necessário, na frente da Grande Guerra e graças a Madame Curie, física e química polaca que durante a Grande Guerra ofereceu os seus vastíssimos conhecimentos aos sinistrados, criando unidades móveis de radiologia que iam à frente de batalha para fazer as radiografias dos feridos. O primeiro desses veículos (era equipado com um tipo primitivo de gerador elétrico, movido pelo motor do carro, mais uma máquina de raios-X e equipamento para revelar as imagens registadas em chapas especiais) foi pago com o dinheiro da própria Madame Curie, os restantes – chegaram a ser 20 – com donativos que ela angariou pessoalmente, com a ajuda da União das Mulheres Francesas, [548]pois o exército francês não quis financiar a invenção.

As inovações e os avanços técnicos sucediam-se; em 1917, as dentaduras postiças Amex, em alumínio, são criadas exclusivamente para os soldados norte-americanos a lutar em França. As dentaduras, é claro, já existiam muito antes e as primeiras são peças de museu que mais parecem de tortura e suplício ao gosto medieval; em 1890, o celuloide, criação de John

[548] Com uma capacidade excecional de organização e de mobilização, as organizações de mulheres tiveram papel decisivo na Primeira Guerra Mundial e no esforço de guerra em todas as suas vertentes.

Wesley Hyatt, foi o primeiro plástico industrial usado como material de base para as próteses, apesar de seu odor desagradável (a cânfora). Ainda que não tenha durado por muito tempo, o celuloide marcou o início dos plásticos como materiais para a confeção das dentaduras. As dentaduras dos soldados, em alumínio, também desapareceram rapidamente, dando lugar a materiais mais adaptáveis ao uso humano. A mão de Afonso Costa, prestes a ser decepada.

Mãos que não souberam entrelaçar-se.
De uma "Velha" a uma "Nova" República?
(Depois de Afonso Costa um ano de Sidónio).

> (…) Embora a teia da história não possa ser desfeita em linhas separadas sem que seja destruída, uma certa subdivisão do assunto é essencial por motivos práticos (Hobsbawm, 1978, p. 7).

Revolução não é aceitação, mas recusa, transformação radical, alternativa de valores, resultado tangível das ideias que foram o seu motor de arranque determinante (o seu embrião utópico).

Apresentamos estes argumentos para um balanço crítico. É que todas as afirmações geram dúvidas e do seu contraditório nascem, felizmente, novas afirmações, adiante contraditas. Esse trabalho de texto que sucede e antecipa novos textos deixa por vezes algumas incertezas (lacunares) quando perseguimos as memórias alheias e as nossas próprias.

A decisão de passar um texto, finalmente, à forma partilhável, comporta alguns riscos. O primeiro é o de que, acabada uma frase e fixando-a num suporte, logo outras surjam, por outras vias, que a encantem ou desmintam. Ao texto sobrevêm sempre novos textos que o confrontarão - ou como escreveu António Borges Coelho:

> Na escrita (...) trepam erros, verdades que envelhecem, ordenam-se ou amontoam-se desirmanados os documentos, os valores, os símbolos, as ferramentas conceptuais, o conhecimento alargado, as explicações teóricas, as utopias, os mitos. Uns de corpo inteiro, outros esfacelados ou sem membros: uns horrendos, outros de olhos angélicos (Coelho, 1998, p. 117).

É natural, portanto, que a memória da Monarquia e a memória da República portuguesas ocupem hoje lugares esfumados por entre recordações pouco uniformes, produzindo-se referências interpretativas que enfermam das opções dos seus autores e que esquecem, sem qualquer opção voluntária, que muito fica por contar, em especial quando as ideologias se atravessam nas narrativas. (A ideologia tende a contar-se mais do que a contar).

De modo simples, parece consensual haver uma (prioritária) diferença bem identificável entre os mais de oito séculos da monarquia portuguesa e os pouco anos contados da I República, interruptos nos acontecimentos de 1917, adquirindo então nova dimensão. Os dois septénios da I República deixam, apesar da fragilidade e do ensaísmo em que o Regime progredia e oscilava, enfrentando crises económicas (que herdara) e novas crises efetivas que o mundo gerara, entretanto, durante a sua curta vida, com marcas espantosas da capacidade de mudança radical da vida de todos, quase sem exceções.

Portugal não regressou à monarquia, em nenhuma etapa pós-1910, apesar de viver um longo período em que o poder era exercido centrando-se numa única personalidade, de enorme firmeza, mas longe da prática ditatorial (a dura centralização em Afonso Costa foi ainda mais musculada em Sidónio Pais); Portugal manteve uma dinâmica moderna de separação entre a religião e a política, evidenciando a segunda como responsabilidade e autoridade humana e não divina. Sugeriu um homem ético no lugar de um Deus supra ético e procurou modernizar as forças de pensar, sentir, agir e reagir de um povo muito antiquado, inculto, de elevado analfabetismo, literal e funcional, e pobre nos mais diversos sentidos da palavra; geriu por isso, mais tarde, a emergência de um messianismo político (que procurou afirmar-se de modo derradeiro por alturas da Segunda Guerra Mundial), sobrevivendo, até à atualidade, às mais mortíferas ideologias que procuraram a destruição da expressão humana e da sua autoafirmação e continuidade. Criou raízes para o desejo de liberdade, sentido cívico e de cidadania, que foram "repescados", reabilitados e reavivados na Terceira República (1974-atualidade). Sugeriu a educação como um dos mais interessantes valores de esperança, prosperidade e sobrevivência das populações. Morreu – acabou – quando ainda estava a começar, às mãos do exército e da força das armas que lhe puseram término.

Envolto num aparente mistério, *Sete Annos Depois...* (Burnay? 1918). é (mais um) livro de autor desconhecido, atribuído. Publicado em 1918, escrito em janeiro do mesmo ano, é sugerido que, afinal, tivesse sido escrito pelo médico e lente de Zoologia na Escola Politécnica de Lisboa, Eduardo Burnay. A sugestão foi feita por Armando Malheiro da Silva [*in* Silva (2006b, p. 83)] o primeiro a atribuir a autoria a *Eduardo Burnay*: aquando da elaboração da sua tese sobre *Sidónio Pais*, na consulta ao arquivo deste, descobriu um exemplar do livro com uma dedicatória de *E.B*. [de facto, um dos pseudónimos de Eduardo Burnay parece ter sido exatamente o uso das iniciais E.B.]. [549]

Para um estudo cultural sobre memórias, a proximidade com os factos narrados torna esta obra um interessantíssimo motivo de trabalho analítico. Esse anonimato e incógnita merecem destaque por isso mesmo, mas também por ser o livro uma apologia contemporânea do golpe de Sidónio Pais e do próprio golpista.

Lê-se em *Sette Anos*, um "retrato" da República, síntese do que muitos pensavam sobre o primeiro septénio da República portuguesa:

> O próprio sr. Afonso Costa, que é a principal vítima expiatória desta nova interessante fase da República, ministro dentro de um regime monárquico, não

[549] V. Dicionário de Pseudónimos, de Andrade (1999)] para *S.P.* [*Sidónio Pais*].

> teria tido de condescender com tantas exigências de toda a ordem, como aquelas em que se deixou enlear e as eminentes qualidades que ninguém lhe pode contestar teriam certamente brilhado por forma mais útil à sua glória e ao bem do seu país, sem ter de passar pelo purgatório de Elvas[550]. Está entendido, com o testemunho do atual Governo, que a República, longe de trazer à governança e à administração, maior moralidade, apenas, muito ao contrário, pôs o país a saque, desbaratando o seu dinheiro, e, depois, mais do que o seu dinheiro, o seu sangue. Mas a isto não se limitou a obra do democratismo republicano. Essa obra foi intolerante, perseguidora, espoliadora, odienta, liberticida, desordeira demagógica, fomentadora do desrespeito de todos e de tudo: perdulária gananciosa no seu pior significado e finalmente traidora a nação. A religião tradicional da quase totalidade dos portugueses, foi por todas as formas perseguida, sujeito ao mais apertado e vexatório policiamento sectário e dos sequestrados bens religiosos ainda não houve contas, mas o que se diz é tremendo (Burnay? 1918, p. 14).

E o recado do autor ao "novo" estadista fica dado, sem delongas:

> Nunca trairei a República, disse Vossa Exª. algures. Mas esta afirmação subentende, obviamente, a unidade de causa da pátria e da República, porque quem Vossa Excelência não pode nem quer, acima de tudo, trair é a sua pátria. Nem a pátria grande em que o amor de todos está empenhado. Nem a pátria pequena, para Vossa Exª o risonho trecho minhoto, onde diligente e saudoso foi trocar as primeiras lágrimas da sua comoção cívica com as da doce infinita ternura de uma mãe que a Deus certamente mais uma vez agradeceu filho de tanta honra, para si, para ela e para o seu país. Estamos sossegados. Vossa Exª não trairá a sua pátria. Vai procurar salvá-la pela fórmula de uma República nova, mas se vir que excede isso as suas forças ou as possibilidades circunstanciais, não irá à rotunda, certamente entregá-la novamente à anarquia e ao aviltamento da República Velha. Outras mãos, honradamente, escolheria se a outras estivesse de recorrer (Burnay, 1918, p. 14).

A dicotomia – *Nova* e *Velha* – vai manter-se até aos nossos dias entre os ensaístas que se ocuparam com este tema.

Defendemos, por isso, duas ideias que nos parecem fundamentais: a primeira prende-se com a designação talvez útil, mas muito imprecisa de ter havido uma República Velha (1910-17) oposta a uma República Nova, nascida com o Sidonismo (1917-18). Essa ideia é uma corruptela (no sentido da definição: "alteração ou perda das características que identificam alguma coisa") apoiada no que se passou no Brasil, entre 1889 e 1930 e que foi registado com as mesmas designações (República Velha| República Nova). Esse período não tem comparação entre os dois países, nem há razão para a designação ser importada e aceite no caso português. Todavia é uma expressão usada desde cedo, logo em 1917.

[550] Uma alusão ao Forte de Elvas, onde Afonso Costa foi preso na sequência do golpe de Estado de Sidónio.

A segunda é a ideia de que as (pouco mais de) duas décadas da I República portuguesa tivessem sido infrutíferas ou sem benefícios de maior para Portugal. Se mais não fosse, a Primeira República constituiu um exercício robusto de autoafirmação de um País, mostrando-lhe facetas muito positivas da democracia, da ação e participação cívicas, da incomparável importância da cidadania e da responsabilidade individual em interação com o Outro. Um caminho para a afirmação de uma entidade.

A República, para os republicanos, conscientes da sua dimensão política contemporânea e futura, era uma esperança: dizemos nesta Tese, a ânsia da chegada de um messianismo político, o entusiasmo de ver nascer uma utopia. Ter "a sorte" nas próprias mãos parece ser o zénite dessa utopia: viver conformado com o destino ou, em contrapartida, transformá-lo, eram as únicas e incompatíveis alternativas. E à utopia da transformação – total, revolucionária, salvadora - sucederia uma nova utopia, a do saber, através da educação do cidadão, como salvação.

Um dos maiores erros cometidos, foi o de procurar uma *identidade*, mais uma visão utópica e frágil, melhor dizendo, que, acreditamos, seria sempre uma impossibilidade.

Recorde-se as palavras recentes do filósofo José Gil:

> Suponhamos que o nosso verdadeiro problema é a identidade (...) [os portugueses tentaram] formas de subjetivação individuais em desfasamento ou inadequação aos quadros de vida coletiva que se iam edificando progressivamente. (...) [a única maneira de remover o obstáculo da "identidade" é "deixarmos de ser, primeiro, portugueses para poder existir primeiro como homens (Gil, 2009, p. 9).

Na primeira República, o caminho mais rápido para afirmar as utopias, por distintas que fossem, parecia ser o da entrada na Grande Guerra, mesmo com a oposição de Espanha e com uma tardia aceitação do aliado histórico, a Inglaterra. País periférico, abatido pela crise económica, minado por demasiados projetos de poder que tornava cada fação mais perigosa que a outra (há quem atrevidamente queira ver causas na instabilidade - "...Quarenta e tal governos, seis presidentes, eleições parlamentares em média de dois em dois anos, vinte e cinco revoltas e motins, ..." (Martins, 1998, p. 70) - e nos confrontos um modelo de "terrorismo"). Portugal e a sua jovem República eram, isso sim, balão de ensaio e caldo experimental, que tiveram de enfrentar exigências próprias das revoluções, crises internacionais, a maior guerra a que o mundo assistira até à data e uma pandemia que agudizou tudo isso.

A velha fórmula de que em Portugal imperava o jacobinismo – como se nos democratas radicais portugueses se tivesse enraizado culturalmente uma forma coerente para a sociedade

do pensamento portuguesa – está longe da interpretação francesa, mesmo quando se pretende ver uma imposição da virtude pelo terror (como em França se exigia e praticava). A mescla de opções políticas nacionais impedia tal consistência.

A segmentação dos grupos era mais uma falha de estrutura e de formas de ação coerente do que a procura de uma estrutura jacobina - mesmo tratando-se dos partidos políticos mais poderosos e dos chefes mais consistentes, estariam muito longe do jacobinismo e do modelo francês, todos eles,

A República concebia-se como progressista e laica. O passado era conservador e católico. É uso falar-se da "questão religiosa" para nomear essa divisão em campos opostos. E é tradicional falar, exageradamente, de jacobinos anticlericais de um lado e de tradicionalistas crentes do outro. É um pouco áspero tentar trazer para Portugal este jacobinismo (Porto Editora, 2024), que fazia sentido apenas nas teses de François Furet, o autor de *Penser la Révolution Française* (1978). Furet considera que o *jacobinismo* se estruturou nas "sociedades de pensamento" e que o seu objetivo era manter a nação purificada dos seus inimigos, com cidadãos iguais e virtuosos. Daí a trilogia da Revolução Francesa de *liberdade, igualdade e fraternidade.*

Jules Michelet estabelece três momentos: o jacobinismo original (1789-1791), parlamentar e nobiliárquico; o jacobinismo misto (1791-93); e o jacobinismo extremista (1793-94).

O jacobinismo estaria associado à franco-maçonaria e ao ateísmo. É exagerado querer vê-lo em Portugal com uma dimensão mimética à forma francesa, pelo menos da forma como se revestiu, e "ligado ao nacionalismo imperialista pequeno-burguês urbano", pelo menos como efeito dominante no imenso mosaico de tanta heterogeneidade e improviso que compõem, pelo menos como efeito dominante, o imenso mosaico de toda a heterogeneidade que compõe a I República portuguesa.

Furet estabelece três momentos do mesmo: o jacobinismo original (1789-1791), parlamentar e nobiliárquico; o jacobinismo misto (1791-93), aberto aos jornalistas republicanos; e o jacobinismo extremista (1793-94). Furet estabelece três momentos do mesmo: o jacobinismo original (1789-1791), parlamentar e nobiliárquico; o jacobinismo misto (1791-93), aberto aos jornalistas republicanos; e o jacobinismo extremista (1793-94).

Definia Brito Camacho em tempos de Monarquia que "(...) nas questões de ordem política, os republicanos afirmariam os seus princípios, naturalmente sem a transigência condenável dos fustes, com muita firmeza e energia, mas sem a fúria obcecada e já hoje fora de moda de um jacobinismo robespierrista (Camacho, 1906).

O republicanismo (ideológico e utópico, isto é, crente na utopia de um mundo novo) tomara como seu o que sobrara do Iluminismo, que fora o quantificador do liberalismo – e subia mais um degrau misturando-lhe a ênfase do romantismo na vontade emocional com que desejava o poder. A grande diferença que opunha a República à Monarquia não se limitava apenas ao colocar de um chefe de Estado no lugar do Rei, mas a consagração da divisão de poderes capaz de consagrar a participação ativa dos cidadãos na "coisa" pública. O modo atrapalhado como o fazia levou a que alguns fossem excessivos nas interpretações. Frases como "o terrorismo republicano foi um terrorismo de massa, politicamente dirigido pela fação do PRP que Afonso Costa comandava", que chegaram aos nossos dias, parecem absurdas, enredos tendenciosos e de uma só visão, criados pela e para a memória dos nossos tempos, perante uma realidade muito mais complexa e de múltiplas feições e exigência interpretativas.

A maior parte dos discursos de demonização da República nasceram e foram promovidos pelo Estado Novo, que procurou manter inimigos simbólicos – a Primeira República como um deles, é evidente – para alimento dos seus objetivos e construção/manutenção de uma memória coletiva assente no temor do regresso à "coisa pública" e "anárquica" que tinha imposto ao País a "confortável segurança" da ditadura. Muitas vão ser as formas de propaganda pós-1926 com a intenção de criar e de agigantar uma imagem temível dos dezasseis anos anteriores.

De acordo com os seus princípios mais definidores, a República só o seria garantindo a concretização da justiça e sobretudo procurando o bem comum, a "coisa" pública. Essas "missões" de geração, gestação e gestão republicanas, tinham sido erguidas como causa bastante historicamente muito antes, não só por Rousseau – a participação política e a expressão através de eleições, por exemplo, para a vivência num estado democrático -, como por Montesquieu – a arrumação do poder político em Legislativo, Executivo e Judiciário -, como na ambição do liberalismo económico de Adam Smith, a "oferta e a procura", isto é, uma regulamentação e uma autorregulação que dispensasse a intervenção do Estado na economia. As mesmas ideias, tinham também "retirado" Deus aos povos, convencendo-os de que a vida – o destino! – era uma escolha sua e da sua responsabilidade e não de um ente divino transcendente, inalcançável. Talvez esta última, culturalmente, tenha sido a sua mais ousada e imperdoável opção. A "fome de Deus" não alimenta povos culturalmente famintos e a tentativa (mais uma, de tantos outros momentos históricos) de substituição de Deus pela espécie humana

não surtia efeito[551]. Deus era uma ideia poderosa alojada na memória coletiva. É curioso notar que já em 1912 Durkheim invocava em *As Formas Elementares da Vida Religiosa*. Acresce o entendimento de

> uma forma de desencanto do mundo que se pode comparar ao desaparecimento de um meio de Memória. Mas nada exclui que um certo desencanto seja concomitante com um novo encantamento, como refere justamente Marc Augé (1989: 11). De facto, é menos do desaparecimento dos meios de memória que se deveria falar do que da sua transformação. Enquanto durante muito tempo alguns membros da sociedade, o chefe, o antigo combatente, eram reconhecidos como os únicos legítimos portadores e autores da memória coletiva, estes perderam hoje o seu monopólio (Candau, 2013, p. 191).

A jovem República portuguesa ensaia tudo isto, caminhando aos tropeções. Ter o destino nas próprias mãos obriga a uma responsabilidade inesperada, a uma nova arquitetura das organizações e das instituições onde os grupos – manifestando necessidade de afirmação política – parecem tomar a parte como todo e a divisão como expressão.

A urgência de mudança imediata, dita também um ritmo que a República não consegue gerir habilmente. Os partidos partem-se, isto é, subdividem-se em pequenas forças mais ou menos ideológicas, mas de maior ambição, que, pela pouca dimensão, perdem a força. E o sufrágio a que se submetem não é universal. Mesmo sendo unidades coletivas concretas – republicanos, democráticos, liberais, jovens "turcos" (grupo de oficiais revolucionários), regeneradores, integralistas, reconstituintes, nacionalistas, evolucionistas, unionistas... As designações são inúmeras – não encontram coesão nem dimensão apropriada.

De acordo com o 5º recenseamento geral da população portuguesa, de 1 de dezembro de 1911, publicado pela Imprensa Nacional dois anos depois, António Manuel Trigo era um dos 5.960.056 portugueses recenseados no País.

Os grupos, naturalmente, têm por base as pessoas (é a sua natureza constitutiva) e, à distância de cem anos, podemos definir que houve, grosseiramente, duas repúblicas, uma de Afonso Costa, outra de Sidónio Pais (o primeiro é deposto pelo segundo em 1917). É redutora, a afirmação, mas entenda-se simbolicamente na utopia do primeiro a distopia do outro e vice-versa. As opiniões dividem-se entre os dois políticos.

[551] A verdade é que esta extrema procura de uma "identidade divina" no humano banal é uma característica cultural dos últimos séculos.

A propósito do tema, anotámos, de Fazio (2014), quando reflete sobre Feuerbach: "*Homo homini* Deus est, o homem é um Deus para o homem (...); é a viragem decisiva da história" (Fazio, 2014, p. 159).

Não será por acaso que a obra considerada por certos pensadores aquela que fazia nascer a filosofia em Portugal, se intitula *A Ideia de Deus*. Escreveu-a o pensador excecional que foi, sem dúvida, Sampaio Bruno.

Cf. BRUNO, S. (1987). *A ideia de Deus.* Porto: Lello Editores.

De Afonso Costa, diga-se, em abono, que foi o único presidente do Governo e ministro das Finanças português que, em contexto democrático, obteve dois superavits[552] (1912-13 e 1913-14) (Valério, 2006) só "derrotados" pelo rebentar da Primeira Guerra.

O Estado sidonista intervém ampla e ativamente na economia, como regulador e quase como coordenador da atividade económica, nomeadamente para fazer face ao problema dos abastecimentos – mas não terá resultados idênticos aos governos que o antecederam. Parece mesmo ter falhado em toda a extensão da sua dinâmica governativa.

De Sidónio Pais diga-se, igualmente, em abono, que advoga a legitimidade em período de grande crise vinda diretamente do povo para o chefe, através do voto direto, sem os partidos de permeio. Modifica a lei eleitoral, sem sequer se dar ao trabalho de consultar o Congresso e é eleito Presidente da República por sufrágio direto dos cidadãos eleitores, obtendo, em 28 de Abril de 1918, 470 831 votos. Parece uma contradição, mas não impede de ser assim o primeiro político português a aplicar o sufrágio universal em Portugal ou, pelo menos, o sufrágio universal da população masculina. Foi proclamado em 9 de Maio do mesmo ano (Presidência da República Portuguesa, 2024).

[552] Sequência direita da "Lei Travão", implementada por Afonso Costa, pela qual nenhum deputado, em sede de discussão do Orçamento Geral do Estado, poderia propor medidas que aumentassem a despesa pública ou diminuíssem as receitas sem pedir, previamente, a autorização da Comissão de Finanças e do ministro das Finanças.

A mão estendida de Sidónio Pais

> O esquecimento faz parte da memória, pois o paradigma da área é uma extensão da materialidade dos livros, dos textos e do signo fixo e territorializado. (Carelli, Monteiro & Pickler, 2008, p. 2)

Sidónio Bernardino Cardoso da Silva Pais, nasceu em Caminha, distrito de Viana do Castelo, no dia 1 de Maio de 1872, numa casa que não resistiu ao desgaste da memória e que ruiu quase totalmente, mesmo perante as promessas camarárias que confessavam o desejo da sua restauração. As ruínas da casa – resquícios de uma memória nacional - foram fotografadas intencionalmente para este trabalho (V. ANEXOS) e revelam o seu estado de (má) conservação atual. Em 1888, inicia Sidónio a carreira militar, entrando para a Escola do Exército e para a arma de Artilharia. É promovido a alferes em 1892, a tenente em 1895, e a capitão em 1906. Em 1907, Sidónio foi pai de Maria Olga, filha de Ema Manso Preto**,** cuja paternidade assumiu, mas não perfilhou, porque a mãe era casada com Álvaro Augusto Pinto Ribeiro, residente na cidade do Funchal. A ilha da Madeira, de tantas formas, esteve sempre presente na redação deste trabalho.

Maria Olga era meia-irmã dos outros filhos de Sidónio, que se casara em Amarante, freguesia de São Gonçalo, anos antes, a 2 de fevereiro de 1895, com Maria dos Prazeres Martins Bessa, com quem teve cinco filhos: Sidónio (1896-?), António (1897-1987), Maria Sidónia (1899-1985), Afonso (1901-1995) e Pedro (1902-1930). Sidónio Pais [553]licenciou-se, entretanto, em 1898, na Universidade de Coimbra, em Matemáticas. É nomeado professor catedrático da cadeira de Cálculo Diferencial e Integral daquele estabelecimento de ensino superior e aceite como professor da Escola Industrial Brotero (da qual virá a ser diretor, em 1911). Republicano, filiado na Maçonaria (irmão Carlyle na Loja "Estrela de Alva", em Coimbra), desempenhará vários cargos na República[554].

[553] Sidónio será bisavô do (falecido) pianista Bernardo Sassetti – Bernardo da Costa Sassetti Pais, cujo pai era neto paterno de Sidónio Pais, e que era sobrinho materno de Luís de Freitas Branco e de Pedro de Freitas Branco, e primo-irmão de João de Freitas Branco (família referida nesta Tese pelas ligações à Madeira, a António Manuel Trigo e a Alfredo Freitas Branco). João de Freitas Branco, filho de Luís, foi também um melómano ímpar e musicólogo, decisivo renovador do Teatro Nacional de São Carlos.

[554] Deputado à Assembleia Nacional Constituinte; Ministro do Fomento do governo de João Chagas, desde 24 de Agosto de 1911; Ministro das Finanças do governo de Augusto de Vasconcelos, desde 7 de Novembro do mesmo ano; representante do Governo nas manifestações do primeiro aniversário da implantação da República, na cidade do Porto; Ministro de Portugal em Berlim, desde 17 de Agosto de 1912, cargo que desempenhou até 9 de Março de 1916, data em que a Alemanha declarou guerra a Portugal.

Sidónio foi, pelo menos durante um período de pouco mais de um ano, um fenómeno de popularidade política, que o tornou um dos símbolos mais originais da Primeira República.

Tal como grande percentagem dos portugueses de 1917, também o madeirense António Manuel Trigo parece rendido incondicionalmente às qualidades de Sidónio Pais, não hesitando em segui-lo e em elogiá-lo, e a ver nele a alternativa aos Democráticos. Entre os seus apontamentos, contam-se os encómios e os símbolos, em especial as recordações de postais e fotos do então major que comandou o golpe de estado de dezembro de 1917.

A aura popular criada em torno de Sidónio é cheia de pormenores frívolos e eficazes: *o charmeur* (Martins, 2008), era o epíteto: elegante, dotado de uma figura física que agradava às mulheres, de quem recebia cartas de amor e de suplica, bigode bem aparado, sempre bem fardado (o major, que já não usava farda há alguns anos, apresenta-se uniformizado ao País e, tomado o poder, manda fazer fatos, capotes e divisas de general que usava garbosamente, acompanhados por marroquinaria de qualidade e botas de montar de excelente material e apresentação irrepreensível. Parece ter até trocado de marca de tabaco – fumava *Antoninos* – pelo mais caro *Baunilhas*); o porte como montava a cavalo, entre outros atributos que pareciam ter grande peso na sua popularidade, era referido em notícias e notas avulsas, exaltadas e exaltantes, escritas a seu respeito.

Registe-se o olhar irónico de Agostinho de Campos:

> As Mulheres, naturalmente, com toda a lógica, com toda a justiça e com toda a fisiologia, sentiram-se atraídas para aquele homem raro desde o instante em que os outros todos vieram certificar-lhes...que não havia mais nenhum. Sidónio Pais matara um dragão e assim se viu de um dia para o outro elevado, na sensibilidade feminina, a categoria verdadeiramente presidencial de semideus antigo ou de herói das lendas cavalheirescas medievais. Depois mataram-no ele. Como aconteceu a Tristão, a Segisfredo e a tantos outros; mas as mulheres não se apaixonaram por Hagen, o matador traiçoeiro - e continuaram na viuvez. Por duro que seja confessá-lo, certo é que há outros dragões a matar e que os homens, como as mulheres, esperam e desejam que apareça outro Homem. Os homens em Portugal têm ciúmes do herói vivo. Mas depois do herói morto, também se sentem *viúvas*... (Campos, 1922, pp. 56-57).

Sidónio Bernardino Cardoso da Silva Pais, o jovem minhoto, ambicioso e persistente que chegara a professor da Universidade de Coimbra, era um populista que progressivamente se foi tornando popular. Dizia o que as pessoas queriam escutar, como é apanágio dos populistas. Fartos da guerra, os portugueses recebiam dele um virar das costas ao conflito mundial (e sobretudo aos portugueses, muitos milhares, que por lá combatiam). O povo

aplaudia, mas a realidade era outra, dramática, e aparentemente desconhecida no território nacional.

> O que foi para o C.E.P o dezembrismo? Oficiais abandonando a título de licença os soldados e não regressando à França; o envio nulo de reforços desde dezembro; o decreto de Roulement [555]- medida de uma criminosa e pavorosa imprevisão política que produziu, entre as tropas, a mais desintegradora e desmoralizadora ação - o maior insucesso de 9 de Abril provocado pela convenção de 21 de janeiro, - o abandono absoluto do C.E.P., a prisão [556]de muitos dos seus oficiais, os mais bravos, os maiores, - que não haviam sido defectistas e não haviam concorrido para ajustas acusações de que fala o relatório do senhor Augusto Vasconcelos! Não haverá um ato de carinho, uma palavra de estímulo, um soldado para reforçar os Infantes e os artilheiros da Flandres! O mesmo silêncio criminoso para com os prisioneiros que na Alemanha iam morrendo à fome! Aqui, daqui, só telegramas e ofícios pedindo transportes, sem que todos os meios fossem esgotados no sentido de renovar a dificuldade invencível. Que fez o dezembrismo contra os erros que acusa no C.E.P.? - Onde preparou e mobilizou novos soldados, como os instruiu? Onde? Lembro-me que em maio de 1918 me encontrei várias vezes com um distinto oficial, amigo, meu, o senhor tenente-coronel M.A. a quem disse, por várias vezes, o meu desgosto do mau caminho seguido pelo dezembrismo quanto a nossa guerra, coisa que me importava acima de tudo. O meu camarada tinha em Paes uma grande confiança. E tinha, por mim, como todos os portugueses, sem distinção de partidos, que me conhecem, a simpatia devida a todos os não políticos, cuja vida e cujos atos visam acima de tudo o interesse da Pátria e a honra da nação (Casimiro, 1919, pp. 224-225[557]).

[555] Em Dezembro de 1917, Norton de Matos queria estabelecer o mecanismo do *Roulement* – a substituição progressiva das tropas do C.E.P. – para depois partir para França como combatente, pois estava já assente que ao Governo demissionário (o último de Afonso Costa) se seguiria um Governo nacional (de Sidónio Pais), aparentemente com a colaboração dos partidos constitucionais que, pensava-se, estaria depois no poder até ao fim da guerra.

[556] "Os soldados desconheciam os oficiais que os comandavam, pois os que haviam dirigido a sua instrução em Tancos ficaram em Portugal, presos por implicados no movimento de Dezembro de 1916". [Referência ao Movimento liderado por Machado Santos, em 13 Dezembro de 1916, com apoio de tropas de Tomar. Conhecida pela revolta de Tomar contra o Governo de União Sagrada e o embarque de tropas para França.] (Carvalho, 1924).

[557] Adquirimos a 1ª edição deste livro, num alfarrabista. O seu primeiro proprietário terá comprado o livro logo que saiu, assinou-o e datou-se e na folha de rosta, sobre o nome Sidónio Pais impresso, escreveu em letra de caligrafia cuidada: VIVA O IMPORTAL, de modo que se leia "Viva o Imortal Sidónio Pais", mal se vire a primeira página. Ainda na mesma caligrafia, no verso de capa, o proprietário escreveu a tinta "Peço por especial favor ao cidadão a quem este livro for emprestado o máximo cuidado, o que muito agradeço". E assina. Alguém respondeu noutra caligrafia noutra tinta: "Será satisfeito!".

A Sopa do Sidónio
Uma ração monárquica servida como republicana.

Esfomeados, eram entretidos com as pequenas rações da "sopa do Sidónio", que não eram coisa sua, isto é, do Presidente, mas a aquisição inteligente de um gesto que lhe granjeava simpatia. Órfãos de Deus, famintos da Igreja que os alimentava espiritualmente, era em Sidónio que viam um (certo) recuo naquilo que fora a mais corajosa das decisões da República: a separação Igreja-Estado.

A figura de Sidónio Pais não nos chega como uma memória, mas como um recontar imaginativo de uma biografia amplificada e romantizada, e uma construção sistemática e intencional, ideológica, do regime do Estado Novo.

A Primeira República, demonizada após o 28 de maio de 1928, era o inimigo, e a Democracia a sua feição ativa, sem regras nem direção. A nova Ditadura lançava a propaganda que criava a lenda de uma República canhestra e perniciosa. Nesse inventário do passado recente, sobre o qual o novo regime ia construindo novas alternativas memoriais a seu contento, abriam-se ligeiras exceções. A evocação de Sidónio é uma delas; a partir dos anos 1920 é "retocado" progressivamente para aparecer como um antecessor do Estado Novo, regime que assim capitalizava a popularidade e o simbolismo messiânico que o Presidente tivera em vida, sobretudo no período fugaz em que decidiu os destinos do País. Aqueles que pretendiam restaurar a República derrotada (Farinha, 1998), estiveram ativos até ao final dos anos 1930 e foram ferozmente perseguidos, calados das mais diversas formas e acabaram por engrossar o corpo de uma resistência clandestina, onde a corrente socialista reclamava heranças de um liberalismo democrático que, vindas do passado, animavam as suas melhores esperanças que continham, uma vez mais, uma forte carga utópica, messiânica e desejosa de reatar o projeto cultural (assente em diretos fundamentais, participação ativa na vida civil e cívica, separada da Igreja e de quaisquer veleidades de ditaduras militares limitativas) (Farinha, 1998).

A sociedade portuguesa vai assistindo, permitindo e operando um tempo de mudança, assente naqueles que se acreditava ser a geração nova, como nos diz Fátima Moura Ferreira:

> Críticos da ideologia do regime e da sociedade burguesa implementada, o horizonte doutrinal da Geração Nova corporizou-se num leque de movimentos ideológico e culturais vasto – socialismo, republicanismo, positivismo cientismo, sociologismo, realismo e naturalismo – que no seu conjunto, independentemente dos enfoques particulares, denota uma aspiração e uma crença comum: a de promover uma compreensão objetiva e crítica da realidade e, através dela, influir e intervir, segundo cambiantes de ação diversas, na mudança qualitativa do mundo social corporizando a "ideia nova". Em simultâneo, também elegeram um adversário comum: o liberalismo (político e

> económico) e a sua versão como Monarquia Constitucional (F. M. Ferreira, 2007, pp. 202-203).

No ano do nascimento de António Manuel Trigo, face à crise que crescia, seguindo outro rumo, já que a política não criava soluções e a fome grassava, no primeiro dia de junho de 1892 realiza-se na capital do reino o primeiro concerto de beneficência no Real Teatro de São Carlos a favor da constituição da Sociedade Protetora das Cozinhas Económicas de Lisboa. Mais do que um espetáculo, este concerto simbolizou a apresentação pública e mediática do projeto das cozinhas económicas (Cordeiro, 2012).

Na primeira página da revista *Ocidente* [558]podia ler-se os objetivos da futura sociedade: "criação de cozinhas económicas para os pobres de Lisboa e para os operários sem trabalho".

> As cozinhas económicas de Lisboa entrariam em funcionamento em 1893 com a abertura do seu primeiro estabelecimento aos Prazeres. Este projeto seria pensado e lançado pela terceira duquesa de Palmela, D. Maria Luísa de Sousa Holstein Beck, [559]que desenvolveu uma intensa atividade assistencial, não só pelo seu alto estatuto e poder económico, mas também por uma questão de práticas e educação familiar (Cordeiro, 2012, p. 27).

Com a guerra, a fome alastra nas ruas portuguesas. A mendicidade cresce para números impensáveis. O Estado Novo irá mais tarde proibir a mendicância pública, prendendo os que pediam, levando-os para a Mitra, assim chamada por recolher o nome do Palácio da Mitra, que era na realidade o Albergue Distrital de Lisboa, instituição de "combate à pobreza", Palácio que, na Primeira República, funcionava como unidade industrial, ligada à transformação da cortiça.

> A "Mitra" de Marvila, ao Poço do Bispo, remete-se a dois edifícios bem distintos. Um é o palácio barroco do 1.º Patriarca de Lisboa, valorizado enquanto salão nobre da Câmara Municipal de Lisboa. O outro é o antigo Asilo de Mendicidade, considerado dissonante e atentatório da conservação e entendimento do primeiro. Cada um destes edifícios tem sido historiado de forma separada, como se de dois locais diferentes se tratassem sem qualquer relação entre si. E na verdade, o primeiro edifício liga-se às conjunturas históricas, políticas e sociais do segundo quartel do século XVIII e o segundo às da primeira metade do século XX (Simões, 2017, p. 6).

Em plena guerra, o jornal

[558] Revista Ocidente, 11 de Junho de 1892, p. 1.

[559] Maria Luísa Domingas Eugénia Ana Filomena Josefa Antónia Francisca Xavier Sales de Borja de Assis de Paula de Sousa Holstein, era neta de D. Eugénia Teles da Gama e de D. Pedro, o primeiro duque de Palmela, braço direito do falecido rei D. Pedro IV e da soberana D. Maria II. Do lado materno, a avó era Maria Luísa de Noronha, viúva de D. Henrique Teixeira de Sampaio o primeiro conde da Póvoa e barão de Teixeira que deixara a "maior fortuna existente em Portugal", mais tarde herdada por esta neta (Monteiro, 2005).

> *O Século*, coadjuvado pelos seus inúmeros leitores, meteu ombros à empresa da criação de uma sopa que tem sido distribuída por dezenas de milhares de litros, em troca de cada um dos quais se recebe uma pequena moeda de dois centavos que não paga a sopa, mas tira a essa dádiva o espeto de esmola que para muitos seria desagradável e deprimente." (...)"Em Cintra, um dos primeiros atos do sr. dr. Sidónio Pais consistiu na fundação de uma sopa, que se instalou nas dependências do velho e histórico palácio da vila. Consta-nos, porém que aí também se fornece a refeição popular aos que em troca dela contribuem com cinco centavos[560].

A verdade é que esta nova etapa de filantropia política sobreviveu na memória coletiva com a designação errada de Sopa do Sidónio. As designações, muito variadas até aos nossos dias, tornaram esta ação benemerente com as designações de Refeitório dos Anjos ou Cozinha Económica dos Anjos, Sopa dos Pobres, Sopa do Sidónio, Sopa do Barroso, Centro de Apoio Social e de Acolhimento Noturno dos Anjos. Fosse qual fosse a nomeação, os atributos do Presidente Sidónio Pais pareciam sobrepor-se em desejo e expectativa à realidade quotidiana. Aliás, Sidónio teve a fome como aliada na força adquirida nas ruas para consolidar o seu golpe de Estado.

Teófilo Duarte aderiu ao sidonismo (e mais tarde ao Estado Novo, tendo sido dirigente da Legião Portuguesa, Ministro das Colónias e ocupado cargos de administração em diversas empresas ligadas ao "ultramar" português). Colaborador entusiasmado e elemento importante da guarda pretoriana de Sidónio Pais, terá sido ele quem facultou a Sidónio a entrada na Escola de Guerra (onde o Major recrutou a sua guarda pessoal) e na Artilharia 1 (onde Sidónio assentou o seu quartel-general para o golpe de Estado), tendo sido encarregue de comunicar a Bernardino Machado a sua destituição imposta pela Junta Revolucionária, em dezembro de 1917. Teófilo Duarte, ao regressar de Cabo Verde, em 1919, foi aos Jerónimos prestar homenagem à memória de Sidónio Pais. Num momento de eufórico arrebatamento, tenta partir a tampa de vidro que cobria o túmulo, alegando que queria dar um último abraço ao ditador.

O mesmo Teófilo Duarte dedicara "a quantos, por inteligência ou por instinto, compreenderam e amaram Sidónio Pais" um livrinho de ataque à República Velha e que é um panegirico tardio do Presidente, intitulado *Sidónio Pais e o seu Consulado* (Duarte, 1941). Entre outros erros, apresenta-nos Sidónio como um exemplo a seguir na área da política constitucional. E diz que "o chefe da Nação deixa de ser a simples figura decorativa de até então, para passar a assumir o papel de grande orientador de toda ação governativa, marcando direções aos seus ministros e coordenando a sua atividade em harmonia com o plano de

[560] Publicado na "Ilustração Portuguesa" nº652 de 19 de Agosto de 1919.

administração previamente concebido. O Governo deixa de ser o órgão de vida instável sujeito aos azares de votações parlamentares, muitas vezes imprevistas e trabalhando mais em se defender de ataques movidos, quer por interesses partidários, quer pessoais, do que em promover acertadas medidas de administração. Ele agora não terá de dar contas senão ao Presidente da República, supremo responsável pela governação pública (Duarte, 1941, pp. 183-184).

Em suma, cá temos o ditador num governo de ditadura, em toda a extensão dos seus intentos.

Outro erro grosseiro cometido por Duarte é ver em Sidónio o homem que substituiu a democracia parlamentar pelo trabalho árduo da governação. Cita mesmo o jornal *O Século* onde um narrador eufórico aplaude o garrote que então se impõe à Democracia – e que será a política mantida no Estado Novo:

> Quando outra vantagem não oferecesse, esse presidencialismo dosimétrico que entre nós, vigora de facto, uma a que se lhe não pode negar: a dos ministros não comparecerem no Parlamento. É que ali não se trabalha, dá-se a língua ou pior que isso discursa-se, o que corresponde ao mesmo que falar demais agravado com premeditação (Duarte, 1941, p. 191).

Também não deixa de ser curiosa a visão do autor face à relação do poder sidonista com o operariado, aliás mobilizado no combate àquilo a que se chamou "a crise da subsistência", expressão à qual Salazar se agarraria com fervor, logo em 1918. A crise protagonizou greves e lutas sindicais, sobretudo em 1916-17, que combatiam a carestia de vida e a falta de géneros, atribuídos a açambarcadores e ao próprio Estado, empenhado no esforço de guerra. Todavia, uma das causas estava na recusa das comunidades rurais em fornecerem géneros alimentícios às cidades (Lisboa à cabeça, naturalmente). Verdade seja dita, o novo regime sidonista não conseguiu contrariar esta tendência e a crise prolongou-se. Pior: reprimiu violentamente as greves operárias; fez outro tanto com tumultos dispersos, mas contínuos; encerrou associações, com o argumento de serem focos de propaganda anarquista. Louvou-se a representação corporativa, a promessa de construção de bairros operários, as sopas económicas e uma linha de empréstimos, ideias que o Estado Novo tomaria como suas.

Finalmente, Duarte exalta com o que se passou campo da política religiosa:

> o Estado perde a característica Jacobina e perseguidora e embora continue a não impor à nação a obrigatoriedade de uma crença oficial, reconhece, entretanto, a transcendência social e política do fenómeno religioso. Dá-lhe foros de cidade e por isso trata a cabeça da Cristandade como de igual para igual. Ele reivindica

> os velhos privilégios da coroa, reconhece a hierarquia eclesiástica e suprime, enfim, todas as ridículas peias ao exercício do culto (Duarte, 1941, p. 184).

Foi, de acordo com Duarte, a "grandiosidade da obra realizada".

Em resumo, toda a inovação sufocante da República Nova: nascida sobre os corpos das centenas que matou no seu caminho revolucionário, extinguiu de imediato a República Parlamentar, a sua Constituição, depôs o Presidente eleito, Bernardino Machado e o Governo legítimo em pleno funcionamento, de Afonso Costa. Destituiu as autoridades centrais e locais; iniciou um novo poder assente no domínio dos agrários com rasto inicialmente marcado pela demagogia e logo transformado, em poucos meses, num regime de terror que ao fim de um ano, acabaria em sangue. O caráter demagógico e repressivo do Sidonismo não se compara com a maior parte dos momentos mais extremos da República. Em 1917, apesar de tudo, o golpe Sidonista era de alguma forma subtil. Tinha outras características, com as massas descontentes (com a guerra e com as suas consequências) em seu redor. Usava a falta de géneros ou o açambarcamento e a subida em flecha do custo de vida como argumento. E cativava o apoio da classe operária ao aceitar libertar as centenas de trabalhadores presos pela República por razões sociais. Encenava com a bandeira da regeneração o nascimento de uma simbólica República Nova, quando o país dava mostras de estar cansado da "outra", isto é, de um passado recente marcado por uma crise que vinha de longe, e pelo esforço de guerra, ali tão perto. Até a eleição de Sidónio Pais como Presidente, resultante de eleições diretas, simulou um sufrágio universal. Não foram contados mais de 500 mil votos num país que já tinha cerca de 6 milhões de habitantes. Acaba por ser eleito Presidente da República por sufrágio direto dos cidadãos eleitores, obtendo, em 28 de abril de 1918, 470 831 votos. Foi a primeira grande etapa de uma mova cultura, a da política-espetáculo que duraria mais ou menos doze meses. Durante esse período, Sidónio foi o primeiro político português de proximidade: queria fotografa-se e filmar-se junto ao povo, e erguer uma imagem mítica que consolidasse os seus intentos. Durante esse ano de poucos ou nulos avanços, Sidónio Pais cria a Polícia Preventiva, na dependência do chefe do governo, com ligações ao governador civil, liderada pelo Capitão António Adalberto Sollari Allegro[561].

[561] António Adalberto Sollari Allegro (1885-1932), oficial de cavalaria, foi comissário de polícia do Porto durante o sidonismo. Com o assassínio de Sidónio Pais tornou-se a figura preponderante da Junta Militar do Porto, tendo esta divulgado um manifesto em que se assumia como representante do sidonismo. Foi ministro do Reino (Interior) da Junta Governativa Provisória do Reino, presidida por Paiva Couceiro. Quando a "Monarquia do Norte" foi vencida, exilou-se em Espanha.

> com o objetivo de vigiar os grupos políticos e sociais e lidar com os grupos civis armados e as milícias, entre as quais se contou a Formiga Branca[562]. Ao ser eleito Presidente da República em Abril de 1918, Sidónio Pais transformou a Polícia Preventiva numa milícia de defesa pessoal, com o nome de Polícia de Segurança da Estado (PSE). Em 1922, a PSE passou a chamar-se Polícia Preventiva e de Segurança do Estado (PPSE), um corpo secreto, ao qual cabia a investigação dos "crimes" políticos, enquanto as detenções, buscas e interrogatórios seriam executados pela Polícia de Investigação Criminal (PIC) (Pereira, 2010).

A mão estendida de Sidónio Pais tinha uma espada militar e ritual e estendia-se a partir de um braço ideológico que hoje associamos a outros regimes extremistas e ditatoriais de má memória. Mesmo assim, a figura do Major que foi Presidente já pouco ou nada pesa hoje na memória coletiva.

[562] A Formiga Branca estava longe de ser um fenómeno recente, pois conhecia-se em atividade pelo menos desde 1913. Era uma organização semiclandestina, dita na esfera de influência do Partido Republicano Português, e depois do Partido Democrático, e das organizações radicais da esquerda republicana. Funcionou na Primeira República Portuguesa e nos anos iniciais da Ditadura Nacional.

Existiu uma publicação semanal, em folhetos de 16 páginas, intitulada *Os Crimes da Formiga Branca*, onde de modo menos ficcionado, se conheciam as "coincidências verídicas e sensacionais de um Juiz de Investigação" que denunciava os crimes e os detalhava. A publicação tinha como editores J. Rocha Júnior, Victor Alcântara e J. Diogo Peres, assim variando de número para número. Apenas saíram 5 números, um dos quais com uma gralha na capa (onde se refere o ano de 1914, quando seria o de 1915).

O golpe de Estado de Sidónio visto por António Manuel Trigo

> Lisboa 1917
> No dia 4 de Novembro:
> devido às eleições neste dia a Escola esteve de prevenção, só depois do jantar que terminou e não houve alteração da ordem pública, é que foi autorizado sairmos. Durante o dia, pelas 14 horas, houve uma revista geral de todas as dependências da Escola e dormitórios dos alunos, passada pelo Comandante do Corpo de alunos (Racú) acompanhado do oficial de serviço e aluno de serviço.
> No dia 7 de Novembro: fui nomeado mais 20 alunos do 1º semestre, de todas as armas, para uma guarda de honra, para representar a Escola no cemitério do Alto de São João, no funeral do general Pereira d´Eça. [563]
> Saímos da escola às 13 horas, comandados por um oficial de serviço, o enterro teve lugar às 15 horas, o qual foi muito concorrido, só pelas 16,30 h. é que regressámos à Escola.
> No dia 17 de Novembro: a Escola esteve de prevenção rigorosa e ficámos todos preparados em ordem de marcha, por constar haver altercações de ordem pública, devido ao [7º?] embarque de tropas portuguesas[564], que seguiam para a guerra, para combaterem ao lado dos nossos aliados Ingleses e Franceses contra os alemães (Trigo1948, pp. 44-58).

António Manuel Trigo deve referir-se ao Navio de transporte Pedro Nunes, com 792 militares a bordo, rota Lisboa-Brest, um trajeto efetuado em pelo menos três dias de viagem, se impedimentos como as condições atmosféricas ou os submarinos ou as minas do inimigo não fizessem oposição a uma progressão tida por normal. Nesta data, 17 de novembro de 1917, seria pelo menos o décimo primeiro momento de embarques, e não o sétimo, entre os realizados entre Janeiro e Novembro. A indicação no texto deixa-nos dúvidas.

A Inglaterra pôs à nossa disposição sete navios de transportes: "Bellerophon", "City of Banares", "Inventor", "Bohemian", "Rhesus", "Flavia" e "Lasmedon", que juntamente com o "Pedro Nunes" e o "Gil Eanes", conduziram as forças do Corpo Expedicionário Português para França, até ao porto de Brest. Muitas das fontes apontam para o dia 30 de Janeiro de 1917 como da primeira saída dos militares portugueses para França; teriam zarpado do Tejo, nesse dia, três

[563] António Júlio da Costa Pereira de Eça, GCIC (Grã-Cruz do Império Colonial), (31 de Março de 1852 — Lisboa, 6 de Novembro de 1917), conhecido como General Pereira de Eça. General de Artilharia do Exército português, administrador colonial e Ministro da Guerra (1914-1915) durante a Primeira República Portuguesa. A 9 de Fevereiro de 1914 foi nomeado Ministro da Guerra, cargo que ocupava quando irrompeu a Primeira Guerra Mundial. Foi defensor da participação portuguesa na guerra europeia que então eclodiu ao lado dos Aliados, porém, nem todos a maioria governamental discorda dessa posição, sendo a participação adiada. Em consequência, Pereira de Eça é exonerado a 12 de Dezembro de 1914, regressando às suas funções militares.
V. em linha https://www.arqnet.pt/portal/portugal/grandeguerra/pgmafrica.html, consultado em 18 de junho 2019.

[564] Quanto ao tema confrontámos Ana & Gomes (2010) e Martins (1938).

vapores britânicos levando a bordo a 1.ª Brigada do CEP, comandada pelo general Gomes da Costa. Estes navios chegaram ao porto de Brest três dias depois, desembarcando as primeiras tropas portuguesas a chegar a França (em 2 de Fevereiro, portanto). A 10 de Novembro de 1917 (e não a 17) partiu de Lisboa, o mesmo navio de transporte Pedro Nunes para transportar um contingente de 20 oficiais e 754 praças pertencentes ao C.A.P.I., que chegou a Brest a 13 de Novembro de 1917. O Corpo de Artilharia Pesada Independente (Corpo d'Artillerie Lourde Portugais, em francês), ou o C.A.P.I., foi uma unidade portuguesa ferroviária do tipo de artilharia que produz fogos potentes e profundos e que funcionou na Frente Ocidental, durante a Primeira Guerra Mundial.

Nesta passagem, ocorre-nos interromper António Manuel Trigo também para evocar o Padre Avelino de Figueiredo, que comenta uma realidade, mais uma que parece alheia a Manuel Trigo, que mostra uma das faces da Guerra e dos seus intervenientes ligados ao clero, de origem portuguesa: "Fomos pessimamente recebidos em França, vigiados, espionados, e a princípio perseguidos; mas acabámos por triunfar e provar que o clero português sabe sacrificar-se pela sua Pátria e pela sua Religião" (Figueiredo, 1917)[565].

A passagem do texto é de um artigo publicado [566] pelo próprio em 24 de março de 1917, n´ *A Ilustração Católica* [*Illustração Catholica - Revista litteraria semanal de informação gráfica*], publicação de referência, iniciada a 5 de julho de 1913. O CEHR, Centro de Estudos de História Religiosa, da Universidade Católica, "através do cruzamento de uma coleção incompleta proveniente dos espólios de José Maria Braga da Cruz e de Guilherme Braga da Cruz, com a coleção conservada na Biblioteca Geral do Centro Regional de Braga da Universidade Católica Portuguesa, logrou digitalizar todos os números da revista, até ao número 360". [567]

O *Álbum dos Vencidos*, por seu turno, um projeto editorial iniciado também em 1913, pretendia recuperar a memória, neste caso a memória daqueles que se consideravam "vítimas" do novo regime republicano. O seu editor, diretor e proprietário, Alberto Pereira d´Almeida, foi "preso durante 10 meses e 10 dias nas cadeias d'Almeida, Limoeiro, Trafaria, Relação do Porto e demitido após a prisão do cargo de notário d'Almeida", em sequência da implantação da República - lê-se no nº 3 desta revista, a propósito de Avelino Figueiredo, um dos primeiros

[565] Em 1917, o Padre Avelino de Figueiredo, é um dos religiosos na *Front* ao lado dos soldados portugueses do Corpo Expedicionário.

[566] In *A Ilustração Católica* [*Illustração Catholica - Revista litteraria semanal de informação gráfica*]. No nº 195, ano IV, de 1917.

[567] Usufruímos da sua consulta em http://icm.ft.lisboa.ucp.pt/site/custom/template/ucptpl_fac.asp?SSPAGEID=1012&lang=1&artigoID=498.

sacerdotes a embarcar voluntariamente para França, deixando-nos um testemunho extraordinário sobre o que foi a Assistência Religiosa no C.E.P. Esta passagem aparece quase sempre citada erradamente, referindo-se ser extraída da Revista "Defesa Nacional" de 1936. A passagem do texto é, isso sim, de um artigo publicado pelo próprio em 24 de março de 1917, no nº 195, ano IV na *Illustração Catholica - Revista litteraria semanal de informação gráfica*.

Lê-se no nº 3 da revista *Illustração Catholica*, a propósito de Avelino Figueiredo:

> Proclamada a República o Padre Figueiredo manteve-se em prudente expectativa. Mas os republicanos que sabiam quanto elle valia e podia odiavam-no e temiam-no. A 27 de março de 1911, isto é, cinco mezes apenas depois da queda da monarchia1 o Padre Figueiredo foi preso e encerrado no Limoeiro como suspeito de conspirador. É então que começa o seu enorme martyrio, victima d'um odio insaciavel por parte dos seus inimigos. No Limoeiro meteram-no n'uma prisão especial onde são recolhidos os maiores criminosos communs, ladrões, vadios e assassinos da peor especie. Não contentes com isso exerceram sobre elle toda a casta de vexames, humilhações e maus-tratos, levando a crueldade até ao ponto de o encerrarem durante dezasseis dias no *segredo* a pão e água, sem luz, sem ar, sem cama, sem sequer um banco onde pudesse descansar um pouco. Foi uma brutalidade selvagem. O Padre Figueiredo sahiu de lá com a saude arruinada, quasi morto. Em novembro de 1911 foi transferido para o presidio da Trafaria, onde permaneceu n'uma cella durante quatro rnezes acabando de arruinar a sua já combalida saúde.

Em 1917, o Padre Avelino de Figueiredo, é um dos religiosos no *Front* ao lado dos soldados (Gauchet, 1985) portugueses do Corpo Expedicionário. Esta presença trouxe aos nossos apontamentos a frase de Marcel Gauchet, que consideramos oportuna, e que reinventa a famosa tese weberiana do *desencantamento do mundo* [568](*Entzauberung der Welt*): "Ao retirar-se Deus, o mundo, que era intangivelmente *dado* aos homens, torna-se um mundo a ser *constituído* por eles, pelos homens" (Gauchet, 1985, p. 189).

Em matéria de críticas ao regime republicano e num tom quase delirante no que se refere a ataques pessoais e, também, na senda dos muitos álbuns dos vencidos que a época produziu, isto é, uma voz destacada no coro dos inconformados com a situação, a obra mais extraordinária que lemos foi sem dúvida *O Banditismo Político*, assinada por Cristo (1912), que o sociólogo Poinsard (1912), num artigo publicado em 1910 na revista Les Documents du Progrès, elogiou ao dizer que "Existem na Europa três grandes panfletários: Clemenceau, na França; Maximilian Harden, na Alemanha; Homem Cristo, em Portugal".

[568] A respeito do que significado da expressão "desencantamento do mundo" para o próprio Weber (2003).

Brandão (2017) escreveu sobre Homem Cristo:

> Quem quiser conhecer a história contemporânea tem de ler e consultar a coleção d'O Povo d'Aveiro. É indispensável. Essa voz tremenda e colérica prega, há anos, sem um desfalecimento, meia dúzia de verdades essenciais ao país. Além disso Homem Cristo é o maior jornalista português e um panfletário que só tem outro na nossa literatura que se lhe compare – José Agostinho de Macedo (Brandão, 2017, p. 183).

Este *Banditismo Político*, nascido quase todo nos textos jornalísticos de Homem Cristo publicados no seu jornal Aveiro, equivale a 1001 páginas (!) que, desde o prólogo, não escondem ao que vêm:

> O poder caiu no lama. O princípio e a força da autoridade, já tão abalados, extinguiram-se de todo. E desde essa hora solene quem reinou em Portugal não foi D. Manuel, filho e sucessor do rei assassinado. Foi a carabina do Buíça[569]. Podia mais este assassino, do fundo da sua sepultura, que a lei, o direito, o cetro, a polícia, o exército, todas as forças morais e materiais d´uma monarquia que há quase oito séculos vivia! *Sic trasit gloria mundis* (Cristo, 1912, p. 7).

O estilo é mordaz, por vezes excessivo; para dar apenas um exemplo, refere-se amiúde a Bernardino Machado como o Bombardino Rachado e, por aí fora...

Francisco Manuel Homem Cristo (1860-1943), natural de Aveiro, começou por distinguir-se como jornalista polémico, destemido, que não hesitava ao enfrentar os poderes monárquicos e republicanos. O seu jornal, "O Povo de Aveiro", tornou-se um dos jornais mais lidos e temidos do seu tempo. Eleito deputado, por diversas vezes, reconhece-se ter sido um dos parlamentares mais brilhantes da sua época, caraterizado por discursos que chamavam sempre a atenção de quem os ouvia (ou de quem falava deles). Em consequência da fracassada revolta republicana de 31 de Janeiro (de 1891), Homem Cristo foi preso e julgado, sendo absolvido por se ter demonstrado não ter participado nos acontecimentos. Foi também oficial do exército e membro do Partido Republicano.

As suas polémicas incluem o próprio filho, Homem Cristo (Filho), jornalista com projeção internacional e amigo muito próximo de Mussolini", envolvem muitos outos, como Afonso Costa ou Leonardo Coimbra. Chegou mesmo a ter duelos marcados, um dos quais com Afonso Costa, embora tenha desistido do mesmo. Aliás, as desavenças com Afonso Costa levam-no a exilar-se voluntariamente em Paris, com a família, editando na capital francesa "O Povo de Aveiro no Exílio".

[569] Referência evidente a Manuel dos Reis da Silva Buíça, o regicida, que disparou mortalmente sobre o Rei D. Carlos I e o Príncipe Real D. Luís Filipe.

No ano de 1918, Francisco Manuel Homem Cristo foi convidado por António de José de Almeida para lecionar na então recém-criada primeira Faculdade de Letras do Porto, como professor contratado do 4.º Grupo (Ciências Históricas). Nova polémica havia de impor a sua saída da Faculdade.

Tendo apoiado o Estado Novo, na sua fase inicial, cedo Homem Cristo [570]entrou em litígio com o regime, que lhe fechou o jornal por motivos políticos, no ano de 1941.

Das publicações da época, críticas ao sistema novo da República, é merecido falar de uma obra incisiva e resistente: *Proscritos – Notícias circunstanciadas do que passaram os religiosos da Companhia de Jesus na revolução de Portugal de 1910.* Com a autoria de Luís Gonzaga de Azevedo, S.J. a obra teve dois volumes, sendo o primeiro apresentado a público em 1911. A edição foi feita em Espanha e introduzida quase clandestinamente em Portugal, onde não foi bem recebida pelos revolucionários. R.P.L. Gonzaga Cabral, S.J. assina o prefácio.

Ilustre-se o que dizemos com esta passagem de *Proscritos* sob o título de capítulo *Afonso Costa e seus expedientes*:

> O senhor Afonso Costa não tem ideia do que é uma vocação religiosa, porque não leu com espírito de fé as páginas do Evangelho. Supôs que noviços das religiões são vítimas de uma sugestão, procedente de um encontro fortuito que põem ingenuidade de uma criança em contato com a malícia solerte de um embusteiro. Expulsando os jesuítas pelo decreto de 8 de Outubro[571], pois fito em libertar todos os noviços do Barro dos embustes dos homens perigosos que expatriava. Vejamos o que conseguiu com esse pressuposto o astuto causídico (Cabral, 1911, p. 303).

A questão religiosa em Portugal opunha a República à Igreja Católica, mas em especial refutava as ideias e a presença das ordens religiosas no país, e entre estas muito particularmente as que respeitavam aos Jesuítas. Uma das maiores utopias da República era a da criação do homem novo, alicerçado num modelo de educação revolucionário e republicano. Ora os jesuítas dominavam o ensino (no século XVIII, calcula-se que o total de alunos da Companha rondasse os 20 mil para uma população de cerca de cerca de 3000000 de habitantes). Parece

[570] Sobre Francisco Manuel Homem Cristo lemos e registámos notas, para além da fonte essencial *Banditismo Político*, cuja edição parece ter desaparecido de Portugal e só se conseguir consultar, dificilmente, via Brasil, e ainda o que ficou no Arquivo Distrital de Aveiro, Livro de Batismos da freguesia da Glória;
e ainda: https://sigarra.up.pt/up/pt/web_base.gera_pagina?P_pagina=1004252
https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/OAcademicoPublicacao/N19/N19_item1/index.html
http://www.ordens.presidencia.pt/?idc=153
também Gonçalves e Gonçalves (1972).

[571] Alusão ao Decreto com Força De Lei, de 8 de Outubro de 1910, "mandando que continuem em vigor as leis de 3 de Setembro de 1759, 28 de Agosto de 1767 e 28 de maio de 1834, sobre expulsão dos jesuítas e encerramento de conventos e anulando o decreto de 18 de Abril de 1901.

pacífico reconhecer que a República trouxe, efetivamente, importantes mudanças ao sistema educativo e que era esse o motor para o desenvolvimento, na ótica dos republicanos (Pintassilgo, 1998).

O Marquês de Pombal, em 1759, ao decretar a expulsão dos jesuítas de todos os territórios portugueses assina a primeira etapa de um conflito que duraria séculos. Os jesuítas regressam a Portugal em 1829, quinze anos passados sobre a restauração, pelo Papa Pio VII, da Companhia de Jesus. Em 1832, D. Miguel entrega-lhes o Colégio das Artes, em Coimbra, que devido à guerra civil só vai funcionar a partir do ano seguinte. O exército liberal ocupa Coimbra em 1834 e os jesuítas são presos e escoltados até Lisboa, onde são recolhidos no forte de São Julião da Barra. Dali partem para cumprir uma segunda expulsão, de Portugal para Itália.

Em 1846, o sacerdote católico português, de ascendência neerlandesa, Carlos João Rademaker entra para a companhia de Jesus, em Itália. Muda-se para Portugal com a ideia fixa de restaurar a Companhia de Jesus. Quase por acaso, durante a investigação desenvolvida para este trabalho, cruzámo-nos com uma referência ao padre Rademaker, que consideramos digna de transcrição, numa passagem de um texto de Assumpção (1894)[572]:

> Já vão passados mais de 30 anos. Só me recordo do nome do pregador. E da frase com que ele acabou o discurso e que nunca mais esquecerei, tal foi a convicção vibrante com que ele a pronunciou.
> O orador era o padre Rademaker, um jesuíta; a frase foi esta:
> "Ainda há de haver frades em Portugal. Digo e tenho dito!"
> E, contudo, se me fosse dado constituir uma sociedade segundo o meu ideal, por certo que não indicava as ordens monásticas como elemento de vida social e função de progresso. Mas como uma das bases dessa tal sociedade, seria a plena liberdade de consciência e de associação, a lógica dos princípios, obrigar-me-ia a tolerá-las.
> Das raras coisas boas que o ceticismo produz, a tolerância ainda é a melhor. (Assumpção, 1894, p. 5).

Em 1858 cria o Colégio de Campolide. Cinco anos passados e, em 1863, é constituída oficialmente a Missão Portuguesa jesuíta. O primeiro superior é italiano, o Padro Francisco Xavier Fulconis. No mesmo ano, os jesuítas tomaram conta do Orfanato de São Fiel que

[572] Tomás Lino de Assunção, na grafia da época Thomás Lino de Assumpção, escreveu numerosos livros dedicados à vida eclesiástica, entre eles uma História Geral dos Jesuítas -Desde a sua fundação até os nossos dias. Tornou-se um apaixonado da literatura e da investigação histórica, tendo reunido vasto acervo documental sobre temas religiosos, apesar de ser engenheiro civil (e funcionário do Ministério das Obras Públicas). O seu nome completo era Tomás Lino de Assunção, tendo nascido a 7 de maio de 1844, em Lisboa, e falecido a 1 de novembro de 1902, também em Lisboa. Frequentou, para além de engenharia, o Curso Superior de Letras; viveu no Rio de Janeiro e ali fundou uma editora de obras literárias e científicas.

transformaram em Colégio. É em São Fiel, colégio situado na freguesia de Louriçal do Campo, nas faldas da Serra da Gardunha, que é criada, em 1902, a revista Brotéria. Dirigida pelos professores do colégio, publicava artigos de investigação, nomeadamente em botânica, genética e zoologia.

> Há [cerca de]120 anos[573], três professores de um colégio na Beira Baixa fundaram a Brotéria: Revista de Sciencias Naturaes. Na altura publicavam-se artigos de botânica, zoologia e genética, em muitos dos quais foram classificadas novas espécies de animais e plantas. Pouco tempo depois, passaram também a surgir artigos sobre química, física, medicina, biologia e agricultura. Em 1955, nasceu mais um ramo da Brotéria, que continuou a crescer até hoje — a revista de Cristianismo e Cultura. 120 anos depois, a Brotéria já não é só uma revista. Hoje faz parte do projeto multidisciplinar do centro cultural no Bairro Alto e de uma forma redonda de ver aquilo que nos rodeia: oferecendo uma reflexão escrita serena e rigorosa sobre o mundo e contribuindo para a discussão dos principais temas de hoje na literatura, política, arte, história, filosofia, religião e bioética.

Nas vésperas da implantação da República em Portugal, os jesuítas membros da Província de Portugal eram já 360. Desde os anos finais da monarquia que se vivia um clima de perseguição aos jesuítas que vai culminar com a sua terceira expulsão de Portugal, desta feita por vontade da nova República de 1910 que restaura a lei pombalina de 1759. O braço de ferro da República com a Igreja Católica incidia em particular sobre a Companhia de Jesus e em geral sobre as ordens religiosas masculinas. O regime saído da Revolução do 5 de outubro de 1910, através do Governo Provisório da República Portuguesa, faz emitir a Lei da Separação do Estado das Igrejas, aprovada por decreto com força de lei, de 20 de Abril de 1911, e publicada no Diário do Governo de 21 do mesmo mês. Os bens da Igreja Católica são nacionalizados e as manifestações públicas de culto passam a ser fiscalizadas. A ação não chega a durar anos, já que, em 1917, Sidónio Pais permite à Igreja Católica que recupere muito do espaço perdido: com ele, a Lei da Separação será muito suavizada e as relações diplomáticas entre Portugal e o Vaticano restabelecidas. Depois de Sidónio e da Monarquia do Norte[574], a Igreja elabora uma nova estratégia e uma nova ação para o território português, de modo a defender os seus interesses (Franco, 2006, 2007, 2010; Gomes, Franco & Mourão, 2010).

[573] https://www.broteria.org/pt/revista

[574] A Monarquia do Norte Monarquia do Quarteirão (por só ter durado 25 dias, entre 19 de janeiro e 13 de fevereiro de 1919), uma insurreição de teor contrarrevolucionário, ocorrida na cidade do Porto, em 19 de janeiro de 1919, pelas juntas militares favoráveis à restauração da monarquia em Portugal em plena 1ª República portuguesa (Coimbra, 2000; VV.AA., 1921)

O Movimento Revolucionário do 5 de Dezembro de 1917

No Parque Eduardo VII
Ligeiras notas diárias

No dia 5 de Dezembro: quando todos os alunos internos da Escola se encontravam na refeição do jantar, pelas 18.15 h, entrou na Escola um esquadrão da Cavalaria nº 7 comandado por dois Tenentes de Cavalaria. Depois do esquadrão ficar formado na parada, aguardando ordens, os dois oficiais dirigiram-se ao refeitório informando a todos os alunos, quais os motivos que ali tinham comparecido; foram encarregues[575] de uma missão especial, para fazerem convite a todos os alunos presentes e externos, que quisessem tomar parte numa revolta que já estava organizada para essa noite. Que o chefe deste movimento era o Major de Artilharia Dr. Sidónio Pais, ex-ministro da Alemanha, [576]antes de esta ter declarado a guerra.

Que o chefe, Dr. Sidónio, contava com o auxílio de todos os alunos, por serem rapazes novos, e que ele como a maioria do nosso exército, não concordava com a atual situação política (democrática), que era necessário, custasse o que custasse, fazer um governo de ditadura militar. Informaram mais, que o chefe já se encontrava no Parque Eduardo VII com algumas unidades de Infantaria e Artilharia como Cavalaria, que se tinham posto ao seu lado, esperando, mas outras forças das Províncias que iam a caminho, como esperava, pelos alunos da Escola de Guerra, e os que quisessem tomar parto neste movimento Nacional, para bem do nosso País, por isso, enviou um esquadrão de Cavalaria, para nos acompanhar e proteger, até ao local já indicado. Em virtude dos esclarecimentos dados pelos oficiais, houve no refeitório grande manifestação a favor do movimento e todos os alunos, não chegando a acabar de jantar, resolveram acompanhar o esquadrão e seguir para o local marcado, pois, quase todos como muitos externos que depois lá compareceram, não gostavam do atual regime democrático.

Todos os alunos (como eu) imediatamente foram à arrecadação geral para armar e equipar, tendo havido grande confusão e transtorno, por o oficial de serviço se opor não querendo entregar a chave, e então resolvemos arrombar a porta assim como outros alunos, foram ao paiol e fizeram o mesmo, o que era preciso, as munições. Depois de todos equipados somente com os suspensórios do sabre e cartucheiras e espingarda "Mauser-Vergueiro"[577], formámos na parada em pelotões e comandados pelos alunos mais graduados.

---

[575] Nota: no manuscrito "encarregados" por encarregues.

[576] Mais detalhadamente, Sidónio Pais fora Deputado à Assembleia Nacional Constituinte; Ministro do Fomento do governo de João Chagas, desde 24 de Agosto de 1911; Ministro das Finanças do governo de Augusto de Vasconcelos, desde 7 de Novembro do mesmo ano; Representante do Governo nas manifestações do primeiro aniversário da implantação da República, na cidade do Porto; foi Ministro de Portugal em Berlim, desde 17 de Agosto de 1912, cargo que desempenhou até 9 de Março de 1916, data em que a Alemanha declarou guerra a Portugal.

Cf. https://www.presidencia.pt/presidente-da-republica/a-presidencia/antigos-presidentes/sidonio-pais/ consultado e 23 de outubro de 2017.

[577] A Mauser-Vergueiro foi uma espingarda de repetição, isto é, capaz de disparar repetidamente antes de precisar recarregar manualmente a nova munição na arma, desenvolvida pelo major José Alberto Vergueiro, oficial de infantaria do Exército português, a partir da espingarda Mauser 98, adaptando-lhe um novo sistema de

Fomos todos fardados com a farda de mescla e capote, por o tempo estar muito frio e a maioria já estava, porque era costume ao jantar, ir prontos porque depois saíamos. O Comandante do Corpo de Alunos (Racú) que se encontrava em sua casa, foi logo prevenido pelo oficial que estava de serviço, do que se tinha passado, comparecendo imediatamente com o segundo-Comandante Patacho[578] e outros oficiais de serviço para se imporem à nossa saída, mas, chegaram tarde porque já estávamos todos formados e preparados para seguir com a força do esquadrão. Como os Tenentes que comandavam o esquadrão tivessem ordens do Dr. Sidónio para nos protegerem e intervirem em qualquer oposição dos Comandantes da Escola, não consentiram e, nessa altura, houve grandes manifestações de hostilidade, resultando os Comandantes e oficiais retirarem para as suas residências, com receio de serem presos e maltratados, pois nada conseguiram, e com receio do perigo que podia haver, por os alunos se encontrarem contra a atual situação e muito revoltados. Depois do que se passou e, ficarmos senhores da situação, o esquadrão formou, indo os pelotões dos alunos ao centro, e uma secção da cavalaria na frente em guarda avançada e outra em guarda de retaguarda. Na Escola ficou apenas um pelotão de alunos com as praças de serviços, também equipados e armados, para guardarem o edifício e todas as nossas roupas e utensílios que ficavam nos quartos, com receio de que esta fosse assaltada por forças do Governo e o povo. As baterias da Escola também foram preparadas, e seguiram à nossa frente com os alunos de Artilharia e praças em diligência na Escola, como outros praças de Cavalaria e material vário. Seguimos pelas ruas mais curtas em direção ao Parque, e por onde se passasse a essa hora que era de muito movimento, o povo ignorava do que estava para acontecer, e vendo muitas forças passarem com os alunos da Escola, julgavam que fosse para um exercício noturno.

Quando chegamos fomos primeiro ao Quartel de Artilharia nº 1, junto ao Parque, onde aí se encontrava o Dr. Sidónio com todas as suas forças reunidas e os oficiais superiores que constituíam o seu Estado Maior, e membros da Junta revolucionária. Depois do Dr. Sidónio se ter apresentado a todos os alunos agradecendo o nosso auxílio que ficou muito satisfeito, todas as forças reuniram-se organizando as suas posições com as ordens já recebidas dos seus comandantes.

Todos os alunos, com forças de Infantaria e Artilharia, foram ocupar o planalto no terreno do Parque Eduardo VII, próximo do Quartel e do lado direito da Penitenciária e do esquerdo da direção do largo do Rato.

culatra. A arma substituiu as Kropatschek m/1886 como espingarda padrão de infantaria do exército português em 1904. Sobre o tema: Pires (2014) e Telo (2004).

[578] Encontramos uma alusão ao segundo-comandante, major Patacho na sessão de 12 de junho de 1917, no Diário do Senado, na qualidade de mediador de uma questão interna da Escola de Guerra, que o Senado tinha como grave. O major Patacho teria, com o Major Moraes Sarmento e o capitão Silveira, composto um tribunal, espontaneamente e ao contrário do costume adotado no exército e determinado por regulamentos. A questão tida como grave prendia-se com a alegada infração: "tolera, e ainda mais com os seus distintivos de graduação, comandados por segundos-sargentos, muito embora alunos, mas usando distintivos do seu posto, comandando indivíduos até de classe diferente e superiores, em manifesto desprestígio público, quando se poderia ter evitado, se houvesse o critério de adotar um fardamento único para todos os alunos, simplesmente como militar especial de aluno da Escola de Guerra". A questão foi levada ao Senado por António Maria Baptista, bejense, político e militar português que se distinguiu nas campanhas coloniais, tendo chegado a presidente do Ministério (primeiro-ministro), falecendo no exercício desse cargo, em 6 de junho, de 1929, vítima de acidente vascular cerebral. Distingue-se em Moçambique, nas campanhas e na captura de Gungunhana, e na Primeira Guerra Mundial. Foi Ministro da Guerra no governo de Domingos Pereira, em 1919 (Marques, 1985).

> Como já fosse 21h, de noite cerrada, a cidade encontrava-se em sossego com o seu movimento usual e ninguém pensava do que se estava preparando, porque, este movimento foi preparado com alguns dias em grande segredo e muitas forças da guarnição de Lisboa, nada sabiam, apenas algumas que se tinham manifestado a favor, o Dr. Sidónio contava com elas e outras das Províncias que já iam por via ordinária a caminho de Lisboa. O Dr. Sidónio, o principal chefe, que dava todas as ordens, ordenou que a artilharia tomasse as suas posições em vários pontos já escolhidos no Parque, em embocaduras de Ruas, em frente da Penitenciária, para bater toda a Avenida da Liberdade, e outros pontos. Os alunos da Escola como os praças de Infantaria, ocuparam o planalto em toda a sua extensão e entrincheirados, que cada um fazia o seu abrigo individual (trincheira simples) para assim ficarem mais abrigados. No centro, em sítio bem abrigado que não era visto de qualquer ponto da cidade, foram montadas as 4 peças de Artilharia nº 1, de 7,5 cm TR (Cané)[579] e nos outros locais em volta do Parque, outras baterias, como as da Escola, e várias metralhadoras, com enfiamentos para todos os pontos de estradas e avenidas, por onde poderiam passar as forças do governo, pelas 23h pouco mais ou menos, depois de já se encontrarem todas as forças deste movimento nas suas posições para defesa, o Dr. Sidónio mandou fazer fogo com as baterias do Parque para vários quartéis, como o do Carmo, da Guarda Republicana, da Graça e Fortaleza de São Jorge, para assim dar o sinal de alarme de revolta. Fez sempre fogo para estes sítios indicados com granadas explosivas, com vários intervalos, e como até às 2h da madrugada nenhuma fortaleza respondesse nem as forças da guarnição atacassem o acampamento, cessou até de madrugada, esperando pelos acontecimentos.
> Durante a noite, até de manhã, os alunos da Escola e os praças de Infantaria nº 33, conservaram-se sempre nos seus abrigos, sendo destacadas algumas patrulhas de alunos do 2º semestre e praças que andaram em toda a extensão e arredores do Parque em serviço de vigilância. O Dr. Sidónio esteve toda a noite junto da Artilharia onde montou o seu Quartel-general e daqui, transmitia as suas ordens (Trigo, 1948, p. 48).

António Manuel, incluindo-se entre os alunos da Escola de Guerra que não só ripostaram ao fogo da Marinha como da Guarda Nacional Republicana, tendo feito "muitas baixas e prisioneiros e apreendido armas". segue com o seu relato incluindo pormenores intermitentes – por exemplo, referindo o nome dos cruzadores e do destroyer que do Tejo procuravam, em vão, atingir os pontos ocupados pelas forças golpistas. E festeja:

[579] Nota: consideramos importante registar que alguns autores, como Renato Ramos, referem que a Schneider-Canet 7,5 cm T.R. m/ (isto é, uma peça de artilharia de tiro rápido), "arma de origem francesa [só foi] cedida aos portugueses quando chegaram a França" (RAMOS; 2009:14). Estas Memórias de António Manuel Trigo situam-na em território português em 1917, fazendo os cadetes uso dela na sua formação desde o ano anterior. A verdade, porém, é quase dramática: os soldados portugueses integrados no C.E.P. não conheciam previamente este (e outro armamento de construção recente que era apenas utilizado, em contexto de aprendizagem, na Escola de Guerra), mas com ele tiveram de operar em contexto de guerra real (Ramos, 2009).

De acordo com Jaime Pereira Regalado, pós-graduado em História Militar e Gestor da Coleção de Armamento no Núcleo de História Militar Manuel Baptista de Lima - Museu de Angra do Heroísmo: "o Museu de Angra do Heroísmo dispõe no seu acervo da única bateria completa de peças 7,5 cm TR m/904-06, incluindo os carros de apoio, palamenta e acessórios, conhecida em espaço museológico" (Botelho, 1948).

> Regressámos ao acampamento com manifestações de vivas ao Doutor Sidónio. Este veio logo ao nosso encontro, muito satisfeito pela nossa valentia, dizendo que nunca esperava que alunos, com pouca prática e tanto arrojo, fossem capazes de repelir forças bem preparadas. O Doutor Sidónio estava tão contente pelo resultado deste combate, que abraçou alguns alunos, agradecendo. Fez uma preleção elogiando a nossa atitude e boa vontade. Afirmando que daí para o futuro, enquanto governasse, poderíamos contar com ele, como ele contaria sempre com os briosos alunos da Escola e que seriam o seu braço direito (Trigo, 1948, p. 53-57).

A rigorosa frieza do relato inclui vários ataques em que os alunos da Escola de Guerra participaram (*da qual eu também fiz parte)* e onde se regista "algumas baixas de praças de Infantaria, mortos e feridos, mas nenhum aluno foi atingido, porque nós ficávamos sempre bem abrigados" (Trigo, 1948).

Finalmente, o fim da revolta, o regozijo dos vencedores – incluindo António Manuel.

> No dia 8 de Dezembro, sábado, em vista do governo (todos os Ministros das várias pastas, como o Presidente da República, Doutor Bernardino Machado, o Presidente do Ministério e o Ministro da Guerra, Norton de Matos) se terem reunido em conselho na noite de dia 7, resolvendo, demitir-se por terem perdido a revolução, tendo muitos saído da capital, as forças de guarnição de Lisboa, vendo nada conseguirem, entregaram-se todas de manhã, declarando estarem ao lado do novo governo do Dr. Sidónio, por concordarem numa situação para melhor, visto não haver outra forma do país ser governado. Neste dia terminou a revolta, não tendo havido mais tiros, nem ataques ao nosso acampamento. As forças que nessa manhã se entregaram, foram a Guarda Republicana, Marinha, Guarda Fiscal e várias outras unidades de Artilharia, Infantaria e Caçadores e muitas outras conservaram-se nos quartéis, às ordens do grande Chefe doutor Sidónio. Depois, todas as forças que tomaram parte na revolta, reuniram-se no acampamento, sendo nessa altura o Doutor Sidónio eleito por todos Presidente da República, o comandante Machado Santos (o grande chefe da revolta de implantação da República, em 5 de outubro de 1910) como Ministro da Marinha e muitas outras oficiais superiores e civis nomeados para as várias pastas dos Ministérios. A Junta Revolucionária reunida no acampamento informou todas as forças da situação atual e qual o motivo da revolta, [580]esperando que todos estivessem agora ao lado do novo governo, porque era um governo de ditadura militar e o país estava sendo mal governado pela democracia de políticos que nos obrigaram a entrar numa guerra contra a Alemanha, que, embora Portugal fosse aliado da Inglaterra, poder-se-ia ter evitado. Como acabou o estado de sítio, a cidade começou com a sua vida normal, tendo a Junta Revolucionária informado nos jornais qual a nova situação e quais os ministros nomeados que iam tomar conta do novo governo e como o doutor Sidónio Pais passaria a ser Presidente da República pela sua alta categoria como bom organizador e grande chefe militar. No dia 9 de Dezembro, domingo, houve no acampamento do

[580] No mínimo bizarro, o facto dos revoltosos serem informados do motivo da revolta, findos os acontecimentos que os envolveram arriscando as suas vidas e dos que combatiam, aparentemente sem saber porquê.

> parque uma grande parada militar com todas as forças que fizeram parte na revolução. Tendo o Major Sidónio Pais como o principal chefe sido muito admirado pelas forças e povo. Alguns alunos da Escola de Guerra compareceram para tomarem parte nesta grande manifestação pela vitória e pelo nosso grande chefe, que passou a ser o Presidente da República. Eu não fui, porque já estava em casa a descansar, muito estafado dos outros dias sem ter dormido. E não valia a pena ter mais maçadas pois era manifestação e parada sem formatura geral de todos os alunos, por isso não compareci (Trigo, 1948, p.57).

Sem mais maçadas, o relato podia seguir noutra direção. Entretanto nascia assim a República Nova, que, sem saber, estava também condenada ao fracasso. Nascia com apoios denunciados, previsíveis e até alguns inesperados:

> Mais uma vez[581], o canhão troou para derrubar um governo despótico e opressor, que há anos vinha perseguindo tiranicamente todos aqueles que não pertenciam à seita. O povo trabalhador não deve descurar nem mais um instante as reclamações que a UON apresentou e que foram aprovadas em comício Público no passado domingo, dia 9, após o triunfo do movimento Revolucionário, para o qual esse mesmo povo contribuiu denodadamente. A Junta revolucionária abolindo a censura e pondo parte dos presos por questões sociais em liberdade, demonstrou nós não se querer incompatibilizar com o operariado organizado. Que o Governo dê a mais rápida execução às reclamações apresentadas e que procura atenuar quanto lhe seja possível a questão das subsistências é o que lhe aconselhamos. Viva a liberdade abaixo a tirania.[582]

[581] É curiosa a expressão – "mais uma vez, o canhão troou" – onde se subentende o regozijo com uma situação intermitente, intercalada de agressões e de conflitos, onde o canhão insistia, inutilmente, em troar e, na prática, nada mudava.

[582] Jornal *A Greve*, órgão de comunicação do Conselho Central da UON - União Operária Nacional, a primeira organização sindical, de âmbito nacional, criada pelos trabalhadores portugueses – datado de 16 de dezembro de 1917, onze dias depois do golpe de Estado.

Nem Rei nem Presidente
A morte como nivelamento simbólico das distinções

O que mais se destaca no que António Manuel Trigo nos conta é talvez a declaração, que regista, da sua presença ao lado de Sidónio Pais, não só na Revolução de Dezembro de 1917, tendo estado com o major nos campos de Campolide, como ladeando-o à hora de morte, em 14 de Dezembro de 1918, dando alguns pormenores que tomamos como reveladores e de inequívoco interesse, não pelo que provam mas pelo que questionam e até contradizem a narratologia tão variada que foi produzida em torno dos acontecimentos. Sidónio Pais foi morto a tiro na estação do Rossio, alegada e nunca completamente comprovadamente por José Júlio da Costa, [583]alentejano, filho de proprietários rurais abastados, nascido a 14 de Outubro de 1893 (um ano depois do nascimento de António Manuel Trigo), em Garvão, Ourique. José Júlio tinha sido segundo-sargento do exército e revolucionário na implantação da República em 1910. Com uma biografia, também algo dúbia, o que mais surpreende na vida de José Júlio da Costa é o final da mesma: faleceu em 1946, aos 52 anos, num estado mental de grande perturbação, internado no Hospital Miguel Bombarda**,** depois de 28 anos preso, sem direito a julgamento.

António Manuel Trigo terá sido testemunha ocular do assassinato, mas o que conta como testemunha é surpreendedor.

A particularidade de António Manuel Trigo servir num dos ramos das forças armadas e de ter sido, por isso mesmo, requisitado em todas as horas dos acontecimentos, podia tê-lo conduzido não só a outros desfechos como a arroubos narrativos que aparentemente não o tentam. Há detalhe, mas não arrebatamento, ao partilhar a sua experiência como cadete da Escola de Guerra quando se vê requisitado para tornar-se num dos 'cadetes de Sidónio' (nome pelo qual se tornaram conhecidos os entusiasmados jovens estudantes da Escola de Guerra, que Sidónio Pais tomou como acólitos e sua guarda pessoal armada). Refere-o com a exatidão do relato e sem ufanar-se ou considerar-se detentor de qualquer privilégio notável (há nele um gosto em fazer parte desse momento histórico e uma alegria contida por servir o novo líder; o

[583] Segundo filho de sete irmãos, um dos quais, Celestino da Costa, foi o primeiro presidente da Junta de Freguesia de Garvão após o 25 de abril de 1974. José Júlio da Costa morreu em 1946, aos 52 anos de idade. Estava internado no Hospital Miguel Bombarda, depois de 28 anos de prisão sem direito a julgamento (Malveiro, 2018).
Tivemos a oportunidade de, por causa deste trabalho, conversar com José Pereira Malveiro, natural de Garvão e historiador local por excelência. Malveiro tem interrogado profundamente as memórias da terra, questionando os poucos documentos deixados e aqueles que conheceram ou são descendentes de quem conheceu José Júlio da Costa.

cadete rende-se ao Messias da moda). A mesma postura ocorre, com levíssimos traços de emoção, quando narra a morte do ditador e o que a rodeia.

Sem defender qualquer teoria de conspiração, é pacífico interpretar a morte de Sidónio Pais como mais um daqueles atos marcantes do percurso do País, que sendo tão brutal inesperadamente fica por esclarecer por completo. Pelo contrário, foram-se diluindo os pormenores e a sua interpretação em brumas próprias, quase logo no momento de terrem ocorrido, toldam para alguns comentadores a interpretação do que aconteceu, pelo menos em toda a sua extensão.

Tese sobre memória e não sobre acasos de memória ou incisões da mesma, não cabe aqui entrar mais a fundo do que já nos atrevemos. Torna-se inquietante, mesmo assim, encontrar ao longo de tantas leituras feitas, tão grande número de versões e contradições (aliás, sobre quase todos os acontecimentos, o que produz falsas memórias, distorções mais ou menos intencionais das mesmas, constructos periclitantes submetidos a uma fórmula intencional dos momentos mnésicos e uma edificação alternativa de esquecimentos e equívocos – tão longe estava Veyne (1972) ao dizer que os acontecimentos ocorridos no tempo vão escrevendo "um romance verdadeiro"). A memória, concluímos, é algo muito frágil.

Guarda-se, por ser o zénite da narrativa das *Memórias* estudadas, o testemunho de António Manuel Trigo referente à morte de Sidónio Pais, como a parte final deste trabalho. São anos até chegar ao fim deste nosso texto; da timidez das primeiras palavras, centenas de páginas atrás, resulta a cerimónia das últimas linhas, onde se dilui o atrevimento na *modéstia académica* (como nos fez notar uma das professoras de Seminário de Tese, que tanto marcou o caminho deste grau de aprendizagem).

Como em todas as passagens do que citámos do seu manuscrito, também aqui retocamos a gramática de António Manuel, nem sempre exemplar, procurando, todavia, manter inalteradas as frases, as ideias, a sintaxe, mesmo quando se dispõe um pouco à margem do discurso. É o momento mais singular deste trabalho e equivale a cimentar os argumentos que defendemos: em primeiro lugar, que é na matriz dos Estudos de Cultura, com objetos de estudo autónomos e metodologias próprias ao serviço de limites epistemológicos bem definidos, que a presença da análise das memórias disponíveis é fundamental; depois, que os testemunhos pessoais engrossam o caudal do coletivo; ainda que se torna patente como repudiamos a identificação de uma identidade, porque a identidade é uma intencionalidade onde se espartilham os denominadores comuns, que isola o ente, despojando-o da sua pluralidade e livre escolha. A tentação ou direção identitária é uma ameaça, repele a entidade e a alteridade,

remete para guetos os seres humanos que se querem livres, criativos, não massificados, desinquietos, promotores e transformadores culturais em suma.

Sidónio Bernardino Cardoso da Silva Pais, o homem que mudou o destino de Portugal em 1917, morre em 1918, depois de um ano meteórico, mas ineficaz. O mito ficará diluído nas brumas da memória, desaparecendo tudo o que foi e significou, remetido ao esquecimento. Hoje, ao procurarmos o seu túmulo no dia da sua morte [584]– coisa que fizemos ao longo destes anos de investigação, sempre na data certa – quase não há evocações, as flores são escassas, as visitas tardam, os pagamentos de promessas rareiam.

As últimas linhas que escrevemos neste trabalho foram produzidas intencionalmente num dia 15 de dezembro, para, na véspera, verificarmos isso mesmo.

Perde-se o sabor intenso de 1917, e a República acentua o declínio: em 1918 morre o madeirense Francisco Correia de Herédia, o Visconde da Ribeira Brava, que estava impedido de regressar à Ilha da Madeira de onde era natural, e que tentou fazê-lo nesse mesmo ano, tendo sido impedido de embarcar no vapor San Miguel, embarcação que fez também viagem, por várias vezes, nesta Tese. O Visconde era assumido opositor de Sidónio Pais, e foi morto a tiro, na via pública, depois de ter sido preso em Lisboa por três vezes em seis meses, sendo que a última pagou as suas ideias com a própria vida. Sidónio apenas lhe sobreviveu dois meses e dois dias, tombando, por sua vez, morto a tiro na Estação do Rossio; Joaquim Pereira Pimenta de Castro, o general da "afrontosa ditadura", prescindirá do Parlamento para governar e legislar, morreu em Lisboa a 14 de maio de 1918, aos 71 anos, um dia depois do aniversário de António Manuel Trigo, ele mesmo um homem ofuscado por outra ditadura e outro ditador. Nesse mesmo dia de 14 de maio, Sidónio discursava, num discurso sintomático, autocentrado, redundantemente simbólico e promotor do culto da personalidade em que estudou o seu consulado:

> **Na Praça de D. Pedro IV, aos 14 de maio de 1918**
> Povo de Lisboa,

[584] Começou por estar no Mosteiro dos Jerónimos, mas passou para o Panteão Nacional, na Igreja de Santa Engrácia, quando as obras da mesma foram dadas por concluídas em 1966 (a primeira pedra do edifício tinha sido lançada em 1682! Como obra monumental de Regime, foi inaugurada a 1 de dezembro de 1966 com missa presidida pelo Cardeal Manuel Gonçalves Cerejeira, com a presença do então Presidente da República Américo de Deus Rodrigues Tomás e do Presidente do Conselho, o ditador nacionalista António de Oliveira Salazar.

Foram trasladados solenemente os corpos de Almeida Garrett, Guerra Junqueiro, João de Deus, Óscar Carmona, Sidónio Pais e Teófilo Braga em cerimónia entre os dias 1 e 5 de dezembro do mesmo ano. Manuel de Arriaga, como já dissemos neste trabalho, foi trasladado para o Panteão em 16 de setembro de 2004.

O Panteão Nacional ganhou com a Primeira República o estatuto de monumento nacional, em 1910, e depois a função de Panteão Nacional com a Lei n.º 520, de 29 de abril de 1916.No início do século XX era um depósito de armamento do Arsenal do Exército e fábrica de sapatos.

> todas as classes se encontram unidas desde o nobre ao mais plebeu, pulsando todos no mesmo sentimento pátrio por terem reconhecido que acima de tudo era necessário salvar a Nação.
> Como chefe de Estado entendo ser chefe de todos os portugueses e que, como fui eleito pelo povo, para o povo devo viver. E de resto, é entre o povo que melhor me sinto e por ele sacrificarei, sendo preciso, o meu sangue e a minha vida.
> Juro, solenemente pela minha honra, zelar pela felicidade do povo e da Nação. É essa a obrigação moral em que me colocaram tantos abraços carinhosos e tantas manifestações ardentes que o mesmo povo me dispensou e que tomo como indicação e como aplauso à revolução de dezembro. Serei sempre o mandatário da nação e de hoje em diante poder-se-á dizer: Sidónio Pais já não existe, Sidónio Pais é um símbolo. (Albuquerque, 1922/2015, p. 107).

Aquando do regicídio houve quem fosse apertar a mão a Alfredo Costa e a Manuel Buíça, os executantes do Rei e do seu filho, por sua vez executados. Já mortos, mas reconhecidos por alguns como os heróis do momento.

O poeta José Gomes Ferreira escreveu, anos depois: "Agradeço a meu pai a coragem com que, no momento do funeral do Rei, me levou a visitar os covais dos regicidas no Alto de S. João. Amo os mortos malditos e escorraçados" (Ferreira, 1983, p.31).

Guerra Junqueiro, disse, ainda mais profundamente, escrevendo, no Porto, a 10 de fevereiro de 1908 (nove dias depois do regicídio): "Não mataram o rei; suicidou-se. [585]O rei era um monstro maléfico, perturbador consciente de quatro milhões de criaturas." (...) "Lamento, de olhos enxutos, a execução do monarca. Mas, se tivesse o dom de o ressuscitar, não o levantaria do seu túmulo" (Junqueiro, 1919, p. 125).

O Grande Morto foi, no entanto, Sidónio, entre todos. Teve correjo fúnebre a condizer – com muita gente e muitos incidentes. Queiram ver nele o santo que não era – logo depois, na sua campa ou mausoléu, houve sempre quem pedisse milagres e lhe atribuísse graças recebidas. Logo junto da câmara ardente, perseguindo na senda do imaginário miraculoso mais uma manifestação transcendental, alguns afirmaram que *a barba e as unhas do ditador haviam crescido, como se fora vivo*, quando na realidade o ditador estava maquilhado e, pior, tinham-lhe calçado luvas brancas formais e bem distintas que impossibilitavam ver-lhe as unhas, obviamente.

Nas diversas notícias sobre a sua morte, não encontrámos uma outra notícia, muito próxima, e que podia relacionar-se com tão brutal desfecho. É que "dias antes, a 6 de dezembro,

[585] No ano de 1922, esta frase foi copiada, parafraseada para que António de Albuquerque, no seu *Sidónio na Lenda*, escrevesse: "Vendo bem, Sidónio Pais não foi assassinado. Sidónio Pais suicidou-se! O seu governo foi um abismo tenebroso. Os abismos possuem um estranho poder magnético de atração. Devoram. Sidónio Pais despenhou-se nele. O que nós todos vimos durante um ano, através de uma inexprimível emoção que se continha na altiva impassibilidade aparente que ao nosso brio era imposta, foi, na verdade, o rolar de um corpo no torvelinho de uma aventura dementada" (Albuquerque, 1922/2015, p. 153).

um jovem dispara três vezes sobre o Presidente, quando este entra no carro em Belém. As balas tinham sido embebidas em veneno, pelo que ficam inutilizadas e Sidónio Pais sai ileso". Também o autor deste atentado levanta dúvidas: Júlio Baptista, para uns, chama-se Luís Maria, no dizer de outros. O relato do acontecimento (e os relatos eram sempre acalorados e imaginativos quando vinham de Rocha Martins[586]) regista três disparos falhados "As balas não explodiam porque no seu grande desejo de bem matar o criminoso embebera os projéteis numa mistura venenosa que os inutilizara para o fogo". Tudo se passou a 6 de dezembro de 1918, sem consequências de maior a não ser a acusação, não inédita nesta época, da Maçonaria como a entidade responsável pelo episódio.

Este é o relato de António Manuel, sobre o ponto final na vida do Grande Morto, agora nem rei nem presidente, mas mais um entre os mortais. Fiquemos, pois, com as notas, e outras contradições, do relato de António Manuel. Recorde-se uma vez mais, por necessário, a propósito das *Memórias,* que *este livro, não é nenhum trabalho de obra literária* (Trigo, 1948, p. 3).

[586] Francisco José da Rocha Martins, mais conhecido por Rocha Martins, jornalista e escritor fecundo, exuberante).

O assassinato do Presidente da República, Dr. Sidónio Pais
O Grande Morto[587].

Sidónio Pais, que acabara de apoiar a construção e a reforma das morgues em Portugal, será o primeiro estreante da morgue de Lisboa.

Esta é a visão de Manuel Trigo:

> **Nota**
> No dia 14 de dezembro de 1918, um pelotão de 30 alunos da Escola de Guerra, do 2º semestre e repetentes (como eu) foram nomeados pelo comandante para fazerem a guarda d´ honra ao Sr. Presidente da República, Dr. Sidónio Pais, na estação de Caminho de Ferro, no Rossio, pelo motivo de ir em visita oficial pela primeira vez ao Porto[588].
> A partida estava anunciada para as 22h [589]e os alunos saíram da Escola pelas 21h, formados e comandados por um oficial de serviço (Trigo, 1948, 77)[590].

A hora deste "anúncio" não coincide com outros registos, se tivermos em conta a leitura dos jornais da época e da data, mesmo os que eram assumidamente sidonistas. Aliás, Sidónio só foi baleado depois das 23,30. O Presidente Sidónio Pais dirigiu-se à Estação Ferroviária do Rossio. O seu presumível assassino, depois de jantar no restaurante Silva, situado no Chiado, vai ao seu encontro. Ali ao lado, no Teatro Nacional, frente à Estação do Rossio, representa-se a peça de Afonso Gaio, *Abel e Caim.* Nela, Adelina Abranches faz o papel de bruxa (Abranches, 1947).

De acordo com o jornal sidonista, *A Situação* – jornal republicano da manhã, de 15 de dezembro de 1915 – "pelas 23 horas e 45 minutos, três assassinos pagos por outros assassinos, três bandidos, canalhas e ferozes, assassinaram a tiro de pistola o ilustre Chefe de Estado, Dr. Sidónio Pais".

A distância da Estação do Rossio ao Hospital de São José feita por carro, lançado a grande velocidade, foi percorrida em escassos minutos. A ficha de entrada no São José aproxima a hora da referida pelos jornais para aquela em que ocorreu o atentado.

> Desde o largo da Estação, no Rossio, até à entrada para a Gare, encontrava-se em formatura uma companhia de Infantaria da Guarda Nacional Republicana,

[587] Em itálico as passagens de Memórias, que vamos comentando.

[588] Estranha coincidência: Francisco Manuel Lumbrales de Sá Carneiro, primeiro-ministro português, morre, 64 anos depois, numa viagem ao Porto e também num mês de dezembro. O pequeno avião em que seguia despenhou-se na zona de Camarate, em Lisboa. As circunstâncias nunca foram esclarecidas, e duas teses, acidente ou atentado, prevalecem até hoje.

Nota: A partida estaria prevista para depois das 23,30.

Nota: A partida estaria prevista para depois das 23,30.

[590] Todas as citações seguintes são do manuscrito de António Manuel Trigo, a partir da página 77.

> em duas alas com a respetiva banda militar. E em volta da Estação um esquadrão de Cavalaria da mesma guarda; no interior, na sala de espera e de despacho de bagagens, também formados em duas alas, e desta sala até à gare os alunos da Escola de Guerra formados em dua alas.

O aparato militar desta guarda de honra, treinada e preparada para qualquer inconveniência, não faria supor que um ou dois atiradores isolados "furassem" tal muro defensivo para abater o Presidente. Só alunos da Escola de Guerra eram 30. Por palavras dos próprios, entre outros, estavam ao lado de Sidónio os cadetes António Manuel Trigo e Alfredo Freitas Branco[591].

> Todas as forças, assim ficaram formadas para prestarem a guarda d' honra e fazer a continência à passagem do Dr. Sidónio Pais. Na parte interior da gare até ao comboio especial, encontravam-se alguns ministros das várias pastas, como oficiais superiores, comandantes das unidades da guarnição, e muitos outros oficiais e funcionários do Estado, como algum povo.

Esta política centrada no espetáculo, onde nem a banda militar faltava, mobilizando auditórios, o clientelismo político que é vulgar nas situações de poder populista, e o povo deslumbrado, com o papel central na pessoa do Presidente, foram uma constante durante o consulado sidonista. Outros políticos, em outras épocas e lugares, já o haviam feito – e outros tantos procuraram imitar o exemplo de Sidónio nos anos seguintes até aos nossos dias.

Acreditando na descrição, trata-se de uma verdadeira multidão a que se concentrada naquela no Rossio, o que deve ter dificultado uma ação eficaz na resposta ao atentado, que resulta vitorioso para o atacante.

> À hora marcada, quando o doutor Sidónio, depois de ter passado de automóvel na parte exterior e prestada a continência pela Guarda Republicana, entrava na sala de espera, onde estava formada a guarda de honra da polícia, e no momento de entrar para a gare foi atacado pela frente e dos lados à queima-roupa, por civis armados de pistola que atravessaram as alas da guarda da polícia.

Atacado "pela frente e pelos lados" obriga admitir a presença de mais do que um atacante. E este plural, "civis armados", nunca foi corroborado pela polícia. Os jornais falaram de um e de vários atacantes. E o Diário de Notícias, na capa de domingo 15 de dezembro, é

[591] Alfredo oferece pormenores contraditórios no seu livro *Paixão e Morte de Sidónio*. Afirma ter sido ele e o seu amigo Moraes Sarmento (eventualmente Júlio Ernesto de Moraes Sarmento, que terá importante carreira no Estado Novo; entre 1917 e 1922 exerceu o cargo de 2.º comandante da Escola de Guerra) que detiveram e puseram "a salvo Júlio da Costa ante a eminência do linchamento" (...) "acresce a esta razão o facto de ser sempre sagrada a vida de um prisioneiro, seja quem for (Op. Cit. p.15). Conclui que "era já madrugada quando chegámos com o preso à Escola." Cf, pp14 e sgs.

categórico ao reportar uma única bala, de três disparadas, pelas “23,50 horas”, a derrubá-lo mortalmente:

“O Sr. Dr. Sidónio Pais caía varado por uma bala no próprio momento em que ia seguir viagem para a capital do Norte, onde lhe estava preparada uma amistosa receção, sendo à sua partida muito vitoriado pela multidão que na 'gare' do Rocio se comprimia para assistir" (o espetáculo/a assistência, o culto da personalidade e a ideia teatral de um regime em cena, embora tivesse dito, a propósito: “nunca procurei teatralidade para os meus atos”). “Tudo aconteceu num ápice, pelas 23.50 de sábado, quando Sidónio País se dirigia para a plataforma para apanhar o comboio. Dirigiu-se para a porta de ingresso para a 'gare' e, quando a ia transportar, parte do lado direito uma detonação. O então Presidente da República voltou-se para onde tinha vindo o disparo, recuou e ouviram-se mais dois tiros, "cambaleou e caiu redondamente no chão".

A polícia não fará peritagens, medições, levantamentos das trajetórias das balas; o incidente será arquivado, reduzindo-se a um episódio memorial sem mais esclarecimentos sobre “a grande morte”.

Fundamental o relatório legista:

> A bala atravessou o pulmão direito, o fígado e a veia cava inferior. Uma bala só que fez ricochete no bordo direito da face anterior da nona vértebra dorsal. No regresso, atravessou o diafragma, penetrou na face interna do fígado junto ao rebordo posterior até a fase convexa. Rompeu a cartilagem costal que corresponde às sétima, oitava, nona e décima costelas. E também os tecidos moles do hipocôndrio do lado direito fazendo as feridas de saída do projétil compatíveis com o ferimento que se observa no âmbito externo (Aguiar, 1921).

António Manuel sublinha que

> O movimento de assalto foi tão rápido, ninguém esperava por este atentado. Houve grande confusão e as polícias não puderam evitar tudo. O Dr. Sidónio, ao primeiro tiro, caiu, sendo amparado pelos seus ajudantes, por ter sido atingido com algumas balas no ventre, na cabeça e nas costas e o seu estado era bastante grave (AMT, 1948, 78).

O jornal Diário de Notícias, aqui citado, sugere que Sidónio ter-se-á virado ao primeiro tiro e caído ao segundo ou ao terceiro. Isso aceitaria, pela posição que o corpo tomou, ao rodar na direção dos disparos, a trajetória de uma bala única.

Segue-se o relato inverosímil, por ter sido atingido com algumas balas no ventre, na cabeça e nas costas, inverosímil apesar de categórico, pelo que sabemos hoje e se o compararmos com o relatório da autópsia que reforça dois buracos de uma mesma bala, que

terá entrado e saído. O relatório da autópsia e exames periciais feito pelo Instituto de Medicina Legal ao corpo, à arma que disparou o tiro fatal e às roupas que Sidónio Pais vestia quando foi assassinado, trariam muitos esclarecimentos, mas lançariam também algumas dúvidas. É espantoso como António Manuel Trigo ignora esses relatórios, que a imprensa referiu, e que seriam do seu interesse particular conhecer e reproduzir naquilo que escreveu. O jornal *Correio da Manhã* do Brasil, na sua edição de segunda-feira 16 de dezembro, falava de "três assassinos", dizia que Sidónio tinha sido atingido por uma bala no pescoço, e assegurava que tinha morrido ao fim de uma hora de agonia, tendo sido "transportado para o hospital por soldados e aspirantes da Escola de Guerra." O jornal apoia-se nas informações fornecidas pela agência Havas, "Imediatamente foi transportado, nos braços dos seus apoiantes e outros oficiais, sendo conduzido no seu automóvel para o Hospital Militar".

Sidónio não foi conduzido para o Hospital Militar, como referido nas *Memórias*, mas para o Hospital de São José, que aliás se situa nas imediações da estação do Rossio. Reproduzimos em ANEXOS o *Registo de Entrada* de Sidónio naquele mesmo Hospital. Pelo registo apuramos a hora da mesma admissão hospitalar, 23h45mn, que novamente contradiz as diferentes alusões à hora do atendado. Conclui-se do mesmo registo que Sidónio entrou sem vida no Hospital, pois aceita-se como hora do falecimento as mesmas 23 horas e 45 minutos.

O embaixador Duarte Leite recebeu no Brasil, onde se encontrava, um despacho assinado pelos ministros da Marinha e dos Negócios estrangeiros, que dizia:

> Acaba de ser assassinado o Presidente da República, Sidónio Pais à entrada da estação do Rossio, à hora em que se dirigia para o interior da estação, onde deveria tomar o comboio com destino ao Porto. O senhor Sidónio foi assassinado com 3 tiros de pistola, vindo a falecer logo depois. Eram 24 horas e 15 minutos. O alvoroço foi enorme naquele momento do atentado, a guarda da Polícia fez fogo contra os agressores e muitos civis do povo que se encontravam dentro da sala como curiosos, como na parte exterior da estação. A Guarda Republicana também fez fogo contra muitos civis que, devido ao alvoroço, fugiram, havendo muitos feridos e alguns mortos inocentes (Correio da Manhã, 1918).

Os relatos são unânimes: cinco mortos, Sidónio e quatro civis. Não se explicaram os mortos, que se diluíram nas brumas da memória. Suspeitou-se de que um deles teria atirado sobre Sidónio, cavando dúvidas sobre o protagonismo de José Júlio da Costa, assassino para uns, herói louvado por outros. A polícia estava presente, mas se viu alguém atirar, como chegou a supor-se, errou o alvo ao ripostar e matou e feriu indiscriminadamente.

> A polícia conseguiu perseguir os assassinos. Tendo matado alguns e outros ficaram feridos e fizeram-se muitas prisões.

Nunca provado, este plural "os assassinos". Na memória ficará José Júlio da Costa, que depois de preso será libertado, em 19 de Outubro de 1921, por um grupo ligado à revolta da *Noite Sangrenta*, que assinaria a morte de dois protagonistas da Revolução de 5 de Outubro de 1910, Machado Santos e Carlos da Maia e do Primeiro-Ministro, António Granjo.

José Júlio será preso uma vez mais, a 14 de janeiro de 1927, em Matosinhos, na sequência de uma "caça ao homem" empreendida por um cidadão, voluntariamente ao serviço da nova Ditadura do Estado Novo, "sedento de justiça", um tal António Maria Fernandes que "lutara às ordens do comandante Sidónio pela República Nova. E colaborara na Polícia Preventiva sidonista" (Malveiro, 2018, p. 150).

José Júlio ficará detido depois no quartel militar de Caçadores, em Campolide, onde chegará sob uma escolta dirigida por Agostinho Lourenço, chefe da Polícia Política que será mais tarde conhecida por PIDE (Polícia Internacional de Defesa do Estado).

José Júlio da Costa seria vítima do crime do assassinato da sua personalidade, encerrado até à morte no Hospital Miguel Bombarda, onde acabaria por falecer

> O principal assassino que tinha rompido as alas dos polícias e alvejou com tiros de pistola, de frente, o Doutor Sidónio, próximo da porta onde se encontravam formados os alunos da Escola, foi imediatamente espancado à coronhada e, quando caiu, muito ferido na cabeça, os alunos prenderam-no, não deixando que a polícia o matasse, ficando em nosso poder porque os alunos queriam ter essa honra e fazer justiça pelas suas próprias mãos.

Nunca chegaremos a saber quem foi este mártir, que foi espancado à coronhada e que andou nas mãos dos entusiasmados cadetes da Escola de Guerra, como se do assassino se tratasse. José Júlio da Costa é o mártir mais provável, que não ofereceu resistência – terá sido espancado e torturado nos dias seguintes – mas mantém-se anónimo para António Manuel Trigo.

O jornal *Diário de Notícias* conta que

> Passado o primeiro ímpeto do pânico, podia verificar-se que o assassino é um indivíduo aparentando 30 anos, de regular estatura, pequeno buço preto, vestido de fato castanho, sobretudo escuro e gravata preta com alfinete de oiro e calçando botas amarelas, tendo enrolado ao pescoço um cachecol da astracã. Caiu no próprio local de onde praticara o atentado, rolando-lhe pelo chão o chapéu mole. Dos documentos que lhe foram encontrados, nada de positivo se pôde apurar sobre a sua identidade. Papéis vários sem importância, entre eles, algumas faturas passadas em nome de Luiz Furtado, morador na rua do Arsenal. Além

> disto, uma pistola Browning[592], a arma com que praticou o crime, contendo 5 cargas, uma delas no cano, já picada. Como acima dizemos mais quatro indivíduos foram mortos no momento do tumulto que sucedeu ao crime. Todos pareciam trabalhadores pobremente vestidos, verificando-se depois que um deles era há pouco tempo carregador da estação. Uma bala tinha-lhe destruído o maxilar superior e a um dos outros foram encontrados num bolso, duas cartas fechadas e 3 escudos e 10 cêntimos em dinheiro. Todos foram transportados para o necrotério ignorando até a hora adiantada a que escrevemos a sua identidade. Várias pessoas ficaram feridas mais ou menos gravemente, em consequência do tiroteio, entre elas algumas que na estação aguardavam a chegada dos comboios das Caldas e da Figueira. Ao chegar ao hospital de São José, o senhor doutor Sidónio Pais foi imediatamente conduzido para a sala do Banco, onde o médico de serviço, Sr. Doutor Torres Pereira, o recebeu, comparecendo também ali o senhor doutor Damas Moura. (Diário de Notícias, 15 de dezembro de 1918).

> Depois de terem acabado as prisões de muitos civis suspeitos e de terem serenado os tiros, os alunos da Escola que tinham em seu poder o principal assassino, levaram-no preso e escoltado para a Escola e durante o trajeto não consentiram que alguém do povo se aproximasse da força, pois já constava o que tinha havido e sabiam que os alunos levavam um dos agressores.
> Quando chegámos à Escola, levámos o preso para a parada principal, para o amarrar a uma árvore e fomos arranjar armas para o fuzilar, mas nesta altura, apareceu o oficial de serviço e outros oficiais da Escola que não consentiram que se matasse, informando que era preferível ficar preso na cadeia da Escola e bem escoltado para ser entregue à Justiça, e esta apurar quem tinham sido os chefes que tinham mandado assassinar o Dr. Sidónio, para assim o Governo apurar de quem era a responsabilidade (AMT, 1948, 80).

Um grupo constituído por 30 jovens armados não teria a necessidade de ir "arranjar armas" para fuzilar um suspeito, a menos que as armas não tivessem munições e fossem decorativas, teatrais, cénicas por assim dizer. A própria ética militar não parece compatível com um julgamento tão sumário. Mesmo no caso de fuzilamento em tempo de guerra, um pelotão, composto por um grupo de pessoas (geralmente soldados), recebe ordens dos seus superiores para disparar em simultâneo contra a pessoa condenada. Para tal, terá de haver condenação e uma ordem hierarquicamente superior e reconhecida a ordenar a ação.

> Em vista de nada se conseguir, entregámos o preso ao oficial de serviço, mas mesmo assim com imensa pena. Todos os alunos se encontravam indignados e queriam fazer justiça pelas suas próprias mãos (AMT, 1948, 80).

Relato inconclusivo, já que ficamos sem saber do destino do prisioneiro. O Comandante, felizmente, parecia mais avisado e legalista, ignorando a "imensa pena" que animava os seus formandos.

[592] Pistola semiautomática, a FN Browning era um modelo de 1900, com calibre de 7,65 mm.

> Em face dos acontecimentos, o ministro da Guerra enviou para a Escola, como aos comandantes de todas as forças da guarnição de Lisboa, um comunicado urgente informando do atentado e que o Presidente da República tinha falecido, quando seguia no seu automóvel gravemente ferido antes de ter chegado ao Hospital Militar nos braços do seu filho, e do seu ajudante capitão Cameira[593].

As notícias também são contraditórias, algumas falam do irmão de Sidónio, outra do filho (nas circunstâncias um dos filhos, sendo os mais velhos Sidónio e António).

> E como se constava que, em seguida ao assassinato, haveria uma revolta que já estava marcada pelo Partido Democrático para deitar o novo Governo a terra, e que queriam governar, comunicou mais, que em vista do que constava, que a Escola com todas as forças de guarnição estivesse preparada para manter a ordem pública e que ficasse desde já em alerta de prevenção rigorosa até nova ordem.

Os boatos, as intentonas, os pequenos e grandes conflitos foram sempre presentes ao logo de toda a República Nova e Velha, não abandonando de imediato os anos pós-28 de maio de 1926 que apenas pela enorme repressão mantinha uma calma aparente.

> Quando foi dado conhecimento pelo comandante de já ter falecido o Dr. Sidónio, ficámos todos muito pesarosos pelo nosso grande chefe da Revolução Nacional. Quando foi o atentado, ainda ignorávamos que o seu Estado fosse tão grave e havia esperanças de que ainda se salvasse. Foi tal o desgosto que tivemos que quisemos tentar soltar o preso que ainda estava na cadeia da Escola para o liquidar de uma vez para sempre, mas a muito custo e a pedido do comandante desistimos, para assim ser entregue ao Governo e o Tribunal o condenar.

Não chegou a haver julgamento, mesmo para José Júlio Costa.

> Visto ter havido ordem de prevenção, à 1 hora da madrugada tocou a formar companhias e todos os alunos compareceram com o destacamento da Escola armando-se e equipando-se, e todos formados e prontos para sair para combater quando fosse ordenado. Como o tempo estivesse com muita chuva e frio, ficámos todos formados dentro do salão do ginásio, com as armas ensarilhadas[594]. Durante a noite, houve várias rondas dentro da escola e no exterior em várias ruas que cercam o edifício. Eu fiz uma ronda dentro do edifício em toda a área da escola que por escala foi das 2:00 às 4:00. Em seguida ao café novamente formámos na parada e as armas ficaram ensarilhadas e as companhias organizadas conforme deviam seguir se fosse necessário ir para as ruas manter a ordem pública.

Felizes os alunos que limitaram as rondas à própria Escola e às ruas envolventes, com pausa para café.

[593] O Capitão Cameira foi, ao lado de Sidónio Pais e de Feliciano da Costa, uma das figuras principais do golpe de Estado de 5 de Dezembro de 1917.

[594] Ensarilhar armas: reuni-las em grupos apoiadas umas nas outras pelas baionetas, em pé.

> No dia 15 de Dezembro. Continuamos de prevenção rigorosa, não havendo aulas nem instrução. Em vista dos acontecimentos, pelas 23 horas até às 2:00. Deixei de estar de serviço de prevenção com mais alunos do segundo semestre, porque fomos nomeados pelo comandante para irmos para o Palácio em Belém, fazer a guarda de honra e velar o cadáver do Presidente da República.
> Devido ao atentado, o Senhor Ministro da Guerra ordenou que o senhor General Comandante mandasse encerrar as aulas até ao dia 22 do corrente. Que era considerado período de luto nacional e que a Escola continuava a estar de prevenção rigorosa até ao dia do funeral que estava marcado para 21 e que até esse dia, como contava, havia boatos de alteração da ordem e o Governo estava disposto a repelir qualquer revolta.

Apesar dos boatos e de algumas pequenas manifestações, de crítica a Sidónio e de regozijo pela sua partida, não houve a tão temida reação democrática.

> Dia 20 de Dezembro. Até esta data, desde o dia 15, não houve qualquer movimento de alteração da ordem pública e a Escola teve sempre de prevenção e todos os alunos internos não tiveram licença de sair e os externos só tinham licença para ir às suas casas para comer.
> Neste dia, pelas 11 horas, houve uma missa por alma do Dr. Sidónio Pais, na Igreja de São Domingos, mandada rezar pelos alunos da Escola, comparecendo todos os alunos, como o Comandante, oficiais do corpo e lentes. Depois desta cerimónia, todos os alunos formados foram à Câmara Municipal para ver o Presidente da República que aí se encontrava exposto ao Público, sempre muito visitado por toda a população de Lisboa e muitas pessoas que vieram do Porto e de outras províncias. [595]Esteve exposto em câmara ardente no principal salão, numa urna de mogno, muito rica com tampa de vidro. O seu corpo tinha sido embalsamado e depois ficaria nos Jerónimos junto aos túmulos dos nossos reis de Portugal para ter então honras como Presidente da República. Depois de ser feita a visita, recolhemos à escola pelas 14 horas, continuando o serviço de prevenção.

A última convocatória para uma missa pública por alma de Sidónio Pais, encontramo-la publicada no ano de 1974, em anúncio de jornal, de maio de 1974:

> Participa-se a todas as pessoas amigas e conhecidas, que será celebrada missa amanhã, dia 31, às 18 e 30, na venerável ordem terceira de nossa Senhora do Monte do Carmo, largo do Carmo, pelo seu Eterno descanso, agradecendo desde já a todas as pessoas que queiram assistir a tão piedoso ato (Diário de Notícias, 1974).

A última referência a uma missa privada, data de 2019, e é uma celebração eucarística por alma de Sidónio Pais na origem do assalto armado à Faculdade de Ciências (do Porto).

[595] Tal como está no texto das memórias: Porto e outras províncias(!).

A missa, em São Domingos, exéquias mandadas celebrar solenemente pelos alunos da Escola de Guerra, foi presidida pelo Arcebispo de Mitilene. Assistiram além de grande número de oficiais de terra e mar, o corpo diplomático, os membros do governo, representantes do novo Presidente da República, João do Canto e Castro, e outros altos funcionários.

> No dia 21 de Dezembro 1918, sábado, como estava marcado, foi o funeral do Dr. Sidónio Pais, o qual saía da Câmara Municipal pelas 14 horas, seguindo o cortejo pelas ruas principais da baixa até aos Jerónimos, onde ia ficar depositado em lugar apropriado. Como foi publicado na Ordem de Serviço da Escola nesse dia, a Alvorada foi às 7:00 e o almoço às 8 e pelas 10 e 30 o formar companhias e armas, sendo a saída às 11:00. Todos os alunos formando-se em 3ª companhia. Com o destacamento da Escola, saíram pelas 11 horas, acompanhados da banda militar da Infantaria nº 2, com a bandeira da Escola e a artilharia de 7.5 de TR. [596] conduzida pelos próprios alunos de Artilharia, e o esquadrão dos alunos de Cavalaria. A primeira companhia de Infantaria e a segunda de Artilharia seguiram para Santos para a rua 24 de Julho, local indicado para a escola assistir ao desfile do cortejo do funeral e prestar as últimas homenagens em guarda de honra ao seu grande chefe e Presidente da República.

Como se um desfile festivo se tratasse, o funeral de Sidónio Pais rivalizou com alguns dos mais altos momentos de representação em que o seu consulado foi tão fértil. Os jornais *O Tempo* e *A Situação*, por iniciativa de Eduardo O´Neill Batista, patrocinaram fatos de anjo para as crianças, que se juntaram aos soldados do golpe de Estado do 5 de dezembro de 1917, para rodearem o armão onde foi colocada a urna para ser transportada pelas ruas de Lisboa. À frente, os secretários de Sidónio, Rui da Cunha e Ferreira da Silva e uma multidão, pesarosa no seu todo, curiosa mais ainda, mas em "nenhum há memória de se terem derramadas tantas lágrimas, de se ter manifestado uma dor tão intensa". E a imprensa da República Velha ia mais longe: "Passaram há pouco 59 anos sobre a morte de um dos mais adorados monarcas portugueses, roubado também ao país na força da vida e quando ele mais resplandecia pelas suas incomparáveis virtudes de homem e de chefe do Estado e pelo seu acrisolado amor a esta terra tão infeliz. Havia também muita esperar de Dom Pedro V; havia tudo. E conquanto a violência da sua morte não oferecesse publicamente o espetáculo horrível e infame da que vitimou sr. dr. António Pais, foi profundíssimo o abalo de todo o país e enorme o movimento de indignação e de revolta que José Estevão classificou da "anarquia da dor protestando contra o despotismo da morte (Ilustração Portuguesa, 1918, p. 521).

[596] A Peça 7,5 cm TR m/917, tem o seu ano de entrada na Artilharia Portuguesa em 1917. Peça de tiro rápido, com alcance máximo de 8000 metros. Na Escola de Guerra conhecia-se algum material bélico que o Corpo Expedicionário só conheceria na frente de Guerra e que não esteve presente na sua formação em Tancos.

> O esquadrão dos alunos de Cavalaria, 3ª companhia, formavam na rua do Arsenal diante da Câmara Municipal, de onde sairia o cortejo.

E o cortejo saiu, destacando-se um coche a quatro parelhas, com os cavalos de luto, com imensas coberturas negras, integrais, que apenas lhe deixavam os olhos e a boca à vista, levando coroas de flores e dedicatórias, em representação da Freguesia do Socorro que só rivalizava com uma galera do Corpo dos Bombeiros Municipais de Lisboa, coberta de flores e coroas. Os jornais tinham os seus próprios carros enfeitados. Os lentes desfilaram. Pelas fotos, a Praça do Comércio não estava cheia, mas havia muito povo pela cidade, entre a Câmara Municipal de Lisboa e os Jerónimos. E não faltaram os opositores, os petardos e algumas bombas de pequena intensidade.

> Houve vários acontecimentos na ocasião da passagem do cortejo na Rua Augusta, como depois no Largo do Chiado e noutras ruas foram lançadas algumas bombas por mãos de criminosos para alterarem a ordem pública e fazerem a confusão, o que resultou ter havido alguns feridos e as forças que se encontravam em alas nas ruas, em formatura para prestarem honras militares, se virem. obrigadas a fazerem fogo e houve muito pânico e grande alvoroço de povo a fugir. Depois de ter serenado, o cortejo continuou a sua marcha e noutras ruas, como no Largo do Chiado, foi novamente interrompido por terem sido lançadas outras bombas e houve a mesma confusão de muito povo a fugir e alguns feridos. As bombas empregadas eram de pouca potência, não eram de destruição, apenas faziam muito barulho e eram mais para alarmar para assim desacreditar o cortejo fúnebre. Este funeral foi dos maiores e mais concorridos que tem havido, em vista da grande popularidade do senhor Dr. Sidónio, muito modesto, de bom coração, estimado pelo povo, pela sua forma de governar o país.

Era um ponto de vista que muitos não partilhavam, este: a grande popularidade do senhor Dr. Sidónio, muito modesto, de bom coração, estimado pelo povo, pela sua forma de governar o país. E a forma de governar o País não elevara a República, inequivocamente. António Manuel, tão contido, toma finalmente partido:

> Mas ao Partido Democrático não convinha este Governo Nacionalista e como tinha sido derrotado na revolução do 5 de dezembro de 1917, assim, o mandou assassinar e no próprio dia do seu funeral, ainda tentava alterar a ordem pública, esperando a ocasião oportuna para fazer uma revolta contra o novo Governo Nacionalista.
> Em todas as avenidas e ruas por onde passava o cortejo, a multidão era enorme e compacta, como em todas as janelas dos edifícios e a passagem da urna. Muita gente chorava pela perda do seu grande Chefe de Estado. O cortejo era tão grande que tinha mais de 1000 metros de comprimento, sendo acompanhado por todos os Ministros de Nações aliadas, ministros das várias pastas do governo, funcionários públicos, forças de Nações estrangeiras, da Marinha de França, Inglaterra, Espanha e Itália, como da nossa marinha.

Ao cortejo e à assistência, formando uma corrente ao longo da cidade, é bem provável que se contassem mais que os mil metros da descrição.

> Tendo saído a urna da Câmara Municipal às 14:00 como estava marcado, somente pelas 16 e 30, é que passou no largo do Santos, com mais de 2 horas e meia no seu trajeto.
> A demora também foi devido a ter sido interrompida a sua marcha pelos motivos dos acontecimentos que houve. Em Santos, onde as duas companhias dos alunos da Escola de Guerra se encontravam formadas, a força de Artilharia na passagem da urna deu a salva e a Infantaria prestou as honras militares. Nesse momento, a maioria dos alunos prestaram as suas últimas homenagens de despedida ao "seu pai", como chamavam ao grande chefe da Revolução nacional, o popular e prestigioso chefe da Nação.
> Somente pelas 18 horas, depois de ter passado o cortejo, é que regressámos à Escola, não havendo licença para sair, porque devido aos acontecimentos que se deram neste dia e como corriam vários boatos, estaria marcada para depois do funeral nova revolução contra o atual Governo e a Escola com muitas unidades de guarnição. Continuava de prevenção rigorosa. Todos os alunos internos, como o destacamento, depois do jantar formaram na parada em ordem de marcha, armados e equipados para saírem e manterem a ordem pública quando fosse ordenado pelo Ministro da Guerra.

Mas a ninguém convinha, aparentemente, a desordem.

> No dia 22 de Dezembro, como não tivesse havido qualquer alteração da ordem pública durante a noite, continuando toda a cidade em completo sossego, houve licença do Comandante para os alunos internos que quisessem sair e visitar as suas famílias, mas somente até às 16:00, depois do jantar, formaram as Companhias em ordem de marcha, continuando novamente a prevenção até ao dia seguinte.
>
> No dia 23 de Dezembro, não começaram os trabalhos escolares como estavam marcados, tendo o Ministro da Guerra ordenado que ficassem adiados para o dia 26 do corrente. Até às 16:00, todos os alunos tiveram licença para sair. Depois desta hora em diante, a Escola continuava de prevenção até nova ordem.
>
> No dia 24 de Dezembro, o comandante da escola recebeu uma comunicação urgente do Ministro da Guerra, ordenando que fosse passada licença até ao dia 2 do próximo ano a todos os alunos que desejassem passar as férias de Natal com as suas famílias. Em virtude de ter terminado a prevenção, ficando sem efeito o seu comunicado de começar os trabalhos escolares no dia 26, como estava marcado e perante esta ordem, todos os alunos, que a maior parte tinha famílias em Lisboa, fizeram o seu Passaporte de Licença (assim como eu) e foram, nesse dia depois do almoço, para casa das suas famílias, devendo apresentar-se, como estava marcado, no dia 2 de Janeiro, a hora de recolher. Eu fui para casa dos Tios, levando a minha mala com a roupa toda.

No dia 30 de Dezembro, saiu a ordem de serviço da Escola, como em vários jornais, um aviso com respeito aos alunos que se encontravam de licença.

Escola de Guerra
AVISO.
Sua Exª, o General Comandante da Escola de Guerra faz público que, por ordem de Sua Exª, o Ministro da Guerra, são prorrogadas as férias até ao dia 10 do próximo mês de Janeiro, devendo os alunos fazer a sua apresentação na mesma Escola até ao primeiro trabalho escolar do dia 11 da referida do referido mês.
Lisboa, 28 de dezembro de 1918.
Segundo-comandante
Fernando Freiria[597], Tenente-coronel.

Nota.

Em virtude do aviso publicado na Escola, como vem nos jornais, todos os alunos continuaram de licença em casa das suas famílias até ao dia 10 do mês de Janeiro, ficando sem efeito até à data de 2 de Janeiro, como estava indicado nas no Passaporte licença.
Fim do ano de 1918.

António Manuel Trigo morreu no Funchal, a 10 de abril de 1971. Um mês e três dias depois completaria 79 anos.

Legou-nos as suas *Memórias* que aqui tentámos revisitar, estranhos herdeiros de um legado inesperado.

> Uma vez que nenhum homem pode iludir a morte, / Irei à montanha firmar o meu nome. / Onde os nomes podem ser firmados, firmarei o meu, / onde os nomes não podem ser firmados, firmarei os dos deuses. (Gilgames, 2017, pp. 63-64).[598]

"Que tudo seja, pois, pretexto para criações artísticas", escrevia Manuel Teixeira Gomes em 1918, como se nada disto importasse – ou tivesse acontecido (Gomes, 1918).

P.S. - Aos que me apoiaram e já partiram: *in memoriam.*

[597] Nascido em 12 de Janeiro de 1877, em Lisboa, Fernando Augusto Freiria ingressou no Exército, na arma de Artilharia. Em 1917 atinge a patente de coronel. Será coronel em 1919. Foi professor na Escola de Guerra entre 1912 e 1919. A partir de 1914, passou a integrar o Corpo Expedicionário Português, chefiado por Gomes da Costa. Integra, em Outubro de 1914, a missão militar enviada para conferenciar com o Estado Maior britânico, composta ainda por Ivens Ferraz e Azambuja Martins. Fez parte da Comissão encarregue de receber em França as tropas expedicionárias portuguesas. Foi combatente na Flandres. Terá regressado para integrar a Escola de Guerra, já que em 28 de dezembro de 1918 assina o referido Aviso, emitido a 30 do mesmo mês.
Em 1919, foi nomeado Chefe de Estado-Maior da Divisão encarregada de dominar os revoltosos da Monarquia do Norte.

[598] Romanização do sumério que usamos como Gilgameš (2017)

CONCLUSÃO

Inferências deste projeto

a) A análise das controvérsias teóricas em torno da memória, analisando-as à margem de um período perfeitamente limitado, o ano de 1917, e de um espaço que o viveu de modo singular: Portugal;

b) Uma pesquisa das condições culturais que definiram a memória individual e coletiva nesse quadro de análise;

c) Um diagnóstico no domínio da cultura e da memória, numa forma de responder à pergunta: o que é a memória cultural?

d) Uma avaliação da presença da própria memória.

e) A defesa de que o conceito de identidade cultural não é exato nem serve como expressão e desenvolvimento de uma metodologia autónoma dos estudos de cultura.

Percurso

1. Partiu-se de uma hipótese de trabalho em busca da inteligibilidade de conceitos com os quais considerámos ser possível estreitar a produção de uma extensíssima matriz de efeitos culturais circunscritos num ano de todas as mudanças, num país aparentemente subordinado a múltiplos e impactantes desafios e inúmeras mutações, de modo a obter uma visão capaz de rememorar, mais de cem anos passados, os acontecimentos de uma forma ainda inédita.

2. Aceitámos, pelo percurso de especialização em seminários que conduziu a esta tese, lidar os conceitos de cultura como expectativa para uma nova dimensão do homem e a comunicação escolhida como a forma de o atualizar, criando meios próprios para o fazer e construindo-se através dos mesmos. Formas, ambas, de vivências individuais e para além da educação empírica ou formal.

> A cultura é tudo o que permite ao indivíduo situar-se em relação ao mundo e também em relação ao seu património Natal; é tudo o que contribui para que o homem compreenda melhor a sua situação, tendo em vista a eventual mudança desta.
> Definição do Conselho da Europa (Biasse, 1987).

Ou, mais perto do que pensamos:

> (...) a cultura é o diálogo da humanidade consigo própria, (...) porque a cultura não tem o monopólio do que é preciso, ou não, saber. Ela é o lugar onde se discute o sentido de tudo quanto somos capazes de fazer. E, como tal, a cultura não é a resposta, é a questão. A questão que a humanidade tem consigo própria (Lourenço, 2016, p. 2).

3. Elevou-se a audácia para o patamar de um debate antigo que ganha cada vez mais força na contemporaneidade que dilui em autoritarismos e populismos a nova etapa que parece ser a da Civilização tal como a vivemos e entendemos nos nossos dias: o outro e eu, a entidade e a alteridade, a ideia perigosa de dividir o ser humano pelas mais diversas categorias da "identidade" que o enfraquecem e limitam.
   A ideia de uma Humanidade una, a ideia do cosmopolitismo e do global, impõem a perceção do Outro, a alteridade do Outro, por exemplo na sua dimensão cultural. A questão remete não só para a defesa da Democracia como sistema culto de entendimento e gestão dos povos, mas para a atenção contínua à preservação e manutenção e reconhecimento da alteridade do Outro, na segurança dos padrões da cultura democrática, objeto primeiro deste empreendimento de estudos culturais que agora procuramos concluir.

   Como pensar o outro? – perguntava Jean-Paul Sartre (Sartre, 1983, 2021).
   A interrogação persegue-nos nesta tese e nos tempos em que vivemos.

Créditos do que foi exposto

1. Acreditamos ter feito a defesa da importância da memória junto aos Estudos de Cultura. Sem a interrogação do que se passou parece improvável analisar o que se passa. O passado não é uma manta de retalhos, mas todos os momentos em que nele inscrevemos tudo o que nos trouxe até aqui,
   Os anos de pesquisa, as leituras tão variadas, variáveis e por vezes mesmo variegadas, a desmedida, impuseram que este trabalho tivesse de sintetizar o muito que à sua volta se anotou. Foi uma experiência de vida. Um enriquecimento de memória, construção frágil que, afinal, tanto nos auxilia enquanto dura.
2. Acreditamos que ficou patente a ideia do que defendemos e que se prende com a relação da memória com a entidade e suas derivas, com a alteridade e as suas interdependências e interações e que, por isso, quão frágil é o conceito de identidade, nomeadamente o de identidade cultural a que demos prioridade de análise. A dimensão do indivíduo é social, como aqui fica descrita, o que equivale a dizer que só na aceitação do "nós" cada um se apercebe e reconhece como Eu, ou a dimensão pessoal daquilo que é: um fascinante universo cultural apto a trocas, enriquecimentos e mudanças e que só se completa pluralmente. Sem o Outro não somos.
3. Acreditamos que defendemos coerentemente a afirmação que deixámos neste texto: a identidade é afinal o formato em que a ação política se apoia para determinar o que

deseja para a sua prosperidade, um aparelho ideológico da memória que "constrói" e estrutura indivíduos e os agrupa, tornando-os rotulados – identificados - e fáceis de condicionar. Sabemos que muitos autores perseguiram e vêm a perseguir a ideia de identidade, como a luz que se afasta à medida que avançam no seu túnel. Lemos frases que nos levaram à porta aberta para a ambiguidade do termo – Para dar dois exemplos: "A identidade como marcador cultural é constituída principalmente pelas imagens que temos de nós" (Brás, 2014, p. 440). Ou "[a impossibilidade de abordar a identidade sem a tematização de uma ideia de futuro, ou seja] caminha a seguir por uma comunidade" (Almeida, 2001, p. 151). Essa perseguição não nos inibiu, sabendo estar no âmbito das diversidades e o perigo é sermos vítimas da "ilusão de identidade", da "identidade errante" como descreveu Amartya Sen (Sem, 2006, p. 268).

Se tivermos em presença a Declaração Universal dos Direitos Humanos[599]torna-se evidente a opção pela entidade, pelo ser como universo cultural em presença dos seus iguais, e a negação de uma identidade que aprisiona a liberdade em redutos pré-definidos e inequivocamente preconceituosos.

4. Acreditamos que ao falar em universos culturais arriscámos entrar na área dos conceitos (que outros definiram com maior grandeza, é certo), mas arriscando fazê-lo, com a salvaguarda de não alinhar pelo momento da cultura mundial em que se agita, um pouco gratuitamente, ideias como as de multiverso (Hawking, 2002; Linde, 2012), termo pseudocientífico, e outras delas derivadas, das quais nos afastamos.
5. Ver o indivíduo como um universo cultural é aceitar a sua pluralidade, capacidade de mudança e disponibilidade para recriar-se e expandir-se enquanto entidade cultural, o ser para lá do que exteriormente o identifica, um ser liberto, libertado e libertador, sem "pertença" (nada mais redutor do que o esclavagismo cultural que pretende atribuir o indivíduo a uma propriedade, a uma pertença, seja étnica, religiosa, nacional, outra. Somos processos de transformação e em transformação. Como no provérbio árabe, "parecemo-nos mais com o nosso tempo do que com os nossos pais".
6. Cultura, memória e entidade formam uma tríade concetual fascinante. No lugar da expressão "universos culturais" podíamos ter empregado outras, como esferas de transmutação, redutos adaptáveis, sistemas de humanização, cosmovisões potenciadoras de vida. Mantemos, todavia, a sugestão inicial como alegação final.
7. Acreditamos que este trabalho se junta aos que na área da cultura têm enveredado pelo tema da memória com uma abordagem inédita, capaz de sugerir algumas formas de reflexão. Deparamo-nos com memórias trabalhadas como testemunhos cultos de momentos singulares e produto de um sentido de missão, palavra que do germe religioso ganha formas utilitárias e mundanas, interpretações individuais, como as que vemos aliás nos nossos dias; o messianismo, que gerado também em contextos de crença, se tornou múltiplo, plural, mas sempre carregado simbolicamente de ansiedade e esperança, de uma continuidade desejada, é apanágio e peculiaridade da época em que aqui nos movemos.
8. Não nos poupámos nas "notas de rodapé", com a vontade de tornar este ensaio numa possibilidade de consulta que servisse a outros ensaios ou esclarecimentos. Ao fazê-lo

[599] V. https://files.diariodarepublica.pt/1s/1978/03/05700/04880493.pdf

perpetuámos obras, revisitámos paradigmas, recordámos pessoas e atos que podiam ou podem ser injustamente esquecidos.

9. Perguntámos e respondemos:
   O que há de único, de original em Portugal no ano de 1917?
   Um efeito surpresa, uma enorme ingenuidade, uma impreparação e uma profunda ignorância, periférica, da Europa imediata e do mundo em extensão.
   Que efetivas memórias legou?
   A "decapação" ideológica - a limpeza e descontaminação das superfícies e dos conteúdos culturais portugueses – feita sistemática e violentamente e em profundidade pelo Estado Novo, operou uma descontaminação efetiva da memória e do passado. A ignorância tornou-se um atributo cultural, e o País uma mancha ainda mais periférica no mapa da realidade.
   Que distingue essa carga mnésica da vontade ávida de transformar idealizações em identidades?
   Um País adiado, ainda hoje manietado pela falta de gestão memorial e pela ingestão de uma sistemática construção social de uma realidade irrealista. Um complexo mítico, entre a orfandade e um pai simbólico, punitivo, repressor e paradoxalmente recompensador e protetor. Expurgado da sua liberdade e autodeterminação, um País atrasado, sob marcas de fatalismo, messianismo e providencialismo, em luta com complexos inconciliáveis de superioridade e, ao mesmo tempo, de inferioridade.

10. Acreditamos que este ensaio é assertivo e categórico, porém disponível enquanto contributo para novas investigações.
    Mantemos o que foi dito no início desta Tese: o acreditar na importância académica e cultural da mesma que é, tão somente, um ato de inscrição, um suporte de memória.

A cultura – oposição a natureza - é a definição mais comum, à qual, todavia devemos aliar como ideia a capacidade que na (referida) cultura há que refletir variáveis e diferenças de acordo com as culturas que a constituem. Falamos de Cultura como de um universo cultural global, cosmopolita (a cultura humana), onde se vertem os universos étnicos, locais, nacionais, e sobretudo os universos individuais. A cultura é, assim, uma articulação, um circuito. Devíamos interpretá-la, invariavelmente, como policultura. Num só indivíduo encontramos vários sistemas culturais. Num pequeno grupo a diversidade é identificável. O multicultural – uma unidade constituída por todas as diferenças – é a realidade do mundo em que vivemos. Mesmo quando se assiste à exaltação das particularidades culturais (nacionais, políticas, religiosas, de massa, de etnia, da pequena aldeia ou do remoto iglu).

> a cultura na nossa sociedade é um sistema simbiótico-antagonista de múltiplas culturas, nenhuma delas homogénea. (Morin, 1969, p. 8)

Referências Bibliográficas

> As histórias ou as palavras que regressam dos obscuros domínios da memória vêm sempre com furor de guerra, carregadas de ofensas, ansiosas de reivindicação e discórdia. (Landero, 2019, pp. 8-9)[600]

AA.VV. (2000). *Nobreza de Portugal e do Brasil*. Lisboa : Edições Zairol, Lda.

AA.VV. (2010). *Grande Dicionário da Língua Portuguesa.* Porto: Porto Editora.

Abragão, F. Q. (s.d.). *Salazar. A Vida. A Obra. A Doutrina*.

Abranches, J. (1933). *Os Caminhos de Ferro na "Grande Guerra"*. Figueira da Foz: Tipografia Peninsular.

Adamgy, Y. M. (1991). *Alcorão Sagrado.* Certificação religiosa por Daud Munir e Rizwan D. Ismail. Loures: Edições Al Furqán.

Adorno, T. W., & Benjamin, W. (2012). *Correspondência 1928-1940*. São Paulo: Editora Unesp.

Adverse, H. (2023). *Mundo sem pensamento, sem ideologia, sem memória*. Disponível em: https://www.bibliotecapublica.mg.gov.br/programacao-cultural/mundo-sem-pensamento-sem-ideologia-sem-memoria-por-helton-adverse/

Afonso, A. (2011). Portugal e a guerra nas colónias. In M. F. Rollo & F. Rosas (Eds.), *História da Primeira República Portuguesa*. Lisboa: Tinta- da-China.

Afonso, A., & Gomes, C. M. (2010). *Portugal e a Grande Guerra, 1914 - 1918,* Lisboa: Quidnovi.

Agostinho, S. (2000). *Confissões*. Lisboa: Imprensa Nacional.

Albright, D. (2004). *Modernism and Music: An Anthology of Sources*. University of Chicago Press.

Albuquerque, A., Soares, C., Jesus, P. M., & Alves, C. (2003). Perturbação pós-traumática do stress (PTSD): Avaliação da taxa de ocorrência na população adulta portuguesa. *Ata Médica Portuguesa, 16*, 309-320.

Alexandre, V. (1998). Ruptura e estruturação de um novo império. In AAVV (Eds.), *História da Expansão Portuguesa. Do Brasil para Africa (1808-1930)*. Lisboa: Círculo de Leitores.

Almedia, P. R. (1999). *Salazar biografia da ditadura.* Lisboa: Editorial "Avante!" S.A.

[600] LANDERO, Luís. (2020). *Chuva miúda.* Porto: Porto Editora. Tradução. Miguel Filipe Mochila.

Almeida, A. P. T. (2017). A vivência do Cinema nas Cidades. O caso do Funchal. *Translocal, Culturas Contemporâneas Locais e Urbanas, 1*(out./dez.). Disponível em: https://translocal.funchal.pt/wp-content/uploads/2017/12/A-vivencia-do-cinema.pdf

Almeida, C. S. (1917). A Capital. *Jornal republicano da noite, 2354*.

Almeida, P. R. (1999). *Salazar biografia da ditadura*. Lisboa: Editorial "Avante!" S.A.

Almeida, R., & Oliveira, J. M. S. (2020). Contribuições do pensamento complexo de Edgar Morin aos estudos do imaginário. *Simbiótica: Revista Eletrônica, 7*(2), 75-91. doi: 10.47456/simbitica.v7i2, jan.-jun.32594

Alves, Â. (2013). Atualidade de A Rússia de Hoje e o Homem de Sempre, último livro de Leonardo Coimbra. *Humanística e Teologia, 34*(1), 279-285. Doi: 10.34632/humanisticaeteologia.2013.9063

Alves, F. M., Soares, L. A., & Rodrigues, C. V. (2016). *Estudos de Memória. Teoria e Análise Cultural*. Lisboa: Edições Húmus.

Amaral, C. S. (2007). Descartes e a caixa preta no ensino-aprendizagem da arquitetura. *Revista Vitruvius, Arquitextos, 08*(090.07). Disponível em: https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.090/194

Anciães, A. (2011). *Da História das telecomunicações na I República.* In I República – Liberdade em ação. Lisboa: Fundação Portuguesa das Comunicações.

Andrade, A. G. (1999). *Dicionário de pseudónimos e iniciais de escritores portugueses*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal.

Andrade, F. M., Silva, V. K., & Bohrer, J. (2011). A influência genética sobre a memória humana: uma revisão. *Revista Brasileira de Biociências, 9*(4), 520. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/rbrasbioci/article/view/115471.

Andres, S. (s.d.). *Nós Somos Utopia.* Lisboa: Delfos.

Antze, P., & Lambek, M. (1996). Tense Past: Cultural Essays in Trauma and Memory. *American Ethnologist, 25*(3), 505-506.

Aprender a Madeira. (s.d.). *Base de Dados*. Disponível em: https://aprenderamadeira.net/articles/ana-londral?filters=ecology,people,news,routes,geology,popular-culture-and-traditions,cinema-video-and-multimedia

Aquino, T. (2016). *Comentário sobre "A memória e a Reminiscência" de Aristóteles.* São Paulo. Edipro.

Araújo, A. (2017, fevereiro 12). *Fátima, cem anos depois.* Disponível em Jornal Público: https://www.publico.pt/2017/02/12/sociedade/noticia/fatima-cem-anos-depois-1761166.

Araújo, A. F., & Baptista, F. P. (Coord.) (2003). *Variações sobre o imaginário domínios, teorizações, práticas hermenêuticas*. Lisboa: Instituto Piaget.

Arendt, H. (1998). *The Human Condition*. Chicago: University of Chicago Press.

Arendt, H. (2012). *Tempo e Totalitarismo: Naufrágio e Deserto* (Cap. IV). Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa.

Arendt, H. (2016). *Entre o Passado e o Futuro.* São Paulo: Perspetiva.

Armada, F, & Fernandes, J. (2002). *Fátima: Nos Bastidores do Segredo.* Lisboa: Âncora Editora.

Aron, R. (1986). *Pensar a guerra, Clausewitz: A era europeia*. Brasília: UnB - Universidade de Brasília

Arquivo Nacional de Fotografia. (1997). *Jorge Almeida Lima: fotógrafo amador*. Lisboa: Instituto Português de Museus. Disponível em: https://digitarq.arquivos.pt/details?id=1009215

Arriaga, M. (1916). *Na Primeira Presidência da República Portuguesa: Um rápido relatório*. Lisboa: Livraria Clássica Editora de A.M. Teixeira.

Arte Photographica. (1917). *Dos olhos. O photographo retratista deve prestar atenção aos olhos dos seus modêlos*. In (pp. 490-491).

Ascensão, L. R. (1943). *O Integralismo Lusitano*. Lisboa: Edições Gama.

Assman, A. (1999). Cultural Studies and Historical Memories. In A. Erll & A. Nünning (Eds.), *The Contemporary Study of Culture: an international and interdisciplinary handbook.* Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/256096723_Cultural_Memory_Studies

Assman, A. (2011). *Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural* (P. Soethe, Trad.). Campinas: Editora da UNICAMP.

Assmann, A. (2011). *Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural* (P. Soethe, Trad.). Campinas, SP: Editora Unicamp.

Assmann, J. (2008). Communicative and cultural memory. In A. Erll & A. Nünning (Eds.), *Cultural memory studies: an international and interdisciplinary handbook* (pp. 109-118). Berlin - New York: De Gruyter.

Assumpção, T. L. (1894). *As Últimas Freiras – com uma carta de António Ennes – acerca das ordens e instituições religiosas*. Porto: Livraria Portuguesa de Lopes & Cª – Editores.

Assunção, G. J. F. (1978). *À sombra do Convento*. Malveira: Altagráfica.

Atkinson, W., Hambordky, J, Mcintyre, L., & Wolfe S. (Eds.). (2007). Diphtheria. In *Epidemiology and Prevention of Vaccine-Preventable Diseases (The Pink Book)* (10.ª ed.). Washington DC: Public Health Foundation.

Augé, M. (1994). *Le sens des autres. Actualité de l'anthropologie.* Paris: Fayard.

Augé, M. (2005). *Não lugares: Introdução a uma antropologia da sobremodernidade*. Lisboa: 90 Graus Editora.

Bachelard, G. (2003). *A Poética do Espaço*. São Paulo: Martins Fontes.

Bakounine, M. (1875). *Archives Bakounine* (Vol. V). Lugano: Coletivo de Estudos Anarquistas Domingos Passos.

Barata, A. (1999, julho 10). *A prova da evidência*. Disponível em Jornal Público: https://www.publico.pt/1999/07/10/jornal/a-prova-da-evidencia-136058

M

Barman, R. J. (1999). *Citizen Emperor: Pedro II and the Making of Brazil, 1825–1891*. Stanford: Stanford University Press.

Barreira, C. (2019). *António Sardinha. Ghispanicas: Gerações Hispânicas*. Lisboa: Universidade Nova.

Barreto, J. M. T. (2017). *Primeira Esquadrilha de Submarinos: Origens e emprego operacional.* Alfeite: Escola Naval.

Barroso, L. (2015). *A Primeira Guerra Mundial em Angola |o ataque preemptivo a Naulila.* Lisboa: Relações Internacionais – Revista do Instituto Português de Relações Internacionais (IPRI-NOVA), da Universidade Nova de Lisboa.

Barthas, C. (1967). *Fátima as testemunhas e os documentos*. Porto: Editorial Aster Lda.

Bartlett, F. C. (1927). *Psychology And the Soldier*. Cambridge, UK: Cambridge University Press.

Bartlett, F. C. (1932). *Remembering: a study in experimental and social psychology*. New York: Cambridge University Press.

Bastien, J.-P. (2023). L'amant vaudoise de Marcel Proust. *Magazine Passé Simple - Mensuel romand d'histoire et d'archéologie, 81*(janvier), 29-31.

Bauman, Z. (2022). *Ensaios sobre o conceito de Cultura* (C. A. Medeiros, Trad.). Rio de Janeiro: Zahar.

Beevor, A. (2022). *Rússia - Revolução e Guerra Civil (1917-1921)* (M. Pinho, P. Silva, & P. Vidal, Trad.). Lisboa: Bertrand Editores.

Beneton, P. (1975). *Histoire de mots-culture et civilisation.* Paris: Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques.

Benjamin, W. (1985). *Magia e técnica, arte e política*. In (pp. 197-221). São Paulo: Brasiliense.

Benjamin, W. (1994). Pequena história da fotografia (S. P. Rouanet, Trad.). In *Magia e técnica, arte e política: Ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense. (Trabalho original publicado 1931).

Benjamin, W. (1998). Caracterização de Walter Benjamin (F. R. Kothe, Trad.). In T. W. Adorno (Ed.), *Prismas: crítica cultural e sociedade* (pp. 223-237). São Paulo: Ática. (Trabalho original publicado 1950).

Benjamin, W. (2004). *Imagens de Pensamento* (J. Barrento, Trad.). Lisboa: Assírio & Alvim.

Benjamin, W. (2006). *Passagens* (W. Bolle, Trad.). São Paulo: Imprensa Oficial do Estado/ UFMG.

Benjamin, W. (2010). *O Anjo da História* (J. Barrento, Trad., J. Barrento, Ed.). Lisboa: Assírio & Alvim.

Benjamin, W. (2012). *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura.* São Paulo: Editora Brasiliense.

Benjamin, W. (2012b). Para a imagem de Proust (S. P. Rouanet, Trad.). In *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura* (8.ª ed.). São Paulo: Brasiliense. (Trabalho original publicado 1929).

Benjamin, W. (2012c). *De um pequeno discurso sobre Proust pronunciado por ocasião do meu quadragésimo aniversário* (L. I. O. Costa, Trad.). São Luís: Maranhão. (Trabalho original publicado 1932).

Benjamin, W. (2016). *Ensaios Sobre Literatura* (J. Barrento, Trad.). Porto: Assírio & Alvim.

Bergson, H. (1999). *Matéria e memória* (P. Neves, Trad.). São Paulo: Martins Fontes.

Bergson, H. (2006). *Memória e Vida. Textos escolhidos por Gilles Deleuze* (C. Berliner, Trad.). São Paulo: Martins Fontes.

Bernardo, J. V. (2020, maio 04). *Medo do passado: quando Rui Barbosa tentou apagar a memória da escravidão*. Disponível em Aventuras na História: https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/historia-brasil-quando-rui-barbosa-tentou-apagar-memoria-escravidao.phtml

Besançon, A. (1999). *A Dor do Século*. Lisboa: Quetzal Editores.

Bhabha, H. J. (1998). *O Local da Cultura* (M. Ávila, E. L. L. Ris, & G. R. Gonçalves, Trad.). Belo Horizonte: Editora UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais.

Biasse, P. (1987). Sujets culturels et politique de la culture. In J. Delcourt & R. Papini (Eds.), *Pour une Politique Européenne de la Culture* (pp. 45-46). Paris: Economica.

Bíblia de Referência Thomson com versículos em cadeia temática. (1995). (J. F. Almeida, Trad.). Editora Vida.

Biblioteca Nacional de Portugal. (2011). *Jornais Republicanos 1848-1926*. Lisboa: Edição BNP/Assembleia da República.

Blackburn, S. (2016). Ship of Theseus. In *The Oxford dictionary of philosophy* (3.ª ed.). Oxford: Oxford University Press.

Blanc, L. (1782). *Des erreurs et de la vérité, ou Les hommes rappelés au principe universel de la science*. Édimbourg.

Bloch, M. E. F. (1998). *How We Think They Think-Anthropological Approaches to Cognition, Memory, And Literacy*. New York: Routledge.

Blundell, V., Shepherd, J., & Taylor, I. (Orgs.). (1993). *Relocating Cultural Studies - Developments in Theory and Research*. London: Routledge.

Boeira, L. F. (2012). Nora, Pierre. Présent, nation, mémoire. *Revista Brasileira de História, 32*(63).

Borges, A. A. (1960). Para a história das fotografias dos videntes de Fátima. *Stella, 24*(276), 10-11.

Borges, J. V. (2015). A Escola de Guerra em 2015. In *O assalto à escola de Guerra, 1915-2015*. Lisboa: Academia Militar | Fronteira do Caos Editores.

Borges, P. (2019). *Presença ausente – a saudade na cultura e no pensamento portugueses - nova teoria da saudade.* Lisboa: Âncora Editora.

Borja, J., & Muxi, Z. (2001). *L'espai públic: ciutat i ciutadania*. Barcelona: Diputació de Barcelona.

Bosch, A. (2002). *O Atlas Furtivo.* Lisboa: Livros do Brasil.

Bosi, É. (1979). *Memória e Sociedade: Lembranças de velhos.* São Paulo: Biblioteca de Letras e Ciências Humanas.

Bossuet, J.-B. (1709). Politique Tirée de l'Écriture sainte. In *Œuvres de Boussuet.* Paris: Chez Dirmin Didot Fères, Libraires Imprimeur de L´Institu de France.

Botelho, G. J. T. (1948). *Novos Subsídios para a História da Artilharia Portuguesa* (Vol. II). Lisboa: Publicações da Comissão de História Militar (V).

Boucher, J. (1979). *A Simbólica Maçónica segundo as regras da simbólica esotérica e tradicional*. São Paulo: Editora Pensamento.

Boudon, R. (1979). *Paradigmas sociais I e I Ciência e Filosofia 1-2*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas.

Boudon, R. (1989). *Os Métodos em Sociologia*. São Paulo: Editora Ática. S.A.

Bourne, C. (2006). *A Future for presentism.* Oxford: Oxford University Press.

Bouthoul, G. (1946). *Cent millions de morts*. Paris: Editions du Sagittaire.

Braga, T. (1881). *Dissolução do Sistema Monárquico Constitucional*. Lisboa: Nova Livraria Internacional.

Branco, A. F. (1917). Definindo Atitudes. *O Realista, 4,* 1. Funchal: Junta Regional Integralista da Madeira.

Branco, C. F. A. (1936). *Novelas Submarinas*. *Episódios históricos de submarinos portugueses e aliados durante a Grande Guerra.* Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora.

Branco, C., & Fernandes, A. (2018). *Grande Guerra (1914-1918) Os combatentes do Concelho de Torre de Moncorvo.* Lugar de Meãs, Vila Nova De Famalicão, Braga: Editora Húmus.

Branco, F. (1915). Pela Monarchia. *O Realista, 1,* 3-4.

Branco, J. F. (1987). *Camponeses da Madeira: As bases materiais do quotidiano no Arquipélago (1750-1900).* Lisboa: Publicações Dom Quixote.

Brandão, R. (1984). Os *Operários*. Lisboa: Biblioteca Nacional.

Brandão, R. (2017). *Memórias*. Lisboa: Quetzal Editores.

Brandão, R., & Pascoaes, T. (1994). *Correspondência*. Lisboa: Quetzal.

Brás, M. (2014). Identidade e representações: A cultura portuguesa em negativo. In M. M. Batista, J. E., Franco, & B. Cieszynska (Coord.), *Europa das Nacionalidades: Imaginários, identidades e metamorfoses políticas.* Coimbra: Grácio Editor.

Braudel, F. (1966). *La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II*. Paris: Librairie Armand Colin. (Trabalho original publicado 1949).

Breton, D. L. (2007). *A Sociologia do corpo* (S. M. S. Fuhrmann, Trad.). Rio de Janeiro: Editora Vozes.

Brun, M. A. (1923). *A Malta das Trincheiras. Migalhas da Grande Guerra. 1917-1918.* Lisboa: Guimarães & Cª - Editores.

Bruno, S. (1893). *Notas do Exílio (1891-1893)*. Porto: Livraria Internacional de Ernesto Chardron.

Bruno, S. (1987). *A ideia de Deus*. Porto: Lello & Irmão - Editores.

Buckingham, D. (2010). Cultura, educação mediática e o lugar da escolarização. *Educação & Realidade, 35*(3), 37-58.

Burnay, E. (1918). *Sete Annos Depois...A República Nova. Carta ao sr. Sidónio Paes, ínclito e invicto restaurador da ordem.* Lisboa: Lamas Motta & Cª Editores.

Cabral, A. (1933). *Cartas d´El-Rei D. Manuel II*. Lisboa: Livraria Popular de Francisco Franco.

Cacaly, S., & Otlet, P. (1997). *Dictionnaire encyclopédique de l'information et de la documentation*. Paris: Éditions Nathan.

Cadete, T. (2015). A Perda do Fio Narrativo Sobre a Insustentabilidade do Trágico na Contemporaneidade. *Philosophica, 46*, 9-17.

Caldwell, L., & Robinson, H. T. (2016). *The Collected Works of D. W. Winnicott* (Vol. 6, pp. 1960-1963). Oxford: Oxford University Press.

Camacho. (1906). *A Lucta, 41*.

Câmara Municipal de Lisboa. (1938). *Anais da Câmara Municipal de Lisboa*. Disponível em: https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/AnaisMunicipio/1938/1938_master/AnaisdoMunicipiodeLisboa1938.PDF

Câmara Municipal de Sintra. (2024). *Eléctrico de Sintra*. Disponível em: https://visitsintra.travel/pt/descobrir/electrico-de-sintra

Campos, A. (1922). *A mãe de todos os vícios*. Paris-Lisboa: Livraria Aillaud & Bertrand.

Canas, A. (2006). *Os submarinos em Portugal*. Lisboa: Prefácio Edição de Livros e Revistas Lda.

Candau, J. (1998). *Mémoire et identité.* Paris: PUF, Presses Universitaires de France (Sociologie d'aujourd'hui).

Candau, J. (2013). *Antropologia da Memória.* Lisboa: Instituto Piaget (Epistemologia e Sociedade).

Canha, G. S. (2019). *Esclarecimento*. Lisboa: Diário de Notícias (edição impressa).

Cantinho, M. J. (2015). *O Anjo Melancólico. Ensaio sobre o conceito de alegoria na obra de Walter Benjamin.* Lisboa: Nota de Rodapé edições.

Cardina, M. (2023). *O Atrito da Memória: Colonialismo, guerra e descolonização no Portugal contemporâneo*. Lisboa: Edições tinta-da-china Lda.

Cardoso, A. H. (2019). *Lugares do tempo e da memória: de Hiroshima a Marienbad*. Coimbra: Universidade de Coimbra. Disponível em https://www.academia.edu/41955849/Lugares_do_tempo_e_da_memória_de_Hiroshima_a_Marienbad

Carelli, A. E., Monteiro, S. D., & Pickler, M. E. V. (2008). A Ciência da Informação, Memória e Esquecimento. *DataGramaZero - Revista de Ciência da Informação, 9*(6).

Caresse, P. (2009). *Historie des Cuirrassés D'Escadre Iena & Suffren*. Outuan Le Vigen: Éditions Lela Press.

Carita, R. (2017, dezembro 17). *Aprender a Madeira*. Disponível em: https://aprenderamadeira.net/article/republica

Carita, R. (2020). Da Visita Régia à Queda da Monarquia. In *História da Madeira – século XX. O Caminho Para A Autonomia* (Vol. 6). Funchal: Imprensa Académica.

Carmelo, L. (s. d.). *O milagre de Ourique ou o mito nacional de sobrevivência.* Disponível em: http://bocc.ubi.pt/pag/carmelo-luis-Ourique.html

Carretero, M. (1962). *"Statuta Ecclesiae" y "Sacramenta Ecclesiae" en la Eclesiología de St. Tomás: Reflexión tomista sobre el Derecho de la Iglesia en paralelismo a la actual temática eclesiológico – canónica.* Roma: Pontificia Universitas Gregoriana.

Carvalho, C. V. (2013). *Memória e Mito dos Descobrimentos na Literatura do século XX.* (Tese de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra). Disponível em: https://hdl.handle.net/10316/23668

Carvalho, M. V. (1924). *A Segunda Divisão Portuguesa na Batalha do Lys (9 de abril de 1918) com duas carte e 15 gravuras extratexto e prefácio do Sr. General Tamagnini (Comandante do Corpo Expedicionário em França).* Lisboa: Lusitânia Editora.

Carvalho, P. S. (2020, maio 27). *Demências e falhas de memória*. Disponível em Hospital da Luz: https://www.hospitaldaluz.pt/pt/dicionario-de-saude/demencias-falhas-de-memoria

Carvalho, T. (1923). *Serviços do Notariado Português – reformas decretadas em 18 de setembro de 1922 e 2 de abril de 1923 com observações, notas e comentários*. Coimbra: Coimbra Editora Limitada (Antiga Livraria França & Arménio).

Casimiro, A. (1919). *Sidónio Pais: Algumas notas sobre a intervenção do Portugal na Grande Guerra.* Porto: Livraria Chardron de Lello & Irmão, Lda.

Casimiro, C. A. (1918). *Calvários da Flandres*. Porto: Renascença Portuguesa.

Castelo-Branco, S. E.-S., & Branco, J. F. (2003). *Vozes do Povo: A folclorização em Portugal*. Lisboa: Etnográfica Press.

Castenheira, J. P. (2010, agosto 02). Uma biografia de Salazar em 36 volumes. Disponível em Jornal Expresso: http://expresso.sapo.pt/dossies/dossiest_actualidade/doss_salazar_40_anos/uma-biografia-de-salazar-em-36-volumes=f595944

Castilho, A. F., & Pinto. F. A. N. S. (1853). *Estréias Poético-Musicais para o anno de LIII.* Lisboa: Typographia Académica.

Catroga, F. (1988a). *A Militância Laica e a Descristianização da Morte em Portugal (1865-1911)* (Vol. 1, pp. 489-612). Coimbra: Universidade de Coimbra.

Catroga, F. (1988b). O laicismo e a questão religiosa em Portugal (1865-1911). *Análise Social, XXIV*(100), 211-273.

Catroga, F. (2010). *O Republicanismo em Portugal. Da formação ao 5 de outubro de 1910.* Alfragide: Casa das Letras.

Cavalcanti, P. C. U. (Org.). (2005). *Convite à leitura de Gramsci*.

Certeau, M. (1980). *L'invention du quotidian: arts de faire*. Paris: Union Général d'Éditions.

Cesariny, M. (2005). *Poesia de Teixeira de Pascoaes* (A. C. Franco Ed.). Lisboa: Círculo de Leitores.

Chagas, J. (1930). *Diário de João Chagas - 1914.* Lisboa: Parceria António Maria Pereira. Livraria Editora.

Chaves, N. (2004). *Da "Página do Exército Português"*. Escola Prática de Infantaria : Direção de Formação, Escolas Práticas.

Chiaverini, J. (2023). *Operadoras de Guerra: Elas também ganharam a guerra*. Madrid: Harper Collins Ibérica S.A.

Cintra, L. F. L. (1969). Afonso X. In J. P. Coelho (Ed.), *Dicionário de Literatura*. Porto: Livraria Figueirinhas.

Clausewitz, C. (1976). *Da Guerra*. Lisboa: Ed. Perspectivas e Realidades.

Clifford, J. (1997). *Routes. Travel and Translation in the late Twentieth Century.* Harvard: Harvard University Press.

Clode, L. P. (1983). *Registo Biobibliográfico de Madeirenses: Séculos XIX e XX*. Funchal: Caixa Económica do Funchal.

Coelho, A. B. (1988). Cristãos-Novos, Judeus e os Novos Argonautas. In *Questionar a História. Coleção Universitária IV* (p. 117). Lisboa: Caminho.

Coelho, A. P. (1945). Teófilo Braga e Álvaro Rodrigues de Azevedo perante o romanceiro do Arquipélago da Madeira. In *O Romance Popular Português na obra de Teófilo Braga*. Lisboa: Livraria Central Editora.

Coelho, J. P. (1976). *Ao Contrário de Penélope.* Lisboa: Livraria Bertrand.

Coelho, M. T. P. (1996). *Apocalipse e Regeneração: O Ultimatum e a mitologia da Pátria na literatura finissecular.* Lisboa: Edições Cosmos.

Coelho. S.V. (2018). "O combatente português da grande guerra - fardamento e equipamento" in *Portugal na 1ª Guerra Mundial - Uma História Militar Concisa.* Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar.

Coimbra, A. F. (2000). *Paiva Couceiro e a Contrarrevolução Monárquica (1910-1919)*. Braga: Universidade do Minho.

Coimbra, L. (1935). *A Rússia de Hoje e o Homem de Sempre*. Porto: Livraria Tavares Martins.

Coles, A. (1999). *The optic of Walter Benjamin* (Vol. 3). Londres: Black Dog.

Comissão dos Padrões da Grande Guerra. (1936). *Relatório Geral da Comissão (1921-1936)*. Lisboa: Relatórios de Gerências da Liga dos Combatentes da Grande Guerra, Relatórios da Junta Patriótica do Norte.

Conservatório – Escola Profissional das Artes da Madeira. (s.d.). *História*. Disponível em: https://www.conservatorioescoladasartes.com/historia/

Contemporâneo, U. (1915). *O 14 de Maio e a Consolidação da República Portuguesa: Ecos da revolução com belas fotografias sobre os acontecimentos*. Porto: Typographia Luzitania.

Cordeiro, C. R. (2007). *O Sujeito fantástico: dualidade ou dualismo?* Coimbra: Centro de Literatura Portuguesa, Imprensa da UC.

Cordeiro, L. (1890). *Silva Porto* (2.ª ed.) Lisboa: Typ. do Commercio de Portugal.

Cordeiro, R. A. F. (2012). *Filantropia. As Cozinhas Económicas de Lisboa (1893-1911)*. Lisboa: ISCTE Instituto Universitário de Lisboa.

Cordeiro, V. A. (1921). *Vida do Beato Nuno Alvarez Pereira* (2.ª ed.). Lisboa: Livraria Catholica.

Correia, R. (1985). *Academia Almadense: Memória de 100 anos*. Almada: Academia Almadense.

Correia, S. (2010*). I Guerra Mundial em Portugal 1918-1933: Entre A Experiência e o Mito.* Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.

Cortázar, J. (1998). *Obra Crítica* (P. Wacht, & A. Toitman, Trad., Vol. 2). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Cortesão, J. (1917). *O Infante de Sagres: drama épico* (2.ª ed.). Porto: Renascença Portuguesa.

Cortesão, J. (1919). Memórias da Grande Guerra (1916-1919). In *Biblioteca Histórica* (Vol. 1). Lisboa: Portugália Editora.

Cortesão, J. (1969). *Obras Completas: Memórias da Grande Guerra* (Vol. 1). Lisboa: Portugália Editora.

Costa, A. (1976). Disc*ursos Parlamentares 1911-1914*. Lisboa: Livraria Bertrand.

Costa, F. (1917). *Almanach Bertrand*. Lisboa: Livrarias Aillaud e Bertrand.

Costa, G. G. (1918). *A Grande Batalha do C.E.P. – A batalha do Lys*. Lisboa: Livraria Franco.

Costa, J. P. (1987). Dominicanos Bispos do Funchal e de Angra (na Esteira de Frei Luís de Sousa). In *Actas do II Encontro sobre História Dominicana* (Vol. III). Porto: Editora do Minho.

Costa, J. R., Telo, A. J., Borges, J. V., Pires, N. L., & Rocha, J. S. (2015). *O assalto à Escola de Guerra, 1915-2015*. Lisboa: Ed. Academia Militar e Fronteira do Caos Editores.

Costa, T., & Gomes, L. (2018). Das Condutas de risco ao silêncio – Entrevista com David Le Breton. *Revista Teoria e Cultura, 13*(1). Doi: 10.34019/2318-101X.2018.v13.12409.

Couceiro, L. F. A., Vasconcelos, E., & Carvalho, A. L. N. (Coords.). (1890). *Carta da Ilha de S. Thiago (Cabo Verde)*. Lisboa: Commissão de Cartographia.

Couto, M. (2005). *Passatempos*. Lisboa: Editorial Caminho.

Cristino, L. (2010). As aparições do Anjo em 1915 e 1916. In *Santíssima Trindade adoro-Vos profundamente: Itinerário Temático do Centenário das Aparições de Fátima: 1º ciclo.* Fátima: Santuário de Fátima.

Cristo. H. (1912). *O Banditismo Político: A Anarchia em Portugal.* Madrid: Imp. de Gabriel López del Horno.

Cristóvão, M. S. P. (2018). *Um olhar Psicanalítico sobre o "Inferno de Alice": Um Estudo de Caso de uma Perturbação Dissociativa de Identidade.* (Dissertação de Mestrado, ISPA). Disponível em: http://hdl.handle.net/10400.12/6769

Crosby, A. W. (2003). *America´s Forgotten Pandemic*. Cambridge: Cambridge University Press.

Cruz, J. M. (1985). *Arquipélago da Madeira – Um roteiro fílmico*. Lisboa: Cinemateca Portuguesa.

Cruz, M. B. (1980). Os católicos e a política nos finais do século XIX. *Análise Social, XVI*(61-62), 259-270. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

Cruz, M. B. (1988). *O Partido e o Estado no Salazarismo*. Lisboa: Editorial Presença.

Cruz, P. (1917). *A Acção do Estado nas suas relações com a Egreja Catholica*. Lisboa, Casa Catholica.

Cruz, P. (2015, junho 29) *A longa luta de Macau pela água potável.* Disponível em Revista Macau: *http://www.revistamacau.com/2015/06/29/a-longa-luta-de-macau-pela-agua-potavel/*

Cruz, V. P. (1928). *Paixão e morte de Sidónio.* Funchal: Tipografia Esperança.

D'Orsi, A. (2017). *1917 o ano que mudou o mundo*. Lisboa: Bertrand Editora.

Dantas, Z. F. (2016). *Academia de Música e Belas Artes da Madeira- Instrumentos Descritivos.* Funchal: Arquivo regional e biblioteca pública da Madeira.

Debord, G. (2021a). *A Sociedade do Espetáculo* (F. Alves, & A. Monteiro, Trad.). Lisboa: Antígona.

Debord, G. (2021b). *Comentários Sobre a Sociedade do Espetáculo* (J. Henriques, Trad.). Lisboa: Antígona.

Decreto 2350, de 20 de Abril. (1916). *Diário do Governo n.º 77/1916*, 1º Suplemento, Série I de 1916-04-20.

Decreto n.º 3997, de 30 de março. (1918). *Diário do Governo n.º 64/1918*, Série I de 1918-03-30.

Deleuze, G. (1999). *Bergsonismo.* Tradução de Luiz Orlandi. São Paulo: Editora 34.

Desvignes, A. I. S. (2006). *António Sardinha (1887-1925): Um Intelectual no Século.* Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.

Desvignes, A. I. S. (2008). *Correspondência de António Sardinha* para *Ana Júlia Nunes da Silva (1910-1912)*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa Editora.

Desvignes, A. I. S. (2022). *Tempos De Exílio. Correspondência De António Sardinha Para Ana Júlia Nunes Da Silva Sardinha (1918-1921).* Lisboa: Universidade Católica Portuguesa Editora.

Diário da Câmara dos Deputados, n.º 126. (1917). Disponível em: https://debates.parlamento.pt/catalogo/r1/cd/01/02/02/126/1917-08-22?sft=true#p1

Diário da Câmara dos Deputados, n.º 71, 22, 23 e 24. (1917). Revolta da Batata (maio 1917). Disponível em: https://www.parlamento.pt/Parlamento/Paginas/revolta-batata.aspx

Diário do Senado, n.º 60. (1917). Disponível em: https://debates.parlamento.pt/catalogo/r1/cs/01/02/02/060/1917-05-24/0003

Dias, C. M. (1919). *A esperança e a morte*. Lisboa: Portugal - Brasil limitada, sociedade editora.

Dias, J. M. B. (2011). *A Visão Política de Teixeira de Pascoaes.* Évora: Universidade de Évora.

Dias, M. A. (2017, janeiro 31). *A Primeira Guerra Mundial tem cem anos – os primeiros combatentes portugueses embarcaram para a França há cem anos*. Disponível em A Voz de Ermesinde, Jornal online: http://www.avozdeermesinde.com/noticia.asp?idedicao=335&idseccao=3693&id=10587&action=noticia

Dickens, C. (2017). *Oliver Twist* (M. Domingues, Trad.). Silveira: E-primatur.

Didi-Huberman, G. (1998). *O que vemos, o que nos olha* (P. Neves, Trad.). São Paulo: São Paulo Editora.

Didi-Huberman, G. (2011). *O que nós vemos. O que nos olha* (A. Golgona, & J. P. Cachopo, Trad.). Porto: Dafne Editora.

Dietrich, H. (2000). *Regime di controlo delle frontieri e nuove migrazioni nell´Europadi Schengen. Il caso tedesco*. Mezzadara e Petrillo

Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira. (1914). *Retrato do capitão João Nepomuceno de Freitas (três quartos).* Disponível em: https://arquivo-abm.madeira.gov.pt/details?id=625725&detailsType=Description.https://ahmexercito.defesa.gov.pt/viewer?id=126150&FileID=1135161&recordType=Description

Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira. (1936). Disponível em: https://bibliotecaabm.madeira.gov.pt/media/publicacoesPeriodicas/Jornais/DiarioNoticias/1936/PT-ABM-COLJOR-DN_19360405.pdf

Direcção-Geral de Arquivos. (2019, agosto 02). *Empresa Pública Jornal O Século*. Disponível em: https://digitarq.arquivos.pt/details?id=1009215

Dolabella, R. P. U. (2009). *Informação e Contra Informação: A Guerra de Cérebros*. Belo Horizonte: Lastro EGL.

Domenach, J. M., Clair, A., & Chirpaz, F. (1970). *Marcuse: contestação, filosofia e utopia*. Lisboa: MORAES editores.

Domenach, J.-M. (1968). *O Retorno do Trágico.* Lisboa: MORAES Editores.

Drummond, W. (1681). *The genealogy of the most noble and ancient house of Drummond*. Glasgow: A. Balfour & Co. Disponível em: https://www.electricscotland.com/webclans/dtog/drummond.pdf

Duarte, M. D. (2010). A iconografia da Senhora de Fátima: da criação ex nihilo às composições plásticas dos artistas. *Cultura, Revista de História e Teoria das Ideias, 27*, 235-270. Doi: 10.4000/cultura.338

Duarte, M. D. (Ed.). (2020). Os papas peregrinos de Fátima: os discursos do "bispo vestido de branco"sobre Fátima no contexto das Peregrinações à Cova da Iria. In *Fátima, hoje: que caminhos?* (pp. 111-152). Fátima: Santuário de Fátima.

Duarte, T. (1941). *Sidónio Pais e o seu consulado*. Lisboa: Portugália.

Durkheim, É. (1982). *As regras do método sociológico*. São Paulo: Companhia Editorial Nacional.

Durkheim, É. (2002). *As formas elementares da vida religiosa* (P. Neves, Trad.). Oeiras: Celta. (Trabalho original publicado 1912).

Durkheim, É. (Ed.). (2007). O que é o facto social?. In *As regras do método sociológico* (3.ª ed). São Paulo: Martins Fontes.

Duvignaud, J. (1982). *Durkheim* (J. J. Braga, Trad.). Lisboa: Edições 70.

Eagleman, D. (2017). *O Cérebro à descoberta de quem somos*. Alfragide: Lua de Papel.

Eagleton, T. (1993). *A Ideologia da Estética* (M. S. R. Costa, Trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda.

Eagleton, T. (2003). *A Ideia de Cultura* (S. Rodrigues, Trad.). Lisboa: Temas e Debates – Atividades Editoriais Lda.

Eagleton, T. (2006). *Teoria da Literatura: uma introdução* (W. Dutra, Trad.). São Paulo: Martins Fontes.

Eagleton, T. (2021). *Como ler literatura* (M. Martins, Trad.). Lisboa: Edições 70.

Eagleton, T. (2022). *Sobre o Mal* (P. E. Duarte, Trad.). Lisboa: Edições 70.

Eagleton, T. (2023). *Tragédia* (I. Fraga, Trad.). Lisboa: Edições 70.

Eliade, M. (2019). *O Mito do Eterno Retorno* (M. Torres, Trad.). Porto: Edições 70. (Trabalho original publicado 1969).

Eliot, T. S. (1948). A Message to the Fish (V. A. Amaral, E. M. Cogo, & E. Dall'Bello, Trad.). In S. Givens (Ed.), *James Joyce: Two Decades of Criticism* (pp. 468-471). Nova York: Vanguard Press.

Eliot, T. S. (1988). *Notas Para Uma Definição de Cultura* (G. G. Souza, Trad.). São Paulo: Perspectiva. (Trabalho original publicado 1948).

Ennis, G. (2023). *Dark PR: How corporate disinformation harms our health and the environment*. Québec: Daraja Press.

Escola Secundária Jaime Moniz. (2024). Disponível em: https://jaimemoniz.com/wp/

Esteireiro, P. (2016). *Uma história social do piano - Emergência e declínio do piano na vida quotidiana madeirense (1821-1930)*. Lisboa: Edições Colibri.

Farinha, L. (1998). *O reviralho. Revoltas republicanas contra a ditadura e o Estado Novo. 1926-1940*. Lisboa: Estampa.

Fazio, M. (2014). *Fundamentos da Cultura Contemporânea*. Lisboa: Moinho Velho.

Fediukin, A. (1976). *A Grande Revolução de Outubro e os Intelectuais, Progresso, o país dos Sovietes* (F. Pita, Trad.). Moscovo: Editorial Progresso.

Fernandes, F. J. V. (2018). *Coronel Nepomuceno de Freitas – das trincheiras da Flandres à gestão dos Hospitais Civis de Lisboa*. Funchal: Editora O LIBERAL.

Ferrão, C. (1965). *O Integralismo e a República – Autópsia de um mito* (Vol. 1). Lisboa: Inquérito.

Ferreira, A. C. (2018). *Émile Durkheim: o social, o político e o jurídico.* Porto: Vida Económica.

Ferreira, A. J. (2007). *Enciclopédia de Fátima*. Lisboa: Principia 2007.

Ferreira, D. (1985). Governo Provisório Republicano. In *Dicionário de História de Portugal* (Vol. III). Porto: Livraria Figueirinhas.

Ferreira, F. M. (2007). O Portugal dos "Acácios»: o Conselheiro do Constitucionalismo Monárquico. *Revista de História das Ideias, 28*, 194-221.

Ferreira, J. M. (1996). *O Comportamento Político dos Militares*. Lisboa: Editorial Estampa.

Ferreira, M. C. (1921). *João Ninguém Soldado da Grande Guerra| Impressões humorísticas do C.E.P. 1917-1919.* Lisboa: Oficinas dos Serviços Gráficos do Exército.

Ferreira, M. E. T. (1997). *Romanceiro | Almeida Garrett*. Lisboa: Ulisseia.

Ferry, L. (2011). *A Revolução do Amor para uma espiritualidade laica.* Lisboa: Temas e Debates | Círculo de Leitores.

Figueira, P. (2022). *João dos Reis Gomes – contributo literário para a divulgação da História da Madeira*. Funchal: Húmus.

Figueiredo, M. C., & Alves, S. (2016). *Postal da Grande Guerra: Bombardeamento do Funchal.* Lisboa: RTP.

Fiore, Q., & Mcluhan, M. (1967). *The Medium is the Message: An Inventory of Effects*. Harmondsworh: Penguin

Fivush, R., & Nelson, K. (2004). Culture and language in the emergence of autobiographical memory. *Psychological science*, *15*(9), 573-577. Doi : 10.1111/j.0956-7976.2004.00722.

Fleming, H. (2001.) Max Planck e a ideia do quantum. In M. S. Hussein & S. R. A. Salinas (Eds.), *100 Anos de Física Quântica*. São Paulo Editora: Livraria da Física.

Fonseca, F. (1911). *Diário da Assembleia de 4 de agosto*.

Fontinha, S. S., Henriques, D., & Reis, F. (2013). *A Madeira Rural. Rural Madeira.* Funchal: Associação de Desenvolvimento da Região Autónoma da Madeira (ADRAMA).

Fontoura, M. P., & Velério, N. (1994). A evolução económica de Angola durante o segundo período colonial: Uma tentativa de síntese. *Análise Social, XXIX* (129), 1193-1208.

Fosse, J. (2023). *O Eu é um Outro. - Septologia III-V* (L. Martins, Trad.). Lisboa: Cavalo de Ferro.

Foucault, M. (1976). *Histoire de La Sexualité*: *La Volonté de Savoir.* Paris: Gallimard. Bibliotheque Des Histoires.

Foucault, M. (1984). Of Other Spaces: Utopias and Heterotopias (J. Miskowiec, Trad.). In *Architecture, Mouvement, Continuité*. (Trabalho original publicado 1967).

Frade, P. M. (1992). *Figuras do espanto: a fotografia antes da sua cultura*. Porto: ASA.

Fralon, J.-A. (2000). *A Good Man in Evil Times: Aristides de Sousa Mendes - The Unknown Hero Who. Saved Countless Lives in WWII* (P. Graham, Trad.). New York: The Viking Press.

Franco, J. E. (2006). *O Mito dos Jesuítas I*. Lisboa: Gradiva.

Franco, J. E. (2006b). *O Mito dos Jesuítas Em Portugal, no Brasil e no Oriente*. Lisboa: Gradiva.

Franco, J. E. (2007). *O Mito dos Jesuítas II*. Lisboa: Gradiva.

Franco, J. E. (2010). *Dicionário Histórico das Ordens institutos religiosos e outras formas de vida consagrada católica em Portugal*. Lisboa: Gradiva.

Franco, J. E. (2010). *Ordens e Congregações Religiosas no Contexto da I República*. Lisboa: Gradiva.

Franco, J. E. (2019). *Dicionário dos Antis: a cultura portuguesa em negativo*. Lisboa: INCM – Imprensa Nacional Casa da Moeda.

Freud, S. (1917). *Sigmund Freud - Uma Neurose Infantil e Outros Trabalhos (1917 - 1918).* Rio de Janeiro: Imago.

Freud, S. (1976). *Uma neurose infantil e outros trabalhos (1917-1918)*. Rio de Janeiro: Imago.

Freud, S. (1984). La négation. In *Résultats, idées, problèmes* (Vol. II). Paris: P.U.F.

Frutuoso, G. (1968). *Livro Segundo das Saudades*. Ponta Delgada: Instituto Cultural de Ponta Delgada.

Fuentes, C. (2013). *Gabo, Memórias da Memória.* Lisboa: Dom Quixote.

Fukuyama, F. (2018). *Identidades: A exigência de dignidade e a política do ressentimento* (M. F. Costa, Trad.). Alfragide: D. Quixote.

Fumaroli, M. (1991). *L´État Culturel. Essai sur une Religion Moderne.* Paris: Éditions du Fallois. (Trabalho original publicado 1918).

Fundação Calouste Gulbenkian. (s.d.). Disponível em: https://gulbenkian.pt/

Fundação Livraria Esperança. (s.d.). *História*. Disponível em: http://livraria-esperanca.pt/loja/historia.aspx

Fundação Mário Soares. (s.d.). Disponível em: http://www.fmsoares.pt/aeb/crono/id?id=040543

Gasset, J. O. (2011). *Meditaciones del Quijote*. Madrid: Alianza Editorial. (Trabalho original publicado 1914).

Gauchet, M. (1985). *Le Désenchantement du Monde*. Paris: Gallimard, Folio Essais.

Gaudeamus. (s.d.). *A nossa origem*. Disponível em: https://gaudeamus.pt

Gell, A. (2014). *A Antropologia do Tempo. Construções Culturais de Mapas e Imagens Temporais* (V. Joscelyne, Trad.). Petrópolis/RJ: Vozes.

Gellner, E. (1964). *Thought and Change*. London: Weinfield & Nicolson.

Gil, J. (2009). *Em busca da identidade - o desnorte.* Lisboa: Relógio d´Água Editores.

Gil, J. (2023). *Morte e Democracia*. Lisboa: Relógio d´Água Editores.

Giraldes, M. N. (1870). *O Papa-Rei e o concilio.* Lisboa: Typographia Universal.

Godinho, V. M. (1991). O naufrágio da memória nacional e a Nação no horizonte do marketing. In F. Bethencourt & D. R. Curto (Orgs.), *A Memória da Nação (*pp. 15-28). Lisboa: Sá da Costa Editora.

Gomes, A. C., Franco, J. E., & Mourão, J. A. (2010). *Dicionário Histórico das Ordens e Instituições Afins em Portugal*. Lisboa: Editora Gradiva.

Gomes, F. F., & Viríssimo, N. (1983). *A Madeira e o Sidonismo*. Funchal: Governo regional da Madeira, direção regional dos assuntos culturais.

Gomes, J. F. (1989). *O Marquês de Pombal e as reformas do ensino.* Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica.

Gonçalves, M. A. O. L., & Gonçalves, A. A. (1972). *Singular Vida de Homem Cristo*. Edição dos autores.

Gotlib, N. B. (2013). *Clarice. Uma Vida Que Se Conta*. São Paulo: Editora Ática.

Gouveia, M. L. C. (2020). *As Levadas da Ilha da Madeira: Património sociocultural e linguístico (contribuição para o processo de candidatura a Património Mundial da UNESCO)* (Relatório de Estágio de Mestrado, Universidade da Madeira). Disponível em: https://digituma.uma.pt/bitstream/10400.13/3429/1/MariaGouveia_linguistica.sociedades.culturas_NaideaNunes.pdf

Grácio, R. (1971). Ensino Primário e Analfabetismo. In J. Serrão (Dir.), *Dicionário de História de Portugal* (Vol. II). Porto: Figueirinhas.

Graínha, M. B. (1913). *História do Colégio de Campolide da Companhia de Jesus escrita em latim pelos Padres do mesmo Colégio onde foi encontrado o Manuscrito*. Coimbra: Imprensa da Universidade.

Graínha, M. B. (1913). *História do Colégio de Campolide da Companhia de Jesus escrita em latim pelos Padres do mesmo Colégio onde foi encontrado o Manuscrito*. Coimbra: Imprensa da Universidade.

Gramsci, A. (1917). *Os Maximalistas Russos* (J. A. L. Gonçalez, Trad.). Torino: Il Grido del Popolo. Disponível em: http://www.gramsci.org.ar/index.htm

Griffin, E. (2011). *A First Look at Communication Theory*. New York: McGraw-Hil.

Gruen, A. (1995). *A Loucura da Normalidade. O realismo como doença*: *uma teoria fundamental da destrutividade humana* (L. Nahodil, Trad.). Lisboa: Assírio & Alvim.

Guedes, M. (1943). *Aliança Inglesa (1373-1943)*. Lisboa: Editorial Enciclopédia.

Guevara, G. M. (1997). *As Relações Luso-Alemãs Antes da Primeira Guerra Mundial: A questão da Concessão dos Sanatórios da Ilha da Madeira.* Lisboa: Edições Colibri.

Guilherme, W. D. (2020). *História e as Práticas de Presentificação e Representação do Passado.* Ponta Grossa Paraná: Atena Editora.

Halbwachs, M. (1925). *Les cadres sociaux de la mémoire.* Paris: Félix Alcan.

Halbwachs, M. (1950). *La Mémoire Collective.* Paris: PUF.

Halbwachs, M. (1990). *A memória coletiva* (L. Schaffter, Trad.). São Paulo: Edições Vértice.

Halbwachs, M. (2013). *A Memória Coletiva* (B. Sidou, Trad.). São Paulo: Ed. Centauro.

Hall, E. T. (1959). *The Silent Language*. New York: Doubleday.

Hall, E. T. (1986). *A Dimensão Oculta.* Lisboa: Relógio D'Água.

Hall, S. (1994). Cultural identity and diaspora. In P. Williams & L. Chrisman (Eds.), *Colonial discourse, and post-colonial theory: a reader* (pp. 227-237). London: Harvester Wheatsheaf.

Hall, S. (2003). *Da diáspora-Identidades e Mediações culturais.* Belo Horizonte: UFMG.

Helder, H. (1977). Memória, Montagem. In *Cobra* (pp. 9-15). Lisboa: & Etc.

Hemingway, E. (1958). *O Adeus às Armas* (A. C. Monteiro, Trad.). Lisboa: Editora Ulisseia, Limitada.

Henriques, J. A. (1928). *Navegação Submarina. VIII. O "Espadarte".* Lisboa: Imprensa da Armada.

Hill, C. (2009). *Consciousness.* Cambridge: Cambridge University Press.

Hirota, C. M. O., Haddad, M. D. C. L., & Guariente, M. H. D. (2008). Pé diabético: o papel do enfermeiro no contexto das inovações terapêuticas. *Ciência, cuidado e saúde*, *7*(1), 114-120. Disponível em : https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/CiencCuidSaude/article/view/4955/3218

Hobsbawm, E. (1996). *A Era dos Extremos breve história do século XX 1914-1991* (M. Santarrita, Trad.). Lisboa: Editorial Presença.

Hobsbawm, E. J. (1978). *A Era das Revoluções.* Lisboa: Editorial Presença.

Hofstede, G. (2001). *Culture's Consequences: comparing values, behaviors, institutions, and organizations across nations* (2.ª ed.). Thousand Oaks, CA: SAGE Publications.

Hofstede, G., & Hofstede, G. J. (2005). *Cultures and organizations: software of the mind: Revised and expanded* (2.ª ed.). New York: McGraw-Hill.

Homem, A. C. (1992). O Ultimatum inglês e a opinião pública. *Revista de História das Ideias, 14*, 281-296. Doi: 10.14195/2183-8925_14_12

Honrado, A. (2007). *RTP 50 Anos de História*. Lisboa: Rádio e Televisão de Portugal S.A.

Howard, A., & Serén, M. C. (2001). Manual do Cidadão Aurélio da Paz dos Reis. In *O Porto e os seus Fotógrafos*. Porto: Porto Editora.

Hutton, P. H. (1993). *History as na Art of Menory.* Hanover, N.H.: University Press of New England.

Huyssen, A. (2014). *Práticas de Memória do Nosso Tempo.* Lisboa: Universidade Católica Editora.

Iceta, M. (2004). *La moral cristiana habita en la Iglesia: perspectiva eclesiológica de la moral en Santo Tomás.* Pamplona: Eunsa.

Ilustração Portugueza. (1913). A exposição gráfica na Imprensa Nacional. *lllustração Portugueza, 399*, 418-423.

Indigenous Values Initiative. (2018, julho 23). *Dum Diversas*. Disponível em Doctrine of Discovery Project: https://doctrineofdiscovery.org/dum-diversas/

Instituto Nacional de Estatística. (2014). *1890 - 1 de dezembro (III Recenseamento Geral da População)*. Disponível em INE: https://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=censos_historia_pt_1890

Irmã Lúcia. (2010). *Memórias da Irmã Lúcia I* (14.ª ed). Fátima: Secretariado dos Pastorinhos.

Jackson, C. C.-L. (1874). *Fair Lusitana*. London: Richard Bentley and Son.

Jacob, F. (1970). *La logique du vivent. Une histoire de l'hérédité.* Paris : Gallimard.

Janes, E. (1997). *Nacionalismo e Nacionalistas na Madeira nos Anos Trinta (1928-1936).* Funchal: CEHA- Centro de Estudos de História do Atlântico.

Janes, J. (2020). Nacionalismo e Nacionalistas. *Arquivo Histórico da Madeira, Nova Série* (2). (Trabalho original publicado 1997).

Jorge, R. (1899). *A Peste bubónica no Porto. Seu descobrimento – Primeiros trabalhos*. Porto: Câmara do Porto.

Jorge, R., Rego, B., & Júnior, S. (1999). *Porto: peste 1899*. Porto: Ministério da Cultura; Centro Português de Fotografia.

Joyce, M. (1922). *Ulisses* (A. Houaiss, Trad.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Junger, E. (2004). *Tempestades de Aço.* Lisboa: Guerra & Paz.

Junqueiro, G. (1946). *Os Simples (poesias líricas)*. Lisboa: Parceria António Maria Pereira | Livraria Editora.

Kafka, F. (1997). *Carta ao Pai* (M. Carone, Trad.). São Paulo: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado 1919).

Kafka, F. (2002). *Carta ao pai* (M. A. S. Melo, Trad.). In *Diários*. Algés: Difel.

Kahn, J. (2001). Anthropology and modernity. *Current anthropology*, *42*(5), 651-680. Doi: 10.1086/322558

Khron, R. G. S. (1906). *Führer Durch Madeira* (J. F. Branco, Trad.). Berlim: Verlag der Madeira – Actien – Gesellschaft.

Kirschhausen, B. (2023). Les Provinces du Temps – Frontières fantômes et expériences de l´histoire. In *Espaces et milieux*. Paris : CNRS Éditions.

Kohler, A. (2021). *O Tempo que Passa – um ensaio sobre a espera* (P. Rêgo, Trad.). Lisboa: Guerra & Paz, Editores.

Krauss, R. E. (1986). *The Originality of the Avant-garde and Other Modernist Myths.* Cambridge, Massachusetts London, England: MIT Press.

Kristeva, J. (1974). *Introdução à Semanálise* (L. H. França, Trad.). São Paulo: Perspetiva. Tradução de Lúcia Helena França

Kristeva, J. (1989). *Sol negro: Depressão e melancolia.* Rio de Janeiro: Rocco.

Kroeber, A. L., & Kluckhohn, C. (1952). *Culture: A Critical Review of Concepts and Definitions*. Cambridge, Massachusetts: Peabody Museum Press.

Kuiper, K. (2024, maio 23). *Modernism*. Disponível em Encyclopaedia Britannica: https://www.britannica.com/art/Modernism-art

Kundera, M. (1978). *O Livro do Riso e do Esquecimento* (T. B. C. Fonseca, Trad.). Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

Kundera, M. (1986). *A Insustentável Leveza do Ser* (J. Varela, Trad.). Lisboa: Dom Quixote. (Trabalho original publicado 1983).

Lacerda, A. (1998). *O fenómeno religioso e a simbólica*. Lisboa: Guimarães Editores, Lda.

Lamas, M. (1956). A*rquipélago da Madeira: Maravilha Atlântica.* Funchal: Editorial Eco do Funchal.

Landero, L. (2019). *Chuva Miúda* (M. F. Mochila, Trad.). Porto: Porto Editora.

Le Bon, G. (2020). *Psicologia das multidões* (A. J. F. Silveira, Trad.). Lisboa: Bookbuilders. (Trabalho original publicado 1947).

Le Goff, J. (1990). Memória. In *Enciclopédia Einaudi*.

Le Goff, J., & Fruong, N. (2006). *Uma história do corpo na Idade Média*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Le Thorel-Daviot, P. (1999). *Petit dictionnaire des artistes modernes*. Paris: Larousse.

Lee, J. M. (1917). *History of American Journalism*. Boston: Houghton Mifflin.

Legislação Republicana. (s.d.). *Primeiras Leis da República Portuguesa - 1910-1911*. Lisboa: Tipografia Palhares.

Legoff, J. (1990). *História e Memória* (B. Leitão et al., Trad.). Campinas: UNICAMP. (Trabalho original publicado 1924).

Leitão, R. A. (1965). Uma polémica real. Polemica de D. Pedro V com o capitão Luís Pimentel. *Separata dos Anais da Academia Portuguesa de História, 2*(15), 89-131. Lisboa: Academia Portuguesa de História.

Leroi-Gourhan, A. (1964). *Le geste et la parole* (Vol. I). Paris: Albin Michel.

Leroi-Gourhan, A. (1987). O gesto e a palavra (E. Godinho, Trad., Vol 2). In *Memória e ritmos*. Lisboa: Edições 70.

Lévi-Strauss, C. (1989). *Raça e História* (I. Canelas, Trad.). Lisboa: Editorial Presença. (Trabalho original publicado 1952).

Lévy-Strauss, C. (2017). *Antropologia Estrutural*. Ubu EditoraI: São Paulo.

Lewkowicz, N. (2018). *The United States, the Soviet Union, and the geopolitical implications of the origins of the Cold War*. London: Anthem Press.

Liberato, C. M. L. R. (2016). *A expulsão dos alemães em 1916: O caso do Porto*. Porto: Omni Tempore - Encontros da Primavera.

Libreria Editrice Vaticana. (s.d.). *Carta Encíclica «Rerum Novarum» do Sumo Pontífice Papa Leão XIII a Todos os Nossos Veneráveis Irmãos, os Patriarcas, Primazes, Arcebispos, e Bispos do Orbe Católico, em Graça e Comunhão com a Sé Apostólica*. Disponível em: https://www.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum.html

Lispector, C. (1999). *Um sopro de vida*. Rio de Janeiro: Rocco.

Llosa, M. V. (2013). *A Civilização do Espetáculo* (I. Benedeti, Trad.). Rio de Janeiro: Objectiva.

Loftus, E. F., & Palmer, J. C. (1974). Reconstruction of automobile destruction: An example of the interaction between language and memory. *Journal of Verbal Learning and Verbal Behavior, 13*, 585-589. doi:10.1016/S0022-5371(74)80011-3

Lopes, A. R. (s.d.) *Patologia do Patriotismo.* Lisboa-Paris: Aillaud e Bertrand.

Lopes, C. A. (2013, junho 25). *Transporte de Tropas para França*. Disponível em: https://www.momentosdehistoria.com/MH_02_01_Marinha.htm

Lopes, F. (1996). *Fotografia e Modernidade*. Covilhã: Universidade da Beira interior.

Lopes, T. R. (1990). Pessoa por Conhecer. In *Textos para um Novo Mapa*. Lisboa: Estampa.

Lose, A. D., Magalhães, L. B. S., Querino, C. C. F. G., Luz, E. C., & Nascimento, T. E. S. (2020). *Pesquisando Acervos* (Vol. 1). Salvador, Bahia, Brasil: Memória & Arte.

Lotman, Y. M. (1989). *Cultura y explosión*. *Lo previsible y lo imprevisible en los procesos de cambio social* (D. Nuschietti, Trad.). Barcelona: Gedisa.

Loureiro, A. (1910). Os Portos Marítimos de Portugal e Ilhas Adjacentes. In *Arquipélago da Madeira* (vol. V). Lisboa: Imprensa Nacional.

Lourenço, E. (2004a). *A Nau de ícaro seguido de Imagem e Miragem da Lusofonia*. Lisboa: Gradiva.

Lourenço, E. (2004b). *O Labirinto da Saudade*. Lisboa: Gradiva.

Lourenço, E. (2017). *Da Pintura – Transcrição, organização e prefácio de Barbara Aniello*. Lisboa: Gradiva.

Lousada, A. P. (2016). *A Transformação e Lições da Grande Guerra*. Lisboa: Revista Militar.

Löwy, M. (2005). *Walter Benjamin: Aviso de Incêndio. Uma leitura das teses "Sobre o conceito de História"* (W. N. Brant, Trad.). São Paulo: Boitempo.

Löwy, M. (2016). *Utopias: Ensaios sobre política, história, religião*. Lisboa: Ler Devagar | edições unipop.

Lunacharsky A. V. (1980). *Lenin through the eyes of Lunacharsky*. Soviet Union: Novosti Press Agency Pub. House

Maalouf, A. (2023). *As Identidades Assassinas*. Barcarena: Editorial Presença, Lda.

Machado, J. J. (1895). *O Território de Manica e Sofala sob a Administração da Companhia de Moçambique: Comunicação à Sociedade de Geographia de Lisboa*. Lisboa: Imprensa Moderna.

Machado, J. P. (2003). *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa* (Vol. I). Lisboa: Livros Horizonte.

Madureira, A. (2003). *A Questão Religiosa na I República: Contribuições para uma autópsia.* Lisboa: Livros Horizonte.

Madureira, J. (1980). Machado Santos, o republicano recalcitrante. In *Machado Santos, a Carbonária e a Revolucão de Outubro* (pp. 9-21). Lisboa: História Crítica.

Magalhães, J. (2012). República e Regimentação Escolar: o Estatuto Fundante da 1a Reforma Republicana do Ensino Primário. In A. Adão, C. M. Silva, & J. Pintassilgo (Org.), *O*

Homem vale, sobretudo, pela educação que possui: Revisitando a primeira reforma republicana do ensino infantil, primário e normal. Lisboa: Instituto de Educação da Universidade de Lisboa.

Magno, D. (1921). *Livro da Guerra: Portugal na Flandres*. Porto: Companhia Portuguesa.

Magro, A. (1912). *Abílio Magro: A Revolução de Couceiro: Revelações Escandalosas, Confidências, Crimes*. Porto: Imprensa Moderna.

Maia, J. (1980). O poder de símbolo de Teixeira de Pascoaes. In AA. VV. (Ed.), *Pascoaes, comemorando o primeiro centenário do nascimento do Poeta.* Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda.

Major, D. (2017). Da Monarquia para a República: os oficiais do Exército perante o 5 de Outubro. *História: revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, *7*(2), 116-137. Doi : 10.21747/0871164X/hist7_2a7

Malraux, A. (1967). *Antimemémoires* (Vol. 1). Paris: Gallimard.

Maltez, J. A. (1917). *Anuário*. Disponível em: http://maltez.info/respublica/portugalpolitico/acontecimentos/1917.htm

Malveiro, J. P. (2018). *José Júlio da Costa, O Famigerado Herói do Crime Grande da Estação do Rocio.* Gaeiras: Sinapsis Editores, Aletheia XXI.

Mannheim, K. (1969). *Ideologie und utopie.* Frankfurt: Verlag G. Schulte-Bulmke. (Trabalho original publicado 1929).

Mariana, M. S. (1995). *Introduccion al libro manuscrito*. Madrid: Editorial Guarda Libros.

Marie, J.-J. (2017). *La Guerre des Russes Blancs -1917-1920*. Paris: Éditions Tallandier.

Marino, L. (2022, agosto 19). *Nota biográfica do Dr. António Balbino Rego, Luís Marino, Funchal, 1990 (c.), ilha da Madeira*. Disponível em: https://www.arquipelagos.pt/imagem/nota-biografica-do-medico-antonio-balbino-rego/

Marques, A. H. O. (1972). *Afonso Costa*. Lisboa: Editora Arcádia.

Marques, A. H. O. (1974). *O Segundo Governo de Afonso Costa: Atas dos Conselhos de Ministros.* Lisboa: Europa América.

Marques, A. H. O. (1977). *O Terceiro Governo Afonso Costa – 1917 (Actas dos Conselhos de Ministros).* Lisboa: Livros Horizonte.

Marques, A. H. O. (1998). Dirigentes das Maçonarias Portuguesas. In A Maçonaria em Portugal (pp. 101-112). Lisboa: Ed. Gradiva. Disponível em: https://members.tripod.com/gremio_fenix/dirigentes.html

Marques, F. P. (2022). *Quem Manda? - Nacional-Salazarismo e Estado Novo* (Vol. II). Lisboa: Gradiva.

Marques, O. A. H. (1985). *Dicionário de Maçonaria Portuguesa*. Lisboa: Delta.

Marta, E. (2012, setembro 26). *«À la minuta»*. Disponível em Ciberdúvidas da Língua Portuguesa: https://ciberduvidas.iscte-iul.pt/consultorio/perguntas/a-la-minuta/31537

Martins, A. M. (1979). *Cartas da Irmã Lúcia* (2.ª ed). Porto: Livraria Apostolado da Imprensa.

Martins, D. S. (1995). *Estudos de Pesquisa Sobre a Intervenção Portuguesa na 1ª Guerra Mundial (1914-1918) na Flandres.* Lisboa: Centro Gráfico do Exército.

Martins, F. (1934). *Portugal na Grande Guerra* (Vol. II). Lisboa: Empresa Editorial Ática.

Martins, F. A. O. (1946). *O «Ultimatum» Visto Por António Enes. Com um estudo biográfico por F. A. Oliveira Martins*. Lisboa: Editora Parceria A.M. Pereira.

Martins, G. F. (1938). *Portugal na Grande Guerra*. In *A Marinha Portuguesa na Grande Guerra Mundial*. Lisboa: Editorial Ática, Lda.

Martins, G. O. (2009). *Património, herança e memória*. Lisboa: Gradiva.

Martins, H. (1998). *Classe, status e poder*. Lisboa: I.C.S.

Martins, J. P. O. (1926). *Correspondência*. Lisboa: Parceria António Maria Pereira.

Martins, M. F. (2000). *As Trevas Inocentes.* Lisboa: Aríon Publicações Lda.

Martins, M. F. (2018). *Intimidades.* Fundação Engenheiro António de Almeida. Universidade da Beira Interior.

Martins, R. (2008). *Sidónio Pais, ídolo e mártir da República*. Lisboa: Bonecos Rebeldes.

Martins, T. F. (2004). *O Movimento Republicano na Madeira 1882-1913*. Funchal: CEHA - Centro de Estudos de História do Atlântico.

Marton, S. (2020). Nietzsche: edições, traduções e deturpações (LELPraT, Trad.). In *Conferências de Scarlett Marton* (Vol. 1). Universidade Federal de São Paulo: Cadernos de Tradução LELPraT.

Marx, K. (1973). *Grundrisse (1857-58).* Middlesex: Penguin.

Mata, S. (2017). *Cómo el Ejército Americano contagió sl mundo ls Gripe Española*. Madrid: Ediciones Amanecer.

Matos, A. C. (2008). *QUEIRÓS, Eça de, Correspondência* (Vol. I e II). Lisboa: Caminho.

Matos, A. C. (2009). *O Colégio Militar na Toponímia Portuguesa.* Lisboa: Associação dos Antigos Alunos do Colégio Militar.

Matos, J. M. N. (1946). A Província de Angola. In *Antologia Colonial Portuguesa* (Vol. I). Lisboa: Edição da Agência Geral das Colónias.

Matos, L. C. (2004). *D. Manuel II, e a Nobreza. Títulos autorizados no exílio (1910- 1932).* Lisboa: Editora Dislivro Histórica.

Matos, M., Pereira, M. E., & Paisana, J. (2016). *Amnésia transcultural | Transcultural Amnesia| Para uma cartografia de memórias deslocalizadas | Mapping displaced memories.* Lisboa: Edições Húmus.

Matos, N. (1953). *África Nossa. O Que Queremos e o Que Não Queremos Nas Nossas Terras de África*. Porto: Edições Maránus.

Matos, S. C. (2014). Manuel de Arriaga Na Primeira Presidência da República Portuguesa. Um rápido relatório (estudo introdutório e notas de Joana Gaspar de Freitas e Luís Bigotte Chorão). Revista Ler História, 66, 174-178. Doi: 10.4000/lerhistoria.951

Mattoso, J. (1985). *Identificação de um País. Ensaio sobre as origens de Portugal, 1096-1325* (Vol. I). Lisboa: Editorial Estampa.

Mattoso, J., Andrade, A. A., & Krus, L. (1989). *O castelo e a feira. A Terra de Santa Maria nos séculos XI a XIII*. Lisboa: Editorial Estampa.

Mazouer, C. (1998). *Le théâtre français du Moyen Age*. Paris: Éditions SEDES.

Medeiros, O. (1925). *Afonseida poema heroe-comico*. Lisboa: Imprensa Lucas & Cª.

Medina, J. (1979a). O homem que matou Sidónio Pais. *História, 10*.

Medina, J. (1979b). Sidonismo e Salazarismo. *História, 3*.

Medina, J. (1985). O Sidonismo, República Fraturada. In *História de Portugal* (pp. 11-91).

Medina, J. (1994). *Morte e Transfiguração de Sidónio Pais*. Lisboa: Edições Cosmos.

Melchior-Bonnet, S. (2016). *História do Espelho* (J. Alfaro, Trad.). Lisboa: Orfeu Negro.

Mendes, J. A. S. (1991). *Setenta e cinco anos no Mar (1910-1985). Submersíveis e submarinos.* Lisboa: Comissão Cultural da Marinha.

Mendonça, A. (2001). Universidade da Madeira. Disponível em People: https://people.web.uma.pt/alicemendonca/

Mendonça, A. B., & Martins, J. M. (2007, fevereiro 22). *[Ainda] A Monarquia (1917-1922).* Disponível em Almanaque Republicano: http://arepublicano.blogspot.com/2007/02/ainda-monarchia-1917-1922-monarchia.html

Mendonça, A. P. L. (1982). *Memórias de Um Doido*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda. (Trabalho original publicado 1849).

Meneses, F. R. (2010). *Salazar.* Lisboa: Dom Quixote.

Meninos da Luz – Quem é Quem II. (2008). Lisboa: Associação dos Antigos Alunos do Colégio Militar.

Merleau-Ponty, M. (1945). Phénomé*nologie de la perception.* Paris: Gallimard.

Merleau-Ponty, M. (1969). *La Prose du Monde.* Paris: Éditions Gaillimard.

Merleau-Ponty, M. (1979). *Le visible et le invisible.* Paris: Gallimard.

Merquior, J. G. (1969). *Arte e Sociedade em Marcuse, Adorno e Benjamin*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

Mestre, M. P. (1938). *Um depoimento sensacional: A morte do primeiro soldado português em França*. Lisboa: Renascença Gráfica.

Mezzadara, S. (2019). *Direito de Fuga*. Lisboa: Livraria Tigre de Papel.

Miguéis, J. R. (1984). *O Milagre segundo Salomé* (Vol. I, 3.ª ed.). Lisboa: Editorial Estampa.

Mira, A. M. (Ed.). (2002). *Atas das sessões secretas da Câmara dos Deputados e do Senado da República sobre a participação de Portugal na I Grande Guerra.* Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.

Miranda, J. A. B. (1998). *Traços: Ensaios de crítica da cultura.* Lisboa: Vega.

Miranda, S. (1885). *Poesia de Francisco Sá de Miranda.* Halle: Max Niemeyer.

Mitchener, K. J. (2006). The Baring Crisis and the Great Latin American Meltdown of the 1890s. Santa Clara: Santa Clara University e NBER.

Mondzain, M-J. (2022). *K como Kolónia - Kafka e a Descolonização do Imaginário. Lisboa: Orfeu Negro.*

Moniz, E. (1917). *Fome, peste e guerra. Aparições de Fátima e Sidónio*. Disponível em: http://maltez.info/respublica/portugalpolitico/anuario/1917.pdf

Moniz, E. (1919). *Um Ano de Política*. Lisboa: Editora Portugal Brasil.

Moniz, E. (1950). *A Nossa Casa*. Lisboa: Paulino Ferreira, Filhos, Lda.

Monteiro, N. G. (2005). D. Pedro de Sousa Holstein. In *Dicionário Biográfico Parlamentar, 1834-1910* (Vol. II., p. 433). Lisboa: ICS-Assembleia da República.

Montesquieu. (2000). *Réflexions sur la monarchie universelle en Europe*. Genebra: Droz. (Trabalho original publicado 1473).

Monticone, A., & Forcella, E. (2014). *Plotone di eseczione, I Processi della Prima Guerra Mondial*. Bari: Casa Editrice Gius. Laterza & Figli.

Moorhead, J. (2006). The Word "modernus". *Latomus, 65*(2), 425-433.

Morais, P. M. (2019). *Pratas Conquistador – A História Desconhecida de um Charlot Português*. Lisboa: Casa das Letras.

Morin, E. (1987). *O Método I: A Natureza Da Natureza.* Lisboa: Pub. Europa-América.

Morin, E. (2000). *É Hora de Mudarmos de Via-As Lições do Coronavírus* (I. C. Benedetti, Trad.). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Morin, E. (2005). *O método 4: as ideias* (J. M. Silva, Trad.). Porto Alegre: Sulina.

Morin, E. (2007). *Cultura e barbárie europeias.* Lisboa: Instituto Piaget.

Morin, E. (2019) *Les souvenirs viennent à ma rencontre*. Paris: Éditions Fayard.

Morin, E. (2020). *Changeons de Voie. Les leçons du coronavírus.* Paris: Denoël.

Morin, E. (2020b). *Ensigner à Vivre*. Paris: Babael Essais.

Mota, L. G. (2013). *Análise Crítica da Narrativa.* Brasília: Editora UnB – Fundação Universidade de Brasília.

Moura, M. L. (2010). Nas Trincheiras da Flandres, Lisboa: Edições Colibri.

Moura, J. B. (2018). *As Teses das Teses*. Lisboa: Edições Avante.

Município de Barcelos. (2024). *Martins Lima, antigo chefe local do Partido Republicano, vai ser homenageado em Barcelos*. Disponível em: https://www.cm-barcelos.pt/2018/10/martins-lima-antigo-chefe-local-do-partido-republicano-vai-ser-homenageado-em-barcelos/

Município do Funchal. (s.d.). Disponível em: http://www.visitfunchal.pt/pt/aproveitar-o-mar/1174-rua-dos-ferreiros.html

Nabokov, V. (1986). *Na Outra Margem da Memória*. Lisboa: Difel.

Negreiros, J. A., Campos, A., Carvalho, R., Cortes-Rodrigues, A. C., Guisado, A. P. M., Montalvor, L., … Sá-Carneiro, M. (2007). *Orpheu Nº1*. Lisboa: Antonio Ferro. Disponível em: https://www.gutenberg.org/cache/epub/23620/pg23620-images.html

Nepomuceno, R. (2010, fevereiro 05). *A Parreca - Revolta Camponesa nos Finais do Séc. XIX*. Disponível em: http://ruinepomuceno.blogspot.com/2010/02/parreca-revolta-camponesa-nos-finais-do.html

Neto, A. L. (1921). *Carta do padre António [Augusto] de Castro Meireles para António Lino Neto*. Gondomar: Centro de Estudos de História Religiosa.

Neto, V. (2006). *La Laïcité de l'État au Portugal, La laïcité dans le monde ibérique. Ibéro-américain et méditerranéen ; idéologies, institutions et pratiques* (Vol. II). Paris: Université Paris X.

Nietzsche, F. (2008). *Segunda consideração intempestiva: da utilidade e desvantagens da história para a vida* (A. C. Braga, & C. Mioranza, Trad.). São Paulo: Escala.

Nietzsche, F. (2013). *A genealogia da moral.* Petrópolis: Vozes.

Nobre, A. (1989). *Só.* Braga: Editora Ulisseia.

Nora, P. (1978). *La mémoire collective*. *La Nouvelle Histoire*. Paris: Retz-CEPL.

Nora, P. (1993). Entre memória e História. A problemática dos lugares (Y. A. Khoury, Trad.). In *Projeto História* (Vol. 10). São Paulo: PUCSP.

Norton, J. (2022). *Norton de Matos – biografia*. Lisboa: Editora Bertrand.

Nóvoa, A. (1994). *António Sérgio (1883-1969)*. In *Thinkers on Education* (Vol. 4). Paris: UNESCO/IBE.

Oliveira, C. (1976). *A Revolução Russa na imprensa portuguesa da época*. Lisboa: Diabril. Disponível em: http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223911946M9rCD7xd4Ws49KW5.pdf

Oliveira, C. (1995). Os limites e a ambiguidade: o movimento operário português durante a guerra de 1914-18. *Análise Social, X* (40), 679-702. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.

Oliveira, G. A. N. R. (1993). *História do Exército português 1910-1945*. Lisboa: Estado Maior do Exército.

Oliveira, I. T. (2013). *A Demografia das Sociedades Insulares Portuguesa, Séculos XV A XXI* (C. Santos, & P. T. Matos, Coords.). Braga: CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar "Cultura Espaço e Memória".

Oliveira, M. (1988). *Os submarinos na Marinha Portuguesa.* Lisboa: Editora Náutica Nacional.

Oliveira, P. A. (2007). *Os Despojos da Aliança – a Grã-Bretanha e a questão colonial portuguesa 1945-1975.* Lisboa: Tinta da China.

Ornelas, A. (1903). *A Nossa Administração Colonial. O Que É, O Que Deve Ser. Conferências Preliminares do Congresso Colonial Nacional*. Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa.

Orwell, G. (2008). *Dias na Birmânia* (S. Flaksman, Trad.). Lisboa: Companhia das Letras.

Osório, A. C. (2015). *Às Mulheres Portuguesas*. Lisboa: Bibliotrónica Portuguesa.

Paço, T. A. (1993). *Cartas às Madrinhas de Guerra*. Viana: Junta de Freguesia de Outeiro. (Trabalho original publicado 1917).

Pais, S. (1924). *Um ano de ditadura: discursos e alocuções / de Sidóneo Pais; coligidos e ordenados por Feliciano de Carvalho; com um estudo político de João de Castro*. Lisboa: Lusitania Editora Limitada.

Palla, M. J. (2003). *A "pulha, a guerra amorosa no auto pastoril português* (pp. 271-279). Lisboa: Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.

Parakilas, J. (2002). *Piano Roles – A New History of the Piano*. Yale: Nota Bene.

Pascoaes, T. (1927). *Livro de Memórias. Obras completas de Teixeira de Pascoaes. Prosa. Introdução e aparato crítico por Jacinto do Prado Coelho* (Vol. VII). Amadora: Livraria Bertrand.

Pascoaes, T. (1936). *São Jerónimo e a Trovoada*. Porto: Livraria Lello & Irmão.

Pascoaes, T. (1973). *Regresso ao Paraíso*, in *Obras Completas* (2.ª ed., Vol. 4). Amadora: Livraria Bertrand.

Pascoaes, T. (1986). *Senhora da Noite.* Lisboa: Assírio & Alvim.

Pascoaes, T. (1998). *A Saudade e o Saudosismo – Dispersos e Opúsculos*. Lisboa: Assírio & Alvim.

Pascoaes, T. (2001). *Livro de Memórias.* Lisboa: Assírio & Alvim.

Pascoaes, T. (2011). *Para a Luz - Vida Etérea - Elegias - O Doido e a Morte*. Lisboa: Assírio & Alvim.

Pascoaes, T., & Sérgio, A. (1988). A polémica com António Sérgio. In T. Pascoaes (Ed.), *A Saudade e o Saudosismo (dispersos e opúsculos*). Lisboa: Assírio & Alvim.

Paulino, F. F. (2017). *A Madeira e a viagem do Açúcar (V) - O açúcar e os escravos*. Lisboa: RTP ensina/Edicarte.

Pecora, V. P. (Ed.). (2001). *Nations and identities Classical Readings*. Madden, Massachusetts: EUA.

Pereira, A. D. (2017). *Direito à Informática (Estudos)* (Vol. I). Coimbra: Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

Pereira, I. (2010). *Polícia política da I República, antecessora da polícia política do Estado Novo?*. Disponível em: https://jugular.blogs.sapo.pt/2320649.html

Pereira, J. D. (2014). *O ciclo de agitação social global de 1917-1920.* Lisboa: Ler História.

Pereira, M. H. (2018). O bicentenário do processo de Gomes Freire de Andrade e seus companheiros. *Revista Ler História, 72*, 219-226. Doi: 10.4000/lerhistoria.3792

Pessoa, F. (1973). *Novas Poesias Inéditas.* Lisboa: Ática. (Direção, recolha e notas de Maria do Rosário Marques Sabino e Adelaide Maria Monteiro Sereno). (Trabalho original publicado 1935).

Pessoa, F. (1990). *Poesias Inéditas (1919-1930). Maravilha-te, memória! (Nota prévia de Vitorino Nemésio e notas de Jorge Nemésio).* Lisboa: Ática. (Trabalho original publicado 1930).

Pessoa, F. (1993). *Dois Excertos de Odes (Fins de duas odes, naturalmente)*. *Poesias de Álvaro de Campos.* Lisboa: Ática.

Photographia-Museu Vicentes. (Coord.). (2014). *Ilustres Visitantes da Madeira: 1852 a 1950*. Funchal: Delegação Regional da Madeira da Ordem dos Economistas e Direção Regional dos Assuntos Culturais.

Pierucci, A. F. (2003). *O desencantamento do mundo: todos os passos de um conceito*. São Paulo: Editora 34.

Pimenta, A. (1937.) *Nas Vésperas do Estado Novo.* Porto: Tavares Martins.

Pimenta, F. T. (2010). *Portugal e o Século XX. Estado-Império e Descolonização*, 1890-1976. Porto: Afrontamento.

Pintassilgo, J. (1998). *República e formação de cidadãos. A educação cívica nas escolas primárias da Primeira República portuguesa.* Lisboa: Edições Colibri.

Pintassilgo, J. (s.d.). *A República e a Educação: do ideal às realizações.* Disponível em: https://core.ac.uk/download/pdf/12423807.pdf

Pinto, A. C. (1998). *Muitas crises, poucos compromissos: a queda da Primeira República.* Revista Penélope, 1920, 43-70.

Pinto, M. S. (1921). *Os Três Bordalos. (Conferência).* Lisboa: Pedro Bordallo Editor.

Pires, A. P., & Fogarty, R. S. (2014). África e a primeira guerra mundial. I Guerra Mundial, Globalização e Guerra Total. *DOSSIER. Revista Ler História, 66*, 57-77.

Pires, D. (1996). *Dicionário da imprensa, periódica literária portuguesa do século XXI. 1900 a 1940.* Lisboa: Edições Grifo, Lda.

Pires, J. C. (1997). *De Profundis, Valsa Lenta - precedido de "Carta a um amigo novo" do Prof. João Lobo Antunes* (7.ª ed.). Lisboa: Publicações Dom Quixote.

Pires, N. L. (2014). O Exército de Portugal no Início da Guerra: Ação, Reação e Omissão. In *Livro de Atas do Colóquio Portugal e a I Guerra Mundial (1914-1918)* (pp. 25-37). Lisboa: Assembleia da República. Disponível em http://www.parlamento.pt/ArquivoDocumentacao/Documents/ColoquioPortIGM.pdf.

Planck, M. (1959). *The Theory of Heat Radiation*. New York: Dover Publications. (Trabalho original publicado 1914).

Platão. (2005). *A República* (E. Gala, Trad.). Lisboa: Guimarães Editores.

Poisard, L. (1912). *Portugal Ignorado: Um estudo social, económico e político seguido de um appendice relativo aos últimos acontecimentos.* Porto: Magalhães e Moniz, Lda. Editores.

Pombo, O. (Org.) (1994). *O Meio é a mensagem* in *McLhuan, A Escola e os Media, 1º Caderno de História e Filosofia da Educação.* Lisboa: Edições do Departamento de Educação da Faculdade de Ciências de Lisboa.

Portela, A. (s.d.). *Os Grandes Duelos em Portugal*. Lisboa: Livraria Popular de Francisco Franco.

Porto Editora. (2024). *Jacobinismo*. Disponível em Infopédia: https://www.infopedia.pt/artigos/$jacobinismo

Presidência da República Portuguesa. (2011). *Entidades Nacionais agraciadas com ordens portuguesas*. Disponível em: https://www.ordens.presidencia.pt/?idc=153

Presidência da República Portuguesa. (2011b). *Ordem Militar a Avis*. Disponível em: https://www.ordens.presidencia.pt/?idc=183

Presidência da República Portuguesa. (2024). *Sidónio Pais (1918-1918).* Disponível em: https://www.presidencia.pt/presidente-da-republica/a-presidencia/antigos-presidentes/sidonio-pais/

Proust, M. (2005). Em Busca do Tempo Perdido. In *O Tempo Reencontrado* (Vol. 7). Brasil: Ediouro.

Queirós, E. (1948). O Ultimatum. In *Cartas Inéditas de Fradique Mendes e Mais Páginas Esquecidas*. Porto: Lello & Irmão Editores.

Queirós, E. (1983). *Correspondência* (G. Castilho, Org., Vol. II). Lisboa: INMC.

Queirós, E. (2011). *A Ilustre Casa de Ramires*. Porto: Porto Editora.

Quental, A. (1989). Carta a Oliveira Martins de 29 de Junho de 1887. In *Cartas II. 1881-1891.Organização, introdução e notas de Ana Maria Almeida Martins*. Lisboa/Ponta Delgada: Editorial Comunicação/Universidade dos Açores.

Quental, A. (1996). *Novas Cartas Inéditas de Antero de Quental*. Braga: Faculdade de Filosofia de Braga.

Quine. W. O. (1977). *Le Mot et la Chose.* Paris: Flammallirion.

Quinta de Santa Luzia. (2024). *Estórias da História*. Disponível em: https://www.quintasantaluzia.com/pt/quem-somos/estorias-da-historia.html

Quintero, A. P. (1993). *História da Propaganda – Notas para um estudo da propaganda política e de guerra* (Estúdios Planeta, Trad.). Lisboa: Planeta Editora.

Radiografia da mão de Afonso Costa. (1911). *Ilustração Portuguesa, 261*. Lisboa: Edição O Século.

Raisz, E. (1969). *Cartografia Geral.* Rio de Janeiro: Científica.

Ramos, R. (2009). *A Evolução da Organização e do Quadro de Oficiais da Arma de Artilharia: Da República à atualidade.* Lisboa: Academia Militar.

Rampley, M. (1999). Archives of memory: Walter Benjamin's Arcades Project and Aby Warburg's Atlas Mnemosyne. In A. Coles (Ed.), *The optic of Walter Benjamin*. Londres: Black Dog.

Ranciére, J. (2009). *A partilha do sensível* (M. C. Neto, Trad.). São Paulo: Editora 34.

Rancière, J. (2011). *O Destino das Imagens* (L. Lima, Trad.). Lisboa: Orfeu Negro.

Rayward, W. B. (2010). *Mundaneum: archives of knowledge*. Illinois: University of Illinois at Urbana-Champaign.

Real, M. (2011). *O Labirinto da Razão e a Fome de Deus*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.

Real, M. (2014). *Nova Teoria do Sebastianismo*. Alfragide: D. Quixote.

Rebello, J. P. (1942). *Meditações de Fátima.* Lisboa: Edições Gama.

Régio, J. (1961). *Mas Deus é grande: Líricas de José Régio.* Lisboa: Portugália Editora.

Rego, A. B. (1900). *Pneumonia pestosa: (a peste bubónica no Porto – 1899-1900)*. (Dissertação Inaugural, Faculdade de Medicina da Universidade do Porto). Disponível em: http://hdl.handle.net/10216/61158

Reis, M. A. (1979). *A pedagogia e o ideal republicano de João de Barros*. Lisboa: Terra Livre.

Reis, S. S. (1991). *Portugal Moderno* (Vol. 1). Lisboa: POMO.

Remarque, E. M. (2019). *A Oeste nada de novo* (L. M. Coutinho, Trad.). Lisboa: Saída de Emergência.

Renan, E. (1992.). *Qu'est-ce qu'une nation?* Paris: Presses Pocket,

Renaut, A. (2010). *A Filosofia* (A. P. Silva, Trad.). Lisboa: Instituto Piaget.

Repertório Português de Ciência Política. (2004). *Regeneração (1851-1865)*. Disponível em: http://maltez.info/respublica/Cepp/regimes_politicos/regeneracao.htm

Revista Armada. (2012). *Marinha*. Disponível em: https://www.marinha.pt/conteudos_externos/RevistaArmada/_FlipVersion/2012/files/assets/downloads/page0349.pdf

Rezendes, S. (2020). *Depósito de Concentrados Alemães na ilha Terceira: A História de uma reclusão forçada (1916-1919)*. Lisboa: Caleidoscópio.

Ribeiro, A. (1919). O pensamento filosófico de Leonardo Coimbra. A propósito do seu último libro A Luta pela imortalidade. *Atlântida, IX* (33-34), 938-945.

Ribeiro, J. A. (2013). *Uma Biografia de Rainha D. Amélia.* Lisboa: A Esfera dos Livros.

Ribeiro, M. M. (2010). *Outros combates pela história*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Ribeiro, N. (2022, março 03). *Guerra na Ucrânia - Guerra Mediática: Propaganda Russa Aposta no Medo, Ucrânia Conquista a Opinião Pública Ocidental com a Ajuda das Redes Sociais*. Disponível em Jornal Expresso: https://expresso.pt/internacional/guerra-na-ucrania/2022-03-03-guerra-mediatica-

propaganda-russa-aposta-no-medo-ucrania-conquista-a-opiniao-publica-ocidental-com-a-ajuda-das-redes-sociais

Ribeiro, O. (1985). *A ilha da Madeira até meados do século XX*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.

Ribeiro, T. (1877). *Elogio Histórico de António Feliciano de Castilho-Visconde de Castilho.* Lisboa: Typographia Académica.

Richelieu, C. (2012). Testamento político. In *Edições do Senado Federal* (Vol. 169). Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal.

Ricœur, P. (2000). *La Mémoire, l´histoire, l´oubli.* Paris: Seuil.

Ricœur, P. (2003), Memory, history, oblivion. Paper apresentado na Conferência *Haunting Memories? History in Europe after Authoritarianism*, Budapeste. Disponível em: https://www.uc.pt/fluc/uidief/textos_ricoeur/memoria_historia

Rita, A. (2019, setembro 30). *Da Cultura e dos seus parênteses | Para que Humanidades em tempos de indigência?*. Disponível em Meer: https://www.meer.com/pt/57850-da-cultura-e-dos-seus-parenteses

Rita, A. C. V. (2014). A leitura: entre expectativa e memória. *Anuário de Literatura, 19*(1), 46–57. Doi: 10.5007/2175-7917.2014v19n1p46

Rodrigues, E. (2010). *5 de outubro uma reconstituição.* Lisboa: Gradiva.

Rodrigues, J. A. B. (2011). *A Madeira através de gravuras - século XIX: um contributo para o seu estudo* (Dissertação de Mestrado, Universidade da Madeira). Disponível em: http://hdl.handle.net/10400.13/1679

Rodrigues, P. M. (2014). A Ilha da Madeira durante a Grande Guerra (1914-1918): Tópicos de política e Defesa. *Nação e Defesa, 139*, 64-83.

Rodrigues, T., & Pinto, M. L. R. (1989). A Madeira na viragem do século (1860-1930): características da sua evolução demográfica. In *Atas do II Colóquio Internacional da Madeira*. Funchal: CEHA - Centro de Estudos de História do Atlântico Alberto Vieira.

Rorty, R. (1999). *Consequências do Pragmatismo.* Lisboa: Instituto Piaget.

Rosa, J.M.S. (2016). *Estar em Diáspora: Um Modo de Ser Português.* Lisboa: Edições Colibri.

Rosen, F. (2018). *Declarei a Guerra que Não Queria*. Lisboa: Aletheia.

Rudiguer, F. (2011). *As teorias da comunicação*. Porto Alegre: Artmed.

Sabugosa, C. (1907). Duqueza de Palmela. In *Embrechados.* Lisboa: Ferreira Editora.

Sacks, O. (1995). *Um antropólogo em Marte. Sete histórias paradoxais* (B. Carvalho, Trad.). São Paulo: Companhia das Letras.

Safatle, V. (2015). Uma certa latitude: Georges Canguilhem, biopolítica e vida como errância. *Scientae zudia, 13*(2), 335-367. Doi: 10.1590/S1678-31662015000200005

Salazar, A. O. (1916). *A Questão Cerealífera: o Trigo*. Coimbra: Imprensa da Universidade.

Salazar, A. O. (1918). *Alguns Aspetos da Crise de Subsistência*. Coimbra: Boletim da Faculdade de Direito de Coimbra.

Salazar, A. O. (1923). *Redução das Despesas Públicas*. *Tese apresentada ao Congresso das Associações Comerciais e Industriais.* Lisboa: Tipografia do Diário de Notícias,

Salazar, A. O. (1967). *Discursos e Notas Políticas* (Vol. VI). Coimbra: Coimbra Editora.

Salazar, A. O. (1997). *O ágio do ouro e outros textos económicos : 1916-1918*. Lisboa: Banco de Portugal.

Sampaio, J. S. (1976). O Ensino Primário, 1911-1969. Contribuição Monográfica (Vol. II). In *Obrigatória em Portugal nos Últimos Vinte Anos, O Ensino Básico em Portugal*. Lisboa: Instituto Gulbenkian de Ciência da Fundação Calouste Gulbenkian.

Santos, B. S. (2002). Entre Próspero e Caliban: colonialismo, pós-colonialismo e inter-identidade. In M. I. Ramalho & A. S. Ribeiro (Orgs.). *Entre ser e estar, raízes percursos e discursos da identidade.* Porto: Edições Afrontamento.

Santos, L. (2007b). *Memórias Da Irmã Lúcia I - Compilação do P.e Luís Kondor, SVD Introdução e notas do P.e Dr. Joaquín M. Alonso, CMF (†1981).* Fátima: Secretariado dos Pastorinhos.

Santos, L. J. (2007a). *Quarta memória.* Fátima: Secretariado dos pastorinhos. Santos,

M. (1982). *A Revolução portuguesa (1907 - 1910)*. Lisboa: Assírio e Alvim.

Santuário de Fátima. (1992). *Documentação Crítica de Fátima* (Vol. I). Fátima: Santuário de Fátima.

Saraiva, A. J. (1995). *Tertúlia Ocidental.* Lisboa: Gradiva.

Saraiva, J. H. (2004). *Redação Quidnovi da História de Portugal, Dicionário de Personalidades* (Vol. VIII). Aveleda: Ed. QN-Edição e Conteúdos S.A.

Sardinha, A. (1915). *O Valor da Raça. Introdução a Uma Campanha Nacional.* Lisboa: Almeida, Miranda & Sousa Editores.

Sardinha, A. (1925). *Ao Ritmo da Ampulheta. Crítica & Doutrina: Obra póstuma.* Coimbra: Lumen.

Sardinha, A. (1927). *Durante a Fogueira.* Lisboa: Livraria Universal de Armando J. Tavares.

Sardinha, A. (1929). *Pratiquemos um ato de inteligência.* Lisboa: Edição de José Fernando Júnior.

Sarlo, B. (2007). *Tiempo pasado: cultura de la memoria y giro subjetivo. Una discusión.* Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2007.

Sartre, J.-P. (1969). *L´imagination*. Paris: P.U.F.

Sartre, J.-P. (2004). *The Imaginary: A Phenomenological Psychology of the Imagination*. Paris: P.U.F.

Saussure, F. (1991). *Curso de geral*. São Paulo: Cultrix.

Saussure, F. (2006). *Curso de Linguística Geral* (C. Bally, A. Sechehaye, & A. Riedlinger, Orgs.). São Paulo: Cultrix.

Schillebeeckx, E. (1969). *Deus e o Homem*. São Paulo: Paulinas.

Seabra, E. (1915). *A guerra, Portugal e as potências. (política nacional e internacional).* Lisboa: Parceria António Maria Pereira – Livraria Editora.

Seabra, J. A. (2001). O 31 de Janeiro e a cultura cívica europeia. *República, 7*.

Sequeira, A. (1947). Alfredo Bensaúde e a sua obra: o IST. *Técnica, 177*, 551-562.

Sérgio, A. (1915). *Educação Cívica*. Porto: Renascença Portuguesa.

Sérgio, A. (1918). *O Ensino como fator do ressurgimento nacional*. Porto: Edições da Renascença Portuguesa.

Serrão, J. (1970). *Antologia do Pensamento Político Português/1, Liberalismo, Socialismo, Republicanismo*. Porto: Editorial Inova.

Serrão, J. V. (1989). *História de Portugal* (Vol. 11). Lisboa: Edições Verbo.

Shaw, J. (2016). *A Ilusão da Memória – recordar, esquecer e a ciência da memória falsa* (P. Vidal, Trad.). Lisboa: Temas & Debates | Círculo de Leitores.

Silva, A. M. (2006). *História de uma vida*. [S.l.]: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Silva, A. M. (2006). *Sidónio e Sidonismo. História de um caso político*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Silva, A. M. (2006b). *Sidónio e Sidonismo. História de um caso político*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Silva, B. B. (1998). *Cronologia da História de Macau: século XX.* Macau: Direção dos Serviços de Educação e Juventude.

Silva, C. E. L. (1982). *Comunicação, Hegemonia e Contrainformação*. São Paulo: Cortez Editora.

Silva, C. H. C., Araújo, A. F., & Baptista, F. P. (2003). *Variações sobre o imaginário domínios, teorizações, práticas hermenêuticas.* Lisboa: Edições Instituto Piaget col. Pensamento e Filosofia.

Silva, F. A. (1950). *Vocabulário popular do Arquipélago da Madeira: alguns subsídios para o seu estudo*. Funchal: Junta Geral do Funchal.

Silva, F. A., & Meneses, C. A. (1921). *Elucidário Madeirense* (Vol. 1 A-E). Funchal: Tipografia Esperança.

Silva, L. E. N. M. (2016). *De Hintze a Afonso Costa: O Fenómeno (Anti)clerical na Imprensa Madeirense (1901-1910).* Funchal: Universidade da Madeira.

Silva, P. F. A., & Meneses, C. A. (1940). *Elucidário Madeirense* (2.ª ed.). Funchal: Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal.

Silva, R. G. (s.d.). *Visconde do Porto da Cruz (Madeira) - Alfredo de Freitas Branco*. Disponível em: https://www.ruigoncalvessilva.com/apontamentos-diversos/visconde-do-porto-da-cruz-madeira-alfredo-de-freitas-branco

Simões, J. M. F. A. (2017). *MITRA História, Arquitetura e Património.* Lisboa: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa - Departamento de Gestão Imobiliária e Património.

Smith, D. A. (1997). *A Identidade Nacional*. Lisboa: Gradiva.

Smith, H. L. (2014). *The British Women's Suffrage Campaign 1866–1928* (2.ª ed.). Londo: Routledge.

Smith, M. A. (2014). *From sight to Light the passage from ancient to modern optics*. Chicago: The University of Chicago Press Books.

Sousa, G. V. (2014). São rosas, Senhora! *Fátima XXI: revista cultural do Santuário de Fátima, 2*, 10-11.

Sousa, J. M. (2003). *Liceu de Jaime Moniz: uma escola de prestígio e de qualidade*. Funchal: SRTC- Secretaria Regional do Turismo e Cultura e DRAC- Direção Regional dos Assuntos Culturais.

Sousa, P. M. (2017). *As Escolas Regimentais do Exército e o Esforço de Alfabetização em Portugal nos séculos XIX e XX.* Lisboa: Revista Militar.

Spengler, O. (1973). *A Decadência do Ocidente: Esboço de uma morfologia da História Universal* (H. Caro, Trad., 2.ª ed.). Rio de Janeiro: Zahar Editores.

Sperber, D. (2000). Outils conceptuels pour une science naturelle de la société et de la culture. In P. Livert & R. Ogien (Eds.), *L'enquête ontologique. Du mode d'existence des objets sociaux* (pp. 209-230). Paris: EHESS.

Stanford University. (s.d.). *David Spiegel*. Disponível em: https://profiles.stanford.edu/david-spiegel?tab=publications

Steiner, G. (1992). *No Castelo do Barba Azul | algumas notas para a redefinição de cultura.* Lisboa: Relógio D'Água.

Steiner, G. (2001). *Gramáticas da Criação* (M. S. Pereira, Trad.). Lisboa: Relógio D'Água

Steiner, G. (2006). *A Morte Da Tragédia* (I. Kopelman, Trad.). São Paulo: Perspetiva.

Stepanova, M. (2022). *Memória da Memória* (N. Guerra, & F. Guerra, Trad.). Lisboa: Relógio d´Água.

Sternberg, R. J. (2008). *Psicologia cognitiva* (4.ª ed.). Porto Alegre: Artes Médicas.

Stiegler, B. (2018). *Da Miséria Simbólica*. Lisboa: Orfeu Negro.

Taborda, S. M. M. (2003). Física Quântica Luz, Quanta e Acção. In *Física Quântica Portal de Estudos em Química.* Disponível em: http://www.sergiotaborda.cjb.net.

Tabourot, E. (1662). *Les Bigarrures, et Touches du Seigneur des Accords, avec les Apophtegmes du Sieur Gaulard et les Escraignes Dijonnoises*. Paris: Arnould Cotinet.

Tacca, O. (1983). *As Vozes do Romance.* Coimbra: Livraria Almedina.

Tanizaki, J. (2008). *Elogio da Sombra.* Lisboa: Relógio d´Água Editores.

Taurian, C. (2009). *Cloud Computing: Computação em Nuvem: Transformando o mundo da tecnologia da informação*. Rio de Janeiro: Brasport.

Teeuwisse, J. (2023). *Fake History: 101 Things that Never Happened*. London: Ebury Publishing.

Telo, A. (2015). *Revolução e contrarrevolução em 1915: O primeiro ciclo da beligerância portuguesa*. Lisboa: Academia militar |Fronteira do Caos editores.

Telo, A. J. (2004). *Armamento do Exército Português* (Vol. I). Lisboa: Prefácio.

Tengarrinha, J. M. (1989). *História da Imprensa Periódica Portuguesa.* Lisboa: Editorial Caminho.

Thiesse, A.-M. (2000). *A Criação das Identidades Nacionais* (S. Silva, Trad.). Lisboa: Temas e Debates – Atividades Editoriais Ldª.

Todorov, T. (1995). La mémoire devant l'histoire. *Terrain – anthropologie & sciences humaines, 25*, 101-112. Doi: 10.4000/terrain.2854

Todorov, T. (2008). *Les Peur des barbares.* Paris: Éditions Robert Laffont, S.A.

Tonkin, E. (1992). *Narrating Our Pasts: The Social Construction of Oral History*. Cambridge: Cambridge University Press.

Torgal, L. F. (2011). *O Sol bailou ao meio-dia - a criação de Fátima*. Lisboa: Tinta da China.

Torgal, L. R. (1993). *Quid petis?: os doutoramentos na Universidade de Coimbra*. Coimbra : Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Traverso, E. (2020). *O Passado, modos de usar. História, Memória e política* (T. Avó, Trad.). Lisboa: Livraria Tigre de Papel.

Tribunal de Contas. (s.d.). *A História que as Contas nos Contam: Portugal na Exposição Universal de Paris de 1900*. Disponível em: https://www.tcontas.pt/pt-pt/TribunalContas/Historia/hcc/Documents/exposicao_paris_1900/paris1900.pdf

Trigo, A. M. (1948). *Memórias.* Ms. Funchal.

Trotski, L. (1936). *A Revolução Traída* (R. M. Brázio, Trad.). Lisboa: Edições Delfos.

Universidade de Lisboa. (2022). *Estudos de Cultura*. Disponível em: https://www.ulisboa.pt/curso/doutoramento/estudos-de-cultura

Valentiner, M. (1931). *Il Terrore Sui Mari Max Valentiner*. Milão: Fratelli Treves Editori, Milano.

Valentiner, M. (2012). *Max Valentiner*. *Captain (Naval) Commander, Military, Allies of World War I, Imperial Germany Navy*. England: Dign Press.

Valério, N. (2006). *Os Orçamentos no Parlamento português.* Lisboa: Edições Bertrand.

Valle-Inclán, R. (2018). *A Meia-Noite: Visão estelar de um momento de guerra* (P. Ventura, Trad.). Lisboa: Assírio & Alvim. (Trabalho original publicado 1917).

Vares, S. F. (2019). Émile Durkheim e a educação moral: A formação do cidadão republicano. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais, 11*(21), 139-157.

Vaz, A. (1923). *Viagem Presidencial (1917).* Porto: Tipografia Empreza Guedes.

Vaz, Â. (2017). *Viagem Presidencial (1917)*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda. Vaz,

A. S. (2003). A Força das Imagens nas narrativas bíblicas da criação. In C. H. C. Silva, A. F. Araújo & F. P. Baptista (Coords.), *Variações sobre o imaginário domínios, teorizações, práticas hermenêuticas*. Lisboa: Edições Instituto Piaget col. Pensamento e Filosofia.

Veiga, T. R. (2004). *A População no século XIX*. Lisboa: CEPESE e Edições Afrontamento Limitada.

Ventura, A. (2000). *Anarquistas, Republicanos e Socialistas em Portugal - As convergências possíveis (1892-1910)*. Lisboa: Edições Cosmos.

Verdial, V., & Borges, J. M. (s.d.). *A gripe – que se deve fazer para não a ter?.* PT AHM DIV 1-35-1412-04.

Veríssimo, N. (1985). Em 1917 a Madeira reclama a autonomia. *Atlântico, 3*, 230-233.

Vicente, G. (2000). *Auto Pastoril Português*. Lisboa: Projeto Vercial. Disponível em: http://be.ae2serpa.pt/ficheirosbiblioteca/livrosdodominiopublico/Autores.Portugueses/Gil.Vicente/obras/Auto.Pastoril.Portugues.pdf

Viçoso, V. (2015). A Literatura Portuguesa (1890-1910) e a Crise Finissecular. *Metamorfoses - Revista de Estudos Literários Luso-Afro-Brasileiros, 13*(1), 49-69. Doi: 10.35520/metamorfoses. 2015.v13n1a5074

Vieira, I. C. (2015). *Conhecer, tratar e combater a «peste branca». A tisiologia e a luta contra a tuberculose em Portugal (1853-1975)*. Porto: CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar "Cultura, Espaço e Memória" e Edições Afrontamento Ldª.

Vieira, P. A. (1971). *Cartas II*. Lisboa: Imprensa Nacional. (Trabalho original publicado 1673).

Vilhena, M. C. (1999). *Gungunhana, Grandeza e Decadência de um Império Africano*. Lisboa Edições: Colibri.

VV.AA. (1921). *A Questão Dinástica – Documentos para a História mandados coligir e publicar pela Junta Central do Integralismo Lusitano*. Lisboa: Empresa Nacional de Indústrias Gráficas.

VxMag. (2023, janeiro 28). *1807: quando a Madeira pertenceu aos ingleses durante 7 anos*. Disponível em VortexMag: https://www.vortexmag.net/historia-de-portugal-ingleses-ilha-da-madeira/

Webber, M. (1964). The Urban Place and the Nonplace Urban Realm. In *Explorations into Urban Structure*. Pennsylvania: Urban Structure.

Wenders, W. (1991). *Berlim*. Paris: Road Movies Filmproduktion Berlin e Argos Films Paris.

Wiasesky, A. (2003). *O Livro dos Destinos.* Lisboa: Ulisseia.

Williams, R. (1958). *Culture and Society*. London: Chatto & Windus.

Wolf, M. (1999). Teorias da Comunicação. In M. J. V. Figueiredo (Ed.), *As Agências* (Cap. 3). Lisboa: Editorial Presença.

Yamazaki, S., Goto, M., & Menaker, M. (1999). No evidence for extraocular photoreceptors in the circadian system of the Syrian hamster. *Journal of biological rhythms, 14*(3),197-201. doi: 10.1177/074873099129000605

Yates, F. A. (2007). *A Arte da Memória* (F. Bancher, Trad.). Campinas: Editora Unicamp – Universidade Estadual de Campinas.

Yates, F. A. (2022). *L´Art de la Mémoire.* Paris: Éditions Gallimard.

Yeats, W. B. (2023). *As Tábuas da Lei – Ficção completa* (F. S. Pereira, Trad.). Santa Cruz: E-Primatur.

Young, K. (1912). *Officium pastorum: A study of the dramatic developments within the liturgy of Christmas*. Madison: Wisconsin Academy of Sciences, Arts, and Letters.

Žizek, S. (1992). *Eles não sabem o que fazem: o Sublime Objeto da Ideologia* (V. Ribeiro, Trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

Žizek, S. (2003). *Bem-vindo ao Deserto do Real!* (P. C. Castanheira, Trad.). São Paulo: Boitempo.

Žizek, S. (2008). *The Fragile Absolute. Or: Why Is the Christian Legacy Worth Fighting For? (The Essential Zizek).* London: Verso UK.

Žizek, S. (2017). *Lenin 2017* (J. Neves, Trad.). Amadora: Elsinore.

Znaniecki, F. (2009). *Cultural Realitty*. Charlston: BiblioLife.

ANEXOS

Entrevista (resumida)

Excerto de uma das entrevistas feitas com os descendentes de António Manuel Trigo. Optámos por usar, evitando repetições e procurando síntese e objetividade, passagens da conversa com o neto, Dr. António Bettencourt, que nos cedeu ainda uma genealogia
resumida da sua família, a seguir transcrita.

P- *Memórias,* de António Manuel Trigo, ficaram como herança familiar. Cumpriram a sua missão?

R- Penso que cumpriram. Sei que pelo menos um dos netos e duas das filhas as leram. Para além disso, creio que o facto de darem origem a uma tese de doutoramento suplantou em muito aquilo que AMT alguma vez esperaria.

P- Os filhos leram-nas? Interrogaram-nas, debateram-nas? Foi-nos dito que inclusive atravessaram mundo e estiveram, por empréstimo, em casa de parentes? Onde estiveram? Que comentários geraram?

R- Duas filhas, que eu saiba, leram-nas. Não diria que foram interrogadas ou debatidas, mas alguns episódios, como por exemplo os que dizem respeito às alterações da ordem pública na Madeira ou o assassinato de Sidónio Pais, eram muito referidos pela minha avó. As Memórias estiveram alguns anos na Venezuela, onde vivia uma das minhas tias. Se alguém as leu por lá, não sei dizer. Em 1992, a meu pedido, voltaram para Portugal.

P- Quem é, ou quem são hoje o fiel ou fiéis depositário(s) dos volumes que compõem as Memórias?

R- Desde que voltaram para Portugal, as Memórias estão na minha posse, em minha casa.

P- Que memórias se guardam desse parente que quis sobreviver ao tempo?

R- Nunca o conheci. As memórias que tenho resultam daquilo que os meus pais, a minha avó e tias contaram. As memórias mais frequentes referem-se ao facto de ser um grande leitor e possuir uma grande biblioteca pessoal, de tocar violino e o de ser uma pessoa muito culta, com uma paciência, educação e moderação infinitas. Dizia a minha avó que nunca o tinha visto zangado.

Pelo lado mais negativo, algumas referências às constantes dívidas resultantes do vício do jogo, adquirido na sua estada em Macau, a falta crónica de dinheiro, o pedido de empréstimos de dinheiro a amigos e conhecidos (incluindo o meu pai). Ainda ao recebimento ilícito de subornos

para livrar jovens do serviço militar, pois, a determinada altura, esteve encarregado das inspeções.

Quanto ao facto de nunca ter subido acima da graduação de tenente, ouvi duas versões: uma que dizia que era por causa de uma legislação que teria saído a travar as carreiras militares; outra que dizia que tinha sido pelos problemas de dívidas e subornos atrás referidos.

P- AMT não fala de certos acontecimentos marcantes que ocorreram a par com a sua vida. Quase não refere o 5 de outubro de 1910, a Revolução Russa, as aparições de Fátima. Destas últimas ficámos com a ideia que, anos depois, se tornou devoto das Aparições e do culto de Fátima. O que podemos saber sobre isso?

R- Segundo a minha mãe, AMT tinha uma relação distante com a religião. Ia à missa mais por hábito do que por devoção. Convém referir que sempre ouvi dizer que a família Trigo era de origem judaica (nunca consegui confirmar) e culturalmente jacobina e anticlerical. Sempre ouvi dizer que Guerra Junqueiro era familiar, se não me engano tio da minha trisavó, Carolina Junqueiro Trigo, mas também nunca consegui confirmar. Segundo se contava, tinha sido Guerra Junqueiro a acolher no Porto o meu bisavô e o meu tio bisavô quando estes foram estudar para aquela cidade.

Em relação às aparições de Fátima, contava também a minha mãe que, a dada altura, já em idade avançada, se tinha tornado devoto das mesmas. Não sei a razão de tal conversão.

P- Para os seus parentes, AMT era um saudosista? Vivia das evocações recorrentes do passado ou era um mundano, mais motivado pelo seu dia a dia, pelo que lhe era contemporâneo?

Não tenho referências para poder afirmar qualquer uma das hipóteses com segurança. Tendo em conta a biblioteca que deixou, de que conheci uma parte e da qual guardo alguns livros, penso que seria um homem do seu tempo.

Se é verdade que possuía clássicos, também por lá estavam vários números da revista *Águia* e alguns escritores da primeira metade do século XX. A parte mais substancial era de obras sobre a primeira guerra mundial e de temáticas ou autores militares. Uma boa parte também sobre a explorações e feitos militares portugueses em África. Muita literatura dita "de senhoras", pequenos romances e literatura que hoje seria designada como "light". Que me lembre, quase nada de escritores da segunda metade do século XX.

Convém, no entanto, salientar que a biblioteca que eu conheci era apenas uma pequena parte da biblioteca de AMT, cuja coleção já vinha do pai. Em concreto, o que conheci foi uma seleção feita pela minha mãe e pelas minhas tias: os livros que decidiram guardar após a morte de AMT e venda da casa dos meus avós no Funchal.

Para além da música (já referida anteriormente) era também um aficionado da fotografia, que praticava assiduamente, tendo laboratório em casa e tendo participado em vários concursos. Dedicava-se também ao desenho com tinta da China, segundo as técnicas chinesa e japonesa, mas nunca conheci nenhum destes desenhos.

AMT era um homem com vida social. Sei que era sócio e frequentava o Clube Madeira, frequentava o casino[601], festas e eventos culturais. Contava-se que era presença habitual do café *A Indiana*[602], que se situa na rua do Aljube, junto à Sé do Funchal.

P- Do espólio deixado, há outros documentos relevantes da sua pessoa? Ficaram distinções? Fotos que tirou? Fardamentos ou alguma iconografia relevante?

Para além da referida biblioteca, ficaram inúmeras fotografias, objetos de uso diário, uma espingarda Winchester e objetos militares (espada, dragonas, condecorações, etc.).

[601] Nota: O Casino Pavão abriu em 1907 e encontrava-se localizado nos terrenos do atual Casino Park Hotel.

[602] Nota nossa: *A Indiana* de hoje é uma recriação do primitivo estabelecimento, mais atualizado e com outras características, situado na Rua do Aljube nº1. O primeiro confinamento em Portugal, na primeira vaga da pandemia, decorreu entre 17 de março e 30 de junho de 2020. *A Indiana*, depois de cumprir as restrições inerentes, reabriu a seguir ao confinamento. A última referência publicada que encontrámos referente ao café, foi no Funchal Notícias (publicação em linha), de 17 de abril de 2019, numa crónica intitulada *Lojas de há mais de meio século...desaparecidas!* Um texto de opinião assinado por Maria Fátima Soares, onde se lê: na entrada da Rua do Aljube estava o grande café "A Indiana", cuja frequência era dos senhores de meia-idade. A verdade é que nos nossos dias *A Indiana* funciona, amplamente publicitada, com a oferta dos seus menus e indicações de horário e de estacionamento nos arredores, pormenorizada nas pesquisas em linha e em alguns locais em seu redor, como o Terminal Rodoviário do Funchal, que fica a 699 metros de distância de *A Indiana* (de acordo com a publicidade ao mesmo).

Genealogia

família de António Manuel Trigo por António Carlos Trigo de Bettencourt, seu neto, que usou os pronomes possessivos para situar a hierarquia familiar em relação a ele próprio.

1. António Manuel Trigo (meu trisavô) ~ Carolina Roza Trigo (minha trisavó)

2. Filhos:

Adriano Augusto Trigo (meu bisavô) ~ Adelaide Virgínia dos Santos (bisavó)

3. Filhos:

António Manuel Trigo (meu avô) ~ Alice Celeste Mendes (minha avó)

4. Filhos:

Adriano Mendes Trigo ~ Maria da Glória Neto Henriques

5. Filhos:

José Manuel Neto Henriques Trigo
João Carlos Neto Henriques Trigo

Maria de Lurdes Mendes Trigo
Ângela Mendes Trigo ~ César Augusto de Bettencourt

5. Filhos:

Cristina Trigo de Bettencourt
António Trigo de Bettencourt
César Trigo de Bettencourt
Teresa Trigo de Bettencourt

Maria da Graça Mendes Trigo (mãe) ~ Paulo Pompeu de Bettencourt (pai)

5. Filhos:

Graça Maria Trigo de Bettencourt
João Paulo Trigo de Bettencourt
António Carlos Trigo de Bettencourt

Notas biográficas do oficial António Manuel Trigo

Alferes para o Regimento de Infantaria nº 27 nos termos do artigo 431º do Decreto de 25 de maio de 1911[603] e §2º do artigo 6º da Lei nº 778 de 21 de agosto de 1917 por Decreto de 9 de agosto de 1919, contando a antiguidade desde 1 de março de 1917. Ordem do exército nº 18 (2ª série) de 14 de agosto. Passou à situação de adido por ter sido requisitado para desempenhar comissão de serviço dependente do Ministério das Colónias nos termos do art.º 7º do Decreto de 20 de novembro de 1914, por Decreto de 14 de Fevereiro de 1920. Ordem do Exército nº 3 (2ª série) de 6 de março. Embarcou para a Província de Macau em 20 de Julho.

Desembarcou em Macau em 4 de novembro de 1920, desde quando conta 50 por cento de aumento no tempo de serviço. Colocado no Corpo de Polícia de Macau como subalterno da 3ª Companhia (ordem à Força Armada nº 11 de 30). Colocado na Companhia Europeia de Infantaria em 1 de Março de 1921 (ordem à Força Armada nº3 de 31). Entrou em nova comissão de serviço na Colónia por mais dois anos nos termos do §3º do artigo 4º do Decreto de 20 de novembro de 1914 em 6 de janeiro de 1923.

Ordem à Força Armada nº 1 de 6: promovido a Tenente "segundo comunicação telegráfica de sua Exª o Ministro das Colónias", de 14 de maio de 1923. Ordem à Força Armada nº20 de 19 de maio: Tenente por Decreto de 21 de abril de 1923 contando a antiguidade do posto desde 1 de março último. Ordem do Exército nº8 (2ª série) 5 de maio: colocado como subalterno na 2ª Companhia do Grupo Misto de Metralhadoras e Infantaria em 16 de agosto de 1923. Ordem à Força Armada nº7 (2º semestre) de 18 de agosto: continua em comissão de serviço nos termos do §3º do artigo 4º do Decreto de 20 de novembro de 1914, desde 21 de março de 1925. Ordem à Força Armada nº 13 de 18 de abril: nomeado provisoriamente professor do 3º curso em harmonia com o Regulamento Geral dos cursos para praças de pré da Província de Macau. Ordem à Força Armada nº 11, de 15 de março de 1924: Professor do 3º ano para "praças de pré" [604]desde 15 de outubro. Exonerado de Professor do 3º curso para "praças de pré" em 24 de junho de 1926[605]. Embarcou de regresso à metrópole – a comissão de serviço acabou, na realidade, em 9 de maio de 1927.

[603] A República foi pródiga em legislação desde a primeira hora.

[604] Um praça de pré, ou simplesmente praça, é um militar que pertence a categoria inferior da hierarquia militar.

[605] Sequência da Revolução do 28 de maio de 1926 ou Movimento de 28 de Maio de 1926, ou ainda, pela designação do Estado Novo a "Revolução Nacional", pronunciamento nacionalista, antiparlamentar, liderado pelo general Gomes da Costa a partir de Braga e momento primeiro da Ditadura Militar, depois Ditadura Nacional, que duraria até à Constituição de 1933 e se consolidaria como Estado Novo.

Ordem à Força Armada nº11 de 31: apresentado na Direção Geral Militar das Colónias em 17 de junho e entrando no gozo de sete meses e seis dias de licença graciosa.

Concedidas as vantagens de que trata o § único do artigo 6º do Decreto nº 5570, de 10 de maio de 1919, modificado pela lei nº 1029, de 28 de agosto de 1920, desde 31 de dezembro de 1926 por ter completado o tempo de serviço efetivo como oficial, necessário para o primeiro aumento de 10% sobre o soldo. Ordem do Exército nº 13 (2ª série) de 28 de janeiro de 1928. Colocado no Regimento de Infantaria nº 13. Ordem do Exército citada. Declara-se chegada a altura para entrar no respetivo quadro. Ordem do Exército citada. Colocado no Quadro da Arma pela Ordem do Exército nº 9 (2ª série) de 31 de maio de 1931. No Batalhão de Infantaria nº 97 pela Ordem do Exército nº 11 (2ª série) de 10 de julho de 1931. Professor das Escolas[606] Regimentais[607] desde 2 de novembro de 1931.

No Batalhão Independentes de Infantaria nº25 pela Ordem do Exército nº 20 (2º série) de 27 de novembro de 1931. Exonerado de Professor da Escola Regimental cem 14 de janeiro de 1932. Professor do 1º Curso de habilitações das Escolas Regimentais desde 17 de novembro de 1933. Concedidas as vantagens de que trata o Decreto nº20247 de 24 de agosto de 1931; por portaria de 13 do corrente mês, desde 1 de dezembro de 1933. Por ter completado o tempo de permanência no oficialato desde as datas em que são considerados Tenentes, nos termos do decreto nº17378, de 27 de setembro de 1929, modificado pelo decreto nº19069 de 27 de novembro de 1930, necessário para o segundo aumento de 10% sobre o soldo. Ordem do Exército nº20 (2ªsérie) de 30 de dezembro de 1933. Tomou parte na instrução ministrada aos disponíveis da classe de 1935. (Ordem de Serviço de 16 outubro de 1938). Colocado no Batalhão Independente de Infantaria nº19 por portaria de 10 de novembro de 1939.

Ordem do Exército nº15 (2ª série) de 30, de harmonia com as instruções para a execução do Decreto nº29957 de 24 de outubro de 1939.

Considerado na situação de reserva nos termos da alínea a) do artigo 1º do Decreto-Lei nº28404 de 31 de dezembro de 1937, desde 13 de maio de 1940 (nota nº5099 da 2ª repartição da 1ª Divisão geral do Ministério da Guerra) e Ordem do Exército nº13 (2ª série) de 29 de junho

[606] O primeiro Regulamento das Escolas Regimentais foi estabelecido em 1862. Em 1879, pela Portaria de 19 de Janeiro de 1862 (Ordem do Exército de 5 de Março de 1862). Em 1879, foram novamente reorganizadas, pelo Decreto de 22 Dezembro 1879 (Ordem do Exército no 26 de 31 Dezembro 1879)., com a criação de dois cursos ligados à formação de quadros, (um curso para promoção a cabo e outro para sargento), além da sua frequência ser obrigatória para todos os militares analfabetos.

[607] Cf. Ordem do Exército no 19 de 1915 - Portaria de 30 de Dezembro de 1915 (Regulamento das Aulas Regimentais) Este diploma mantém a finalidade do combate ao analfabetismo mas revela também o objectivo da formação dos quadros inferiores do exército. Cartas de Lei de 4 e 14 Setembro de 1915 e Portaria de 23 Dezembro 1915.

de 1940. Nomeado adjunto e arquivista do Comando Militar da Madeira, pela Ordem do Exército nº16 (2ª série) de 31 de julho de 1940. Adjunto do Distrito de Recrutamento e Mobilização nº19 ficando exonerado de adjunto e arquivista do Comando Militar da Madeira, pela Ordem do Exército nº17 (2ª série) de 31 de agosto de 1940. Desligado do serviço, nos termos da última parte do artigo 15ª do Decreto-Lei nº28404 de 31 de dezembro de 1937, por ter atingido o limite de idade para transitar para a situação de reforma. Ordem do Exército nº6 (2ªsérie), de 1 de junho de 1962.

Prémios, condecorações e louvores (Trigo, 1948)

Medalha militar de prata da classe de comportamento exemplar. Ordem, do Exército nº 7 (2ª série) de 9 de junho de 1928. Louvado pela maneira enérgica e criteriosa como reprimiu os motins populares ocorridos na vila de Machico no dia 5 do corrente (artª7 da Ordem de Serviço do Comando Militar da Madeira de 9 de agosto de 1936). Cavaleiro da Ordem Militar de Avis. Ordem do Exército nº 5 (2ª série) de 31 de março de 1938. Louvores porque no desempenho de todos os serviços de que tem sido incumbido neste Distrito de Recrutamento e Mobilização nº 19, manifestou sempre competência, elevado zelo e inexcedível lealdade, a par de uma sã camaradagem, aliada a uma grande correção, qualidades estas que me apraz salientar por, em grande parte, tem contribuído para facilitar a minha missão (Ordem de Serviço nº18 do Distrito de Recrutamento e Mobilização nº18 do Distrito de Recrutamento e Mobilização nº19, de 28 de fevereiro de 1945. Louvado pelo zelo e dedicação sempre manifestada no desempenho dos seus serviços pelo que é considerado um bom auxiliar dos seus chefes (Ordem de Serviço nº26 do Distrito de Recrutamento e Mobilização 19 de 8 de abril de 1953.

Acima de tudo, orgulhosamente, em 1937 [o tenente] António Manuel Trigo destacava o facto de ter sido condecorado com o grau de oficial da Ordem Militar de Avis (grau de cavaleiro desta Ordem, registado como atrás se disse na Ordem do Exército nº 5 (2ª série) de 31 de março de 1938). Esta distinção, de acordo com a Presidência da República Portuguesa 97(2011b, para. 1), "destina-se a premiar altos serviços militares, sendo exclusivamente reservada a oficiais das Forças Armadas e da Guarda Nacional Republicana, bem como a unidades, órgãos, estabelecimentos e corpos militares".

ANEXO

Colegas de ano e curso, infantaria, de António Manuel na Escola de Guerra (ano de matrícula de 1917)[608]. Pela dimensão deste trabalho, apenas destacámos as biografias de alguns deles, que considerámos realçar.

Abílio Augusto Telles Grilo[609], 19 anos, de Angola, Umpata.
Acácio Augusto Leite Velho Domingues, 21 anos, Mogadouro.
Acácio Francisco Leão Cabreira Henriques, 20 anos, Lisboa.
Acácio Joaquim Gomes, 20 anos, Mogadouro, Bemposta.
Acácio, Norberto Carvalho, 20 anos, Barreiro.
Adolfo Augusto Gouveia Pinto Jr., 23 anos, Lisboa.
Afonso Jaime de Bivar Mora Brito[610],17 anos, Estremoz.
Agostinho Joaquim Oliveira de Bastos, 18 anos, Lamego.
Alberto Alves Machado, 19 anos, Vila Real.
Alberto Barbieri de Figueiredo Cardoso[611], 21 anos, Lisboa.
Alberto Carlos Figueiredo de Albuquerque, 19 anos, Castelo Branco.
Alberto Maria Mendonça, 26 anos, Ílhavo.
Alberto Ribeiro da Silva Moura, 19 anos, Lisboa.
Alexandre Rocha Pinto, 20 anos, Tomar.
Alfredo Abeilard Vieira, 17 anos, Porto,
Alfredo Alberto da Silveira Lorena, 20 anos, Nova Goa.
Alfredo Dias de Almeida Silvano, 21 anos. Ambriz, Angola.
Alfredo Faro de Araújo, 28 anos[612], Leiria.
Alfredo Marques, 19 anos, Viseu.
Alfredo Pimenta Ramos de Faria Júnior, 23 anos, Britelo, Celorico de Basto.
Alfredo Torres Baptista, 22 anos, Santarém.

---

[608] Arquivo histórico militar, fundo 100 peças 01. 1790 | 1940 listagem de antigos alunos da Academia da Fortificação da Escola do Exército, da escola de guerra e da Escola Militar.

[609] Tio do escritor Jorge de Sena. Os avós maternos de Jorge de Sena são João Telles Grilo (Castelo Branco, 1855 -Lisboa, 1925) e Isabel dos Anjos Rodrigues Telles Grilo (1856-1944), ela oriunda de uma família de comerciantes ricos do Porto.
Pela Portaria de 12 de setembro de 1890, foram nomeados "professores régios", e colocados em Chibia, Angola, onde viveram, com os seus 12 filhos, durante décadas, mesmo depois da implantação da República. Dos seus 12 filhos foi possível identificar, Maria Ofélia (Covilhã, 1881-1882), Maria da Luz (Covilhã, 1882-Lisboa, 1967), Romero Augusto (Porto, 1883), Mário Augusto (Porto, 1885 - Bragança, França, 1917), Maria Dinorah (Porto, 1886 - Moçambique, Maputo), João Júnior (Porto, 1887 - Benguela, 1957), Maria Nazaré (Lisboa, 1889 - Oeiras), Maria Judite (Porto, 1890), Germano Augusto (Angola, Chibia, 1892 - Lisboa, 1977), Jaime Augusto (Porto, 1893 - Coimbra, 1974), Maria Beatriz (Porto, 1895 - Aveiro, 1968), Abílio Augusto (Angola, Umpata, 1898 - Bragança, França, 1971).
Cf. https://digitarq.cpf.arquivos.pt/details?id=39188

[610] Apesar do nome registado no Arquivo aqui consultado, acreditamos tratar-se do pai da escritora Maria Velho da Costa, Afonso Jaime de Bivar Moreira de Brito Velho da Costa (filho de Baltazar de Bivar Moreira de Brito Velho da Costa e de sua mulher D. Ana Moreira de Brito Velho da Costa). Nasceu a 15/9/1899, em Estremoz. Depois dos cursos do Colégio Militar e da Escola de Guerra, assentou praça como oficial na arma de infantaria. Coronel em serviço no comando da polícia de Segurança Pública. Grande Oficial da Ordem de Aviz, Medalha de Mérito Militar, 2ª Classe, Comportamento Exemplar (ouro) e Assiduidade da Polícia de Segurança Pública e da Guarda Nacional Republicana. Enquanto oficial de Infantaria, foi promovido a coronel em 1955, tornou-se membro do corpo de censores à imprensa na comissão de censura de Lisboa em 1958. Maria Velho da Costa nasceu a 26 de junho de 1938 em Lisboa, filha natural legitimada pelo subsequente casamento de seus pais, Afonso Jaime de Bivar Moreira de Brito Velho da Costa e sua segunda mulher, Julieta Vaz Monteiro da Assunção.

[611] A forma simplificada do nome, Barbieri Cardoso, tornou-se bem conhecida na história do Estado Novo. Vários elementos da família cursaram a Escola de Guerra.

[612] O aluno mais velho da turma.

Álvaro Duarte da Silva Sanches, 20 anos, Arganil.
Ambrósio Caminata[613], 26 anos, Funchal,
Aníbal Augusto Ferreira Vaz, 19 anos, Vila Real.
Antero Dâmaso das Neves, 24 anos, Lisboa.
Antero Luís Martins de Figueira, 25 anos, Castro Verde.
Antero Veríssimo da Cunha, 23 anos, Angra do Heroísmo.
António Argel de Melo. 21 anos, Figueira da Foz.
António Arriscado Nunes[614], 19 anos, Porto.
António Augusto Sousa, 19 anos, Moncorvo.
António Dias Magalhães, 21 anos, Amarante.
António Epifânio Antunes Cabrita, 18 anos, Tavira.
António Ferreira Baptista, 27 anos, Vila Nova de Gaia.
António Henrique Arias Valente do Couto, 26 anos, Nova Goa.
António Jerónimo Arnao Taveira da Paixão Metello, [615]20 anos, Barroso.
António Joaquim Teixeira, 20 anos, Loulé.
António Maria Freire da Costa, 23 anos, Lisboa.
António Maria Peneda, 20 anos, São João da Barquinha.
António Matoso Pereira, 19 anos, Castelo Branco.
António de Paula Brito, 25 anos, Luanda.
António do Reis Rumina[616], 21 anos, Sesimbra.
António dos Santos Figueiredo, 17 anos, Lamego.
António Teodorico Loureiro Pipa, 20 anos, Braga.
Armando Aquiles do Espírito Santo, 18 anos de Lisboa.
Armando Eduardo Pinto Correia[617], 19 anos, Câmara de Lobos, Madeira.
Armando Esteves, 27 anos, Olivais.
Armando Xavier da Mota Pereira[618], 23 anos, Sertã.
Armando Salgado, 17 anos, Porto.
Artur Augusto Rodrigues, 20 anos, Freixo de Espada à Cinta.
Artur Rodrigues de Paula Santos, 23 anos, Bombarral - Carvalhal.
Artur Veloso Machado[619], 20 anos, Funchal.
Augusto Eugénio da Guerra Teixeira, 25 anos, Elvas.

---

[613] Um dos camaradas de António Manuel naturais do Funchal, Ambrósio Caminata era filho de um cidadão italiano com uma cidadã portuguesa. Atingiria a patente de major e seria proposto e aceite ao Grau de Cavaleiro por duas vezes. Era um pouco mais novo que António Manuel.

[614] Seria o pai de um dos mais notáveis sociólogos portugueses, o Professor João Arriscado Nunes. António Arriscado Nunes teve comissões de serviço em muitos pontos onde Portugal reivindicava territórios, na Índia, em Angola, na Guiné-Bissau. Foi o comandante do regimento da cavalaria do Porto, um dos regimentos que tomou a cidade do Porto no dia 25 de abril de 1974.

[615] Viria a ser o pai de António Carlos [Dejante Pinto] de Magalhães Arnao Metello, Ministro da Administração Interna, entre 26 de Março e 8 de Agosto de 1975, e vice-primeiro-ministro do General Vasco Gonçalves, entre 8 de Agosto e 19 de Setembro de 1975.

[616] Distinguir-se-ia na investigação de temas em torno da organização dos serviços estatísticos nas colónias e as suas relações com o Instituto Nacional de Estatística.

[617] Mais um colega vindo da Madeira. No Arquivo Histórico Militar encontrámos o seu percurso na Primeira Guerra, embarcando para Brest, onde chegou a 26 de agosto de 1918. Regressou aparentemente de boa saúde, em 1919.

[618] Na pesquisa que fizemos sobre cada um destes alunos, detetámos, em relação a Armando Xavier uma correspondência próxima, arquivada no arquivo histórico militar, que regista o boletim individual de Artur Xavier da Mota Pereira, também natural da Sertã, Capitão, ao serviço do CEP, que regressaria a Portugal pouco antes do fim da guerra, para tratamento (cf. https://ahm-exercito.defesa.gov.pt/viewer?id=126509&FileID=1128754&recordType=Description). Especulamos: seria o pai do aluno da Escola de Guerra, pelas várias coincidências (nome, localidade de origem, apetência militar).

[619] Mais um colega do Funchal.

Augusto Paes Pinheiro de Figueiredo, 18 anos, Viseu.
Avelino Barbieri de Figueiredo Batista Cardoso, 19 anos, Lisboa.[620]
Bartolomeu da Silva Varela, 25 anos, Vila Real.
Basílio de Mendonça Nobre Marreiros, [621]21 anos, Aljezur.
Bento de Jesus Seguro Ferreira. 21 anos, Cascais.
Carlos Alberto Garcia Alves Roçada[622], 19 anos, Lagoa.
Carlos Ângelo Quintino, 26 anos, Loulé.
Carlos Eduardo Cardoso dos Santos, 18 anos, Vila Real.
Carlos Gomes dos Santos, 23 anos, Coimbra.
Carlos José Moreira. 20 anos Maia.
Carlos Mário da Conceição, 21 anos. Lisboa.
Carlos Moreira da Silva, 25 anos, Porto.
Carlos Rodrigues Varela, 19 anos, Leiria.
Carlos da Silva Carvalho, 20 anos, Leiria.
Carlos de Sousa Melo Abreu, 28 anos, Porto.
Carlos Teixeira Marques, 23 anos, Braga.
Carlos Tavares de Oliveira Moraes, 20 anos, Aveiro.
César Amadeu da Costa Cabral, 17 anos, Lamego.
Cristóvão Jaime da Ascensão[623], 21 anos, Funchal.
Décio da Mata Calisto, 21 anos, Rio Maior.
Demérito Hilarião Lomelino Veloso, 20 anos, Santo Antão, Cabo Verde.
Denis Evangelista Torres Júnior, Serpa, 20 anos.
Edmundo Quirino Nunes de Souza, 19 anos.
Eduardo Augusto Marques, 25 anos. Lisboa.
Eduardo da Cunha Carmona e Silva, 18 anos, Viseu.
Eduardo Félix da Ascensão, [624]25 anos, Funchal.
Eduardo Francisco Ribeiro, 19 anos, Estremoz.
Eduardo Madeira Montês, 21 anos, Santarém.
Ernesto Dias Coelho, 23 anos, Pinhal, aspirante a miliciano.
Eugénio Santos Barjona de Freitas[625], 20 anos, Vila Nova de Ourém.
Filipe Augusto do Ó Costa, 27 anos, Faro.
Filipe Augusto Sousa Tribolet,[626] 20 anos, Lisboa.
Fernando dos Santos Costa[627], 17 anos, Alcafache.
Fernando Martins Salgado, 20 anos, Porto.
Fernando Teixeira da Rocha Pinto, 18 anos, Lisboa.
Fernando Marques Gomes, 24 anos, Aveiro.

[620] Avelino Barbieri de Figueiredo Baptista Cardoso, nascido em Lisboa a 17 Junho 1898, oficial do Exército português, chegou ao posto de General. Foi deputado à Assembleia Nacional, comandante-geral da Legião Portuguesa, 2º comandante do Governo Militar de Lisboa e comandante da Guarda Nacional Republicana.

[621] Na pesquisa que fizemos, encontrámos uma referência ao seu nome no jornal *O Algarve* – página 2, do nº 68 do segundo ano de tiragem, do domingo dia 11 de julho de 1909-, que listava o nome dos alunos aptos a fazer exame de admissão à segunda classe, no Liceu Nacional de Faro.

[622] Médico e Militar, nasceu em Lagoa onde está destacado na toponímia local.

[623] 1ºcabo miliciano, conterrâneo de António Manuel.

[624] Sem surpresa, mais um funchalense que não é referido nas Memórias.

[625] Filho de Augusto Alexandre Barjona de Freitas (Coimbra, 10 de Julho de 1857) médico e político, deputado às Cortes pelo círculo eleitoral de Montemor-o-Velho, eleito pelo Partido Regenerador, em 1900 sucedeu a seu pai, o estadista Augusto César Barjona de Freitas, como par do reino, mantendo-se na Câmara dos Pares até à implantação da República Portuguesa em 1910.

[626] Combateu na batalha de La Lys e foi ferido, distinguindo-se, porém, sendo agraciado com a Cruz de Guerra de segunda classe.

[627] Ler o destaque à figura de Fernando dos Santos Costa, no corpo da tese e cf. nota 295.

Francisco da Câmara Leme de Freitas[628], 24 anos. Santana, Ilha da Madeira.
Francisco da Costa Correia, 21 anos, Lisboa.
Francisco Dias de Andrade Pissarra, 24 anos, Guarda.
Francisco Fernandes Pereira da Costa, 19 anos, Vila Real.
Francisco Henriques de Carvalho, 20 anos, Lisboa.
Francisco Holbech Fino[629], 18 anos, Lisboa.
Francisco Pedro Simões Silva, 19 anos, Sobral de Monte Agraço.
Francisco Solésio Padinha, 20 anos, Tavira.
Frederico Augusto Lopes da Silva Júnior, 21 anos, Açores.
Frederico Peixoto Chedas[630], 19 anos, Lisboa.
Gaspar Rebelo, 19 anos, Vila Real.
Guilherme Pereira, 21 anos, Lisboa.
Heitor dos Santos Patrício, [631]20 anos, Silves.
Henrique Domingues Peres, 23 anos, Porto.
Henrique Read Frazão. [632]19 anos, Ponta Delgada.
Homero Augusto Lopes das Neves, 17 anos, Vila Nova de Ourém.
Hermenegildo Chaves da Paiva, 20 anos, Silves.
Alberto França da Silva, 17 anos, Odemira.
Ismael Joaquim Spínola, 22 anos, Funchal.[633]
Jaime Arnaldo Veiga Cardoso,18 anos, Montemor-o-Novo.
Jaime Eurico Marques Monteiro, 17 anos, Estremoz.
João Augusto Casanova Pinto, 19 anos, Porto.
João Augusto da Paixão Moreira, 18 anos. Porto.
João Barroso, 20 anos, Porto.
João Barroso Lopes, 20 Anos, Castelo Branco.
João Cândido de Figueiredo Valente, 23 anos. Alandroeiro.
João Carrington Simões da Costa, 26 anos, Figueira da Foz.
João Carvalho dos Santos, 23 anos, Santa Marta de Penaguião.
José Gago, 21 anos, São Brás de Alportel.
José Júlio Antunes, 25 anos. Almeida.
João Maia Alves Esteves, 21 anos, Mirandela.
João Pedro Soares de Luna, 20 anos, Lisboa.
João Vitorino Soares de Avelar, 24 anos, Santa Marta de Penaguião.
Joaquim Cardoso de Moura Bessa[634], 20 anos, Porto.

---

[628] Outro funchalense não referido. Na Escola de Guerra desde 1917, primeiro cabo.

[629]Iria atingir a patente de General do Exército. Foi Comandante-Chefe das Forças Armadas de Angola.

[630] Do seu processo individual consta a Proposta do Ministro do Interior para condecoração com o grau de Cavaleiro da Ordem Militar de Cristo, de 9 de abril de 1934, aprovada pelo Conselho da Ordem, em 13 de agosto de 1934; decreto de concessão, de 5 de outubro de 1934, assinado pelo Presidente da República, Óscar Carmona, e pelo Ministro Antonino Gomes Pereira (publicado no D.G. nº 253, de 27 de outubro de 1934). Frederico Peixoto Chedas seria Tenente da Infantaria, e seria colocado em serviço na G.N.R.

[631] Mais tarde coronel de Infantaria. Constam do seu processo: Condecoração com o Grau de Comendador da Ordem Militar de Avis, com Decreto de concessão datado de 30 de agosto de 1944 (publicado em 6 de novembro de 1944); e Condecoração com o Grau de Grande-Oficial, com Decreto de concessão datado de 9 de agosto de 1952 (publicado em 10 de dezembro de 1952)

[632] Alegadamente, terá feito frente à ditadura do Estado Novo, integrando o levantamento dos Açores, de 1931. A Madeira viveria episódios idênticos no mesmo período.

[633] Mais um funchalense. Ismael viria a graduar-se como Major e a obter Grau de Comendador, com Decreto de 21 de Novembro de 1947.

[634] O arquivo histórico da presidência da república contém uma proposta com o Grau de Cavaleiro da Ordem Militar de Avis, de 22 de abril de 1934, aprovada, em 12 de julho de 1934; Decreto de Concessão publicado no DG n.º 234, de 5 de outubro de 1934.

Joaquim Felizardo Velez Caroço, 21 anos, Portalegre.
Joaquim Maia Valente, 22 anos, Estarreja.
Joaquim Otero Pereira Leite, 18 anos, Lisboa.
Joaquim dos Prazeres Pereira, 22 anos, Sernancelhe.
Jordão Luís Drumond de Castro e Abreu[635], 27 anos Santa Cruz.
Jorge César Batista, 18 anos, Lagos.
José Joaquim Nogueira Júnior, 18 anos, Leiria.
José António Guerreiro Rebeca Júnior, [636]19 anos, Faro.
José António Miranda Coutinho, 20 anos, Santarém.
José Augusto de Araújo, 24 anos, Vidigueira.
José Carlos de Souza Navarro 21 anos, Niza.
José Cortez Ferreira da Silva, 18 anos, Faro.
José Dourado de Oliveira Martins, 22 anos, Viseu.
José Duarte Matos, 20 anos, Tondela
José João da Cruz Pereira, 22 anos, Viseu.
José Joaquim da Santa Clara, 21 anos, Elvas.
José Joaquim de Sousa, 20 anos, Ponta Delgada.
José de Lemos e Sousa, 20 anos, Viseu.
José Maria Leite Ribeiro, 19 anos, Lisboa.
José Maria de Lima e Lemos, 22 anos, Estarreja.
José Maria da Mata, 18 anos. Caminha.
José Maria Mira da Costa, 20 anos, Vidigueira.
José Maria da Silva Oeiras, 19 anos, Paço de Arcos.
José de Monteiro da Rocha Peixoto, 21 anos, Baião.
José Raul Alves da Cruz, 20 anos, Lisboa.
José Raul Ramalho Fernandes, 16 anos, Viseu.
José da Rocha Soeiro, 22 anos, Sabrosa.
José Rodrigues Aguinha Júnior, 20 anos, Pavia.
José da Rosa Mendes, 22 anos, Vidigueira.
José da Silva Lopes, 21 anos, Vila Nova de Ourém.
José Simões, 19 Anos, Penacova.
José Vieira da Silva, 22 anos, Lisboa.
João Victor Mateus Cabral, 19 anos. Lisboa.
José Vítor Nobre da Costa Sequeira, [637]21 anos, Lisboa.
José Vitorino Magalhães, 21 anos, Tavira.
Julião Sarmento Vasconcelos e Castro[638], 21 anos, Porto.
Júlio Alberto Gomes de Carrilho, 21 anos, Carnide.
Júlio da Conceição Garola, 21anos, Lamego.
Laurindo Ferreira de Magalhães Vasconcelos, 26 anos, Marco de Canaveses.
Lázaro dos Santos Monteiro, 25 anos, Bragança.
Luís Augusto de Oliveira, 22 anos, Vila Nova de Foz Côa.
Luís Emílio dos Santos Seca, 21 anos. Braga.
Luiz Inácio Rodrigues, 18 anos, Vimioso.

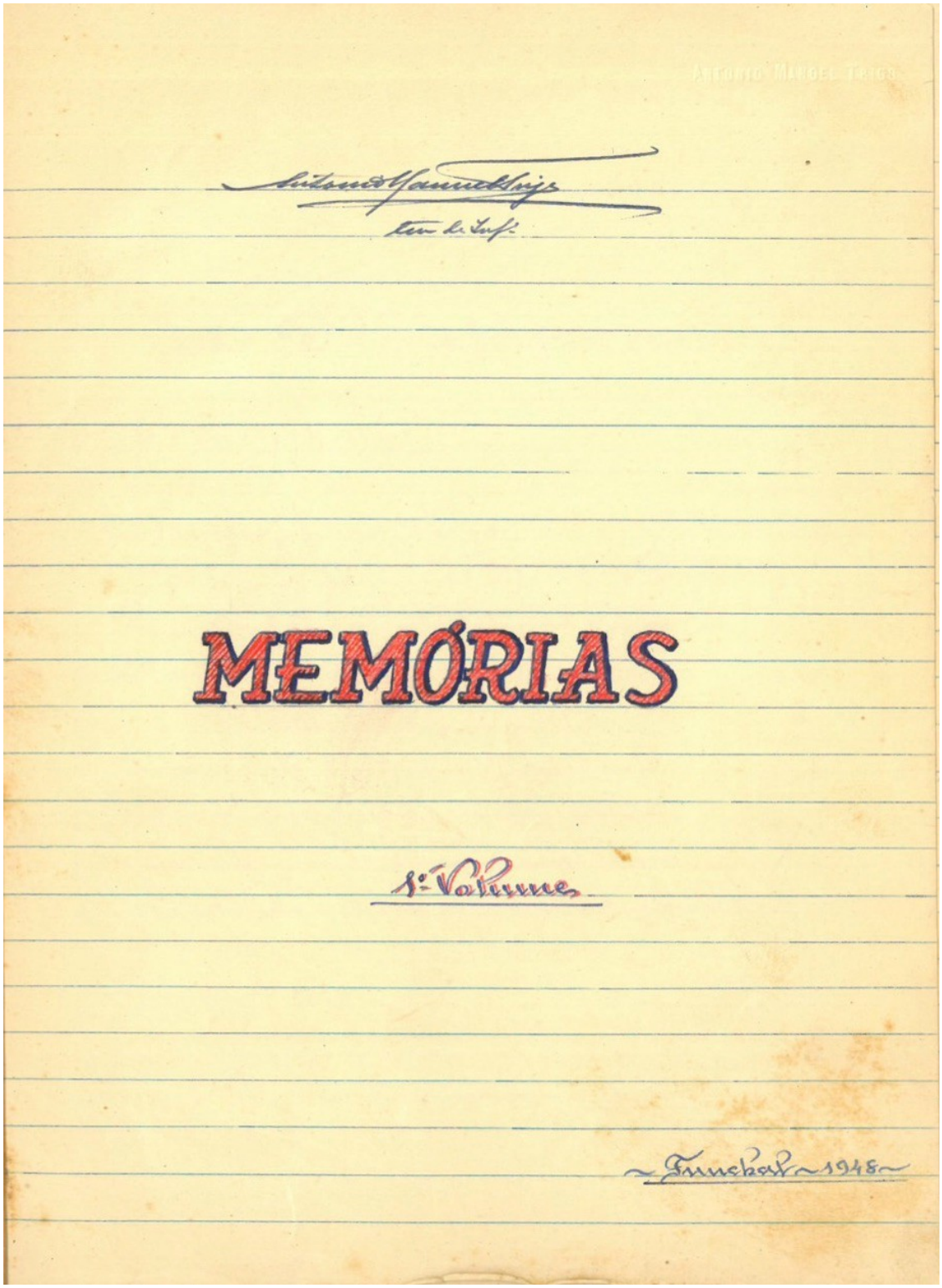
[635] Outro madeirense, este do Caniço.
[636] Rebeca Júnior assinaria vários trabalhos sobre a colonização portuguesa de Angola e Moçambique, bem como a história daqueles territórios.
[637] Apesar da idade constar na ficha de inscrição da Escola, há uma nota que refere "data de nascimento desconhecida"
[638] Tem o mesmo nome do 1º Visconde de Moimenta da Beira, o que acredita aceitar um natural parentesco com aquele.

Luiz Justino Teixeira de Vasconcelos e Sá, 20 anos, Cascais.
Manuel Augusto dos Mártires Falcão, 21 anos, Alpiarça.
Manuel Esteves de Matos Proença, 20 anos, Belmonte.
Manuel Francisco de Melo Júnior, 21 anos, Ponta Delgada.
Manuel Gomes de Araújo, 19 anos, Barcelos.
Manuel Gonçalves de Sena, 19 anos, Póvoa de Varzim.
Joaquim de Campos, 20 anos, Penamacor.
Manuel Luís Rodrigues, 20 anos, Lourinhã
Manuel Maria Coelho Júnior, 20 anos, Porto,
Manuel Maria Moniz, 20 anos, Celorico de Basto.
Manuel Mariano Ribeiro Júnior, 18 anos, Évora.
Manuel de Matos Vila Real, 22 anos, Nogueira.
Manuel do Nascimento Vieira, 19 anos, Ponta Delgada.
Manuel Nogueira de Almeida, 27 anos, Porto.
Manuel Vilhena de Melo Sampaio[639], 18 anos, Faro.
Manuel Nunes Farinha[640], 25 anos, Funchal.
Mário Alberto Soares Pimentel, 20 anos, Margão, Índia.
Mário de Azevedo Lima, 20 anos, Porto.
Mário Augusto Gil, 22 anos, Bragança.
Mário Eugénio de Andrade Valente, 20 anos, Bragança.
Mário de Matos, 24 anos, Coimbra.
Mário de Paiva Nunes, 17 anos, Ferreira do Zêzere.
Mário Ramos da Silva, 26 anos, Monforte.
Mário Raul Carvalho da Silva, 21 anos, Lisboa.
Mário Rodrigues Carvalho, 21 anos, Lisboa.
Mário Telles Pamplona, 17 anos, Lisboa.
Mateus Augusto Sepúlveda Sampaio, 22 anos, Alijó, Favaios.
Mateus Pestana de Gouveia Funchal, 21 anos.
Maximino Abranches. Mendes. De Souza Neves? 20 anos de Lisboa.
Miguel Artur Guedes da Silva. Da Silveira. 21 anos Beja.
Miguel Cristóvão Araújo. 22 anos Angra do Heroísmo.
Mário Ramos da Silva. 26 anos. Mal forte. Alferes miliciano.
Mário Raul Carvalho da Silva. 21 anos, Lisboa.
Mário Teles Pamplona. 17 anos, Lisboa.
Norberto Joaquim Teixeira de Castro, 19 anos, Bragança.
Rodrigo Brandão Guedes Pinto, 19 anos, Porto.
Rodrigo Herculano Franco, 20 anos, Bragança.
Rogério Vieira da Silva Castro, 20 anos, Porto.
Raul Martins da Costa, 20 anos, Lisboa.
Reinaldo Pimentel de Almeida. 27 anos, Alagoas,
Renato Ferraz de Boaventura Peniche, 19 anos.
Raul Duarte Silva só Vicente Cabo Verde, 25 anos.
Tito Victor da Cruz, 22 anos, Bragança.
Vasco Ramos de Figueiredo, 19 anos, Coimbra.
Virgínio Manuel Monsanto Braga, 20 anos. Lisboa.

[639] Manuel Vilhena de Melo Sampaio, permitindo-se o uso do apelido São Payo, tem registo no Instituto da Nobreza Portuguesa que ainda considera um Marquês de São Payo por certificado de 3 de março de 2008.
[640] Mais um funchalense.

Nota:
Pela proximidade das Memórias narradas com António Manuel Trigo, distinguimos nesta Tese a figura de Alfredo António de Freitas Branco. Entra oficialmente na Escola de Guerra em 1918, aos 28 anos. Natural do Funchal. Tem uma biografia coincidente com a de António Manuel, mas, apesar do autor das Memórias referir pessoas da família Freitas Branco, omite simplesmente o seu colega de curso, arma e sorte. No Arquivo Histórico Militar o processo de Alfredo António de Freitas Branco exibe a seguinte ressalva:
Demérito por motivos políticos.

ANEXO FOTOS 1



Folha de rosto do caderno *Memórias.*

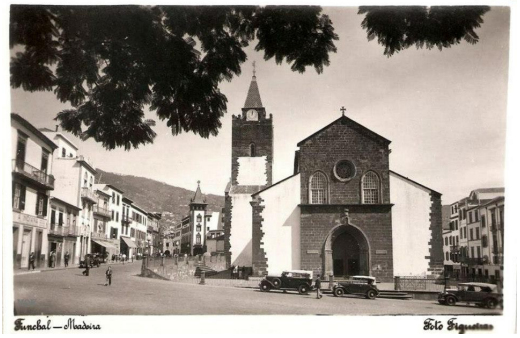


Foto Figueiras. Coleção Hugo Reis. (JLS)

Rua do Aljube (onde se situa *A Indiana*) e Largo Dom Manuel I (ou Largo da Sé), Funchal. Bilhete Postal de data desconhecida.

NOTA: Fotos da família, cedidas exclusivamente para esta Tese.


António Manuel Trigo, em 1897, aos quatro anos de idade (quase cinco).


Aluno de instrução primária, quarta classe, Funchal, em 1906. (treze anos).


António, aluno do terceiro ano do Liceu Central do Funchal, em 1912, com as irmãs, Ângela e Amélia.


Aluno 1º ano de arquitetura


AMT, 2º Sargento Cadete da Escola de Guerra 16-09-1917.


Tenente


AMT, Tenente de Infantaria do Batalhão Independente Infª nº25


Foto captada no Município do Machico, Madeira.
António Manuel Trigo, Comandante de Diligência.

 António Manuel, com a mulher, Alice, e os filhos Adriano e Maria.



Bilhete de identidade emitido pelo Mistério da Guerra, datado de 1920. Frente e verso.

 AMT. Oficial na reforma.

 Igreja de Santa Luzia, Funchal.


A família Trigo.
António Manuel Trigo retratado na fila de cima, o primeiro de pé, à esquerda. Na mesma fila, o último da direita, o primo João Manuel Trigo.


Foto Benoliel, para a revista Ilustração Portuguesa, em 1917. O General Moraes Sarmento comandante da Escola de Guerra e os oficias que, à época, compunham o corpo docente da mesma Escola.


Foto Benoliel, para a revista Ilustração Portuguesa.
Os novos oficiais, que em breve estarão em França, com os novos alunos, os professores e o comandante da Escola. A imagem de António Manuel Trigo perde-se aqui entre os novos alunos, sem conseguirmos identificá-lo. A foto é da edição de 14 de maio de 1917 e foi captada apenas alguns dias antes de ser publicada.



Anúncio publicitário, publicado no Diário de Notícias de 1 de agosto de 1917 e cujo público-alvo incluía evidentemente os alunos da Escola de Guerra.

ANEXO FOTOS 2
ESPÓLIO DA FAMÍLIA TRIGO, FOTOS e DOCUMENTOS NÃO INCLUÍDOS NAS "MEMÓRIAS"

Em todas as fotos, António Manuel Trigo.



Foto de 4 de julho de 1912.



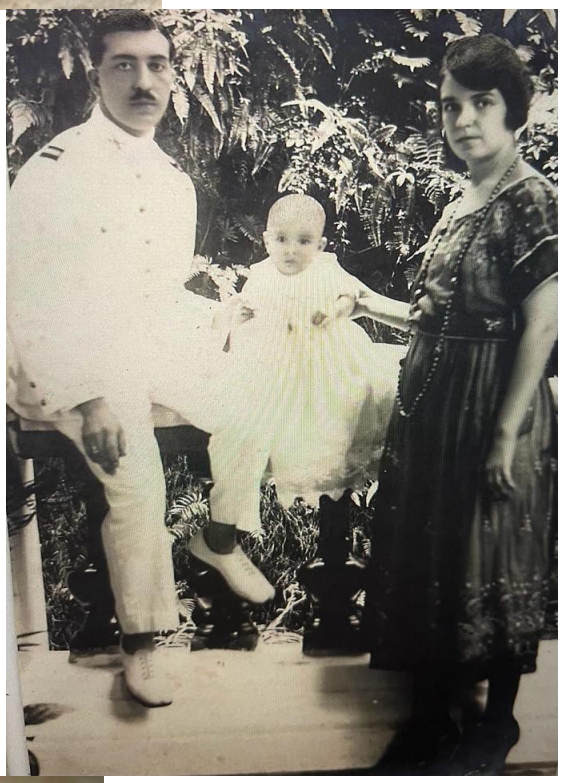


Duas fotos de 1917.



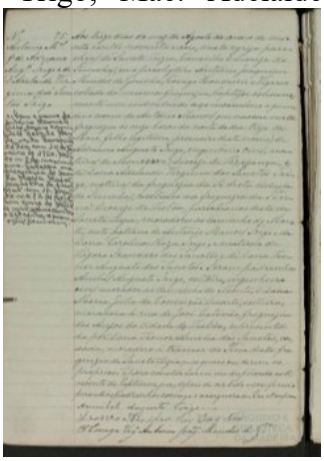


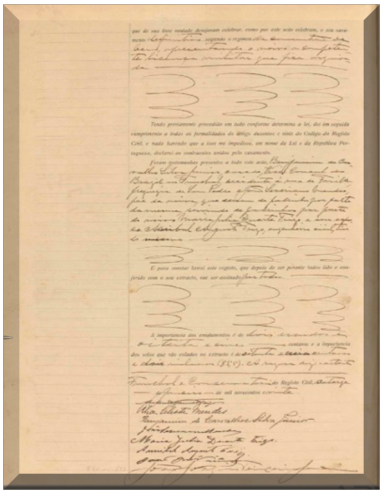




Registo de batismo n.º 75: António Manuel. Pai: Adriano Augusto Trigo; Mãe: Adelaide Virgínia dos Santos Trigo

Registo PT/ABM/PFUN03/001/00047/000075 - Registo de batismo n.º 75: António Manuel. Pai: Adriano Augusto Trigo; Mãe: Adelaide Virgínia dos Santos Trigo, D. Arquivo e Biblioteca da Madeira 

Registo de casamento de António Manuel Trigo 

Outras informações:
António Manuel Trigo, casou com Alice Celeste Mendes, em 14.01.1920, na Conservatória do [Funchal], reg. n.º 8.
Faleceu em 10 de abril de 1971, em Santa Maria Maior, Funchal, registo n.º 482. Liv. 1498, f. 38 v.º

O funeral saiu, a 11 de abril, pelas 17 horas, da capela do cemitério de Nossa Senhora das Angústias, para jazigo no mesmo. Nota: foi celebrada missa de corpo presente.

Nota 2. Em Santa Maria Maior situa-se a Fortaleza de Santiago e Cemitério Judaico do Funchal (na Rua do Lazareto, onde estão sepultados judeus sefarditas e asquenazes).

ANEXO FOTOS 3

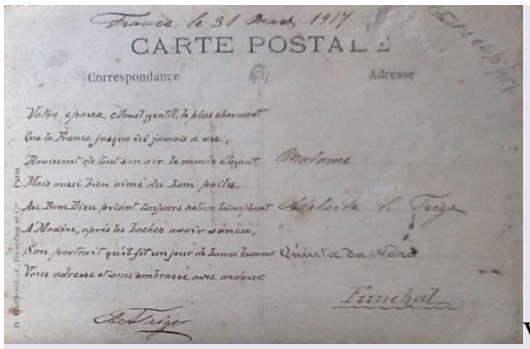
Fotos propriedade da família Trigo

Adriano Augusto Trigo



O pai de António Manuel, Adriano Augusto Trigo, coronel em 1917.
Chefiando o *Regimento* de Infantaria 22, de Portalegre, seguiu no início desse ano para assumir o comando do 2º Regimento de Infantaria do Corpo Expedicionário Português em França.

Bilhete postal enviado de França por Adriano Augusto Trigo

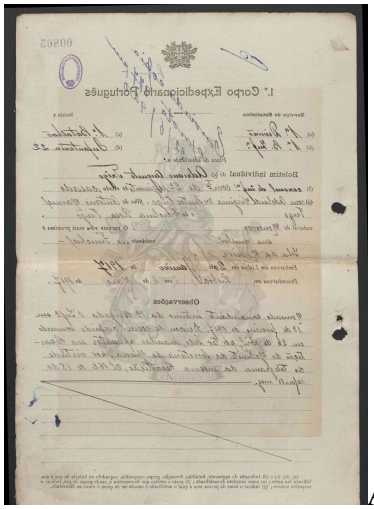


Votre epoux, c'lonel gentil, le plus charmant que la France jusque ici jamais a vu, Ravissant de tout son air le monde elegant, Mais aussi bien aimé du bon poilu. Au Bon Dieu priant toujours retour triomphant Á Madère, aprés les boches avoir vaincu, Son portrait qu'il fit un jour de bonne humeur Vous adresse et vous embrasse avec ardeur.



O pai e duas irmãs de AMT. Foto tirada nos Armazéns do Chiado, na altura também conhecido por Palácio Barcelinhos. Os Armazéns foram inaugurados em 1894 (dois anos depois do nascimento de António Manuel Trigo), sendo seu proprietário Nunes dos Santos. Era ponto de encontro elegante para os lisboetas, reproduzindo o gosto parisiense e oferecendo, em amplo espaço comercial, peças raras de confeção, perfumaria e ourivesaria.


O pai de António Manuel, Adriano em foto de estúdio ao gosto da época.


Arquivo Histórico Militar. Documento sobre a situação militar de Adriano Augusto Trigo, coronel de infantaria e comandante do 2º regimento, que, nomeado comandante interino da 1ª Brigada de Infantaria, a 13 de fevereiro de 1917 e depois de ter partido para França deixou de exercer o referido comando em 20 de abril de 1917, por ter sido mandado apresentar na Repartição do Gabinete da Secretaria da Guerra.
Código de referência
PT/AHM/DIV/1/35A/1/04/0865

Plano Geral [641]dos arruamentos e das novas avenidas a construir na parte norte da cidade de Macau, apresentado pelo diretor das Obras Públicas, engenheiro, coronel Adriano Augusto Trigo, ao Conselho Técnico, em sua sessão de 15-09-1921.

OBSERVAÇÕES ACERCA DO TRAÇADO DAS NOVAS AVENIDAS

AVENIDA HORTA E COSTA—Tem actualmente, de largura, 14m,80. Conservando as árvores já existentes nesta Avenida poderá a sua largura aumentar para 24m,80 contados a partir do muro de Lu Lim-ioc que continua marcando o alinhamento daquele lado da Avenida. Do outro lado o alinhamento novo, vai implicar com a estação policial situada ao fundo da Avenida. Este espaço seria distribuído da seguinte forma: Passeios laterais de 4m, com árvores a 2m,40, contados do exterior; um passeio central ajardinado com 4m,80 ladeado por duas faxas de rolagem de 6m.

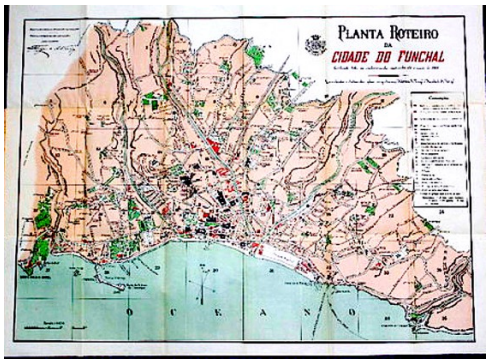
AVENIDA DE MONG-HÁ—Para conservar o alinhamento já dado da propriedade de Tong Lai-chuen não tocando na propriedade Sena Fernandes, pode a Avenida ficar com 17m,70. Para beneficiar, porém, esta Avenida poderá o alargamento fazer-se até 22m, expropriando a parte dum muro e cosinhas da propriedade Sena Fernandes até junto da casa de habitação, o que é vantajoso pelo aspecto desagradável que estas dependências dariam à nova Avenida que se traçasse. Este espaço seria dividido da seguinte forma: Dois passeios laterais da 3m; um passeio central de 4m, com relva; duas faxas de rolagem de 6m.



Fotos: digitalizações da Biblioteca Municipal do Funchal. engenheirow Adriano Trigo e Aníbal Augusto Trigo (pai e tio de António Manuel), autores da planta do Funchal, em 1910.

[641] Cf. *Macau Renascente* in "Anuário de Macau de 1924" pp.194-200


Os irmãos Adriano e Aníbal. Foto da família Trigo.



Planta do Funchal de 1910.

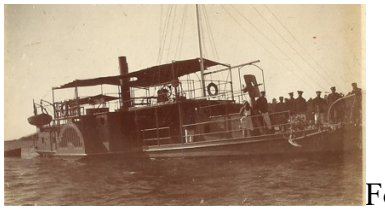

Adriano com as filhas. Foto da família Trigo.



Em depósito na DRABM - Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira.

Lançamento de um tabuleiro metálico sobre o curso de água da Ribeira da Janela.
Nesta ocasião solene estiveram presentes os operários da obra, populares e, entre outras individualidades, o engenheiro Adriano Augusto Trigo, na qualidade de diretor das Obras Públicas do Distrito do Funchal, e o fotógrafo Aloísio César de Bettencourt. A construção desta infraestrutura esteve a cargo de uma companhia francesa, com projeto de Aníbal e Adriano Trigo.

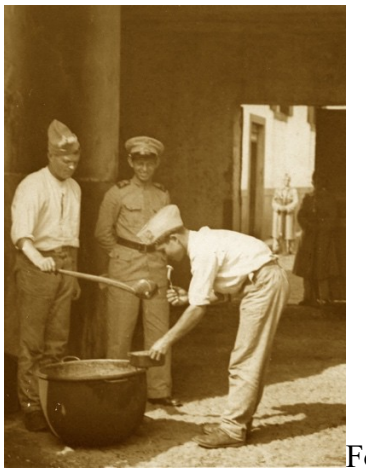

Foto DGARQ - Direcção-Geral de Arquivos, inscrita em 2008.
Antero Elísio do Nascimento Trigo, tio de António Manuel, que o recebeu e alojou na sua casa em Lisboa, na Rua Gomes Freire, e que foi o seu fiador na inscrição na Escola de Guerra.


Foto Família Trigo

Canhoeira D. Manuel comandada por Antero Elísio em 1909 (Caminha).

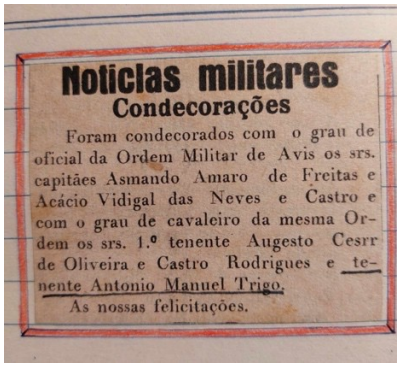

Foto tirada no Porto, em 1899, pelo fotógrafo amador Aurélio da Paz dos Reis, registando a atividade no Laboratório Municipal de Bacteriologia, onde se veem "três peritos indicados pela Vereação do Porto", ao lado de Sousa Júnior, Ricardo de Almeida Jorge e António Balbino Rego (primo de António Manuel Trigo, responsável pela segunda operação ao tumor de que padecia, no ouvido esquerdo).


Imagem do Centro Português de Fotografia. Fonte: Aurélio da Paz dos Reis. PT/CPF/APR/002946. Ricardo Jorge acompanhado por delegados das missões que se dirigiram ao Porto em 1899. Em pé, da esquerda para a direita identificam-se: Sousa Júnior, Lopez de Castro, Rosendo de Grau, Frederico Viñas y Cusy, Magnus Geirsvold, Salimbeni, Federico Montaldo e António Balbino Rego. Sentados, da esquerda para a direita: P. Aaser, Jaime Ferran, Ricardo Jorge, Albert Calmette e Câmara Pestana.


Foto António Manuel Trigo. Premiada em concurso é hoje propriedade dos seus herdeiros.
António Manuel Trigo foi presidente eleito do Núcleo Fotográfico do Ateneu Comercial do Funchal, na Madeira.[642]

[642] Coletividade profissional e recreativa, fundada em 8 de dezembro de 1898 com "o objetivo de defesa dos interesses da classe dos empregados do comércio e também de promoção de ações no domínio intelectual e cultural. Até 1900, o Ateneu funcionou no segundo andar do número 24 da rua Direita, transferindo-se, então, para o número 3 do largo da Sé, onde permaneceu até 1905. Depois mudou-se para o número 108 da rua dos Ferreiros, onde permaneceu até início do século XX. Em 1925 a sede do Ateneu Comercial do Funchal encontrava-se já instalada na rua do Carmo e em 1939 fixou-se no prédio à esquina da rua dos Ferreiros com a rua dos Netos, permanecendo ali até aos nossos dias". In https://arquivo-abm.madeira.gov.pt/details?id=121775.


Foto de António Manuel Trigo, classificada com Menção Honrosa, exposta na Exposição Nacional de Fotografia Militar, em Lisboa e destacada nas Memórias.



Noticias militares

Condecorações

Foram condecorados com o grau de oficial da Ordem Militar de Avis os srs. capitães Asmando Amaro de Freitas e Acácio Vidigal das Neves e Castro e com o grau de cavaleiro da mesma Ordem os srs. 1.º tenente Augesto Cesrr de Oliveira e Castro Rodrigues e tenente Antonio Manuel Trigo.

As nossas felicitações.

Notícia do Diário da Madeira, Funchal, 8 de abril de 1938. Atribuição da condecoração do grau de oficial da Ordem Militar de Avis.

ANEXO FOTOS 4
Testemunhos fotográficos diversos



Vicente Gomes da Silva, nascido no Funchal a 12 de março de 1827, cidade onde também passou toda a sua vida, falecendo a 14 de dezembro de 1906, fundou a casa de fotografia que desde 23 de junho de 2016, se mantém, como parte integrante do Photographia-Museu Vicente´s.
O Governo Regional da Madeira, que a adquiriu em 13 de junho de 1979, permitiu que o seu riquíssimo fundo fosse mantido e depositado no Arquivo e Biblioteca Pública da Madeira (ABM), a fim de garantir melhores condições de conservação.



Fotografia: Fotógrafo ambulante, ou "à la minute". Jardim Municipal do Funchal. Créditos/Fonte: Duarte Pedro Dias Gomes, *In:* Madeira Quase esquecida



Foto muito comentada, em 1917, a da bicicleta anfíbia montada por Fernando Figueiredo no jardim da Photographia Vicente, Freguesia da Sé, Concelho do Funchal. Encontra-se presentemente na Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira, a par com o comentário:
o negativo encontrava-se arquivado previamente no envelope proveniente do Photographia-Museu Vicentes (atual MFM-AV) com a seguinte inscrição: "Cerca de 1917. A bicicleta é montada pelo sr. Fernando Figueiredo".


Código de referência PT/ABM/PER/A-C/001-002/000001- Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira.
Estragos feitos numa residência na rua da Bela Vista, após o bombardeamento da cidade do Funchal. Foto datada de 12 de dezembro de 1917.



FOTO: João Anacleto Rodrigues
Receção aos Reis de Portugal, D. Carlos I e D. Amélia de Orleães, no cais da Pontinha (Funchal) | 1901-06-22 17,8 x 23,8 cm | Negativo simples, vidro | Gelatina e sais de prata MFM-AV, inv. JAR/38 Em depósito na DRABM. Museu de Fotografia da Madeira, Atelier Vicente´s.

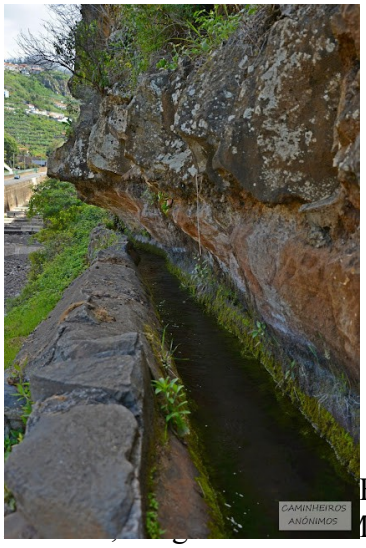
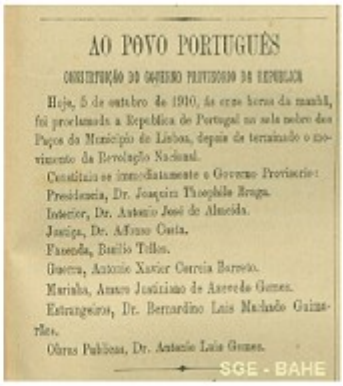


Foto “Caminheiros Anónimos” da Levada de Santa Luzia ou do Madre, Fundoa de Cima, Ribeira da Santa Luzia, escavada e

incrustada na rocha, com o mesmo aspeto que teria há séculos atrás, na margem da Ribeira que lhe dá nome. Foto de 27 de junho de 2020.

Diário do Governo e Suplemento de 6 de outubro de 1910


DIARIO DO GOVERNO


AO POVO PORTUGUÊS

CONSTITUIÇÃO DO GOVERNO PROVISORIO DA REPUBLICA

Hoje, 5 de outubro de 1910, ás onze horas da manhã, foi proclamada a Republica de Portugal na sala nobre dos Paços do Municipio de Lisboa, depois de terminado o movimento da Revolução Nacional.

Constituiu-se immediatamente o Governo Provisorio:

Presidencia, Dr. Joaquim Theophilo Braga.
Interior, Dr. Antonio José de Almeida.
Justiça, Dr. Affonso Costa.
Fazenda, Basilio Telles.
Guerra, Antonio Xavier Correia Barreto.
Marinha, Amaro Justiniano de Azevedo Gomes.
Estrangeiros, Dr. Bernardino Luis Machado Guimarães.
Obras Publicas, Dr. Antonio Luis Gomes.

SGE - BAHE


SUPPLEMENTO

DIARIO DO GOVERNO N. 222

AO POVO PORTUGUÊS

CONSTITUIÇÃO DO GOVERNO PROVISORIO DA REPUBLICA

Hoje, 5 de outubro de 1910, ás onze horas da manhã, foi proclamada a Republica de Portugal na sala nobre dos Paços do Municipio de Lisboa, depois de terminado o movimento da Revolução nacional.

Constituiu-se immediatamente o Governo Provisorio:

Presidencia, Dr. Joaquim Theophilo Braga.
Interior, Dr. Antonio José de Almeida.
Justiça, Dr. Affonso Costa.
Fazenda, Basilio Telles.
Guerra, Antonio Xavier Correia Barreto.
Marinha, Amaro Justiniano de Azevedo Gomes.
Estrangeiros, Dr. Bernardino Luis Machado Guimarães.
Obras Publicas, Dr. Antonio Luis Gomes.

SGE - BAHE

Fonte: A Biblioteca e Arquivo Histórico da Economia, (BAHE).


A CAMINHO DO DEVER. Um adeus carinhoso

Foto do fotógrafo e jornalista Joshua Benoliel, na capa da revista Ilustração Portuguesa, nº573 datada de 12 de fevereiro de 1917

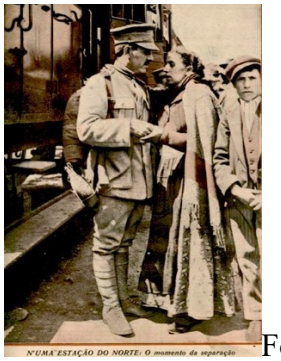
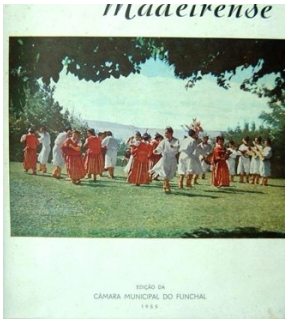


Foto de António Teixeira, fotógrafo amador, da Régua, na capa da revista Ilustração Portuguesa nº 585, datada de 7 de maio de 1917.

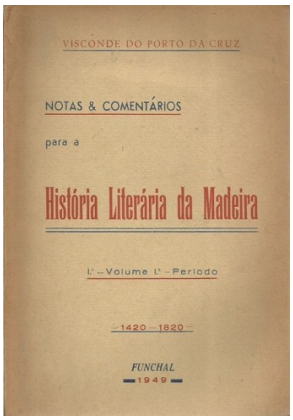

Foto Joshua Benoliel, captada no Largo da Graça, em Lisboa. O trem, antepassado dos táxis de Lisboa, da propriedade de Augusto Oliveira e que terá transportado António Manuel Trigo ao chegar a Lisboa a 6 de outubro de 1910. Os mais abonados usavam os novos transportes, viaturas de aluguer como, seges, traquitanas, trens e calèches.


O funchalense Visconde de Porto da Cruz.

Livros da autoria do Visconde de Porto da Cruz

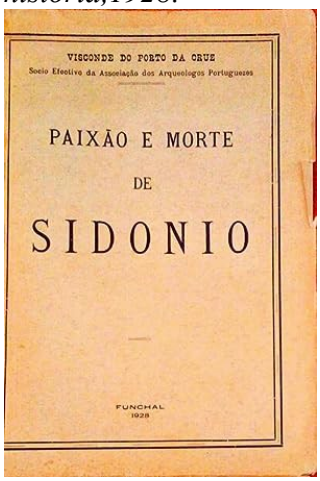


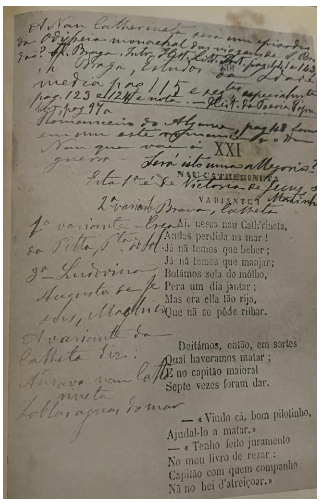
O folclore madeirense. Funchal: Câmara Municipal do Funchal, 1955.



História Literária da Madeira, de 1949.

Paixão e Morte de Sidónio - e o mais que se seguiu: memórias e apontamentos para a história,1928.




XXI

VARIANTES

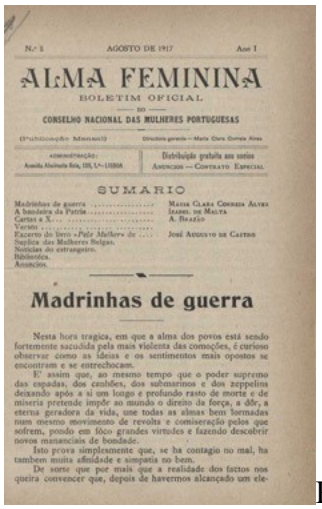
Ai, nossa nau Catherineta
Andou perdida no mar!
Já nã tinnos que beber;
Já nã tinnos que manjar;
Botámos sola de molho,
Pera um dia jantar;
Mas era ella tão rija,
Que nã se pôde rilhar.

Deitámos, então, em sortes
Qual haveramos matar;
E no capitão maiorál
Sépte vezes foram dar.

— «Vindo cá, bom pilotinho,
Ajudal-lo a matar.»
— «Tenho feito juramento
No meu livro de rezar;
Capitão com quem companho
Nã no hei d'atraiçoar.»

Página nº 238 do Romanceiro do Arquipélago da Madeira, com as anotações de A. Rodrigues de Azevedo.

 O Governo da União Sagrada, ou Ministério da União Sagrada - aliança dos dois principais partidos políticos, rivais entre si, isto é, o Partido Evolucionista e o Partido Democrático -, foi constituído intencionalmente para a intervenção de Portugal na Grande Guerra. Liderado por António José de Almeida, era o décimo terceiro Governo da República; nomeado a 15 de março de 1916 acabou exonerado a 25 de abril de 1917. Nessa data, tomou posse uma segunda formação da "União Sagrada", desta vez liderada por Afonso Costa. A designação ["sagrada"] importa do léxico hierático uma expressão, para ser usada à falta de uma alternativa laica eficaz, como se esperaria.


N.º 1 AGOSTO DE 1917 Ano I

ALMA FEMININA

BOLETIM OFICIAL

DO

CONSELHO NACIONAL DAS MULHERES PORTUGUESAS

SUMARIO

Madrinhas de guerra ..... Maria Clara Correia Alves
A bandeira da Patria ..... Izabel de Malta
Cartas a X..... A. Brazão
Versos .....
Excerto do livro «Pela Mulher» de ... José Augusto de Castro
Supplica das Mulheres Belgas.
Noticias do estrangeiro.
Bibliotéca.
Anuncios.

Madrinhas de guerra

Nesta hora tragica, em que a alma dos povos está sendo fortemente sacudida pela mais violenta das comoções, é curioso observar como as ideias e os sentimentos mais opostos se encontram e se entrechocam.

E' assim que, ao mesmo tempo que o poder supremo das espadas, dos canhões, dos submarinos e dos zeppelins deixando após a si um longo e profundo rasto de morte e de miseria pretende impôr ao mundo o direito da força, a dôr, a eterna geradora da vida, une todas as almas bem formadas num mesmo movimento de revolta e comiseração pelos que sofrem, pondo em fóco grandes virtudes e fazendo descobrir novos mananciais de bondade.

Isto prova simplesmente que, se ha contagio no mal, ha tambem muita afinidade e simpatia no bem.

De sorte que por mais que a realidade dos factos nos queira convencer que, depois de havermos alcançado um ele-

Reprodução da folha de rosto da revista Alma Feminina, de 1 de agosto de 1917, tendo em destaque as madrinhas de guerra.

ANEXO Sidónio Pais



Retrato oficial de Sidónio Pais enquanto Presidente da República Portuguesa, da autoria de Henrique Medina, e patente na Galeria de Retratos Oficiais no Museu da Presidência.



Joshua Benoliel, *in Arquivo Municipal de Lisboa.*

Sidónio Pais, no primeiro dia da sua revolução (*5 de Dezembro de 1917*) acompanha o General Barnardiston, chefe da missão militar inglesa, e a sua esposa, percorrendo o acampamento revolucionário no Parque Eduardo VII, antigo Vale do Pereiro.



Família de Sidónio Pais.

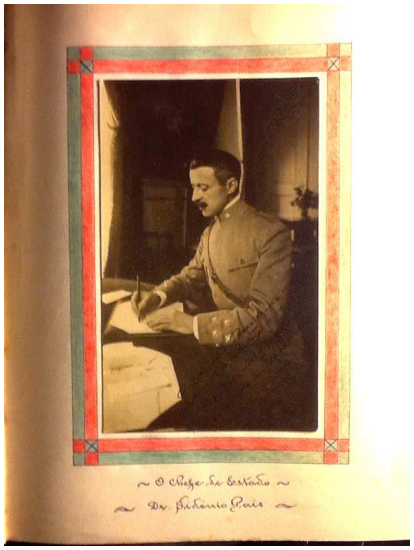
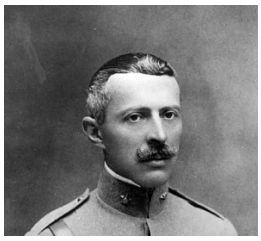

Fonte: *Ilustração Portuguesa*, 11 de fevereiro de 1918
Créditos: Vasques/Casa Vasques.

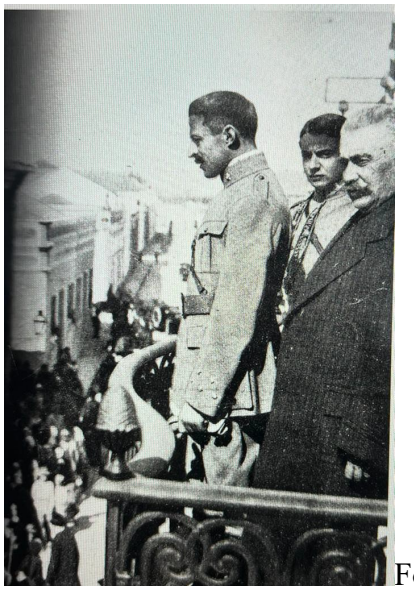
Foto de Sidónio Pais incluída nas Memórias de António Manuel Trigo.

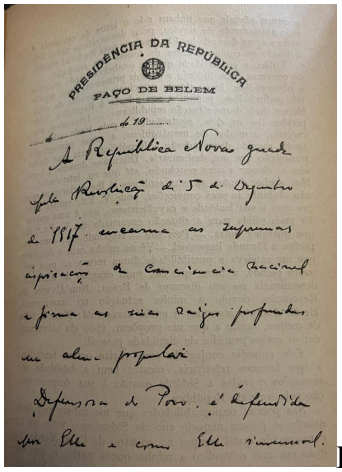
Nesta foto, António Manuel Trigo escreveu:
O ilustre Presidente / da República Portuguesa / Dr. Sidónio Pais / Falecido em 14-XII-1918.
A mesma foto, com a legenda "Sidónio Pais, novo inquilino de Belém", foi publicada na imprensa da época, logo a seguir ao golpe de Estado.



Foto captada por nós no dia em que se assinalava mais um ano sobre a morte de Sidónio Pais. A foto foi tirada no Panteão Nacional, no dia 14 de dezembro de 2023. O túmulo tinha visitas e flores, numa sequência longa de um culto de memória simbólica, bem delineado e cultivado até aos nossos dias. Em certos momentos, Sidónio foi (é?) visto como um santo, a quem se faz promessas e oferecem ex-votos.


1917. Sidónio Pais envergando uniforme de oficial do Exército, da arma de Artilharia. Lisboa Autor: Fotógrafo não identificado // © Museu da Presidência da República


Foto Joshua Benoliel.



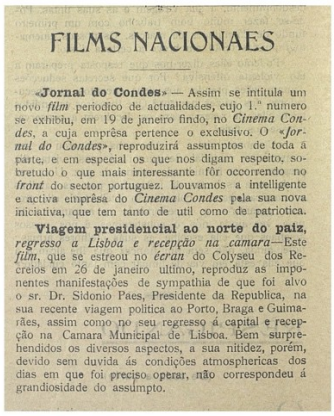
Documento autógrafo de Sidónio Pais, da Presidência da República, 1917.

A inscrição de memórias futuras

O fotógrafo Benoliel que, em Monarquia, fotografava com desvelo figuras coroadas e na República seguia Presidentes e demais republicanos, com a mesma dedicação profissional, assina esta foto captada no Algarve, em Faro, durante uma das viagens presidenciais sidonistas. Grande novidade na cultura política nacional e premonitória de futuras aquisições governativas, a promoção efetiva do culto da personalidade e do líder, trazida por Sidónio Pais enquanto Presidente da República. O "salvador da Pátria", o Messias da República, em pose, procura, em cada uma das suas múltiplas aparições públicas, inculcar na memória dos portugueses uma nova construção figurativa, uma construção social de uma realidade para lá do momento. O nascimento de uma prática de intenções definidas pela solidez e pela firmeza dos seus objetivos: a da produção da notícia e da sua importância como efeito de memória futura.



Imagem principal e capa do documentário *Postal da Grande ista*, Programa da RTP de autoria de Sílvia Alves, produção RTP, ano de 2018.

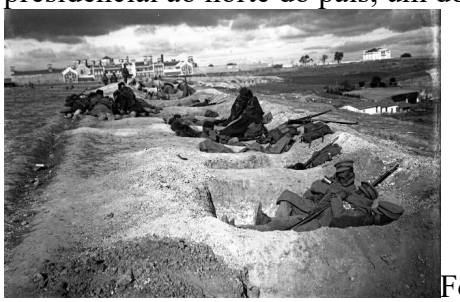


FILMS NACIONAES

«Jornal do Condes» — Assim se intitula um novo *film* periodico de actualidades, cujo 1.º numero se exhibiu, em 19 de janeiro findo, no *Cinema Condes*, a cuja emprêsa pertence o exclusivo. O *«Jornal do Condes»*, reproduzirá assumptos de toda a parte, e em especial os que nos digam respeito, sobretudo o que mais interessante fôr occorrendo no *front* do sector portuguez. Louvamos a intelligente e activa emprêsa do *Cinema Condes* pela sua nova iniciativa, que tem tanto de util como de patriotica.

Viagem presidencial ao norte do paiz, regresso a Lisboa e recepção na camara—Este *film*, que se estreou no *écran* do Colyseu dos Recreios em 26 de janeiro ultimo, reproduz as imponentes manifestações de sympathia de que foi alvo o sr. Dr. Sidonio Paes, Presidente da Republica, na sua recente viagem politica ao Porto, Braga e Guimarães, assim como no seu regresso á capital e recepção na Camara Municipal de Lisboa. Bem surprehendidos os diversos aspectos, a sua nitidez, porém, devido sem duvida ás condições atmospherícas dos dias em que foi preciso operar, não correspondeu á grandiosidade do assumpto.

Exemplo de outro modelo de propaganda sidonista. O Cinema Condes, propriedade do comerciante e proprietário dos Armazéns Grandella Francisco de Almeida Grandella, editava este *Jornal do Condes* que no exemplo anexo, destaca a viagem presidencial ao norte do país, um dos modelos de construção de memórias usado na altura.

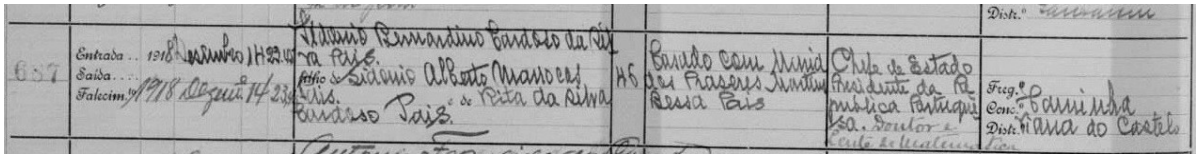

Foto Anselmo Franco.

Trincheiras no Parque Eduardo VII na revolução sidonista de 5 de dezembro de 1917 que conduziu ao poder o major de artilharia Sidónio Pais. Nas trincheiras estavam alunos da Escola de Guerra, colegas de curso de António Manuel Trigo.

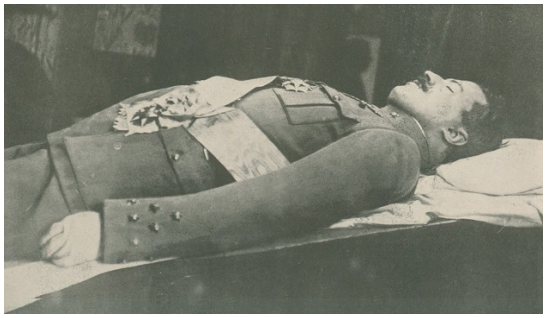




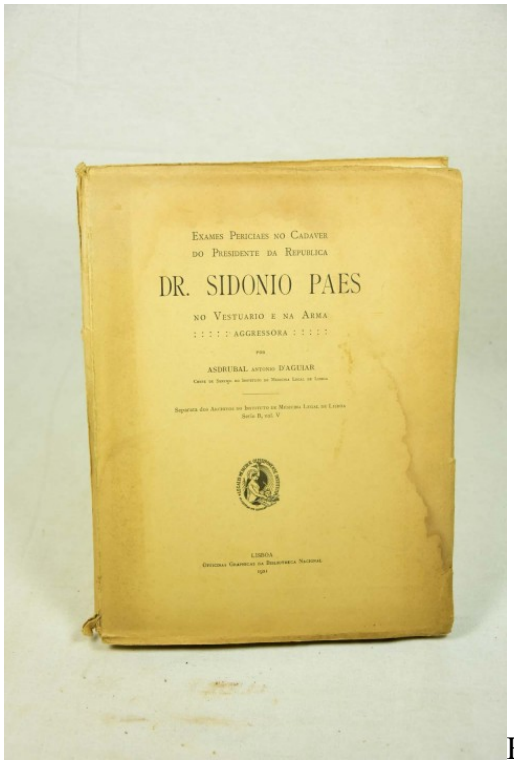
Morte de Sidónio Pais. S.n. Arquivo do Museu da Presidência. Cota descritiva: PT/MPR/ASP/CX063/044



Registo de entrada de Sidónio Pais, no Hospital de São José



Sidónio em câmara ardente, fardado. As luvas escondem as mãos, como referimos.



Hoje disponível no Centro de Documentação da Polícia Judiciária, a monografia, editada como Separata dos Arquivos do Instituto de Medicina Legal de Lisboa, série B, vol.V. contém longo relato da autópsia de Sidónio Pais. Asdrúbal António de Aguiar assina estes *Exames periciais no cadáver do Presidente da República Dr. Sidónio Pais, no vestuário e na arma agressora.* Uma edição feita em Lisboa, em 1921, pela Biblioteca Nacional (Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional). 64-XVI p.: il; 27cm.


Correio da Manhã

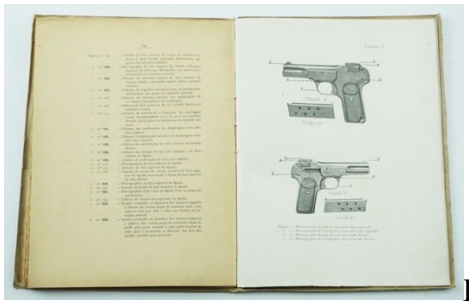
O presidente Sidonio Paes

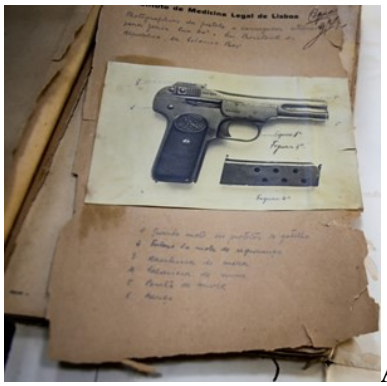
Foi assassinado, ontem-manhã, em Lisboa

O crime deu-se quando o chefe do nosso governo ia entrar na estação do Rocio, afim de tomar um comboio que o levaria ao Porto.

Em todo o Portugal, causou indignação a profunda pezar a noticia do brutal attentado

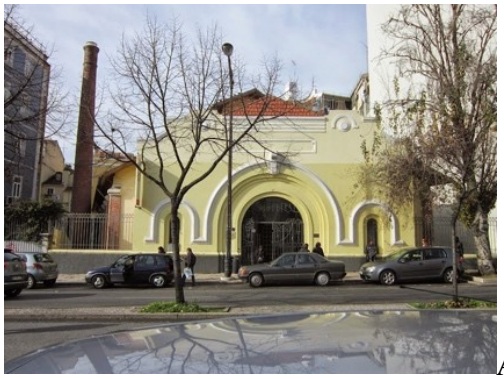
A morte de Sidónio na capa do jornal brasileiro Correio da Manhã de 16 de dezembro de 1918.


Relatório da autópsia de Sidónio Pais. O relatório do arquivo do Instituto de Medicina Legal, foi restaurado.


Autor: Pedro Matias // © Museu da Presidência da República Documento antes do restauro. 2018-05-28. Lisboa, Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses.

Missa mandada rezar pelos alunos da Escola de Guerra, na igreja de São Domingos, celebrada pelo arcebispo de Mitilene. Arquivo O Século / Ilustração portuguesa. 30 de dezembro de 1918.



 A Sopa do Sidónio, antes a sopa dos pobres, ainda funciona com acessos pela Avenida Almirante Reis n.º 47, ou pela Rua do Regueirão dos Anjos, n.º 4, conhecida sob as designações de Refeitório dos Anjos / Cozinha Económica dos Anjos / Sopa dos Pobres / Sopa do Sidónio / Sopa do Barroso / Centro de Apoio Social e de Acolhimento Noturno dos Anjos. Com o aspeto de um edifício de vocação industrial, cumpre a sua função de apoio social há mais de 100 anos.



A ideia nada tinha de inédito e era herdeira das cozinhas económicas de Lisboa – seis ao todo, distribuídas por toda a cidade – inauguradas em 1893 e que serviam milhares de refeições por dia. Também esta ideia era inspirada nas antigas sopas dos pobres, da 3ª Duquesa de Palmela, Maria Luísa de Sousa Holstein Beck, preocupada em fornecer alimentação condigna à grande massa que, vinda da província, para trabalhar nas indústrias da Capital.

 © Museu da Presidência da República.

Sopa dos Pobres. Sidónio Pais rodeado de crianças, numa foto para inscrição memorial e propaganda sidonista.

 © Museu da Presidência da República.

Sidónio Pais conclui o doutoramento em Matemática na Universidade de Coimbra, em 1898, com a classificação de 19 valores. No ano letivo de 1898-1899, com 26 anos, é nomeado lente substituto na Faculdade de Matemática da Universidade de Coimbra e em 1904 é promovido a catedrático, ministrando a cadeira de Cálculo Diferencial e Integral. Imagem: Sidónio Pais entre o corpo docente da Universidade de Coimbra,1899.

 As ruínas da casa de Sidónio Pais, na atualidade. Em Caminha, onde nasceu a 1 de maio de 1872. Créditos das fotos: Luísa Rodrigues**.**





A SITUAÇÃO 3.ª EDIÇÃO
Vingança! Vingança!
A morte do sr. dr. Sidonio Paes
Ontem na estação do Rocio, ás 23 e 45 minutos, três assassinos, pagos por outros assassinos, três bandidos, canalhas e ferozes, assassinaram a tiro de pistola o illustre Chefe do Estado Sr. Dr. Sidonio Paes.
Paz á alma do sr. dr. Sidonio Paes. Descance. A sua obra e a sua gloria deam sempre. Descance em paz, porque saberemos vingal-o. Depois saberemos choral-o.
A MORTE
A tragedia

Capa do jornal *A Situação Diário Republicano da manhã. Nº220.Ano 1 do* Domingo, 15 de dezembro de 1918, clamando vingança para a morte de Sidónio Pais, assassinado na véspera.


Diario de Noticias
GRAVISSIMO ATENTADO CONTRA O PRESIDENTE DA REPUBLICA
MORTE DO SR. DR. SIDONIO PAES
A CAMINHO DA PAZ
GABARDINES

Capa do jornal Diário de Notícias de 15 de dezembro de 1918.


O SECULO
A MORTE DO SR. DR. SIDONIO PAES

Capa do jornal Século, de 18 de dezembro de 1918.



Foto Ilustração Portuguesa onde se vê o braço direito de Sidónio Pais, o Capitão Cameira, o mesmo que apresentará ordem de rendição a Bernardino Machado no golpe de 1917.

Sidónio teve até honras de canção no Teatro de Revista, em 1918 (revista "Bola de Sabão", 1918):

Fado Sidonim
Letra- Lino Ferreira e Artur Rocha

Nesta vida não há nada
Como o estoiro da granada,

P'ra virar tudo o que exista,
Pois há muito já quem diga:
«Eu nunca fui formiga,
Sempre fui um sidonista!»

Até o Marquês de Pombal,
Que a governar Portugal
Foi um valente estadista,
P'ra arreliar o Germano,
O doutor e mais o mano,
Sempre fui um sidonista!

Ficou tudo Sidonim,
Sidonim Paes, pim!
Pois no grande 31
Sidonim Paes, pum!
Estoiravam balas assim
Sidonim Paes, pim!
Como se fosse em Verdum
Sidonim Paes, pum!

[instrumental]

O grande Napoleão,
Rijo, forte e valentão,
Segundo a História regista,
Disse um dia p'ró Junot:
"Se fui da França a Moscou
É porque sou sidonista"

E o audaz Vasco da Gama,
Que à nossa pátria deu fama
Com a sua heróica conquista,
Por artes de Belzebu
Ao chegar a Calecut,
Era já um sidonista!

Ficou tudo Sidonim,
Sidonim Paes, pim!
Pois no grande 31,
Sidonim Paes, pum!
Estoiravam balas assim,
Sidonim Paes, pim!
Como se fosse em Verdum,

Sidonim Paes, pum!

[instrumental]

Tivemos a patriota
Padeira de Aljubarrota,
Que p'ró banzé foi artista;
Uma vez ergueu a pá
E correu tudo de cá,
Por ser grande sidonista!

Todos proclamam a cena
De Filipa de Vilhena,
Mas ela estava prevista;
Se noutros tempos guerreiros
Fez dos filhos cavaleiros
Provou que era sidonista!

Ficou tudo Sidonim,
Sidonim Paes, pim!
Pois no grande 31,
Sidonim Paes, pum!
Estoiravam balas assim,
Sidonim Paes, pim!
Como se fosse em Verdum,
Sidonim Paes, pum!

[instrumental]

Estoiravam balas assim,
Sidonim Paes, pim!
Como se fosse em Verdum,
Sidonim Paes, pum!

ANEXO FOTOS 6

 Museu do Tesouro Real, Rosa de Ouro referida na página 50 do corpo de texto. Origem: Itália, 1892. Materiais: ouro e prata dourada. Oferenda do Papa Leão XIII à Rainha D. Amélia.

Por comparação à foto de António Manuel Trigo, aos seis anos a foto de Franz Kafka que Walter Benjamin, em 1931, descreveu em *Pequena História da Fotografia*. No espólio biográfico de Frank Kafka existe outra foto quase idêntica do menino Kafka aos 4 anos, ao lado de uma ovelha falsa, usada de forma decorativa num estúdio fotográfico[643]

 AMT.  F.K.

[643] BENJAMIN, Walter. (1994). Pequena história da fotografia. (Trad. Sergio P. Rouanet) In: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense. [1931]. A foto de Kafka aos 4 anos (com a ovelha) pode ser vista em THIÉBAUT, Claude. (2003). *As Metamorfoses de Franz Kafka.* Lisboa: Quimera Editores.

ANEXO Fátima


Foto menos divulgada dos três primos, Jacinta, Lúcia e Francisco.
Créditos: Arquivo DN (jornal Diário de Notícias); Foto Global Imagens.


Foto domínio público: Lúcia de Jesus Rosa dos Santos



Fotorreportagem da concentração popular em Fátima.
Milagre de Fátima – jornal "O Século" de 17 de outubro de 1917. Longe da data dos primeiros acontecimentos, a imprensa da época começa a dar relevo às mobilizações em torno do fenómeno, alguns meses passados. As fotos incluídas no artigo assinado por Avelino de Almeida são na realidade da revista Ilustração Portuguesa (Nº. 610, ***Outubro 29***, **1917**, 18-20), editadas pelo jornal "O Século".

Agência Lusa, 12 de maio de 2017, 20:30:

Na sua interpretação ao terceiro segredo, o cardeal Joseph Ratzinger, mais tarde papa Bento XVI, mais do que valorizar a parte da "previsão" do atentado ao papa João Paulo II, nunca se referiu ao fenómeno como "aparições" de Nossa Senhora, encarando-as antes como "visões". E destacou que a mensagem fundamental de Fátima é o apelo à fé e à conversão, mais do que a referência ao papa vestido de branco (João Paulo II), na leitura feita por António Marujo, no livro "A Senhora de Maio" (Temas e Debates/Círculo de Leitores).

 Foto domínio público. 1917: os pastorinhos de Fátima no local onde depois foi construída a primeira capelinha das aparições. "Um arco de verdura no local onde existia a "pequena carrasqueira" onde os pastorinhos viam Nossa Senhora, e erguida uma estrutura de madeira com uma cruz." Créditos: Arquivo do Santuário de Fátima. Trata-se do primeiro "altar" popular na Cova de Iria.

Há uma estranha semelhança visual com a obra *Terreno Vago* de Man Ray, apresentada na década seguinte:

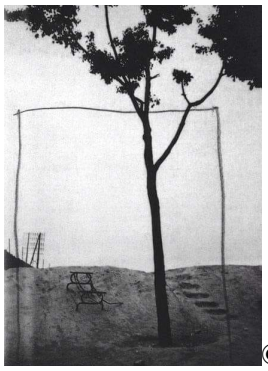
 ©Man Ray, *Terrain Vague*, 1929. Fotografia conceptual, surrealismo.


Foto do Núcleo Audiovisual do Arquivo do Santuário de Fátima. Jacinta Marto trasportada ao colo, na sequência de uma das alegadas visões na Cova de iria, o chamado Milagre do Sol, registado a 13 de outubro de 1910.



Um dos muitos bilhetes postais editados como evocativos da memória de Fátima, prolongando o fenómeno no tempo. Este é dedicado a Francisco de Jesus Marto (Aljustrel Fátima, 11 de junho de 1908 - aljustrel, Fátima, 4 de abril de 1919), vítima da epedimia gerada pela pneumónicam, doença que atravessou a Europa, com especial incidência em 1918, e certamente pelo enfraquecimento sofrido pelos prolongados jejuns a que se submetia. Foi canonizado pelo Papa Francisco, a 13 de maio de 2017. Possui biografia formal no Site oficial do Vaticano.

Cf.
https://www.vatican.va/news_services/liturgy/saints/ns_lit_doc_20000721_beat-francisco_po.html.


Foto do domínio público, autor desconhecido, datada da 1919. Destaca-se, ao centro da foto, Lúcia de Jesus Rosa dos Santos que, com os seus primos Francisco e Jacinta, afirmou ter presenciado várias aparições no lugar da Cova da Iria, em Fátima. Por isso, Lúcia foi considerada Venerável[644] pelo Papa Francisco em 22 de junho de 2023. Aqui em família: em primeiro plano: Maria Rosa (1869-1942); a própria Lúcia (1907-2005); em segundo plano: Manuel dos Santos (1895-1977); Maria dos Anjos (1891-1986); Glória, filha de Maria dos Anjos (1917-1934); Carolina de Jesus (1902-2992); Glória de

[644] O título canónico de venerável é concedido àqueles a quem, postumamente, seja reconhecida a prática de virtudes heroicas – isto é, um conjunto de requisitos de exemplaridade de vida - em processo formal de canonização, reconhecimento feito pela Igreja Católica.

Jesus (1898-1971). A foto foi tirada depois da morte do pai de Lúcia, António dos Santos, que ocorreu em 31 de julho de 1919.



MISSÃO ABREVIADA

PARA

DESPERTAR OS DESCUIDADOS,

CONVERTER OS PECCADORES,

E

SUSTENTAR O FRUCTO DAS MISSÕES.

É DESTINADO ESTE LIVRO

PARA

FAZER ORAÇÃO, E INSTRUCÇÕES AO POVO,

PARTICULARMENTE POVO DE ALDEIA.

OBRA UTILISSIMA

PARA OS PARochos, PARA OS CAPELLÃES, PARA QUALQUER SACERDOTE, QUE DESEJA SALVAR ALMAS,

E, FINALMENTE,

PARA QUALQUER PESSOA QUE FAZ ORAÇÃO PUBLICA.

PELO

P.e Manoel José Gonçalves Couto.

Com licença de Sua Ex.a o Senhor Bispo d'esta Diocese.

PORTO,

NA TYPOGRAPHIA DE SEBASTIÃO JOSÉ PEREIRA — EDITOR,

Praça de Santa Thereza, n.os 28 a 32.

1859.

Imagem de domínio público.

Folha de rosto e página anteior da primeira edição do livro *Missão Abreviada*, do padre Manuel José Gonçalves Couto, que a mãe de Lúcia dos Santos lia aos filhos e, eventualmente, aos sobrinhos. Foi o livro mais editado no século XIX, a partir do ano de 1859. Em 1917 teria ultrapassado a 20ª edição, o que é especulativo, já que só encontrámos a 16ª edição, de 1904, e nenhuma posterior. Era uma espécie de catecismo popular e nele nota-se bem as semelhanças da descrição sobre Maria em La Salette, França, nas alegadas aparições a duas crianças, na montanha de La Salette, departamento de Isère, na região dos Alpes franceses, a 19 de setembro de 1846, e de Maria, em Fátima, nos relatos de Lúcia e dos primos, reportados a 1917.



Ano IV — Leiria, 25 de Outubro de 1917 — N.º 159

O MENSAGEIRO

Orgão dos catolicos do Districto de Leiria

Impressões de Fátima

As aparições da Fátima

"A Senhora da FÁTIMA"

ANEXO PRIMEIRA REPÚBLICA



Analogia entre Afonso Costa e o Marquês de Pombal, assente na decisão de expulsar os Jesuítas de Portugal. À esquerda, reproduz-se a "Expulsão dos jesuítas em 10 de Outubro de 1910" – um bilhete postal com ilustração satírica alusiva às políticas anticlericais de Afonso Costa. Fundo: Coleção Fundação Mário Soares/António Pedro Vicente. À direita, a reprodução de um óleo sobre tela. A pintura é uma versão reduzida do quadro pintado por Louis-Michel Van Loo e Claude-Joseph Vernet, no ano de 1767, em Paris (atualmente no Palácio do Marquês de Pombal, em Oeiras). O Marquês de Pombal acusou os jesuítas de promoverem a resistência dos índios a Portugal. Alegando esse motivo, em 1759 expulsou e confiscou os bens da Companhia de Jesus do Brasil, tal como já o tinha feito em Portugal.

Alberto de Souza, em 1917 ilustrou com Roque Gameiro "Quadros da História de Portugal" de Chagas Franco e João Soares.



Nesta imagem, um dos Quadros Educativos que a República mandou colocar nas escolas, em 1917, pouco antes do sidonismo.



Raymundo de Macedo. Fonte: Conservatório de Música do Porto.

Em 1917, pela iniciativa de Eduardo Santos Silva, Presidente da Câmara do Porto, é deliberada a instituição do Conservatório de Música do Porto. Bernardo Moreira de Sá foi nomeado diretor e Ernesto Maia subdiretor. A Raymundo de Macedo, foi endereçado o convite de integrar o primeiro corpo docente como professor de piano.


Afonso Costa, Ministro da Justiça e Cultos, do Governo Provisório da República, em 1910.

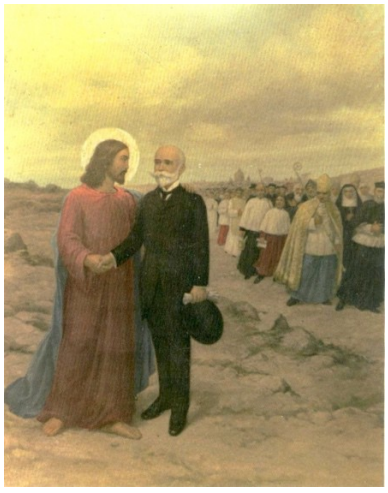

A RADIOGRAPHIA DA MÃO DO MINISTRO DA JUSTIÇA — Quando na sua primeira visita como ministro ao Porto o sr. dr. Affonso Costa percorreu o hospital de Santo Antonio deteve-se uns momentos no posto radiographico onde lhe foi feita a photographia da mão direita que reproduzimos devido á amabilidade do director d'aquelle estabelecimento que gentilmente consentiu na sua publicação.

Radiografia da mão de Afonso Costa, *Ilustração Portuguesa*, 20-2-1911.



Hans-Peter Feldmann, poster de impressão de mão.
Direitos autorais e cortesia de Hans-Peter Feldmann
Galeria Mehdi Chouakri.
Foto Jan Windszus
Impressões de mãos de artistas e poetas conhecidos do século XX compõem dez cartazes de Hans-Peter Feldmann.
Por mera analogia, eis a impressão da mão de Marcel Duchamp, encontrada no caderno da psicóloga Charlotte Wolff, que examinou o significado diagnóstico da mão e capturou as impressões de mãos de personalidades famosas, muitas das quais estiveram envolvidas no movimento surrealista, incluindo Marcel Duchamp, Alberto Giacometti, André Breton e Aldous Huxley.

 Foto de Anselmo Franco (n.1879-m.1965). Documento criado em 20 de abril de 2011). Arquivo Municipal de Lisboa. Assinatura da Lei de separação da Igreja e do Estado, da autoria de Afonso Costa.

 Intitulado *"Sonho - Venite ad me", o quadro podia* simbolizar a" fome de Deus" sofrida pela República, todavia antecede-a, por terá sido concluído em 1909 e parece percorrido de uma outra intenção.
Cristo cumprimenta Bernardino Machado! Uma pintura inesperada, do pintor Jorge Baeta. Trata-se aqui de uma reprodução do Catálogo da Exposição efetuada na Fundação Maria Dias Ferreira. O trabalho esteve exposto na Fundação, cedido temporariamente pelo Museu Bernardino Machado – Famalicão. No Catálogo lê-se: "Consta que o quadro foi imaginado por Francisco Grandela como um sonho duma católica convertida aos ideais republicanos. (...)". A tela mostra Cristo a cumprimentar Bernardino Machado. O quadro simboliza um possível pedido de auxílio, por parte de Cristo, a Bernardino Machado para o livrar do mau clero que adulterava a doutrina de bondade e tolerância.

 . A foto de Jorge Baeta é da mesma proveniência.



AO POVO

Partem hoje [illegible] os nossos soldados para a França.

Vai esse punhado de portugueses honrar o nome da sua Patria e afirmar a sua vitalidade ao lado das nações aliadas, que ha dois anos veem lutando pela civilisação, pelo esmagamento da tirania teutonica e pela aniquilamento do furor militarismo prussiano.

Arcando com enormes dificuldades; vencendo inercias e indiferentismos que são a negação formal de tudo quanto deve existir de nobre e elevado numa alma de patriota; combatendo e derrotando os inimigos internos que, assalariados ao ouro alemão, pretendiam atestar-nos de cumprimento do dever; conseguiu Portugal, finalmente, levantar altivamente a sua cabeça ensanguentada, mas sempre nobre e valorosa, e enviar para a guerra os seus filhos queridos, confiando deles a honra da sua bandeira e dizendo-lhes com ultimo adeus—que do seu esforço, da sua dedicação e do seu sacrificio valoroso, depende a existencia honrada e digna desta hoje pequena nação, mas que, outrora, mostrou ao mundo quão grandes e gigantescas podem ser as obras dos pequenos povos, quando teem a anima-los a alma nascida duma raça que nasceu para a luta em prol de nobres empreendimentos, quando nos peitos fortes de seus filhos, existem corações devotados ao Bem; ás idéas grandiosas de liberdade e civilisação.

Povo de Portalegre! Juncai de flôres a passagem dos soldados. Retalcai em vossos corações as lagrimas que uns pungentes saudade certamente vos provocará e, animai com os vossos patrioticos vivas, com as vossas entusiasticas saudações á Patria, á Republica e ao exercito, aquelles que vão cumprir o mais elevado de todos os deveres—o dever de se sacrificarem pela sua Patria.

Nada de lagrimas, porque o caminho que eles vão trilhar é um caminho bendito. Pódem alguns a'ele perder a vida, mas ofereceram-na em holocausto á sua Nação, para que ela perdure pelos seculos fiel, honrada e sem mancha.

Pódem perde-la, mas deixarão de si fama e abrirão na historia mais uma pagina brilhante em que os seus nomes figurarão em letras de ouro, como dignos sucessores dos herões que Camões consagrou.

Povo de Portalegre! Todos nós sentimos como que arrancarem-nos um pedaço de coração, ao vermos partir os nossos filhos, os nossos irmãos, os nossos amigos mais queridos, mas n'esta hora solene, nesta hora em que os povos se afirmam e garantem o direito á existencia livre, pela grandeza do seu sacrificio, pelo tributo do seu sangue, só um sentimento deve existir, em nossos corações — o amôr da Patria; só um grito deve partir do mais fundo da nossa alma:

Viva Portugal!
Viva a Republica!
Viva o Exercito!

Portalegre, [illegible] de Janeiro de 1917.

A Comissão Executiva da Camara Municipal.

Tip. Lemense—Portalegre—916

Mensagem da Câmara de Portalegre ao povo e aos soldados que partiam, mensagem datada de 18 de janeiro de 1917, exatamente nos primeiros embarques do C.E.P. para França.



Foto Figueiras.
Peregrinação na capela de Nossa Senhora de Fátima (Câmara de Lobos) | 1933
10 x 15 cm | Negativo simples, vidro | Gelatina e sais de prata
MFM-AV, inv. PHF/1630
Em depósito na DRABM - Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira.

A Revolta da Batata.



Foto Benoliel.

Na tarde de domingo, 20, no Parque Eduardo VII, voluntários Lisbonenses conduzindo um ferido. "Ilustração Portuguesa", n.º 589, 4 de junho de 1917, p. 448-449.

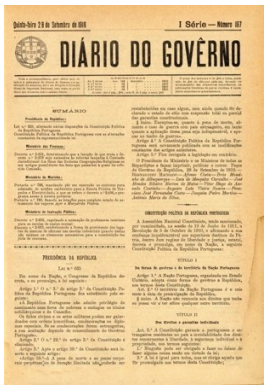

Foto Benoliel.

À porta da morgue. "Ilustração Portuguesa", n.º 589, 4 de junho de 1917, p. 448-449.



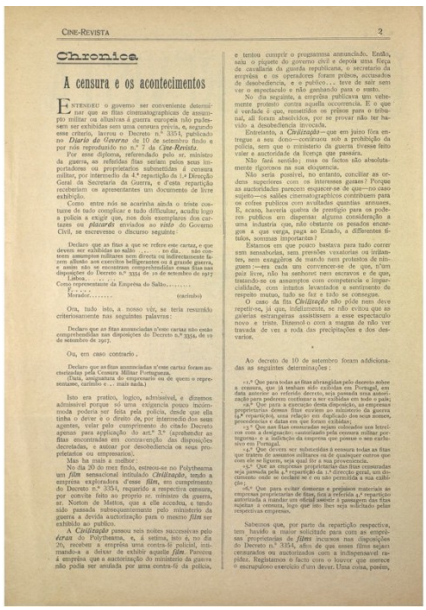
França, 1917. *Le Bleuet* (cuja tradução remete para cardo ou centáurea). Símbolo da memória e da solidariedade em França, para os veteranos e as vítimas da primeira guerra mundial. Ilustração da propaganda francesa da 1ª Guerra Mundial que evoca as vitórias francesas ao longo dos tempos. Da Agenda Buvard du Bon March, publicado em 1917. A centáurea azul (*Bleuet de France*) é a flor da memória e da solidariedade em França. Este símbolo tem a sua origem na vontade de ajudar os veteranos feridos na Primeira Guerra Mundial, mas foi adotado rapidamente por toda a nação francesa como símbolo de gratidão pelo sacrifício dos soldados na defesa do seu país e dos seus ideais.

Censura e pena de morte em período de guerra.



DIÁRIO DO GOVÊRNO

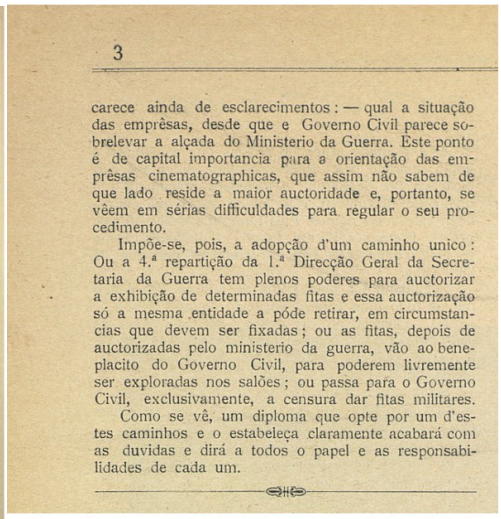
Em 1916 é readmitida a pena de morte para traição em tempo de guerra. Por motivo da entrada de Portugal na Primeira Grande Guerra, a garantia constitucional foi alterada, por força da Lei n.º 635, de 28 de Setembro de 1916, que definiu o regime de exceção: "quanto à pena de morte, somente o caso de guerra com país estrangeiro, em tanto quanto a aplicação dessa pena seja indispensável, e apenas no teatro da guerra». A mesma anulava o disposto no Diário de Governo de abril de 1911 (Diário do Governo nº 96, de 26 de abril de 1911).



CINE-REVISTA 2

Chronica

A censura e os acontecimentos



3

carece ainda de esclarecimentos: — qual a situação das emprêsas, desde que o Governo Civil parece sobrelevar a alçada do Ministerio da Guerra. Este ponto é de capital importancia para a orientação das emprêsas cinematographicas, que assim não sabem de que lado reside a maior auctoridade e, portanto, se vêem em sérias difficuldades para regular o seu procedimento.

Impõe-se, pois, a adopção d'um caminho unico: Ou a 4.ª repartição da 1.ª Direcção Geral da Secretaria da Guerra tem plenos poderes para auctorizar a exhibição de determinadas fitas e essa auctorização só a mesma entidade a póde retirar, em circumstancias que devem ser fixadas; ou as fitas, depois de auctorizadas pelo ministerio da guerra, vão ao beneplacito do Governo Civil, para poderem livremente ser exploradas nos salões; ou passa para o Governo Civil, exclusivamente, a censura dar fitas militares.

Como se vê, um diploma que opte por um d'estes caminhos e o estabeleça claramente acabará com as duvidas e dirá a todos o papel e as responsabilidades de cada um.

Cine-revista, nº 8, 1917-10-15. Texto / Artigo, 2 p. Descrição: Comentário sobre a sobreposição de competências e da problemática aplicação do Decreto de 1917 que submetia a censura prévia quaisquer filmes representando temas militares e direta ou indiretamente relacionados com a I Guerra Mundial.



Fonte: Wikimedia Commons.

Stubby (1916 - 4 de abril de 1926), foi o cão de guerra mais condecorado da Primeira Guerra Mundial e o único cão a ser promovido a sargento através do combate.

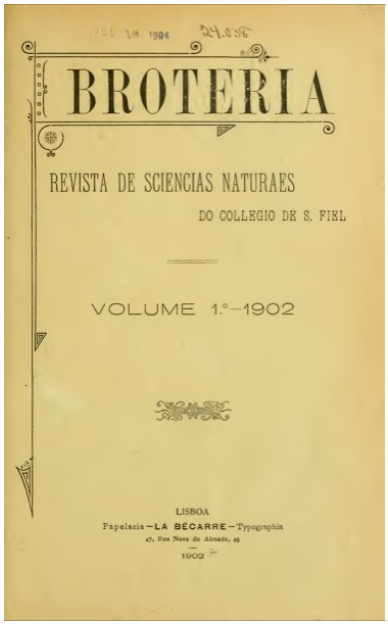

'Jackie' after the amputation of his leg, with Lt-Col RN Woodsend, Royal Army Medical Corps. (Photo: Author's Collection)


'Jackie', mascot of the 3rd SAI and Private Albert Marr (centre front) Potchefstroom, September 1915. (Author's Collection)

Fotos de domínio público.

O babuíno-soldado Jackie, foi incorporado no 3º Regimento de Infantaria Sul-Africano (Transvaal), que combateu junto das tropas britânicas nas trincheiras da Grande Guerra. Na foto da esquerda, provavelmente datada de maio de 1918, o animal depois de ter sido amputado, na sequência de ferimentos graves. Ao seu lado, o Tenente-coronel WJS Harvey, da RAMC, Royal Army Medical Corps e um outro animal de estimação do mesmo Regimento. Por vezes, a foto confunde a figura de Harvey com a do médico militar, o Tenente-coronel Robert Noel Woodsend, da RAMC, que salvou a vida ao animal na sequência da batalha de La Lys (7 a 29 de abril de 1918).


Fotografia existente no Arquivo da Cúria Provincial da Província Portuguesa da Companhia de Jesus: Carlos João Rademaker, um dos responsáveis pelo "regresso" dos jesuítas a Portugal, no século XIX.

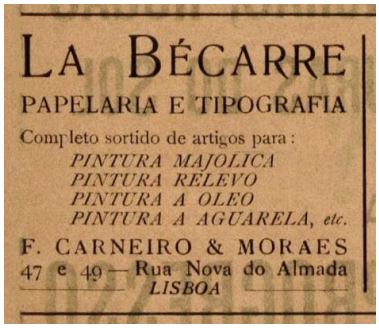


Domínio Público. Criação 1 de janeiro de 1902. Capa do 1.º Volume da

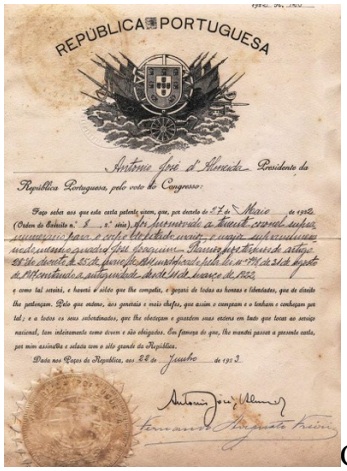
VV AA. *Brotéria - Revista de Sciencias Naturaes do Collegio de S. Fiel*. (1902). Lisboa: Papelaria - La Bécarre – typographia. Rua Nova do Almada. Fonte: Arquivo da Brotéria.

A Papelaria e Tipografia "La Bécarre", foi fundada em 20 de Maio de 1885, na Rua Nova do Almada, 47, em Lisboa, pela firma "Marques da Costa & C.a". Foi o primeiro estabelecimento do seu género a vender materiais especificamente para desenho e pintura artística na cidade. Mudou depois de instalações para o Largo da Boa-Hora, no Chiado. Realizava trabalhos de litografia, foi editora de vários livros e de postais e a responsável pela impressão e acabamento gráfico da revista Brotéria. Em 1909 já era propriedade da firma "F. Carneiro & C.a". Em 1915 o sócio maioritário, Francisco J. Carneiro, adquire a totalidade da empresa.

Em 1917, Francisco Carneiro junta-se a Emílio de Moraes; formam a firma "F. Carneiro & Morais".



La Bécarre num anúncio de 1917, Jornal de Notícias.



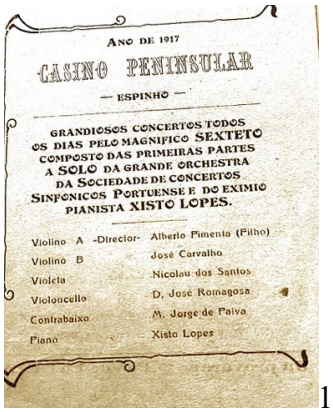
Carta Patente de José Joaquim Ramos, assinada por António José de Almeida e Fernando Augusto Freiria (1877-1955) Ministro da Guerra do Governo de Cunha Leal, opositor ao golpe de 28 de Maio e participante na revolta de Fevereiro de 1927 e na de 1931. Foi preso e deportado, em 22 de Junho de 1922 - via República 100 Anos: coleção CRP.


J.J. Ramos. Grafite s/ Papel
Ass./ N. Dat. "J.J. Ramos". Desenho do Tenente-coronel José Joaquim Ramos, mais tarde conhecido
como pintor, que assinou sempre J.J. Ramos. Quando ingressou nas Forças Armadas já tinha o curso de belas artes. Esteve na campanha de Angola (fez desenhos com Menezes Ferreira) e no *front* na Flandres.

A CULTURA EM 1917 -
alguns exemplos.



Coleção particular do autor deste trabalho.
A 9 de junho de 1917, o Teatro de S. Carlos promovia mais uma das iniciativas destinadas a apoiar o esforço de guerra e a presença dos soldados portugueses na frente de batalha: O Dia dos Aliados.



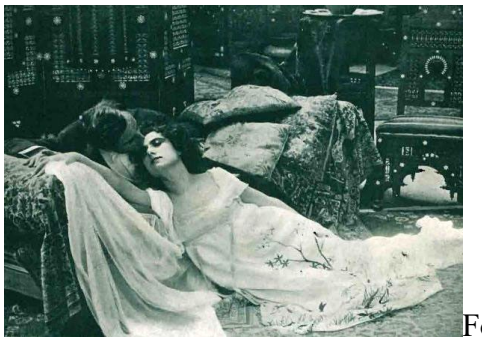
1917, capa do programa do Casino Peninsular de Espinho, com atuações musicais – "grandiosos concertos" [sic] - todos os dias; coleção privada do autor deste trabalho.



1917, festa de José Casimiro, coleção privada do autor deste trabalho.

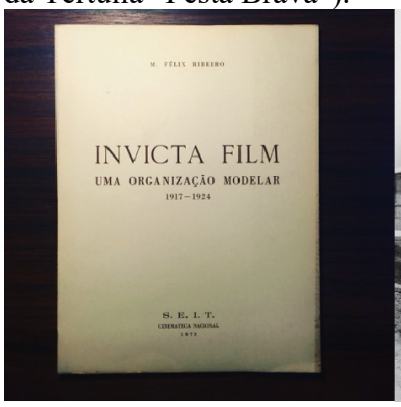


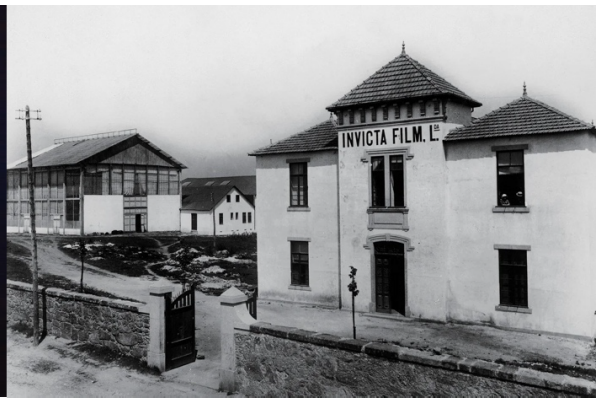
Anúncios no Diário de Notícias de 3 de agosto de 1917, anunciando espetáculos no Coliseu dos Recreios, que incluíam um espetáculo em 7 atos, "Fedora", pela eminente (sic) Bertini, a presença das Tropas portuguesas no “Front”, com a atuação da Banda da Infantaria 5. No Olimpia, sala de projeção de filmes, onde se exibia, em sessão tripla, “A Fuga de Charlot” (de 1915, de Charlie Chaplin) e a “Flecha Envenenada”(que teria uma versão nova nos anos de 1950), e, muito curioso, o 3º episódio de “A Máscara dos dentes brancos”, uma série de aventura do cinema mudo, dirigido por George B. Seitz e Edward José e apresentada em 20 episódios. Crê-se que só tenha sobrevivido um desses episódios, que hoje consta do arquivo da UCLA Film &Television Archive, com sede na Califórnia.


Foto de domínio público, datada de 1916, onde sobressai Francesca Bertini, diva italiana do cinema mudo, interpretando o papel de Fedora.



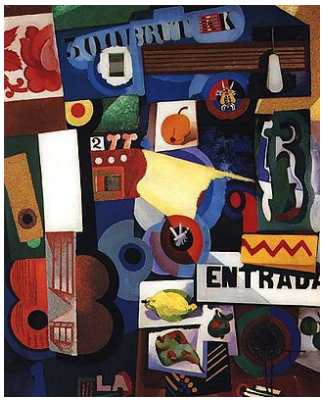
Anúncio, em folheto impresso, de domínio público, de uma tourada na Praça de Touros de Algés no ano de 1917. A atração era "a festa artística do toureiro", bandarilheiro[645], "Luciano Moreira" que daria o seu nome a uma escola tauromáquica (fundada em 1903, chamar-se-ia Luciano Moreira até mudar de nome, em 1959, para Escola de Toureio da Tertúlia "Festa Brava").





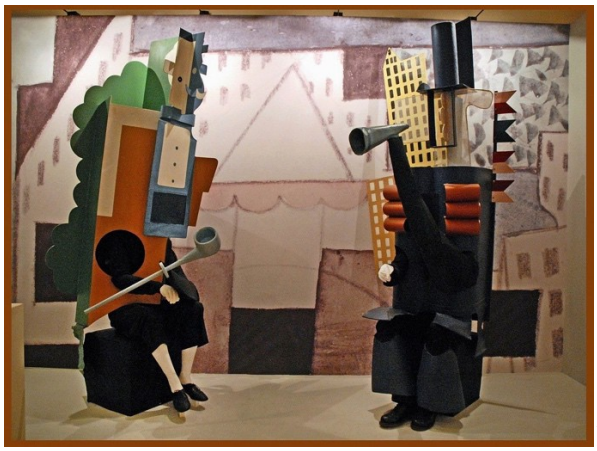
Os primeiros passos do cinema em Portugal foram dados no Porto, em 1917.
https://www.porto.pt/pt/noticia/historias-da-cidade-invicta-fabrica-de-cinema

[645] De acordo com o crítico taurino Joaquim Tapada:
"Todos lamentavam que não houvesse um português que chegasse a matador. Havia a escola de Luciano Moreira, antigo bandarilheiro, que formava jovens que aprendiam os rudimentos do toureio, alguns chegavam a novilheiros, mas não davam o salto (...)". Cf. TAPADA, Joaquim. (2021). *Matadores de toiros portugueses* disponível em linha no sítio da rede: https://www.tauromaquiapatrimonio.pt/w/index.php/Matador_de_Toiros.
Em 1917 foi construída a Praça de Toiros de Benavente, inaugurada 1918.



1917, *Entrada*. Amadeo Souza-Cardoso. Centro de Arte Moderna José de Azeredo Perdigão.

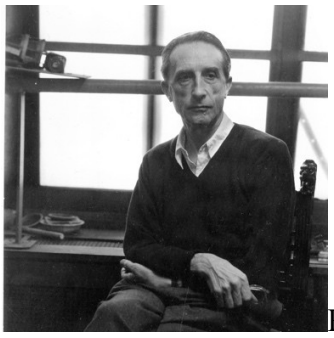

1917, *Arlequim de Barcelona*, de Pablo Picasso.
Museu Picasso de Barcelona, Espanha. Retrato do bailarino russo Leonide Massine (1896-1979).


1917. Cenário e guarda-roupa criados por Picasso para o bailado *Parade.* Foto via Wikimedia Commons.

 1917. Ballet *Parade.* Picasso (de boné), num grupo de pintores e junto ao cenário e ao fato de cena do bailado de Léonide Massine. Foto via Wikimedia Commons.

 *O para-brisas*, de 1917. Henri Matisse. Foto de domínio público - Cleveland Museum of Art (CMA), Cleveland, OH, US ".

 Foto: 1917, A *Fonte*, escultura polémica de Marcel Duchamp, World History Archive.

 Retrato de Marcel Duchamp. Fotografia da galeria Francis M. Naumann Fine Arts (galeria de Nova Iorque que encerrou em 2020), da coleção Portraits of Marcel Duchamp and/or Rrose Sélavy



Em 1917, Kafka não assistiu à terceira edição de *A Metamorfose*, por se encontrar hospitalizado. Diagnosticado com tuberculose em agosto de 1917, foi viver, durante alguns meses para Zürau (Siřem na língua checa), na Boémia Ocidental. Nesse ano, em setembro, começa a escrever *Os Aforismos* (serão 109 no total). *A Metamorfose*, começou por ser publicada na revista "Die Weissen Blätter" ("As folhas brancas") em Leipzig (Alemanha) pela iniciativa de Kurt Wolff, um dos sócios da editora Ernst Rowohlte, e amigo do escritor Max Brod, por sua vez amigo de Franz Kafka e que o revelou ao mundo. O primeiro livro de Kafka publicado por Wolff, intitulado *Betrachtungen* (Contemplações) teve uma tiragem de 800 exemplares e vendeu, até 1917, 102 cópias.

A Revolução Russa foi um dos acontecimentos políticos e culturais mais marcantes do século XX. A Arte Russa dava lugar à Arte Soviética, em 1917. No campo da cultura, a Revolução inspirou novas estéticas, nomeadamente aquela que se entendeu chamar *agitprop,* a linguagem própria de agitação e propaganda reunidas para promover o Realismo Socialista. Ainda hoje a Tate Modern de Londres dedica especial atenção a essa técnica de propaganda artística.


Foto: Tate Modern, London.



Imagem de domínio público.
Calendário soviético de 1925, com as semanas começando ainda ao domingo, ao gosto da Igreja e da religião ortodoxa (que usava o calendário juliano). Os bolcheviques difundiram um decreto em fevereiro de 1918 para retirar o calendário juliano, substituindo-o pelo gregoriano, introduzido lentamente nos hábitos locais desde essa data.



Calendário russo 1917


Kuz'ma Petrov Vodkin, pintor russo-soviético.
'Manhã', 1917 **('Morning', 1917)**





Cartazes (domínio público)









Agitprop e a nova - para a época - estética soviética.

Expressionismo 1917

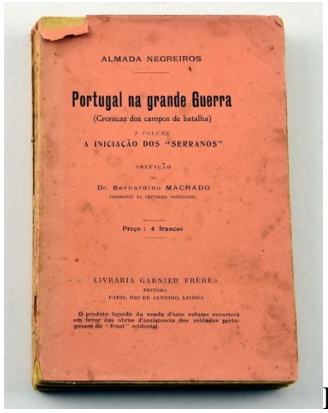

Imagem de domínio público.
O Abraço (1917), de Egon Schiele, exemplo pictórico de arte erótica da época.

Futurismo 1917



Portugal Futurista - revista de número único, foi publicada em novembro de 1917, dirigida oficialmente por um artista algarvio, aluno de belas-artes, Carlos Filipe Porfírio; motivou a sua apreensão policial (foi denunciada pela "linguagem despejada") o texto *Saltimbancos*, do artista multidisciplinar José [Sobral] de Almada Negreiros.

Almada Negreiros protagoniza no mesmo ano, no Teatro da República, a conferência *Ultimatum Futurista às Gerações Portuguesas do Século XX*; ainda nesse mesmo ano, José de Almada Negreiros publica a novela K4 O - Quadrado Azul.



Livro escrito pelo pai do artista plástico José de Almada Negreiros, António Lobo de Almada Negreiros, escritor e jornalista natural de Aljustrel, foi administrador de Concelho na ilha de São Tomé e vice-cônsul de Portugal.

 António Lobo de Almada Negreiros. Foto de domínio público publicada na Ilustração Portuguesa, 2ª série, nº 592, de 25 de junho de 1917. Todos os capítulos do livro, que é prefaciado por Brito Camacho, foram publicados previamente, em grande parte, no jornal *O Século*, de Lisboa. Releva-se a nota de edição: Os capítulos foram revistos e autorizados pelas censuras portuguesa e inglesa na frente Ocidental.

Primeira Guerra Mundial


A CAPITAL

DIARIO REPUBLICANO DA NOITE

LISBOA—Sexta-feira, 10 de Março de 1916

PORTUGAL E ALLEMANHA

A declaração de guerra foi hoje lida no Parlamento

O sr. ministro dos estrangeiros lê todos os documentos relativos á ultima phase da questão internacional—O governo inglez solicitou, em nome da alliança, a requisição dos navios allemães—Na nota, entregue hontem pelo sr. Rosen, o governo allemão declara o estado de guerra—O sr. Alexandre Braga propõe a constituição d'um governo nacional, já preconisada pelo sr. Affonso Costa—Patrioticos discursos dos chefes dos partidos—Manifestações populares

VIVA PORTUGAL!

O que pensam os chefes politicos


DIARIO DA MADEIRA

JOSÉ CRUZ BAPTISTA SANTOS

Funchal, Terça-feira, 5 de Dezembro de 1916

A Madeira bombardeada por um submarino allemão

A canhoneira franceza "Surprise„ e os vapores "Kanguroo„ e "Dacia„ torpedeados dentro da bahia

travam um violento duello de artilharia com o submarino inimigo que estacionou, durante duas horas, em frente do nosso porto

Jornal da Madeira, de 5 de dezembro de 1916. A Ilha da Madeira bombardeada por um submarino alemão.


Foto de Joshua Benoliel.
Chegada ao cais de Alcântara de um transporte de tropas.,
Ilustração Portuguesa, série II, nº. 577, Lisboa, 12 de Março de 1917, p. 214.


Foto de Louis Maufrais.

Abril 1917 Châlons-le-Vergeur. A tenda foi pintada por Louis Maufrais, depois de ter recebido ordem para camuflá-la de modo a proteger-se dos aviões inimigos. A aviação alemã encontrava-se consideravelmente reforçada depois de [da batalha] Somme, o estado-maior alemão havia sido informado dos movimentos das tropas francesas diante do Caminho das Damas, graças à observação aérea.



Futebol em Missão de Guerra. Autor: A Editora Edições com. Cartazes da coleção da Biblioteca Nacional de Lisboa.

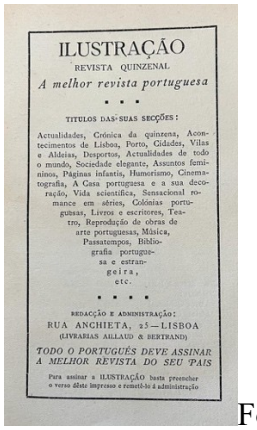




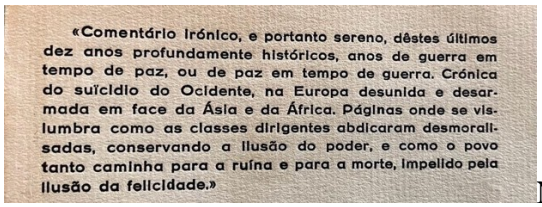
Capas do jornal francês Le Miroir (O Espelho), de 1917. Coleção privada do autor deste trabalho.

Lê-se na capa que o jornal Le Miroir paga qualquer preço pelos documentos fotográficos relativos à guerra que provem ter interesse especial.

Le Miroir paie n´importe quel prix les documents photographiques relatifs à la guerre, présentant um intêrêt particulier.


ILUSTRAÇÃO
REVISTA QUINZENAL
A melhor revista portuguesa
• • •
TITULOS DAS SUAS SECÇÕES:
Actualidades, Crónica da quinzena, Acontecimentos de Lisboa, Porto, Cidades, Vilas e Aldeias, Desportos, Actualidades de todo o mundo, Sociedade elegante, Assuntos femininos, Páginas infantis, Humorismo, Cinematografia, A Casa portuguesa e a sua decoração, Vida scientifica, Sensacional romance em abrica, Colónias portuguesas, Livros e escritores, Teatro, Reprodução de obras de arte portuguesas, Música, Passatempos, Bibliografia portuguesa e estrangeira, etc.
• • • •
REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO:
RUA ANCHIETA, 25—LISBOA
(LIVRARIAS AILLAUD & BERTRAND)
TODO O PORTUGUÊS DEVE ASSINAR A MELHOR REVISTA DO SEU PAIS
Para assinar a ILUSTRAÇÃO basta preencher o verso dêste impresso e remetê-lo á administração

Folheto para angariar assinantes para a revista Ilustração. Coleção privada do autor deste trabalho.


«Comentário irónico, e portanto sereno, dêstes últimos dez anos profundamente históricos, anos de guerra em tempo de paz, ou de paz em tempo de guerra. Crónica do suicídio do Ocidente, na Europa desunida e desarmada em face da Ásia e da África. Páginas onde se vislumbra como as classes dirigentes abdicaram desmoralisadas, conservando a ilusão do poder, e como o povo tanto caminha para a ruína e para a morte, impelido pela ilusão da felicidade.»

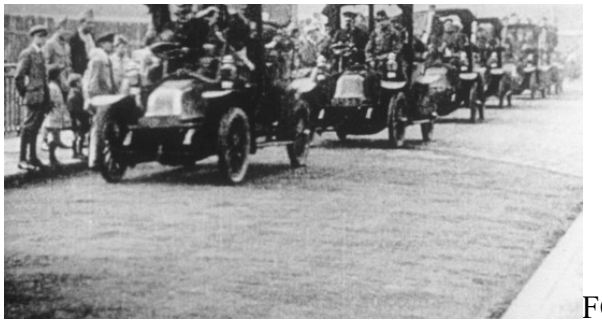
Nota avulsa integrada como separata do livro A Carranca da Paz-comentário leve da grane Guerra, de Agostinho de Campos, de 1925, editado em Lisboa pelas Livrarias Aillaud & Bertrand. Coleção privada do autor deste trabalho.

Fotografia de 28 de junho de 1914 do terrorista sérvio Gavrilo Princip (segundo pela direita) no momento de sua detenção pelo assassinato do arquiduque Francisco Fernando da Áustria e sua esposa em Sarajevo, episódio que desencadeou o início da Grande Guerra. AGP (Agence France Press).

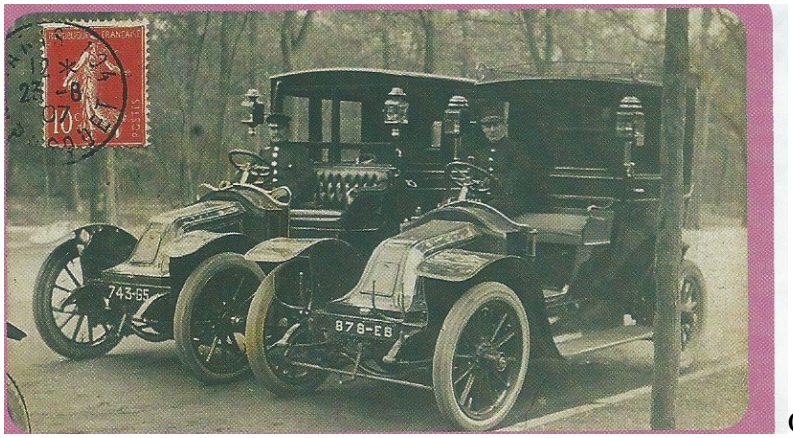



Foto domínio público.

Vigilância hospitalar da gripe espanhola, início do surto. Note-se: a foto é de 1 de janeiro de 1918, o que implica a origem da pandemia pelo menos no ano anterior.


FOTO Agence France Press.

Nesta foto de arquivo, registada em 1914, os táxis franceses da marca Renault conduzem as tropas francesas para a frente do Marne. O autor da ideia foi o ex-governador militar de Paris, general Joseph Gallieni, que na falta de transporte requisitou todos os táxis de paris,



Os táxis do Marne, aqui representados em bilhete postal. Estes automóveis, que foram fabricados pela Renault entre 1905 e 1910, desempenharam um episódio histórico, em 1914: nas ruas de Paris, centenas de táxis foram requisitados por soldados armados. Reuniram-nos no Boulevard des Invalides e às 22h de 6 de setembro estavam prontos para uma missão decisiva. As ordens para esta mobilação provinham do ex-governador militar de Paris, general Joseph Gallieni, que queria mudar o

curso da história e da Primeira Batalha do Marne, o que de facto aconteceu quando centenas de táxis, carregados de soldados, chegaram ao local da batalha.



Miniatura, propriedade da coleção privada do autor deste trabalho: réplica à escala, rara, do famoso Renault AG1, um dos "Táxis de la Marne".
Obedecendo a uma ideia do ex-governador militar de Paris, general Joseph Gallieni, centenas de táxis concentraram-se na capital francesa e, por falta de outros veículos disponíveis, transportaram militares para o *front*, a 60 km da capital, revitalizando a defesa francesa. Quase todos eram Renault, de fabrico francês, modelos como aquele que é representado nesta(s) foto(s).


Foto dos arquivos da Agence France-Presse (AFP).

Mata Hari

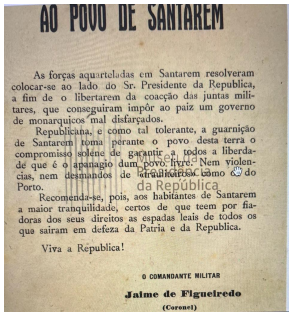

Fotografia de Thierry Ollivier/Musee Guimet.

Mata Hari (1876-1917), nome de palco de Margaretha Gertruida Zelle, dançarina, acusada de espionagem a favor dos alemães, durante a Primeira Guerra Mundial. Nascida nas Frísias, nos Países Baixos, em Leeuwarden, foi fuzilada em Vincennes, em 15 de outubro de 1917.


Fotografia de autor desconhecido, datada de 1906.


Mata Hari no dia da sua prisão, 13 de fevereiro de 1917. Foto da coleção do Fries Museum, Leeuwarden, museu do Países Baixos com um acervo excecional sobre a figura de Mata Hari.
Cf. https://www.friesmuseum.nl/en/collection/icons/mata-hari


Desenho que procura reconstituir o julgamento, em Tribunal Marcial (francês), de Mata Hari. Sete juízes, poucas provas, uma sentença de morte e a afirmação, veiculada para o exterior, de estarem perante (e) "indiscutivelmente a maior espia do nosso século".



AO POVO DE SANTAREM

As forças aquarteladas em Santarem resolveram colocar-se ao lado do Sr. Presidente da Republica, a fim de o libertarem da coacção das juntas militares, que conseguiram impôr ao paiz um governo de monarquicos mal disfarçados.

Republicana, e como tal tolerante, a guarnição de Santarem toma perante o povo desta terra o compromisso solene de garantir a todos a liberdade que é o apanagio dum povo livre. Nem violencias, nem desmandos de criminosos, como os do Porto.

Recomenda-se, pois, aos habitantes de Santarem a maior tranquilidade, certos de que teem por fiadoras dos seus direitos as espadas leais de todos os que sairam em defeza da Patria e da Republica.

Viva a Republica!

O COMANDANTE MILITAR

Jaime de Figueiredo

(Coronel)

Museu da República

Exemplar do Museu da Presidência da República.
Folheto elaborado pelo comandante militar, coronel Jaime de Figueiredo, informando o povo de Santarém que os militares se colocaram ao lado do Presidente da República, João do Canto e Castro Silva Antunes, na revolta de santarém, de 12 de janeiro de 1919, com o objetivo de libertar a cidade do governo monárquico e restabelecer a República e, consequentemente, a Constituição republicana de 1911.

As fotos de Garcez[646]



Foto Garcez
Os portugueses em França | Exercícios de Assalto. 1917.

Portugueses em França. Bilhetes Postais ou Cartes Postales, editadas por Levy Fils & Cie. de Paris.
A Lévy Fils et Cie. - Nome utilizado pela *Léon & Lévy* fundada em 1864 por Isaac Levy e pelo seu genro Moyse Léon a partir de 1895, ano em que a empresa foi renomeada quando os dois filhos de Lévy, Abraham Lucien Lévy e Gaspard Ernest Lévy, assumiram a sua gestão.

[646] A *Fotografia Garcez*, hoje pertença de coleção particular, equivale a conjunto documental vasto. Esse acervo foi publicado parcialmente na forma de bilhetes-postais do serviço fotográfico do Corpo Expedicionário Português durante a I Guerra e reeditado, parcialmente, em outubro de 2014, ainda no formato de postal (13x9cm) numa edição da Divisão de Edições da Assembleia da República, sob *design* da MindImage Design, e impressão da Anumac. Essa edição integrou a evocação, pela Assembleia da República portuguesa, dos 100 anos Grande Guerra.



Arnaldo Garcez, o segundo da direita. In: VICENTE, António Pedro. (2000). Arnaldo Garcez. Um repórter fotográfico na 1ª Grande Guerra. Porto: Centro Português de Fotografia.

Nota: O fotógrafo Garcez foi uma das referências do fotojornalismo das primeiras décadas do século XX (com o menos conhecido capitão Barros Basto, cujo espólio ficou cerca de cem anos escondido das vistas públicas. Barros Basto foi obrigado a abandonar a carreira militar, em 1937, na sequência de um processo de perseguição religiosa, inédito, movido pelo Conselho Superior de Disciplina do Exército, pelo seu culto confesso do judaísmo).
Arnaldo Garcez Rodrigues nasceu em Santarém, a 18 de outubro de 1885, falecendo em Lisboa a 5 de agosto de 1964; foi repórter fotográfico. Viveu em França, onde casou, em 1920, na cidade de Cherburgo, com Marcele Margueritte Alphonsine Marneffe. Tiveram 3 filhos. De regresso a Portugal, em 1921, Garcez abandona o fotojornalismo.
A 22 de fevereiro de 1923, funda a casa Garcez, Lda, no Chiado, dedicada à fotografia (venda de máquinas fotográficas e laboratório), vindo a editar diversas publicações técnicas.
Garcez Lda. foi uma referência no comércio fotográfico em Lisboa e influenciou muitos fotógrafos.



Foto: Arnaldo Garcez, *"Portugueses na frente de batalha", 1917.* (PT/AHM/FE/CAVE/AG/A11/0197)

Nota: Arquivo Histórico Militar. Álbum A11, de Arnaldo Garcez.
Cf. https://ahm-exercito.defesa.gov.pt.

Fotos dos Serviços fotográficos do Corpo Expedicionário Português do fotógrafo Arnaldo Garcez.

 Foto de Garcez.
Damas enfermeiras portuguesas da Cruz Vermelha.

 Foto de Garcez.

Damas enfermeiras portuguesas ao serviço da Cruz Vermelha.

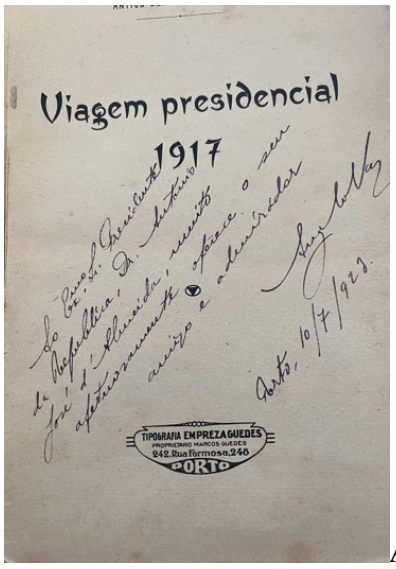
 Foto Garcez.

O Presidente da República portuguesa Bernardino Machado e o primeiro-ministro Afonso Costa, com o C.E.P. na Frente de Guerra,1917.

A primeira deslocação [647]de um Chefe de Estado português ao estrangeiro, em outubro de 1917, coube ao Presidente da República Bernardino Machado (que seria o terceiro e oitavo presidente eleito [648]da República Portuguesa e protagonista das duas maiores ruturas do regime: o golpe de Estado de Sidónio Pais e o golpe de Estado do 28 de maio de 1926, de Gomes da Costa e Mendes Cabeçadas).
Bernardino partiu de Lisboa, da estação do Rossio, em comboio especial, a 8 de outubro de 1917, para uma viagem de 18 dias pela Europa. A grande missão era a de encontrar as tropas do Corpo Expedicionário Português (CEP), situadas na frente de batalha da Grande Guerra.
O Presidente português foi recebido sucessivamente pelo Rei Afonso XIII de Espanha, pelo Presidente Raymond Poincaré de França, Rei Jorge V de Inglaterra, Alberto I da Bélgica, e finalmente visitou os militares do Corpo Expedicionário Português mobilizados na Primeira Guerra Mundial. Foram 18 dias de viagem.

647 Cf. VAZ, Ângelo. (2017). *Viagem Presidencial (1917)*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
A edição original, que temos autografada pelo autor para António José d´Almeida, como anexamos – V. Anexos – indica na capa:
VAZ, Dr. Ângelo, antigo deputado da Nação. *Viagem Presidencial (1917)*. Tipografia Empreza Guedes. Porto: 1923.

[648] Mandatos presidenciais de Bernardino Machado: 5 de outubro de 1915 – 5 de dezembro de 1917; 11 de dezembro de 1925 – 28 de maio de 1926



Autógrafo do Dr. Ângelo Vaz

Ao Exmº Sr. Presidente da República, Dr. António José d´Almeida, muito afetuosamente oferece o seu amigo e admirador Ângelo Vaz. Porto, 10/07/923.

Em VAZ, Dr. Ângelo, antigo deputado da Nação. *Viagem Presidencial (1917)*. Tipografia Empreza Guedes. Porto: 1923. Página III. (origem: Coleção de livros e documentos de 1917 do autor deste trabalho).


Foto de Garcez.

O General Tamagnini e o seu Estado Maior.


Foto de Garcez.

Concurso hípico, em França, com presença e participação dos soldados portugueses.


Foto de Garcez.
Evacuando civis.

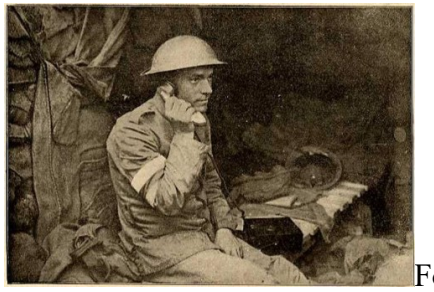
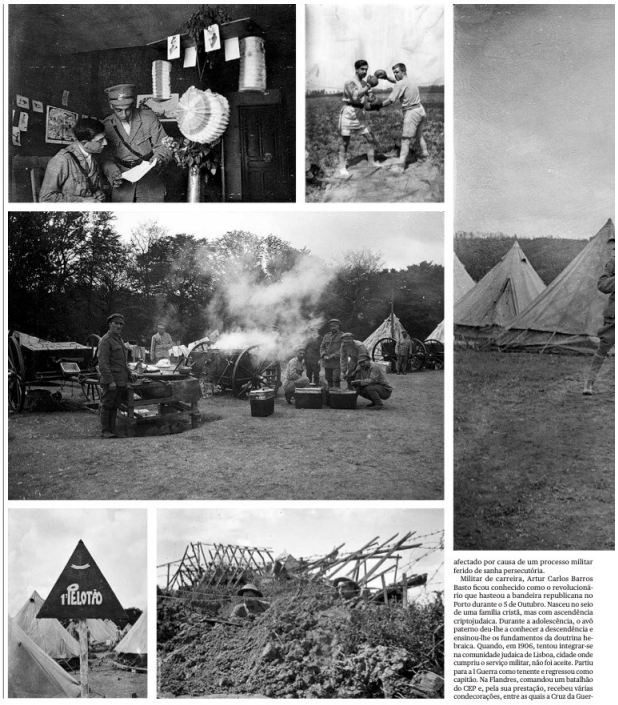

Foto de Garcez.
Operador telefónico na linha portuguesa. *In* "Portugal na Guerra". Revista Quinzenal Ilustrada. Ano 1, nº 6, Novembro de 1917, p. 16.


Foto de Garcez.

Parte integrante dos ficheiros dos serviços médicos do Corpo Expedicionário Português em França (1917).



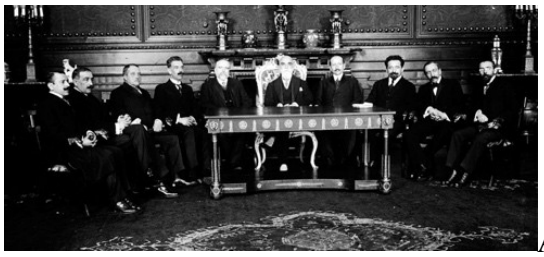
afectado por causa de um processo militar ferido de sanha persecutória.
Militar de carreira, Artur Carlos Barros Basto ficou conhecido como o revolucionário que hasteou a bandeira republicana no Porto durante o 5 de Outubro. Nasceu no seio de uma família cristã, mas com ascendência criptojudaica. Durante a adolescência, o avô paterno deu-lhe a conhecer a descendência e ensinou-lhe os fundamentos da doutrina hebraica. Quando, em 1906, tentou integrar-se na comunidade judaica de Lisboa, cidade onde cumpria o serviço militar, não foi aceite. Partiu para a I Guerra como tenente e regressou como capitão. Na Flandres, comandou um batalhão do CEP e, pela sua prestação, recebeu várias condecorações, entre as quais a Cruz da Guer-

28 | Domingo 16 Novembro 2014 | 2

Fotos do Capitão Barros Basto, reproduzidas em 16 de novembro de 2014, na Revista 2 (p.2), ilustrando um artigo assinado por Sérgio B. Gomes, elaborado na sequência de uma exposição promovida pelo Centro Português de Fotografia, no Porto.



Foto de Joshua Benoliel. Imagem integrada na reportagem “A partida das nossas tropas para França”. Portugal: Torre do Tombo. Empresa Pública do Jornal O Século, cx. 049, negativo 03.



Autor desconhecido.

O Governo da União Sagrada.

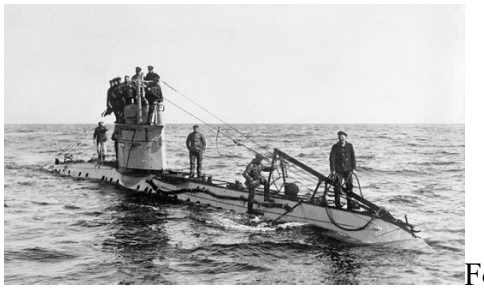
Bernardino Machado [Presidente da República], ao centro, sentado na cadeira mais destacada, e o governo da "União Sagrada", presidido por António José de Almeida, à direita do Chefe do Estado, no Palácio de Belém. Afonso Costa, o ministro das Finanças, é o terceiro a contar do fim, sentado à esquerda do Presidente da República.
Lisboa; Autor: Fotógrafo não identificado // © Arquivo Fotográfico Municipal de Lisboa.

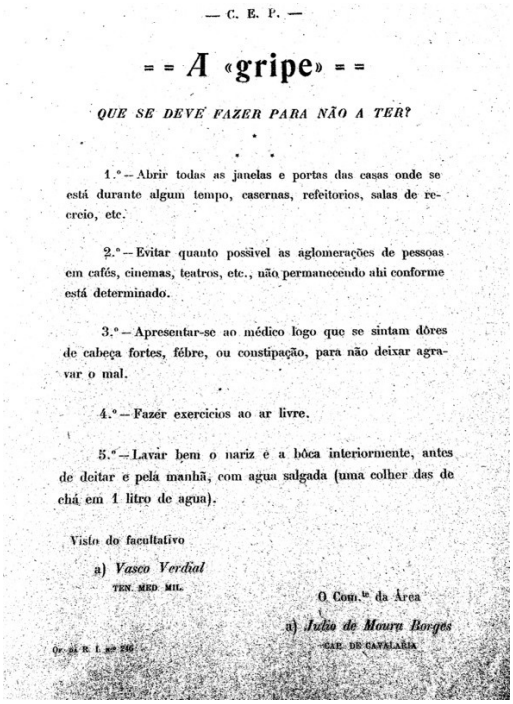


Selos evocativos da participação de Portugal na I Guerra Mundial

Guerra química, tanques de guerra, submarinos... A I Grande Guerra trouxe inovações inesperadas. Depois dela, materiais como o betão ou a gasolina iriam definir o progresso do século XX e cavar a desigualdade entre países ricos e pobres.


Fotos de domínio público tirada em setembro de 1916.


Foto domínio público: submarino alemão UC1, foto 1915.



— C. E. P. —

= = *A* «gripe» = =

QUE SE DEVE FAZER PARA NÃO A TER?

1.º — Abrir todas as janelas e portas das casas onde se está durante algum tempo, casernas, refeitorios, salas de recreio, etc.

2.º — Evitar quanto possivel as aglomerações de pessoas em cafés, cinemas, teatros, etc., não permanecendo ahi conforme está determinado.

3.º — Apresentar-se ao médico logo que se sintam dôres de cabeça fortes, fébre, ou constipação, para não deixar agravar o mal.

4.º — Fazer exercicios ao ar livre.

5.º — Lavar bem o nariz e a bôca interiormente, antes de deitar e pelá manhã, com agua salgada (uma colher das de chá em 1 litro de agua).

Visto do facultativo

a) *Vasco Verdial*
TEN. MED. MIL.

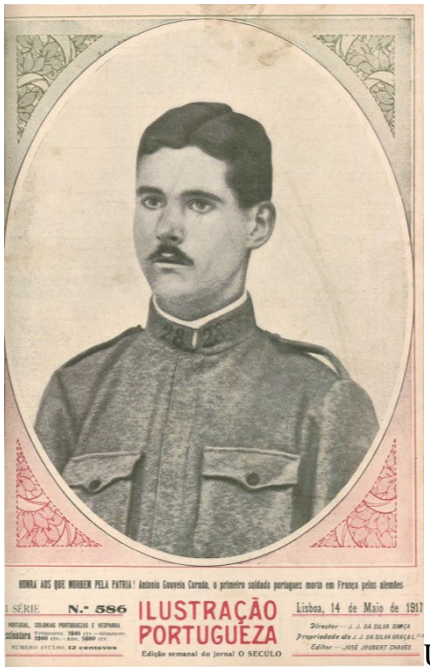
O Com.te da Área

a) *Julio de Moura Borges*
CAP. DE CAVALARIA

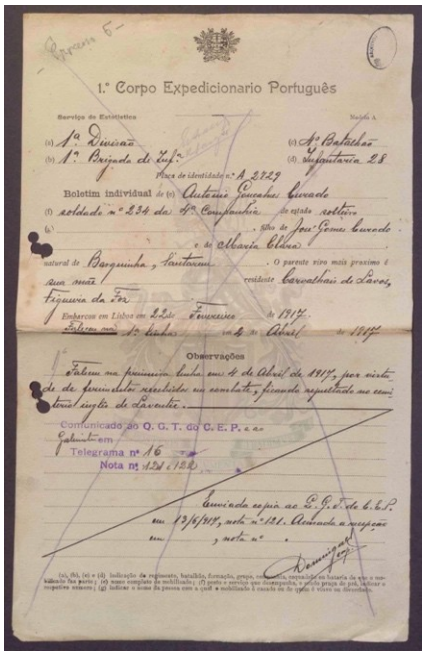
Or. 21 R. I. n.º 206

Aviso do C.E.P.


1917, tropas norte-americanas na frente ocidental.


HONRA AOS QUE MORREM PELA PATRIA! António Gouveia Curado, o primeiro soldado português morto em França pelos alemães
I SÉRIE N.º 586 ILUSTRAÇÃO PORTUGUEZA Lisboa, 14 de Maio de 1917
Edição semanal do jornal O SECULO

Um erro a corrigir: o nome do primeiro morto em combate ao serviço de Portugal na I Grande Guerra. A capa da revista Ilustração Portuguesa nº586, I Série, é dedicada (erradamente) a António Gouveia Curado (1894-1917). Ao consultarmos o processo do Arquivo Militar Português, deparamo-nos com a surpresa de ler outro nome, aqui presente– onde se lê que o nome do soldado é António Gonçalves Curado - no documento Código de referência/AHM/DIV/1/35A/2/04/02729 - que anexamos:


1.º Corpo Expedicionario Português

Serviço de Estatistica

Boletim individual de (b) António Gonçalves Curado
(1) soldado nº 234 da 4ª Companhia do estado solteiro
(b) filho de José Gomes Curado
e de Maria Clara
natural de Barquinha, Santarem. O parente vivo mais proximo é
sua mãe
residente Carvalhais de Cima,
Figueira da Foz

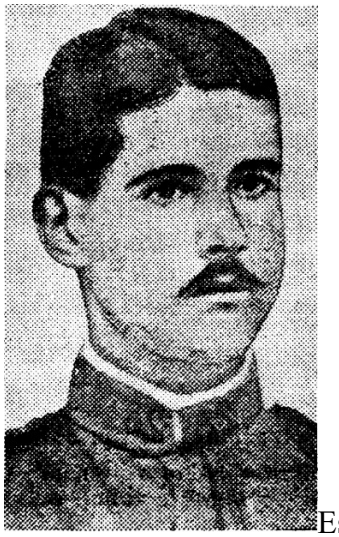
Embarcou em Lisboa em 22 de Fevereiro de 1917.
Foi-lhe dada 1ª baixa em 9 de Abril de 1917

Observações
Faleceu na primeira linha em 9 de Abril de 1917, por virtude de ferimentos recebidos em combate, ficando registada na 1ª divisão sob o nº 1 do Cemiterio.

Comunicado ao Q. G. T. do C. E. P. e ao Quartel em
Telegrama nº 16
Nota nº 1.221 - 1.222

Comunicado ao Q. G. T. do C. E. P. em 12/4/917, nota nº 1.221. Acusada a recepção em , nota nº .


Homenagem de índole memorial, erguida em evocação de António Gonçalves Curado, na Figueira daa Foz (base do Regimento de Infantaria 28).


Esta foto é erradamente referida como publicação original do jornal Diário de Lisboa (o jornal publicou-a efetivamente no seu nº 5729, de 1 de novembro de 1938, mas é obviamente a mesma foto que foi usada como capa da Ilustração Portuguesa, em 1917. Desconhece-se o seu autor). Esta imagem publicada no Diário de Lisboa foi digitalizada, mais tarde, pela Casa Comum – Fundação Mário Soares, que a regista como integrante do fundo de Documentos Ruella Ramos (DRR). Destaque-se que o DN grafou o nome do soldado acertadamente.


Diario de Lisbôa

NOTAS LISBOETAS

PAGAR DEPOIS...

UM CASO QUE SE ESCLARECE

A proposito da morte
do primeiro soldado português em França

Banquetes

MOBILIAS DA GRANJA

SENHORAS

ESTE ANUNCIO E MAIS 5 ESCUDOS
Valem um bom retrato com o formato
10 × 24 na FOTOGRAFIA ACHILLES

SOLAR DA ALEGRIA

Solar da Alegria

Solar da Alegria

Colete Encarnado

Retiro da Severa

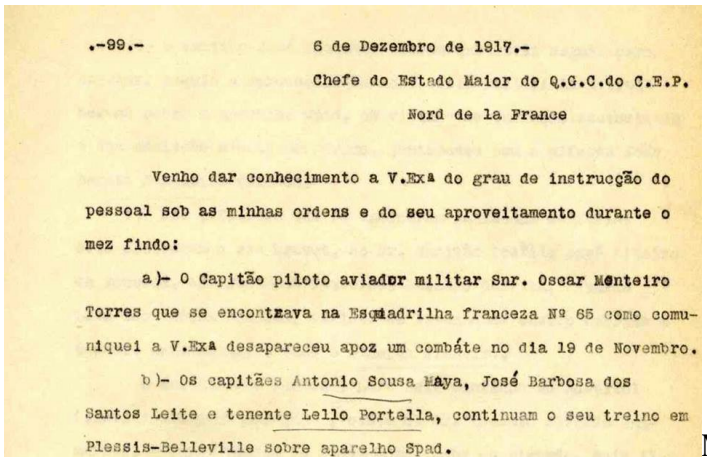
CAFE MONDEGO

GRANDE SORTEIO DO NATAL
promovido por
INVALIDOS DO COMERCIO
Sete premios — Cada bilhete 10$00
1.º PREMIO — Um automovel WILLYS-588
2.º PREMIO — Uma motocicleta NORTON-500
3.º PREMIO — Uma maquina de costura MUNDLOS
4.º PREMIO — Uma maquina de escrever TORPEDO
5.º PREMIO — Uma bicicleta STAR
6.º a 7.º PREMIOS — Duas bicicletas de senhora, com pneus cintados
Os premios estão expostos na R. da Palma, 237
Visite o nosso "stand,,!
Compre um bilhete!

(1938), "Diário de Lisboa", nº 5729, Ano 18, Terça, 1 de Novembro de 1938, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_26560 (2023-7-5)


© Reuters/Pascal Rossignol
O cemitério militar português de Richebourg, com 1381 campas de soldados portugueses mortos na I Guerra Mundial, foi visitado pelo presidente português Dr. Jorge Sampaio, em 2004.


Fotografia de domínio público e de autor desconhecido.
Óscar Monteiro Torres, em foto que será, provavelmente, de 1915.



.-99.- 6 de Dezembro de 1917.-

Chefe do Estado Maior do Q.G.C.do C.E.P.

Nord de la France

Venho dar conhecimento a V.Exª do grau de instrucção do pessoal sob as minhas ordens e do seu aproveitamento durante o mez findo:

a)- O Capitão piloto aviador militar Snr. Oscar Monteiro Torres que se encontrava na Esquadrilha franceza Nº 65 como comuniquei a V.Exª desapareceu apoz um combáte no dia 19 de Novembro.

b)- Os capitães Antonio Sousa Maya, José Barbosa dos Santos Leite e tenente Lello Portella, continuam o seu treino em Plessis-Belleville sobre aparelho Spad.

Muito raro, o documento redigido em França em que se assinala o desaparecimento do piloto em combate. A nota foi emitida pelo Chefe do Estado Maior do quartel-general do Corpo, no Norte de França. Em 8 de dezembro de 1917, o dia em que Sidónio Pais se proclama Presidente da Junta Revolucionária na sequência do golpe de estado que comandou, três dias antes.



José Maria Hermano Baptista nasceu em 1 de maio de 1895 e faleceu em 2002, aos 107 anos. Participou na I Grande Guerra e recebeu a Legião de Honra; embarcou

em 1917 para fazer a instrução na Escola de Metralhadoras de La Pillete, em França, regressando a Lisboa no dia 4 de Fevereiro de 1919. Foi cabo e um dos poucos sobreviventes da brutal batalha de La Lys, de 9 de abril de 1918 (a ofensiva durou de 7 a 29 de abril de 1918). Foi ferido numa perna (a direita, perfurada por estilhaços) e num braço. Viveu, aliás, com um estilhaço nesse braço, o esquerdo, durante mais de 40 anos, estilhaço que "saiu por si próprio". Tio do historiador José Hermano Saraiva[649] era um homem de memória excecional, que manteve ao longo da sua longa vida, sendo o último dos participantes portuguese na Grande Guerra a partir, ofereceu-nos um legado ímpar de memórias. Em 1997, a RTP entrevistou-o no seu programa Crónicas do Século. [650]No depoimento, José Maria Hermano Bapista falava sobre a alimentação fornecida pelos britânicos aos soldados do C.E.P. Com alguma surpresa verificámos que apesar de referida, a conexão sugerida na rede não dá acesso a qualquer conteúdo. É possível, no entanto, ver e ouvir uma entrevista que José Hermano Saraiva a seu tio José Maria, no dia em que este fez 80 anos, disponível em https://arquivos.rtp.pt/conteudos/fazer-anos-ao-domingo/.

[649] Nos Agradecimentos desta Tese incluímos o nome de Pedro Saraiva, filho do historiador José Hermano Saraiva e sobrinho-neto do herói de La Lys, José Maria Hermano Baptista. Pedro Saraiva facultou-nos documentos sobre a sua biografia, prolongada e mantida, aliás, na memória da família. Podemos confrontar alguns desses documentos e as memórias que redigiu, em GERALDO, José Custódio Madaleno. (2013). *José Maria Hermano Baptista Um herói na Primeira Guerra Mundial*. Lisboa: Âncora Editora.

[650] Cf. HONRADO, Alexandre. (2007). *RTP - 50 anos de História.* Versão condensada por Alexandre Honrado. Lisboa: Rádio e Televisão de Portugal S.A. Prólogo António Barreto, textos Vasco Hogan Teves.

MONUMENTOS AOS COMBATENTES NA GRANDE GUERRA

Fotos domínio público, e ainda de Luís Silva e do autor deste trabalho



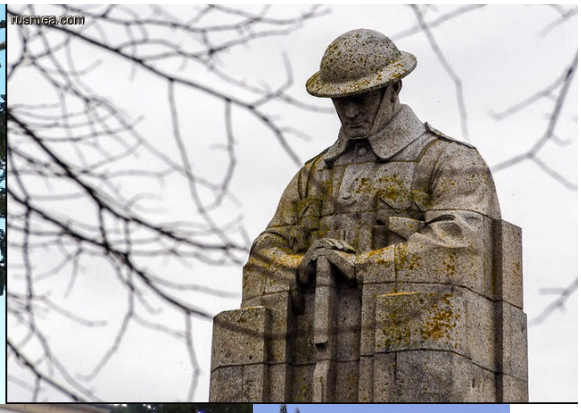










Foto do autor deste trabalho. Em Paris, na Igreja da Paróquia de São João de Montmartre, a evocação aos paroquianos mortos (1918).



Foto Luís Silva, Photo One.






PORTUGAL
1917 1918
C. E. P.
JOAQUIM PEDRO

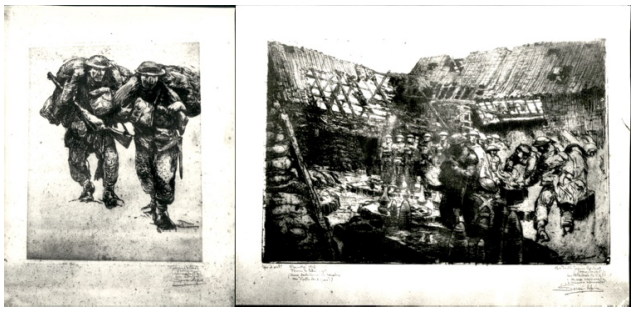

AOS
MORTOS
DA
GRANDE
GUERRA



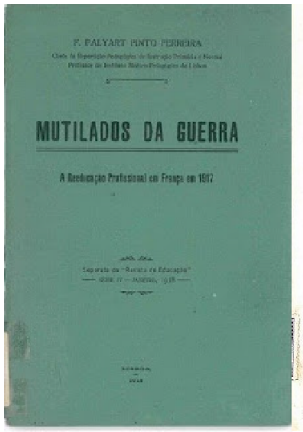


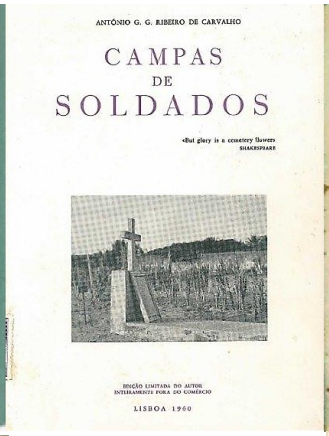
Os desenhos de Sousa Lopes

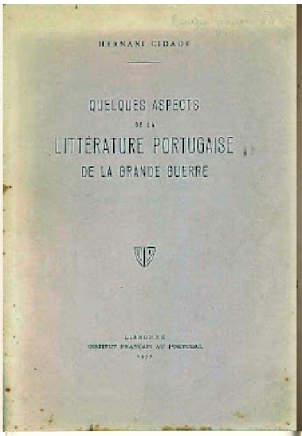
Adriano Sousa Lopes participa na 1ª Guerra Mundial como oficial encarregado de pintar a presença militar portuguesa no conflito. Realiza assim uma série genericamente intitulada *Portugal na Grande Guerra*, em que ilustra de forma realista uma multiplicidade de cenas de grande expressividade e de profundo impacto dramático.

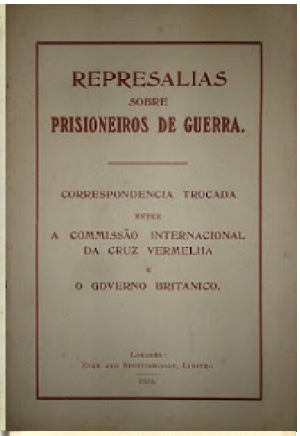

Dois desenhos, oferta ao Dr. Jaime Cortesão, gentilmente disponibilizados em cópia pública pela Biblioteca Nacional de Portugal, da autoria de Adriano de Sousa Lopes (1879-1944). Incluídos na série "Desenhos da Grande Guerra 1914-1918", são duas reproduções de 24 cm; cota do exemplar digitalizado número 1874616. BNP.

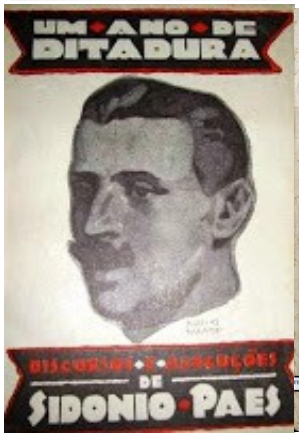
A biblioteca (sobretudo de guerra) contemporânea de António Manuel Trigo

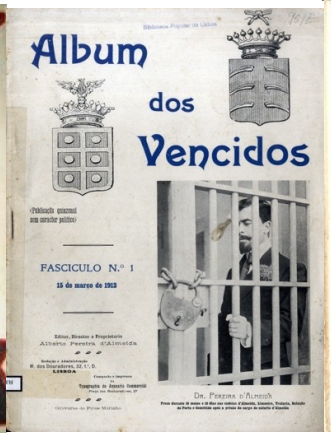


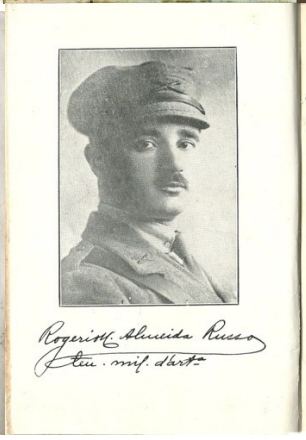


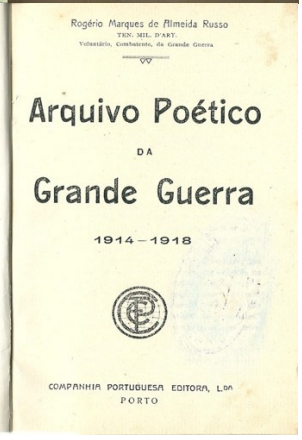


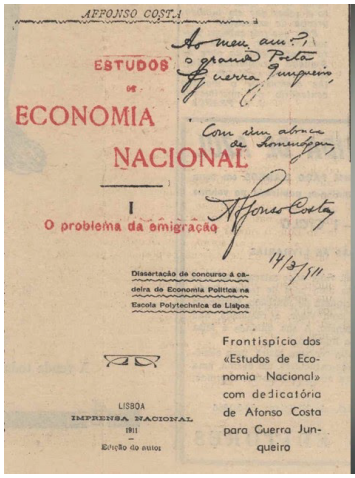






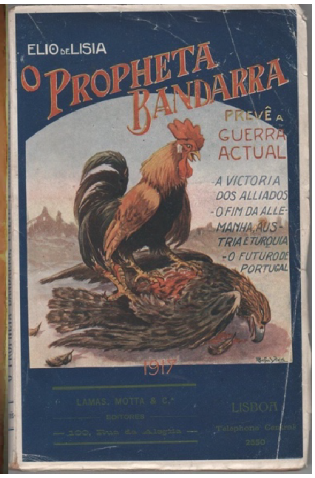




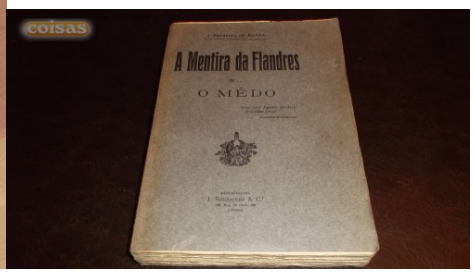


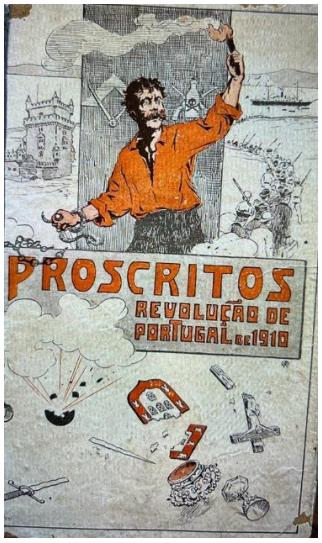
Frontispicio dos «Estudos de Economia Nacional» com dedicatória de Afonso Costa para Guerra Junqueiro

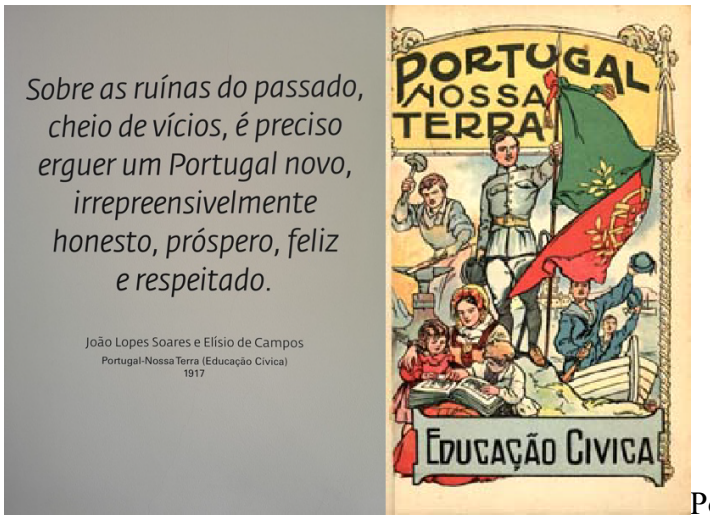












Portugal nossa Terra, educação cívica. Da autoria de João Soares e Elísio de Campos. Aprovado pelo Governo em 20/06/1917.

Por contraste,
Cota CT-1201-R da Biblioteca Nacional. Cartaz de propaganda do Estado Novo.




Foto *Casa Comum*, projeto desenvolvido pela Fundação Mário Soares, hoje Fundação Maria Barroso/Mário Soares.
João Lopes Soares, com a farda de capitão do extinto quadro dos Capelães Militares em 1911.Fundo: DLS - Documentos João Lopes Soares - Arquivo Histórico Militar.

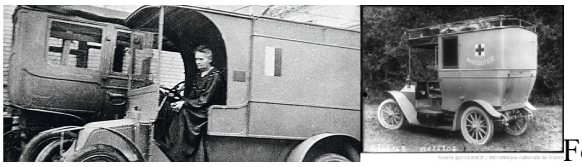

João Lopes Soares, Fundação Mário Soares, Pasta: 06663.084.002 Título: João Lopes Soares, capelão de 3.ª classe. Fundo: DLS - Documentos João Lopes Soares - Arquivo Histórico Militar. Em 1917, foi Secretário do Conselho de Ministros do governo da União Sagrada, e chefe de gabinete em vários ministérios, para, em 1919, ser Ministro das Colónias, no governo chefiado por Domingos Pereira. Pedagogo, educador e ministro da República, formado em Teologia chegou a ser capelão militar. João Lopes Soares foi o pai do presidente da Terceira República, Dr. Mário Soares.

Outras fotos da guerra


Autor desconhecido.
Hemeroteca Digital - "Portugal na Guerra: revista quinzenal ilustrada" (N.º 3, 15 Set. 1917) Norton de Matos, Ministro da Guerra, nas trincheiras portuguesas na França, 1917 (Primeira Guerra Mundial).

Maria Salomea Skłodowska Curie ou comummente Marie Curie [651] (1867-1934), física e química polaca, áreas onde viria a ganhar dois Prémios Nobel. Ajudada pela sua filha Irène Joliot-Curie, ofereceu a sua disponibilidade total para a elaboração do plano radiológico militar. Nos anos da guerra chegou a equipar 18 ambulâncias radiológicas, as *voitures radio- logiques*, popularmente denominadas como ‘‘*petites Curies*.

[651] A primeira mulher a receber um Prêmio Nobel, o de Física, em 1903, e a única a recebê-lo uma segunda vez, quando recebeu o de Química, em 1911. Foi a primeira mulher a lecionar na Sorbonne.

 Foto da coleção ACJC e da BNF.
Marie Curie, à esquerda, ao volante de uma das "petites Curies" em 1917.
Fonte: Musée Curie (coll. ACJC)1917
Viatura Radiológica Massiot, à direita. Fonte gálica.bnf.fr / Bibliothèque Nationale de France.

 Marie Curie na varanda de Kazimierz Dłuski, seu cunhado, na Rue d'Allemagne, em Paris, no ano de 1892 (inv.: 58,01 - coll. ACJC[652]).


THÈSES
A LA FACULTÉ DES SCIENCES DE PARIS
Mme SKLODOWSKA CURIE.
PARIS,
1903
Imagem de domínio público. Reprodução da capa da Tese de Doutoramento de Marie Curie, estando o original na Universidade de La Sorbonne. A Tese foi defendida no dia 25 de junho de 1903, sob o tema "Pesquisas sobre Substâncias Radioativas" (*Recherches sur les substances radioactives*)
As descobertas de Marie Curie, incluindo a determinação do "peso" atômico do rádio, representavam – segundo a banca examinadora - a maior contribuição científica jamais apresentada numa tese de doutoramento. E os membros dessa banca, dois viriam a ser futuros laureados com Prémios Nobel: Gabriel Lippmann (Física, 1908) e Henri Moissan (Química,

[652] ACJC - Association Curie et Joliot-Curie, criada em 1959 pelos amigos e família dos Curie e de Joliot-Curie, de modo a preservar a memória e a divulgar os valores promovidos por estes cientistas. Muito ativa na atualidade, a Associação apresenta ao público um espólio considerável, reunido no Museu Curie, em Paris, situado na Rua Pierre e Maria Curie, no nº1. O Museu Curie está localizado exatamente no terceiro e último laboratório utilizado por Marie Curie, o pavilhão Curie do Paris Radium Institute, construído entre 1912 e 1915. Composto por um espaço de exposição permanente e um centro de recursos históricos, convida o público a descobrir a história da família Curie, da radioatividade e suas primeiras aplicações. As referências ao ano de 1917 e às "petites Curies" são, ali, várias e muito significativas.

1906). A própria Marie Curie (1867–1934) foi laureada duas vezes: no ano da apresentação da Tese, em Física (1903) e em Química (1911).



As recolhas de agasalhos para soldados do C.E.P. feitas pelo jornal *O Século*. "Cheio de agasalhos, embalados e prontos para seguirem para França". Ilustração Portugueza, série II, nº. 625, Lisboa, 11 de Fevereiro de 1918, p. 108. Sem referir o autor da foto, a publicação destaca em legenda própria tratar-se de carroças conduzindo para bordo os 14 caixotes de roupas e agasalhos que constituem a 9ª remessa de *O Século*.


Foto de domínio Público. Autor desconhecido. Elementos da Cruzada das Mulheres Portuguesas fotografadas junto do seu estandarte (1916).



Símbolo identificativo da Cruzada das Mulheres Portuguesas.



Reprodução da capa do livro de Ana de Castro Osório, destacada militante feminina na Primeira República Portuguesa.

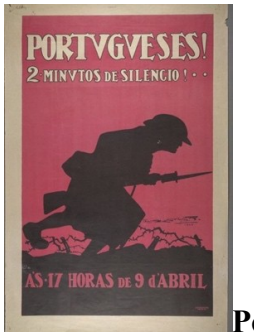
CARTAZES DE PROPAGANDA

Imagens consagradas a domínio público, do sítio https://www.loc.gov [Library of Congress]



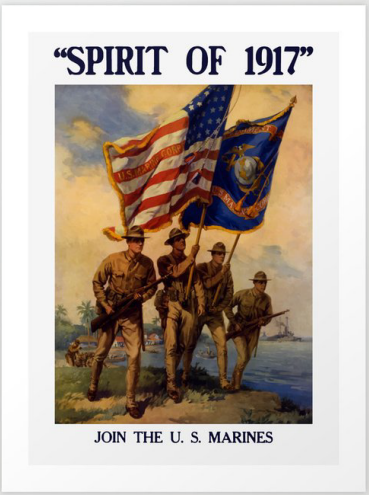






Portugueses! 2 minutos de silêncio às 17 horas de 9 de Abril 1921. Cartaz alusivo à derrota militar sofrida pelo exército português na Batalha de La Lys. Fonte original: Biblioteca Nacional de Portugal - The European Library.







As cheias em 1917. Os campos da Régua alagados. Fotografia de António Teixeira, para a revista Ilustração Portuguesa, publicado no nº 569 de 13 de 1917.

SMS *Württemberg* (1917)  Foto:Wikipédia.

Réplica, brinquedo, do mesmo navio. 


Reprodução 1917, Bristol m1c ww1 monoplano em voo.


Coleção privada do autor deste trabalho.
Brinquedo, em latão pintado, com mecanismo de corda mecânico que permitia, ao acionado, simular o voo, em carrocel, de miniaturas de aviões da Primeira Guerra.



Coleção privada do autor deste trabalho. Avião artesanal, brinquedo à escala, tentativa de reprodução de um monoplano do tipo Bristol



Brinquedo: soldado de Infantaria, inglês, da Primeira Guerra Mundial, em estanho pintado (miniatura 54 mm).



Reproduções Lucinda Duxbury.
Lata de ração, à esquerda. Equipamento: conjunto formado pelo armamento e acessórios dos soldados; pesava em média 27 quilos. Uniforme de tecido (cáqui), botas baixas, espingarda com baioneta, cinturão de couro com bolsos para carregar equipamentos.
Juntou-se a este conjunto (que variava pouco de acordo com o país, segundo a Associação da Frente Ocidental) máscaras contra gás (arma química usada pela primeira vez em campos de batalha, para soldados e animais) e as rações enlatadas.



Foto associada à Batalha de Bolimov, batalha inconclusiva entre o Nono Exército alemão e o Segundo Exército russo (31 de janeiro de 1915). Máscaras "antigases" para os militares e para as suas montadas, de fabrico e uso inglês. Há registo que outros animais também usaram estas máscaras.
O gás de mostarda foi um dos recursos químicos usado pela primeira vez pelos alemães em 22 de abril de 1915 e atribuído ao químico alemão Fritz Hauber (que será Prémio Nobel da Química em 1918). Terá sido o resultado do programa de produção de agentes químicos desenvolvido por Haber. Fosgénio (gás incolor, altamente tóxico e com "um odor de feno cortado recentemente") e gás mostarda ou "o Levinstein" (conhecido pelo nome do químico [Ivan] Levinstein, curiosamente, um inglês de origem alemã) eram das armas mais temidas: não só matavam como deixam sequelas terríveis.
Apesar de terem sido usados pelos alemães, os franceses foram os primeiros a usar armas químicas (gás lacrimogéneo que teve origem sob o nome Cloro Acetofenona) em 14 de agosto de 1914. Foi usado em granadas de 26 mm. Em 22 de abril de 1915, os alemães usaram gás cloro, o primeiro produto químico letal usado na guerra.

Rússia

 A família Romanov, deposta pela Revolução bolchevique, em 1917.
Na noite de 16 de Julho de 1918, na casa Ipatiev em Yekaterinburg (ou Ecaterimburgo a capital da região do Ural), Nikolai Aleksandrovich Romanov, a sua família mais próxima e quatro criados, foram executados.

 1917: Vladimir Ilyich Ulianov (Lenin n.1870, m.1924) e Leon Trotski (1879-1940) durante a revolução bolchevique. Foto: Getty Images

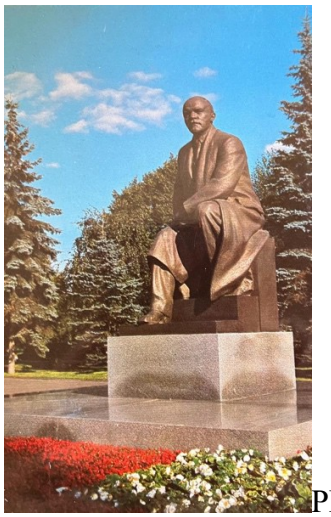
 PLANETA Publishers, 1976.
Moscovo, na atualidade. Monumento a Vladimir Lenin, no Kremlin. Escultura de Veniamin Borisovitsj Pintchuk (1908-1987). Arquiteto Sergey Borisovich Speransky (1914- 1983).


Imagem cedida para uso editorial, interdita a uso publicitário, promocional ou comercial.
Mais uma escultura de Veniamin Pinchuk,"Lenin em Razliv", hoje no museu-reserva histórica do estado russo Leninskie Gorki. Rússia.
Em 1917, procurado pela polícia, Vladimir Lenin foi forçado a esconder-se com uma família de trabalhadores na pequena vila de Razliv, perto de São Petersburgo, primeiro num barracão e depois num campo próximo. O museu atual é a evocação desse episódio e dos refúgios de Lenin.



Capa do jornal *Iskra* (em russo Искра, em português a chispa ou a fagulha).



Foto de Lenine sob a capa do jornal Pravda (em russo Правда, em português A Verdade).

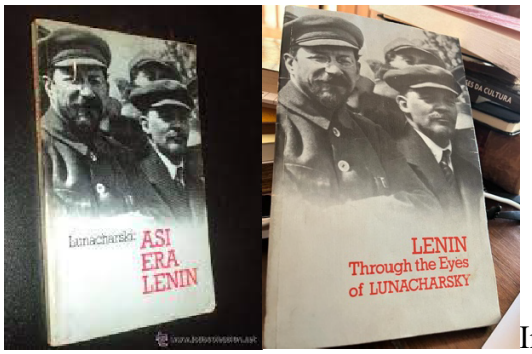


Imagem das capas das edições em língua castelhana e inglesa da visão de Lunacharsky sobre Lenine.[653]

[653] Coyrights da Novosti Press Agency Publishing House, de 1980 e 1981. Moscovo. A edição é de A.I. Titov e os textos, apresentados como memórias, são uma seleção de artigos, discursos, conversas e reminiscências



Cartaz do Likbez c.1919.



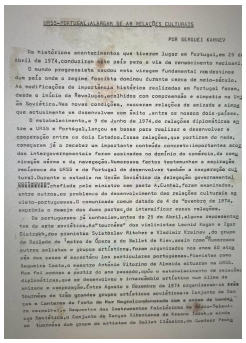
Poster anunciando uma preleção de Lunacharsky, em 11 de novembro de 1917, no Modern Circus, em Petrogrado.



O Museu de Razliv, situado na rua Emelyanova daquela localidade, recriou os dois refúgios e parte da biografia de Lenin.

---

reunidas por A.V. Lunacharsky, primeiro comissário da educação na URSS, sobre Vladimir Ilych Lenine, posteriormente compilados por I.A. Lunacharskaya.
Formado na Universidade de Zurique, Anatoli Vasilevitch Lunatcharski foi um dramaturgo, crítico literário e político soviético, membro do Partido Comunista da URSS e da fação bolchevique durante a Revolução Russa de 1917. Foi casado com a atriz Natalja Alexandrowna Rosenel e responsável pelas políticas públicas revolucionárias para a Educação, como o likbez. O Likbez foi uma campanha de erradicação do analfabetismo na União Soviética iniciada logo após a revolução, nas décadas de 1920 e 1930. A campanha foi lançada em 26 de dezembro de 1919, quando Lenin assinou o decreto "Sobre a erradicação do analfabetismo entre a população da RSFSR".
A Agência de Imprensa APN Novosti ("Notícias", em russo, e APN, na sua sigla russa), nascida em contexto da Segunda Guerra Mundial, em 24 de junho de 1941, tinha como função "divulgar no estrangeiro informação verídica e objetiva sobre a URSS e dar a conhecer à sociedade soviética a vida das populações dos países estrangeiros", tornando-se um poderoso mecanismo de propaganda, representada em 120 países, incluindo Portugal, onde editava 13 jornais e revistas ilustradas. De 2013 aos nossos dias é parte integrante da Agência de Informação Russia Today, a Rossiya Segodonya.
Cf. http://news.bbc.co.uk/2/hi/europe/country_profiles/1102275.stm#media


“Quando da demolição do armazém do MDP/CDE em Aveiro o ARQUIVO EPHEMERA pôde fazer uma operação de “salvamento” [654]de muito do seu conteúdo, que incluía dezenas de despachos da Agência Novosti” (Nota 1050).


Arquivo Casa Comum, desenvolvido pela Fundação Mário Soares. Jornal Bandeira Vermelha, 1919. **Pasta:** 09806.001
Título: Bandeira Vermelha. **Assunto:** Órgão e propriedade da Federação Maximalista Portuguesa. Semanário Comunista, publicado em Lisboa. **Número:** 6. **Ano:** I. **Data:** Domingo, 9 de Novembro de 1919. **Diretores:** Diretor: Manuel Ribeiro. Redator principal: Marcelino da Silva. **Fundo:** Alberto Pedroso. **Tipo Documental.**

(Nota: Este trabalho é composto por um corpo de texto, genericamente intitulado *1917 - UM ANO CHARNEIRA - Relações entre memória e cultura a partir dos Relatos de António Manuel Trigo*, a par de um anexo ao mesmo texto, que segue a sua conclusão, e de três anexos fora do texto, em formato pdf, com os títulos ANEXO_02, ANEXO_03, ANEXO_04. Que incluem reproduções fac-similadas das *Memórias* de António Manuel Trigo, volume I.)

“Tudo se apaga, tudo passa menos a memória” (Valérie, 2022, p. 144).

Post scriptum:

Que este trabalho perdure na memória.

654 A partir de 2019.